



ISSN 1806-6399

# Perquirere

Revista do Centro Universitário de Patos de Minas

**VOL. 15, N. 2, MAIO/AGO. 2018**

## SUMÁRIO

### Ciências Humanas

#### Estudos Jurídicos

**Estado de coisas inconstitucional e sua relação com a democracia brasileira.....01**

Lauro Henrique Fernandes Viana

Guilherme Caixeta Borges

**A prisão decorrente de acórdão penal condenatório sem o trânsito em julgado: estudo do princípio constitucional da presunção de inocência a partir da virada hermenêutica verificada no julgamento do HC Nº. 126.292/STF.....20**

Paulo Henrique Silva Fonseca

Gabriel Gomes Canêdo Vieira de Magalhães

**Análise do instituto horas in itinere à luz da lei n. 13.467/2017.....38**

Cleberton Luiz Chaves

**A importância da previdência privada no contexto brasileiro.....55**

Layla Paulinelli de Oliveira

**O direito de greve sob a ótica do julgamento do recurso extraordinário 693.456 pelo Supremo Tribunal Federal e seu estudo na perspectiva do direito comparado.....69**

Laura Alves de Araújo

Helen Corrêa Solis Neves

**A existência da tortura frente à lei nº 9.455/97 e à vivência de um estado democrático de direito.....89**

Bianca Moreira Rocha

Paulo Sérgio Moreira da Silva

**O vício da obediência cega: uma relação entre o sistema carcerário brasileiro e o conceito de banalidade do mal de Hannah Arendt.....103**

Victhor Lucas Borges Rocha

Thiago Lemos Silva

**Refugiados ambientais e as implicações advindas da omissão legislativa.....124**

Mariana Carneiro Rosa

Sabrina Nunes Borges

**O Estado de coisas inconstitucional e o bloqueio institucional: Incidência da teoria institucional na ADPF 347.....136**

Dener Gonçalves dos Reis

Gabriel Gomes Cãnedo Viera de Magalhães

## **Estudos de Administração, Gestão Empresarial e Ciências Contábeis**

### **Indústria 4.0: contribuição das startups regionais.....144**

Kassiana Luiza Pedralli Dallariva

Fernando Dias da Silva

### **Aplicação para análise de produtos dos concorrentes, para e-commerce de material esportivo.....162**

Igor Gomes Silva

Eduardo Henrique Silva

### **Planejamento estratégico de marketing para lançamento da empresa Santo Pão.....176**

Douglas César Martins

Alírio Severo Nogueira Júnior

### **Os principais desafios enfrentados pela gestão hospitalar: segmentação veterinária.....191**

Tamires Soares Pereira de Faria

Laercio José Vida

### **Capital intelectual: riqueza além dos cofres.....205**

Lídia Mara Pereira Silva

### **Implantação da ferramenta 5S em um canteiro de obras na cidade de Patos de Minas-MG.....222**

Aline Deidimar Campos

Rogério Borges Vieira

## **Estudos de Arquitetura e Urbanismo**

### **A tecnologia BIM aplicada na compatibilização de projetos: uma análise do caso do Centro de Convenções do UNIPAM.....234**

Laís Cristina Pádua de Andrade

Renata Aparecida Vaz Rodrigues

## **Estudos de Psicologia**

### **Fibromialgia: seus enigmas e revelações.....250**

Hellen Keller Caixeta

Paula Ferreira Gonçalves

## **Estudos de História, Educação e Literatura**

**O uso de tecnologias em sala de aula como mediadores no processo de aprendizagem.....261**

Ana Paula da Silva

Adriana Lanna Malta Tredezini

**Análise do perfil estratégico de uma instituição de ensino superior privada: um estudo de caracterização do ambiente competitivo.....277**

Jeanderson Caíque Ribeiro Borba

Célio Adriano Lopes

**Instituição de ensino superior e certificado de entidade beneficente de assistência social: o caso UNIPAM.....296**

Welice Cícera Ribeiro

Fagner Oliveira de Deus

**Monumentos da cultura, Monumentos da barbárie: uma leitura a contrapelo do "Homem do Balaio" .....310**

Érica Fernanda Soares

Thiago Lemos Silva

**Nas (entre)linhas da casa assassinada: a sociedade cardosiana e suas máscaras representativas.....326**

Fernanda Silva Ferreira Queiroz

Carlos Roberto da Silva

**Vida e obra de Maura Lopes Cançado na imprensa carioca (Rio de Janeiro -RJ/1958 - 1994).....342**

Edivaldo Rafael de Souza

Paulo Sérgio Moreira da Silva

## Estado de Coisas Inconstitucional e sua relação com a democracia brasileira

*Unconstitutional state of things and its relation with Brazilian democracy*



**Lauro Henrique Fernandes Viana**

10º Período do curso de Direito do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM).  
e-mail: laurofviana@hotmail.com

**Guilherme Caixeta Borges**

Mestre em Direito. Coordenador do curso de Direito do Centro Universitário de Patos de Minas.  
e-mail: guilhermecb@unipa.edu.br

---

**RESUMO:** O presente estudo tem por escopo discutir o Estado de Coisas Inconstitucional e cogitar acerca de sua relação com o ativismo judicial brasileiro e com as instituições democráticas fornecidas pela Constituição da República de 1988. O desenvolvimento do controle de constitucionalidade no País e as condições que propiciaram a postura ativa do Judiciário após 1988 são elementos aqui estudados como fatores que resultaram na declaração de um Estado de Coisas Inconstitucional quanto às prisões brasileiras. Nesse sentido, perquire-se se essa nova forma de ativismo coaduna com o atual estágio do Direito, buscando-se compreender, em última análise, se a subjetividade dos magistrados empregada nessa declaração pode significar um déficit democrático ou apenas um novo procedimento legítimo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado de Coisas Inconstitucional. Ativismo judicial. Democracia.

**ABSTRACT:** The purpose of this study is to discuss the Unconstitutional State of Things and to consider its relationship with Brazilian judicial activism and with the democratic institutions provided by the Constitution of the Republic of 1988. The development of the constitutionality control in the country and the conditions that propitiated the active position of the Judiciary after 1988 are elements studied here as factors that resulted in the declaration of an Unconstitutional State of Things regarding the Brazilian prisons. In this sense, one wonders if this new form of activism is in line with the current stage of law, in order to understand, in the last analysis, if the subjectivity of the magistrates used in this declaration can mean a democratic deficit or just a new legitimate procedure.

**KEYWORDS:** Unconstitutional State of Things. Judicial activism. Democracy.

---

## 1. INTRODUÇÃO

O estudo proposto encontra sua justificativa na importância de se desenvolver o conhecimento acerca da declaração de um Estado de Coisas Inconstitucional, tema recentemente percebido pelo Brasil e sobre o qual a doutrina pátria ainda cuida de definir e alcançar. A problemática aqui abordada, por sua vez, refere-se ao embate entre o ativismo judicial que tal declaração representa e o Estado Democrático de Direito estabelecido pela Constituição de 1988, na busca por se apreender se o novo instituto é mesmo um caminho adequado para o fortalecimento da democracia brasileira.

Para tanto, utilizou-se o método dedutivo através de fontes bibliográficas que se posicionam de maneiras diferentes sobre o tema, visando a compreender os diversos entendimentos sobre essa discussão, como forma de se atingir uma maior aproximação da realidade que o cerca.

O presente texto é composto por três blocos. Em um primeiro momento, aborda-se o contexto que contribuiu para a consagração da Constituição como norma organizadora e parâmetro de constitucionalidade das demais leis, desde o século XVIII. Em seguida, trata-se da contribuição do controle de constitucionalidade da Constituição Brasileira de 1988 para a centralidade do Poder Judiciário no Brasil. Numa segunda parte discute-se o ativismo judicial, entendido como atuação proativa dos tribunais, e as conjecturas que propiciaram seu desenvolvimento no País. Nesse mesmo tópico, outro item busca entender de que forma o Estado de Coisas Inconstitucional se insere no contexto, representando a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de número 347 como um dos pontos altos do ativismo judicial brasileiro. No terceiro e último bloco, discute-se a discricionariedade que o novo mecanismo possibilita ao julgador, cogitando-se acerca da sua validade para a democracia tal como instituída pelo texto constitucional de 1988.

## 2. CONSTITUIÇÃO COMO PARÂMETRO PARA O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

A moderna teoria da Constituição, a despeito de diferentes concepções e conceitos, informa que a Carta Magna é responsável por instituir o Estado Democrático de Direito por meio de três alicerces (CANOTILHO, 2007, p. 887). Seriam eles: a organização e a limitação do poder político, o trato sobre direitos fundamentais e suas garantias, e a reunião desses temas em um documento escrito. Por meio dessa noção simplória, nascida com o Estado Moderno e conformada por mecanismos intrincados de equilíbrio entre liberdades e restrições, o conceito de uma lei organizadora conquistou o universo jurídico ocidental e lhe ofereceu um fundamento político sólido, soberano desde o século XVIII.

As primeiras constituições, como a Americana de 1787 e a Francesa de 1791, estabeleceram as diretrizes para o movimento constitucionalista que surgia. Contribuíram para o aparecimento de uma outra ordem política, calcada na superação

do personalismo dos regimes absolutistas em detrimento de fórmulas preestabelecidas, previsíveis, de governança. Esse constitucionalismo foi amplamente adotado por vários países, em que pesem as diferenciações históricas e semânticas de cada um deles (CANOTILHO, 2007, p. 52).

Dessa maneira, a Constituição nascente encerrava um conceito terminantemente político, material, subjetivo, informado pela “ideia de um princípio supremo que determina integralmente o ordenamento e a essência da comunidade constituída por este ordenamento”, conforme anotam Gilmar Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco (2014, p. 938), citando Hans Kelsen.

Ocorre que a normatividade dessa opção política foi logo posta à prova pelos tribunais, como no conhecido julgamento *Marbury versus Madison*, apontado como o principal precedente da *judicial review* americana. Ainda que Marcelo Casseb Continentino (2016, p. 115-132) anote que o caso *Marbury* não foi uma manifestação isolada, senão fruto de um movimento que procurava tornar a Constituição uma lei parâmetro de constitucionalidade, fato é que, dali em diante, os tribunais passaram a encarar as leis ordinárias sob a hierarquia da Constituição, incapazes de derogá-la. Conferia-se, então, um sentido formal à Carta Constitucional.

A partir de então, tornar-se-ia necessário discutir quais mecanismos poderiam manter a função política da Constituição, sem que se perdesse sua força normativa como lei. José Joaquim Gomes Canotilho (2007, p. 888) aponta pelo menos dois deles, consistindo: “(1) na vinculação de todos os poderes públicos (designadamente do legislativo, executivo e judicial) à constituição; (2) na existência de competências de *controle*, políticas e jurisdicionais, do cumprimento da constituição”. Do primeiro mandamento, detém-se que os órgãos da administração pública devem estar vinculados às normas constitucionais, ao passo que do segundo depreende-se a ideia dos limites à revisão constitucional. Sobre este tema, o autor português argumenta que “a constituição garante a sua estabilidade e conservação contra alterações aniquiladoras do seu núcleo essencial através de cláusulas de irreversibilidade e de um processo ‘agravado’ das leis de revisão” (CANOTILHO, 2007, p. 888).

Desse momento constitucional revelado pelo viés político, por um lado, e pelo viés normativo-jurídico, de outro, a dogmática constitucional cunhou duas formas básicas de tutela da Constituição, através de sua supremacia formal e também material. Quanto à supremacia formal, essa hierarquia deriva de um processo mais dificultoso de alteração, enquanto que na supremacia material os atos do poder público devem guardar simetria substancial com as regras e princípios contidos em seu texto. Nesse sentido:

A Constituição Federal é a norma fundamental, ou seja, é nela que buscamos o fundamento de validade de todas as normas existentes no ordenamento jurídico. Todas as situações jurídicas devem com ela guardar relação de compatibilidade, sob pena de não nascerem válidas (FERREIRA, 2003, p. 21).

Logo, esse período em que se estabeleceram as bases do constitucionalismo moderno foi marcado pela opção que se fez por uma nova via de exercício do poder, racionalmente limitado pela Constituição. As formas de se proteger esse poder foram desenvolvidas a partir da experiência dos Tribunais, bem como da noção de que todo o Estado Democrático de Direito se subordina à Carta Magna, alcançando os institutos hoje existentes, como os controles difuso e abstrato de constitucionalidade.

## 2.1. O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE COMO GUARDIÃO DE DIREITOS E ORIGEM DA CENTRALIDADE DO PODER JUDICIÁRIO

O texto constitucional de 1988 e seu controle de constitucionalidade são frutos da evolução percorrida desde o século XIX, valendo-se do controle ali desenvolvido e ampliando-o consideravelmente. Essa ampliação parece se dever a uma via dupla em que se relaciona o aumento das garantias oferecidas pela Constituição com a necessidade de fiscalização do cumprimento dessas novas premissas.

O extenso rol de direitos fundamentais trazido pela Constituição Federal, para Gilmar Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco (2014, p. 110), “restaurou a preeminência do respeito aos direitos individuais, proclamados justamente com significativa série de direitos sociais”. Em outro trecho, sobre a escalada do controle de constitucionalidade, os mesmos autores aduzem que “a Constituição de 1988 amplia significativamente os mecanismos de proteção judicial, e assim também o controle de constitucionalidade das leis” (MENDES; BRANCO, 2014, p. 982). Esse controle é calcado no caráter rígido do texto constitucional, decorrência direta do já mencionado princípio da supremacia da Constituição, que, para Pinto Ferreira (1983, p. 90), “é reputado como uma pedra angular, em que assenta o edifício do moderno direito político”.

O aludido controle é em regra jurisdicional, ou seja, fica sob o encargo do poder judiciário a tarefa de declarar a inconstitucionalidade das leis e atos do poder público, por via difusa ou concentrada. Mas há também a possibilidade de controle preventivo das normas, realizado por todas as três funções do Estado.

O controle jurisdicional, por sua vez, cuida das inconstitucionalidades por ação ou omissão. Na via difusa, em apertadíssima síntese, qualquer juiz ou Tribunal poderá analisar a validade de um ato normativo em relação à Constituição, desde que discutido em concreto, num processo judicial, por via de exceção ou defesa. O controle concentrado de constitucionalidade se dá quando uma espécie normativa tem sua constitucionalidade questionada em ação abstrata e objetiva, ajuizada ante o Supremo Tribunal Federal brasileiro. Sobre o tema, José Afonso da Silva (2016, p. 50) anota: “verifica-se o primeiro (controle difuso) quando se reconhece o seu exercício a todos os componentes do Poder Judiciário, e o segundo (controle concentrado), se só for deferido ao tribunal de cúpula do Poder Judiciário ou a uma corte especial”.

Ademais, o constituinte de 1988 tratou minuciosamente do tema e andou bem ao fazê-lo. Forçoso lembrar que o controle de constitucionalidade brasileiro

era exercido predominantemente pela via difusa, discutido em concreto, incidentalmente, no bojo de um processo. É o que se comprova da constatação de que antes de 1988 existiam somente duas ações diretas de inconstitucionalidade, quais sejam, a ação direta de inconstitucionalidade interventiva, introduzida pela Constituição de 1934, e a ação direta de inconstitucionalidade, da Emenda nº 16 de 1965.

Além disso, o único legitimado para empreender tais ações era o procurador geral da república, que exercia também a função de advogado geral da União, no plano fático. Ceifava-se, assim, sua independência funcional, e a fiscalização por ele exercida era ainda mais enfraquecida (MENDES, 1995, p. 87-102). A ampla legitimidade para propor as ações questionadoras da constitucionalidade das leis, trazida pelo texto de 1988, em seu artigo 103, representa sério avanço desse mecanismo, portanto, funcionando como mais um instrumento garantidor da ordem constitucional.

Avançando ainda mais sobre a questão, a Constituição brasileira se baseou naquela de Portugal, de 1976, para inovar quanto ao tratamento das omissões inconstitucionais. Foram estabelecidos os institutos da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão e do Mandado de Injunção, possibilitando uma maior garantia da observância dos mandamentos constitucionais, a exemplo do art. 283 da Carta Magna portuguesa. Quanto às omissões, José Afonso da Silva (2016, p. 47-48) anota que

verifica-se (a omissão) nos casos em que não sejam praticados atos legislativos ou administrativos requeridos para tornar plenamente aplicáveis normas constitucionais. Muitas destas, de fato, requerem uma lei ou uma providência administrativa ulterior para que os direitos ou situações nelas previstos se efetivem na prática. A Constituição, por exemplo, prevê o direito de participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão das empresas, conforme definido em lei, mas, se esse direito não se realizar, por omissão do legislador em produzir a lei aí referida e necessária à plena aplicação da norma, tal omissão se caracterizará como inconstitucional. Ocorre, então, o pressuposto para a propositura de uma ação de inconstitucionalidade por omissão, visando obter do legislador a elaboração da lei em causa.

O fato é que esses mecanismos inovadores criados pelo constituinte “não foram precedidos de estudos criteriosos e de reflexões mais aprofundadas”, afigurando-se “compreensível o clima de insegurança e perplexidade que elas acabaram por suscitar nos primeiros tempos” (MENDES; BRANCO, 2014, p. 959). Tal situação relegou o desenvolvimento da discussão muito mais aos tribunais do que a qualquer outro mecanismo de criação do Direito. Notadamente, o Supremo Tribunal Federal empreendeu grande parte dessas discussões, enfrentando temas como o direito de greve dos servidores públicos (MIs 670, 708 e 712), ou a inexistência e necessidade de promulgação de Lei Complementar Federal para a criação de municípios na vigência da Constituição de 1988 (ADO 3.682).

Por todo o exposto, infere-se que as disposições do controle de constitucionalidade da Carta Magna de 1988 ensejaram um aumento considerável da competência constitucional do Judiciário. Com isso, a Corte passou a ocupar um papel central na institucionalização dos programas constitucionais, tornando-se um ator político que age decisivamente no cumprimento das promessas da Constituição.

Assim, o Supremo Tribunal Federal, como guardião desse controle e do amplo rol de direitos fundamentais inscritos na Constituição, abandonava sua tradicional postura de legislador negativo para assumir um caráter proativo, influenciando e formatando os mecanismos de aplicação da Carta Magna. É o que sustenta, em linhas gerais, o articulista Carlos Alexandre de Azevedo Campos, em “Atualidades do Controle Judicial da Omissão Legislativa Inconstitucional” (CAMPOS, 2011, p. 47-83).

A soma desses fatores parece ter contribuído para a criação de um intrincado sistema em que o Judiciário se coloca como centro de decisões que, por serem mais proativas, contam também com um caráter político, teleológico, no que comumente se chama de ativismo judicial.

Vários julgados comprovam essa postura do Supremo Tribunal Federal e do Judiciário como um todo. São exemplos, na seara eleitoral, o julgamento do STF sobre a determinação do número adequado de vereadores, retirando a autonomia do Município (STF – Pleno, RE 197.917/SP, Rel. Min. Maurício Corrêa, j. 24/03/2004, DJ 07/05/2004 (caso Mira Estrela) e a discussão sobre a fidelidade partidária, em que o STF garantiu a manutenção, pelo partido, da vaga conquistada na eleição, ainda que o candidato eleito se transfira para outra legenda (STF – Pleno, MS 26.602/DF, Rel. Min. Eros Grau, j. 04/17/10/2008; STF – Pleno, MS 26.603/DF, Rel. Min. Celso de Mello, j. 04/10/2006, DJ 19/12/2008; STF – Pleno, MS 26.604/DF, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> Cármen Lúcia, j. 04/10/2006, DJ 03/10/2008. Depois, cf. ADI 3.999/DF, Rel. Min. Joaquim Barbosa, j. 12/11/2008, DJ 17/04/2009).

Atuando em outras áreas do direito, o órgão equiparou a união estável homoafetiva à heteroafetiva, garantindo-lhe os mesmos direitos, bem como afirmou não ser crime o aborto de fetos anencéfalos, excluindo a ilicitude do ato e adicionando-o às excludentes de ilicitude do crime de aborto do Código Penal (STF – Pleno, ADI 4.277/DF, Rel. Min. Ayres Britto, j. 05/05/2011, DJ 14/10/2011, bem como: STF – Pleno, ADPF 54/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, j. 12/04/2012, respectivamente).

O ativismo do STF tornado viável pelo atual sistema de controle de constitucionalidade, especialmente das omissões inconstitucionais, tem sido ampliado ao longo dos anos. Diversos autores tratam do tema, apontando a pluralidade de motivos ensejadores dessa centralidade e discutindo as causas e efeitos do ativismo judicial, estudo esse necessário para que se compreenda de que maneira o Poder Judiciário brasileiro vem se comportando diante das demandas a ele submetidas e em que medida a postura de seus órgãos influenciam a interpretação e aplicação das normas constitucionais do texto de 1988.

### 3. ATIVISMO JUDICIAL

A questão do ativismo judicial inegavelmente possui raízes na tutela da Constituição oferecida pelo controle de constitucionalidade. Mas, para além disso, outros fatores têm contribuído para o fenômeno. Seu desenvolvimento em outros países tem reverberado na Suprema Corte brasileira, como são os casos americano, durante o século XIX; europeu, do segundo pós-guerra; e latino-americano, surgido com o fim dos regimes ditatoriais na região (CAMPOS, 2014, p. 26).

A gênese do ativismo americano, principalmente, parece legitimar a causa através dos anos. Isso porque foi da aplicação de um instituto não previsto na Constituição dos EUA que os tribunais do país criaram a *judicial review*, ou seja, a possibilidade de o Judiciário controlar a constitucionalidade das leis emanadas pelos poderes políticos. Situação ocorrida no caso *Marbury*, já citado e destacado como fruto de um movimento maior (CONTINENTINO, 2016, p. 115-132). Por óbvio, o sucesso da criação e aplicação do controle judicial das leis através do ativismo judicial conferiu importante substrato para a postura ativa dos tribunais ao longo do tempo.

Desde então, o termo e a temática só têm se expandido, alcançando um caráter ubíquo, na medida em que seus traços são encontrados em diversos países e, inclusive, em cortes transnacionais. É o que se infere dos enunciados de Carlos Alexandre de Azevedo Campos (2014, p. 28):

A realidade, portanto, é que a expansão da jurisdição constitucional e do ativismo judicial tem sido mundial. O fenômeno está presente em países que já estabilizaram a política democrática, assim como naqueles em vias de estabilização e de transformação social; ocorre tanto em países do sistema *common law* quanto do *civil law*; em países que adotam, indiferentemente, o modelo concentrado, difuso ou um modelo misto de controle judicial de constitucionalidade; como visto, não é algo exclusivo do 'mundo ocidental' e há até quem afirme que o ativismo judicial pode ser uma estratégia mesmo em regimes ditatoriais. Então, antes um produto exclusivamente norte-americano, o processo de expansão da jurisdição constitucional e do ativismo judicial ganhou, nas últimas décadas, amplitude fantástica. Na realidade, este processo nem mais se limita aos tribunais domésticos. A Corte Europeia de Justiça (ECJ) é reconhecida como um órgão que opera com alto grau de criatividade judicial em manipular os significados dos dispositivos e princípios gerais da legislação e dos Tratados da Comunidade Europeia. Agindo assim, a Corte tem sido personagem decisivo no processo de integração da Comunidade Europeia e mostrado que o ativismo judicial transcende fronteiras de unidades políticas particulares. Todos esses exemplos servem para demonstrar a ubiquidade do ativismo judicial. O tema não está presente apenas em países de diferentes continentes, mas é um fenômeno supranacional [...].

Diante de tais esclarecimentos, a captura do tema pelo Poder Judiciário brasileiro é mais facilmente compreendida como reflexo de um movimento nascido

nos tribunais a partir do século XIX, o qual procura expandir o alcance das normas constitucionais através de uma interpretação mais substancial. Seria essa uma superação do positivismo jurídico empreendido até então, em que, supostamente, a lei sobrepunha qualquer outra forma de aplicação do direito. Tal superação se basearia na mudança de paradigma ocorrida desde o auge do positivismo, em que as constituições e suas cartas de direitos e princípios, propositadamente amplos e vagos, tomaram o posto central do universo jurídico antes ocupado pelas leis em sentido estrito (RAMOS, 2015, p. 27).

Com isso, o Supremo Tribunal Federal tem deixado de apresentar uma postura de “autorrestrição judicial” e caminhado para um aberto ativismo judicial. A autorrestrição, que pode ser caracterizada como a observância estrita ao princípio democrático e a obediência direta à lei emanada do legislador (CAMPOS, 2014, p. 150), tem sido superada por “grandes transformações institucionais, políticas, sociais e jurídico-culturais, que gradualmente se seguiram ao marco constitucional de 1988” (CAMPOS, 2013, p. 7881).

Campos (2013, p. 7881) ainda indica que a prática não resulta simplesmente da subjetividade dos julgadores, mas sim de todo um contexto propiciado pela Constituição de 1988. Para ele, o ativismo da Corte se baseia em “fatores institucionais, políticos, sociais e jurídico-culturais presentes em contextos particulares e em momentos históricos diferentes”, além da expansão do controle de constitucionalidade (CAMPOS, 2013, p. 7885).

Dessa maneira, a soma desses fatores propicia um momento ímpar ao Supremo Tribunal Federal, legitimando sua nova posição. O ativismo levado a cabo pelos ministros da Corte tem se aplicado tanto aos jurisdicionados, que lhe são alvo, quanto às políticas públicas do país, por meio da análise abstrata das leis. A esfera de atuação do órgão tem sido aumentada e não dá mostras de retração. Pelo contrário, parece avançar, como se comprova da argumentação construída até aqui.

### 3.1. ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL:

#### A MAIS NOVA E INCISIVA FORMA DE ATIVISMO JUDICIAL NO BRASIL

Prova maior da contínua atuação política do Supremo Tribunal Federal foi o julgamento de medida liminar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de número 347. A ADPF, discutida entre agosto e setembro de 2015, questionou a inconstitucionalidade que conformaria o atual estado do sistema prisional brasileiro, classificado como um “inferno dantesco” pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) na inicial apresentada pela legenda.

Melhor dizendo, tal ADPF buscava o reconhecimento da existência de um estado de coisas inconstitucional das prisões do país, ou seja, buscava a declaração de inconstitucionalidade de uma situação, de uma realidade fática. Além disso, solicitava em seus pedidos uma atuação discricionária do Poder Judiciário sobre os demais, com vistas a alcançar a solução desse estado. Importante notar que o mecanismo não encontra paralelo na legislação ou jurisprudência brasileiras,

sendo totalmente importado da experiência dos outros países que já o utilizaram, caso do Peru e da Colômbia, país em que a técnica foi criada e aplicada primeiro.

Por seu turno, o Estado de Coisas Inconstitucional foi acionado no Brasil para tratar do sistema prisional porque, de fato, a questão merece o diálogo e a atenção prestados. O contexto em que se inserem as prisões do país se amolda habilmente aos pressupostos do Estado de Coisas Inconstitucional desenvolvidos pelos juristas colombianos em julgados como o da Sentencia T-153, que também tratou sobre o sistema prisional daquele país. É o que se infere do trecho que segue:

Em síntese, são três os pressupostos do Estado de Coisas Inconstitucional: a constatação de um quadro não simplesmente de proteção deficiente, e sim de violação massiva, generalizada e sistemática de direitos fundamentais, que afeta a um número amplo de pessoas; a falta de coordenação entre medidas legislativas, administrativas, orçamentárias e até judiciais, verdadeira ‘falha estatal estrutural’, que gera tanto a violação sistemática dos direitos, quanto a perpetuação e agravamento da situação; a superação dessas violações de direitos exige a expedição de remédios e ordens dirigidas não apenas a um órgão, e sim a uma pluralidade destes — são necessárias mudanças estruturais, novas políticas públicas ou o ajuste das existentes, alocação de recursos etc. (CAMPOS, 2015, s/p).

Mais uma vez, o jurista Carlos Alexandre de Azevedo Campos analisa o ativismo judicial do Supremo e incentiva-o através da declaração do Estado de Coisas Inconstitucional como forma de “superar bloqueios políticos e institucionais, e aumentar a deliberação e o diálogo sobre causas e soluções do Estado de Coisas Inconstitucional” (CAMPOS, 2015, s/p). O autor trata o tema sob uma ótica de imprescindível atuação do Poder Judiciário para a resolução de gargalos institucionais, conforme o seguinte excerto:

Cortes engajam em uma espécie de ativismo judicial estrutural, justificado, no entanto, pela presença de bloqueios políticos e institucionais. O Estado de Coisas Inconstitucional é sempre o resultado de situações concretas de paralisia parlamentar ou administrativa sobre determinadas matérias. Nesse cenário de falhas estruturais e omissões legislativas e administrativas, a atuação ativista das cortes acaba sendo o único meio, ainda que longe do ideal em uma democracia, para superar os desacordos políticos e institucionais, a falta de coordenação entre órgãos públicos, temores de custos políticos, *legislative blindspots*, sub-representação de grupos sociais minoritários ou marginalizados (CAMPOS, 2015, s/p).

A afirmação foi reproduzida no julgamento da Medida Cautelar na ADPF 347 (2015, p. 12), em que o Supremo Tribunal Federal apreciou argumentos análogos aos referidos. Sem embargo, os argumentos apresentados na ADPF implicaram o reconhecimento do estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário

brasileiro e a lavra de uma sentença estruturante, o principal e mais controverso aspecto do mecanismo. Isso porque tal sentença segue permeada por diretrizes destinadas aos demais órgãos do Estado, como se pode perceber da determinação do ministro relator da ADPF (2015, p. 42) de que a União deve liberar o “saldo acumulado do Fundo Penitenciário Nacional para utilização com a finalidade para a qual foi criado, abstendo-se de realizar novos contingenciamentos”.

Ocorreu, portanto, uma manifestação clara, sem subterfúgios, do ativismo judicial do Supremo Tribunal brasileiro. Em que pese a afirmação do relator de que o órgão aposta numa colaboração, voltada ao diálogo institucional, seu voto na ADPF 347 (2015, p. 36) aponta que “cabe ao Supremo catalisar ações e políticas públicas, coordenar a atuação dos órgãos do Estado na adoção dessas medidas e monitorar a eficiência das soluções”.

Desde então, a comunidade jurídica brasileira tem se ocupado quanto à legitimidade ou não do instituto. Por óbvio, é indiscutível a necessidade de se atentar ao caos dos presídios no Brasil. Mas o que tem causado desconforto é a questão dos limites que se opõem à atuação do Supremo Tribunal Federal, ou da falta deles, no tocante ao Estado de Coisas Inconstitucional.

Os juristas Raffaele De Giorgi, José Eduardo Faria e Celso Campilongo apresentam contundente crítica ao Estado de Coisas Inconstitucional, apontando que sua aplicação poderia ser mais prejudicial que benéfica à Constituição. Para eles, “se assim estão as ‘coisas’ – e, por isso, a ordem jurídica é ineficaz e o acesso à Justiça não se concretiza –, por que não decretar a inconstitucionalidade da Constituição e determinar o fechamento dos tribunais?” (GIORGI; FARIA; CAMPILONGO, 2015, s/p).

Logo, o que se põe é que tal discussão não se diferencia daquela já antiga acerca do ativismo judicial. Lenio Streck tem afirmado a necessidade de que a semântica constitucional prevaleça ante certo ativismo judicial que a distorça. Por isso mesmo, o autor questiona a supremacia do ativismo no ideário jurídico brasileiro, aduzindo que a tese permite a criação de “álibis extrajurídicos para que o Judiciário atue de modo extrajurídico”, ao invés de se buscar quais “direitos e procedimentos jurídicos e políticos” estão demarcados pela Constituição (STRECK, 2015, s/p).

O embate que aqui se desdobra busca uma adequada aplicação do texto constitucional, questionando-se se o Estado de Coisas Inconstitucional (ECI) e o ativismo, do qual é espécime, são benéficos, ou mesmo válidos, ao desenvolvimento de instrumentos de proteção do texto constitucional. Afinal, o espaço de atuação dos tribunais foi bem delimitado pela Constituição, e além disso, foram dispostas normas abertas à interpretação em vários atos normativos do país.

Com isso, buscou-se diminuir a atuação discricionária dos julgadores, ou pelo menos direcioná-la para as situações em que se achou necessário para o regime democrático estabelecido. Mesmo assim, o Supremo Tribunal Federal declarou o Estado de Coisas Inconstitucional do sistema prisional brasileiro, em nome da defesa e melhor aplicação dos preceitos constitucionais.

#### 4. O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL PERANTE A ORDEM CONSTITUCIONAL DEMOCRÁTICA ESTABELECIDADA PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Depreende-se do contexto aqui afirmado que o ativismo judicial encontrou nova forma na declaração do ECI. O instituto foi utilizado na ADPF 347 para buscar uma solução ao gargalo institucional que representam as prisões brasileiras, funcionando para jogar luz sobre um tema tão ignorado, a fim de iniciar uma necessária discussão. Ocorre que a prática configura um ativismo judicial declarado, pautado pela lavra de uma sentença estruturante que determina pontos para a atuação do Estado sob a coordenação do Judiciário.

Essa situação vai de encontro ao princípio democrático, à separação de poderes, ainda que flexibilizada e não mais correspondente ao modelo ortodoxo original, do século XVIII. Com isso, a indagação que se faz é quanto à maturidade política apresentada pelo estamento brasileiro em suportar tal coordenação sob a liderança do Supremo Tribunal Federal. É preciso saber se o Poder Judiciário tem capacidade para atender a esse chamado sem que a delegação de poder sirva como propulsão para ações arbitrárias quando elas não forem desejadas.

Diante disso, é salutar a percepção de que a democracia representa um conceito puramente histórico, sujeito à leitura feita por diferentes sociedades em diferentes períodos. Sob esse aspecto, o Estado de Coisas Inconstitucional poderia representar um novo arranjo democrático, apto a legitimar os direitos fundamentais por ele defendidos. É o que se depreende do trecho a seguir, em que José Afonso da Silva afirma a historicidade do conceito:

Finalmente, os que reclamam que a democracia nunca fora realizada em sua pureza em lugar algum concebem-na como um conceito estático, absoluto, como algo que há que instaurar-se de uma vez e assim perdurar para sempre. Não percebem que ela é um processo, e um processo dialético que vai rompendo os contrários, as antíteses, para, a cada etapa da evolução, incorporar conteúdo novo, enriquecido de novos valores (SILVA, 2016, p. 129).

A maneira otimista com que Luís Roberto Barroso (2012, p. 6) e Carlos Alexandre de Azevedo Campos (2015, s/p) encaram o ativismo judicial e o Estado de Coisas Inconstitucional endossa a afirmação anotada acima, permitindo perceber o instituto como uma nova face histórica da democracia. E de fato o constitucionalismo brasileiro tem acenado a uma maior participação do Judiciário na política, conforme se depreende das sentenças que suprem a falta de norma específica, nos Mandados de Injunção, ou aquelas que notificam a mora do agente legiferante, nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade por Omissão.

Mesmo assim não são poucos os argumentos que se levantam contra os perigos do aumento de poder político do Judiciário. Isso porque o ECI, pretendendo conferir efetividade aos preceitos constitucionais, conforme a ADPF 347, de-

pende da discricionariedade de um tribunal, nesse caso, o STF. E assim ocorre porque se conclama que esse órgão concentre seus esforços para a solução do litígio estrutural sem que a Constituição lhe tenha atribuído tal competência. Logo, opera-se aqui um déficit democrático, um desvio no Estado Democrático de Direito organizado pela Constituição, pois o julgamento que não parte de uma decisão fundamentada e possibilitada pelo ordenamento parte de uma escolha, feita pelo magistrado, de como julgar (STRECK, 2013, s/p). Essa escolha de como julgar corresponde a um ativismo, ainda que funcione para impulsionar a aplicação da Constituição.

Lenio Streck (2013, s/p) se apoia em Antoine Garapon e Hans Kelsen para discorrer sobre a contradição entre decisão e escolha, observando em que posição se encontra o ativismo em uma democracia. Sobre a prevalência das “escolhas, gostos e opiniões” dos magistrados, o autor anota que:

tudo isso leva a ativismos. E o que é ativismo? É uma corrupção funcional entre os poderes. Alguns ativismos até podem produzir resultados produtivos, mas não necessariamente isso signifique que o ativismo seja bom. Um relógio estragado também acerta a hora duas vezes por dia. O que precisa ficar claro é que discutir sobre o ativismo implica debater os limites da atuação do Judiciário (e do Ministério Público), que, ao extrapolar suas funções, pode agir para o bem ou para o mal. Antoine Garapon, autor que quase não trabalho, mas, no contexto cai bem, diz que o ativismo começa quando, entre várias soluções possíveis, a *escolha* do juiz é dependente do *desejo* de acelerar a mudança social ou, pelo contrário, de a travar. A questão que se coloca é: de que lado a gente está? Eis a questão... Sigo. O problema é justamente este: acharemos “bom” quando o ativismo produzir decisões contrárias a todos os avanços do Direito? É preciso lembrar que o ativismo judicial tem relação ao kelseniano conceito de que interpretação é um ato de vontade (claro, isso no plano do que Kelsen entendia como decisão jurídica). E atos de vontade não tem controle. E onde não há controle, não há democracia. Simples, pois (STRECK, 2013, s/p).

Desse modo, a posição aqui defendida é a de que, ainda que o instituto busque tutelar uma situação que merece a acolhida, a democracia brasileira não parece dar mostras de preparo para tal “diálogo institucional” (BEZERRA, 2015, s/p). Norberto Bobbio (1983, p. 129) afirma que a democracia é encontrada na repetição ritualística de procedimentos, algo que a Constituição Brasileira de 1988 ainda não deu mostras de ter encontrado, por se render a fatores como o ativismo manifestado pela declaração do Estado de Coisas Inconstitucional. O fato é que tal instituto rompe com os processos estabelecidos afirmando aumentar a semântica constitucional, mas não oferece garantias de que tal sentido da Constituição não será diminuído a depender da discricionariedade de seu aplicador em alguma outra situação.

Elival da Silva Ramos (2015, p. 333) conclui sua prodigiosa pesquisa alertando para os perigos do ativismo judicial, atinente mais a questões morais do que

jurídicas, e, portanto, mais propenso a obedecer à subjetividade do julgador do que aos textos legais e à Constituição de 1988. Para tanto, o autor se vale da análise do ataque aos direitos trabalhistas empreendido pela Suprema Corte americana no início do século XIX, cujo símbolo é a decisão do caso *Lochner*. Confira-se:

Não devemos incidir no equívoco elitista de tentar concretizar uma Constituição democrática, paradoxalmente, atribuindo ao povo um papel secundário. O ativismo judicial, que seduz os incautos e agrupa os aristocratas do direito, existe tanto na jurisprudência 'progressista' a proclamar a aplicabilidade imediata de direitos sociais veiculados por normas programáticas, quanto na resistência abusiva da Suprema Corte estadunidense à legislação trabalhista, no período do 'governo dos juízes'. Compete aos juristas democratas colocar o seu saber a serviço da construção de instituições que permitam o triunfo de um governo que se faça não apenas em benefício do povo, mas com a sua participação decisiva, diretamente, sob determinadas condições, e indiretamente, de modo diuturno, por meio dos instrumentos de representação política (RAMOS, 2015, p. 333).

Dessa forma, infere-se que a democracia alcançada pelo estado brasileiro parece prescindir do ativismo judicial, manifestado na declaração de um Estado de Coisas Inconstitucional, pela ADPF 347. A aposta nesse meio de solução coloca o Estado Democrático de Direito à mercê do Judiciário, vez que é atribuído ao órgão um poder político que a Constituição Federal de 1988 não lhe conferiu, um poder de decisão sobre políticas públicas que vai além das competências estabelecidas pelas garantias constitucionais da jurisdição.

Ao contrário disso, a Constituição brasileira, como herdeira da tradição liberal das constituições ocidentais, baseia-se em sistemas de freios e contrapesos em que cada instituição é capaz de reter o avanço de uma sobre as demais, detendo possíveis absolutismos ou autoritarismos. Dessa maneira é que o Judiciário tem sua ação condicionada pelo texto Constitucional e também pelos outros dois órgãos políticos. Seu órgão de cúpula, o Supremo Tribunal Federal, assim como os demais juízes, conta com uma competência minuciosamente delimitada pelos constituintes, mas também possui ampla margem de ação, possibilitada pelos métodos de preenchimento das lacunas normativas, como o juízo de equidade nas cláusulas abertas ou a ponderação entre princípios, quando há colisão desses valores.

Nessa medida, não parece haver espaço para ativismos num sistema em que se têm claramente delimitadas as regras do jogo. Evidente está que o sistema prisional brasileiro sofre inúmeros problemas e carece de uma melhor gestão, que respeite os direitos fundamentais a ele reservados. Porém, os Poderes Executivo e Legislativo é que detêm competência para tratar sobre a questão. A democracia estabelecida pela Constituição de 1988 conferiu, não ao Poder Judiciário, mas a esses órgãos políticos, a responsabilidade pelo trato da questão, sendo o Judiciário

chamado pela incapacidade desses poderes em gerir tal gargalo institucional. Bastaria que se fizessem aplicar os comandos constitucionais, notadamente os direitos fundamentais da Carta Magna e as normas dali derivadas que se refiram aos presídios, para que a solução fosse encontrada. E assim se conferiria a mais legítima efetividade ao texto constitucional, sem se fugir às regras elencadas pelo constituinte, representante da vontade popular brasileira.

A questão que se põe é que o ativismo judicial e sua consequente declaração de um Estado de Coisas Inconstitucional não seriam necessários para a solução de gargalos institucionais se os institutos previstos pela Constituição fossem respeitados. No texto constitucional existem mecanismos suficientes para manter o bom funcionamento das instituições no Brasil, sendo eles listados pela Constituição ou dela decorrentes. Em entrevista à revista *Consultor Jurídico*, o jurista Lenio Streck (2009, s/p) comenta que a Constituição Federal de 1988 é “a mais democrática do mundo”. Ainda que tal afirmação mereça ressalvas, o que se pode depreender disso é que as soluções podem ser encontradas no próprio texto constitucional e não fora dele, mas faz-se necessário que sejam corretamente aplicadas.

Dito isso, abandonar as conquistas duramente alcançadas pela Constituição em nome de uma aposta em personalismos parece não ser a melhor escolha. Recorrendo-se mais uma vez ao jurista Lenio Streck (2013, s/p), tem-se que “o aplauso de hoje do ativismo jurídico pode ter sua antítese amanhã, quando os que hoje festejam se sentirem prejudicados”. Nesse ínterim, considerando todo o exposto, é possível inferir que o fortalecimento das instituições, calcado numa correta aplicação da Constituição Federal de 1988 e na repetição do diálogo democrático, é a melhor via de solução, ainda que não seja a mais rápida ou enérgica.

A experiência humana é amplamente marcada pela atuação desastrosa de subjetivismos, demonstrados pelo absolutismo, pelo autoritarismo e, mais recentemente, pela proibição da autodeterminação dos povos. Por isso mesmo é que as constituições se pretendem limitadoras dos poderes despóticos. O ativismo judicial, que num primeiro momento não parece oferecer riscos à democracia brasileira, tem aumentado vertiginosamente (vide a declaração do Estado de Coisas Inconstitucional) e representa uma espécie de poder não democrático, vez que age descolado de qualquer previsão constitucional ou infraconstitucional. Portanto, não deve merecer qualquer festejo, ou mesmo uma análise apressada que vise aos benefícios alcançados pela prática, mas sim um cuidado detido e científico que busque alcançar seus reais efeitos numa democracia tardia como a brasileira.

## 5. CONCLUSÃO

O presente estudo buscou investigar o instituto do Estado de Coisas Inconstitucional, apresentado pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de número 347, sob o prisma do ativismo judicial. Para tanto, a pesquisa se valeu da noção de democracia estabelecida pela Constituição de 1988 e desenvolvida pela ciência jurídica brasileira. Em última instância, quis-se verificar se o

instituto representa evolução na tutela dos direitos fundamentais ou risco à harmonia das instituições estabelecidas pelo texto constitucional, vez que não se encontra paralelo na legislação do país ou mesmo na jurisprudência.

Foi possível constatar que a Constituição de 1988 propiciou o avanço de certo ativismo judicial, através do amplo sistema de controle de constitucionalidade, assim como do extenso rol de direitos fundamentais. Ademais, demonstrouse a ubiquidade desse ativismo, que pode ser encontrado em diferentes países e em diferentes contextos ao longo dos últimos três séculos. Tais condições alçaram o Poder Judiciário a uma posição central na política brasileira, capacitando-o a discutir temas relevantes sem a autorrestrrição anterior, e com uma postura ativa, aplicando sua interpretação livre de maiores constrangimentos.

Nesse contexto é que se verificou o julgamento do Estado de Coisas Inconstitucional presente nas prisões brasileiras. O novo instituto impulsionou ainda mais o ativismo judicial, dada a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal lavrar uma sentença estruturante dotada de ordens destinadas aos demais poderes políticos, Legislativo e Executivo. Discutiu-se então o risco que o quadro representa à democracia brasileira, ao proporcionar amplos poderes para que o Judiciário reconheça como inconstitucionais certos estados de coisas, ou seja, situações em si.

Finalmente, foi possível concluir que a declaração do Estado de Coisas Inconstitucional é puramente política, vez que se sujeita à discricionariedade do magistrado. São os tribunais que determinam se uma situação é ou não inconstitucional, podendo até mesmo estabelecer ordens para mudar o quadro existente. Com isso, o instituto pode atender a vontade popular em algum momento, mas não fazê-lo em outros, constrangendo a democracia e suas garantias duramente conquistadas pela Constituição Federal de 1988 à subjetividade do julgador.

#### REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. (*Syn*)thesis, 5(1): 23-32, jan. 2012.

BEZERRA, Rafael. *Estado de coisas fora do lugar (?)*. 2015. Disponível em: <<http://jota.uol.com.br/estado-de-coisas-fora-lugar>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.244. Requerente: Procuradora Geral da República. Relator: Ministro Ayres Britto. Brasília, DF, 05 de maio de 2011. *Diário da Justiça Eletrônico*. Brasília, 14 out. 2011. n. 198, p. 611-880. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.999. Requerente: Partido Social Cristão. Requerido: Tribunal Superior Eleitoral. Relator: Ministro Joaquim Barbosa. Brasília, DF, 12 de novembro de 2008. *Diário da Justiça Eletrônico*. Brasília, 17 abr. 2009. n. 71, p. 99-162. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=586949>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 54. Arguente: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, DF, 12 de abril de 2012. *Diário da Justiça Eletrônico*. Brasília, 30 abr. 2013. p. 1-433. Disponível em: <[http://www.migalhas.com.br/arquivo\\_artigo/art20130503-03.pdf](http://www.migalhas.com.br/arquivo_artigo/art20130503-03.pdf)>. Acesso em: 01 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 3.682. Requerente: Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Requerido: Congresso Nacional. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, DF, 09 de maio de 2007. *Diário da Justiça Eletrônico*. Brasília, 06 set. 2007. n. D.J. 06.09.2007, p. 277-326. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=485460>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Mandado de Injunção nº 670. Impetrante: Sindicato dos Servidores Policiais Cíveis do Estado do Espírito Santo - SINDPOL. Impetrado: Congresso Nacional. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, DF, 25 de outubro de 2007. *Diário da Justiça Eletrônico*. Brasília, 30 out. 2008. n. 206, p. 1-206. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=558549>. Acesso em 01 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Mandado de Injunção nº 708. Impetrante: Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa. Impetrado: Congresso Nacional. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Brasília, DF, 25 de outubro de 2007. *Diário da Justiça Eletrônico*. Brasília, 31 out. 2008. n. 206, p. 207-383. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=558551>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Mandado de Injunção nº 712. Impetrante: Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado do Pará. Impetrado: Congresso Nacional. Relator: Ministro Eros Grau. Brasília, DF, 25 de outubro de 2007. *Diário da Justiça Eletrônico*. Brasília, 31 out. 2008. n. 206, p. 384-628. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=558553>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Mandado de Segurança nº 26.602. Impetrante: Partido Popular Socialista. Impetrado: Presidente da Câmara dos Deputados. Relator: Ministro Eros Grau. Brasília, DF, 04 de outubro de 2007. *Diário da Justiça Eletrônico*. Brasília, 17 out. 2008. n. 197, p. 190-423. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=555539>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Mandado de Segurança nº 26.603. Impetrante: Partido da Social Democracia Brasileira. Impetrado: Presidente da Câmara dos Deputados. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, DF, 04 de outubro de 2007. *Diário da Justiça Eletrônico*. Brasília, 19 dez. 2008. n. 241, p. 318-665. Disponível em: <[http://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/STF/IT/MS\\_26603\\_DF\\_1279006220916.pdf?Signature=jh3E63WxJc-TORDrjpnq0zbH4Aw=&Expires=1476997132&AWSAccessKeyId=AKIAIPM2XEMZACAXCMBA&response-content-type=application/pdf&x-amz-meta-md5-hash=3c9154fc81db04343b8f76cd396a4208](http://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/STF/IT/MS_26603_DF_1279006220916.pdf?Signature=jh3E63WxJc-TORDrjpnq0zbH4Aw=&Expires=1476997132&AWSAccessKeyId=AKIAIPM2XEMZACAXCMBA&response-content-type=application/pdf&x-amz-meta-md5-hash=3c9154fc81db04343b8f76cd396a4208)>. Acesso em: 01 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Mandado de Segurança nº 26.604. Impetrante: Democratas. Impetrado: Presidente da Câmara dos Deputados. Relator: Ministra Cármen Lúcia. Brasília, DF, 04 de outubro de 2007. *Diário da Justiça Eletrônico*. Brasília, 03 out. 2008. n. 187, p. 135-469. Disponível em: <[http://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/STF/IT/MS\\_26604\\_DF\\_1279006175574.pdf?Signature=MpAfW7/qcs79lBBX2gmIjDpUJp0=&Expires=1476997359&AWSAccessKeyId=AKIAIPM2XEMZACAXCMBA&response-content-type=application/pdf&x-amz-meta-md5-hash=5b5e391baadc26018c9cea2b698c03d5](http://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/STF/IT/MS_26604_DF_1279006175574.pdf?Signature=MpAfW7/qcs79lBBX2gmIjDpUJp0=&Expires=1476997359&AWSAccessKeyId=AKIAIPM2XEMZACAXCMBA&response-content-type=application/pdf&x-amz-meta-md5-hash=5b5e391baadc26018c9cea2b698c03d5)>. Acesso em: 01 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Recurso Extraordinário nº 197.917. Recorrente: Ministério Público Estadual. Recorridos: Câmara Municipal de Mira Estrela e outros. Relator: Ministro Maurício Côrrea. Brasília, DF, 06 de junho de 2002. *Diário da Justiça Eletrônico*. Brasília, 07 maio 2004. n. D.J. 07.05.2004, p. 368-511. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=235847>. Acesso em 01 abr. 2017.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 13. ed. Brasília: Unb, 2010.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. *Dimensões do ativismo judicial do STF*. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

\_\_\_\_\_. Atualidades do Controle Judicial da Omissão Legislativa Inconstitucional. *Direito Público*, [s.l.], p. 47-83, 2011. Instituto Brasiliense de Direito Público. <http://dx.doi.org/10.11117/22361766.42.01.04>. Disponível em <https://www.portal-deperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/1963/1067>. Acesso em: 01 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. *“Estado de Coisas Inconstitucional” e Litígio Estrutural*. 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-set-01/carlos-campos-estado-coisas-inconstitucional-litigio-estrutural>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. *JOTAMundo: Estado de Coisas Inconstitucional*. 2015. Disponível em: <<http://jota.uol.com.br/jotamundo-estado-de-coisas-inconstitucional>>. Acesso em: 04 maio 2017.

\_\_\_\_\_. *O Estado de Coisas Inconstitucional e o litígio estrutural*. 2015. Disponível em: <[http://www.conjur.com.br/2015-set-01/carlos-campos-estado-coisas-inconstitucional-litigio-estrutural#\\_ftnref5](http://www.conjur.com.br/2015-set-01/carlos-campos-estado-coisas-inconstitucional-litigio-estrutural#_ftnref5)>. Acesso em: 01 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Explicando o avanço do ativismo judicial do Supremo Tribunal Federal. *Revista do Instituto do Direito Brasileiro*, 8(2): 7881-7961, 2013.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2007.

COLÔMBIA. Corte Constitucional. *Sentencia de Tutela nº 153*. Disponível em: <<http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/1998/t-153-98.htm>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

CONTINENTINO, Marcelo Casseb. História do judicial review: o mito de Marbury. *Revista de Informação Legislativa*, 53(209): 115-132, abr. 2016.

FERREIRA, Olavo Alves. *Controle de constitucionalidade e seus efeitos*. São Paulo: Método, 2003.

FERREIRA, Pinto. *Princípios gerais do direito constitucional moderno*. São Paulo: Saraiva, 1983.

GIORGI, Raffaele de; FARIA, José Eduardo; CAMPILONGO, Celso. *Estado de Coisas Inconstitucional*. 2015. Disponível em: <<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,estado-de-coisas-inconstitucional,10000000043>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira. A evolução do direito constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei. *Revista de informação legislativa*, 32(126): 87-102, jun. 1995.

RAMOS, Elival da Silva. *Ativismo Judicial: parâmetros dogmáticos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

STRECK, Lenio Luiz. *Ativismo judicial não é bom para a democracia*. 2009. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-mar-15/entrevista-lenio-streck-procurador-justica-rio-grande-sul>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. *Como se mede a "régua" para aplicar a lei*. 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-out-24/senso-incomum-mede-regua-aplicar-lei-quem-fixar>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. *Estado de Coisas Inconstitucional é uma nova forma de ativismo*. 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-out-24/observatorio-constitucional-estado-coisas-inconstitucional-forma-ativismo>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. *O que é preciso para (não) se conseguir um Habeas Corpus no Brasil*. 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-set-24/senso-incomum-preciso-nao-obter-hc-brasil#author>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. *O Supremo não é o guardião da moral da nação*. 2013. Disponível em: <[http://www.conjur.com.br/2013-set-05/senso-incomum-supremo-nao-guardiao-moral-nacao#\\_ftn1\\_9328](http://www.conjur.com.br/2013-set-05/senso-incomum-supremo-nao-guardiao-moral-nacao#_ftn1_9328)>. Acesso em: 01 abr. 2017.

## **A prisão decorrente de acórdão penal condenatório sem o trânsito em julgado: estudo do princípio constitucional da presunção de inocência a partir da virada hermenêutica verificada no julgamento do HC nº. 126.292/STF**

*The imprisonment from condemnatory criminal judgment without final  
and unappeasable decision: a study of the constitutional principle of the presumption  
of innocence considering the hermeneutical upset verified in the judgement  
of HC n. 126.292/STF*



**Paulo Henrique Silva Fonseca**

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM).  
e-mail: paulofonseca@unipam.edu.br

**Gabriel Gomes Canêdo Vieira de Magalhães**

Mestre em Direito Público pela UFU. Docente do curso de Direito do UNIPAM.  
e-mail: gabrielgcv@unipam.edu.br

---

**RESUMO:** O processo penal vislumbrado nos meados no século XX no Brasil é alvo constante de diversas críticas. Certo é que a Constituição Federal da República de 1988 trouxe à tona muitas mudanças para o processo penal, dando ênfase aos direitos e garantias do réu, a fim de que este não ficasse à mercê da discricionariedade do Estado-Juiz. A par desses direitos, merece guarida a presunção de inocência, que se encontra em debate no Supremo Tribunal Federal acerca de sua amplitude dentro do processo. A aplicação e eficácia do Direito Penal é o que se tenta garantir em tempos de frágeis instituições, contudo, é preciso ter em mente a sua característica de *ultima ratio*, verificar qual é o limite do Poder Judiciário na busca da efetivação desta tutela e até onde se pode ir sem que se atinjam direitos fundamentais da pessoa humana.

**PALAVRAS-CHAVE:** Presunção de inocência. Prisão decorrente e acórdão penal sem trânsito em julgado. Virada hermenêutica. Mutação constitucional.

**ABSTRACT:** The criminal process envisaged in the mid-twentieth century in Brazil is a constant target of criticism. It is true that the 1988 Federal Constitution brought many changes to the criminal process, emphasizing the rights and guarantees of the defendant, so that it would not be at the mercy of the discretion of the State Judge. Along with these rights, the presumption of innocence, which is being debated in the Federal Supreme Court about its

breadth in the process, deserves to be safeguarded. The application and efficacy of Criminal Law is what one tries to guarantee in times of fragile institutions, however, one must keep in mind its *ultima ratio* characteristic, verify the limit of the Judiciary Power in the search for the effectiveness of this *tutela* and to what extent one can go without fundamental rights of the human being.

**KEYWORDS:** Presumption of innocence. Imprisonment and criminal judgment without final and unappealable decision. Hermeneutical upset. Constitutional mutation.

---

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A hermenêutica jurídica é tratada como a ciência que estuda a interpretação das normas jurídicas, compreendidas em leis, tratados, contratos e nos mais diversos instrumentos do nosso ordenamento jurídico. Ao se interpretar uma regra ou um princípio, extraímos deles uma norma jurídica. Essa norma pode ser retirada de maneira literal, teleológica, sistemática, etc. Contudo, é necessário ser cuidadoso ao interpretar o direito posto, uma vez que não se pode restringir, tampouco expandir o direito ao bel prazer.

Nesse viés, cabe dizer que a Constituição da República Federativa do Brasil carrega em seu bojo princípios basilares que se irradiam para todo o ordenamento jurídico brasileiro. Tais princípios são objetos de cláusulas pétreas e só podem ser alterados com o escopo de ampliar o direito neles assegurados, tal como prevê o art. 60, § 4º, CF.

Feita essa rápida análise, cumpre destacar a temática do presente trabalho, que teve como pano de fundo para a pesquisa a prisão decorrente de acórdão penal condenatório sem o trânsito em julgado. Verificou-se a legitimidade do entendimento versado no HC 126.292/STF à luz do princípio constitucional da presunção de inocência (art. 5º, LVII, CF).

Sendo assim, a problemática do trabalho contornou os parâmetros da mutação constitucional à vista da decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal. Buscou-se perquirir se o julgamento do sobredito *habeas corpus* teve o condão de alterar o conteúdo jurídico do direito fundamental sagrado no art. 5º, LVII, da Constituição Federal, que estatui a presunção de inocência na seara penal.

Buscou-se no trabalho, através da hermenêutica jurídica, compreender a mutação constitucional gerada pela decisão do STF no aludido *habeas corpus*, que terminou por relativizar o princípio da presunção de inocência, em prol da efetividade do microsistema processual penal.

Analisou-se, pois, a mutação constitucional evidenciada pela troca de paradigma vislumbrada no HC 126.292/STF, no que tange ao direito fundamental do réu à presunção de inocência.

Para isso, utilizou-se de pesquisa teórico-bibliográfica centrada no método dedutivo, analisando, assim, a literatura pátria que trata do tema, consubstanciada

em periódicos, teses de doutorado, dissertações de mestrado e doutrinas jurídicas.

Dessa maneira, embora existam diversas abordagens sobre a temática, a pesquisa se pautou na análise hermenêutica e no estudo da legitimidade da prisão para cumprimento de acórdão penal condenatório, à margem do trânsito em julgado.

A temática do presente trabalho encontra-se em amplo debate, o que perfaz a necessidade de investigação acerca de suas minúcias, para que se possa adentrar e fertilizar o campo da pesquisa jurídica com as novas descobertas que advêm da evolução do raciocínio da ciência do Direito.

## 2. CONTEXTO HISTÓRICO DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Antes de abordar efetivamente o princípio da presunção de inocência, cumpre discorrer sobre os direitos fundamentais da pessoa humana. A Constituição Federal de 1988 estabelece princípios norteadores de todo o ordenamento jurídico, sendo estes dispostos ao longo de todo o seu texto.

Tais direitos fundamentais têm a função de limitar o poder estatal, face ao regime democrático, em que o governo é exercido pelo povo, delegado aos seus representantes mandatários. José Joaquim Gomes Canotilho afirma que a estes direitos cumpre

[...] a função de direitos de defesa dos cidadãos sob uma dupla perspectiva: (1) constituem, num plano jurídico-objetivo, normas de competência negativa para os poderes públicos, proibindo fundamentalmente as ingerências destes na esfera jurídica individual; (2) implicam, num plano jurídico-subjetivo, o poder de exercer positivamente direitos fundamentais (liberdade positiva) e de exigir omissões dos poderes públicos, de forma a evitar agressões lesivas por parte dos mesmos (liberdade negativa) (CANOTILHO, *apud* MORAES, 2017, p. 29).

Nesse certame, os direitos fundamentais classificam-se em gerações, não entanto, “essa distinção entre gerações dos direitos fundamentais é estabelecida apenas com o propósito de situar os diferentes momentos em que esses grupos de direitos surgem como reivindicações acolhidas pela ordem jurídica” (BRANCO; MENDES, 2017, p. 136).

Hodiernamente, a doutrina destaca os direitos fundamentais em primeira, segunda e terceira gerações, assim como leciona Celso de Mello:

[...] enquanto os direitos de primeira geração (direitos civis e políticos) – que compreendem as liberdades clássicas, negativas ou formais – realçam o princípio da liberdade e os direitos de segunda geração (direitos econômicos, sociais e culturais) – que se identificam com as liberdades positivas, reais ou concretas – acentuam o princípio da igualdade, os direitos de terceira geração, que materializam poderes

de titularidade coletiva atribuídas genericamente a todas as formações sociais, consagram o princípio da solidariedade e constituem um momento importante no processo de desenvolvimento, expansão e reconhecimento dos direitos humanos, caracterizados enquanto valores fundamentais indisponíveis, pela nota de uma essencial inexauribilidade (MELLO, *apud* MORAES, 2017, p. 29).

Contudo, a expressão *dimensões* sofre críticas, pois se infere incorretamente uma supressão dos direitos de gerações mais novas, pelos direitos de gerações mais antigas. Nesse sentido, “os direitos de cada geração persistem válidos juntamente com os direitos da nova geração, ainda que o significado de cada um sofra o influxo das concepções jurídicas e sociais prevalentes nos novos momentos” (BRANCO; MENDES, 2017, p. 136). Sendo assim, a expressão *dimensão* é mais bem aceita pela atual doutrina, tendo em vista a vedação ao reacionarismo no contexto dos direitos fundamentais.

Feitos esses apontamentos basilares, cabe situar o princípio da presunção de inocência. Tal princípio encontra natureza jurídica de garantia processual penal, notadamente na liberdade pessoal do indivíduo acusado de prática delituosa, o qual, conforme o art. 5º, LVII da Constituição Federal, não será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

O princípio trazido a lume pertence à categoria de princípio fundamental de primeira dimensão, tendo em vista seu caráter abrigado na liberdade do indivíduo, ensejando, assim, os moldes da primeira dimensão de direitos, que preza pela liberdade, conforme mencionado anteriormente.

Neste viés, faz-se imprescindível a anotação de Edilson Mougenot Bonfim, repassando os precedentes históricos acerca do princípio da presunção de inocência:

*Precedentes históricos:* O princípio se positiva pela primeira vez no art. 9º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (Paris, 26.8.1789), inspirado na razão iluminista (Voltaire, Rousseau etc.). Posteriormente, foi reafirmado no art. 26 da Declaração Americana dos Direitos e Deveres (22.5.1948) e no art. 11 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Assembleia da Nações Unidas (Paris, 10.12.1948) (BONFIM, 2016, p. 97).

Nota-se, portanto, a importância deste princípio, vislumbrado mais de dois séculos atrás, na Revolução Francesa, com os ideais iluministas crescentes na época, que pregavam a liberdade, a igualdade e a fraternidade, características que a República Federativa do Brasil, como Estado Democrático de Direito, prevê logo no seu Preâmbulo.

Não fosse o suficiente esse retorno histórico, a presunção de inocência, como dito por Aury Lopes Júnior (2017), faz-se presente no direito romano, não obstante tenha sido tratada com maior enfoque, inclusive como subversão à ideia

desse princípio, na Inquisição da Idade Média. Nicolas Eymerich (1320-1399), inquisidor catalão, dizia que “o suspeito que tem uma testemunha contra ele é torturado. Um boato e um depoimento constituem, juntos, uma semiprova e isso é suficiente para uma condenação” (EYMERICH, *apud* LOPES JÚNIOR, 2015, p. 91). Outro doutrinador que considerava a presunção de inocência vazia e inócua era Vincenzo Manzini, que chegou a afirmar que este princípio era “estranho e absurdo extraído do empirismo francês” (MANZINI, *apud* LOPES JÚNIOR, 2015, p. 91).

Neste contexto de críticas ao princípio da presunção de inocência, chegue-se aos doutrinadores atuais, que afirmam que a própria denominação “presunção de inocência” não encontra guarida técnica.

Apesar dessas divergências de nomenclaturas, a doutrina soa constante no que tange ao conceito intrínseco ao princípio da presunção de inocência, caracterizando-o como um desdobramento do princípio do devido processo legal (art. 5º, LIV, CF), alicerce do Estado Democrático de Direito.

Neste pensamento, Aury Lopes Júnior preconiza que a presunção de inocência rege o processo penal e que “em última análise, pode-se verificar a qualidade de um sistema processual através do seu nível de observância (eficácia)” (LOPES JÚNIOR, 2017, p. 95).

Caracterizando a presunção de inocência, Norberto Avena se baseia no lecionado por Fernando Capez:

Conforme refere Capez, o princípio da presunção de inocência deve ser considerado em três momentos distintos: na instrução processual, como presunção legal relativa de não culpabilidade, invertendo-se o ônus da prova; na avaliação da prova, impondo-se seja valorada em favor do acusado quando houver dúvidas sobre a existência de responsabilidade pelo fato imputado; e, no curso do processo penal, como parâmetro de tratamento acusado, em especial no que concerne à análise quanto à necessidade ou não de sua segregação provisória (AVENA, 2017, p. 23).

Sendo assim, a presunção de inocência vai além de não considerar a pessoa culpada até o trânsito em julgado de ação penal condenatória, assim como ensina Aury Lopes Júnior (2017), que consagra também um dever de tratamento que age de maneira interna e externa ao processo.

Na vertente interna, a presunção de inocência é dirigida, na sua maior parte, ao juiz, que deve se abster do posicionamento acusatório, e caso haja alguma dúvida acerca da materialidade ou autoria do delito, deve-se, inquestionavelmente, absolver o réu, levando-se o ônus da prova para o órgão acusador. Além disso, essa vertente se caracteriza pelo controle das prisões cautelares, que podem ser necessárias no curso do processo, exigindo-se, porém, robusta fundamentação.

Por sua vez, a vertente externa do princípio da presunção da inocência baseia-se na proteção ao acusado de ter sua imagem indevidamente exposta ao pú-

blico, seja pelos meios midiáticos ou forenses, o que pode levar à sua precoce estigmatização, uma vez que ainda não há decisão transitada em julgado.

Portanto, o princípio constitucional da presunção de inocência é garantia processual penal, que visa a segurança jurídica em matéria criminal do nosso Estado Democrático de Direito, efetivando os direitos à liberdade pessoal e ao devido processo legal.

### 3. O PARADIGMA DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA PARA A APLICAÇÃO DE SANÇÃO PENAL

A presunção de inocência ou não culpabilidade é um princípio fundamental, previsto no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal. Edilson Mougenot Bonfim (2016, p. 97) faz menção aos precedentes históricos e afirma que esse princípio fora positivado primeiramente no artigo 9º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (Paris, 26/08/1789). Decorrido um período, foi repetido no art. 26 da Declaração Americana de Direitos e Deveres (22/05/1948) e, logo após, no art. 11 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Assembleia das Nações Unidas (Paris, 10/12/1948).

Segundo Aury Lopes Júnior, o princípio da presunção de inocência é um avanço fundamental para separar o juiz-inquisidor do juiz-acusador, uma vez que, para aquele, “a dúvida gerada pela insuficiência de provas equivalia a uma semi-prova, que comportava um juízo de semiculpabilidade e semicondenação a uma pena leve” (2015, p. 91); já para este, a falta de provas, implica necessariamente absolvição, caracterizando também o princípio do *in dubio pro reo*.

Há autores que entendem que esse princípio não passa de uma maneira garantista de tratar o acusado, perfazendo-se assim a ideia de Vincenzo Manzini, de Luigi Perego, de Ubaldo Ferrari e Giovanni Vitali, todos citados por Aury Lopes Júnior:

Alude Manzini, segundo o operar “normal das coisas” (natureza das coisas) é de se presumir o fundamento da imputação e a verdade da decisão e não o contrário, taxando o processualista de irracional e paradoxal a defesa do princípio da presunção de inocência. Manzini se apropria aqui da doutrina de Perego, para quem a presunção de inocência surgiu como uma verdadeira atenuação da presunção de culpabilidade implícita na tautologia de que a ação penal nasce do delito. No mesmo sentido é possível se acrescentar aqui as palavras de Ferrari e de Vitali (LOPES JÚNIOR, 2017, p. 95).

Existe para esses doutrinadores uma lógica de que, se a maioria dos imputados por um delito é, ao final, considerada culpada, não há por que se garantir a presunção de inocência, sendo esta vista como um excesso de individualismo e garantismo, conforme já explanado.

Esse princípio está diretamente ligado à necessidade de fundamentação para as prisões anteriores ao trânsito em julgado, sendo que, para este tipo de cerceamento de liberdade, a prisão será de natureza cautelar.

Neste viés, a presunção de inocência se irradia não só pelas prisões de natureza cautelar (prisão temporária e prisão cautelar), mas também se estende à prisão de natureza penal, ou seja, para fins de cumprimento de sentença penal condenatória, é necessário que se tenha o trânsito em julgado. Sendo assim, *a priori*, o processo visa garantir que nenhuma pessoa seja “condenada” pela sociedade antes que efetiva tutela jurisdicional seja finalizada, a fim de que não se cometam injustiças a partir dos meios de coerção estatal.

#### 4. A VIRADA HERMENÊUTICA E A MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL EVIDENCIADAS NO HC Nº 126.292/STF

Importante fase se consubstancia em analisar a virada hermenêutica e a mutação constitucional deflagradas com o julgamento do HC nº 126.292/STF, o que se pretende delinear nesta fase da pesquisa.

##### 4.1. A MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL NO HC 126.292/STF

A Constituição Federal é a espécie normativa que está no ápice do Direito brasileiro, regulando, em tese, todos os mais importantes direitos e garantias essenciais ao Estado Democrático de Direito ao qual a República Federativa do Brasil pertence.

Justamente por possuir normas de importância ímpar e visando garantir a ordem social e a segurança jurídica, a Carta Magna possui a característica da rigidez constitucional, meio pelo qual se torna mais difícil alterar o seu texto. As regras de emendas à Constituição estão elencadas no art. 60 do seu próprio texto. Sobre o assunto Ingo Wolfgang Sarlet, Luis Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero asseveram que

tal estabilidade no mais das vezes abrange também garantias contra a supressão de determinados conteúdos da constituição, blindados até mesmo contra a ação do poder de reforma constitucional, conteúdos que passaram a ser conhecidos também como “cláusulas pétreas” ou “garantias de eternidade” (do alemão *Ewigkeitsklauseln*) (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2017, p. 119).

Ocorre que, não obstante as normas constitucionais sejam de difícil alteração, o Direito é uma ciência social e, por isso, não se estagna no tempo, sendo objeto de constantes mudanças de pensamento e ações sociais que ocorrem diuturnamente.

Exatamente por isso a Constituição da República não pode possuir normas eternas, que sejam imutáveis ao decorrer do tempo. O Direito acompanha a sociedade e não deve tampar os olhos às questões ferventes que merecem guarida e amparo pela legislação. Dizer que o Direito é imutável é como dizer que a ciência não deve buscar curas para as patologias que se descortinam no dia a dia.

Nessa visão de mudanças, alguns autores citam o fenômeno da “fossilização constitucional”. A esse respeito, Alexandre de Moraes discorre sobre os efeitos *erga omnes* das decisões do Supremo Tribunal Federal e a fossilização constitucional:

Não foi outro, o entendimento do Supremo Tribunal Federal, pelo qual os efeitos vinculantes não se aplicam ao Poder Legislativo, pois isso “afetaria a relação de equilíbrio entre o tribunal constitucional e o legislador, reduzindo o último a papel subordinado perante o poder incontrolável do primeiro, acarretando prejuízo do espaço democrático representativo da legitimidade política do órgão legislativo, bem como criando mais um fator de resistência a produzir o inaceitável fenômeno da chamada fossilização da Constituição” (MORAES, 2017, p. 800).

Neste viés, é certo que o Direito está sim em constante mudança e que é de suma importância manter o caráter atual das normas legislativas. Entretanto, às vezes, o Direito é alterado sem que suas bases legais sejam literalmente reformuladas. É o que ocorre no caso da mutação constitucional.

A mutação constitucional ocorre quando o texto da Carta Maior é mantido intacto, porém sofre mudanças em sua interpretação. É uma forma de alterar a Constituição sem que para isso seja necessário que se passe por todas as formalidades destacadas no supracitado art. 60 da CF.

Necessário destacar, por sua importância, a definição de mutação constitucional dada por Sarlet, Marinoni e Mitidiero:

Neste contexto, não se deve olvidar que a mutação constitucional, no sentido da mudança promovida sem alteração textual, pode ocorrer pela via da interpretação, ou seja, pela atuação de um órgão criado pela constituição (portanto, neste sentido, poderia também ser designada de uma mudança formal!), mas não é neste sentido que, consoante já explicitado, se compreendem as mudanças informais (mutações), mas sim pelo fato de não implicarem alteração do texto da constituição (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2017, p. 120).

Nesta linha, apesar de não haver nenhuma alteração literal do texto constitucional, a mutação constitucional é aceita no âmbito jurídico como alterações de entendimentos consolidados pela letra da Carta Magna. Há que se observar, contudo, limites para esse tipo de interpretação constitucional, para que não haja dis-

criconariedade e não se tragam consigo vontades que turbem a verdadeira intenção do texto constitucional, e para que não sirvam de modo “mais fácil” de aplicação de jogos de interesses políticos, uma vez que não é necessário que se passe por intenso processo legislativo.

No tocante à decisão proferida no HC 126.292/STF, é notável a mutação constitucional feita no âmbito do art. 5º, LVII, CF. Esse dispositivo diz o seguinte: “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Já na decisão exarada pelo Pretório Excelso, no mencionado *habeas corpus*, entendeu-se que o réu poderia sofrer os efeitos da prisão penal, mesmo que o processo estivesse pendente de recurso especial ou recurso extraordinário, ou seja, antes do trânsito em julgado.

Essa decisão sofreu fortes críticas, sobremaneira às margens da interpretação que foi dada ao artigo 5º, LVII, CF e ao modo como o STF tratou o efeito suspensivo dos recursos especiais e extraordinários. Nesta senda, Lenio Luiz Streck afirma que

[...] cumpre lembrar uma questão primordial que diz respeito à decisão do HC 126.292: quando um tribunal quer mudar seus próprios precedentes, há o correspondente ônus-argumentativo-de-demonstração-da-inadequação-jurídica da *ratio decidendi* desses precedentes. É dizer: se a impossibilidade de execução provisória da pena, em HCs como o 69.964 (ministro Sepúlveda) e o HC 84.078 (ministro Eros Grau) foi fundamentada com base justamente na análise semântica do artigo 5, LVII, não poderia o STF afastar essa *ratio decidendi* sem que demonstrasse, após igual análise semântica, a eventual compatibilidade dos termos “antecipação”, “execução provisória” e “presunção concreta de culpa” — isto é, sem que demonstrasse que os referidos precedentes erraram quando entenderam pela incompatibilidade da execução provisória. Isso nem de longe foi feito pelo STF no HC 126.292. E isso é fato. E nem o ministro Fachin o fez no voto objeto desta análise crítica, por certo pela desumana pauta sobrecarregada do STF, que não permitiu essa pormenorização (STRECK, 2016, *online*).

Todavia, outra parte da doutrina acha que esta mudança constitucional está totalmente adequada com a visão moderna de processo penal, uma vez que o réu é realmente considerado culpado com a decisão em segundo grau, visto que os recursos especial e extraordinário não permitem reexame de prova, mas apenas de matéria de direito, inviabilizando, assim, o pleno caráter de inocência do acusado.

Aury Lopes Júnior é contrário a este pensamento e afirma que o caráter excepcional dos recursos especial e extraordinário “em nada afeta, porque o caráter ‘extraordinário’ desses recursos não altera ou influi no conceito de trânsito em julgado expressamente estabelecido como marco final do processo (...) e inicial para o ‘tratamento de culpado’” (2018, *online*).

Certo é que esta mutação constitucional acerca do princípio da presunção da inocência e o momento de sua (não) aplicação dentro do processo penal geraram forte virada hermenêutica que acalora os debates jurídicos atuais.

#### 4.2. A VIRADA HERMENÊUTICA NA IDENTIFICAÇÃO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA EM ACÓRDÃO PENAL SEM TRÂNSITO EM JULGADO

O grande questionamento que surge no mundo jurídico é justamente até onde o princípio da presunção de inocência encontra guarida frente à efetividade da função jurisdicional penal?

Para que tal questão seja respondida com louvor, faz-se necessário, antes, analisar os conceitos de hermenêutica jurídica vislumbrados pelos doutrinadores. Lenio Luiz Streck faz interpretação do pensamento de Paulo Nader e aduz que

Paulo Nader entende que interpretar a lei é fixar o sentido de uma norma e descobrir a sua finalidade, pondo a descoberto os valores consagrados pelo legislador. Para ele, todo subjetivismo deve ser evitado durante a interpretação, devendo o intérprete visar sempre à realização dos valores magistrais do Direito: justiça e segurança, que promovem o bem comum (STRECK, 1999, p. 75).

Nesta linha de raciocínio, o intérprete da lei não deve se deixar permear por sentimentos alheios daqueles que a lei busca, ou seja, justiça e segurança para os atos/fatos jurídicos, segurança esta que garante a ordem e, como dito pelo autor, o bem comum.

Sendo assim, José Eduardo Soares de Melo, citado por Lenio Luiz Streck, ensina que “todo e qualquer aplicador do Direito (magistrado, autoridade pública, particular etc.) deve, sempre, descobrir o real sentido da regra jurídica, apreender o seu significado e extensão” (MELO, apud STRECK, 1999, p. 76). Além disso, não cabe aqui o ultrapassado brocardo *in claris cessat interpretatio*, uma vez que há a necessidade de se entender a motivação e o que pretende dizer o legislador quando editou determinada lei.

A hermenêutica, como visto, é essencial para que se apliquem corretamente as normas legais. É, portanto, de importância primordial que se interprete, logicamente, a Constituição Federal, do Preâmbulo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, já que é nela que se encontra o ápice do Direito neste país.

A par desses conceitos e da colocação da hermenêutica no Direito, faz-se mister conferir o que o Supremo Tribunal Federal entendeu sobre a presunção de inocência e o cumprimento de sentença antes do trânsito em julgado.

O STF foi chamado para decidir acerca da temática em duas situações, a primeira no ano de 2009 e a segunda no de 2016.

Segundo a primeira interpretação do STF firmada no *habeas corpus* 84.078/MG de 2009, haveria a inconstitucionalidade na execução antecipada de pena, sob o entendimento de que qualquer prisão antes do trânsito em julgado do processo somente poderia ser decretada cautelarmente. Acerca do tema, o relator do mencionado HC, Ministro Eros Grau:

Nas democracias mesmo os criminosos são sujeitos de direitos. Não perdem essa qualidade, para se transformarem em objetos processuais. São pessoas, inseridas entre aquelas beneficiadas pela afirmação constitucional da sua dignidade (art. 1º, III, da Constituição do Brasil). É inadmissível a sua exclusão social, sem que sejam consideradas, em quaisquer circunstâncias, as singularidades de cada infração penal, o que somente se pode apurar plenamente quando transitada em julgado a condenação de cada qual (BRASIL, 2009).

Neste posicionamento, o STF fez interpretação hermenêutica em relação ao art. 637 do Código de Processo Penal brasileiro, e se posicionou pela não recepção temporal e material deste dispositivo pela Lei n. 7.210/84, chamada Lei de Execução Penal, e pela atual Constituição da República.

No ano de 2016, adveio a segunda interpretação do STF, no *habeas corpus* 126.292/SP, o qual disse ser possível, e completamente compatível com os ditames constitucionais e legais, a execução antecipada de pena. Assim, o Relator, Ministro Teori Zavascki:

Realmente, a execução da pena na pendência de recursos de natureza extraordinária não compromete o núcleo essencial do pressuposto da não culpabilidade, na medida em que o acusado foi tratado como inocente no curso de todo o processo ordinário criminal, observados os direitos e as garantias a ele inerentes, bem como respeitadas as regras probatórias e o modelo acusatório atual. Não é incompatível com a garantia constitucional autorizar, a partir daí, ainda que cabíveis ou pendentes de julgamento de recursos extraordinários, a produção dos efeitos próprios da responsabilização criminal reconhecida pelas instâncias ordinárias (BRASIL, 2016).

Desta maneira, é inegável a virada hermenêutica do STF acerca da mitigação do princípio da presunção de inocência.

Antes dessa decisão, o referido princípio tinha ampla eficácia dentro do contexto de prisões penais para cumprimento de sentença, as quais só poderiam ocorrer com o trânsito em julgado. Após essa decisão, evidencia-se que uma pessoa condenada a pena privativa de liberdade por um juiz de primeiro grau e mantida a decisão pelo tribunal, quando do recurso, poderá ter expedido em seu desfavor mandado de prisão, com eficácia já penal, e não mais processual (finalidade cautelar).

Há que se mencionar o posicionamento de Alexandre de Moraes, o qual tem por base a relativização dos direitos e garantias individuais para o funcionamento harmônico das finalidades constitucionais. Segundo Moraes,

os direitos humanos fundamentais, dentre eles os direitos e garantias individuais e coletivos consagrados no art. 5º da Constituição Federal, não podem ser utiliza-

dos como um verdadeiro escudo protetivo da prática de atividades ilícitas, tampouco como argumento para afastamento ou diminuição da responsabilidade civil ou penal por atos criminosos, sob pena de total consagração ao desrespeito a um verdadeiro Estado de Direito (MORAES, 2017, p. 31).

Claro é que não se pode usar os direitos fundamentais como subterfúgio para que o Direito (civil, administrativo, penal etc.) não seja aplicado. Por isso, a ponderação de princípios formulada por Robert Alexy é de grande valia para mitigar, no caso concreto, aquilo que é mais importante. Alexy pontua que

quem efetua ponderações no direito pressupõe que as normas, entre as quais é ponderado, têm a estrutura de princípios e quem classifica normas como princípios deve chegar a ponderações. O litígio sobre a teoria dos princípios é, com isso, essencialmente, um litígio sobre a ponderação (ALEXY, 1999, p. 64).

Por outro ângulo, outros doutrinadores veem a ponderação como algo não exclusivo para os princípios, podendo ser aplicada também às normas-regras, para fins de deslinde do caso concreto. Assevera José Joaquim Gomes Canotilho:

O balanceamento de bens situa-se a jusante da interpretação. A atividade interpretativa começa por uma reconstrução e qualificação dos interesses ou bens conflitantes procurando, em seguida, atribuir um sentido aos textos normativos e aplicar. Por sua vez, a ponderação visa elaborar critérios de ordenação para, em face dos dados normativos e factuais, obter a solução justa para o conflito entre bens (CANOTILHO, 1999, p. 1162).

Nesta dialética, é possível atrair os ensinamentos de Alexy para o pensamento de Canotilho, ou seja, a ponderação pode ser amplamente aplicada entre as normas jurídicas, sejam estas regras ou princípios, adequando-se ao caso concreto a normativa que melhor resolver o litígio.

Passando por estes conceitos hermenêuticos acerca dos direitos fundamentais, percebe-se que o ordenamento jurídico brasileiro preocupa-se em solidificar uma base de direitos fundamentais, que servem para proteger o indivíduo contra as diversas ingerências do Estado.

Neste diapasão, é evidente que existiu relevante virada hermenêutica acerca do entendimento do princípio da presunção da inocência dentro do processo penal, uma vez que essa abarcava todas as instâncias superiores (STJ e STF); contudo, agora, passa-se a ter plena efetividade somente no contexto das primeiras instâncias e seus respectivos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais, já que, a pedido do Ministério Público, no curso de ação penal que esteja pendente de recurso especial e/ou recurso extraordinário, caso o Tribunal de Justiça mante-

nha a condenação do réu, este poderá ser preso para fins de cumprimento de sentença penal, a par de decisão judicial que acate a pretensão ministerial e decrete aplicação de prisão-pena.

Insta salientar que essa virada hermenêutica aguçou os raciocínios, fazendo com que a comunidade jurídica se debruçasse sobre esta temática, levando às mais diversas conclusões.

De um lado, temos aqueles que acreditam que a decisão do Pretório Excelso não poderia ser mais acertada, ao passo que a criminalidade crescente só prova que a presunção de inocência é uma ficção jurídica criada pelo simples apelo garantista inerente ao processo penal brasileiro. Essa mesma linha argumenta ainda que o Direito é uma ciência social e, por conseguinte, deve servir os interesses sociais, e não ser um fim em si mesmo, pois, caso seja, o Direito se transforma em ciência inócua e vazia.

Apoiando esse ponto de vista, podemos citar o próprio relator do HC 126.292/STF, o ministro Teori Zavascki, que em seu voto disse o seguinte:

Realmente, a execução da pena na pendência de recursos de natureza extraordinária não compromete o núcleo essencial do pressuposto da não culpabilidade, na medida em que o acusado foi tratado como inocente no curso de todo o processo ordinário criminal, observados os direitos e as garantias a ele inerentes, bem como respeitadas as regras probatórias e o modelo acusatório atual. Não é incompatível com a garantia constitucional autorizar, a partir daí, ainda que cabíveis ou pendentes de julgamento de recursos extraordinários, a produção dos efeitos próprios da responsabilização criminal reconhecida pelas instâncias ordinárias (BRASIL, 2016).

Segundo o ministro Luís Roberto Barroso, “a condenação de primeiro grau, mantida em recurso de apelação inverte a presunção de inocência. Qualquer acusado em processo criminal tem direito a dois graus de jurisdição. Esse é o seu devido processo legal” (BRASIL, 2016). Assim, com a manutenção da sentença em segundo grau, a presunção de não culpabilidade cairá por terra e o acusado será tratado como culpado.

Ainda segundo o ministro Luís Roberto Barroso, nenhum país além do Brasil permite ao acusado recorrer tantas vezes,

até porque a conclusão de um processo criminal, muitos anos, mas muitos anos depois do fato, é incapaz de dar à sociedade a satisfação necessária. E quando isso acontece, o Direito Penal acaba não desempenhando o papel mínimo que ele deve desempenhar, que é da prevenção geral, da dissuasão de condutas incompatíveis com a lei (BRASIL, 2016).

Contrário ao raciocínio elaborado pela maioria dos Ministros do Supremo

Tribunal Federal, o também ministro Marco Aurélio Mello votou contra a mudança de entendimento empregada no julgamento do retromencionado *habeas corpus*, nos seguintes termos:

Assim como fiz, ao proferir um longo voto no HC 84.078, relatado pelo eminente Ministro Eros Grau, eu quero reafirmar que não consigo, assim como expressou o Ministro Marco Aurélio, ultrapassar a taxatividade desse dispositivo constitucional, que diz que a presunção de inocência se mantém até o trânsito em julgado. Isso é absolutamente taxativo, categórico; não vejo como se possa interpretar esse dispositivo. Voltando a, talvez, um ultrapassadíssimo preceito da antiga escola da exegese, eu diria que *in claris cessat interpretatio*. E aqui nós estamos, evidentemente, *in claris*, e aí não podemos interpretar, *data venia* (BRASIL, 2016).

Para o Ministro, a interpretação do artigo 5º, LVII da Constituição Federal não abarca outra interpretação a não ser que a presunção de inocência deve ser mantida até o trânsito em julgado de ação penal condenatória.

Acerca da disposição constitucional da necessidade de trânsito em julgado para refutar a ideia de presunção de inocência, Lenio Luiz Streck faz severas críticas especificamente ao voto do Ministro Edson Fachin, como se pode notar:

Outro possível equívoco: para o ministro Fachin, a definição de coisa julgada e trânsito em julgado cabem ao legislador ordinário e não à Constituição Federal. Permito-me discordar. Fosse isso possível, ter-se-ia que uma garantia do Estado de Direito, que define o momento de imunização das demandas judiciais, tem sua definição passível de ser manipulada pelo legislador ordinário, o que pode colocar em risco a tese da rigidez constitucional, afirmada desde *Marbury v. Madison*, em 1803 (STRECK, 2016, *online*).

Deste modo, o termo “trânsito em julgado” não pode ser objeto de discussão para o legislador ordinário, muito menos cabe ao Judiciário discutir seus termos, mas sim deve ter seu caráter delineado na Constituição da República, para que sejam evitados golpes e manipulações, conforme conveniência e oportunidade.

Outrossim, por entender equivocado o raciocínio do STF, o Partido Nacional Ecológico (PEN) e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pleitearam Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADCs) de nº 43 e 44, visando a concessão da medida cautelar para suspender a execução provisória, uma vez que, segundo os autores das ações, o julgamento do *habeas corpus* 126.292/STF, em fevereiro de 2016, vem causando polêmica acerca da amplitude do princípio constitucional da presunção de inocência.

O julgamento das ADCs retro começou na data de 1º de setembro de 2016, com o voto do relator das duas ações, ministro Marco Aurélio, a favor da tutela

pleiteada, consagrando a constitucionalidade do art. 283 do CPP. Contudo, na data de 5 de outubro de 2016, o entendimento que prevaleceu por 6 votos a 5 foi o de que o art. 283 do CPP não impede o início do cumprimento da pena após o julgamento condenatório nas instâncias ordinárias.

Pontualmente, nem a mutação constitucional nem a virada hermenêutica do Supremo Tribunal Federal acerca da presunção de inocência e da necessidade do trânsito em julgado podem ser negadas, não obstante as discussões jurídicas continuem acerca da temática altamente controvertida, dividindo a comunidade jurídica em raciocínios progressistas e garantistas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um Estado Democrático de Direito o processo funciona como garantia fundamental ao indivíduo de que suas pretensões serão julgadas dentro dos padrões da legalidade e da imparcialidade, evitando-se, assim, a discricionariedade do Estado-Julgador. No âmbito do processo penal não poderia ser diferente, uma vez que se tem em discussão a culpabilidade e, por conseguinte, o cerceamento de liberdade de um indivíduo que sofre imputações de práticas delitivas e é considerado culpado.

Sendo assim, há aqui que se destacar que existe um conflito de interesse gritante entre o órgão acusador e o réu. Aquele procura a condenação deste, para que, deste modo, possa ver a sociedade reintegrada, livre de condutas que a assole. Este, por sua vez, resiste às acusações sob o manto da presunção de inocência que lhe é concedido até que transite em julgado a ação penal condenatória.

Não podemos fechar os olhos para a massa crescente de criminalidade que deturpa a sociedade, fazendo com que o sentimento de insegurança tome conta do povo brasileiro de uma maneira assustadoramente generalizada. Nesta senda de mudanças, o Direito não pode ficar estagnado de maneira temporal nem de maneira material, visto que deve acompanhar as evoluções evidenciadas socialmente.

Contudo, tal sentimento não pode ser a motivação para que o processo e suas garantias sejam maculadas, em nome de uma maior “efetividade” do Direito Penal, pois quando esse sentimento se torna a motivação das decisões, deixa-se de lado o Direito e coloca-se em primeiro plano o procedimento, levando a pessoa à equivalência de um objeto.

Essa decisão tomada pela maioria dos ministros do STF não é compatível com o bom Direito, pois viola princípios e garantias alcançados através de diversas lutas ao longo da história, pautados na evolução do Direito como uma ciência social.

Ademais, os direitos fundamentais contidos no artigo 5º da Constituição Federal são cláusulas pétreas, que só podem ser modificadas para se ampliar, não para se suprimir, e neste caso, é demasiado evidente que há a supressão da presunção de inocência, que deve ser garantida até que o processo transite em julgado.

Outrossim, vale ressaltar que essa decisão não coaduna com nenhuma formalidade prevista em nosso ordenamento para se alterar a Carta Magna, o que caracteriza uma mutação de entendimento e vai além, perfazendo, na verdade, uma mutação inconstitucional, pois viola expressa disposição acerca do trânsito em julgado para que cesse a presunção de inocência do réu.

Outra justificativa inócua se contradiz ao afirmar que matérias de direito julgadas em cortes extraordinárias não retiram o caráter de culpa do acusado, uma vez que no exercício da ampla defesa podem-se alegar matérias de fato e de direito, sendo assim, reduzem-se as oportunidades que o réu tem de se proteger ante o poder-dever de punir do Estado.

Neste sentido, é necessário, sim, que se respeite o direito fundamental à presunção de inocência, o qual encontra caráter constitucional e possui *in claris* um marco para seu fim, qual seja: o trânsito em julgado. Esquecer-se deste preceito é abandonar a própria Constituição da República e outros princípios norteadores do processo, como o devido processo legal e a ampla defesa, garantias essas conseguidas a duras penas através de anos de evolução social e de raciocínio jurídico.

#### REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. *Colisão de direitos fundamentais e realização de direitos fundamentais no estado de direito democrático*. Rio de Janeiro: Brochura, v. 217, n. 55, jul. 1999.

AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. *Processo penal*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense/São Paulo: Método, 2017.

BITTAR, Eduardo C. B. *Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BONFIM, Edilson Mougnot. *Curso de processo penal*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 de out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 30 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 13 out. 1941. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm). Acesso em: 30 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. Habeas corpus nº 126.292, Tribunal Pleno, Brasília, DF, 17 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/arquivos/2016/2/art20160217-10.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. Habeas corpus nº 84.078-7, Tribunal Pleno, Brasília, DF, 05 de fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ementa84078.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. *Notícias STF*. Entenda as diferenças entre os diversos tipos de prisão no Brasil. Brasília, 13 fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=103323>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. *Notícias STF*. STF admite execução da pena após condenação em segunda instância. Brasília, 05 de outubro de 2016. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=326754>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1999.

CASTRO, João Antônio Lima (coord.). *Direito processual: fundamentos constitucionais*. Belo Horizonte: PUC Minas/ Instituto de Educação Continuada, 2009.

\_\_\_\_\_. *Direito processual: hermenêutica constitucional em debate*. Belo Horizonte: PUC Minas, Instituto de Educação Continuada, 2010. 920 p.

LOPES JÚNIOR, Aury. *Direito processual penal*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

\_\_\_\_\_. *Fim da presunção de inocência pelo STF é nosso 7 a 1 jurídico*. Conjur, 4 de março de 2016. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-mar-04/limite-penal-fim-presuncao-inocencia-stf-nosso-juridico>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 1576 p.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código de processo penal comentado*. 11. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de processo penal*. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luis Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de direito constitucional*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

STRECK, Lenio Luiz. *Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

\_\_\_\_\_. *Presunção da inocência*: Fachin interpreta a Constituição conforme o CPC? *Conjur*, 30 de junho de 2016. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-jun-30/senso-incomum-presuncao-inocencia-fachin-interpreta-constituicao-conforme-cpc>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

## Análise do instituto horas *in itinere* à luz da lei n. 13.467/2017

*Analysis of the institute in itinere hours considering the law n. 13.467/2017*



**Cleberton Luiz Chaves**

Pós-Graduado em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho do UNIPAM.  
e-mail: [clebertonchaves@hotmail.com](mailto:clebertonchaves@hotmail.com)

---

**RESUMO:** A finalidade precípua da pesquisa é analisar o instituto das horas *in itinere* frente às alterações promovidas pela recente Reforma Trabalhista. Será feita uma verificação da nova lei, bem como a concatenação das possíveis consequências e a apresentação das correntes de defesa e contraposição à Reforma Trabalhista. Para tanto, no que concerne à metodologia, a pesquisa é de cunho dedutivo. Em relação aos procedimentos técnicos adotados, fez-se uso da pesquisa de cunho bibliográfico – elaborada a partir de material já publicado (livros, artigos, teses, etc.), revisando de forma intensa a literatura existente sobre o assunto em questão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reforma Trabalhista. Horas *in itinere*. Trabalhador.

**ABSTRACT:** The forehead objective of this research is to analyze the institute of *in itinere* hours, considering the alterations promoted by the Labor Reform. It will be made a verification of the new law, as well as the concatenation of the possible consequences and the presentation of the chains of defense and contraposition to this reform. This way, considering the methodology, the research is of deductive character. In relation to the adopted technical procedures, we used the bibliographical research – elaborated from published material (books, articles, theses etc.), by revising intensely the exiting literature on the matter in question.

**KEYWORDS:** Labor Reform. *In itinere* hours. Worker.

---

### 1. INTRODUÇÃO

O Direito do Trabalho é uma das matérias do direito cujo surgimento se deu por razões políticas da Revolução Francesa, como preceitua Sergio Pinto Martins (2017, p. 49): “A Revolução Francesa e sua constituição reconheceram o primeiro dos direitos econômicos e sociais: o direito ao trabalho”; e por razões econômicas da Revolução Industrial na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, que, segundo o mesmo autor, transformou o trabalho em emprego.

A expropriação sanguinária da coroa britânica nessa época coloca às portas das fábricas um batalhão de trabalhadores que, sem nenhum direito trabalhista, tinha que trabalhar até 16 horas por dia. Além disso, não eram respeitadas as faixas etárias de desenvolvimento do homem e da mulher. Crianças, mulheres grávidas e pessoas idosas eram forçadas a trabalhar por salários ínfimos para suprimento das necessidades mínimas de subsistência.

Com o desenvolvimento da sociedade, as relações de trabalho entre empregados e empregadores necessitavam de regulamento. Neste sentido, Sergio Pinto Martins observa que

daí nasce uma causa jurídica, pois os trabalhadores começaram a reunir-se a associar-se, para reivindicar melhores condições de trabalho e de salários, diminuição das jornadas excessivas (os trabalhadores prestavam serviços por 12, 14 ou 16 horas diárias) e contra a exploração de menores e de mulheres (MARTINS, 2017, p. 49).

Nesta época, as condições de trabalho eram degradantes, sem qualquer proteção legal que consubstanciasse limite às imposições dos empregadores. A indústria estava em franca expansão, e o que importava eram a arrecadação e o lucro, sendo que a dignidade do trabalhador era subjugada. Nesta linha de entendimento, manifesta-se Gabriela Neves Delgado (2015, p. 182): “Onde o Direito ao trabalho não for minimamente assegurado (por exemplo, com respeito à integridade física e moral do trabalhador, o direito à contraprestação pecuniária mínima), não haverá dignidade humana que sobreviva”.

No Brasil, somente com a Constituição de 1934, promulgada pelo presidente Getúlio Vargas, é que se passou a ter normas específicas sobre direitos trabalhistas, quais sejam: salário mínimo, oito horas de trabalho diárias, repouso semanal, entre outros. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por sua vez, foi aprovada somente em 1º de maio de 1943, por meio do Decreto Lei nº 5.452/1943, sendo que a CLT passou a regulamentar as relações individuais e coletivas de trabalho sendo, além disso, de natureza mista, o que significa dizer que ela tem normas de natureza material e normas processuais.

Depois de muita luta por parte dos trabalhadores, principalmente influenciados pelos trabalhadores de origem europeia, entenda-se principalmente italianos, poloneses e alemães, é que o Governo de Vargas instituiu a CLT, com base na legislação italiana vigente no regime fascista de Benito Mussolini, a *Carta del Lavoro*, segundo Sergio Pinto Martins (2017, p.57).

Outras fontes de consultas sobre direito do trabalho e processual do trabalho no Brasil são as orientações jurisprudenciais (OJs) e súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST), e o objetivo delas é uniformizar o entendimento sobre diversos institutos do direito do trabalho, conferindo, assim, maior segurança jurídica ao ordenamento jurídico trabalhista brasileiro.

É cediço que o direito é dinâmico, o que significa dizer que sempre que se fizer necessário, nas normas deve se refletir o contexto da sociedade, suas necessidades, a contextualização política, econômica, entre outras conjecturas.

Nessa linha de pensamento, foi sancionada pelo presidente Michel Temer a Lei 13.467/2017, que alterou significativamente os direitos dos trabalhadores e as obrigações dos empregadores. Tais instrumentos jurídicos compõem a chamada “Reforma Trabalhista”, e de acordo com os debates no Congresso Nacional, seu objetivo é fazer com que as normas acompanhem as modernas relações de trabalho.

Em estudo recente, Gabriela Neves Delgado, professora do curso de Direito da Universidade de Brasília, UnB, nos retrata os motivos pelos quais as reformas trabalhista e previdenciária seriam necessárias sob o ponto de vista do mercado econômico. Segundo ela, as políticas neoliberais precisam de um estado mínimo que não interfira nas relações da sociedade. Com isso o mercado regulador de índices econômicos trabalha para auferir cada vez mais lucro, não se importando com as mazelas sociais e retirando cada vez mais direitos dos trabalhadores e da sociedade, desregulamentando e flexibilizando os direitos de um modo geral. Dessa forma, manifesta-se a autora:

Diante da conjuntura econômica gerida no contexto neoliberal, propagou-se o discurso de que o Direito do trabalho constitui verdadeiro obstáculo à evolução da economia e ao rebaixamento do preço da força de trabalho, surgindo necessidade, pois, de sua reformulação. Assim, o Direito do trabalho passou a inserir, em sua estrutura dinâmica, fenômenos típicos do neoliberalismo, com destaque para a desregulamentação e a flexibilização de Direitos. A desregulamentação e a flexibilização de direitos são propostas básicas de um mesmo contexto político- o estado Poietico direcionado pela diretriz neoliberal-, servindo, até mesmo, como sua justificativa. A desregulamentação é um fenômeno abarcado pelo neoliberalismo, fundado na subsistência de um estado mínimo, que exige que o Estado deixe de regular questões sociais, inclusive as de cunho trabalhista, em prol da regulação autônoma privada, individual ou coletiva (DELGADO, 2015, p. 172).

Uma intensa discussão existe no mundo acadêmico e no mundo jurídico sobre as consequências da aplicação das novas normas. Muitos são contra a reforma, com o argumento de que vários direitos dos trabalhadores foram aniquilados; já outros são favoráveis às mudanças com o discurso neoliberal, considerando, até então, que a legislação trabalhista engessava a relação trabalhador-empregador, não tendo abertura para acordos etc.

Dessa forma, o objetivo precípua deste trabalho é trazer à tona as modificações na legislação ocasionadas pela Lei 13.467/2017, dentro da temática jornada de trabalho, especificamente no que concerne às horas *in itinere*, expondo os raciocínios jurídicos de doutrinadores e estudiosos do direito laboral.

Nesse diapasão, no que tange à metodologia científica, o método de abordagem utilizado é o dedutivo, caracterizado por um processo de raciocínio que se desenvolve a partir de conclusão de ordem geral, até atingir fatos particulares. Em relação aos procedimentos técnicos adotados, fez-se uso da pesquisa de cunho bibliográfico – elaborada a partir de material já publicado (livros, artigos, súmulas, jurisprudências, teses, etc.), revisando de forma intensa a literatura existente sobre o assunto em questão, apesar que doutrinariamente ainda ser recente para que se tenha posições consolidadas a respeito do tema.

## 2. JORNADA DE TRABALHO E EVOLUÇÃO DAS HORAS *IN ITINERE*

Jornada de trabalho é a quantidade de força laborativa desprendida por parte do trabalhador diariamente. Para Sergio Pinto Martins (2017, p. 750), “o conceito de jornada de trabalho tem que ser analisado sob três prismas: do tempo efetivamente trabalhado, do tempo à disposição do empregador e do tempo *in itinere*. Assim, a conceituação dos três prismas elaborada pelo autor supramencionado é a seguinte:

O tempo efetivamente trabalhado não considera as paralisações do empregado, como o fato de o empregado estar na empresa, em hora de serviço, mas não estar produzindo. Somente é considerado o tempo em que o empregado efetivamente presta serviços ao empregador. Essa teoria não é aplicada em nossa legislação [...]. A segunda teoria é que determina que a jornada de trabalho é considerada o tempo à disposição do empregador. A partir do momento em que o empregado chega à empresa até o momento em que dela se retira, há o cômputo da jornada de trabalho [...]. A terceira teoria explica o tempo *in itinere*, considerado como jornada de trabalho desde o momento em que o empregado sai de sua residência até quando a ela regressa [...]. A jornada *in itinere* depende de que o empregador forneça a condução e o local de trabalho seja de difícil acesso ou não servido por transporte regular público (§2º do art. 58 da CLT), como ocorre com os trabalhadores rurais que se dirigem à plantação no interior da fazenda (MARTINS, 2017, pp. 751-752).

Como se pode notar, as horas *in itinere*, antes da reforma trabalhista, faziam parte da chamada jornada de trabalho. No mesmo sentido caminha Carlos Henrique Bezerra Leite:

Jornada de trabalho possui um sentido mais restrito que o de duração de trabalho, abrangendo especificamente o tempo em que o empregado esteja não só efetivamente trabalhando como também colocando a sua força de trabalho à disposição do tomador do seu serviço, por um período contratual ou legalmente fixado, tal como ocorre com o tempo de prontidão, de sobreaviso ou de deslocamento (*in itinere*) (LEITE, 2016, p. 464).

Assim, de acordo com os doutrinadores acima, jornada de trabalho tem um conceito mais amplo, englobando as horas *in itinere*. No entanto, é cediço que horas *in itinere* é um dos institutos que sofreram modificações com a Lei da Reforma Trabalhista. Mas para se compreender o instituto antes de explorar as mudanças decorrentes da reforma, afirma-se que o significado de horas *in itinere* consubstancia o tempo correspondente ao deslocamento do trabalhador ao local de trabalho e vice-versa, em transporte fornecido pelo empregador. Noutras palavras, ressalta-se que *itinere*, do latim, itinerário, significa caminho, o percurso que o trabalhador realiza da sua casa para seu local de trabalho e vice-versa. Esse tempo, normalmente, não era computado como serviço.

Em relação à origem das horas *in itinere*, infere-se que o *caput* do artigo 4º da CLT considera que na jornada de trabalho devem ser considerados não só o tempo em que o empregado esteja realmente trabalhando, mas também o período que ele está à disposição do empregador, a saber: “Art. 4º. Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada”.

A jurisprudência do TST, nas suas súmulas 90 e 320, passou a compreender (vide *caput* do art. 4º da CLT) que o tempo à disposição é considerado, na jornada de trabalho, o tempo em que o empregado está dentro da condução fornecida pelo empregador, afinal, ele já está no seu ambiente de trabalho (no ônibus do seu empregador).

Neste cenário, o TST passou a entender que, quando o empregador transporta seu empregado de sua casa para o local de trabalho e vice-versa, se este trajeto não tem uma linha de transporte público regular e o empregador fornece a condução, este tempo deve ser considerado à disposição, devendo ser computado na jornada de trabalho e, se for o caso, deve ser pago como horas extras:

Súmula nº 90 do TST

HORAS *IN ITINERE*. TEMPO DE SERVIÇO (incorporadas às súmulas nºs 324 e 325 e às Orientações Jurisprudenciais nºs 50 e 236 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.

I - O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno é computável na jornada de trabalho (ex-súmula nº 90 - RA 80/1978, DJ 10.11.1978).

II - A incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular é circunstância que também gera o direito às horas *in itinere*. (ex-OJ nº 50 da SBDI-1 - inserida em 01.02.1995)

III - A mera insuficiência de transporte público não enseja o pagamento de horas *in itinere*. (ex-súmula nº 324 - Res. 16/1993, DJ 21.12.1993).

IV - Se houver transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas *in itinere* remuneradas limitam-se ao trecho não alcançado pelo transporte público (ex-súmula nº 325 - Res. 17/1993, DJ 21.12.1993).

V - Considerando que as horas *in itinere* são computáveis na jornada de trabalho, o tempo que extrapola a jornada legal é considerado como extraordinário e sobre ele deve incidir o adicional respectivo (ex-OJ nº 236 da SBDI-1 - inserida em 20.06.2001).

E ainda:

Súmula nº 320 do TST

HORAS *IN ITINERE*. OBRIGATORIEDADE DE CÔMPUTO NA JORNADA DE TRABALHO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003.

O fato de o empregador cobrar, parcialmente ou não, importância pelo transporte fornecido, para local de difícil acesso ou não servido por transporte regular, não afasta o direito à percepção das horas *in itinere*.

Nessa linha de intelecção, concatena-se que a origem das horas *in itinere* é jurisprudencial, ou seja, o pagamento das horas *in itinere* não surge primeiramente na lei, mas sim na jurisprudência do TST.

### 3. ARTIGO 58, §2º DA CLT

O tempo de deslocamento desprendido pelo trabalhador em direção à empresa ou ao local de trabalho e vice-versa foi denominado pela doutrina e jurisprudência de horas *in itinere* e foi motivo de discussões e batalhas judiciais durante um bom tempo, devido o alargamento do entendimento do art. 4º da CLT, que fala sobre o tempo a disposição.

Mauricio Coutinho Delgado fala da repercussão do sistema das horas *in itinere* no país:

Tempo de Deslocamento – horas *in itinere*: Esse terceiro critério informador da composição da jornada de trabalho (tempo de deslocamento), embora não seja adotado como regra geral na ordem jus trabalhista do país, tem produzido certa repercussão particularizada no cotidiano do Direito do Trabalho pátrio. É que a jurisprudência trabalhista apreendeu também do art. 4º da CLT, mediante leitura alargadora desse preceito, uma hipótese excetiva de utilização do critério de tempo deslocamento. É o que se verifica nas chamadas horas “*in itinere*” (originalmente referidas pelas súmulas 90, 320, 324 e 325, TST). Após a construção jurisprudencial longamente maturada, o legislador, em 19/06/2001, incorporou, em diploma normativo (Lei n. 10.243/2001), as horas “*in itinere*”, mediante inserção de um § 2º no art. 58 da CLT (DELGADO, 2007, p. 842).

Na esteira da jurisprudência do TST, o legislador passou a prever expressamente a obrigação de pagar as horas de trajeto. Desta forma, se o tempo gasto

no percurso implica a prorrogação da jornada de trabalho, ele deverá ser pago como extra. Neste sentido, a antiga redação do §2º do art. 58 da CLT aduz:

O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.

Em consonância com o artigo de lei supramencionado, dois requisitos eram levados em consideração para que o tempo de deslocamento casa/trabalho/casa integrasse a jornada diária do trabalhador, que eram: o local tem de ser de difícil acesso ou não servido por transporte público regular, e o empregador deve fornecer a condução. Neste sentido, manifesta-se:

São dois os requisitos, portanto, das chamadas horas itinerantes: em primeiro lugar, que o trabalhador seja transportado por condução fornecida pelo empregador. É obvio que não elide o requisito em exame a circunstância de o transporte ser efetivado por empresa privada especializada contratada pelo empregador, já que este, indiretamente, é que o está provendo e fornecendo [...]. O segundo requisito pode consumir-se de modo alternativo (ou – e não e – enfatizam tanto a Súmula 90, I, TST, como o novo art. 58 §2º, CLT). Ou se exige que o local de trabalho seja de difícil acesso, ou se exige que, pelo menos, o local de trabalho não esteja servido por transporte público regular (DELGADO, 2007, p. 842).

Dessa forma, de acordo com a legislação até então vigente, as horas *in itinere*, desde que presentes os requisitos mencionados, eram devidas pelo empregador. No entanto, existiam várias críticas sobre a obrigação de pagar tais horas por parte dos empregadores e por parte da doutrina, da política e até da crítica de cunho filosófica, sendo que várias delas foram consideradas para fins da edição da Lei da Reforma Trabalhista.

A título de exemplo, em relação à crítica doutrinária, afirma-se que o professor Arnaldo Lopes Süssekind, que participou da comissão de elaboração da consolidação das leis trabalhistas, CLT, com apenas 24 anos e que também foi Ministro do Trabalho e Previdência Social de 1964 a 1965, no governo militar, e Ministro do Tribunal Superior do Trabalho em 1965, já apresentava posição manifestamente contrária à do TST, tendo em vista que para ele as horas *in itinere* não poderiam ser consideradas tempo à disposição do empregador, isso porque, na visão do professor, mesmo se o empregador fornece a condução, não se poderia considerar o transporte fornecido como salário-utilidade, mas computá-lo como jornada de trabalho de acordo com a própria Lei.

Veja-se o que aduz Arnaldo Lopes Süssekind:

Horas *in itinere* — Essa expressão significa o tempo correspondente à ida e volta da residência do empregado ao local de trabalho, em transporte fornecido pelo empregador. A Lei n. 10.244, de 2001, adicionou dois parágrafos ao art. 58 da CLT, prescrevendo que esse tempo não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução (§ 2º). Somente nestas duas hipóteses, portanto, o respectivo tempo compõe a jornada de trabalho. E, se compõe, deve determinar o pagamento do correspondente salário. A mesma lei, todavia, ao dar nova redação ao § 2º do art. 458 da Consolidação, prescreveu que não é salário-utilidade o transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público”. Há, como se denota, uma aparente contradição. Mas, como a mesma lei não pode dispor de forma contraditória, devemos concluir que o custo de transporte fornecido pelo empregador é que não pode ser computado como salário (SÜSSEKIND, 2010, p. 332-333).

Podemos notar que o referido autor enxerga uma contradição no assunto, logo após ser inserido o §2º, III no art. 458 da CLT, pois este proíbe que seja computado como salário-utilidade o transporte oferecido pelo empregador. Assim é o artigo 458 em seu § 2º:

Para os efeitos previstos neste artigo, não serão consideradas como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador: (Redação dada pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001). III – transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público; (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001).

Foi nessa esteira que o autor se posicionou contra o pagamento das horas *in itinere* computadas como salário.

#### 4. LEI 13.467/2017

É sabido que os direitos trabalhistas são direitos de envergadura constitucional, posto que estão expressamente previstos nos artigos 7º, 8º e 9º da Constituição Federal de 1988. Além disso, estão previstos no artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e, por isso, possuem, ao mesmo tempo, “status” de direito fundamental e de direito humano.

A excessiva proteção da classe trabalhadora, sustentada por parte da doutrina e da jurisprudência, mostra-se necessária na medida em que os empregados se encontram em uma situação de notória vulnerabilidade perante seus empregadores, fundadas no maior poder econômico que estes detêm e na importância do trabalho para a subsistência do empregado e de sua família.

Constantemente os direitos decorrentes dos vínculos laborais são alterados e, na maioria das vezes, essas alterações ocorrem através de embates entre a classe trabalhadora e a classe patronal.

Recentemente, a mudança mais significativa foi trazida pela Lei 13.467 de 2017, promulgada no dia 14 de julho de 2017, resultante da reforma trabalhista que entrou em vigor em 11 de novembro de 2017, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho e as Leis 6.019/74, 8.036/90 e 8.212/91, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho e à competitividade das empresas internacionais.

Por outro lado, em contraposição aos argumentos mais aventados sobre os motivos da reforma, em sua maioria defendendo a sua necessidade, a estudiosa e professora Gabriela Neves Delgado, de forma brilhante, faz um estudo sobre o custo do trabalho formalizado na virada do século XX e chega à seguinte conclusão:

A principal justificativa utilizada pelas empresas como fundamento para a necessidade de precarização das relações de trabalho é aquela que sustenta ser a força de trabalho formal extremamente onerosa, verdadeiro obstáculo para a inserção e competitividade do País na economia mundial. No entanto, referido argumento é desprovido de respaldo técnico, segundo dados objetivos de comparação internacional. Conforme afirma Santos (SANTOS, Anselmo Luís dos. Encargos sociais e custo do trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Carlos Eduardo Barbosa de; MATTOSON, Jorge Eduardo Levi (org.). *Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?* 2 ed. São Paulo: Scritta, 1996, p. 234, grifos nossos) com base em pesquisa desenvolvida pelo instituto de economia da UNICAMP, o custo médio de uma hora de labor no segmento industrial dos países do eixo central da economia variou, no ano de 1993, entre U\$24,87 e U4,64. Apresentando escala de valores, o Japão é o país com melhor remuneração da força de trabalho, perfazendo um total de U\$ 24,87 por hora laborada. Nos Estados Unidos da América, o custo médio corresponde a U\$ 16,40; na França, a U\$16,26; na Espanha, a U\$11,73; em Portugal, a U\$ 4,64 e em Hong Kong, a U\$ 4,21. Já o custo horário total da mão de obra brasileira, em, 1993 foi calculado em cerca de R\$ 3,08 (DELGADO, 2015, p. 171).

Com essa pesquisa, pode-se notar que o custo do trabalho no Brasil (R\$ 3,08) não será empecilho para que o país possa competir internacionalmente e atrair grandes investidores. Mas, para viabilizar e justificar a reforma trabalhista, os congressistas argumentaram que a medida objetiva valorizar a negociação coletiva nos vínculos trabalhistas, conferindo maior credibilidade ao que foi pactuado entre os empregados e seus empregadores e também atrair o capital financeiro internacional.

Outro aspecto discutido relaciona-se ao valor da multa administrativa aplicada ao empregador que mantiver em seu quadro de funcionários empregado não registrado, de acordo com o artigo 47 da CLT. Questionou-se que o valor estabelecido no referido artigo está defasado, devendo a legislação prever um valor de multa mais elevado aos empregadores que não registrarem seus empregados, considerando que o não registro do trabalhador impossibilita o recolhimento das verbas previdenciárias e do percentual para o Fundo de Garantia.

Conforme divulgado pelas mídias, principalmente os jornais televisivos,

alguns deputados federais como Chico Alencar (PSOL/RJ) e Roberto de Lucena (PV/SP) acreditam que a reforma trabalhista acarreta a retirada de direitos e, assim, diminui a proteção legislativa conferida aos trabalhadores.

Essa lei em relação às horas *in itinere* já está em vigor, mas ainda há muita discussão acerca do tema. A nova legislação é criticada por muitos aplicadores do Direito, que argumentam que a norma compreendeu um retrocesso de importantes direitos dos trabalhadores, acarretando uma menor proteção da classe e tornando os empregados ainda mais vulneráveis na relação de trabalho.

Por outro lado, aqueles que apoiam as mudanças trazidas pela Lei 13.467/2017 afirmam que a reforma foi imprescindível, tendo em vista que veio adequar a legislação frente à atual conjuntura dos vínculos entre empregados e empregadores, discurso esse produzido principalmente pela atual classe política e pelos meios de comunicação ligados ao Governo Federal.

## 5. HORAS *IN ITINERE*

Uma das alterações promovidas pela Lei 13.467/2017 refere-se às horas itinerantes, ou horas *in itinere*, que consubstancia o tempo correspondente ao deslocamento do trabalhador ao local de trabalho e vice-versa, em transporte fornecido pelo empregador. Também chamada de serviço efetivo ficto por Luciano Martinez, a saber:

Entende-se por serviço efetivo ficto o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, fora do horário de trabalho, por conta do deslocamento residência/trabalho/residência para lugares de difícil acesso ou não servidos por transporte público. Essas horas de itinerário, ou horas *in itinere*, que normalmente não seriam entendidas como integrantes da jornada, passam excepcionalmente a ser (MARTINEZ, 2015, p. 346).

Conforme já mencionado na pesquisa, as horas *in itinere* surgiram devido à interpretação jurisprudencial do TST, isto é, analisando-se o art. 4, *caput* da CLT, os Ministros entenderam que o período que o trabalhador gasta para se deslocar para o trabalho e do trabalho para casa em veículo fornecido pelo empregador é tempo à disposição do empregador.

Se analisarmos pelo aspecto de que quando o legislador inseriu as horas *in itinere* no § 2º do art. 58 da CLT, ele quis resguardar o trabalhador que laborava em locais de difícil acesso, sendo muitas vezes esses locais de trabalho em áreas rurais. Alice Monteiro de Barros, de forma brilhante, definiu o que seriam as horas *in itinere* da seguinte forma:

As horas *in itinere* correspondem ao tempo à disposição do empregador, quando a empresa encontra-se fora do perímetro urbano, via de regra, em local de difícil

acesso, ou seja, impossível de ser atingido pelo obreiro sem o uso de transporte. Por essa razão, as empresas optam pela alternativa de propiciar condução a seus empregados, visando a obter mão de obra pontual e assídua. Assim, o tempo gasto pelo empregado no percurso, até o local de trabalho, em veículo fornecido pelo empregador, identifica-se com a hipótese prevista no art. 4º consolidado e autoriza o pagamento pelo tempo gasto no transporte, nos termos da sumula n. 90, I, do TST (BARROS, 2017, p. 441).

No entanto, a CLT foi alterada para se fazer incluir a regra prevista no § 2º do art. 58 da CLT, em que resta claro que as horas de trajeto só serão consideradas se o obreiro fizer o trajeto casa-trabalho, se seu retorno for feito em transporte fornecido pelo empregador e se o local de trabalho for de difícil acesso, não servido por transporte público regular.

O § 2º do art. 58 da CLT ainda fazia insurgir dúvidas acerca da aplicação do instituto das horas itinerantes, oportunidade em que, de acordo com Carlos Henrique Bezerra Leite (2016, p. 456), o Tribunal Superior do Trabalho deu interpretação extensiva ao dispositivo e editou as súmulas 90 e 320, nas quais há hipóteses em que são devidas as horas itinerantes.

Na esteira de raciocínio das súmulas referidas, o período de deslocamento é computado na jornada de trabalho e, assim, o empregado tem direito de receber as horas extras ou sobreaviso em caso de horas de trajeto.

Vale ressaltar que a mera insuficiência não caracteriza as horas itinerantes, como ratifica a súmula 90 do TST. Isto significa que as horas *in itinere* serão pagas, caso reste constatado que há incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada de trabalho e os de transporte público regular.

Veja-se um julgado em que o Tribunal Superior do Trabalho utilizou-se do enunciado sumulado e não reconheceu as horas itinerantes:

RECURSO DE REVISTA. HORAS EXTRAS. HORAS IN ITINERE. SÚMULA Nº 90, I, DO TST. No caso concreto, o Tribunal Regional registrou que ficou comprovada a existência de transporte público regular em todo o trajeto de ida e volta, e que havia compatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular. Afastou a dificuldade de acesso, sob o fundamento de que a jornada de trabalho do autor se iniciava por volta de 6h e o primeiro horário da linha de ônibus era às 5h10min, bem como o término da jornada, se dava por volta das 14h20min, havendo diversos horários compatíveis com o aludido término. Nesse contexto, a decisão do Tribunal de origem está em consonância com a Súmula 90, I, do TST. Arestos colacionados inservíveis, porquanto oriundos do mesmo Tribunal prolator da decisão recorrida ou de Turmas desta Corte Superior. Recurso de revista não conhecido. (TST - RR: 123225720135180103, Relator: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 29/06/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 02/07/2015).

Caso parte do trajeto não seja abrangido pelo transporte público, também

eram devidas as horas itinerantes, conforme consigna o TST:

RECURSO DE REVISTA. DURAÇÃO DO TRABALHO. HORAS *IN ITINERE*. CONFIGURAÇÃO. Conforme consignado pelo TRT: a) parte do trajeto da volta não era abrangido por transporte público; e b) o transporte público circulava de 6 até 23 horas, e o reclamante trabalhava a partir das 3h50. Assim, entendeu aquela Corte que eram devidas as horas *in itinere* relativas ao trecho de ida para o trabalho, decorrentes da incompatibilidade entre os horários de início da jornada e o do transporte público; bem como as decorrentes do trecho não servido por transporte público, após o final da jornada. Constatou-se, pois, que a decisão do TRT está em consonância com a Súmula nº 90, II e IV, do TST. Além disso, decisão diversa demandaria o reexame de fatos e provas, o que é vedado pela Súmula nº 126 do TST. Recurso de revista de que não se conhece. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. O TRT contrariou as Súmulas nºs 219 e 329 do TST, ao deferir os honorários advocatícios, sem que a reclamante estivesse assistida por seu sindicato de classe. Recurso de revista a que se dá provimento. (TST - RR: 20602520125030063, Relator: Kátia Magalhães Arruda, Data de Julgamento: 07/05/2014, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 09/05/2014).

Deste modo, mais uma vez, as hipóteses que ensejavam as horas *in itinere* exigem que o empregado se utilize do transporte fornecido pelo empregador e o local seja de difícil acesso ou não servido pelo transporte público ou, mesmo que exista transporte público regular, haja a incompatibilidade de horários com a jornada de trabalho estabelecida.

Além disso, é importante trazer à baila que, considerando a interpretação da Súmula 320 do TST, mesmo que o empregador desconte, parcialmente ou não, valor relativo ao transporte fornecido para deslocamento ao local de difícil acesso ou não servido por transporte regular, o empregado subsiste no direito de receber as horas *in itinere*.

Com a edição da lei 13.467/17, foi excluída a possibilidade de computar as horas itinerantes na jornada de trabalho e, deste modo, em qualquer situação o tempo gasto pelo empregado com o deslocamento da residência até o local de trabalho, e vice-versa, não será considerado como tempo de serviço.

Os juristas contrários a esta mudança argumentam que tal medida acarretará um retrocesso aos direitos já conquistados, já que os empregados que não possuem a jornada de trabalho compatível com o horário do transporte público ficarão desamparados e serão obrigados a buscar outro meio para o deslocamento até o local de serviço e, com certeza, este outro meio será oneroso.

Ademais, entendem que com o fim da obrigatoriedade de pagamento das horas itinerantes, os patrões não terão a preocupação em ajustar a jornada de trabalho de seus empregados para que esta coincida com o transporte público disponível.

Seguindo a corrente de críticos à Reforma, Vólia Bonfim Cassar, manifesta que a alteração do art. 58, §2º representa retrocesso social, a saber:

A atual redação do § 2º do art. 58 da CLT foi inspirada pela maciça jurisprudência que interpretava extensivamente o art. 4º da CLT e que estava retratada nas Súmulas nºs 90 e 320 do TST. O texto proposto suprime as horas *in itinere* porque desconsidera o tempo gasto pelo empregado no transporte casa-trabalho e vice-versa, independente do fornecimento, pelo patrão, da condução e do local em que se situa e empresa. A medida importa em retrocesso social e supressão de direitos arduamente conquistados pelos trabalhadores. Deve ser, pois, suprimido o parágrafo 2º. (CASSAR, 2017).

Nota-se, ao analisar o artigo 58 da lei 13.467/2017, em seu § 2º, que o legislador excluiu qualquer tipo de contagem de tempo disposto pelo empregado em relação a sua movimentação para chegar ao local de trabalho, desde a saída de sua casa até a chegada nas dependências da empresa ou do trabalho e também o retorno a sua casa. Não é de estranhar a aprovação da reforma trabalhista pelo Congresso Nacional, pois só no Senado Federal, segundo o site de notícias UOL, em uma publicação do dia 13 de julho de 2017, “dos 50 senadores que votaram a favor da reforma trabalhista, aprovada na noite de terça-feira (11) em plenário, 37 têm participação societária em corporações, ações ou possuem alguma empresa ou fazenda em seu nome”.

A desembargadora do Trabalho do estado do Rio de Janeiro e professora da rede LFG, Vólia Bomfim Cassar, e Leonardo Dias Borges, explicam que com a reforma trabalhista foram retirados muitos direitos dos trabalhadores, dentre eles a supressão das horas *in itinere*. Veja-se o que Vólia Bomfim Cassar e Leonardo Dias Borges concluíram a respeito do § 2º do artigo 58 da lei 13.467/2017:

O tempo gasto pelo empregado com o percurso casa-trabalho e trabalho-casa foi desconsiderado como tempo à disposição e, assim, como tempo de serviço. Portanto, foi alterada a redação do § 2º do art. 58 da CLT para adotar a posição oposta da anterior e, com isso, devem ser canceladas as sumulas 90 e 320 do TST. Além disso, o §2º do art. 58 da CLT excluiu da jornada de trabalho o tempo despendido pelo empregado desde sua residência até a “efetiva ocupação do posto de trabalho”. Logo, o tempo gasto pelo trabalhador do portão da empresa até o local de trabalho não será também contado, “revogando” o entendimento da sumula 429 do TST (BOMFIM; BORGES, 2017, p. 28).

Em trecho extraído do site *Gazeta do Povo*, o advogado da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Nasser Ahmad Allan criticou a reforma:

Você retirar esse tempo da jornada de trabalho é transferir o risco da atividade econômica do empregado ao empregado. Isso faz com que o trabalhador suporte o ônus do risco de desenvolver a atividade econômica em local de difícil acesso. (ALLAN, 2017).

Por outro lado, na opinião do juiz do trabalho Rodrigo Dias Fonseca (2017), em texto publicado no Blog IPOG, “a exclusão do pagamento das horas *in itinere* pode ser uma forma de estimular os empregadores a fornecer condução a seus empregados, já que nesta hipótese não serão mais obrigados a remunerar as horas despendidas com o percurso”.

De acordo ainda com a corrente a favor da Reforma Trabalhista, o pagamento das horas *in itinere* era uma medida injusta com os trabalhadores de grandes centros que utilizam diariamente o transporte coletivo público, na maioria das vezes lotado, pois neste caso não haveria o direito às horas gastas com o percurso, enquanto os empregados que se deslocam para o serviço com o transporte oferecido pelo empregador seriam beneficiados com as horas de trajeto.

Não obstante estes argumentos, o fato é que o art. 58, §2º da CLT tem uma nova redação, a saber:

§ 2º O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, *por não ser tempo à disposição do empregador* (grifo nosso) (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 13/07/2017).

Analisando o novo §2º do art. 58 da CLT, percebe-se que o legislador fez questão de frisar que o tempo gasto pelo empregado para se deslocar de casa para o trabalho e seu retorno, independentemente do meio de transporte, não é tempo à disposição do empregador.

Assim sendo, o legislador quis evitar que o TST possa aplicar qualquer outro tipo de interpretação que não seja a literal. Ressaltando-se mais claramente, o legislador da Reforma não quer que o TST interprete, em qualquer hipótese, que o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até seu posto de trabalho e vice-versa denote tempo à disposição.

Com isso, está totalmente revogado o direito relativo às horas *in itinere*, o pagamento deste tempo de trajeto do local de trabalho para casa e vice-versa, direito este que envolve milhares de ações no Brasil inteiro e que deixará de existir quando a Reforma Trabalhista entrar em vigor.

## 6. CONCLUSÃO

No advento da Constituição de 1988, o legislador constituinte, no afã de não ver mais um regime autoritário que suprimisse direitos e garantias fundamentais no país, como foi o caso da ditadura cívico-militar (1964-1985), elaborou um texto constitucional em que privilegiava os direitos e garantias fundamentais. A Carta Magna trouxe em seu arcabouço logo no art. 1º os fundamentos da república democrática de direitos.

Nota-se que são valores fundamentais relativos à soberania, à cidadania, à dignidade da pessoa humana, aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político. O questionamento que se buscou refletir é se uma pessoa (trabalhador) que tem seus direitos tolhidos, reduzidos ao mínimo necessário, terá condições de uma vida digna. Como valorar daqui para frente a dignidade da pessoa humana e principalmente os valores sociais do trabalho? Será que um trabalhador que tem sua dignidade ferida ao ver seus direitos sendo suprimidos em nome de um capitalismo selvagem que só visa à lucratividade e metas econômicas estará mesmo vivendo uma vida digna? Essas perguntas são necessárias, e um dos objetivos de qualquer trabalho científico, é despertar no leitor a razão crítica e profunda do que ocorre a sua volta como cidadão de uma pátria livre e democrática.

É dever de todos verificar se os princípios fundamentais de nossa constituição estão sendo violados. É nessa esteira que a pesquisa discorreu sobre as nuances definidoras das horas *in itinere*, não deixando de mencionar sua digressão no ordenamento jurídico, isto é, primeiro a formulação jurisprudencial com base na interpretação extensiva do art. 4, caput da CLT, depois a inserção do art. 58, §2º da CLT e, por fim, mais uma vez, com a atuação proativa do TST na formulação das súmulas 90 e 320 para conferir maior segurança jurídica na aplicação do instituto.

No entanto, a pesquisa é salutar no sentido de iniciar a discussão sobre se a supressão do pagamento das horas *in itinere* pelo empregador foi uma medida acertada do legislador. Para tanto, foram postas opiniões jurídicas em contraposição para que os aplicadores do direito e os pesquisadores que irão se beneficiar desta pesquisa possam articular sua própria linha de raciocínio sobre a questão. De um lado, doutrinadores que defendem o não pagamento das horas *in itinere*, por acharem que ao conceder o transporte o empregador já fez a sua parte. Por outro lado, outros afirmam que as horas *in itinere* configuram tempo à disposição do empregador e, portanto, devem ser pagas. A Consolidação das Leis Trabalhistas são muito claras ao aduzir que quem assume o negócio jurídico logicamente assume o risco do próprio negócio.

Por um lado, podemos perguntar se as horas *in itinere* seriam devidas ao trabalhador que sai mais cedo de sua casa e perde grande tempo de deslocamento até o local de trabalho. Por outro, devemos observar que o transporte é concedido pelo empregador ao empregado que sai de casa mais cedo e passa um tempo em viagem até o local de serviço. Também nesse sentido, seria injusto o empregador fornecer o transporte e ainda pagar pelas horas *in itinere*? Várias são as vertentes que poderíamos discutir, mas o ponto fundamental de um trabalho científico é trazer os questionamentos, pontuar os problemas para que possa haver continuidade. Um trabalho de pesquisa que traz respostas prontas e acabadas não pode ser considerado científico, mas tão somente um dogma.

Não se pode deixar de mencionar que a pesquisa ressaltou a importância do instituto das horas de trajeto, sendo que os resultados da supressão do pagamento delas pelo empregador levarão tempo, oportunidade em que se conferirá qual das correntes foi mais acertada no que concerne ao prognóstico das consequências da Reforma, especificamente, neste ponto das horas *in itinere*.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>.

Acesso em: 18 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_. *Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm)>. Acesso em: 18 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm)>. Acesso em: 18 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_. *Tribunal Superior do Trabalho*. Recurso de Revista.123225720135180103, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte. Terceira Turma. DJE 29/06/2015. Disponível em:<<https://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/204404407/recurso-de-revista-rr-123225720135180103/>>. Acesso em: 18 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_. *Tribunal Superior do Trabalho*. Recurso de Revista: 20602520125030063, Relator: Kátia Magalhães Arruda, Data de Julgamento: 07/05/2014, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 09/05/2014. Disponível em: <https://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/121574795/recurso-de-revista-rr-20602520125030063>. Acesso em: 18 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_. *Morre Arnaldo Süssekind, doutrinador preferido do TST*. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2012-jul-09/morre-arnaldo-sussekind-doutrinador-citado-pelos-ministros-tst/> Acesso em 01/12/2017.

BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de Direito do Trabalho*. Atual. por ALENCAR, Jessé Claudio Franco de. 11. ed. São Paulo: LTr, 2017.

CASSAR, Vólia Bomfim; BORGES, Leonardo Dias. *Comentários à Reforma Trabalhista Lei 13.467, 13 de julho de 2017*. Rio de Janeiro: Forense/ São Paulo: Método, 2017.

CASSAR, Vólia Bomfim. *Reforma Trabalhista*. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/arquivos/2017/5/art20170503-01.pdf>. Acesso em: 18 de novembro de 2017.

DELGADO, Gabriela Neves. *Direito fundamental ao trabalho digno*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2015.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 6. ed. São Paulo: LTr, 2007.

GÓIS, Fábio. *Senadores-empresários foram maioria absoluta dos votos a favor da reforma trabalhista; veja a lista*. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/senadores-empresarios-foram-maioria-absoluta-dos-votos-a-favor-da-reforma-trabalhista-veja-a-lista/>. Acesso em 30 de novembro de 2017.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito do trabalho*. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MARTINEZ, Luciano. *Curso de Direito do Trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho*. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MARTINS, Sergio Pinto. *Direito do Trabalho*. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARTINS, Kamila Mendes; NEITSCH, Joana. Flexibilizar pagamento de horas *in itinere* é retirar direito do trabalhador, dizem juristas. *Gazeta do Povo*. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-e-direito/flexibilizar-pagamento-de-horas-in-itinere-e-retirar-direito-do-trabalhador-dizem-juristas-5vx4gzqlwvj8sc7b4fc98g6rf>. Acesso em 14 de outubro de 2017.

SÜSSEKIND, Arnaldo Lopes. *Curso de direito do trabalho*. 3. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

## A importância da previdência privada no contexto brasileiro<sup>1</sup>

*The importance of the private social security in the Brazilian context*



**Layla Paulinelli de Oliveira**

Pós-graduada em Gestão Empresarial pelo Centro Universitário de Patos de Minas.  
e-mail: laylapaulinelli@hotmail.com

**Milton Roberto de Castro Teixeira**

Professor do Centro Universitário de Patos de Minas.  
e-mail: milton@unipam.edu.br

---

**RESUMO:** Este trabalho realiza uma análise técnica sobre o sistema de previdência privada no cenário atual, indicando suas expectativas, tendências e desafios. Foi apresentada uma abordagem de assuntos relacionados à evolução desse sistema, os planos de benefícios, além de outros. O estudo aborda o crescente déficit na previdência oficial, assim como efetua uma apreciação do sistema privado. No estudo de caso, há uma comparação, que objetiva demonstrar as vantagens em se aderir a um plano de previdência privada em detrimento dos planos abertos. O tipo de estudo mais apropriado, a amostragem, a forma de aplicação do instrumento e as variáveis analisadas serão aqui apresentados com a finalidade de atender ao objetivo do trabalho, que é analisar o atual contexto da previdência privada no Brasil. Ao final deste estudo, é possível concluir que o plano de previdência complementar fechado é a melhor opção, dentro do cenário apresentado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Previdência social brasileira. Previdência privada. Planos abertos.

**ABSTRACT:** This paper proposes a technical analysis on the system of private social security in the present state, by indicating its expectations, tendencies and threats. It was presented an approach of themes related to the evolution of this system, the plans of benefits, besides others. The study approaches the increasing deficit in the official social security, as well as proposes an appreciation of the private system. In the case study, there is a comparison

---

<sup>1</sup> À minha família pelo apoio, carinho e amor oferecidos desde o início da minha jornada de estudos e trabalho. A Deus, que me fortalece e guia. Aos meus pais, Nilma e Genésio, que sempre me apoiaram em todas as minhas decisões e me auxiliam diariamente a correr atrás dos meus sonhos. Aos meus irmãos, Kelle e Gabriel, obrigada por serem exemplos para mim. Aos meus sobrinhos Aline e Raul, o meu amor é todo de vocês. Ao meu amor, obrigada por cuidar de mim. Aos meus amigos e à Lívia, por estarem comigo nesta etapa desde o início. Ao meu orientador, obrigada. Obrigada por tudo!

that aims to demonstrate the advantages of adhering to a private social security plan instead of the open plans. The most appropriate kind of study, the sampling, the manner of application of the instrument, and the analyzed variables will be here presented with the objective of attending the principles of the paper, that is, to analyze the present context of the social security in Brazil. At the end of the study, it is possible to conclude that the closed complementary social security plan is the best option in the analyzed context.

**KEYWORDS:** Social security. Brazilian private social security. Open plans.

---

## 1. INTRODUÇÃO

**A**tualmente no Brasil, é notável o aumento na expectativa de vida. A população começa a dar sinais de envelhecimento, pois até poucos anos atrás, o país lutava contra a mortalidade infantil. A preocupação com a estabilidade financeira na velhice e a instabilidade na atual previdência social mantida pelo governo fazem com que os brasileiros se preocupem ainda mais com a sua saúde financeira.

O objetivo da previdência social é proteger o indivíduo contra situações adversas como desemprego, invalidez, doenças, morte e velhice. E garantir uma renda complementar ao indivíduo, por meio de contribuições. Porém, a previdência social vem passando por um profundo desequilíbrio, e hoje os trabalhadores em atividade custeiam o benefício pago aos trabalhadores inativos. A previdência pública depara-se com o problema da insuficiência de cobertura, apesar dos vários esforços para ampliá-la.

A previdência privada, por sua vez, surgiu em função da necessidade de manutenção de um padrão de vida, no momento da aposentadoria. As empresas que oferecem esses planos são regulamentadas por leis e órgãos competentes, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Esta pesquisa tem como tema a importância da previdência privada no contexto brasileiro e como objetivo principal mostrar que esta tem se tornado uma boa opção, seja para manter o mesmo padrão de vida no momento da aposentadoria, seja para manter uma forma de investimento a longo prazo. O trabalho tem como objetivos específicos descrever as principais características dos planos mais comercializados no mercado, sendo eles o VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres) e o PGDL (Plano Gerador de Benefícios Livres), para escolha do melhor plano a ser adquirido, e as vantagens existentes ao adquirir um plano de previdência complementar.

A previdência surge no Brasil na década de 40, com o objetivo de proteção à saúde e ao seguro social. Diante do crescimento da população e das crises fiscais enfrentadas, iniciou-se uma preocupação com o sistema previdenciário.

Especialmente no Brasil, com a diminuição da taxa de natalidade e o aumento da expectativa de vida, a tendência da previdência aberta é não conseguir

atender a todos os aposentados ou pessoas que precisam desse benefício, pois é importante que o total de contribuintes seja maior que o de beneficiários.

Na década de 1950, eram oito contribuintes financiando um aposentado; em 1970, esta relação caiu para 4,2; na década de 90 eram 2,5 para 1; e estima-se que em 2020 seja apenas a proporção de 1 para 1 (STEPHANES, 1998).

Os principais fatores que tornam o atual modelo da previdência social inviável estão pautados no tempo de contribuição para a aposentadoria, tributos cobrados sobre a folha de salários, existência de aposentadorias especiais, relação entre contribuinte e beneficiário (CHAN, SILVA, MARTINS, 2006).

No Congresso Nacional, tramita uma reforma no sistema previdenciário, e a Secretaria de Previdência Social está realizando o recadastramento das pessoas aposentadas desde 2005, com o intuito de manter atualizado o seu banco de dados e promover uma economia de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão para os cofres públicos. A proposta do governo fixa idade mínima de 65 para requerer aposentadoria e eleva o tempo mínimo de contribuição de 15 anos para 25 anos. Porém, mesmo diante dessas alternativas de redução dos gastos da previdência, a perspectiva de falência do sistema ainda é real, pois os problemas que estão ocorrendo não serão facilmente resolvidos (RABELO, 2000).

Diante do problema enfrentado e a possível falência desse sistema, caso o pedido de alteração não seja aprovado, a preocupação com o futuro após a aposentadoria está permitindo o crescimento da previdência privada no Brasil, transformando-a em um importante fundo de reserva e na manutenção da renda do trabalhador no momento da aposentadoria, em casos de morte ou invalidez.

Esta pesquisa realizada é natureza descritiva, uma vez que se procura identificar a situação do sistema previdenciário brasileiro. Segundo Gil (1999), a pesquisa descritiva tem por objetivo básico descrever as características de determinada população ou fenômeno e estabelecer possíveis relações entre variáveis. Buscou-se, na presente pesquisa, inserir o pesquisador neste contexto, uma vez que ele é também parte integrante do grupo que apresenta, como foco, o levantamento de opiniões, de atitudes e de crenças de uma população sobre determinada situação.

A pesquisa de campo procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes a eles e, finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado.

## 2. OS MODELOS DE PREVIDÊNCIA NO BRASIL

Com a Revolução Industrial, dezenas de pessoas migraram do campo em busca de melhores condições de emprego na cidade. Durante esta transição, a sociedade enfrentou dificuldades, pois teve de se adaptar às atividades industriais. Diante desta situação, a sociedade, o estado e as empresas se viram obrigadas a assumir um compromisso com os que tinham menos condições, tentando desta

forma melhorar as questões sociais, surgindo assim o conceito de oferecer bem-estar aos que precisavam. Este conceito permeou a sociedade por muitos anos e se tornou a base para os sistemas previdenciários atuais: “O que a filosofia social trouxe, além da conscientização das massas sobre a necessidade de organização, foi a conscientização do próprio homem sobre o seu papel no processo socioeconômico da comunidade a que pertence” (PÓVOAS, 2007, p. 39).

A previdência privada em nosso país está estruturada em dois modelos: entidades abertas, com fins lucrativos, que operam planos individuais e coletivos; e as entidades fechadas, sem fins lucrativos, que operam somente planos coletivos decorrentes de vínculo empregatício. Esses dois tipos de previdência proporcionam ao trabalhador um seguro previdenciário adicional, de acordo com sua vontade e necessidade.



FIGURA 1. Estrutura dos Serviços de Previdência no Brasil

Fonte: RODARTE, 2011.

Os sistemas de previdência privada, por sua vez, segundo Schwarz (2006), foram criados com o objetivo de garantir uma renda extra para a manutenção do trabalhador, quando ele se tornasse incapaz de gerar a própria renda, por motivos diversos como morte, idade avançada, desemprego ou doença.

## 2.1. Previdência social

O início da aposentadoria se deu em meados de 1983, com a implantação das primeiras leis, quando foi introduzido o seguro social, baseado em três pilares: saúde, acidente de trabalho e invalidez. Antes, em 1930, com o surgimento do Ministério do Trabalho, o órgão passara a regulamentar a previdência no Brasil. A partir de então, surgiram diversos institutos previdenciários, que garantiam a proteção aos comerciários, trabalhadores, bancários. Como era inviável criar um instituto para cada empresa, a previdência foi dividida por categorias de atividades. (OLIVEIRA, 1999).

Essas novas unidades de previdência social receberam o nome de institutos, aos quais se vinculariam, de modo compulsório, os trabalhadores de um determinado ramo de atividade. Conforme explica Oliveira (1999, p. 143),

foi assegurado que os institutos deveriam prestar serviços assistenciais e previdenciários. A difusão dos benefícios, bem como sua regulamentação, no entanto, não foi uniforme. Em geral, ficou na dependência do poder de cada categoria profissional. Além disto, a implantação dos IAPs reforçou as disparidades econômicas existentes entre as diferentes categorias profissionais, porque a qualidade e o volume de serviços e benefícios prestados pelas instituições dependiam, além das articulações políticas mais gerais, da capacidade de financiamento de cada categoria.

E então, na década de 60, foi criada a Lei Orgânica de Previdência Social (LOPS), lei nº 3.807, que ampliou o direito adquirido, estendendo-o aos profissionais liberais, autônomos e, de forma compulsória, aos empregadores. A estrutura básica da previdência social brasileira é composta por regime próprio de previdência social, previdência complementar e regime geral de previdência social.



FIGURA 2. O sistema de previdência no Brasil  
Fonte: Ministério de Previdência, 2016.

## 2.2. Previdência privada

A Associação Nacional de Previdência Privada (ANAPP) afirma que

a previdência privada no Brasil surgiu na época do Império, com a criação do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, o Mongeral, em 1835. Seu ob-

jetivo era gerar um futuro mais tranquilo para os dependentes dos servidores públicos imperiais, no caso de falecimento destes. Mais tarde, muitas empresas constituíram os chamados Fundos Contábeis, com o objetivo de complementar os benefícios de aposentadoria oferecidos pela previdência social, no nível das empresas brasileiras de maior porte.

A previdência privada foi legalmente instituída em 1977, de acordo com a lei nº 6.435. De acordo com a legislação, existem dois tipos de previdência complementar: a aberta e a fechada.

A previdência privada fechada é regulamentada pelo decreto nº 81.240/78, Lei Complementar 109/2001 e Resolução 3.121/2003, no que tange à aplicação dos recursos dos planos de benefícios. Também conhecido como fundos de pensão, assim, este plano é destinado, exclusivamente, aos empregados de uma empresa ou grupo.

Em contrapartida, na previdência privada aberta, os planos são comercializados por bancos e seguradoras, e podem ser adquiridos por qualquer pessoa física ou jurídica. O órgão do governo que fiscaliza e dita as regras dos planos de previdência privada é a SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), que é ligada ao Ministério da Fazenda.

Os planos por ela oferecidos são semelhantes aos da previdência oficial, mas as Entidade Fechadas de Previdência Privadas (EFPPs) apresentam, como diferencial, a formação de fundos individuais, podendo seus participantes saber, com transparência, informações contábeis e o valor acumulado do seu benefício. Para Weintraub (2003, p. 12),

a transparência da situação econômico-financeira dos planos de previdência privada para participantes, governo e sociedade só vem a incentivar um maior número de adesões (elemento essencial para a manutenção dos planos previdenciários privados), pois demonstra o aspecto da confiabilidade do sistema.

Os planos de previdência complementar estão divididos entre PGBL e VGBL, os quais passam por duas fases: acumulação, com contribuições, podendo ser mensais e tendo os valores estipulados pelo contratante; e resgate, com a retirada da reserva acumulada.

Para cada perfil e necessidade do contratante, existe um tipo de fundo de investimento, cobertura de risco. O PGBL e o VGBL são aplicações financeiras a longo prazo e permitem escolher o fundo de investimento, rentabilidade.

#### 2.2.1. PGBL

Segundo a Caixa Seguradora, o PGBL, ou Plano Gerador de Benefício Livre, permite abater da base de cálculo do IR os aportes realizados anualmente ao plano até um limite máximo de 15% da renda bruta tributável do investidor. É indicado

para as pessoas que optam pela declaração completa do Imposto de Renda. Essa dedução não significa que os aportes feitos na Previdência são isentos de IR. Haverá incidência do IR sobre o valor total do resgate ou da renda recebida, quando eles ocorrerem.

MODALIDADE	PERFIL	BENEFÍCIO FISCAL	TRIBUTAÇÃO		
			RENTABILIDADE	RESGATE	APOSENTADORIA
<b>PGBL</b>  PLANO GERADOR DE BENEFÍCIO LIVRE	Indicado para quem: 1) Faz a declaração completa do imposto de Renda; 2) Contribui para a Previdência Social (ou Regime Próprio) ou é aposentado; 3) Pretende contribuir com até 12% de sua renda bruta anual em previdência complementar.	Os valores depositados podem ser deduzidos da base de cálculo do IR, em até 12% da renda bruta anual.	Diferentemente de outros investimentos, as contribuições em previdência não sofrem incidência de Imposto de Renda enquanto o dinheiro estiver investido. Assim, a reserva rende ainda mais ao longo do tempo.	No momento do resgate, todo o valor resgatado está sujeito a incidência de Imposto de Renda.	No momento do recebimento da renda, todo o valor recebido está sujeito a incidência de Imposto de Renda.

FIGURA 3. PGBL. Fonte: Caixa Seguradora, 2016.

### 2.2.2. VGBL

O VGBL, ou Vida Gerador de Benefício Livre, não permite abater do IR os aportes ao plano. É indicado para quem usa a declaração simplificada ou é isento, ou para quem já investe em um PGBL, mas quer investir mais de 12% de sua renda bruta em previdência privada. O IR incidirá apenas sobre os rendimentos do plano e não sobre o total acumulado (CAIXA SEGURADORA, 2016).

Para compensar o incentivo fiscal sobre as contribuições realizada no PGBL, caso o participante resgate ou transforme em renda, o imposto de renda pago será sobre o valor total resgatado ou daquele recebido em forma de renda mensal.

MODALIDADE	PERFIL	BENEFÍCIO FISCAL	TRIBUTAÇÃO		
			RENTABILIDADE	RESGATE	APOSENTADORIA
<b>VGBL</b>  VIDA GERADOR DE BENEFÍCIO LIVRE	Indicado para quem: 1) Faz a declaração simplificada do imposto de Renda ou são isentos de IR; 2) Contribui ou não para a Previdência Social (INSS) ou Regime Próprio; 3) Pretende contribuir com mais de 12% de sua renda bruta anual em previdência complementar.	Os valores depositados não podem ser deduzidos do Imposto de Renda.	Diferentemente de outros investimentos, as contribuições em previdência não sofrem incidência de Imposto de Renda enquanto o dinheiro estiver investido. Assim, a reserva rende ainda mais ao longo do tempo.	No momento do resgate, apenas o rendimento (ganho de capital) alcançado no plano está sujeito a incidência do Imposto de Renda.	No momento do recebimento da renda, apenas o rendimento (ganho de capital) alcançado no plano está sujeito a incidência do imposto de Renda.

FIGURA 4. VGBL. Fonte: Caixa Seguradora, 2016.

## 2.3. COMO ESCOLHER UM PLANO DE PREVIDÊNCIA

Diante das mudanças nos sistemas da previdência social no país, as pessoas precisam começar a se programar para fazer uma reserva complementar ao benefício do INSS ou para garantir uma renda na aposentadoria acima do teto.

Para contratar um plano de previdência privada, é necessário escolher a modalidade (PGBL ou VGBL), o regime de tributação (Tabela Progressiva ou Regressiva), e por fim, identificar a modalidade de plano ideal (renda fixa, multimercado ou fundo dinâmico). A diferença básica entre o PGBL e o VGBL é o momento no qual o investidor vai fazer o recolhimento do imposto de renda sobre o capital: no momento do resgate ou no recebimento da renda.

Diferenças entre PGBL e VGBL			
		PGBL Plano Gerador de Benefício Livre	VGBL Vida Gerador de Benefício Livre
Perfil do investidor		Indicado para aqueles que: a) Utilizam a declaração completa do IR b) Contribuem para a Previdência Social (INSS) ou regime próprio c) Aposentados d) Planejam aplicar até 12% da sua renda bruta anual na previdência complementar	Indicado para aqueles que: a) Utilizam a declaração simplificada do IR b) Não contribuem para a Previdência Social (INSS) ou regime próprio c) São isentos do IR d) Planejam aplicar mais de 12% da sua renda bruta anual na previdência
Benefício fiscal durante o período de acumulação		Os recursos depositados podem ter dedução de até 12% da renda bruta anual, desde que o contribuinte também recolha para o INSS ou regime próprio, ou seja aposentado	Os recursos depositados não têm dedução no IR
Tributação durante o período de acumulação	Rentabilidade	Tanto o PGBL como o VGBL, durante esse período, a rentabilidade obtida não será tributada. Dessa forma, ambos têm possibilidade de render mais do que fundos de investimentos tradicionais	
	Resgate	No resgate, todo o valor (contribuições mais rendimentos) será tributado no IR	No resgate, só os valores referentes ao rendimento obtido no plano estarão sujeitos à tributação do IR
Tributação na aposentadoria		Todo o valor recebido estará sujeito a tributação do IR	Só os valores referentes ao rendimento obtido no plano estarão sujeitos à tributação do IR quando a renda for recebida
Combinação de PGBL e VGBL		Aqueles que planejam contribuir com mais de 12% da renda bruta anual em previdência complementar aberta é recomendável a contratação de um plano PGBL combinado com um VGBL para se beneficiar dos incentivos do IR. O PGBL permite deduzir da base de cálculo do imposto até 12% da renda bruta anual, desde que utilizado o modelo completo do IR. Os recursos destinados à previdência que excederam a esse limite podem ser direcionados ao VGBL, cuja tributação do IR incide apenas sobre os rendimentos no momento do resgate	

FIGURA 5. Diferenças entre PGBL e VGBL. Fonte: Tudo sobre seguros, 2016.

Segundo a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), o VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres) e o PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) são planos que, após um período de acumulação de recursos, proporcionam aos investidores (segurados e participantes) uma renda mensal – que poderá ser vitalícia ou

por período determinado – ou um pagamento único.

Quanto à tabela, ela pode ser progressiva (no momento do resgate, a tributação ocorre na fonte, à alíquota de 15%, com posterior ajuste na Declaração Anual do Imposto de Renda); ou regressiva (alíquota inicial de 35%, nos primeiros 2 anos, podendo chegar até 10%, após 10 anos de permanência no plano. As alíquotas são decrescentes em função do tempo de permanência de cada contribuição no plano).

### 3. INTENÇÃO E MOTIVAÇÃO NA ESCOLHA DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

Esta seção refere-se à apresentação dos dados coletados junto aos 10 participantes da pesquisa. Cabe ressaltar que a pesquisa permitiu não só examinar as diferentes percepções dos entrevistados em relação ao tema proposto, mas também explorar os resultados obtidos.

Na primeira parte são obtidos os dados dos planos, identificando as variáveis PGBL e VGBL e caracterizando-os quanto à tributação. A segunda parte procura identificar a intenção e a motivação do entrevistado ao adquirir o plano. As alternativas são estabelecidas de acordo com as conclusões de Neri, Carvalho e Nascimento (1999, p. 9), mas há a alternativa referente ao diferimento fiscal mencionada por Araújo Neto (2010, 0. 19) como motivação do participante. A terceira parte do instrumento é composta pelos dados dos segurados. De referência, utilizamos a pesquisa de Guadagnin (2007, p. 28), em seu trabalho que tinha por objetivo traçar o perfil de clientes de previdência privada em determinada empresa privada. Os itens de classificação etária e o grau de formação possuem a mesma quantidade de alternativas para facilitar a comparação dos resultados. A estes itens acrescentou-se a questão que se refere ao percentual investido no plano de previdência.

Da amostra obtida, 60% é do sexo feminino, 30% apenas do sexo masculino, e 10% indeterminado. A faixa etária dos entrevistados é de 60% até 20 anos, 20% entre 21 e 40 anos, e 20% de 41 até 60 anos. A maioria tem até o ensino médio. Em relação a quanto de sua renda é destinado a investimentos na previdência privada, todos aplicam menos de 2%.

Quanto às intenções dos entrevistados em participar de um plano de previdência, 20% dos entrevistados demonstraram preocupação em relação à aposentadoria; outros 20%, em adquirir bens, sem a necessidade de financiamento; 50% em relação a perspectivas futuras; e 10%, em herança. Nenhum cliente definiu a dedução do imposto de renda como principal motivo para o investimento.

Enfim, em relação ao perfil dos entrevistados, a maioria prefere o VGBL, que é indicado para quem declara o imposto de renda no formulário simplificado ou para quem é isento, ou não possui conhecimento ao tipo de tributação de seus planos, justificando a indicação e explicando que as contribuições não podem ser abatidas na declaração anual do IR.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pretendeu servir de auxílio na escolha de planos de previdência privada, explicando variáveis de escolha e se adaptando ao perfil e à necessidade do segurado, além de suas intenções diante do investimento.

Esta seção apresenta as conclusões e limitações do presente trabalho de pesquisa e recomendações pertinentes para o avanço das pesquisas na área previdenciária. O trabalho propôs como objetivo geral verificar o sistema previdenciário no contexto brasileiro atual.

A previdência privada é um tema muito complexo para estudo, pois apresenta várias formas tanto no Brasil, quanto no mundo. No Brasil, ela é complementar, mas em diversos países, trata-se do principal regime de previdência.

A ideia é contribuir para a escolha correta, auxiliando funcionários, clientes potenciais e cliente. O mercado de previdência privada diante da crise na previdência social demonstra crescimento e estabelece uma importância fundamental para uma cultura financeira segura e madura. Os resultados demonstram as variáveis que compõem os planos e a forma de adaptação do segurado ao investimento. O estudo define em parte o perfil, a tributação, e a gama de produtos que podem ser ofertados.

O assunto sobre a reforma previdenciária brasileira é um tema em discussão, pois pretende mudanças no conceito e na estrutura, tendo em vista que o custo do sistema é alto e a contribuição das empresas e dos trabalhadores não é suficiente para cobrir as despesas com o benefício concedido, fazendo com que o governo absorva essa diferença.

Para estudos futuros, fica a sugestão de acesso aos dados internos da instituição para agregar valor ao assunto, tendo em vista que a pesquisa foi realizada mediante lembranças dos segurados quanto ao assunto, além de ter acesso a um sistema que simule o prazo e o investimento pretendido pelo segurado e, por fim, o estímulo para se adquirir um plano de previdência privada.

#### REFERÊNCIAS

BERVIAN, Pedro Alcino; CERVO, Amado Luiz. *Metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CAIXA SEGURADORA. *Entenda as modalidades PGBL e VGBL*. Disponível em: <http://www.caixaseguradora.com.br/paravoce/previdencia/Paginas/O-que-PGBL-E-VGBL.aspx>. Acesso em 22/11/2016.

CHAN, Betty Lúcia; SILVA, Fabiana Lopes; MARTINS, Gilberto de Andrade. *Fundamentos da previdência complementar: da atuária à contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GUADAGNIN, Romualdo. *A comercialização de planos de previdência privada na agência de Itapejara D'Oeste-PR*. Itapejara D'Oeste: Universidade Federal do Paraná, 2002.

KOTLER, Philip; ARMASTRONG, Gary. *Princípios de marketing*. 7 ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 1998.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 1987.

NERI, Marcelo; CARVALHO, Kátia; NASCIMENTO, Mabel. *Ciclo da vida e motivações financeiras (com especial atenção aos idosos brasileiros)*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Disponível em: [www.valoronline.com.br](http://www.valoronline.com.br). Acesso em 25/11/2016.

OLIVEIRA, Ana Lúcia. IAPB e sindicato: duas estruturas interligadas. *Revista de Sociologia e Política*, 13(1999): 141-151, 1999.

PÓVOAS, Manuel Sebastião Soares. *Previdência privada. Filosofia, fundamentos técnicos, conceituação jurídica*. 2 ed. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. *O sistema de previdência no Brasil*. Disponível em: [www.previdencia.gov.br](http://www.previdencia.gov.br). Acesso em 22/11/2016.

RABELO, Flávio Marcílio. Perspectiva de expansão da previdência privada fechada no Brasil. *RAE: Revista de Administração de Empresas*, 40(4): 56-69, 2000.

RODARTE, José Cláudio. *A evolução da previdência complementar fechada no Brasil, da década de 70 aos dias atuais: expectativas, tendências e desafios*. Monografia (Bacharelado em Ciências Atuariais). Belo Horizonte: UFMG, 2011.

SILVA, E. R.; SCHWARZER, H. *Proteção social, aposentadorias, pensões e gênero no Brasil*. Brasília: IPEA, 2002. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td\\_0934.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0934.pdf). Acesso em 22/11/2016.

STEPHANES, Reinhold. *Reforma da previdência sem segredos*. 2 ed. Rio de Janeiro: RBC, 1998.

Tudo sobre seguros. *Diferenças entre PGBL e VGBL*. Disponível em: <http://www.tudo-sobresseguros.org.br/portal/pagina.php?l=191>. Acesso em 22/11/2016.

WEINTRAUB, Arthur Bragança de Vasconcellos. *Previdência privada: atual conjuntura e sua função complementar ao regime geral da previdência social*. 2.ed. São Paulo: J. de Oliveira, 2003.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2 ed. Bookman: Porto Alegre, 2001.

## ANEXO 1. Formulário

### 1. DADOS DO PLANO DO CLIENTE

1.1 Quantos planos possui? \_\_\_\_\_

1.2 Quais os planos você possui? Marque com um X.

PLANOS	PGBL	VGBL
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		

### 2. INTENÇÕES DO PARTICIPANTE

2.1. Qual das alternativas a seguir mais o motivou a participar de um plano de previdência privada?

- a) Para me aposentar e manter um padrão de consumo estável;
- b) Para adquirir em longo prazo bens de maior valor sem precisar financiar;
- c) Por preocupação em relação ao futuro;
- d) Para que seja utilizada a fim de herança;
- e) Para deduzir do IR;
- f) Outro. Qual?

---

---

### 3. DADOS DO PARTICIPANTE

3.1. Gênero

- a) Masculino;
- b) Feminino;
- c) Não definido.

3.2. Faixa Etária

- a) Até 20 anos;
- b) De 21 até 40 anos;
- c) De 41 até 60 anos;
- d) De 61 anos ou mais.

3.3. Grau de Instrução

- a) Até o ensino médio;
- b) Superior incompleto;
- c) Superior;
- d) Pós graduação.

3.4. Qual o percentual dedicado às contribuições para previdência privada?

- a) Menos de 2%
- b) De 2 a 4%
- c) De 4 a 6%
- d) De 6 a 8%
- e) De 8 a 10%
- f) Mais de 10%

Observações:

---

---

---

---

## ANEXO II. Tabela de respostas

FORMULÁRIO	1.1	VGBL	PGBL	2.1	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5
1	1	1		A	C	B	A	C	A
2	1	1		C	A	A	A	A	A
3	1	1		D	B	D	B	A	A
4	1	1		A	A	D	B	A	A
5	1	1		C	B	A	A	A	A
6	1		1	C	B	A	A	A	A
7	1	1		B	A	A	A	A	A
8	1	1		C	A	A	A	A	A
9	1	1		B	A	A	A	A	A
10	1	1		C	A	B	A	C	A

TABELA 1. Respostas obtidas dos formulários. Fonte: da pesquisa.

## O direito de greve sob a ótica do julgamento do recurso extraordinário 693.456 pelo Supremo Tribunal Federal e seu estudo na perspectiva do direito comparado

*The right of strike under the optical judgment of the extraordinary appeal 693.456  
by the Supreme Federal Court and its study in the perspective of comparative law*



**Laura Alves de Araújo**

Discente do 6º período de Direito pelo Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM).  
e-mail: [laura.araujo@outlook.com](mailto:laura.araujo@outlook.com)

**Helen Corrêa Solis Neves**

Mestre em Direito Público pela Universidade Católica de Brasília (2005). Professora do UNIPAM.  
e-mail: [helensolis@unipam.edu.br](mailto:helensolis@unipam.edu.br)

---

**RESUMO:** O presente trabalho objetiva analisar o recurso extraordinário 693.456 e suas principais divergências no ordenamento jurídico brasileiro. Para tanto, lança-se mão de uma abordagem histórica acerca do direito de greve, tanto sob a perspectiva legal quanto sob a perspectiva social. Foram utilizados artigos, livros, leis e decisões judiciais que tratam sobre o tema. As limitações que o Judiciário tende a impor em relação ao direito de greve e aos instrumentos utilizados, além de demonstrarem excessivo ativismo, contam com interpretações questionáveis do ponto de vista dos direitos fundamentais. Daí decorre a necessidade do estudo do direito de greve em diversos ordenamentos jurídicos e em diferentes momentos históricos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito de Greve. Servidor Público. Ativismo Judicial.

**ABSTRACT:** The present work aims to analyze the extraordinary appeal 693.456 and its main divergences in the Brazilian legal system. To this end, a historical approach to the right of strike is launched, both from a legal perspective and from a social perspective. Articles, books, laws and court decisions dealing with the topic were used. The limitations that the Judiciary tends to impose in relation to the right of strike and the instruments used, in addition to showing excessive activism, have questionable interpretations from the point of view of fundamental rights. Hence the need to study the right of strike in various legal systems and at different historical moments.

**KEYWORDS:** Strike Right. Public Server. Judicial Activism.

---

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O posicionamento mais recente do Supremo Tribunal Federal no atinente à greve do funcionalismo público, recurso extraordinário 693.456, suscita análises tanto de ordem legal (aparato jurídico) quanto de ordem social. O escopo da perquirição proposta é, portanto, abordar o fenômeno da greve em diferentes momentos históricos, assentado em diferentes ordenamentos jurídicos e sob perspectivas sociais diversas para, assim, obtido embasamento teórico, proceder à análise do recurso extraordinário 693.456.

Com o desenvolvimento da pesquisa, pretende-se entender, num primeiro momento, de que forma, após o fim da Idade Média, os Estados conceberam em seu ordenamento jurídico fenômeno tão importante que é a greve. Dar-se-á, em tal análise, enfoque nos ordenamentos jurídicos pátrios com o intento de compreender suas perspectivas jurídicas e suas consequências sociais. Assim será possível, posteriormente, interpretar à luz dos conhecimentos adquiridos o recurso extraordinário 693.456 e, além de apreciar aspectos técnicos, avaliar em que medida tal entendimento se apresenta como evolução do ponto de vista social e contribui para que de fato os trabalhadores possam gozar de um direito de greve.

Num segundo momento, proceder-se-á a uma abordagem atual e comparada acerca da positivação e efetivação do direito de greve nos ordenamentos jurídicos de países como Estados Unidos, França, Portugal, Espanha, Reino Unido e Canadá, que servirão também de embasamento para a apreciação do recurso extraordinário a que se propõe análise.

Por fim, com a base adquirida por meio das observações históricas e atuais do direito de greve, pretende-se apresentar o panorama atual de tal direito no ordenamento jurídico pátrio, bem como elucidar as divergências dos próprios ministros do Supremo Tribunal Federal e da comunidade jurídica em relação à decisão no recurso extraordinário 693.456.

A importância deste estudo se dá uma vez que, em se tratando de direito de greve dos servidores públicos, já decorridos 29 anos da promulgação da Constituição Federal, o legislador infraconstitucional se mantém inerte. A falta de regulamentação foi suprida relativamente com a decisão firmada pela Corte, em resposta a mandados de injunção impetrados por sindicatos, no sentido de aplicar a Lei de Greve – dirigida aos trabalhadores da iniciativa privada – aos funcionários públicos no que couber. Entretanto, suscitou-se a possibilidade de corte de ponto dos servidores públicos, o que é possível em se tratando de iniciativa privada. Cabe observar, portanto, se, nesse caso, seria compatível com o funcionalismo público a aplicação da Lei de Greve.

Desse modo, apreciar as mudanças que têm ocorrido em relação ao direito de greve e abordá-las sob diferentes enfoques mostram-se elementos essenciais para fomentar o debate, cuja relevância é inquestionável tanto para os jurisdicionados quanto

para o sustento do próprio Estado Democrático de Direito.

Para tanto, lança-se mão de um ensaio teórico do tipo introdutório e qualitativo com base em obras bibliográficas, legislação, decisões e material teórico em geral. Serão analisadas as constituições, as leis, as doutrinas e a jurisprudência de países como Alemanha, Estados Unidos, Canadá, França, Portugal, Espanha, Reino Unido, no que tange ao direito de greve, comparando-se, em seguida, os resultados obtidos com a forma de aplicação deste direito no Brasil.

## 1. O PERCURSO HISTÓRICO DA GREVE

O estudo do percurso da greve enseja algumas delimitações teóricas. Embora movimentos que remontam à Idade Antiga possam parecer análogos ao movimento grevista, já que apontam historicamente uma oposição ao sistema e às condições então existentes, há questões de ordem econômica e de organização social que os diferenciam.

Os movimentos ocorridos até a Idade Moderna e a condição jurídica dos que deles participavam (geralmente em regimes de escravidão e servidão) denotam um senso mais emancipatório do que relacionado a interesses diretamente vinculados às condições de trabalho, uma vez que até então não havia se falar em grande número de trabalho juridicamente livre.

Para evidenciar a distinção, traz-se a discussão leninista acerca da consciência. Nessa perspectiva, entendem-se os movimentos anteriores à modernidade como inspirados por uma consciência não economicista, daí dizer que o intento era, na maioria das vezes, emancipatório. Enquanto que, em se tratando dos movimentos modernos e contemporâneos, vê-se o que Lênin chama de consciência economicista, própria do contexto liberal-burguês, em contraposição ao absolutismo mercantilista. Em apertada síntese, seriam movimentos que têm como motivação e finalidade interesses econômicos (LENINE, 2002, online)

Feitas as ressalvas, faz-se pertinente observar o fenômeno da greve em diferentes momentos históricos, assentado em diversos ordenamentos jurídicos, tanto sob o prisma jurídico quanto sob o social.

### 1.1. GREVE NO MUNDO

Entre os séculos XVI e XVII, a França proibia coalizões. A partir de 1539 passou a proibir também congregações ou assembleias sob qualquer pretexto (NASCIMENTO, 2012, p. 1397). Na Alemanha, grevistas eram considerados culpados de traição e podiam ser condenados, além de suplício, à pena de morte.

Já nos séculos XVIII e XIX, com o advento das revoluções, o crescimento dos centros urbanos e da indústria, além da popularização dos ideais socialistas, foram

deflagrados mais movimentos grevistas. Na Inglaterra, em 1779, havia proibição de coalizões com a justificativa de que isso era necessário para coibir as “exigências ruinosas dos operários”. A França aprovou, ainda no furor da Revolução Francesa, a Lei Le Chapelier, que dispunha sobre a proibição das coalizões, com previsão de pena inclusive para os patrões que admitissem a participação de seus trabalhadores em greves. Posteriormente, como consequência da luta dos socialistas utópicos, foi reconhecido o direito de greve dos trabalhadores da atividade privada em 1864. Na Itália, a liberdade de greve era admitida desde 1853, mas houve momentos de restrição. Nos países escandinavos e na Rússia, havia punição severa das coalizões (NASCIMENTO, 2012, p. 1397; SUSSEKIND, 2003, p. 1232-1236).

Arnaldo Sussekind e Segadas Vianna (2003, p. 1237) afirmam que, após o Manifesto Comunista de 1848, a tendência foi de tolerância aos movimentos grevistas, antes de a greve se tornar um direito.

## 1.2. GREVE NO BRASIL

A fim de analisar o percurso da história da greve no Brasil, é imperioso considerar a formação da classe trabalhadora brasileira. O fato de o Brasil ter recebido inúmeros imigrantes no fim do século XIX e início do século XX foi de inquestionável relevância para a construção de uma ética do trabalho. Assenta Christiano Fragoso (2009, p. 137) acerca da formação da classe trabalhadora:

A constituição de uma ética do trabalho foi um ponto muito importante para as classes dominantes, principalmente a partir da abolição da escravatura (1888), pois, de modo a disciplinar os ex-escravos, o trabalho, que tinha uma carga negativa, tinha de passar a ser visto (pelo menos por aqueles que tinham de trabalhar!) como algo positivo e nobre. A outra ponta dessa equação de trabalho compulsório seria a repressão implacável da vadiagem e da greve.

A primeira Constituição brasileira, de 1824, era omissa em relação à greve e impedia a criação de associações profissionais (art. 179, XXV), tornando inviável a constituição de qualquer movimento reivindicatório. A ausência de trabalho livre em proporções significativas e a impossibilidade de associar-se profissionalmente podem ter sido fatores que influenciaram na não criminalização da greve no Código Criminal de 1830. Contudo, houve tipificação da vadiagem pelo referido Código (art. 295), como o faziam as Ordenações Filipinas (FRAGOSO, 2009, p. 139-140).

Já na Primeira República, Código Penal de 1890 (Decreto nº 847) havia criminalização da greve pacífica e a vadiagem. A Constituição de 1891, por sua vez, não proibiu as corporações de ofício como outrora o faziam, mas também não reconheceu

o direito de greve. Logo, a greve já havia deixado de ser delito e passado a ser uma liberdade, mas não um direito (FRAGOSO, 2009, p. 150-151; NASCIMENTO, 2012, p. 1404).

Devido ao crescente número de movimentos grevistas e outros problemas sociais (prostituição, jogo do bicho, comícios operários, etc.), as classes dominantes enxergaram a necessidade de lançar mão, embasadas no positivismo, de teses científicas e jurídicas para justificar/legitimar a repressão. Organizou-se, na ocasião, a Conferência Judiciária-Policial de 1917 (RJ) para discussão do tema que, no fim das contas, serviu somente para legitimar o arbítrio policial e a repressão. A frase do presidente Washington Luís, “a questão social é caso de polícia”, foi, sem dúvida, colocada em prática durante a República Velha (FRAGOSO, 2009, p. 155-173).

A própria Constituição de 1934 trouxe, de forma inédita, direitos sociais do trabalho, entretanto, nada dizia sobre a greve. Na contramão, a Lei de Segurança Nacional (Lei nº 38, de 1935) considerava a greve como delito, sendo uma das suas primeiras aplicações a ordem de fechamento da Aliança Nacional Libertadora, na ocasião em que Luís Carlos Prestes manifestou-se em comemoração dos levantes tenentistas e propôs derrubada do governo (FRAGOSO, 2009, p. 173-196; NASCIMENTO, 2012, p. 1404).

Já na Constituição outorgada de 1937, havia manutenção de direitos trabalhistas (considerava o trabalho como dever social, art. 136) e declarava a greve e o *lockout* como “recursos antissociais nocivos ao trabalho e ao capital” (art. 139). A Consolidação das Leis do Trabalho (DL 5.452/43) também proibia a realização de greves (arts. 722 a 725). (FRAGOSO, 2009, p. 179-200).

Embora reconhecesse direitos, a repressão era manifesta. O Decreto-lei 428 de 1938 dispunha sobre, entre outros assuntos, o processo e o julgamento dos delitos da Lei de Segurança Nacional (citada anteriormente, considerava a greve um delito). Além de enunciados draconianos, o referido incluiu na punição os assalariados que procediam à paralisação com justa causa.

A Assembleia Constituinte de 1946, com unanimidade, aprovou envio de ofício ao Poder Executivo (cujo chefe era Eurico Dutra), para analisar se haveria aprovação do texto da Conferência de Chapultepec (México, 1945), que consistia basicamente no reconhecimento da greve como direito. Dutra edita então decreto-lei 9.070, dispondo sobre greve e *lockout*. Comenta Fragoso (2009, p. 199-202):

O DL-9.070/46 era incongruente desde a origem: invocava o art. 180, CF/37, para regulamentar um direito expressamente negado pela mesma carta. Ou seja, invoca-a para violá-la de frente! [...] Poder-se-ia imaginar que a motivação do Poder Executivo era atender ao compromisso assumido em Chapultepec, mas a leitura [...] mostra precisamente o oposto. [...] Na prática, o decreto-lei impedia as greves.

O Decreto-lei em questão continha atividades e serviços divididos em fundamentais (hoje chamados de essenciais) e acessórios, sendo os últimos definidos por

exclusão e os únicos que permitiam greve. O problema era que o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio podia incluir outras atividades fundamentais via portaria, para Christiano Fragoso: “Estava claro que só haveria greve quando o Governo quisesse, pois uma portaria ministerial podia proibi-la” (FRAGOSO, 2009, p. 199-210).

A Constituição de 1946 trouxe em seu art. 158 o direito de greve e a liberdade sindical no art. 159. O DL 9.070/46, que na prática impedia as greves, foi entendido pelo STF como compatível com a nova Carta. Logo, durante a concomitante vigência da Carta Magna e do decreto-lei, a primeira foi considerada letra morta (FRAGOSO, 2009, p. 210-231).

A cassação e exílio de dirigentes de ligas camponesas e movimentos operários era frequente. A partir de 1964 as ocupações militares e as intervenções atingiram por volta de duas mil entidades sindicais, e o regime estava só começando. Foi editada a Lei 4.330/64, que revogava o decreto-lei 9.070/46 e regulava o direito de greve, teoricamente, uma vez que as formalidades eram tantas que praticamente inviabilizavam qualquer movimento. Em 1967, Castello Branco baixa o decreto-lei 314 (Lei de Segurança Nacional), que proibia a greve de servidores públicos, em atividades essenciais (ainda que por motivos relativos à condição de trabalho) e na incitação pública à “subversão da ordem político-social”. O Ato Institucional nº 5 cuidou de alargar em grande medida o punitivismo, para ilustrar: punição de atos preparatórios, prisão por até 30 dias sem ordem judicial, entre outros (FRAGOSO, 2009, p. 230-240).

Em 1969 é baixado o decreto-lei 898 (nova Lei de Segurança Nacional) e editada a primeira Emenda Constitucional, que segundo Fragoso (2009, p. 244), “no que toca à greve, prevê pateticamente que ela ainda constitui um direito (art. 165, XX<sup>1</sup>), com as mesmas restrições da CF/1967 (serviços públicos e atividades essenciais definidas em lei)”. O decreto aumentou drasticamente as penas para diversos crimes, incluindo a greve, que era um direito!

Diante da conjuntura violenta e repressiva, os movimentos foram abafados por quase uma década. Já em 1978, em reação à greve de mais de três mil trabalhadores da Scania, em São Bernardo do Campo, novo decreto (decreto-lei 1.643) cuidou de endurecer mais ainda os limites da greve. Mesmo após inúmeras prisões de dirigentes sindicais, o apoio das associações e da ala esquerdista da Igreja Católica dava força ao Novo Sindicalismo (greves de 1978 a 1981). Em decisão incomum do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP), a greve dos metalúrgicos do ABC paulista não foi declarada ilegal (MERCANTE, 2013, p. 46-47). Começava, pois, o enfraquecimento do regime militar e a transição democrática, cujas análises, principalmente no tocante à Carta Magna de 1988, serão realizadas em momento oportuno.

---

<sup>1</sup> Emenda Constitucional nº1, 17/10/1969, art. 165, XX: A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua condição social:

XX - greve, salvo o disposto no artigo 162.

## 2. A GREVE NOS ORDENAMENTOS JURÍDICOS ATUAIS

### 2.1. ESTADOS UNIDOS E ALEMANHA

Em razão da formação da federação estadunidense (movimento centrífugo) e da conseqüente supervalorização dos Direitos Fundamentais de primeira geração (fruto de ideais liberais), a intervenção nas relações de trabalho ocorreu de forma tardia. No tocante aos funcionários federais (da União), há reconhecimento do direito de livre organização (*Civil Service Reform Act of 1978, section 7102*), embora considere desleal a participação ou incitação à participação em paralisações que interfiram no funcionamento do serviço público (*Section 7116*) (RODRIGUES, 1995, p. 11).

Doze Estados-membro estenderam o direito de greve ao setor público, e os 38 restantes ou não o reconhecem ou o proíbem. Lousiana e Colorado, por exemplo, permitem a greve a todos os servidores públicos. Montana coloca como exceção os enfermeiros, que devem obedecer alguns requisitos (BASS, 2014, *online*).

A Alemanha também não contempla o direito de greve em seu texto constitucional, restringindo-se a garantir o direito de associação (SARLET, 2012, p. 8).

Na Alemanha, existem cerca de 4,6 milhões de servidores, e as regras são rígidas. Uma lei estipula as remunerações e seu conteúdo está sujeito a mudanças pelo Legislativo a qualquer tempo — o salário pode, inclusive, ser reduzido e a jornada de trabalho ampliada. Os servidores públicos alemães não têm direito de fazer greve, mas também não são exonerados — salvo em casos extremos. Já os servidores contratados (equivalentes no Brasil aos indicados por confiança ou os terceirizados) têm status de empregados, mas se houver crise financeira nos municípios, estados ou União, perdem os cargos (VERLAINE, 2007, *online*).

Vê-se, portanto, que a tendência não é a do reconhecimento ou regulamentação do direito de greve. Nos Estados Unidos a maioria dos entes federativos não o faz de forma plena (apenas Lousiana e Colorado), e os que o fazem colocam exceções<sup>2</sup>. Corrobora o ministro Dias Toffoli (2015, p. 21) no próprio julgamento do RE 693.456: "Deixando de lado aqueles em que há graves restrições ao exercício de greve por parte dos servidores públicos, como ocorre na Alemanha e nos Estados Unidos, por exemplo,

---

<sup>2</sup> Embora os Municípios nos EUA não gozem de autonomia constitucional, há autonomia para organização de pessoal. Como aponta Ricardo José Pereira Rodrigues (1995, p. 6), "a lei dos servidores públicos federais atinge a departamentos, agências e divisões dos três poderes mas não alcança a administração de pessoal de Estados e Municípios". Logo, a depender do local do exercício da profissão e se ela é ou não vinculada ao Município, Estado-membro ou Federação, o trabalhador goza (ou não) do direito de greve.

em outros, o desconto nas remunerações tem sido a regra”. Na Alemanha há, pois, proibição em relação aos servidores públicos, embora eles não possam ser exonerados, caso participem de movimento grevista. Ambos os países, portanto, tendem a punir a greve dos servidores públicos.

## 2.2. FRANÇA

As constituições francesas de 1946 e 1958 já contemplavam em seus preâmbulos o direito de greve. Somente em 1963, num contexto de descontentamento social e perturbação econômica, a Assembleia Nacional francesa, em acirrada votação (257 votos favoráveis contra 205 desfavoráveis), aprovou a Lei de Greve proibindo algumas modalidades. O disciplinamento específico para a greve dos servidores públicos consta nos artigos L421-2 a 521-6 do *Code du Travail*. Em 1982 houve complemento no sentido de estabelecer dever de negociação no período de pré-aviso (COUTINHO, 1999, p. 54-59).

Faz-se necessário salientar que, embora prevista para a maioria dos servidores públicos, é possível que o agente público utilize de requisição para manter o funcionamento da empresa ou serviço quando indispensável ao interesse nacional, podendo haver intervenção administrativa e aplicação de sanções no caso de sua ineficiência ou desobediência (MANNRICH, 2002, pp. 152-154) A lei francesa concede o direito e, de forma razoável, prevê a possibilidade de intervenção no caso de imprescindibilidade do serviço, limitação encontrada não só no ordenamento jurídico francês.

## 2.3. PORTUGAL E ESPANHA

Um ano depois da entrada em vigor da Constituição de Portugal (1976) – que garante o direito de greve no art. 57 –, foi promulgada a lei nº 65 (Direito à Greve), atinente ao setor público e privado, entretanto, o art. 12 – que trata especificamente dos servidores públicos – depende de complementação (MANNRICH, 2002, p. 155).

Semelhante ao que ocorre no Brasil, há omissão legislativa no concernente ao tema. Assevera Nelson Mannrich (2002, p. 155-156) que

A omissão legislativa estabeleceu a seguinte divergência: aplica-se, no que couber, a Lei de Greve, em especial em greves nos serviços mínimos, de acordo com alguns pareceres da Procuradoria-Geral da República; segundo outros, deve-se recorrer ‘à norma que o intérprete criaria, se houvesse de legislar dentro do espírito do sistema’. [...] Em relação aos dias parados, há pareceres admitindo o desconto equivalente apenas ao tempo de greve.

A Constituição da Espanha também prevê o direito de greve (art. 28), cuja regulação se dará também em âmbito infraconstitucional. Diferentemente de Portugal e

do Brasil, há lei que regule (Real Decreto-Lei sobre as Relações Laborais, de 4 de março de 1977), havendo algumas restrições. “A greve exige acordo expresso entre representantes dos trabalhadores e sindicatos que deve ser comunicada por escrito ao empregador afetado e autoridades trabalhistas” (ALCÂNTARA, 2012, p. 116).

As disposições constitucionais espanhola e portuguesa guardam similitude com a brasileira, embora a espanhola não padeça do mal das outras duas: a inércia do legislativo. No Brasil e em Portugal, o entendimento é no sentido de aplicar as leis que tratam da greve do setor privado, no que couber, ao setor público. Os dois países também limitam tal direito através do desconto dos dias parados, ainda que não haja previsão legal. E o legislador continua inerte.

#### 2.4. CANADÁ E REINO UNIDO

No Reino Unido, a orientação é baseada também no corte de ponto dos grevistas, afirma Verlaine (2007, *online*): “O corte de ponto pelos dias parados é prática comum também no Reino Unido, onde existem 5.831 milhões de servidores públicos”. Vale ressaltar que a Inglaterra não possui lei específica sobre tal direito.

O Canadá não prevê especificamente o direito de greve em sua Constituição, mas uma Emenda do ano de 1982 acrescentou direito à associação. Em órbita infraconstitucional, a tendência é a de garantir amplamente o direito aos servidores públicos. Amostra disso é que a Suprema Corte Canadense, em julgamento do ano de 2015 (*Case number 35423*), entendeu inconstitucional previsão legal que impedia totalmente o exercício do direito de greve dos servidores públicos do serviço essencial (*The Public Service Essential Services Act, S.S. 2008, c. P-42.2* (PSESA)). Evidencia-se o posicionamento da Corte no sentido de que todos os servidores públicos devem gozar do direito de greve e que o fato de esta ser dispendiosa aos cofres públicos não autoriza sua restrição.

O direito de greve também promove a igualdade no processo de barganha. Este Tribunal há muito reconheceu as profundas desigualdades que estruturam a relação entre empregadores e funcionários e a vulnerabilidade dos funcionários neste contexto. Embora a atividade de greve em si não garanta que uma disputa trabalhista seja resolvida de maneira particular, ou que ela seja resolvida, é a possibilidade de uma greve que permite aos trabalhadores negociar seus termos de emprego em uma base mais igualitária. [...] As disputas trabalhistas do setor público são únicas, logo o governo, como empregador, deve levar em conta que quaisquer despesas adicionais incorridas para atender às demandas dos funcionários virão de fundos públicos (tradução nossa) (CANADA, 2015, *online*).

Vê-se que, em consonância com a maior parte dos países, o Reino Unido faz

limitação ao exercício da greve pelos servidores públicos. Já o Canadá, com posicionamento inédito se comparado aos demais países analisados, não só reconhece o direito aos servidores públicos, como também entende desarrazoada sua limitação em lei (ou seja, de forma genérica) aos serviços públicos essenciais.

### 3. GREVE NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO

Após a abordagem sucinta acerca da história da greve – compreendida desde um delito até se tornar um direito – e do estudo dos ordenamentos jurídicos de alguns países, pretende-se, para melhor compreensão do tema, fazer algumas considerações sobre o direito de greve no Brasil, demonstrar a problemática da omissão legislativa e adentrar na decisão do STF, objeto desta produção. Para José Afonso da Silva (2016, p. 304), a greve

[...] não é um simples direito fundamental dos trabalhadores, mas um direito fundamental de natureza instrumental e desse modo se insere no conceito de garantia constitucional, porque funciona como meio posto pela Constituição à disposição dos trabalhadores, não como um bem auferível em si, mas como um recurso de última instância para a concretização de seus direitos e interesses.

Numa definição ampla, a greve é uma paralização do trabalho que objetiva romper com a quietude do cotidiano, coletivamente. Para Amauri Mascaro (2012, p. 1402), que vai de encontro ao entendimento de José Afonso, em todas as definições “há, como traço comum, o caráter instrumental da greve, meio de pressão que é.”

Vianna e Sussekind (2003, p. 1243-1244) entendem que para que um movimento seja considerado como grevista é preciso que sejam avistados, em síntese, os seguintes requisitos: abandono de trabalho coletivo e deliberado pela maioria; temporariedade, ou seja, até que as partes cheguem num consenso; legalidade; e motivação relacionada à profissão ou aos direitos inerentes ao trabalho. No projeto de Código de Trabalho apresentado ao Congresso Nacional pelos autores, fora definida a greve da seguinte forma no art. 627:

Greve legal é o abandono coletivo e temporário do trabalho, deliberado pela vontade da maioria dos trabalhadores de uma seção, de uma empresa ou de várias empresas, e realizada nos termos previstos nesta lei, com o objetivo de obter reconhecimento de direitos ou o atendimento de reivindicações que digam respeito à profissão (VIANNA; SUSSEKIND, 2003, p. 1244).

Fato é que, independentemente das acepções filosóficas ou doutrinárias seguidas, que permitem desde o entendimento da greve como um delito até seu tratamento como um direito, ela é um fenômeno social, “um fato, que historicamente não esperou pela lei para tornar-se uma realidade inextirpável da sociedade moderna” (MI-20/DF – Voto do Ministro Sepúlveda Pertence, STF, p. 47).

Elencadas as abordagens doutrinárias, parte-se para a análise constitucional e a problemática da não regulamentação da greve dos servidores públicos. A Carta Magna de 1988 consagra em seu texto o direito de greve tanto dos trabalhadores da iniciativa privada quanto dos servidores públicos. O art. 9º, sem subordinar o exercício de tal direito à existência de lei que o regulamente, cuida de assegurá-lo aos trabalhadores do setor privado. Sob essa perspectiva, entende o professor José Afonso da Silva (2005, p. 305) “[...] que a melhor regulamentação do direito de greve é a que não existe. Lei que venha a existir não deverá ir no sentido de sua limitação, mas de sua proteção e garantia”.

Afeito ao direito de greve dos servidores públicos, o Constituinte Originário vinculou seu exercício à previsão em lei, logo a eficácia do mandamento do art. 37, VII é limitada. Ante à não regulamentação, decorridos 29 anos da promulgação da Carta Magna, o Judiciário foi chamado a se posicionar diversas vezes sobre o tema em sede de mandado de injunção.

O instituto do mandado de injunção, ainda que dotado de eficácia plena e aplicabilidade imediata, trouxe divergências em relação à sua aplicação e conformação com o ordenamento jurídico, o que suscitou a adoção de entendimentos diversos pelo STF, que tange aos efeitos de decisão em sede do instituto em comento.

Em 2007, em decisão no mandado de injunção 712-PA, a Corte inovou na aplicação do próprio instituto e decidiu no sentido regular o direito de greve dos servidores públicos segundo a lei nº 7.783/89 (Lei de Greve – setor privado), no que couber. Além da inovação concernente à eficácia da decisão em sede de mandado de injunção, na própria ementa há menção da superação de entendimentos da própria Corte, destacados:

MANDADO DE INJUNÇÃO. ART. 5º, LXXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. CONCESSÃO DE EFETIVIDADE À NORMA VEICULADA PELO ARTIGO 37, INCISO VII, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. LEGITIMIDADE ATIVA DE ENTIDADE SINDICAL. GREVE DOS TRABALHADORES EM GERAL [ART. 9º DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL]. APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL N. 7.783/89 À GREVE NO SERVIÇO PÚBLICO ATÉ QUE SOBREVENHA LEI REGULAMENTADORA. PARÂMETROS CONCERNENTES AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE GREVE PELOS SERVIDORES PÚBLICOS DEFINIDOS POR ESTA CORTE. CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO. GREVE NO SERVIÇO PÚBLICO. *ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO ANTERIOR QUANTO À SUBSTÂNCIA DO MANDADO DE INJUNÇÃO*. PREVALÊNCIA DO INTERESSE SOCIAL. *INSUBSISTÊNCIA DO ARGUMENTO SEGUNDO O QUAL DAR-SE-IA OFENSA À INDEPENDÊNCIA E HARMONIA ENTRE OS PODERES* [ART. 2º DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL] E *À SEPARAÇÃO DOS PODERES* [ART. 60, § 4º, III, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL]. INCUMBE AO PODER JUDICIÁRIO PRODU-

ZIR A NORMA SUFICIENTE PARA *TORNAR VIÁVEL O EXERCÍCIO DO DIREITO DE GREVE DOS SERVIDORES PÚBLICOS*, CONSAGRADO NO ARTIGO 37, VII, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL (grifo nosso).

Ainda que a regulamentação tivesse por intuito tornar viável o exercício do direito, a aplicação da Lei de Greve gera controvérsias em sua aplicação, posto que há diferenças salutaras entre os regimes laborais (público e privado). Não obstante, a Corte Máxima decidiu em 2016 matéria controversa em relação ao exercício do direito de greve pelo funcionalismo público, tema que será dissertado em seguida, para maior compreensão do atual panorama jurídico em que se encontra tal direito.

### 3.1 O RECURSO EXTRAORDINÁRIO 693.456

A Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (Faetec), em decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foi proibida de efetuar desconto na folha de pagamento dos trabalhadores que haviam sido parte do movimento grevista entre março e maio de 2006. O recurso extraordinário interposto contra a decisão do TJ-RJ (RE 693.456), julgado em 27 de outubro de 2016, teve repercussão geral reconhecida, com a seguinte redação:

A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público (STF, 2016, online).

O voto do relator, ministro Dias Toffoli, acompanhado por outros cinco ministros (Roberto Barroso, Teori Zavascki, Luiz Fux, Gilmar Mendes e Carmen Lúcia), foi no sentido de admitir o corte de ponto (desconto dos dias parados). A divergência aberta pelo ministro Edson Fachin foi acompanhada por outros três, a saber: Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio (STF, 2016, online).

A regra é, pois, a suspensão de imediato do pagamento dos servidores que iniciarem uma manifestação grevista. Observa-se que não é preciso decisão judicial/administrativa para o desconto dos dias, somente em se tratando de conduta ilícita do poder público que, se comprovada, ensejará o descabimento do desconto.

Valendo-se dos princípios da Supremacia do Interesse Público e Continuidade do Serviço Público, o relator desenvolveu sua argumentação no sentido de haver necessidade de fluxo de continuidade na prestação do serviço e preservação das garantias dos administrados. Logo, para viabilizar o exercício da greve, há que se achar um

meio menos gravoso à sociedade que depende da continuidade dos serviços públicos. (2016, p. 10-13). Destaca-se trecho do voto do relator:

Com efeito, conquanto a paralisação seja possível, porque é um direito constitucional, *ela tem consequências*. Esta Corte Suprema já assentou o entendimento de que o desconto dos dias de paralisação é *ônus inerente à greve*, assim como a paralisação parcial dos serviços públicos imposta à sociedade é consequência natural do movimento. Esse desconto não tem o efeito disciplinar punitivo. *Os grevistas assumem os riscos da empreitada* (grifo nosso).

Diante do exposto, parece o direito em comento estar perdendo sua característica de direito fundamental e tomando conotações ilícita e tentadora contra a justiça social. Assevera ainda o relator, Dias Toffoli:

Caso contrário, estaríamos diante de caso de enriquecimento sem causa a violar, inclusive, o princípio da indisponibilidade dos bens e do interesse público. Podemos concluir, portanto, que se trata de um “afastamento” não remunerado do servidor, na medida em que, embora autorizado pela Constituição Federal, essa não lhe garantiu o pagamento integral de seus proventos. Assim, em razão da ausência de prestação específica do 18 em revisão RE 693456 / RJ serviço por parte do grevista, os descontos devem ser realizados, sob pena de se configurar, como frisado, hipótese de enriquecimento sem causa.

Vale ressaltar que, embora a Constituição Federal não tenha garantido o pagamento dos proventos em razão da greve, ela também não proibiu. A ministra Rosa Weber, acompanhando a divergência, demonstrou a complexidade da decisão ao falar “da dificuldade de fixar uma tese que, na origem implica a própria negação de um direito fundamental assegurado na Constituição” (2016, p. 148). E ainda, em oposição à tese que sustenta a pertinência de se adotar o corte de ponto analogicamente à Lei de Greve, continua Weber:

só uma pequena observação: o próprio Supremo determinou a aplicação da lei da iniciativa privada com as devidas adequações. E a adequação que, com todo respeito, a mim parece que se impõe – e por isso eu acompanhei o Ministro Fachin –, decorre de não se assegurar ao servidor público a negociação coletiva. Lá, a lei diz: a greve suspende o contrato de trabalho e, ato contínuo, remete à negociação coletiva. Vale dizer, é uma situação com gradações: há solução autônoma, solução via arbitragem, laudo arbitral e Justiça do Trabalho. Por isso é que no setor público se inverte.

Como pontua a ministra, haja vista que o próprio Supremo entende não ser possível negociação coletiva por parte dos servidores públicos (ADIn nº 492-1/DF), a consequência imposta aos servidores grevistas acabaria por aniquilar o direito constitucionalmente previsto. Asseverou o ministro Carlos Velloso na referida ADIn (1992, p. 93) sobre a impossibilidade de negociação coletiva:

A negociação coletiva tem por escopo, basicamente, a alteração da remuneração. Ora, a remuneração dos servidores públicos decorre da lei e a sua revisão geral, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data (CF, art. 37, X e XI). Toda a sistemática de vencimentos e vantagens dos servidores públicos assenta-se na lei, estabelecendo a Constituição isonomia salarial entre servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho (CF, art. 39, §1º).

Logo, ainda que admitida razoável, analogicamente, a suspensão do contrato dos trabalhadores (para justificar o corte do ponto), não ensejaria um próximo passo a ser dado pelos servidores, que seria a negociação coletiva, de onde se extrai também o raciocínio de negação do próprio direito.

O ministro Marco Aurélio entendeu ser uma coação política a simples existência de um direito (não regulamentado) ter o poder de implicar, por si só, prejuízos ao trabalhador, especialmente em se tratando de área “sensível, que é a do sustento próprio e da respectiva família” (2016, p. 153). Ainda, citou entendimento do advogado e constitucionalista Carlos Mesquita Barros (2016, p. 152): “o direito de greve, sob o ponto de vista da teoria jurídica, se configura como direito de imunidade do trabalhador, face às consequências normais de não trabalhar”.

O ministro Ricardo Lewandowski limitou-se a constatar a inexistência de dispositivo legal que obrigue o Estado a fazer o desconto no momento em que é deflagrada a greve e, a partir dele, teceu suas análises. Observa-se que, ao contrário, o ministro Dias Toffoli partiu da ideia de que a Constituição não manda pagar os proventos, logo não são devidos. Apontou Lewandowski que, aplicando analogicamente o art. 7º da Lei de Greve, dever-se-ia, após a suspensão do contrato de trabalho, definir as relações obrigacionais por acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho. Na impossibilidade de seguir os demais caminhos (como afirmou Rosa Weber), a saída seria obter decisão da Justiça do trabalho, afirmou o ministro. Entretanto, haja vista que o art. 7º prevê decisão bilateral e, na impossibilidade, decisão da Justiça competente, o Supremo também não poderia decidir de antemão pelo corte do ponto, devendo ser submetida a questão, em caso de greve, à Justiça. Não obstante,

recordou que o art. 10 da Lei de Greve elenca os serviços essenciais (nos quais a greve é proibida) e que representam a maioria dos casos em que se deflagra greve no setor público. Logo, segundo o Ministro, a solução viável seria deixar que os demais casos fossem resolvidos na Justiça, garantindo o devido contraditório, ao invés de proceder ao corte imediato de ponto, que não é mandamento constitucional (2016, p. 160-162).

No tocante às observações processuais, parece ir de encontro ao posicionamento de Lewandowski o do advogado Rodrigo Barbosa, especificamente no que se refere ao corte de ponto imediato, sem que haja um devido processo. Barbosa acrescenta ainda a questão do ônus probatório, fator que, segundo ele, inviabilizaria também o exercício do direito.

Inimaginável, do ponto de vista jurídico, que o exercício de um direito constitucional [...] deva impor um ônus processual ao trabalhador ao determinar a prova de conduta ilícita do poder público. É que, na fixação da tese, os ministros excepcionaram o corte de ponto dos grevistas caso fique demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita da administração pública. Ora, qual conduta ilícita? Aquela justamente razão pela qual os servidores decidiram em uma assembleia soberana que estavam sendo lesados e deveriam entrar em greve? [...] As condicionantes ao exercício do direito de greve, invocada pelos ministros da corte suprema, transmuta de forma insofismável ao cidadão brasileiro uma sanção prévia, indispondo até mesmo qualquer espécie de contraditório e ampla defesa, pois a lista dos grevistas não pode ser extraída de modo unilateral pela própria administração, e sim advir de um contraponto de entidades sindicais que, por determinação legal, decidem pela instauração do movimento paralisista. (2017, *online*).

Ainda que a tese vencedora tenha privilegiado a igualdade entre trabalhadores dos setores públicos e privados (mesmo não sendo iguais) e exercício da Administração Pública, em detrimento do exercício de direito constitucionalmente garantido, a posição contrária foi contundente o suficiente para inquietar a comunidade jurídica. A mesma Corte que, no gozo de competência atípica, regulamentou o direito (MI 712-PA), acabou por impedi-lo no RE 693.456, aniquilando-o em seu nascedouro.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até por volta da metade do século XIX, os movimentos de trabalhadores eram considerados ilícito penal e foram duramente reprimidos. Posteriormente foram entendidos como liberdade, com consequências na seara civil, e hoje, na maioria dos ordenamentos jurídicos, a greve é um direito – o que não impede que haja limitações.

Nas ocasiões em que se tentou estabelecer um direito de greve no Brasil, houve

rupturas no ordenamento jurídico (e na sociedade) que impediram sua regulamentação. Em 1891, a greve já não era prevista como ilícito penal, entretanto, não durou muito tempo, já que a Conferência Judiciária-Policia de 1917 (RJ) cuidou de legitimar repressões e arbitrariedades policiais. Na Constituição de 1946, o art. 158 previa o direito de greve, mas a conjuntura política da época (ideologia do combate ao comunismo) acabou por solapá-lo. O contexto de repressão seguiu até o enfraquecimento da ditadura civil-militar.

Estes acontecimentos reforçaram a importância da pesquisa, já que se constata que, nas ocasiões supracitadas, o Estado estava a prever o direito, mas por influências de determinados grupos, lançou mão de estratégias de criminalização dos movimentos dos trabalhadores.

Em análise dos ordenamentos jurídicos estrangeiros, viu-se que Portugal e Espanha são os países que preveem o direito de greve de forma semelhante ao Brasil, embora o último já o tenha regulamentado. França atua no sentido de permitir a greve dos servidores públicos e prevê intervenção administrativa e requisição para interromper os movimentos. A lei estadunidense contempla o direito de greve de maneiras distintas a depender do Estado; a maioria não reconhece ou prevê tal direito, os que o fazem apresentam justificativas razoáveis para as eventuais limitações. Alemanha, por sua vez, não prevê o direito de greve na Constituição e efetua desconto nos dias parados, cuja prática também é comum no Reino Unido. Já o Canadá, dentre os ordenamentos jurídicos estudados, é o que assegura de forma mais ampla o direito em comento, proibindo inclusive ato legislativo que limite a greve dos servidores públicos do serviço essencial, o oposto do que ocorre em outros países.

No Brasil, a problemática da decisão em sede de mandado de injunção trouxe prejuízos em relação especificamente ao direito de greve. Inicialmente, lançar mão de tal garantia constitucional parecia não sanar a contento o problema. Depois, entendendo possível uma decisão em mandado de injunção ter eficácia *erga omnes*, em nítido ativismo, o direito de greve dos servidores públicos passou a ser regido, analogicamente, pela lei que o faz na iniciativa privada. Essa solução trouxe discussões acaloradas no meio jurídico, especialmente no recurso extraordinário 693.456 que, para parcela dos estudiosos e dos ministros do Supremo Tribunal Federal, acabou por tolar o que havia sido “garantido” pelo mandado de injunção 712-PA.

A decisão no supracitado RE sobre o corte de ponto imediato (desconto dos dias parados) – sem averiguação de legalidade do movimento grevista e disposição de contraditório e ampla defesa para apuração do mesmo – foi duramente rebatida. A decisão mostrou-se mais (e excessivamente) privilegiadora dos princípios da Administração Pública que da própria defesa de um direito fundamental que carece de regulamentação.

Em face da impossibilidade de haver negociação coletiva, o direito acaba sendo aniquilado em seu nascimento, já que não haveria possibilidade de avançar em relação

à “suspensão do contrato de trabalho”. Logo, as possibilidades que goza o trabalhador da iniciativa privada em relação à suspensão não assistiriam ao servidor público, exceto na possibilidade de recorrer ao Judiciário. Mas, vale ressaltar, a aplicação analógica do art. 7º da Lei de Greve aponta para a impossibilidade de o STF decidir de antemão sobre o corte de ponto, o que seria competência da Justiça, até porque seria uma forma, nesses moldes, de garantir o contraditório.

Evidencia-se ainda a impossibilidade da existência de um direito cujo exercício pode prejudicar o trabalhador e seu próprio sustento e a dificuldade de coadunar essa ideia com a ordem constitucional, ou em outras palavras, do inconveniente de se construir um entendimento de acordo com a Constituição que, na sua origem, implica a própria negação de um direito fundamental.

As experiências tratadas nesta pesquisa evidenciam uma mudança salutar na maneira com que os ordenamentos jurídicos concebem a greve. Vale ressaltar, entretanto, que avistadas as inúmeras tentativas de criminalização que houve na história, manter tal direito sem regulamentação é correr o risco de ter que conviver com decisões que prejudiquem sobremaneira os jurisdicionados.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Adamo Bernardo de. A greve do servidor público: direito fundamental relativizado. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, [s.l.], 2(20): 91-120, jun./dez. 2012.

BARBOSA, Rodrigo Camargo. Como a greve deixou o patamar de direito fundamental para ser expectativa de direito. *Consultor Jurídico Online*. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2017-jan-03/rodrigo-barbosa-greve-tornou-expectativa-direito>. Acesso em 13 fev. 2017.

BASS, Kirsten. Overview: How Different States Respond to Public Sector Labor Unrest. *On Labor Online*. Disponível em: <<http://onlabor.org/overview-how-different-states-respond-to-public-sector-labor-unrest/>> Acesso em 16 ago. 2017.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 31 ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Mendes. *Curso de Direito Constitucional*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 492-1, DF*. Relator: Ministro Carlos Velloso. Brasília, 21 de outubro de 1992. Disponível

em:<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266382>  
Acesso em 5 jan. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário nº 693.456*. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília, DF, 02 de setembro de 2015. Brasília. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RE693456.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Mandado de Injunção nº 712-8, PA*. Relator: Ministro Eros Grau. Brasília, 25 de outubro de 2007. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=558553>.

CANADA. Supreme Court of Canada. *Case number 35423*. Saskatchewan Federation of Labour v. Saskatchewan. Date 2015/01/03. Disponível em: <https://scc-csc.lexum.com/scc-csc/scc-csc/en/14610/1/document.do> Acesso em: 20 jan. 2018.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Greve dos servidores públicos: a experiência francesa. *Revista do TRT da 9ª Região*. p. 43-66. Disponível em: [www.trt9.jus.br/internet\\_base/arquivo\\_download.do?evento=Baixar...5198984](http://www.trt9.jus.br/internet_base/arquivo_download.do?evento=Baixar...5198984). Acesso em 15 fev. 2017.

CRUZ, Lídia Duarte Xavier. *Bloco de normatividade: crítica à regulação do direito de greve do servidor público realizada pelo Supremo Tribunal Federal*. 2015. 65 f. Monografia (Bacharelado) - Curso de Direito, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/8403/1/21106223.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

FRAGA, Ricardo Carvalho; VARGAS, Luiz Alberto. Greve dos Servidores Públicos e STF. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, Brasília, vol. 76, nº 2, abr./jun. 2010. Disponível em:[https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/14077/002\\_fraga\\_vargas.pdf?sequence=5](https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/14077/002_fraga_vargas.pdf?sequence=5) . Acesso em 13 fev. 2017.

FRAGOSO, Christiano. *Repressão penal da greve: uma experiência antidemocrática*. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

FONSECA, Verônica Cavalcante da. *O direito de greve dos servidores públicos como direito humano fundamental*. 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Faculdade de Direito da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2138/tde-18112011-153626/en.php>>. Acesso em 17 fev. 2017.

FUDGE, Judy; TUCKER, Eric. The freedom to strike in Canada: a brief legal history. *University of Toronto, Faculty of Law Website*. Disponível [https://www.law.utoronto.ca/documents/conferences2/StrikeSymposium09\\_Fudge-Tucker.pdf](https://www.law.utoronto.ca/documents/conferences2/StrikeSymposium09_Fudge-Tucker.pdf). Acesso em 5 jan. 2018.

HACHEM, Daniel Wunder. A construção de uma nova configuração jurídica para o Mandado de Injunção. *Revista de Direito Administrativo & Constitucional*. Disponível em: [www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/download/542/8](http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/download/542/8) Acesso em: 20 dez. 2017.

IHERING, Rudolf von. *A luta pelo direito*. Trad. João de Vasconcelos. São Paulo: Martin Claret, 2009.

LENINE, Vladimir Ilitch. Que fazer? *Arquivo Marxista*. Disponível: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/> Acesso em 25 mai. 2017.

MANNRICH, Nelson. O exercício do direito de greve no serviço público. *Revista Direito Mackenzie*, 3(2): 145-160, 2002.

MARTINS, Sergio Pinto. *Greve do servidor público*. São Paulo: Atlas, 2001.

MELO, Raimundo Simão de. *A greve no direito brasileiro*. 2 ed. São Paulo: LTR, 2009.

MERCANTE, Carolina. As raízes autoritárias da atual Lei de Greve brasileira. *Revista Direito Mackenzie*, 7(1): 42-55, 2013.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de Direito do Trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2012.

RIBEIRO, Ricardo Silveira. *Omissões normativas*. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

RODRIGUES, Ricardo José Pereira. *Regime Jurídico do Servidor Público nos Estados Unidos*. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 1995. 16 p. Brasília. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/1370>. Acesso em: 20 fev. 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang. O direito de greve do servidor público como direito fundamental na perspectiva da constituição federal de 1988. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, Brasília, 2(78): 72-83, abr./jun. 2012.

\_\_\_\_\_. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 12. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 39. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2016.

VERLAINE, Marcos. Direito de greve do servidor: governo prepara projeto. *Sindicato União dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo Online*. Disponível em: <http://www.sindicatouniao.org.br/direitogreve.htm> Acesso em: 15 jan. 2018.

## A existência da tortura frente à lei nº 9.455/97 e à vivência de um estado democrático de direito

*The existence of torture considering law n. 9455-97  
and the experience of a democratic state of right*



**Bianca Moreira Rocha**

Discente do curso de Direito do Centro Universitário de Patos de Minas.  
e-mail: biancamrocha2@gmail.com

**Paulo Sérgio Moreira da Silva**

Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor  
do Centro Universitário de Patos de Minas. e-mail: paulo@unipam.edu.br

---

**RESUMO:** A existência da tortura no Brasil frente à lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997 – Lei de Tortura – e à vivência um estado democrático de direito é afirmada pela herança ditatorial e pela influência midiática, principalmente no que tange à guerra ao terror norte-americana. A história brasileira mostra períodos de muita censura, tortura e imposição, o que foi vencido através de incansáveis lutas. No entanto, atualmente, a população se encontra inerte, aceitando principalmente arbitrariedades policiais. Nesse sentido, os ideais democráticos estão sendo dizimados por condutas baseadas na força e na brutalidade. Há atualmente a aceitação de um direito penal do inimigo frente as garantias e os direitos fundamentais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado democrático de direito. Democracia. Lei da Tortura (Lei 9455/97).

**ABSTRACT:** The existence of torture in Brazil considering law n. 9,455, of April 7, 1997 – Torture Law – and the experience of a democratic state of law is affirmed by the dictatorial heritage and the media influence, especially in relation to the North American war on terror. The Brazilian history shows periods of much censorship, torture and imposition, which was won through tireless fights. However, today the population is inert, accepting mainly police arbitrariness. In this sense, democratic ideals are being destructed by conducts based on force and brutality. There is now the acceptance of a criminal law of the enemy considering the fundamental rights and guarantees.

**KEYWORDS:** Democratic state of law. Democracy. Law of torture (Law 9455/97).

---

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho abordará a existência da tortura no Brasil frente à lei nº 9.455 de 7 de abril de 1997 – Lei de Tortura –, considerando que o país atualmente vivencia um estado democrático de direito. O conceito de democracia tem como característica a ideia de governo do povo, que, no Brasil, representado pelos seus governantes, toma as decisões de acordo com os debates de ideias. Assim, o povo é o titular do poder, e o maior problema, no que concerne à ideia de tortura, é que grande parte desses titulares aceitam e aprovam a existência dessa atrocidade.

O ideal da liberdade, positivado e defendido mundialmente, é intrínseco ao regime democrático. Nesse sentido, estudar-se-á o conceito de democracia, visando abordar os pontos contraditórios entre democracia e tortura, bem como analisar a Lei de Tortura e a possibilidade de incorporação do direito penal do inimigo no atual ordenamento jurídico brasileiro.

A história brasileira mostra períodos de muita censura, tortura e imposição, o que foi vencido através de incansáveis lutas. Tem-se nos regimes ditatoriais a herança desse exercício autoritário do poder estatal sobre a população, que aceita tal atitude por estar alienada à ideia de que é necessário torturar para vivenciar o bem comum. Assim, o trabalho explorará a contribuição histórica da ditadura e de seus defensores que ainda defendem a tortura em um estado democrático, e a passividade da população quanto ao assunto, que, com a justificativa social, fecha os olhos para a prática da tortura.

Outra abordagem será a contribuição da mídia para a vivência dessa aceitação popular, já que reproduz a tortura como solução para obtenção de informações, tortura esta que é confirmada principalmente pela influência da guerra norte-americana contra o terrorismo, que justifica a tortura como único meio para obter informações visando erradicar a rede terrorista responsável pelo ataque de 11 de setembro.

Adentrando no ordenamento jurídico atual, abordar-se-á sua permissividade quanto às possibilidades do exercício da força estatal. Nesse sentido, estudar-se-á o direito a tratamento igualitário, o que é contrário à existência da tortura.

Assim, faz-se necessária a contenção desses martírios infundáveis tidos como heroicos pela sociedade. Nossa Carta Magna deve ser respeitada, fazendo valer o direito fundamental à não submissão à tortura, positivada em seu art. 5º, III. Explorar-se-á, então, o papel da Constituição Federal de 1988, e as imposições da Lei 9455/97 quanto à tipificação e às punições para o crime de tortura.

Com esses objetivos, o presente trabalho fará abordagens diretas e indiretas, através de uma pesquisa bibliográfica e histórica sobre o tema. Serão utilizados artigos científicos, doutrinas que lecionam acerca da história e do acontecimento da tortura atualmente, endereços eletrônicos e livros especializados, a partir dos quais será abordada a questão da defesa da tortura como mecanismo existente na democracia. Além disso, serão utilizadas informações de jornais acerca dos fatos

conhecidos como “Caso Amarildo” e “Massacre do Carandiru”, uma vez que através desta documentação poderemos identificar os elementos de tortura ocorridos na prática.

## 2. TORTURA E DEMOCRACIA

Baseado na ideia de governo do povo para o bem comum e confirmado pelo vínculo entre o povo e o governo, o regime democrático é tido como um regime político voltado para o respeito e a harmonia social, tendo como objetivo alcançar a igualdade através da concretização dos direitos sociais. Nesse sentido, falar em democracia absoluta torna-se impossível, pois, segundo José Afonso da Silva (2005, p. 129), “como tal, ela nunca se realiza inteiramente, como qualquer vetor que aponta a valores, a cada nova conquista feita, abrem-se outras perspectivas, descortinam-se novos horizontes ao aperfeiçoamento humano, a serem atingidos”.

A democracia é fundamentada por três princípios e valores, sendo eles o princípio da maioria, o princípio da liberdade e o princípio da igualdade. No entanto, a doutrina critica a denominação de princípio quanto ao “princípio da maioria”, pois maioria é a forma de decisão das ações do governo, sendo que esta técnica não é utilizada em cem por cento dos casos com a opinião direta do povo, podendo ser, por exemplo, maioria do parlamento, nas democracias parlamentaristas. Tem-se então que, na verdade, esse princípio é um fundamento, não sendo imutável, como os princípios da liberdade e da igualdade, uma vez que, para se falar em democracia, necessariamente há de se falar nesses valores (SILVA, 2005).

Assim, a igualdade buscada pela democracia deve ocorrer na prática social, e não apenas no âmbito jurídico, devendo incluir também, nesse rol de fundamentos, os direitos humanos fundamentais, já que sua efetivação, na maioria das vezes, está ligada à igualdade e à justiça social (SILVA, 2005).

Nesse âmbito, torna-se impossível pensar na existência de ações desumanas marcadas pelo autoritarismo em um estado democrático de direito. O Brasil, que vivencia atualmente uma democracia representativa, tem preceituado em sua Constituição a repulsa a estas ações, tipificando o crime de tortura, sendo a lei 9455/97 responsável por delimitar as hipóteses e consequências deste crime.

O art. 5º da Constituição da República em seus incisos III e XLIII determina que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, sendo inafiançável a prática de tais crimes. Seguindo esta delimitação, a lei nº 9455/97 define a prática de tortura como o ato de constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa; para provocar ação ou omissão de natureza criminosa; ou, em razão de discriminação racial ou religiosa. A tortura abrange também, segundo a lei supracitada, a submissão de alguém sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de vio-

lência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Dada esta regulamentação jurídica, tem-se que a proteção dos direitos humanos é de suma importância para a manutenção da democracia. E uma vez que a tortura ataca principalmente a liberdade e a igualdade, bases para um estado democrático de direito, faz-se necessário analisar os meios ideais para correção daqueles considerados delinquentes, pois, apesar do fim da ditadura militar, a tortura é recorrente nas penitenciárias e nos órgãos policiais brasileiros. Assim, João Batista Herkenhoff (2011, online) preconiza que

é preciso resguardar os Direitos Humanos. É preciso proteger o povo dos mais diversos atos de violência. Os dois objetivos são complementares. Não se combate a violência com mais violência, prepotência e arbítrio. É preciso cuidar seriamente do aprimoramento da Polícia Técnico-Científica, de modo que os crimes sejam descobertos, de maneira racional e eficiente. A segurança do cidadão é um dos direitos humanos, mas não se protege a segurança coletiva através do abuso contra as pessoas, em regra, contra as pessoas mais humildes.

Logo, ainda na esfera constitucional, vale destacar que a Constituição de 1988 – conhecida como Constituição Cidadã – afastou as hipóteses de restabelecimento da ditadura e de uso da tortura, vedando a existência de atos cruéis e autoritários. Para a consolidação da proibição do regresso ao estado de autoritarismo vivido na era ditatorial, o ordenamento jurídico atual baseia-se em garantias para um governo justo e igualitário, tais como os direitos fundamentais relativos à dignidade da pessoa humana e à cidadania, os direitos de liberdades (principalmente a liberdade de imprensa e a liberdade de pensamento), o direito à informação, o direito de greve, o direito à verdade e a proibição da tortura. (BRASIL, 2010).

### 3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: O GOLPE MILITAR DE 1964 AFIRMADO PELA CENSURA E A TORTURA ATUAL INCORPORADA PELA MÍDIA

A história da tortura no Brasil tem início nos ditames coloniais, e foi fortemente reafirmada na ditadura militar, sendo que, de acordo com Brasil (2010, p. 21),

A discussão sobre a tortura, onde quer que se dê, envolve aspectos históricos, filosóficos, morais, jurídicos, políticos, psicológicos e sociais. No Brasil, trata-se de questão crucial e mobilizadora na área dos Direitos Humanos, embora ainda negligenciada – ou manipulada em nome de interesses escusos – no debate público. Se o tema provoca aversão e indignação militante e propositiva por um lado, por outro também desvela um certo silêncio, mesclado de medo ou desconforto, quando não explícita tolerância, além da omissão criminosa de certas autoridades.

Sob análise deste pensamento, a década anterior ao golpe militar – fase conhecida como “anos dourados” – foi marcada por uma fase democrática de intenso desenvolvimento e estabilidade, sustentada principalmente pelo plano de metas do Presidente Juscelino Kubitschek. O repúdio ao comunismo, difundido principalmente pela mídia, e a ameaça ao patriotismo, aos valores familiares e à propriedade delimitaram o cenário da década de 1950 (BRASIL, 2010)

No entanto, as dívidas externas e a inflação marcaram uma crise intensa em 1958, o que, com a instabilidade crescente, contribuiu para a tomada do poder pelos militares em 1964. O governo militar instaurou uma ditadura justificada pela ameaça comunista. Sob esse viés, a doutrina da Segurança Nacional corroborou com a tortura e a violência contra os militares de esquerda, os negros, os índios e os marginalizados, sendo considerados “inimigos do regime”. Então, a polícia virou um instrumento político, com o objetivo de aniquilar os inimigos internos (BRASIL, 2010).

Visando “legalizar” a violência estatal, os presidentes militares editavam os chamados atos institucionais, sendo que o AI-1 – editado por Castelo Branco – iniciou cassando os direitos políticos, forçando aposentadorias, intervindo nos sindicatos e fechando órgão ligados ao movimento operário, o que levou à prática de vinganças pessoais camufladas pela motivação política. Em 1965, após a derrota de partidários do governo em vários estados, foi editado o AI-2, que aboliu a eleição direta para presidente e obrigou que existissem apenas dois partidos políticos, além de aumentar os poderes do presidente (CARVALHO, 2005).

A repressão e a tortura aumentaram ainda mais com a promulgação do AI-5, que trouxe amparo jurídico à violência policial – prisões ilegais, desaparecimentos e tortura passaram a ser permitidos pelo ordenamento jurídico vigente. Assim, a negação do direito à vida nunca esteve tão evidente na história brasileira. Os argumentos de manutenção da ordem eram usados para a aceitação do uso da tortura, que era apaziguada pela censura midiática e apoiada por paramilitares e parte da sociedade (BRASIL, 2010)

Em 1969 entra no poder o general Garrastazu Médici – período de maior repressão da ditadura militar – sendo que, na mesma data, foi promulgada nova Constituição. Em seu governo, em virtude da nova Lei de Segurança Nacional, houve a introdução da pena de morte por fuzilamento e instauração da censura prévia. A oposição, não podendo contestar legalmente, passou a agir através de guerrilhas, que eram revidadas com prisões, tortura e assassinatos. Assim, nas palavras de José Murilo de Carvalho (2005, p. 163-164),

A censura à imprensa eliminou a liberdade de opinião; não havia liberdade de reunião; os partidos políticos era regulados e controlados pelo governo; os sindicatos estavam sob constante ameaça de intervenção; era proibido fazer greves; o direito de defesa era cerceado pelas prisões arbitrárias; a justiça militar julgava crimes civis; a inviolabilidade do lar e da correspondência não existia; a integridade física era violada pela tortura nos cárceres do governo; o próprio direito à

vida era desrespeitado. As famílias de muitas das vítimas até hoje não tiveram esclarecidas as circunstâncias das mortes e os locais de sepultamento. Foram anos de sobressalto e medo, em que os órgãos de informação e segurança agiam sem nenhum controle.

Com tamanhas barbáries, deflagrou-se uma fase de reconhecimento, pelo poder judiciário, da responsabilidade estatal na coisificação da população, iniciando-se assim o declínio do período ditatorial no Brasil. A revogação do AI-5 desconfigurou todo o sistema, e em 1975 a repressão acabou (BRASIL, 2010)

Promulgada a Lei da Anistia, veio a má interpretação judicial. Segundo José Murilo de Carvalho (2005, p. 176), “a lei era polêmica na medida em que estendia a anistia aos dois lados, isto é, aos acusados de crime contra a segurança nacional e aos agentes de segurança que tinham prendido, torturado e matado muitos dos acusados”. A proposta de acabar com a barbárie se tornou uma justificativa para a impunidade das autoridades responsáveis por ela. A anistia aos agentes de crimes conexos aos crimes políticos fez com que todos os crimes de tortura – violando os direitos humanos – entrassem no rol dos crimes perdoados (BRASIL, 2010)

Nesse cenário de instabilidade jurídica, foi promulgada a Constituição da República Brasileira de 1988, que trouxe melhorias significantes e afastou a hipótese de ditadura, mas que, em contrapartida, não é plenamente efetiva no ordenamento jurídico atual (BRASIL, 2010)

Nesse contexto, vale ressaltar que, para manutenção da ditadura militar, os jornais, principalmente os veiculados pela Rede Globo, eram responsáveis por passar à população uma imagem de que o país vivia bem e em progresso, enquanto que, nos bastidores, os censores do governo estavam ativos para a não divulgação das atrocidades e retrocessos estatais.

Relacionando esse período de censura com a mídia existente atualmente no Brasil, temos um resquício da tortura ditatorial e um papel midiático de ampla influência nas opiniões sociais. Clichês como “bandido bom é bandido morto” são repassados pela mídia rotineiramente, o que contribui para a formação de um pensamento homogêneo de que o crime no Brasil não é corretamente punido, e que apenas violência e barbárie seriam as correções eficazes para os considerados “inimigos”, que, ao contrário do que preceitua o ordenamento jurídico, não são detentores dos direitos fundamentais para o senso comum.

Enquanto na ditadura a mídia escondia a violência estatal, atualmente a mídia deturba a noção de justiça e influi na sociedade um pensamento de revolta e aceitação da violência. Temos como exemplo os casos violentos do pedreiro Amarildo e o massacre do Carandiru. Ambos são casos de tortura policial repassados pela mídia como mais uma notícia normal e cotidiana da justiça brasileira.

O caso de Amarildo, um pedreiro que foi torturado – submetido a choques elétricos e asfocado – e morto na Unidade de Polícia Pacificadora da favela da Rocinha durante um interrogatório policial, teve 25 policiais acusados, sendo que um deles faleceu antes da sentença e apenas 12 foram condenados, tendo três deles suas prisões revogadas posteriormente, em virtude da não comprovação de perigo

concreto à sociedade. Todo este cenário de impunidade foi repassado e defendido através da demonstração de que Amarildo era membro da favela e havia sido apontado, por uma denúncia anônima, como suposto participante do tráfico de drogas, o que, intrinsecamente, tinha finalidade de amenizar a situação dos responsáveis pela tortura (RAMALHO; BOTTARI, 2013)

Além deste caso, tem-se o exemplo histórico do Massacre do Carandiru em 1992. 111 presos foram mortos após uma invasão policial na casa de detenção da Zona Norte de São Paulo (Carandiru), para conter uma briga no Pavilhão 9, onde, armados, os policiais atiraram e mataram com o argumento de que era preciso se defender dos presos, que estavam desarmados. 74 dos militares acusados foram condenados e em 2016 tiveram seus júris anulados pelo argumento de que não houve individualização da pena. O julgamento do ocorrido em 1992 revela claramente a passividade do Estado e a conformação de que apenas houve exagero policial, afastando a possibilidade de tortura e abuso de poder, que foi a verdadeira situação vivida pelos presos do Carandiru. Nesse sentido, Maria Laura Cenineu (2016, *online*), diretora da organização Human Rights Watch (HRW) afirma ao SPTV que “o massacre do Carandiru e o processo de 25 anos revelam falhas do estado em todas as suas frentes. Da polícia, e do estado em julgar”.

Vale mostrar que, ao divulgar tais notícias, temos respostas dos leitores. No caso do Carandiru, as respostas dos leitores são meras repetições da imagem repassada pela mídia de que os mortos eram apenas criminosos sem direito a vida. Comentários como “Deveríamos comemorar cada aniversário deste com uma repetição ainda maior que o primeiro. Os presídios assim tratariam seus hóspedes com a devida justiça” e “Se eu fosse um desses policiais explodiria esse Carandiru todo de uma vez” são retirados da primeira página de comentários da notícia divulgada no site G1, da Rede Globo, o que mostra a aceitação popular da violência policial.

Somada a toda manipulação midiática, temos a influência da guerra contra o terror norte-americana. Após o ataque de 11 de setembro, os estadunidenses relativizam a proibição da tortura e justificam suas atrocidades pelo Cenário da Bomba-Relógio (CBR) e pela alegação de que a tortura para obtenção de informações ocorre para proteção de um bem maior ou um número maior de pessoas, visto que o torturado supostamente sabe onde foi plantada uma bomba que está prestes a explodir e matar uma grande quantidade de americanos. Desta forma, a tortura passa a ser legítima, já que ela acontece para salvar vidas (AMBROS, 2012).

Nesse sentido, a certeza de que o torturado sabe o local da bomba e irá contar a tempo de tomar atitudes para evitar a sua explosão, cria um cenário de justificativas aceitas pela população, tornando assim, a tortura uma necessidade para o bem comum. No entanto, este plano de fundo sustenta uma grande abertura para a inclusão de outros fatores nas justificativas para tortura. De acordo com Christiano Cruz Ambros (2012, p. 6):

A legalização da tortura para casos extremos como o CBR abre perigosas prerrogativas para a utilização da tortura, uma vez que a definição de situações extremas

pode ser alargada para capturar uma série de circunstâncias não tão graves como o CBR, além da ausência de demarcação sobre os limites do interrogatório coercitivo, podendo fazer com que sejam ultrapassadas outras barreiras morais e legais – por exemplo, seria possível infringir dor em inocentes ligados ao terrorista suspeito para fazê-lo falar, como torturar os filhos do terrorista na sua frente?

Contudo, mesmo com este cenário supostamente justificável, a tortura vai contra as instituições democráticas liberais, violando a lei maior e os tratados internacionais. Além disso, tem-se a necessidade de estrutura estatal para o controle e execução da violência para obtenção de informações, violência esta que será praticada por instituições do próprio Estado. Assim, serão necessários treinamentos, médicos especializados, instrumentos específicos e pesquisas sempre atualizadas acerca dos métodos e ativos químicos a serem utilizados na tortura, o que, além de se tornar um ramo de desenvolvimento da economia, estabelecerá, contraditoriamente, dentro de um estado democrático de direito, um instituto totalmente voltado à tortura (AMBROS, 2012).

Com esta análise, Ambros (2012, p. 17) coloca que “as consequências possíveis a partir da utilização desta técnica, mesmo em determinadas circunstâncias extremas, são prejudiciais a qualquer regime democrático liberal”. Assim, o problema da tortura existe pela contradição entre tortura e democracia. Não é possível manter uma instituição de violência e ataque aos direitos fundamentais dentro de um Estado de teor inteiramente favorável à manutenção dos direitos e contra a arbitrariedade, mesmo que existam situações extremas aceitas pela população através da manipulação midiática e do cenário de insegurança que coloca a tortura como a única solução.

#### 4. ASPECTOS LEGAIS:

##### O DIREITO PENAL DO INIMIGO E A LEI DA TORTURA (LEI Nº 9455/97)

Em um contexto de ataques terroristas, o doutrinador alemão Gunther Jakobs explorou a ideia de um Direito Penal a ser aplicado especialmente aos delinquentes considerados inimigos. Assim, o autor difundia sua tese sob a justificativa de que o inimigo é um ser a par da sociedade, sendo necessário uma penalização mais rígida que a dada pelo direito penal do cidadão, que tinha como função apenas garantir a efetivação das normas do ordenamento jurídico (ESTEFAM; GONÇALVES, 2012). Desta forma, Bruno Florentino de Matos (2009, online) destaca que

de uma forma sintética, essa Teoria tem como objetivo a prática de um Direito Penal que separaria os delinquentes e criminosos em duas categorias: os primeiros continuariam a ter o status de cidadão e, uma vez que infringissem a lei, teriam ainda o direito ao julgamento dentro do ordenamento jurídico estabelecido e a voltar a ajustar-se à sociedade; os outros, no entanto, seriam chamados de inimigos

do Estado e seriam adversários, inimigos do estado cabendo a estes um tratamento rígido e diferenciado.

No entanto, indaga-se a quem deverá ser aplicado tal direito. Sob a ótica de tratamento de guerra, todo aquele que, por razões de segurança, demonstrar perigo à sociedade através de seu comportamento, deve ser tratado como coisa, sendo dele retirada qualquer garantia, seja ela penal ou processual penal (MATOS, 2009)

Nesse sentido, a chamada “legislação de exceção” corrobora com o direito penal do autor, punindo a pessoa e não o fato. Questiona-se então sua compatibilidade com um estado democrático de direito, uma vez que o tratamento defendido por Jakobs é baseado na ideia de penalizar mais gravemente de acordo com a periculosidade do agente, sendo deste suprimidas todas as garantias processuais penais, além de, na maioria das vezes, ter antecipada a penalização sob a justificativa de eliminação dos perigos. Assim, o Estado retira a condição de cidadão do autor do fato, passando este a ser tratado como coisa, o que é impensável sob a égide constitucional, e principalmente sob a ótica dos princípios da dignidade da pessoa humana e da presunção de inocência (ESTEFAM; GONÇALVES, 2012).

O ordenamento jurídico brasileiro consagra os direitos fundamentais em sua Carta Magna, não se restringindo aos direitos humanos. Nesse sentido, Aline Albuquerque Ferreira (2010, *online*) destaca que “o Estado deve ter como objetivo principal coibir novos crimes e a partir daí diferenciar o tratamento do criminoso perigoso. Pode-se suprir alguns direitos dos apenados, entretanto, sem violar os direitos humanos, a fim de que mantenha a paz e a ordem”. Entretanto, existem doutrinadores que defendem que o direito penal do inimigo aceita a violação dos direitos fundamentais, podendo inclusive ser adotada a tortura contra o inimigo. (FERREIRA, 2010).

Majoritariamente, a doutrina corrobora com a ideia de que não há a possibilidade da violação dos direitos humanos em um estado democrático de direito, principalmente sob a ótica da instabilidade jurídica brasileira. Não existe a certeza de quem é o inimigo, e de que a violação ocorrerá apenas contra os inimigos. Assim, a adoção desse direito penal especial seria um regresso social (FERREIRA, 2010). Acrescenta Marco Félix Jobim (2008, *online*) que

[...] grande parte da doutrina, quer seja nacional ou internacional, além de rechaçar a teoria criada por Günther Jakobs, não vê a possibilidade de relativizar princípios constitucionais em prol do direito penal do inimigo, senão o fazendo contra os princípios supranacionais, como o Estado Democrático do Direito e da dignidade da pessoa humana.

Dessa forma, o apoio jurídico para adoção da tortura se esvai. A teoria do direito penal do inimigo é a chave para a permissão da tortura no ordenamento

jurídico brasileiro. A utilização da tortura relativizando direitos pela justificativa da “não cidadania”, alavancada principalmente com os ataques terroristas, é resultado de uma interpretação distorcida do direito à isonomia consagrado na Constituição Federal. A parcela doutrinária, que defende a aceitação do direito penal especial e da tortura, argumenta que, ao se considerar um criminoso que viola o ordenamento jurídico constantemente, este deve ser tratado desigualmente por ser diferente dos demais integrantes da sociedade, pensamento minoritário em razão da proteção constitucional (FERREIRA, 2010).

Ressalta-se, porém, que após o fim do período ditatorial, o Brasil tinha a necessidade de efetivar garantias aos cidadãos e consolidar o estado democrático de direito. Com esse objetivo, promulgou-se a Constituição Federal de 1988, afirmando a proteção da sociedade através dos direitos fundamentais e da limitação do exercício do poder estatal (FIGUEIREDO, 2009)

Assim, o art. 5º, III da Constituição Federal Brasileira proíbe a prática da tortura. O direito à não tortura é de titularidade de todos, cabendo destacar que o infrator é um humano e faz jus aos direitos conquistados e defendidos mundialmente (JOBIM, 2008).

Em consonância com o assento jurídico constitucional, temos a legislação especial que delimita o crime de tortura. Após a Assembleia Geral das Nações Unidas de 1984, e os inúmeros casos de abuso de autoridade, o Brasil se dispôs a erradicar a prática da tortura, incluindo em seu ordenamento jurídico, no ano de 1997, a Lei 9455, que determina as consequências da prática do crime de tortura (FIGUEIREDO, 2009).

A lei da 9455/97 tipifica quatro espécies de tortura: a tortura com a finalidade de obtenção de provas; a tortura para garantir a efetivação de outro crime; a tortura com natureza discriminatória; e a tortura como punição. A preocupação com a existência desse crime é tamanha que, em seu art. 1º, §6º, a lei define a prática do crime de tortura como inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, impondo posteriormente, o regime fechado para o início de cumprimento da pena (FIGUEIREDO, 2009).

Além da proteção nacional, o ordenamento jurídico brasileiro atua em casos extraterritoriais, desde que a vítima seja brasileira, sendo a competência para julgamento, em todos os casos, da Justiça Comum (FIGUEIREDO, 2009).

Apesar de existirem os mecanismos de proteção contra a tortura, a prática de tal violência está arraigada no Brasil, principalmente nos órgãos policiais. A sociedade brasileira vê o criminoso como um ser separado da sociedade e não digno dos direitos humanos consagrados em nosso ordenamento jurídico. Tem-se, então, uma população que corrobora com o pensamento de uma legislação de exceção para os criminosos, retomando o Direito Penal do Inimigo de Gunther Jakobs (FIGUEIREDO, 2009). Anna Paula Cavalcante Gonçalves Figueiredo (2009, *online*) elucida que

a tortura permanece como um problema sério no Brasil, sendo utilizada de maneira sistemática nas prisões brasileiras. O sistema nacional de detenção está corroído

pela tortura física e psicológica dos presos. Há nas delegacias policiais e instituições penais do Brasil nítido desrespeito aos direitos daqueles que estão sobre a custódia do Estado brasileiro. Reza o artigo 38 do Código Penal pátrio: “o preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral”; o que se observa, contudo, é uma realidade muito diversa. Vislumbra-se que, de fato, o que tem marcado historicamente as prisões brasileiras são as condições desumanas, o emprego da violência e a superlotação, o que representa um dos principais problemas de direitos humanos do país.

A sociedade brasileira defende a punição a qualquer modo, e não acredita no papel de ressocialização da prisão, o que corrobora com a aceitação da prática da violência no cárcere brasileiro. Desta forma, apesar do mecanismo jurídico apto a punir e erradicar a tortura – objetivo firmado em vários tratados internacionais, e protegido na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 –, o Brasil se vê inerte quanto à existência da tortura no país. Tem-se uma proteção abstrata que, ao não ser aplicada, traz o caos ao sistema penitenciário, não limitando o poder estatal, o que é difundido cada vez mais através da letargia de uma sociedade domada pela ideia de que aquele que comete um crime não merece direitos e garantias.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do tema demonstrou que os fins primordiais da democracia, tais como a liberdade e a igualdade, aplicam-se atualmente apenas no campo jurídico, ficando esquecida a aplicação de tais fins na prática social. O Estado brasileiro vive com a forte característica da autoridade superior a todos, permitindo atrocidades praticadas principalmente pelos órgãos de segurança pública.

As lutas ocorridas durante a história brasileira, que visaram à conquista da liberdade e à deposição da opressão, estão esquecidas pela sociedade. O principal momento de opressão estatal vivido no Brasil, que se deu com a Ditadura Militar, com a repressão dos direitos civis e políticos através, principalmente, dos atos institucionais, contribuiu para a permanência de um pensamento arcaico de autoritarismo até os dias de hoje.

Com essa herança histórica, os ideais democráticos estão sendo dizimados, resultando na aceitação de condutas – realizadas por órgãos estatais – baseadas na força e na brutalidade. Exercem-se contra o próximo atitudes condenadas pelos direitos conquistados por meio de tantas lutas, esquecendo-se que ali existe uma vida, um ser que merece e tem o direito de tratamento igualitário quanto àqueles que o torturam. Ferir o direito de um para obter informações e exercer a punição dos outros aliados ao acontecido não é a única solução, e está abolido desde a Constituição Política do Império do Brasil de 1824, em seu art. 169, XIX.

A Carta Magna brasileira é clara ao garantir no art. 5º, III que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, no entanto, o contexto da guerra norte-americana ao terror e da influência midiática massifica na sociedade um pensamento que remete à possibilidade da adoção do Direito Penal do Inimigo de Günther Jakobs.

A relativização dos direitos fundamentais, defendida por esta teoria, cria uma legislação de exceção a ser aplicada ao inimigo. No Brasil, através das barbáries policiais aceitas pela sociedade, o que está acontecendo é a não aplicação dos direitos fundamentais aos infratores, que são vistos como seres a par da sociedade. Assim, utiliza-se de uma suposta legislação de exceção, violando a proteção constitucional, na qual aquele que infringe a lei não é digno de direitos.

Juridicamente, não há a possibilidade de implantação do Direito Penal do Inimigo no ordenamento jurídico brasileiro, o que, conseqüentemente, afasta a possibilidade da existência da tortura. Reforçando essa garantia, tem-se a lei 9455/97, que tipifica o crime de tortura e veda a aceitação da tortura, seja ela para obtenção de provas, seja para garantir a efetivação de outro crime, discriminar ou punir. No entanto, a realidade brasileira, principalmente nos cárceres, é marcada pelo desrespeito às garantias fundamentais impostas pela Carta Magna, pela legislação especial e pelos tratados internacionais.

Sob esse viés, é necessário proteger e defender a aplicação dos direitos fundamentais, principalmente na área penal. A restrição da liberdade, imposta em razão de um desvirtuamento social, não traduz a perda de garantias ou da dignidade da pessoa humana.

## 6. REFERÊNCIAS

AMBROS, Christiano Cruz. *A utilização da tortura na obtenção de informações: o debate estadunidense na guerra contra o terrorismo*. Disponível em: <[https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.seminariopos2012.abri.org.br/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=411&ved=0ahUKEwijdsSy8qXRAhWFCpAKHYRRBd0QFgggtMAQ&usq=AFQjCNE4V92GcxbJGDNXY3gepwXSzKQymA&sig2=HUKHifKn\\_y8EUIuSh4lkjQ](https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.seminariopos2012.abri.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=411&ved=0ahUKEwijdsSy8qXRAhWFCpAKHYRRBd0QFgggtMAQ&usq=AFQjCNE4V92GcxbJGDNXY3gepwXSzKQymA&sig2=HUKHifKn_y8EUIuSh4lkjQ)>. Acesso em: 03 jan. 2017.

ARAÚJO, Maria Paula; SANTOS, Desirree dos Reis; SILVA, Izabel Pimentel da (org.). *Ditadura Militar e Democracia no Brasil: história, imagem e testemunho*. Rio de Janeiro: Dumará, 2013.

BRASIL. Coordenação Geral de Combate à Tortura. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (org.). *Tortura*. Brasília: Chá Com Nozes Propaganda, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CENINEU, Maria Laura. *Massacre do Carandiru faz 24 anos com júris de policiais anulados*. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/10/massacre-do-carandiru-faz-24-anos-com-juris-de-policiais-anulados.html>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

CORREIA, Marcelo Barros. A tortura no Brasil é uma política de Estado. *Carta Capital*, 02 set. 2015. Entrevista a Marcelo Pellegrini.

ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. *Direito penal esquematizado: parte geral*. São Paulo: Saraiva, 2012.

FERREIRA, Aline Albuquerque. *O Direito Penal do Inimigo e ordenamento jurídico brasileiro*. 2010. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/o-direito-penal-do-inimigo-e-ordenamento-juridico-brasileiro/31230/>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

FIGUEIREDO, Anna Paula Cavalcante G. *A Lei nº. 9.455/1997 e o sistema prisional brasileiro*. *Conteúdo Jurídico*, Brasília-DF: 9 set. 2009. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.24909&seo=1>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

FON, Antonio Carlos. *Tortura: a história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.

HERKENHOFF, João Batista. *Direitos Humanos: a questão da tortura*. 2011. Disponível em <https://por-leitores.jusbrasil.com.br/noticias/2973052/direitos-humanos-a-questao-da-tortura> .Acesso em 03 jul. 2017.

JOBIM, Marco Félix. *O direito fundamental a não ser torturado e o direito penal do inimigo*. 2008. Disponível em: <<http://www.tex.pro.br/index.php/artigos/67-artigos-mar-2008/5933-o-direito-fundamental-a-nao-ser-torturado-e-o-direito-penal-do-inimigo>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

*MASSACRE do Carandiru faz 24 anos com júris de policiais anulados*. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/10/massacre-do-carandiru-faz-24-anos-com-juris-de-policiais-anulados.html>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

MATOS, Bruno Florentino de. *Direito Penal do inimigo*. 2009. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5138/Direito-Penal-do-inimigo>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

RAMALHO, Sérgio; BOTTARI, Elenilce. *Inquérito conclui que Amarildo foi submetido a choques elétricos*. 2013. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/inquerito-conclui-que-amarildo-foi-submetido-choques-eletricos-10225456.html>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

RAMAYANA, Marcos. *Leis penais especiais comentadas*. Niterói: Impetus, 2007.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

## O vício da obediência cega: uma relação entre o sistema carcerário brasileiro e o conceito de banalidade do mal de Hannah Arendt

*The addiction of blind obedience: a relation between the Brazilian prison system and Hannan Arendt's conception of banality*



**Víthor Lucas Borges Rocha**

Discente do Curso de Direito do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM).  
e-mail: [vichorborges@gmail.com](mailto:vichorborges@gmail.com)

**Thiago Lemos Silva**

Mestre em História. Professor do curso de História do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM). e-mail: [thiagols@unipam.edu.br](mailto:thiagols@unipam.edu.br)

---

**RESUMO:** Esta pesquisa investiga uma relação entre o conceito de banalidade do mal, proposto por Hannah Arendt, e o sistema carcerário brasileiro. Tem-se dois cenários para o estudo: de um lado, o inenarrável holocausto e a segunda guerra mundial, e de outro, as temíveis prisões brasileiras. Ambientes completamente divergentes, porém, os manuseadores e espectadores destes episódios parecem agir igualmente, com indiferença perante o mal que causam. Em ambos os casos, tais pessoas se tornam peças de uma engrenagem, fragmentos invisuais que encaram suas próprias condutas, que são de cunho quase sempre criminal, como apenas parte de um trabalho, algo a ser executado. Perdem a sensibilidade, não notam que do outro lado há um ser humano, tendo o seu direito à dignidade da pessoa humana dilacerado, de forma escrachada para toda a sociedade que, ainda assim, vê-se inerte e até mesmo age como sustentáculo de tais atitudes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Obediência. Banalidade. Direito. Dignidade.

**ABSTRACT:** This research investigates the relation between the concept of banality of evil, proposed by Hannah Arendt, and the Brazilian prison system. There are two situations for the study: on the one side, the unspeakable holocaust and the second world war, and on the other, the terrible Brazilian prisons. These are completely divergent environments, however, the manipulators and spectators of these episodes seem to act equally, indifferently to the evil they cause. In both cases, such people become pieces of a gear, invisible fragments that face their own conduct, which are almost always criminal, as just part of a job, something to be executed. They lose their sensibility, they do not notice that on the other side there is a human being having his right to the dignity of the human person torn

apart, in a way that is squeezed out for the whole society, which still sees itself inert and even acts as a support of such attitudes.

**KEYWORDS:** Obedience. Banality. Right. Dignity.

---

## 1. INTRODUÇÃO

**E**m entrevista ao site *Jota Info*, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, discorre acerca do sistema penitenciário do Brasil e, mais especificadamente, sobre as hodiernas polêmicas e rebeliões ocorridas, afirmando que “isso mostra que as autoridades como um todo não estão preparadas para lidar com o tema, embora o assunto esteja presente e se saiba que essa crise é permanente” (MENDES, 2017).

Outrossim, percebe-se que o assunto tem ampla visibilidade nacional, que a discussão permeia décadas e detém enorme relevância, até mesmo para um ministro da Suprema Corte Nacional. Nas penitenciárias brasileiras, são frequentes as conjunturas caóticas que, na realidade do país, são encaradas de maneira indiferente pela sociedade em geral, o que tece a peça chave desta pesquisa: o conceito de banalidade do mal.

Nesse viés, a presente pesquisa tem a finalidade de estabelecer vínculos entre o conceito de banalidade do mal, proposto por Hannah Arendt, e as mazelas que acometem a estrutura prisional do Brasil e suas constantes ofensas e vilipêndios a direitos fundamentais básicos, que foram constituídos pela suprema Carta Magna de 1988. Mesmo assim, não sofrem sanção penal os atuantes e manuseadores deste sistema, nem mesmo pela condenação moral do senso comum, sendo mantido o status quo.

A metodologia usada na concepção deste trabalho é a pesquisa bibliográfica, realizada *expost-facto*, analisando as recorrentes rebeliões ocorridas no ano de 2017 por todo o território brasileiro, estabelecendo assim, com auxílio de obras de autores renomados, a relação entre estas e o sistema carcerário em si, a partir do conceito de banalidade do mal, proposto pela autora Hannah Arendt.

Tratando do julgamento de Adolf Eichmann, um dos maiores gestores dos assassinatos em massa do nazismo, Arendt chega à conclusão de que a banalidade do mal intercorre quando práticas violentas e cruéis ocorridas durante o holocausto não foram vistas como realmente são em sua mais interna e profunda essência, como atos desumanos e bárbaros. Levadas como fatos aceitáveis e normais, os seus executores e gestores da violência perpetuam a crueldade, agindo como peças de uma engrenagem, sem visualização do mal consistente em suas condutas praticadas reiteradamente.

Não se tem o desígnio de comparar a situação atual do sistema carcerário brasileiro com os fatos ocorridos durante o holocausto, e sim evidenciar e propiciar uma releitura do conceito de banalidade do mal, proposto por Hannah Arendt, e aplicá-lo ao complexo prisional brasileiro que, infinitas vezes, parece identificar

algumas premissas que são sustentáculos do vício da obediência cadavérica da Segunda Guerra Mundial com a prática de atitudes atrozes e violentas, que nem sempre são encaradas como uma ofensa a direitos e garantias fundamentais.

Conforme a pensadora alemã concebe, a ausência do pensamento crítico sobre as ações era o estopim que possibilitava a banalização do mal diariamente. Com a transferência dos conceitos propostos por ela, percebe-se a facilidade da aplicação destes ao sistema carcerário que, de forma reiterada, acomete a população carcerária com vários problemas: superlotação, violência, tortura, humilhação, negligência e maus tratos, citando como exemplo principal a ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, que tem os seus efeitos equiparados à Constituição Federal de 1988, diz em seus artigos 1º e 6º que todas as pessoas serão tratadas em conformidade com os direitos a que dispõe, não sendo estes suprimidos.

Aplicando os entendimentos arendtianos, nota-se que nenhum castigo tem poder para impedir a reincidência de crimes análogos. Portanto, é inescusável a necessidade do estudo acerca dos acontecimentos que envolvem a gestão das penitenciárias no território brasileiro, a fim de se assimilar o porquê de determinadas condutas, levando em conta se o Direito Penal é o melhor caminho para a resolução de determinados atos ilícitos.

Destarte, para este estudo, será uma peça basilar a soberania do Estado, que se abstém da responsabilização da hostilidade existente neste sistema e não se pronuncia. Além disso, serão interpretados os preceitos positivados na Constituição Federal de 1988 que, como lei superior, rege todo o ordenamento jurídico existente, estabelece os direitos fundamentais de cada indivíduo, leva em consideração os lautos direitos humanos existentes, além estabelecer a dignidade da pessoa humana, direito constitucional de jaez diferenciada e destacada para análise deste tema. Será delimitado o papel do Estado como autoridade administrativa e executora deste complexo, e também como entidade perdulária e capciosa na contenção ineficaz destes fatos. Feito isso, será aplicado o conceito de banalidade do mal ao sistema carcerário brasileiro, estabelecendo as possíveis relações entre estes.

## 2. O DIREITO A TER DIREITOS

Para se obter êxito na discussão acerca da ofensa a direitos fundamentais que ocorrem nos dois casos de obediência cega, é necessário que se faça uma reflexão filosófica sobre o nosso possível direito que dá luz a todos os demais: o direito a ter direitos. É coeso afirmar que, nos primórdios das organizações societárias, não existiam os direitos mínimos a que todo indivíduo tem acesso hoje. Levando em conta um aspecto histórico, é difícil datar quando o homem obteve acesso aos direitos, porém sabe-se que o direito a ter direitos tem como ponto de partida a ideia de que todos os homens são iguais.

Os conceitos que tangem os significados de direitos fundamentais, suas

classificações e aplicação destes, são também muito importantes para a análise deste tema, visto que, para discorrer a respeito da violação de direitos fundamentais básicos, é necessário conhecer quais são estes direitos e, conhecendo-os, compreender os opróbrios da sua dilaceração, bem como a verdadeira necessidade de discussão e relevância do tema aqui proposto. Assim, são levadas em consideração as premissas de Paulo Gustavo Gonet Branco, em seu livro *Curso de Direito Constitucional* (em parceria com o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Ferreira Mendes):

O avanço que o direito constitucional apresenta hoje é resultado, em boa medida, da afirmação dos direitos fundamentais como núcleo de proteção à dignidade da pessoa humana e da visão de que a constituição é o local adequado para positivar as normas asseguradoras dessas pretensões (BRANCO, 2007, p. 133).

Estabelece-se assim que a Constituição Federal é supedâneo que assegura direitos e garantias fundamentais, os mesmos que são ofendidos na obediência cega impetrada no sistema carcerário brasileiro.

Em outra perspectiva da significância de direitos, é relevante aludir que até mesmo Hannah Arendt conceitua direitos humanos e considera-os peças-chave de suas pesquisas. Pode-se assim relacionar os conceitos por ela propostos aos direitos que sofrem com o vitupério no sistema prisional do Brasil. A essência da sobrevivência humana se dá por meio de direitos. São estes que possibilitam diversos fatores corriqueiros, que não se sabe se estão definidos e assegurados expressamente nas legislações, como, por exemplo, o direito a locomoção, privacidade, liberdade de expressão e diversos outros.

Nas premissas arendtianas, concebe-se que os direitos do homem são algo intrínseco a sua natureza. Para a autora, o direito fundamental está embasado no conjunto, na força da sociedade que, por sua vez, tem o direito a ter direitos. É importante salientar que, para a filósofa,

direito fundamental de cada indivíduo, antes de qualquer dos direitos enumerados em declarações, é o direito a ter direitos, isto é, o direito de pertencer a uma comunidade disposta e capaz de garantir-lhe qualquer direito (ARENDR, 2007, p. 331).

Percebe-se que o sistema carcerário brasileiro está defasado a partir de análises mais profundas. Um grande triunfo que possibilita a visibilidade dessa violação de direitos sobre a qual a presente pesquisa dispõe, contendo também uma ampla discussão sobre o sistema em geral, é o artigo de Rafael Damasceno de Assis, publicado na revista *CEJ*, de Brasília. Com as reflexões do autor, percebe-se que realmente a situação é caótica e perturbadora.

É nesta fase que se constata a presença dos direitos humanos como decorrentes do direito a ter direitos. E, apesar de os direitos humanos serem exemplares puros e belos de um direito, nota-se que eles são artificiais e necessitam de representação política, visto que foram criados para a sociedade mundial e, quando aplicados a uma só comunidade, tudo se torna relativo. Cria-se a ideia de direitos humanos inalienáveis, mas, quando se trata de um povo que esteja à margem da sociedade, que não tem alguém para governá-los ou ampará-los, alguém que “vista a camisa” de ser parte daquele povo, estes direitos são deturpados.

Pode-se inferir então que, neste conceito de comunidade que está à margem do corpo social, integram-se tanto os que foram dizimados pelo holocausto nazista quanto a população carcerária brasileira. Acerca dessa artificialidade dos direitos humanos, André Duarte explica que

Arendt elaborou sua concepção de artificialidade do direito e da política em face da redução do homem, nos campos de concentração dos regimes totalitários, à condição natural de simples membro da espécie humana, com seus atributos e distinções naturais. O objetivo dos regimes totalitários foi justamente o de reduzir o homem ao seu mínimo denominador comum natural, privando-o de seus direitos políticos, deportando-o e encarcerando-o em laboratórios infernais para então simplesmente dizimá-lo. Por sua vez, Arendt quer afirmar a interdependência entre a posse e o usufruto dos direitos humanos e a pertença a uma comunidade política que os reconheça como cidadãos, dotados da máscara da personalidade legal. Sua crítica não se dirige à ideia [sic] dos direitos humanos enquanto tais, mas ao pressuposto segundo o qual tais direitos encontrariam seu fundamento na natureza do homem, implicando-se assim uma redução política à natureza (DUARTE, 2000, p. 47-48).

Ainda assim, nota-se que a concepção humana dos direitos humanos é muito vaga. A imagem do homem é engodada nas declarações jurídicas:

Desde o início, surgia o paradoxo contido na declaração dos direitos humanos inalienáveis: ela se referia a um ser humano “abstrato”, que não existia em parte alguma, pois até mesmo os selvagens viviam dentro de algum tipo de ordem social. [...] Os Direitos do Homem, afinal, haviam sido definidos como “inalienáveis” porque se supunha serem independentes de todos os governos; mas sucedia que, no momento em que seres humanos deixavam de ter um governo próprio, não restava nenhuma autoridade para protegê-los e nenhuma instituição disposta a garanti-los (ARENDR, 2007, p. 325).

É necessário reafirmar o pensamento de que os direitos humanos obviamente são uma conquista engrandecedora para a população mundial, não há maneira de negar tal concepção. Porém, o infortúnio é que eles, em sua essência frugal, não são levados com força normativa a todas as sociedades e, dessa maneira,

o seu cerne perde a força: todos os homens deixam de ser iguais.

A ideia de liberdade que trazem as declarações de direitos humanos é muito abstrata, o que não consegue encaixar-se com facilidade em todos os moldes de corpo social e, apesar disso, o conceito permanece incólume. E ainda, finalmente, é necessária a visualização de que os textos normativos também devem ser levados em conta como grandes apoiadores da pesquisa, pois estes é que estabelecem a necessidade de uma efetiva valência de direitos fundamentais, de direitos humanos, o que não ocorre na prática. A Declaração Universal dos Direitos Humanos propõe a igualdade entre os homens e também a equiparação de seus direitos, ou seja, afirmando uma igualdade entre todas as pessoas. Não diferentemente, a Constituição da República vigente traz as mesmas premissas. Até mesmo a Lei de Execução Penal no Brasil, que será tratada mais adiante, em seu artigo 1º, acerta que a execução penal tem por objetivo a socialização do detento e deve dispor de condições harmônicas para a integração social do preso.

Nós não nascemos iguais: nós nos tornamos iguais como membros de uma coletividade em virtude de uma decisão conjunta que garante a todos direitos iguais. A igualdade não é um dado – ela não é *physis*, nem resulta de um absoluto transcendente externo à comunidade política. Ela é um construído, elaborado convencionalmente pela ação conjunta dos homens através da organização da comunidade política. Daí a indissolubilidade da relação entre o direito individual do cidadão de autodeterminar-se politicamente, em conjunto com os seus concidadãos, através do exercício de seus direitos políticos, e o direito da comunidade de autodeterminar-se, construindo convencionalmente a igualdade (LAFER, 1988, p. 150).

### 3. O ATUAL SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

O fato de problemas diários nas penitenciárias brasileiras serem encarados de modo irrelevante pelos cidadãos externos àquela situação que é tangível faz com que exista a necessidade iminente de perscrutar soluções. Torna-se então importante frisar que essa decadência não foi fator de puro acontecimento recente, pois o país tem um extenso e intenso histórico de ocorrências, fatos que gradativamente pioraram a situação atual das prisões do Brasil.

Os abusos e as agressões cometidas por agentes penitenciários e por policiais ocorrem de forma acentuada, principalmente depois de rebeliões ou tentativas de fuga. Após serem dominados, os amotinados sofrem a chamada “correição” [sic], que nada mais é do que o espancamento que se segue à contenção dessas insurreições, que tem a natureza de castigo. Muitas vezes há excessos, e o espancamento termina em execução, como no caso, que não poderia deixar de ser citado, do “massacre” do Carandiru em São Paulo, no ano 1992, no qual oficialmente foram executados 111 presos (ASSIS, 2007, p. 3).

Como a maioria dos problemas que acometem a sociedade, estes podem ser resolvidos com a humanidade, com a ação da sociedade em conjunto. A essência do poder está no povo, que é titular dele. Quando este se torna ciente de determinada situação e age de maneira adjacente, existe toda uma mobilização estatal a respeito da questão. A base epistemológica dos direitos é o povo e o seu direito a possuir estes direitos.

Não podendo mais confiar na história (costumes de cada comunidade como fonte de direitos) ou na natureza (natureza humana como fonte de direitos), o homem tem de voltar-se para a própria idéia [sic] de humanidade como garantidora de seus direitos. Por pertencer à humanidade, o ser humano tem direitos. E é a humanidade composta por cada homem singular que tem o papel de fonte e garantidora dos Direitos do Homem (ARENDDT, 2007, p. 332).

Nesse sentido, é notória a alienação da sociedade em relação ao tema. Vê-se diariamente a inversão de valores, em que as grandes massas produtoras de informação é que possuem o poder de direcionamento das vontades do povo. Com esse poder de dizer o que é indubitável e o que é inadequado, todas as ações conjuntas de um corpo social estão nas mãos das grandes mídias.

Assim, surgem diversas personalidades tidas como míticas que prometem suprir as necessidades da sociedade, fator de grande interferência e guardida para a perpetuação da violência nos centros prisionais. A partir dessas personalidades que, pelo seu poder de oratória conseguem captar cada vez mais ouvintes e adeptos de suas ideias e crenças, essa inversão de valores se torna ainda mais preocupante: as pessoas, de um modo geral, passam a encarar os detentos como objetos maleáveis, o que chamam de “objetificação” humana, como se não fossem pessoas e se vissem merecedoras daquilo que passam dentro do sistema penitenciário. Passam a menosprezar o fato de que não existe qualquer condição de reintegração social e encaram com facilidade a estrita finalidade punitiva do Estado em aplicar a pena, acreditando fielmente que este é o caminho ideal. Sabe-se que nada mais do que isso ocorre atualmente.

Para Renato Marcão, que é especializado em Lei de Execução Penal,

A execução penal deve objetivar a integração social do condenado ou internado, já que adotada a teoria mista ou eclética, segundo a qual a natureza retributiva da pena busca apenas a prevenção, mas também a humanização. Objetiva-se, por meio da execução, punir e humanizar (2015, p. 32).

Porém, nota-se que não existe tal reintegração social na prática, e a humanização idealizada na legislação a nível mundial está falida. Este assunto percorre décadas no cenário brasileiro, porém não se tem uma discussão efetiva do tema, pois as grandes massas produtoras de informação fazem com que este assunto permaneça sempre recôndito, e apesar de seus relances de debate que vem e vão de

maneira fugaz, nenhuma atitude eficaz é tomada.

Existe certa ausência de reflexão para com o futuro, em razão de que os cidadãos brasileiros não conseguem compreender o raciocínio de que posteriormente aquele condenado vai estar de volta aos vínculos sociais e, se ele não foi reintegrado à sociedade, ele está à margem dela. Assim como qualquer ser humano brasileiro ou não, ele tem suas necessidades fisiológicas, emocionais e financeiras e pode possivelmente, com o preconceito que sofre, sendo considerado a escória da sociedade e sem saída, praticar novos crimes análogos ou ainda piores.

É certo afirmar que a população carcerária no Brasil sofre com as condições físicas dos presídios, o que interfere tanto em sua saúde corporal quanto mental. Apesar disso, existe nos cidadãos deste país a falsa ideia de que os detentos estão sendo “tratados” melhor do que merecem, de que esses indivíduos não trabalham, que eles têm alimentação saudável no tempo ideal, inclusive com horário de lazer. Porém, são estes mesmos cidadãos que não buscam conhecer a verdadeira face dos presídios brasileiros.

A falência de nosso sistema carcerário tem sido apontada, acertadamente, como uma das maiores mazelas do modelo repressivo brasileiro, que, hipocritamente, envia condenados para penitenciárias, com a apregoada finalidade de reabilitá-lo ao convívio social, mas já sabendo que, ao retornar à sociedade, esse indivíduo estará mais despreparado, desambientado, insensível e, provavelmente, com maior desenvoltura para a prática de outros crimes, até mais violentos em relação ao que o conduziu ao cárcere (MIRABETE, 2008, p. 89).

As recentes rebeliões da população carcerária, no início de 2017, em diversas regiões do país, com acontecimentos cruéis e violentos, despertaram o interesse na análise deste tema, que envolve toda a estrutura prisional do Brasil. Isso nos leva a pensar, conforme resultados desta pesquisa, que, se verdadeiras atitudes não forem tomadas para atualização da execução penal do Estado, o colapso carcerário e sua falência se tornarão gradativamente piores.

Em reportagem especial para o portal de notícias *Estadão*, o jornalista Ricardo Araújo comenta que as facções no Rio Grande do Norte chegaram a decapitar 26 detentos rivais (ARAÚJO, 2017). Estes acontecimentos por si só parecem provar que a situação deste complexo está deteriorada e causa insegurança tanto aos detentos quanto às suas famílias. Conforme registrado na reportagem, gera-se insegurança à própria sociedade, pois houve evasão de presidiários durante as rebeliões.

Desta forma, nota-se a importância da análise desta tese. Compreende-se assim também que a sociedade (de modo geral) considera atos pífidos como estes, algo irrelevante e corriqueiro, visto que cerca de dois meses depois, não se discutia mais sobre o assunto (popularmente falando), este que perdeu a ampla visualização e seus respectivos debates.

Suscita-se então que as atitudes tomadas na gestão e execução do sistema,

assim como aconteceu nas violentas revoltas do início de 2017, são possuidoras de grande relação com os princípios estabelecidos por Hannah Arendt, para chegar ao conceito de banalidade do mal.

Assim, é certo que se encaixa de maneira necessária a reflexão a respeito do sistema prisional brasileiro que, ao contrário do correto, que seria apenas a perda ao direito de liberdade (locomoção), retira inúmeras garantias fundamentais destes indivíduos, mesmo que estas estejam previstas na Constituição, que rege todo o ordenamento jurídico nacional. Os condenados esperam ansiosamente o fencimento de suas condenações penais, pois sofrem.

É consenso que o crime é um fato social, conforme propõem as asserções de Émile Durkheim:

Se há um fato cujo caráter patológico parece incontestável é sem dúvida o crime. Todos os criminólogos [sic] estão de acordo sobre esse ponto. Apesar de explicarem esta morbidez de maneira diferentes, são unânimes na sua constatação. Contudo, o problema merecia ser tratado com menos superficialidade. Com efeito, apliquemos as regras precedentes. O crime não se produz só na maior parte das sociedades desta ou daquela espécie, mas em todas as sociedades, qualquer que seja o tipo destas. Não há nenhuma em que não haja criminalidade. Muda de forma, os atos assim classificados não são os mesmos em todo o lado; mas em todo o lado e em todos os tempos existiram homens que se conduziram de tal modo que a repressão penal se abateu sobre eles (DURKHEIM, 2007, p. 82).

Dessa forma são entendidos, na maioria das vezes, como reflexos da situação social vigente. Nesse viés, as violências realizadas (revoltas, assassinatos, crueldade, etc.) entre os próprios detentos são uma espécie de manifestação acerca da situação subumana a que são acometidos, tratados como “não possuidores de direitos”, como proposto por Rafael Damasceno de Assis, em seu artigo sobre a atual situação do sistema carcerário brasileiro.

No entanto, ocorre na prática a constante violação de direitos e a total inobservância das garantias legais previstas na execução das penas privativas de liberdade. A partir do momento em que o preso passa à tutela do Estado, ele não perde apenas o seu direito de liberdade, mas também todos os outros direitos fundamentais que não foram atingidos pela sentença, passando a ter um tratamento execrável e a sofrer os mais variados tipos de castigos, que acarretam a degradação de sua personalidade e a perda de sua dignidade, num processo que não oferece quaisquer condições de preparar o seu retorno útil à sociedade (ASSIS, 2007, p. 2).

A família do detento tem medo de cada dia que aquele indivíduo passa dentro da penitenciária, a sociedade convive com a perpetuação dos crimes que ocorrem dentro dos presídios brasileiros como reflexo social e, ainda assim, convive com a violação dos direitos dos presos como algo irrelevante, o que leva a

colocar em questão o papel do Estado Democrático de Direito, bem como a necessidade de busca de alternativas de sua parte e também do corpo social.

#### 4. A INEFICÁCIA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

Destarte, é fácil a percepção da ineficácia da lei de execução penal para com os detentos, que são aqueles que deveriam usufruir do que é por ela constituído. A lei n. 7210, de 11 de julho de 1984, estabelece os pilares básicos em que se dará a execução penal. Em breve e fugaz leitura desta, torna-se perceptível que é gritante o descumprimento do Estado para com os dispositivos normativos. Em seu artigo 1º, a LEP, como é comumente chamada, dispõe que “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. Alternando o olhar para o sistema carcerário, a sua situação atual e a forma com que os detentos saem de lá, vê-se que não existem condições para a harmônica integração social do condenado. Nesse sentido, vemos que

tal como observado por Hesse, a garantia de liberdade do indivíduo, que os direitos fundamentais pretendem assegurar, somente é exitosa no contexto de uma sociedade livre. Por outro lado, uma sociedade livre pressupõe a liberdade dos indivíduos e cidadãos, aptos a decidir sobre as questões de seu interesse e responsáveis pelas questões centrais de interesse da comunidade. Essas características condicionam e tipificam, segundo Hesse, a estrutura e a função dos Direitos Fundamentais. [...]” (BRANCO, MENDES, 2016, p. 659).

Pode-se aferir, a partir dessas informações, partindo de uma análise crítica, que os direitos fundamentais somente serão exercidos para a sociedade livre que tenha plena consciência de seus direitos, que esteja apta a decidir sobre os seus interesses. Ou seja, não é o que diariamente ocorre no sistema carcerário brasileiro, visto que, apesar das constantes e diárias violações legislativas, nada é feito. A ineficácia da legislação de execução penal é um fato.

Na medida em que, como sociedade, estamos a fabricar criminosos, jogando homens mal formados (homens metade, pessoas abandonadas por um pacto social falido) dentro de um sistema penitenciário completamente abandonado pelo Executivo e desprezado pelo Judiciário, e de lá retiramos feras, estamos também, a ofender e atacar a nós mesmos [...] (FURTADO, 2012).

Com a falência dos institutos que regem a forma de tratamento aos detentos, tem-se o fenômeno da reincidência criminal, que aponta, na verdade, para o

fenômeno mais amplo da reiteração em atos criminosos e da construção de carreiras no mundo do crime. Segundo pesquisas do Conselho Nacional de Justiça (2015), Justiça em Números, a população carcerária do Brasil cresceu 83 vezes em setenta anos. Isso prova que o caráter social e de reintegração da aplicação penal não está sendo exercida com sucesso, podendo-se dizer ainda que, apesar do grande sofrimento encarado pelos detentos no Brasil, a perspectiva punitiva tampouco está sendo convalidada nesse regime atual de aplicação penal. Afinal, a reincidência criminal chega a 70% dos detentos (CNJ, 2015), o que prova a ineficácia.

É consenso dizer que, se o sistema penitenciário tivesse realmente validado o seu caráter social e reintegrasse a população carcerária à sociedade, esses números não seriam os mesmos.

Entre as penalidades e no modo de aplicá-las proporcionalmente aos delitos, é necessário, portanto, escolher os meios que devem provocar no espírito público a impressão mais eficaz e mais durável e, igualmente, menos cruel no corpo do culpado (BECCARIA, 2011, p. 47).

## 5. EICHMANN EM JERUSALÉM E A BANALIDADE DO MAL

Hannah Arendt cria o conceito de banalidade do mal no julgamento de Adolf Eichmann, um dos maiores responsáveis pela deportação e redirecionamento dos judeus para a morte. Para ela, o julgamento daquele homem ultrapassou o caráter do direito penal e passou a ser uma questão política, que envolveu o governo do Estado de Israel, principalmente o primeiro-ministro Ben-Gurion, que tinha o desejo de que um nazista fosse julgado publicamente por um tribunal composto por judeus, o que se manifesta como uma espécie de vingança privada. Tudo passou a ser uma forma de propaganda política para o Estado de Israel. Segundo Hannah Arendt, o fato de que todo aquele julgamento passou a ser uma espécie de “show de teatro” deixava-a incomodada. O ato de julgar Eichmann, apesar de sua importância, pareceu perder o sentido frente a toda aquela ação. Desejava ainda o primeiro-ministro israelense que, a partir de então, outros criminosos nazistas fossem encontrados, desentocados e, posteriormente, julgados. De acordo com a pensadora alemã, Eichmann, durante o julgamento, não expôs sobre as suas atitudes pessoais, ele dizia estar obedecendo regras, o que ele próprio chamou de obediência cadavérica.

[...] O que Eichmann deixou de dizer ao juiz presidente durante seu interrogatório foi que ele havia sido um jovem ambicioso que não aguentava mais o emprego de vendedor viajante antes mesmo de a Companhia de Óleo a Vácuo não aguentá-lo mais. De uma vida rotineira, sem significado ou consequência, o vento o tinha soprado para a História, pelo que ele entendia, ou seja, para dentro de um Movimento sempre em marcha e no qual alguém como ele – já fracassado aos olhos de

sua classe social, de sua família e, portanto, aos seus próprios olhos também – podia começar de novo e ainda construir uma carreira. E se ele nem sempre gostava do que tinha de fazer (por exemplo, despachar multidões que iam de trem para a morte em vez de forçá-las a emigrar), se ele não adivinhou antes que a coisa toda iria acabar mal, com a Alemanha perdendo a guerra... (ARENDDT, 2008, p. 45).

Ou seja, é por meio deste mecanismo que ocorre o fenômeno da prática da banalidade do mal. Nos pensamentos de Eichmann, suas atitudes cruéis e impiedosas eram apenas parte de preceitos básicos para cumprimento de uma profissão, de um trabalho. Como explicava Hannah Arendt, as peças de uma engrenagem que se movem seriam as pessoas que, sem perceber, agem de maneiras inconcebíveis, pensando que suas ações são algo normal e estritamente necessário para o cumprimento de sua profissão. Para Hannah, Eichmann tinha em si o desejo de “construir uma vida”, em que seria bem visto pelo seu povo e família, porém, não se concentrava no fato de que era responsável pelo envio de milhares de pessoas destinando-as à morte.

[...] seus atos eram os de um cidadão respeitador das leis. Ele cumpria o seu dever, como repetiu insistentemente à polícia e à corte. Ele não só obedecia ordens, ele também obedecia à lei. [...] Como além de cumprir aquilo que ele concebia como deveres de um cidadão respeitador das leis, ele também agia sob ordens – sempre o cuidado de estar “coberto” –, ele acabou completamente confuso e terminou frisando alternativamente as virtudes e os vícios da obediência cega, ou a “obediência cadavérica” (*kadavergehorsam*), como ele próprio a chamou (ARENDDT, 2008, p. 152).

Eichmann acreditava estar sendo um homem bom por diversos fatores, tais como o poder de convencimento de seu superior Hitler, e também pelo desejo interno de surpreender a sua família e seu povo, que já não mais acreditava em seu sucesso. Para ele, aquela tarefa para a qual ele foi designado ao lado do líder nazista, apesar da necessidade de que ele fosse o responsável por deportar judeus e inimigos, seria como um alto cargo no governo, digno de respeito pela sociedade em geral. Dessa forma, segundo Arendt, mesmo que Eichmann não gostasse às vezes de fazer os atos necessários para cumprimento de sua função, achava que aquilo fazia parte do cumprimento de seu trabalho. O vício da obediência cega seria tão somente o fato de, sob a inobservância das ações, e com ausência de pensamento crítico, ignorar a natureza de suas ações e ser um cadáver obediente.

Segundo Eichmann em seu julgamento, ele chegou ao ponto de realizar determinadas ações pelo fato de que não tinha pensamento crítico sobre aquilo. Ele descreve que os atos eram realizados pela reavaliação de valores advindos do governo nazista direto para os seus pensamentos.

Esta maldita irreflexão é o que traz o conceito puro de banalidade do mal. Ainda que encaminhar pessoas para a morte fosse parte de suas tarefas, Eichmann

se tornava um ser invisual, como se cuidasse de um estoque de vacas.

Há alguns anos, em relato sobre o julgamento de Eichmann em Jerusalém, mencionei a “banalidade do mal”. Não quis, com a expressão, referir-me a teoria ou doutrina de qualquer espécie, mas antes a algo bastante factual, o fenômeno dos atos maus, cometidos em proporções gigantescas – atos cuja raiz não iremos encontrar em uma especial maldade, patologia ou convicção ideológica do agente; sua personalidade destacava-se unicamente por uma extraordinária superficialidade. (ARENDR, 1993, p. 145)

Hannah tem a intenção de mostrar que a banalidade do mal não tem relação nenhuma com qualquer patologia mental ou física, e não há existe como perscrutar e finalmente encontrar a raiz deste problema, visto que ultrapassa todas as barreiras e não se encaixa exatamente em nenhuma espécie de assunto. Ao mesmo tempo que uma questão psicológica, trata-se de algo emocional e afetivo tanto quanto uma questão política e jurídica.

Será que a natureza da atividade de pensar, o hábito de examinar, refletir sobre qualquer acontecimento, poderia condicionar as pessoas a não fazer o mal? Estará entre os atributos da atividade do pensar, em sua natureza intrínseca, a possibilidade de evitar que se faça o mal? Ou será que podemos detectar uma das expressões do mal, qual seja, o mal banal, como fruto do não-exercício do pensar? (ARENDR, 2008, p. 233).

Em se tratando de Eichmann, é severamente marcante em seu julgamento os traços na sua personalidade que valorizavam o cumprimento de regras. Eichmann seguia “à risca” todas as ordens e sentia-se envergonhado que falassem de qualquer pequeno deslize que se tornasse um descumprimento, por mais que aquele ato faltoso pudesse salvar milhares de vidas. Hannah não considera que Eichmann tenha motivos suficientemente justificáveis para aceitar a praticar o que fez. Para ela, nota-se que o mal existente naquele homem infelizmente decorre de sua arbitrariedade e liberdade.

Será que a natureza da atividade de pensar, o hábito de examinar, refletir sobre qualquer acontecimento, poderia condicionar as pessoas a não fazer o mal? Estará entre os atributos da atividade do pensar, em sua natureza intrínseca, a possibilidade de evitar que se faça o mal? Ou será que podemos detectar uma das expressões do mal, qual seja, o mal banal, como fruto do não-exercício do pensar? (ARENDR, 2008, p. 233).

Sendo assim, suscita-se, a partir do pensamento filosófico de Hannah

Arendt, que o mal não tem raízes profundas, isto é, não há nesses casos uma motivação extrema que sirva para justificar sua proliferação, é apenas o mal. A expressão *banalidade do mal* vem conceber que o exame das atitudes pode conter catástrofes, e o condicionamento da atividade do pensar pode evitar a prática do mal.

## 6. A ALIENAÇÃO COMO FORMA DE BANALIDADE DO MAL

A situação era tão simples quanto desesperada: a esmagadora maioria do povo alemão acreditava em Hitler (ARENDDT, 1999, p. 114).

Em outra conjuntura social, que poderá ser encarada tanto na falência do sistema carcerário brasileiro quanto nos ocorridos do episódio nazista, a alienação social é uma importante forma de manipulação das pessoas. Isto é, as grandes massas produtoras de informação tomam posse de uma forma de influência da comunidade, através da notícia repetitiva e do banimento do pensamento crítico. Desde os primórdios da sociedade, o poder da oralidade trouxe diversos problemas, até mesmo quando a Igreja Católica, através de seu poder manipulador, era detentora do poder punitivo do Estado e mantinha grande relação com este. Da mesma forma ocorre atualmente em relação as grandes massas midiáticas.

[...] implica, progressivamente, a passagem do *mass media* (cujos símbolos são a TV, o rádio, a imprensa, o cinema) para formas individualizadas de produção, difusão e estoque de informação. Aqui a circulação de informações não obedece à hierarquia da árvore (um-todos), e sim à multiplicidade do rizoma (todos-todos) (LEMOS, 2004, p. 68).

Nesse sentido, percebe-se que a sociedade em geral passa a acreditar que as suas fontes de informação, como a TV, o rádio e demais, têm a necessidade intrínseca de trazer fatos verdadeiros. Dessa forma, não se precisa mais do ato de “pensar”, pois a verdade já está diariamente disseminada na mídia. Isso implica a alienação aqui tratada e cumulativamente a banalidade do mal, porque esses meios de comunicação farão com que a sociedade passe a acreditar no que eles precisam e querem, no que convém ao seu entendimento basicamente capitalista. Como reflexo, em uma recente pesquisa do Datafolha (2015), observou-se que 57% dos brasileiros acreditam ferrenhamente na famosa frase “bandido bom é bandido morto”. Este índice é preocupante, contudo, atribui-se a frase à quantidade de informações advindas da mídia capitalista, que tem como premissa trazer a imagem de uma sociedade insegura, que precisa intensamente de segurança, uma sociedade que luta em prol do armamento de seu povo, uma sociedade “do agora”.

É fácil notar que Hitler, já tratando sobre o massacre nazista, também tinha

alto poder de oralidade e convencimento da sociedade, e assim chegou no alto escalão do poder. Destarte, o seu poder de convencimento dava as noções introdutórias a fim de que as pessoas incidissem na banalidade do mal. Aquele pérfido homem lograva êxito em retirar o pensamento crítico das pessoas com seus slogans repetitivos, tomava aquilo que dizia como verdade, passava para o seu povo e os seus irmãos colaboradores a emoção de suas premissas. Como conceituado por Hannah Arendt, grande parte da prática do mal de forma banal se dá pela ausência do pensamento crítico. Para ela, o simples fato de pensar poderia evitar grandes tragédias históricas. Hitler fazia com que as pessoas acreditassem que suas premissas e seus medos eram o correto, a serem tomados como verdade, e que seu povo deveria concordar com ele na ideia de que aquelas pessoas eram uma ameaça a pureza ariana. Richard Breiting, um jornalista que entrevistou Hitler no ano de 1931, descreveu-o naquele dia como alguém que “usava uma linguagem simples, direta que o povo comum podia entender, sentenças curtas, slogans emotivos e poderosos [...]. Não havia adjetivações no que ele dizia, tudo era absoluto, descompromissado. Ele parecia falar direto do coração e expressar seus próprios medos e desejos mais profundos [...]” (BREITING, jornalista, 1931).

Além disso, é necessário visar que a capacidade de esquecimento da sociedade é monumental. Sendo assim, por mais que houve revoltas e mortes, já falando do sistema carcerário brasileiro, a sociedade não tem na memória estes fatos, não interessa à mídia repetir tais acontecimentos, sendo mantido em suas mentes apenas *slogans* de fácil recordação, conforme era feito pelo líder do nazismo, como, por exemplo, “bandido bom é bandido morto” e “tiveram o que merecem”.

Em comum análise, Hitler sabia como deveria agir e conhecia as ferramentas que tinha a seu dispor. Segundo ele, o poder de esquecimento da sociedade e de memorização de apenas slogans fortes e emotivos era o ponto forte de sua seara,

[...] a receptividade das massas é muito limitada; sua inteligência é pequena, mas seu poder de esquecer é enorme. Por conseguinte, toda propaganda eficaz deve utilizar alguns slogans, repetidos inúmeras vezes até que o último membro do público entenda o que você quer que ele entenda com seu slogan (HITLER, 1939, p. 233).

Desta forma, caracteriza-se a alienação social como mais uma forma de relação entre o sistema penitenciário nacional e a banalidade do mal, de Hannah Arendt. A obediência cadavérica é classificada como um agir sem visualização futura, com os olhos remetidos àquela ação instantânea.

De toda forma, a relação entre informações que estão à disposição da sociedade e seu modo de agir trazem diversas consequências práticas, atualmente ou no genocídio mundial. Como contribuinte para a banalidade do mal, a alienação apoia a exclusão do pensamento crítico, ainda que mínimo e, simultaneamente, recorda de instante em instante premissas e slogans poderosos e emotivos, capazes de atuar na ação de seu povo.

## 7. O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E A BANALIDADE DO MAL

Tem proliferado recentemente o conceito de estado de coisas inconstitucional, o que se encaixa perfeitamente na análise do tema proposto nesta pesquisa. Tal dizer foi concebido na Colômbia, pela Corte Constitucional do país (CCC), e esta expressão nada mais é do que uma violação reiterada, contínua e violenta a direitos fundamentais básicos. Tamanha é a sua reiteração, que chega a se tornar um estado que de certa forma é físico.

O estado de coisas inconstitucional é um instituto que busca a gradativa reparação desta violação de preceitos fundamentais basilares, é técnica decisória, e foi concebido no Brasil pela ADPF de número 347/DF.

Um dos aspectos mais gritantes na concepção de um estado de coisas inconstitucional é a corriqueira omissão de diversos órgãos da administração, da legislação e da jurisdição. Ou seja, além da violação aos direitos fundamentais, deve-se existir também um governo que se faça de invisível e não tome as providências orçamentárias necessárias, que é o que ocorre no sistema prisional do país.

O estado de coisas inconstitucional pode ser encarado como a expressão da proteção dos direitos fundamentais em sua dimensão objetiva, uma vez que o seu reconhecimento acarreta mandados de ações e deveres de proteção dos direitos fundamentais pelo Estado (HERNÁNDEZ, 2003, p. 203-228).

Correlacionando o estado de coisas inconstitucional com a banalidade do mal e a sua relação com o sistema de aplicação penal do Brasil, leva-se como fator de maior relevância que até mesmo a Suprema Corte brasileira admite a presença de uma omissão administrativa, social, política e até mesmo moral a que está submetida a população carcerária. Isto é o mesmo que dizer que o próprio STF concebe este instituto como uma violação de princípios, direitos e normas de jaez inigualável.

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de número 347 foi proposta pelo PSOL e tinha a intenção de que o STF considerasse este constante vilipêndio contra a Constituição de 1988 e contra as declarações de Direitos Humanos mundiais. Em sua petição inicial, narram fatos que já aqui foram tratados com substancialidade, mostrando que o sistema carcerário está em uma conjuntura calamitosa, tamanha a precariedade das condições de higiene e insalubridade, espaço, alimentação e outros aspectos. Além de tudo isso, o ponto de partida da ADPF também trata sobre as constantes violações sexuais, homicídios e lesões corporais advindos dos próprios agentes penitenciários.

Foi nesse sentido que o STF instaurou o Estado de Coisas Inconstitucional, que veio com a intenção de minimizar o que a banalidade do mal causa no processo carcerário e de execução penal, trazendo diversos mandamentos (que não nos cabe aqui listar) para diversos entes da federação.

Nessa medida, além de atuarem como direitos de defesa do cidadão contra o Estado, exigem que este empreenda um conjunto de ações administrativas e legislativas para assegurar a efetiva proteção dos direitos fundamentais. Nesse contexto, a declaração de estado de coisas inconstitucional pela Corte Constitucional corresponde ao papel que o juiz constitucional está cada vez mais sendo chamado a cumprir, o de garantia da dimensão objetiva dos direitos fundamentais em uma sociedade democrática e pluralista (HERNÁNDEZ, 2003, p. 207).

## 8. AS GARANTIAS LEGAIS VILIPENDIADAS

Como descreve Arendt, a ausência do pensamento crítico faz com que persista uma inobservância dos atos praticados. E por mais que os condenados tenham diversas garantias legais estabelecidas tanto na legislação constitucional mundial, quanto na do próprio Estado, tais direitos fundamentais são vilipendiados. É neste caso que se deve usar a expressão popular de que “rasgam a Constituição” em detrimento do interesse de alguns, visto que

as garantias legais previstas durante a execução da pena, assim como os direitos humanos do preso, estão previstos em diversos estatutos legais. Em nível mundial existem várias convenções, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem e a proteção das garantias do homem preso. Existem ainda em legislação específica – a Lei de Execução Penal – os incisos de I a XV do art. 41, que dispõem sobre os direitos infraconstitucionais garantidos ao sentenciado no decorrer da execução penal (ASSIS, 2007, p. 3).

Sendo assim, além da gravidade que é a ocorrência da prática do mal de forma banal, ainda existem constantes violações legislativas, normativas. Conforme visto, existem diversas premissas legais (em nível mundial) que caracterizam direitos e garantias mínimas para serem aplicados nos sistemas penitenciários. Essas garantias não estão apenas no plano nacional, pois até mesmo grandes atos normativos e de princípios basilares, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, também trazem a necessidade da execução penal garantista que, em tese, deveria surtir efeito apenas na retirada do direito de liberdade de locomoção.

Ou seja, cabe ressaltar que, além da necessidade de tratamento digno para os detentos, com garantias de seus direitos, buscam-se o cumprimento e o respeito de dispositivos normativos de grande relevância do âmbito do direito nacional e internacional, existindo a necessidade do cumprimento da legalidade da Lei de Execução Penal, pois o tema deixa de ser apenas social, político e administrativo e passa a ser jurídico, porque torna-se o que chamamos de estado de coisas inconstitucional. De certa forma, percebe-se que a função reintegradora da pena privativa de liberdade foi se esvaindo com o tempo, com a propagação da banalidade do mal. Quanto menos atenção a sociedade dá para este assunto, mais se proliferam

as situações em que há o extermínio de direitos básicos dos milhares de detentos brasileiros, sendo isto a banalidade do mal no sistema penitenciário. E o pior de tudo é que não se vê que esta irrelevância dada ao tema ataca fortemente de volta a mesma sociedade ignorante num futuro que se repete há muitas décadas neste país.

Seria necessário buscar, como solução, a reavaliação da aplicação da Lei de Execução Penal por quem detém o poder punitivo, ou seja, o Estado. O papel delimitador do Estado, na forma de cumprimento de penas, é fator de grande relevância no que tange a esse aspecto, pois assim ele pode listar o que atinge a ineficácia deste mecanismo, o que causa esse gritante descumprimento normativo-legislativo, podendo estabelecer gradativamente novos caminhos que possam amenizar o problema.

Uma outra solução seria uma gigantesca política pública de apoio ao egresso do sistema penitenciário brasileiro, visto que

a assistência pró-egresso não deve ser entendida como uma solução ao problema da reincidência dos ex-detentos, pois os fatores que ocasionam esse problema são em grande parte devidos ao ambiente criminógeno da prisão, o que exige a adoção de uma série de medidas durante o período de encarceramento. No entanto, o trabalho sistemático com o egresso minimizaria os efeitos degradantes por ele sofridos durante o encarceramento e facilitaria sua readaptação após o retorno ao convívio social (ASSIS, 2007, p. 5).

Nesse viés, pode-se perceber que, por mais que os problemas sejam graves, ainda que a demanda de tempo seja enorme, existem soluções a serem propostas. O efeito dominó que existe na execução penal, sendo justificado pelo alto índice de reincidência criminal, é algo a ser trabalhado gradativamente.

Infelizmente, as grandes máquinas produtoras de informação e tecnologia transfiguraram a imagem da sociedade para uma sociedade imediatista. Isso nos faz perceber que, para a sociedade, essa banalidade do mal aplicada ao sistema carcerário é algo bom ou irrelevante a seu campo de discussão. É como o dito popular: “o que os olhos não veem o coração não sente”. Chega-se à conclusão então de que, enquanto os detentos sofrem nas mãos de gestores e manuseadores sem pensamento crítico, a sociedade clama por imagens políticas que possam resolver o problema da insegurança, da incidência numerosa de crimes, que é sempre passado pela mídia, sendo uma verdadeira disseminação do medo.

O telespectador, ouvinte ou leitor é reduzido à condição de consumidor por um mercado composto por cartéis, que, com isso, obtém ganhos exorbitantes à custa da tragédia e do sofrimento alheios (HAYWARD; FERRELL, 2012, pp. 206-218).

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A RELAÇÃO DE BANALIDADE DO MAL

## DE HANNAH ARENDT E O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

Diante dos fatos expostos, é possível estabelecer facilmente a existência de uma estrita relação entre o conceito de banalidade do mal da pensadora alemã Hannah Arendt e a aplicação penal no Brasil. Essa relação é notada à medida em que analisamos a presença de reiterados atos perversos para com os condenados, o que nos traz a uma alusão temporal com a problemática do holocausto nazista da Segunda Guerra Mundial, quando, da mesma forma, não existia nos assassinos de milhões de pessoas qualquer pensamento crítico sobre suas ações.

É difícil ter que admitir a presença do estado de coisas inconstitucional no Brasil, porém, este instituto é o que nos prova ainda mais verdadeiramente a existência de uma certa irrelevância do mal, tanto para os manuseadores do sistema prisional quanto para os espectadores. Quando a Suprema Corte, de tamanha sumidade, concebe a constante violação de direitos fundamentais básicos, é que se nota a necessidade de dar atenção ao assunto. Apesar de ser uma problemática que está perpetuada há décadas, ainda é preciso tratar do assunto e tentar tirar esta nódoa da história deste país.

Nas condições de um mundo comum, a realidade não é garantida primordialmente pela “natureza comum” de todos os homens que o constituem, mas antes pelo fato de que, a despeito de diferenças de posição e da resultante variedade de perspectivas, todos estão sempre interessados no mesmo objeto. Quando já não se pode discernir a mesma identidade do objeto, nenhuma natureza humana comum, e muito menos o conformismo artificial de uma sociedade de massas, pode evitar a destruição do mundo comum, que é geralmente precedida pela destruição dos muitos aspectos nos quais ele se apresenta à pluralidade humana. [...] O mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite apresentar-se em uma única perspectiva (ARENDR, 2010, p. 70-71).

Como dito por Arendt, devemos buscar mostrar à sociedade uma perspectiva invertida do mundo, visto que um mundo visto somente de um lado é um mundo totalitário prestes a acabar.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ricardo. PCC decapita 26 presos rivais em motim de 14h na maior prisão do RN. *Estadão*, Natal/RN. 15 jan. 2017. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,lideres-da-rebeliao-no-rn-sao-ligados-ao-pcc,100-00100215>. Acesso em: 27 fev. 2017.

ARENDR, Hannah. *A condição humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um retrato sobre a banalidade do mal*. 15 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. 10 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ASSIS, Rafael Damasceno de. A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. *Revista CEJ*, ano XI, n. 39, p. 74-78, out./dez. 2007.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. 6. ed. São Paulo: Martin Claret, 2011.

BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. *Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal*. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Justiça em Números*. Brasília/DF. 2015. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/10/b8f46be3dbbfff344931a933579915488.pdf>. Acesso em 15 de set. de 2017.

DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 3 ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

FURTADO, Renato de Oliveira. *Nós e eles: sistema penitenciário*. São Paulo/SP. Disponível em <http://www.direitocriminal.com.br/noseeles%systema%penitenciario>. 15 de out. de 2016. Acesso em 2 de fev. de 2018.

G1. *Para 57% dos brasileiros, 'bandido bom é bandido morto', diz Datafolha*. São Paulo/SP. 02 de nov. 2016. Disponível em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/11/para-57-dos-brasileiros-bandido-bom-e-bandido-morto-diz-datafolha.html>. Acesso em 17 de set. de 2017.

HAYWARD, Keith; FERRELL, Jeff. *Possibilidades insurgentes: as políticas da criminologia cultural*. 4 ed. Porto Alegre: Sistema Penal & Violência, 2012, vol. 4.

HERNÁNDEZ, Clara Inés Vargas. *La garantía de la dimensión objetiva de los derechos fundamentales y labor del juez constitucional*. 12 ed. Santiago, Chile: Revista del Centro de Estudios Constitucionales, 2003.

HITLER, Adolf. *Mein Kampf*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1943.

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LEMOS, André. *Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

MARCÃO, Renato. *Curso de execução penal*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 11 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Execução penal*. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2008.

RECONDO, Felipe. Gilmar Mendes: “O sistema é absolutamente negligenciado”: massacres no Amazonas e Roraima mostram desarticulação do Estado. *Jota Info*, Brasília/DF. 8 jan. 2017. Disponível em: < <https://jota.info/justica/gilmar-mendes-o-sistema-e-absolutamente-negligenciado-08012017> > Acesso em: 27 fev. 2017.

## Refugiados ambientais e as implicações advindas da omissão legislativa

*Environmental refugees and the implications from legislative omission*



**Mariana Carneiro Rosa**

Discente do 7º período do curso de Direito do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM).  
e-mail: [marianacarneirosa@hotmail.com](mailto:marianacarneirosa@hotmail.com)

**Sabrina Nunes Borges**

Mestre em Direito. Docente do curso de Direito do Centro Universitário de Patos de Minas  
(UNIPAM). e-mail: [sabrinanb@unipam.edu.br](mailto:sabrinanb@unipam.edu.br)

---

**RESUMO:** Nas últimas décadas, a situação do meio ambiente vem se agravando e a população está sendo vítima de catástrofes ambientais cada vez maiores. Os impactos decorrentes do aumento demográfico e a forma com que a população utiliza os recursos naturais têm alterado os ciclos biológicos e causado desequilíbrio ambiental. Neste cenário, surge uma nova categoria de refugiados, os chamados refugiados ambientais, que são aqueles induzidos a se deslocar para outro país ou região após certo evento climático. Conforme será exposto, essa nova categoria se encontra numa situação de desamparo jurídico, por não serem legalmente considerados como refugiados. Neste contexto, o presente artigo analisará o termo “refugiados ambientais” e evidenciará as dificuldades em reconhecer os migrantes do clima como refugiados, propondo, ao fim, soluções para a problemática desses indivíduos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direitos humanos. Direitos fundamentais. Refugiados ambientais. Omissão legislativa.

**ABSTRACT:** In the last decades, the situation of the environment has been worsening and the population is being victim of ever greater environmental catastrophes. The impacts arising from the demographic increase and the way in which the population uses natural resources have changed the biological cycles and caused environmental imbalance. In this scenario, a new category of refugees emerges, the so-called environmental refugees, those who are induced to move to another country or region after a certain climatic event. As will be explained, this new category is in a situation of legal neglect, because they are not legally considered as refugees. In this context, this article will analyze the term “environmental refugees” and will highlight the difficulties in recognizing climate migrants as refugees, proposing, in the end, solutions to the problem of these individuals.

**KEYWORDS:** Human rights. Fundamental rights. Environmental Refugees. Legislative omission.

---

## 1. INTRODUÇÃO

O instituto do refúgio está presente desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a qual delinea os direitos básicos às pessoas, prevista em seu artigo 14º, com a seguinte redação: “1. Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países”. Posteriormente, na Convenção de Genebra, o citado instituto teve delineado sua primeira legislação própria, o Estatuto dos Refugiados de 1951 e seu Protocolo (1967), fundamentados nos princípios da solidariedade humana, da cooperação internacional e da ajuda humanitária.

Apesar da existência das legislações citadas acima e outras, uma categoria de refugiados ainda se encontra em desamparo: os migrantes induzidos pela mudança e pela variabilidade climática. Refugiado ambiental é aquele indivíduo forçado a sair do seu país por motivos de origem ambiental, como grandes catástrofes e variabilidade climática. Este se encontra em uma situação inviável à sobrevivência e então é induzido a se deslocar para outro país ou região.

Na definição dada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), refugiados ambientais são as pessoas que foram

obrigadas a abandonar temporária ou definitivamente a zona onde tradicionalmente viviam, devido ao visível declínio do ambiente, perturbando a sua existência e ou a qualidade da mesma de tal maneira que a subsistência dessas pessoas entrasse em perigo (Nações Unidas, 2018).

Esse desamparo jurídico, proveniente do fato de que os migrantes climáticos não são considerados propriamente como refugiados, reflete em problemas de proteção internacional, entrada e permanência em outros países e adversidades linguísticas para mais de 50 milhões de pessoas, segundo um relatório divulgado pela Universidade das Nações Unidas, que estimava esse número até o ano de 2010 (MONT'ALVERNE, PEREIRA, 2012), demonstrando, desse modo, a relevância no estudo do tema a ser exposto.

Nesse contexto, a ONU Meio Ambiente listou as principais ameaças ambientais que precisarão ser enfrentadas no ano de 2018, e dentre elas, encontra-se o “Meio Ambiente e Migração”, motivo que ensejará uma reunião da comunidade internacional no mês de dezembro em Marrocos.

Desta forma, objetiva-se, através deste artigo, analisar a problemática envolvendo os refugiados por catástrofes ambientais e as implicações existentes pela falta de tutela específica, evidenciar a importância de inclusão deles no conceito dado pelo Estatuto de Refugiados de 1951, indicar mecanismos e legislações internacionais capazes de suprir a omissão legislativa, examinar esse conjunto de questões frente às leis brasileiras que tutelam o refúgio, bem como, por fim, apontar soluções para a problemática.

Ademais, deve-se levar em conta que a mudança e a variabilidade climática

têm afetado a vida de milhares de pessoas ao redor do mundo e, em contrapartida, a proteção aos migrantes e refugiados não tem acompanhado o fluxo internacional e o impacto causado por catástrofes e alterações do clima, principalmente sobre as populações mais pobres e, conseqüentemente, mais vulneráveis.

Nessa conjuntura, faz-se mister relacionar a sociedade com as catástrofes ambientais, dado que o homem é o maior poluidor, influenciando diretamente na degradação da natureza. Os impactos da população sobre o ambiente, o aumento demográfico de pessoas e a forma como os habitantes usam os recursos naturais alteram os ciclos ecológicos, causando desequilíbrio ambiental.

A metodologia empregada na elaboração do artigo constituiu do método dedutivo-bibliográfico, tomando como base o estudo de material referente ao tema proposto, proveniente de doutrina, artigos científicos, legislação nacional e internacional, assim como quaisquer outros materiais da dogmática jurídica provenientes de meios impressos e eletrônicos que de alguma forma contribuíram substancialmente para uma análise consistente acerca dos refugiados ambientais e das implicações trazidas pela ausência de normas específicas.

## 2. DA IMPROPRIEDADE DO TERMO “REFUGIADO AMBIENTAL”

A Convenção de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados, e o Protocolo de 1967 têm atuado como instrumentos centrais e sustentado a proteção internacional dos refugiados. Entretanto, esses documentos são insuficientes quando relacionados a uma nova parcela de refugiados existentes, os chamados refugiados ambientais.

Tomando como base os documentos normativos citados acima, essas pessoas não são legalmente consideradas como refugiadas, já que não se encaixam no conceito dado pelo artigo 1º do Estatuto de Refugiados de 1951:

Art. 1º - Definição do termo “refugiado”

A. Para os fins da presente Convenção, o termo “refugiado” se aplicará a qualquer pessoa:

2) Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. ONU, 1951).

Levando-se em consideração o rol taxativo do Estatuto dos Refugiados, ou seja, por não haver temor ou perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, os migrantes induzidos pelo clima não

são considerados como refugiados e, portanto, não gozam da proteção destinada a esses.

O rol mencionado na Convenção de 1951 é exaustivo por estar ligado aos acontecimentos pós-45. Desta forma, motivos outros além dos citados pelo artigo 1º não são amparados pela Convenção, e por esse fato, não permitem o reconhecimento do status de refugiado a outros indivíduos (PEREIRA, 2011).

Deste modo, a forma mais acertada de conferir suporte jurídico ao refugiado ambiental seria ampliando o conceito previsto no Estatuto dos Refugiados, entretanto, essa solução encontra alguns entraves. O primeiro deles incide na efetiva capacidade de haver consonância por parte dos Estados que compõem a sociedade internacional, no sentido de concordarem com a expansão do rol dos refugiados, isto porque, se assim fizerem, ampliarão a sua responsabilidade frente às normas de Direito Internacional dos Refugiados. Há ainda a incompatibilidade da relação entre a natureza jurídica do refúgio, que é eminentemente individual, com a natureza jurídica do direito ambiental, transindividual e indivisível, o que implicaria que as normas de proteção aos refugiados, que possuem perspectiva individual, contemplassem também a coletividade (PEREIRA, 2011).

O não reconhecimento do refugiado ambiental pelo direito internacional e pelos instrumentos de direito dos refugiados é criticado pelo autor Antônio Augusto Cançado Trindade:

As pessoas deslocadas em diferentes circunstâncias constituem uma categoria que requer cuidadosa atenção e não raro têm maior necessidade de proteção do que os refugiados que deixaram o país [...].

Para os propósitos do presente estudo, além da possível assimilação de vítimas de desastres ambientais, as pessoas protegidas sob o direito dos refugiados, há outro ponto merecedor de atenção, e igualmente inexplorado até o presente: o da dimensão intertemporal do direito internacional dos refugiados. Esta dimensão está sempre presente em níveis distintos; por exemplo, os desastres ambientais, embora parecendo fenômenos a prazo – “imediatos”, podem afetar as pessoas também a longo prazo. Pode haver vítimas de fenômenos ou acidentes causados pelo homem com efeitos a longo prazo. Tais vítimas a longo prazo podem bem afigurar-se como pessoas deslocadas para o propósito de proteção sob o direito internacional dos refugiados (TRINDADE, 1993, p. 135).

Ademais, é preciso mencionar também os problemas advindos da xenofobia, que acontecem principalmente nos países mais ricos e desenvolvidos, que acabam tendo uma resistência muito grande em receber migrantes, por acreditar que os povos de diferentes culturas são responsáveis por criminalidade, desemprego e todos os problemas sociais do país.

Há de se levar em conta que os refugiados ambientais fazem parte da categoria dos migrantes forçados, uma vez que o seu deslocamento do país ou região de origem acontece contra a sua vontade e, em geral, como forma de garantir a sua

existência com dignidade, visto que seu país de origem não fornece mais suporte adequado à sobrevivência (CLARO, 2011).

### 3. A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

O Direito Internacional dos Direitos Humanos surge após a Segunda Guerra Mundial, com a finalidade precípua de fornecer garantias mínimas de sobrevivência aos seres humanos, propiciando direitos essenciais às pessoas (JUBILUT, 2007). Conforme explica André Carvalho Ramos (2017), a proteção internacional do ser humano recai em três sub-ramos específicos do Direito Internacional Público: o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH), o Direito Internacional Humanitário (DIH) e o Direito Internacional dos Refugiados (DIR).

Sendo assim, é possível afirmar que o Direito Internacional do Refugiado deve ter como base de atuação o Direito Internacional dos Direitos Humanos, visto que o primeiro intenta apenas tutelar o indivíduo como perseguido por razões de raça, religião, nacionalidade, etnia, opinião política e pertencimento a um grupo social, à medida que o segundo tem como objetivo também assegurar condições mínimas para que o homem sobreviva e possa buscar a felicidade (JUBILUT, 2007), englobando dessa forma e por esse conceito a legalidade e a necessidade de proteção de outros tipos de refugiado, como o ambiental. Nesse mesmo sentido, assevera o autor Rafael Barreto:

[...] Numa perspectiva ampla, o Direito Internacional dos Direitos Humanos compreende todo conjunto de normas e medidas internacionais protetivas de direitos humanos e isso abrange o Direito Humanitário e, ainda, o Direito dos refugiados. [...] Deve ser registrado que enquanto o Direito Internacional dos Direitos Humanos é voltado a tutelar os direitos humanos como um todo, em relação a toda e qualquer pessoa, em toda e qualquer situação, o Direito Humanitário compreende basicamente o conjunto de normas e medidas voltadas à proteção dos direitos humanos em situações de conflitos bélicos, e o Direito dos Refugiados compreende o conjunto de normas e medidas voltadas especificamente à proteção de pessoas que se encontrem na condição de refugiado (BARRETTO, 2017, p. 208).

### 4. TUTELA ALTERNATIVA AOS REFUGIADOS AMBIENTAIS

Atualmente, os refugiados ambientais não são protegidos pelas leis destinadas aos refugiados, o que não significa que essas pessoas estejam totalmente desprotegidas, seja na seara internacional, seja dentro de determinado país. Internamente, os migrantes do clima serão protegidos pelas leis internas do Estado onde se encontram, bem como pelos tratados dos quais tal país é signatário. Internacionalmente, a proteção dos mesmos se inicia com a Declaração Universal dos

Direitos Humanos, que afirma em seu artigo 13: “Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado”.

Além do instrumento internacional supracitado, os refugiados ambientais também encontram proteção jurídica no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, na Declaração e Programa de Ação de Viena, entre outros instrumentos de ampla tutela.

Em matéria de proteção do ser humano, um dos dispositivos mais importantes e fundamentais para suprir essa lacuna legislativa é o princípio da dignidade da pessoa humana, que protege o indivíduo de atos degradantes e desumanos, garantindo a todos o direito de ser tratado de forma igual e fraterna. Toda pessoa é titular de direitos, que devem ser reconhecidos e respeitados pelos seus semelhantes e pelo estado, cabendo a este último garantir o respeito e a efetiva proteção. De acordo com Patrícia Roguete (2009), além do já citado, os princípios orientadores do refúgio são o da solidariedade, da cooperação internacional, da tolerância e o princípio da não devolução, ou *non-refoulement*, que oriundo do Direito Internacional dos Refugiados, proíbe a extradição destes (ROGUET, 2009).

O princípio do *non-refoulement* é o garantidor de que o Estado que recebeu o refugiado não o devolverá para o país do qual o indivíduo migrou pelo fundado temor de perseguição, sendo dessa forma, parte central da Convenção de 1951.

Como mencionado acima, deve-se ter em mente que o direito interno dos Estados, através das suas normas e dos tratados internacionais dos quais é signatário, é capaz de garantir tutela mínima aos refugiados induzidos por danos ambientais. Sob a perspectiva internacional, a proteção geral a essas pessoas advém dos princípios, tratados e convenções de direito internacional suprarreferidos e das normas de proteção internacional da pessoa humana: o Direito Internacional dos Direitos Humanos, o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Refugiados. Esse sistema de três realidades protetivas é entendido por autores como Antônio Augusto Cançado Trindade e Guido Fernandes Silva Soares como um grande sistema de proteção da pessoa humana, com cada vertente protegendo o indivíduo de acordo com a violação do direito (JUBILUT, 2007).

Um aspecto que traz empecilhos ao tratamento dos refugiados é o fato de que a temática migratória se submete ao direito e à política dos Estados, que dificultam a entrada e proteção dessas pessoas sob a alegação da segurança nacional e da soberania do país. Entretanto, cabe enfatizar que os países devem atentar para os tratados de direitos humanos que firmaram. De acordo com Cançado Trindade, esses tratados transcendem os interesses individuais das partes contratantes e devem ser interpretados buscando seu propósito último: a proteção dos direitos fundamentais do ser humano (CANÇADO TRINDADE, 1999).

Ademais, é direito de todo ser humano, para além de seus laços de nacionalidade, ser acolhido e protegido quando necessário, desta forma, é dever ético humanitário de toda humanidade oferecer uma proteção complementar, ainda que sob o risco de desconstrução das certezas jurídicas do Direito Internacional dos Refugiados do presente (JUBILUT *et al*, 2018, p. 186).

## 5. REFUGIADOS AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA BRASILEIRA

Em 2010, o Brasil recebeu refugiados ambientais haitianos após um terremoto ter destruído a ilha. À época, sobre o refúgio, o país dispunha do decreto nº 50.2015, de 28 de janeiro de 1961, que promulgou internamente o Estatuto dos Refugiados e outras duas legislações atinentes a esses, a lei nº 6.815 de 1980, que definia a situação jurídica do estrangeiro no país, e a lei nº 9.474 de 1997, que define os mecanismos para implementação do Estatuto e determina outras providências.

Apesar desses dispositivos e do Comitê Nacional para Refugiados, o país não apresentava grandes inovações em relação ao conceito para concessão do status de refugiado, enfrentando problemas com essa omissão legislativa quando recebeu os refugiados haitianos. Como essas pessoas não eram consideradas refugiadas pelas leis nacionais e pelo Estatuto de Refugiados de 1951, o Brasil teve que encontrar outra saída, que ao final se mostrou muito pertinente, concedendo residência permanente baseada em critérios humanitários, já que não podia fazer sob a ótica do Estatuto do Estrangeiro vigente naquele tempo (lei nº 6.815).

Neste caso, a concessão de residência permanente foi feita através da Resolução Normativa nº 97, de janeiro de 2012 e foi instaurado pelo Ministério Público Federal, inquérito civil (nº 1.10.00.000134/2011-90) para supervisionar o tratamento conferido aos haitianos e o respeito aos direitos humanos.

A estimativa é a de que existam cerca de 1600 refugiados ambientais haitianos no Brasil, sendo que algumas dessas pessoas relatam ter sofrido constrangimentos na entrada do território nacional, em razão da falta de amparo legal no pedido de refúgio baseado em graves situações ambientais de risco.

Essa realidade foi modificada em 24 de maio de 2017, com a promulgação da lei n. 13.445 (Lei de Migração), que dispõe sobre direitos e deveres do migrante, regula entrada e permanência no país e ainda estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas ao emigrante. Apesar de não conceder o *status* de refugiado ao deslocado ambiental, a novel legislação trouxe um avanço em relação ao auxílio a essas pessoas ao conferir a possibilidade de concessão de visto temporário para acolhida humanitária ao nacional de qualquer país em situação de desastre ambiental:

Art. 14. O visto temporário poderá ser concedido ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado e que se enquadre em pelo menos uma das seguintes hipóteses:

[...]

c) acolhida humanitária;

[...]

§ 3º. O visto temporário para acolhida humanitária poderá ser concedido ao apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário, ou em outras hipóteses, na forma de regulamento.

Através da Lei de Migração (Lei 13.445), o Brasil deu importante passo em relação à tutela do migrante proveniente de catástrofes ambientais, entretanto, apenas a possibilidade de concessão de visto temporário não resolve os problemas ligados ao desamparo de tutela jurídica própria aos refugiados ambientais.

## 6. DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO

Após grandes catástrofes ambientais, como, por exemplo, o terremoto no Haiti em 2010 e a passagem do furacão Irma pelos países da América Central em 2017, as Nações se encontram destruídas, completamente desequilibradas ambientalmente e incapazes de fornecer condições dignas de sobrevivência aos seus nacionais. Nesse cenário, surge como forma de proteção aos habitantes o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, que foi proclamado na Declaração de Estocolmo de 1972 e confirmado na Declaração do Rio de 1992. Tal direito tem caráter universal e é considerado direito fundamental da pessoa humana.

No cenário nacional, esse direito é previsto na Constituição de 1998, art. 225, que afirma: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal também reconheceu a importância desse direito no Mandado de Segurança 22.164/DF, nas palavras do ministro Celso de Mello:

Os preceitos inscritos no art. 225 da Carta Política traduzem a consagração constitucional, em nosso sistema de direito positivo, de uma das mais expressivas prerrogativas asseguradas às formações sociais contemporâneas.

Essa prerrogativa consiste no reconhecimento de que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Trata-se, [...] de um típico direito de terceira geração que assiste, de modo subjetivamente indeterminado, a todo gênero humano, circunstância essa que justifica a especial obrigação – que incumbe ao Estado e à própria coletividade – de defendê-lo e preservá-lo em benefício das presentes e futuras gerações, evitando-se, desse modo, que interrompam, no seio da comunhão social, os graves conflitos intergeracionais marcados pelo desrespeito ao dever de solidariedade na proteção da integridade desse bem essencial de uso comum de todos quantos compõe o grupo social. [...]

A preocupação com a preservação do meio ambiente – que hoje transcende o plano das presentes gerações, para também atuar em favor de gerações futuras – tem constituído objeto de regulações normativas e de proclamações jurídicas, ultrapassando a província meramente doméstica do direito nacional de cada Estado soberano, projetam-se no plano das declarações internacionais que refletem, em sua expressão concreta, o compromisso das Nações com o indeclinável respeito a esse direito fundamental que assiste a toda Humanidade.

O direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é claramente ligado à dignidade humana. Desta forma, não há vida digna quando o meio ambiente que o ser humano habita está desequilibrado, não sendo possível, então, admitir que nações inteiras fiquem desamparadas em situações calamitosas após eventos climáticos danosos, principalmente quando se trata de países subdesenvolvidos, em que os Estados não têm a menor condição de assistir os habitantes (MONT'ALVERNE, PEREIRA, 2012)

Sendo assim, para garantir a efetivação do direito fundamental em comento, é necessário, por parte da Comunidade Internacional, prestar assistência e conceder refúgio aos deslocados provenientes de catástrofes ambientais.

## 7. PROPOSTAS DE SUPERAÇÃO DA PROBLEMÁTICA DOS REFUGIADOS AMBIENTAIS

Conforme exposto ao longo do presente artigo, não existe no momento, dentro da seara internacional, solução para o problema dos refugiados ambientais, mas tão somente formas gerais de tutelar esses indivíduos. Entretanto, faz-se mister buscar soluções a essa questão, visto que o aumento do número de catástrofes e refugiados advindos delas só tende a aumentar. Além do mais, não é razoável permitir tamanha violação aos direitos fundamentais.

Consoante mencionado anteriormente, as catástrofes naturais e as alterações do clima causam impacto ainda maior nas populações mais pobres, advindas de países subdesenvolvidos, já que nestes faltam estrutura e segurança para evitar desastres naturais, não havendo condições econômicas para reerguer o país e prestar assistência aos seus nacionais.

Desta forma, mostra-se bastante pertinente a adoção de uma política pública protetiva global para esses desastres, com engajamento de todos os órgãos da ONU, no sentido de fortalecer tal política. Destaca-se que, em longo prazo, a prevenção do agravamento das condições climáticas mostra-se mais eficaz e barata que o manejo dos grupos, evitando, em consequência, problemas de aceitação dos migrantes em outros países e ainda adversidades linguísticas e culturais (MONT'ALVERNE, PEREIRA, 2012)

Outra solução importante, principalmente para ser administrada de forma mais imediata, é a realocação dos refugiados ambientais dentro do próprio território nacional, sempre que possível, na forma de um trabalho assistencial do próprio Estado, que retiraria as vítimas de eventos climáticos das localidades precárias e as transportaria para parte do país que esteja em condições de abrigá-las de forma digna. Esse tipo de realocação traria menos traumas para as pessoas afetadas, visto que desta forma se manteriam os seus laços familiares, culturais e étnicos.

Além do mais, como é sabido, os refugiados por eventos climáticos não têm amparo jurisdicional internacional para gozarem dos privilégios de um refugiado e, desta forma, acabam migrando ilegalmente para outros países. Assim sendo, a realocação visa ainda evitar as migrações ilegais e impedir marginalização, exclusão étnica e preconceito que podem ser sofridos dentro do país receptor.

Por fim, ressalta-se a importância do fortalecimento de uma governança global para o meio ambiente. É certo que o planeta vem sofrendo com a degradação e a má utilização dos recursos naturais, entretanto, até o momento, não existe um órgão internacional suficientemente forte para tratar das questões ambientais e garantir efetividade aos tratados já existentes. Assim, com a criação de um novo órgão, ou com o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Nações Unidas, 2018), será possível dar maior visibilidade aos problemas ambientais e conseqüentemente, aos refugiados das catástrofes climáticas.

## 8. CONCLUSÃO

A noção do refúgio surgiu após a Segunda Guerra Mundial, dado que um número muito grande de pessoas teve que sair dos seus países e buscar refúgio em outros para fugir das atrocidades dos regimes totalitários. O instituto é previsto desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e ganhou regulamentação específica com a edição do Estatuto dos Refugiados em 1951.

Apesar da existência dos citados instrumentos jurídicos e da proteção específica destinada aos refugiados, surge, no cenário mundial, uma categoria que ainda se encontra em desamparo: os refugiados ambientais. Pessoas que são obrigadas a se deslocar do seu país de origem após um evento climático ter atingido seu Estado e causado estragos de forma a não mais existir vida digna na sua nação.

Ocorre que o conceito dos refugiados dado pela Convenção de 1951 não evoluiu para acompanhar as necessidades atuais, e por não serem legalmente considerados como refugiados, pelo rol taxativo existente no art. 1º do Estatuto, esses indivíduos se encontram numa situação de desamparo jurídico.

Conforme explicitado na presente pesquisa, apesar de não possuírem legislação específica, os refugiados climáticos são amparados de forma geral através do Direito Internacional dos Direitos Humanos, de tratados, convenções e ainda dos princípios gerais que tutelam o refúgio, como o da solidariedade, cooperação internacional, tolerância e princípio da não devolução.

Mesmo não concedendo o status de refugiado a esses indivíduos, o Brasil deu importante passo para a sua proteção em 2017 com a Edição da Lei de Migração (Lei 13.445), ao conferir a possibilidade de concessão de visto temporário para acolhida humanitária ao nacional de qualquer país em situação de desastre ambiental.

Por fim, a pesquisa sugere soluções para resolver as implicações advindas da omissão legislativa, apontando a criação de uma política pública preventiva de desastres ambientais como a forma mais barata e duradoura de obter resultados, evitando problemas que podem advir das migrações, bem como a realocação das vítimas das catástrofes, sempre que possível, dentro do próprio país de origem, como forma de preservar os laços afetivos e evitar a imigração ilegal. E, ainda, é de suma importância o fortalecimento de uma governança global voltada para o

meio ambiente, buscando dar maior visibilidade aos problemas climáticos e, conseqüentemente, amparar os refugiados ambientais.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. *Ação civil pública dos refugiados haitianos no Brasil*. Ministério Público Federal do Estado do Acre, 25 de janeiro de 2012.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980*. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. D.O.U. de 21 de agosto de 1980.

BRASIL. *Lei nº 9.474 de 22 de julho de 1997*. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. D.O.U. de 23 de julho de 1997.

BRASIL. *Lei nº 13.455 de 26 de junho de 2017*. Dispõe sobre a diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado, e altera a Lei no 10.962, de 11 de outubro de 2004. D.O.U. de 27 de junho de 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Segurança nº 22164-0/SP. Antônio de Andrada Ribeiro Junqueira versus Presidente da República. Relator: Ministro Celso de Mello. Acórdão publicado no Diário da Justiça da União de 17 nov. 1995. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 18 de janeiro 2018.

BARRETTO, Rafael. *Direitos humanos*. 7 ed. Salvador: Juspodivm, 2017.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *Direitos humanos e meio ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional*. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1993.

\_\_\_\_\_. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1999, vol. II.

CIARO, Carolina de Abreu Batista. O aporte jurídico do direito dos refugiados e a proteção internacional dos “refugiados ambientais”, in: CARVALHO RAMOS, André; RODRIGUES, Gilberto, ALMEIDA, Guilherme de Assis (org.). *60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro*. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011.

CONVENÇÃO *Relativa ao Estatuto dos Refugiados*. ONU, 1951. Disponível em: <<http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/>>

Documentos/portugues/BDL/Convencao\_relativa\_ao\_Estatuto\_dos\_Refugiados>. Acesso em: 05 ago. 2018.

*DECLARAÇÃO Universal do Direitos Humanos*. Organização das Nações Unidas, 1948. Disponível em: [http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf). Acesso em: 02 ago. 2018.

*DECLARAÇÃO de Estocolmo sobre o ambiente humano*. 1972. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>. Acesso em: 16 ago. 2018.

JUBILUT, Liliana Lyra. *O Direito Internacional dos Refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo. Ed Método, 2007.

JUBILUT, Liliana Lyra; ALLGAYER, Amanda et al. *Refugiados ambientais*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018.

MONT'ALVERNE, Tarin Cristino Frota; PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Refugiados ambientais e tutela jurídica: algumas considerações. *Revista de Direito Internacional*, 9(3): 45-55, 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. *Divisões globais*. [S. l.]: PNUMA, 2015. Disponível em: <http://www.pnuma.org.br/interna.php?id=64>. Acesso em: 9 ago. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. *O meio ambiente em estudo*. [S. l.]: UNEP, 2016. Disponível em: <<http://web.unep.org/regions/brazil/other/o-meio-ambiente-em-estudo>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

PEREIRA, Luciana Diniz Durães. Uma visão brasileira do conceito “refugiado ambiental”, in: CARVALHO RAMOS, André; RODRIGUES, Gilberto, ALMEIDA, Guilherme de Assis (org.). *60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro*. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011.

RAMOS, André de Carvalho. *Curso de direitos humanos*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

ROGUET, Patrícia. *Direitos e deveres dos refugiados na lei 9474/97*. São Paulo, 2009. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico). Universidade Presbiteriana Mackenzie. Disponível em: [http://up.mackenzie.br/fileadmin/user\\_upload/\\_imported/fileadmin/PUBLIC/UP\\_MACKENZIE/servicos\\_educacionais/stricto\\_sensu/Direito\\_Politico\\_Economico/Patricia\\_Roguet.pdf](http://up.mackenzie.br/fileadmin/user_upload/_imported/fileadmin/PUBLIC/UP_MACKENZIE/servicos_educacionais/stricto_sensu/Direito_Politico_Economico/Patricia_Roguet.pdf). Acesso em 14 ago. 2018.

# O estado de coisas inconstitucional e o bloqueio institucional: incidência da teoria institucional na ADPF 347

*The Unconstitutional State of Things and the Institutional Blockade:  
The Incidence of Institutional Theory in ADPF 347*



**Dener Gonçalves dos Reis**

Discente do curso de Direito do Centro Universitário de Patos de Minas.  
e-mail: [denerreis@unipam.edu.br](mailto:denerreis@unipam.edu.br)

**Gabriel Gomes Cãnedo Viera de Magalhães**

Mestre em Direito. Docente do curso de Direito do Centro Universitário de Patos de Minas.  
e-mail: [gabrielgcvm@unipam.edu.br](mailto:gabrielgcvm@unipam.edu.br)

---

**RESUMO:** A evocação do “estado de coisas inconstitucional” no julgamento da ADPF 347 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347), com base na experiência colombiana na Sentença T-153/98, foi o marco para que o STF deliberasse a adoção de medidas administrativas e a alocação de recursos orçamentários para o equacionamento da situação do sistema carcerário nacional, buscando superar bloqueios políticos e institucionais. Neste enfoque, o presente artigo, pautado em olhares doutrinários e jurisprudenciais, objetivou analisar em que medida o “estado de coisas inconstitucional” no Brasil, reconhecido pelo STF na ADPF 347, seria proveniente de um quadro fático que caracterize um bloqueio institucional, perscrutando-se ainda a aplicação da teoria do estado de coisas inconstitucional no Brasil. No artigo, materiais jurisprudenciais e doutrinários foram sopesados, concluindo-se, ao final, que um quadro fático de bloqueio institucional é a fonte geradora do estado de coisas inconstitucional no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado de coisa inconstitucional. Bloqueio Institucional. Teoria Institucional. ADPF 347.

**ABSTRACT:** The evocation of the “unconstitutional state of affairs” in the judgment of ADPF 347, based on the Colombian experience in Judgment T-153/98, was the landmark for the STF to decide on the adoption of administrative measures and the allocation of budgetary resources for the equation of the situation of the national prison system, seeking to overcome political and institutional blockages. In this approach, the present article, based on doctrinal and jurisprudential perspectives, aimed to analyze the extent to which the “unconstitutional state of affairs” in Brazil, recognized by the STF in ADPF 347, would come from a factual framework that characterizes an institutional block, looking at the applica-

tion of the theory of the unconstitutional state of affairs in Brazil. In the article, jurisprudential and doctrinal materials were weighed, and we concluded, in the end, that it is a factual framework of institutional blockade that is the source of the unconstitutional state of affairs in Brazil.

**KEYWORDS:** Unconstitutional status. Institutional Blockade. Institutional Theory. ADPF 347.

---

## INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Constituição da República em 1988, vislumbrava-se que a simples proclamação dos direitos fundamentais seria suficiente para uma transformação social, porém, as deficiências e omissões do legislativo e do executivo, ensejadores da falta de eficácia dos direitos fundamentais, transferiram ao poder judiciário o condão de fazer valer os ditames constitucionais fundamentais.

A evocação do “estado de coisas inconstitucional” no julgamento da ADPF 347, com base na experiência colombiana na Sentencia T-153/98, foi o marco para que o STF deliberasse a adoção de medidas administrativas e a alocação de recursos orçamentários para o equacionamento da situação do sistema carcerário nacional, buscando superar bloqueios políticos e institucionais.

Com grande impacto na jurisprudência, a decisão da ADPF 347 tem gerado preocupação de juristas, parlamentares e agentes públicos sobre a real necessidade dessa nova linha jurisprudencial ser balizada, com o claro estabelecimento de limites normativos ao STF, sob pena de as competências específicas dos poderes executivo e legislativo serem usurpadas pelo órgão de cúpula do poder judiciário nacional.

Tendo em vista esse fato, indaga-se: o “bloqueio institucional” seria o fato gerador dessa massiva violação de direitos fundamentais? Tomou-se como parâmetro a teoria institucional na decisão da ADPF 347?

Neste enfoque, o presente artigo, pautado em olhares doutrinários e jurisprudenciais, objetiva discutir tais questões a fim de esclarecer os requisitos e efeitos da adoção desse instituto, bem como seu fato gerador.

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos pela investigação científica, a pesquisa teórica foi desenvolvida com a utilização do método dedutivo-bibliográfico, efetuando análises e verificações sobre o estado de coisas inconstitucional no Brasil, reconhecido pelo STF na ADPF 347, o qual provém de quadro fático caracterizador de um “bloqueio institucional”.

A pesquisa foi realizada com base em materiais já publicados, como obras jurídicas nacionais e internacionais constantes de livros, periódicos e doutrinas próprias à dogmática jurídica. Ademais, a pesquisa também é documental, uma vez que são analisados julgados atinentes ao assunto, com enfoque nos disponibilizados pelos tribunais superiores, notadamente pelo Supremo Tribunal Federal.

Assim, é certo que a investigação subsistiu em um plano geral e abstrato, almejando-se que os resultados alcançados sejam tomados em consideração em

situações particulares.

Ademais, é necessário esclarecer que, ao determinar o processo de escolha dos tipos, métodos e técnicas de pesquisa, observou-se o propósito de potencializar a viabilidade de execução da pesquisa.

Para embasar este trabalho, foi realizado um levantamento bibliográfico manual em livros e documental de decisões do STF. Foram consultados artigos do Google Scholar, além de sites eletrônicos como o do STF (Supremo Tribunal Federal) e do *Conjur* (*Consultor jurídico*), durante os meses de janeiro/fevereiro de 2017. Foram usados como descritores “estado de coisa inconstitucional”, “bloqueio institucional”, “teoria institucional”, “ADPF”.

## 2. ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NO BRASIL ADFP 347

Não se faz possível alcançar a superação de violações massivas de direitos e garantias fundamentais por meio dos instrumentos tradicionais de jurisdição constitucional, devido à complexidade da situação que justifica ou mesmo impõe o uso heterodoxo dos remédios judiciais. Contudo, faz-se necessário que a Suprema Corte tenha ciência de suas limitações.

A judicialização, no contexto brasileiro, é um fato, uma circunstância que decorre do modelo constitucional que se adotou, e não um exercício deliberado de vontade política. Em todos os casos referidos acima, o Judiciário decidiu porque era o que lhe cabia fazer, sem alternativa. Se uma norma constitucional permite que dela se deduza uma pretensão, subjetiva ou objetiva, ao juiz cabe dela conhecer, decidindo a matéria (BARROSO, 2012, s.p.).

A inovação trazida pela ADFP 347 é a declaração do “estado de coisas inconstitucional”. Segundo Carlos Alexandre de Azevedo Campos em síntese, são três os pressupostos do Estado de Coisas Inconstitucional:

A constatação de um quadro não simplesmente de proteção deficiente, e sim de violação massiva, generalizada e sistemática de direitos fundamentais, que afeta a um número amplo de pessoas;

A falta de coordenação entre medidas legislativas, administrativas, orçamentárias e até judiciais, verdadeira “falha estatal estrutural”, que gera tanto a violação sistemática dos direitos, quanto a perpetuação e agravamento da situação;

A superação dessas violações de direitos exige a expedição de remédios e ordens dirigidas não apenas a um órgão, e sim a uma pluralidade destes — são necessárias mudanças estruturais, novas políticas públicas ou o ajuste das existentes, alocação de recursos etc. (CAMPOS, 2015, s.p.).

No julgamento da ADFP 347, o ministro Marco Aurélio, em seu voto, assinalou a falência do sistema penitenciário com gravíssimas violações à dignidade e

a outros direitos fundamentais do preso, assim como a violação do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e a Convenção contra a Tortura, além da própria Lei de Execução Penal.

No caso do provimento judicial brasileiro tomado na ADPF 347, levanta-se a hipótese da adoção deste como solução para outras violações de direitos fundamentais, tais como saúde e educação, uma vez que supostamente se amoldariam aos requisitos trazidos pelo STF no julgamento da ADPF 347. Observa Carlos Alexandre de Azevedo Campos (s.l.) que

*é a atuação deficiente do estado e a ausência de medidas legislativas, administrativas e orçamentárias eficientes que geram e agravam a violação massiva de direitos fundamentais a ponto de ser necessária a intervenção judicial.*

O Estado de Coisas Inconstitucional na Colômbia não surtiu o efeito esperado no caso do sistema carcerário por falta de diálogo e arrogância por parte da Suprema Corte. Afirmar a inviabilidade do estado de coisas inconstitucionais em razão de um caso particular, sem examinar suas aplicações vitoriosas posteriores, é contar uma história pela metade. Até porque provimentos dessa natureza, nada ortodoxos, não nascem prontos, são aprimorados com o tempo e o uso.

O reconhecimento do EIC fracassou no enfrentamento do sistema carcerário colombiano, mas isso não significa que o instrumento não foi capaz de servir ao propósito de solucionar outros litígios de caráter estrutural. O erro da Corte no caso do sistema carcerário foi proferir ordens sem qualquer acompanhamento ou diálogo na fase de implantação. No posterior e paradigmático problema da “população deslocada em razão da violência urbana”, a Corte ao contrário, tendo apreendido com os próprios erros, passou a adotar a prática de proferir “ordens flexíveis sujeitas a jurisdição supervisória” e as novas medidas resultaram no sucesso da atuação da corte e do instrumento EIC (CAMPOS, 2016, s/p).

O aprofundamento das questões teóricas envolvidas na incorporação do referido instituto se põe como um imperativo para que ele não se torne um simples exercício retórico, ou uma absoluta frustração relacionada à ausência de resultados concretos da intervenção da Corte Constitucional.

Todavia, o Supremo não está autorizado a substituir o Legislativo e o Executivo na consecução de tarefas próprias. O Tribunal deve superar bloqueios políticos e institucionais sem afastar esses poderes dos processos de formulação e implementação das soluções necessárias. Deve haver um diálogo com os outros poderes e com a sociedade. Cabe ao Supremo ser catalisador de ações e políticas públicas, coordenando à atuação dos órgãos do Estado na adoção dessas medidas e monitorando a eficiência das soluções.

### 3. A TEORIA DO BLOQUEIO INSTITUCIONAL E A SUA POSSÍVEL INCIDÊNCIA NA REALIDADE BRASILEIRA

O bloqueio institucional guarda íntima relação com a ineficácia dos direitos fundamentais, e essa circunstância de ineficácia de direitos fundamentais é consequência da inércia legislativa, ou do agir inadequado, ou de falha administrativa.

A teoria institucional dos direitos fundamentais, capitaneada por Peter Haberle, parte da afirmação de que os direitos fundamentais não se esgotam em sua vertente individual, mas possuem um caráter duplo, ou seja, individual e institucional. Cabe desse modo, à teoria, “o mérito de ter salientado a dimensão objetiva institucional dos direitos fundamentais” (CANOTILHO, 1989, p. 428).

Para compreender um quadro fático de bloqueio institucional, faz-se mister o que se entende por conceito de instituição:

Aqui, não se está a utilizar o conceito no seu sentido econômico; mas no sentido sociológico, que compreende um conjunto de comportamentos pretendidos, tradutores de uma determinada função social. Inicialmente desenvolvido no grupo social no âmbito da prática, consolidada pela sua reiteração em costume; esse padrão desejável de comportamento se vê formalizado e ajudicado a uma determinada função social quando da sua institucionalização (BOLONHA, Comp, 2016, s/p).

No tocante ao possível óbice atinente à separação de poderes, à alegação das capacidades institucionais superiores do Legislativo e do Executivo comparadas às do Judiciário, há de se atentar para as falhas estruturais ante o vazio de políticas públicas eficientes. É impertinente levar em conta, no caso examinado, essas formulações teóricas, uma vez que é a própria atuação estatal deficiente o fator apontado como a gerar e agravar a transgressão sistêmica e sistemática de direitos fundamentais.

Considerado o grau de intervenção judicial no campo das políticas públicas, argumenta que a prática pode ser levada a efeito em casos excepcionais, quando apresente transgressão grave e sistemática a direitos humanos e quando constatada a imprescindibilidade da atuação do Tribunal, restando configurado “bloqueios institucionais” nos outros poderes.

### 5. RESULTADOS FINAIS

O artigo desenvolvido objetivou analisar se a teoria do “bloqueio institucional” seria o fato gerador do “estado de coisas inconstitucional” no âmbito brasileiro, bem como se foi tomado como parâmetro a teoria institucional na decisão da

ADPF 347. Do estudo realizado pôde-se esclarecer que a tese do “estado de coisas inconstitucional”, originada no Direito Constitucional colombiano, reconhece a presença de uma violação maciça de direitos fundamentais a um número significativo de pessoas, no qual se identifica um “bloqueio institucional”, para a garantia dos direitos, sendo imprescindível um conjunto complexo e coordenado de medidas a serem adotadas por diversas entidades para o equacionamento da questão.

O relator da ADPF, ministro Marco Aurélio de Melo, afirma em seu voto que apenas o Supremo revela-se capaz, ante a situação descrita, de superar os bloqueios políticos e institucionais, que vêm impossibilitando o avanço de soluções para a questão, uma vez que exerce o papel de retirar os demais poderes da inércia, catalisando os debates e novas políticas públicas, coordenando as ações e monitorando os resultados.

A rejeição da população carcerária teria como consequência direta bloqueios políticos, que podem ser insuperáveis, caso não haja intervenção judicial, gerando assim um quadro fático de bloqueio institucional.

Conclui-se, portanto, serem o fato gerador do “estado de coisas inconstitucional” os quadros fáticos de bloqueios institucionais.

Por fim, no que tange aos limites da atuação do Supremo Tribunal Federal, acredita-se que um poder deveras ilimitado tem sido concedido a tal ente mediante as teorias pós-positivistas, notadamente aquela criada pelo filósofo alemão Robert Alexy, o que muito tem sido criticado, dadas a instabilidade e a insegurança que esta causa, exigindo-se, para tanto, a busca de uma solução para o caso.

## REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática. [s. l.]: 2012. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1235066670174218181901.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

BERNARDI, Renato; MEDA, Ana Paula. Da tripartição de poderes ao estado de coisas inconstitucional e o “compromisso significativo”: a contemporânea atuação do Poder Judiciário na solução de conflitos que envolvem direitos sociais fundamentais, *Em tempo*, 15(2016): 11-34.

BOLONHA, Carlos *et al.* *Teoria institucional e o constitucionalismo contemporâneo*. Curitiba: Juruá, 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADPF nº 347. Relator: Ministro Marco Aurélio de Melo. Brasília, DF, 09 de setembro de 2015. *Diário Oficial da União*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4783560>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. Da inconstitucionalidade por omissão ao “estado de coisas inconstitucional”. 2015. 255 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Cap. 5.

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. O Estado de Coisas Inconstitucional e o litígio estrutural. [s.l.]: *ConJur*, 1 set 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-set-01/carlos-campos-estado-coisas-inconstitucional-litigio-estrutural>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

COLÔMBIA. Corte Constitucional da República da Colômbia. Sentença nº 153. Bogotá, 28 de abril de 1998. Sentencia T-153/98. Bogotá. Disponível em: <<http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/1998/t-153-98.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

COUTO, Edenildo Souza. O estado de coisas inconstitucional e a proteção dos direitos fundamentais. Rio Grande: Âmbito Jurídico, 2016. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=16765](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16765)>. Acesso em: 19 fev. 2018.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Estado de Coisas Inconstitucional. [s.l.]: *Brasil Jurídico*, 2015. Disponível em: <<http://brasiljuridico.com.br/artigos/estado-de-coisas-inconstitucional>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

FERRAJOLI, Luigi. *Por uma teoria dos direitos e dos bens fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEYER, J. W., ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structures as myth and ceremony, in: MEYER, J. W.; SCOTT, W. R. *Organizational environments ritual and rationality*. London: Sage, 1992, p. 41-62.

MEYER, J.W. & ROWAN, B. Institutional organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, 83(2): 340-363, 1977.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2007.

SARMENTO, Daniel. O neoconstitucionalismo no Brasil: riscos e possibilidades. Belo Horizonte: Fórum, 2009. Disponível em: <[http://empreendimentosjuridicos.com.br/docs/daniel\\_sarmento\\_o\\_neoconstitucionalismo\\_no\\_brasil1.pdf](http://empreendimentosjuridicos.com.br/docs/daniel_sarmento_o_neoconstitucionalismo_no_brasil1.pdf)>.

Acesso em: 19 fev. 2018.

STRECK, Lenio Luiz. Estado de coisas inconstitucional é uma nova forma de ativismo. [s. l.]: xxx, 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-out-24/observatorio-constitucional-estado-coisas-inconstitucional-forma-ativismo>>.

Acesso em: 19 fev. 2018.

VARELLA, Luiz Henrique Borges. *Manual de elaboração de projeto de pesquisa*. 2015. Disponível em <<http://alunos.unipam.edu.br/PortalAcademico/Material/PesquisarMaterialBaixar/51817>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

### VÍDEOS

*ESTADO de Coisas Inconstitucional, Parte 1*. Realização de Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro- Emerj. Rio de Janeiro: Emerj Eventos, 2015. Son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6E7Vo48oijM>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

*ESTADO de Coisas Inconstitucional, Parte 2*. Rio de Janeiro: Emerj Eventos, 2015. Son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6zV82ikMtyU>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

## Indústria 4.0: contribuição das *startups* regionais

*Industry 4.0: contribution of the regional startups*



**Kassiana Luiza Pedralli Dallariva**

Discente do curso de Engenharia de Produção do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM). e-mail: [kassianalp@unipam.edu.br](mailto:kassianalp@unipam.edu.br).

**Fernando Dias da Silva**

Doutor em Físico-Química. Docente do curso de Engenharia de Produção do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM). e-mail: [fernandosilva@unipam.edu.br](mailto:fernandosilva@unipam.edu.br)

---

**Resumo:** A tecnologia cada vez mais tem se tornado um fator decisivo para a competitividade no mercado atual. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é avaliar as formas de interações entre *startups* e indústrias, considerando as tecnologias disponibilizadas e/ou requeridas, as convergências de propósitos e o papel do Estado e das instituições de ensino superior no cenário da Indústria 4.0. A metodologia utilizada para o estudo foi classificada como exploratória e foi aplicado o método de entrevista estruturada, com *startups* regionais, agentes de inovação, representantes do Estado e de instituições de ensino superior. Foram delineados três níveis de interação entre *startup* e indústria, diretamente ligados ao nível de estruturação da inovação dos atores. Concluiu-se que a curto e médio prazo, a adoção de uma estratégia para incorporação das novas tecnologias será essencial para o desenvolvimento da indústria brasileira, aumentando sua competitividade no país e sua participação nas cadeias globais de valor.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inovação. Indústria. *Startup*.

**ABSTRACT:** Increasingly, technology has become a decisive factor for competitiveness in today's market. In this sense, the objective of this work was to evaluate the forms of interactions between startups and industries, considering the technologies available and/or required, convergence of purposes and the role of the State and higher education institutions in the 4.0 industry scenario. The methodology used for the study was classified as exploratory and the structured interview method was applied, with regional startups, innovation agents, representatives of the State and institutions of higher education. Three levels of interaction between startup and industry were drawn up, directly linked to the level of structuring the innovation of the actors. It was concluded that in the short and medium term, the adoption of a strategy for the incorporation of new technologies will be essential for the development of the Brazilian industry, increasing its competitiveness in the country and its participation in the global value chains.

**KEYWORDS:** Innovation. Industry. *Startup*.

---

## 1. INTRODUÇÃO

A tecnologia é, sem dúvida, um dos fatores que impulsionam o desenvolvimento industrial e conseqüentemente torna-se decisiva para a competitividade no mercado atual. A busca constante por inovações tecnológicas proporciona maior satisfação dos clientes e conseqüentemente o sucesso e o crescimento das empresas no mercado. Estas inovações buscam não só a melhoria dos produtos, mas também a otimização de processos – conceito fortemente estudado pela Engenharia de Produção, visando atingir a eficácia e a qualidade destes.

Segundo pesquisa realizada em 2016 pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), futuramente as tecnologias de ponta permearão todas as áreas da economia, provocando múltiplas transformações econômicas e sociais. Para usar o potencial das novas tecnologias, de forma a agregar valor para o cliente, é necessária então uma ruptura nos métodos tradicionais. Convém frisar ainda que, nesse ambiente de mercados abertos e competitivos, com populações ávidas por diferenciação e novas tecnologias, a inovação está no cerne da mudança econômica.

A tecnologia digital promete revolucionar a produção industrial, reduzindo custos e ampliando as oportunidades de receita, sendo uma transformação que traz grandes desafios para as empresas. Além do investimento de capital exigido, é preciso investir no desenvolvimento de novas competências e de uma cultura digital na organização. A velocidade evolutiva imposta pela digitalização desafia a indústria a adaptar o seu *core business* às mudanças cada vez mais rápidas. Com isso, as tradicionais divisões entre indústria e serviços e as delimitações dos setores industriais estão sendo alteradas (GEISSBAUER *et al*, 2016).

A Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) afirma que as indústrias que implantarem a digitalização na linha de produção podem reduzir seus gastos, aumentar a eficiência e ter mais flexibilidade na adaptação de novos produtos. “Indústrias mais antenadas já entendem que precisam buscar novos modelos de negócios (serviços e inteligência) e que necessitam compreender profundamente seu consumidor (por meio de *big data* e *analytics*)” (BRASIL, 2016, p. 5).

Um número crescente de dispositivos capazes de se comunicarem uns com os outros e coletar dados do ambiente e dos usuários (*smartphones*, veículos, eletrodomésticos, sistemas de iluminação), associados às tecnologias de *big data*, computação em nuvem e novas tecnologias de tratamento de dados, estão abrindo espaço para a criação de novos modelos de negócios e provocam alterações na forma como as empresas se relacionam com clientes e fornecedores (CNI, 2016).

Esta incorporação da digitalização à atividade industrial resultou no conceito de Indústria 4.0, em referência ao que seria a 4ª revolução industrial, caracterizada pela integração e controle da produção a partir de sensores e equipamentos conectados em rede e da fusão do mundo real com o virtual, criando os chamados sistemas *ciberfísicos* e viabilizando o emprego da inteligência artificial.

A quarta revolução industrial foi descoberta pelo governo alemão, que introduziu o termo Indústria 4.0. Ela descreve o processo de fabricação computadorizada,

onde a tecnologia está se fundindo com o mundo físico e digital. As máquinas e produtos são interligados e capazes de se comunicar sem interferência humana. Prevê-se que até 2020, 50 bilhões de dispositivos estarão conectados à Internet, o que mostra a importância e o progresso da quarta revolução (HEBER, 2014, p. 19 *apud* GONÇALVES, 2016, p. 13).

Em consonância com esse avanço tecnológico das indústrias, ocorre também o início da massificação da internet, a conexão entre pessoas e o amplo acesso ao conhecimento, provocando uma mudança no comportamento do consumidor, que, de passivo, tornou-se um consumidor ativo, produtor de conteúdo e capaz de gerar negócios com baixo investimento inicial e altos retornos: as *startups* (BRASIL, 2016).

“Uma *startup* é uma instituição humana desenhada para criar um novo produto ou serviço em condições de extrema incerteza” (RIES, 2012, p. 30). “Uma *startup* é uma organização formada para a busca de um modelo de negócios escalável e repetitivo” (BLANK, 2013, p. 16). Com base nessas definições, tem-se que enquanto a indústria foca no aumento da eficiência com processos de digitalização, as *startups*, com seu DNA digital, têm a agilidade, velocidade, linguagem e metodologias necessárias para compreender esse novo consumidor e gerar novos modelos de negócios para a indústria brasileira. Tornam-se claras, então, a necessidade e a importância de ligação entre esses atores.

O objetivo deste trabalho é avaliar as formas de interações entre *startups* e indústrias, considerando as tecnologias disponibilizadas e/ou requeridas, as convergências de propósitos e o papel do Estado e das instituições de ensino superior no cenário da Indústria 4.0.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

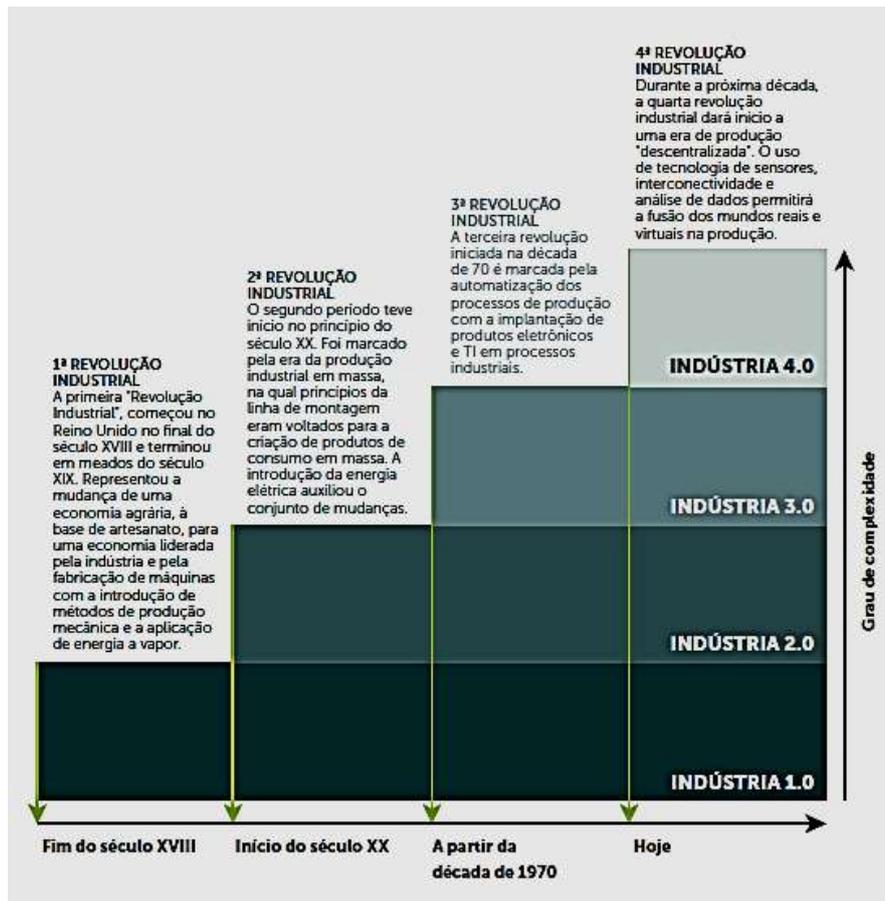
### 2.1. INDÚSTRIA

A partir do século XVIII, a ciência ingressou em um constante processo de evolução. Esse processo desencadeou uma série de novas tecnologias que transformaram de forma rápida a vida do homem, sobretudo no modo de produzir mercadorias, dando início à era industrial que se vive até a atualidade (GIMPEL, 1977).

As primeiras tecnologias desenvolvidas pelo homem e produzidas de maneira não artesanal, ou seja, em massa, se deu na indústria de tecidos, com o tear mecânico, à base da energia a vapor. Desde então se estabeleceram as bases do progresso tecnológico e científico, visando à invenção e ao constante aperfeiçoamento dos produtos e técnicas, para melhor desempenho industrial, configurando a segunda revolução industrial no final do século XIX. Mais adiante, após a Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento da informática e da eletrônica,

surgiu a terceira revolução industrial, também conhecida por revolução técnico-científica e informacional, focada na automação das indústrias e na profunda alteração nos modos de produção. A Figura 1 esboça a evolução da indústria.

FIGURA 1. As quatro revoluções industriais



Fonte: Vieira, 2016.

Com o desenvolvimento cada vez mais intenso das tecnologias e a incorporação da digitalização à atividade industrial, iniciou-se a quarta revolução da indústria, chamada Indústria 4.0. Enquanto a indústria 3.0 focava na automação individual de máquinas e processos, a Indústria 4.0 foca na digitalização *end-to-end* de todos os ativos físicos e na integração de ecossistemas digitais com parceiros da cadeia de valor (GEISSBAUER et al., 2016).

Esta revolução é caracterizada pela integração e controle da produção a partir de sensores e equipamentos conectados em rede e da fusão do mundo real com o virtual, tornando as operações, além de escaláveis, flexíveis. Isso porque, nessas "indústrias inteligentes", máquinas e insumos "conversam" ao longo das operações industriais, criando os chamados sistemas ciberfísicos.

Segundo Taurion (2016, p. 16),

a transformação digital é impulsionada por quatro vertentes tecnológicas que, convergindo, provocam rupturas nos modelos de negócios atuais: a evolução exponencial das tecnologias digitais (fundamentadas pela chamada “Lei de Moore”, que propõe o avanço exponencial e rápido da capacidade computacional); a Internet, que torna a informação gratuita, abundante e onipresente; os dispositivos móveis, que tornam a Internet acessível no seu bolso, a qualquer momento; e a computação em nuvem, que permite que você tenha capacidade quase infinita de processamento e armazenamento a custos sob demanda e muito mais baratos que manter sua própria infraestrutura. Estas tecnologias afetam de forma dramática os fatores básicos de produção, transformando os modelos de negócio, destruindo setores inteiros.

Com a disseminação e consolidação da Indústria 4.0, tem-se como saldos:

- aumento da receita digital;
- redução significativa de custos;
- inovação incremental e revolucionária de produtos e serviços;
- forte compromisso de investimento;
- foco em pessoas e transformação digital;
- ampliação da cooperação entre agentes econômicos;
- ampliação da escala dos negócios;
- surgimento de novas atividades e novas profissões, que demandarão adaptações no padrão de formação de recursos humanos.

Segundo a SEGALA (2017), a incorporação de ferramentas como impressão 3D, realidade aumentada, computação em nuvem, inteligência artificial e análise de enormes volumes de dados à produção industrial deu origem ao que se chama de quarta revolução industrial. A *Engineering Simulation and Scientific Software* (ESSS) listou as principais tecnologias habilitadoras por trás dessa revolução (Quadro 1).

QUADRO 1. Tecnologias habilitadoras

Tecnologia	Descrição
<b>Internet das coisas (IoT)</b>	É o conceito de objetos cotidianos (de máquinas industriais a dispositivos vestíveis) que utilizam sensores embutidos para coletar dados e agir sobre esses dados através de uma rede.
<b>Big data</b>	É o termo que descreve o imenso volume de dados, estruturados e não estruturados, que impactam os negócios no dia a dia e podem ser analisados para a obtenção de insights que levam a melhores decisões e direções estratégicas de negócio.

<b>Computação em nuvem</b>	É o fornecimento de serviços de computação – servidores, armazenamento, bancos de dados, rede, software, análise e muito mais – pela internet (“a nuvem”).
<b>Inteligência artificial</b>	É um ramo da ciência da computação que se propõe a elaborar dispositivos que simulem a capacidade humana de raciocinar, perceber, tomar decisões e resolver problemas, enfim, a capacidade de ser inteligente.
<b>Realidade aumentada</b>	É uma tecnologia que permite que o mundo virtual seja misturado ao real, possibilitando maior interação e abrindo uma nova dimensão na maneira de executar tarefas ou incumbir máquinas.
<b>Impressão 3D</b>	Também conhecida como prototipagem rápida, é uma forma de tecnologia de fabricação aditiva em que um modelo tridimensional é criado por sucessivas camadas de material.

Fonte: Autoria própria, 2017

O desenvolvimento de tais tecnologias mencionadas no Quadro 1 ocorre tradicionalmente por departamentos internos ou compartilhados de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Segundo Jung (2004, p. 142), P&D é a junção da pesquisa e do desenvolvimento, considerando-se que a pesquisa “é utilizada como ferramenta, para a descoberta de novos conhecimentos”, enquanto que desenvolvimento se refere à “aplicação através do processo de novos conhecimentos para se obter resultados práticos”.

Porém, criar um departamento composto com profissionais que sejam capazes de atender às demandas do mercado cada vez mais recorrentes e ter condições financeiras de mantê-lo em operação pode ser um grande entrave para as indústrias. Nesse contexto, tem-se as *startups* que, através de seus modelos de negócios enxutos, podem permitir a validação de tecnologias e de produtos com menos ônus para a indústria.

## 2.2. *STARTUP*

Gihaty (2016) define uma *startup* como um modelo de negócios repetível e escalável, criado por pessoas para trabalharem em condições de extrema incerteza. De acordo com o autor citado, o termo surgiu durante a época chamada de “bolha da internet”, entre 1996 e 2001. Contudo, só recentemente que o termo *startup* começou a ser utilizado no Brasil, quando os jovens tiveram a oportunidade de criar suas próprias empresas inovadoras e, principalmente, seus novos paradigmas de gestão empresarial. Em consonância a essas definições, Rodrigues *et al.* (2013, p. 2) entendem que

os startups também possuem um norte verdadeiro, um destino em mente: criar um negócio próspero e capaz de mudar o mundo. Para alcançar essa visão, os *startups* empregam uma estratégia, que inclui um modelo de negócios, um plano de pro-

duto, um ponto de vista acerca dos parceiros e dos concorrentes, e as ideias a respeito de quem são os clientes. O produto é o resultado final dessa estratégia [...].

Enfim, Ries (2012, p. 24) sintetiza que “*startup* é uma empresa ou uma instituição humana que se constrói nos mais diversos ramos e que surge espontaneamente na condição de extrema incerteza, tem em sua essência a inovação para criar produtos e serviços os quais pretendem revolucionar o mercado.”

Segundo Blank (2013, p. 27) as *startups* utilizam uma metodologia chamada *lean startup*, que

(...) preconiza a experimentação em vez do planejamento minucioso, a opinião do cliente em vez da intuição, o projeto interativo em vez da tradicional concepção de um produto acabado já de início. Embora tenha poucos anos de vida, seus conceitos — coisas como “produto mínimo viável” e “pivotar” — rapidamente ganham força no mundo do empreendedorismo.

No Brasil, com a missão de “promover o ecossistema brasileiro de startups nacionalmente e internacionalmente, fornecendo informações de mercado e ativando os agentes relevantes para aumentar a competitividade das *startups* brasileiras”, foi fundada, em 2011, a Associação Brasileira de Startups (ABStartups). Segundo a associação, atualmente ela atende cerca de 4.000 startups e mais de 38.000 empreendedores de todos os estados brasileiros, a fim de aumentar a competitividade globalmente. Um dos recursos adotados e disponibilizados é o *StartupBase* - o maior banco de dados de *startups* do Brasil, o qual tem o objetivo de mapear o ecossistema de *startups* brasileiras, conectando empreendedores, mentores, investidores, aceleradoras, incubadoras e agentes de fomento.

As interações *startup*/indústria, normalmente, são estruturadas racionalmente e baseadas em relação de confiança por meio da construção de parcerias de longo prazo. Estas parcerias são capazes de oferecer não apenas um aumento da produtividade da indústria (redução de custo ou aumento de receita), mas também uma relação eficiente para cocriação de inovação disruptiva, que então aumenta a produtividade da indústria e gera escala para as *startups*. Para tanto, é primordial que a *startup* consiga imergir na produção industrial, tenha acesso à base de dados e à convergência de processos produtivos para que, só então, possa trazer soluções específicas que gerem valor para o seu cliente.

### 3. METODOLOGIA

Na realização deste trabalho foram investigadas as convergências de informações e propósitos dos atores envolvidos no processo de conexão *startup*/indústria, foram realizadas entrevistas estruturadas com agentes de inovação, representantes de instituições de ensino superior e representantes de indústrias e *startups*.

A metodologia utilizada para o estudo pode ser classificada como exploratória, pois proporciona uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca da conectividade entre as partes estudadas. Uma vez que este tema é bastante genérico, faz-se necessário seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos (GIL, 2008).

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os estudos a respeito do tema mostraram que atualmente o Brasil está em 69º lugar no ranking das economias mais inovadoras do mundo, segundo pesquisa divulgada recentemente pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), uma das 16 agências especializadas da ONU. Dados da CNI revelam que o conhecimento da indústria brasileira sobre tecnologias digitais e a sua incorporação à produção ainda são pouco difundidos: 42% das empresas desconhecem a importância das tecnologias digitais para a competitividade da indústria e mais da metade delas (52%) não utiliza nenhuma tecnologia digital de uma lista com 10 opções fornecidas em um diagnóstico realizado em 2200 empresas dos mais diversos setores da economia.

Contraopondo-se a isso, o *Global Fintech Hubs Federation*, organização da Deloitte, divulgou em seu relatório anual que o Brasil é o 8º mercado que mais investiu em *startups* de tecnologia financeira, as *fintechs*. Em 2016, foram cerca de R\$ 515 milhões investidos nesse segmento de empresas, valor que se aproxima do que foi movimentado em Israel, reconhecido polo de tecnologia mundial.

Segundo a análise da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI, 2017) em indústrias de mais de 16 segmentos, as *startups* estão invadindo a indústria tradicional e estas estão se preparando para novas formas de inovação, buscando novas tecnologias, novos produtos e eficiência produtiva.

O Brasil tem um número grande de indústrias que já estão se relacionando com *startups*. Dados mostram que 91 das 408 indústrias pesquisadas já fizeram ao menos uma compra de *startups*, e 21% das que ainda não fizeram já estão se preparando (ABDI, 2017).

Atualmente existem diversos programas de incentivo à interação entre as *startups* e as indústrias, com diferentes origens: órgãos de fomento, agentes de inovação, universidades, indústrias e a sociedade civil organizada.

Sendo assim, os resultados obtidos a partir da análise de pesquisas a respeito da interação das partes estudadas são positivos, pois tem-se um crescente incentivo por meio de órgão e agentes de inovação, demonstrado, dentre outras iniciativas, pelos programas FIEMG Lab e *Startup* Indústria.

O FIEMG Lab, programa de aceleração da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) conecta as *startups* da indústria mineira, para que juntas criem negócios de sucesso no mercado, troquem experiências e gerem soluções para a sociedade, bem como competitividade e diversificação para a economia. Segundo o coordenador do programa, Fábio Veras, através da iniciativa, a

FIEMG busca aproximar-se de pessoas inovadoras e de times que tragam soluções efetivas para a competitividade da indústria.

O Programa Nacional Conexão *Startup* Indústria idealizado pela ABDI tem por objetivo promover o ambiente de negócios entre *startups* e indústrias, atuando com foco em ações de integração digital das diferentes etapas da cadeia de valor dos produtos industriais. O programa encerrou em setembro deste ano de 2017 a sua primeira etapa e vem se posicionando como importante laboratório de políticas públicas, identificando que o ecossistema de inovação está em fase sensível de transição da adoção de uma nova forma de inovação (conexão *startup* indústria).

As pesquisas realizadas pela ABDI, no momento de construção do Programa Nacional Conexão *Startup* Indústria, desenharam dois tipos de comportamento da indústria na passagem para Indústria 4.0:

1. empresas que estão se preparando para uma economia digital, buscando inovação para aumento do valor agregado com implantação de novas tecnologias (28,6%) e novos produtos e serviços (22,4%);
2. indústrias que ainda estão se adaptando à automatização de seus processos buscando soluções inovadoras para o aumento de eficiência produtiva (20,4%).

Em ambas as situações há oportunidades para as *startups* que têm em seu “DNA” a experimentação e o erro como parte constante do processo de desenvolvimento de um produto. Sendo assim, esse processo de inovação em produtos pode ser menos traumático se assumido pelas *startups* em detrimento da indústria.

Pode-se observar também o avanço da indústria em promover tal interação, por meio de programas como o Mining LAB e o Desafio de Inovação Sankhya 2017. O programa Mining LAB é uma realização da Votorantim Metais, com apoio da FIEMG e da aceleradora de *startups* Techmall, que busca conhecer, selecionar e desenvolver novos projetos e ideias que contribuam com soluções inovadoras para a mineração. O Desafio de Inovação Sankhya 2017 tem por objetivo prospectar soluções que transformem a gestão das empresas brasileiras, e mais do que isso, que impactem toda a sociedade.

Na realização deste trabalho, buscando diagnosticar a realidade regional, foram realizadas entrevistas com *startups*, indústrias, agentes de inovação, representantes do Estado e de instituições de ensino superior. Os resultados alcançados através dessa metodologia estão organizados por temáticas.

#### 4.1. IMPORTÂNCIA DO CRESCIMENTO SIMBIÓTICO ENTRE *STARTUPS* E INDÚSTRIAS

De acordo com o analista de desenvolvimento de negócios da multinacional Siemens, Felipe Azevedo, um dos caminhos de desenvolvimento da indústria mundial é o desenvolvimento tecnológico. Esse desenvolvimento abre margens para novos negócios, novos mercados, com a busca da retomada e do crescimento da indústria, criando uma economia forte, menos suscetível a crises, trazendo estabilidade para o país.

As *startups* possuem em seu cerne a criação de tecnologias disruptivas, soluções inovadoras com abordagens novas para problemas antigos ou antecipando necessidades futuras. A indústria possui um histórico de desenvolvimento em que a competitividade cada vez mais tornará necessária a criação de novas formas de se resolver problemas antigos ou mesmo a criação de novos cenários e novos mercados que deverão sempre ter por objetivo a busca da redução dos custos operacionais e, principalmente, o aumento da produtividade competitiva.

Ainda segundo Azevedo (2017), uma parceria entre esses dois setores tem possibilidade de acelerar os processos de inovação que a indústria necessita para crescer e se tornar cada vez mais forte no mercado. Certamente esse é um dos diversos caminhos que o Brasil necessita para se destacar mundialmente na produção e na competitividade industrial.

Com a mesma visão industrial, Veras (2017) expõe que o empreendedor industrial inteligente já percebeu que não é mais capaz de ter toda a inteligência necessária, remunerada dentro da sua indústria, para inovar e manter a competitividade. Então, algumas indústrias, como a Gerdau e a construtora MRV, já entenderam que as *startups* são escritórios de inovação, muito mais eficientes e mais barato, e que, além disso, conviver com as *startups* aproxima a cultura de inovação da cultura corporativa, que é uma cultura mais lenta, rígida, com muito mais vaidades em seu processo decisório.

Na visão da analista técnica do Serviço Nacional de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Rosania Maria de Lima, as *startups* vieram com um modelo novo e rápido de resolver problemas, apresentando um modelo de negócio focado na mitigação de problemas que se apresentam em diversas áreas da indústria.

#### 4.2. BARREIRAS ENFRENTADAS

Considerando a necessidade de interação entre startups e indústrias, foram investigados os motivos que podem impedir ou retardar tal ocorrência. Azevedo (2017) retrata que há um movimento mundial e nacional entre as empresas de engenharia, com o mercado de desenvolvimento de soluções tecnológicas, principalmente baseadas na inteligência de informações e softwares. São perfis de empresas diferentes que se associam, fundem ou são adquiridas para crescer mutuamente, e as *startups* estão no meio desse processo. Porém, no ambiente industrial, a segurança dos processos e da produção é sempre prioridade.

As *startups* precisam demonstrar que a solução proposta é segura e estável, para que o ambiente industrial possa aceitar essas novas soluções. Como não há margem para erro na indústria, a resistência sobre as *startups* somente é mitigada quando são feitas parcerias no desenvolvimento da tecnologia que será implementada ou em uma associação com empresas consolidadas no mercado industrial. Mas esse cenário tende a diminuir à medida que casos de sucesso entre *startups* e indústria estão sendo conquistados em conjunto (AZEVEDO, 2017)

Veras (2017) dá destaque para o processo inicial de interesse das indústrias

em conhecer as *startups*. Porém, esse é um movimento lento da indústria, pois muitas vezes as *startups* não têm os requisitos para serem um fornecedor daquela indústria. A alternativa que a indústria vem oferecendo é criar um canal especial de relacionamento para dar chance a algumas *startups* se mostrarem. Isso é uma maneira de se aproximar.

O diretor de Inovação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo de Uberlândia, Gustavo Maierá, ressalta que tudo é um processo, em que se faz necessária uma melhoria simultânea. Os dois atores precisam entender suas diferenças e encontrar a sinergia entre eles: “Se as *startups* se dedicarem a vender para a indústria, elas precisam se inteirar do processo de evolução industrial e, concomitantemente, a indústria precisa também entender qual o potencial de inovação obtido a partir da interação direta com a *startup*, desta forma, permitindo uma evolução simbiótica de ambos”.

A importância da cultura organizacional da indústria foi destacada pela gerente da Farol Incubadora de Empresa, Lílian de Cassia Oliveira. “Essa cultura de inovação aberta da indústria é essencial para o desenvolvimento da *startup*, pois o tempo dela é muito rápido em relação ao da indústria, sendo assim, se ele percebe uma porta fechada, buscará outros mecanismos para inserir o produto e/ou solução no mercado”.

Esse processo exige uma quebra de paradigmas e só ocorrerá quando a indústria literalmente começar a abrir suas portas, convidando o ecossistema para eventos *Open House*. “O *Open House* é muito importante para ambos conhecerem seus desafios, soluções e permitirem o desenvolvimento de projetos conjuntos” (MAIERÁ, 2017).

#### 4.3. PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

As instituições de ensino superior têm atuado como apoiadoras do movimento de criação de novas *startups* e na entrega de profissionais mais bem preparados para a indústria. Segundo Lílian Oliveira (2017), elas promovem programas e projetos de empreendedorismo, focados em problemas identificados nos mercados, principalmente junto às empresas/indústrias.

As instituições de ensino, de acordo com Felipe Azevedo (2017), têm a missão de formar os profissionais do futuro que deverão buscar o entendimento dos processos existentes na indústria e promover uma análise inteligente na proposição de novos cenários e soluções. Preparar-se para aprender e adaptar-se às mudanças serão habilidades cada vez mais procuradas pelo mercado. Um profissional precisa ter visão holística de todo o processo, inclusive com capacidade de compreender áreas que não são afins. São todas essas capacidades e características que devem ser desenvolvidas e formadas dentro das instituições. Sendo assim, pensar “fora da caixa” nunca se tornou tão necessário (AZEVEDO, 2017).

De acordo com Fábio Veras, a universidade tem um papel fundamental no desenvolvimento de algumas tecnologias a partir do estudo duro das ciências, mas empreender hoje não requer paredes ou placas específicas de universidades ou

indústrias, mas, sim, a uma atitude de encontrar uma “dor” para resolver. Quanto maior for o alinhamento do governo e das universidades em apoiar pessoas de atitude empreendedora, maiores resultados positivos terão ambos, a indústria e o empreendedor. “Esse movimento está crescendo e está sendo lançado pelo ator que de fato cria valor na sua história de maneira mais intensa, que é o empreendedor” (VERAS, 2017).

Segundo Gustavo Maierá, as instituições públicas de ensino apresentam uma dificuldade muito pronunciada de interação com a indústria. Esse fator retarda o desenvolvimento dos alunos e para que isso seja alterado, “[...] as instituições precisam realizar parcerias com empresas privadas e gerar inovações” (MAIERÁ, 2017). Essa parceria permite conhecimento e experiência aos universitários, e por estes estarem no início de suas carreiras, a mão de obra para desenvolvimento de projetos inovadores tende a ser mais acessível quando comparada às grandes empresas de consultoria/tecnologia presentes no mercado.

Nas instituições de ensino privadas, essa ligação é mais facilitada muitas vezes pelos próprios professores universitários que, em geral, são profissionais atuantes na indústria. Segundo Oliveira, o ambiente acadêmico voltado para solução de problemas e identificação de oportunidades, mesmo que seja de maneira transversal, como é a disciplina de empreendedorismo, agrega valor junto às indústrias no momento em que o aluno começa a atuar e identificar *gaps* ou mesmo propor novas soluções diante de antigos problemas. Visando promover essa relação, o Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM) tem diversas ações para os acadêmicos desenvolverem um olhar diferenciado quando atuarem nas indústrias, gerando resultados melhores que contribuam para sua evolução.

Porém, segundo Rosania Lima (2017), para criar essa interação entre as *startups* advindas das universidades e da indústria, é importante criar um ecossistema de inovação que envolva diversos atores além destes, como o SEBRAE, que atua diretamente na estruturação e ampliação desses ecossistemas. Juntamente às universidades e às indústrias, os órgãos governamentais compõem a chamada tríplice hélice, que constitui um suporte essencial para o desenvolvimento do ecossistema empreendedor.

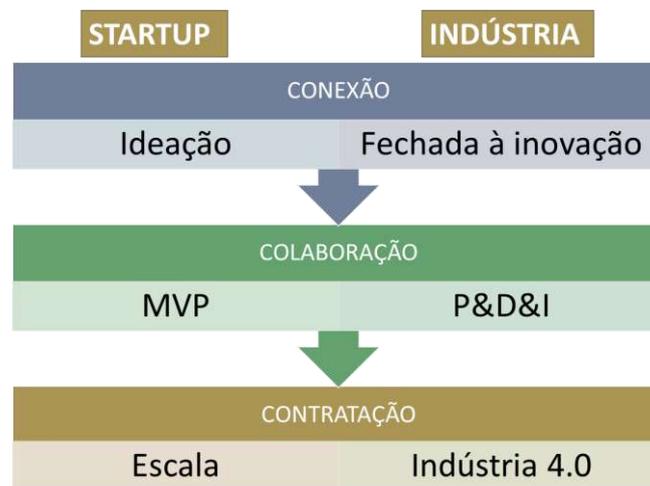
Nesse sentido, diversas ações vêm sendo desenvolvidas para trazer maior facilidade de acesso a mercados por meio da implantação de políticas públicas voltadas para a inovação e programas de incentivo e fomento através das secretarias de ciência, tecnologia e inovação. A organização em ecossistemas estrutura as iniciativas a serem tomadas pelo governo de forma a impactar o empreendedorismo na facilidade de acesso ao mercado, a partir da promoção de eventos relacionados à rodada de negócio/inovação e na criação de espaços *coworking* (espaços de trabalho compartilhados), que contribuem na redução dos custos para empreender, através do compartilhamento de mão de obra, locação de imóveis e acesso à internet (MAIERÁ, 2017).

## 4.4. FORMAS E NÍVEIS DE INTERAÇÃO OBSERVADOS, DESENVOLVIDOS E APLICADOS

Foram identificados três níveis de interação, que acontecem de acordo com o estágio de desenvolvimento da *startups* e do ambiente de inovação da indústria, a saber: a) conexão; b) colaboração; ec) contratação.

A Figura 3 apresenta a linha do tempo de desenvolvimento das interações.

FIGURA 3. Níveis de interação das *startups*



Fonte: Autoria própria, 2017

O primeiro nível é marcado por interações curtas, como as maratonas de empreendedorismo, como *meetups*, *hacklabs* e *hackthon*, que consistem na apresentação de desafios da indústria à comunidade *startup* para o desenvolvimento de soluções no formato de competição. Nesse nível, o governo e as universidades atuam como canais de conexão com as indústrias, para a promoção de tais eventos que permitem o primeiro contato entre os atores.

Os problemas relatados pela indústria podem ser novos e nunca antes analisados, ou antigos, já tendo passado por muitas consultorias externas para resolução. Em ambos os casos, oferece um alto nível de resistência pelas soluções das *startups*. Essas por sua vez, por terem um nível baixo de estruturação do modelo de negócios, apresentam grandes dificuldades de comprovar resultados, o que inibe e desmotiva as indústrias no que tange à continuidade do desenvolvimento da solução pelas *startups*.

Esse nível de interação é o mais visto atualmente e deve-se à resistência das indústrias em expor seus problemas e à dificuldade das *startups* em dar continuidade aos projetos de forma a atingir o nível 2 de interação.

Segundo Oliveira, a participação da indústria em eventos de interação curta identifica possibilidades de desenvolvimento dos processos produtivos por

meio das *startups*, mesmo que não seja daquele segmento de mercado. Essa etapa também promove uma mudança de pensamento estratégico da cultura da indústria. Por exemplo, vários mecanismos que *startups* utilizam como ferramentas de diferencial competitivo poderiam ser utilizados em tarefas como desenvolvimento de equipes ou mesmo nos processos de gerenciamento de equipes, o que poderia trazer grandes benefícios.

O segundo nível de interação acontece quando a indústria já tem um posicionamento inovador, propício a desfrutar do potencial das *startups*. Estas, em contrapartida, já estão com seus modelos de negócios estruturados e apresentam um Mínimo Produto Viável (MVP) capaz de demonstrar os resultados almejados. Nesse nível pode ocorrer a colaboração por parte da indústria em recursos como espaço, equipe e *know-how*. Dessa forma, as *startups* validam sua solução dentro da indústria, agregando valor ao departamento de pesquisa, desenvolvimento e inovação da indústria. Outra possibilidade é o aporte financeiro em troca de participação nos resultados da *startup*.

Segundo Veras (2017), “[...] existem muitas indústrias incríveis que estão fazendo um trabalho de atualização, como a própria Coca-Cola Brasil, que criou uma diretoria de transformação digital, denotando sua preocupação não somente com a manufatura, mas também com a compreensão do comportamento digital do consumidor”. A Gerdau está fazendo um trabalho incrível de inovação, a Votorantim e a MRV, que é a maior empresa de construção civil do Brasil, têm um trabalho intenso com as *startups* na área de bancos de dados. “Muitos outros exemplos podem inspirar a indústria de médio porte a entender que pode dar um passo para um comportamento diferente no sentido de encontrar a competitividade (VERAS, 2017).

O último nível refere-se à contratação do serviço, produto, processo, ou seja, a solução. Nessa fase, a *startup* já está com o produto final, possui Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) constituído, está tracionando e escalando as vendas. A indústria já se apresenta aderente à cultura de inovação, capaz de implantar tecnologias novas e participar ativamente da quarta revolução industrial e se tornar uma Indústria 4.0.

Como alguns exemplos dessa etapa, podem ser citadas a Virturian e a IndWise, que são *startups* aceleradas pelo FIEMG Lab e voltadas para a indústria. Por serem consideradas destaques no programa de aceleração da FIEMG, essas *startups* também foram entrevistadas a fim de compreender melhor a etapa vivenciada.

#### 4.5. ESTUDO DE CASO

##### 4.5.1. Indwise

A Indwise é uma *startup* voltada para a gestão da produtividade industrial, focada inicialmente em indústrias de médio porte do setor alimentício na região sudeste, que forma mais de 30 mil indústrias.

A Indwise soluciona a dificuldade de identificar quais são os desperdícios

de produtividade dentro de uma fábrica e onde focar esforços para ter o melhor resultado. O sistema, baseado em *hardware* e plataforma IoT para coleta de dados em *cloud*, analisa a produtividade em tempo real, utilizando metodologias próprias de análise de produtividade. As principais funcionalidades do sistema são: gestão automática de OEE (*Overall Equipment Effectiveness*), gestão de paradas e motivos, gestão automática de máquinas e pessoas e análises automáticas de desperdícios produtivos.

As principais dificuldades enfrentadas pela IndWise para interagir com a indústria estão relacionadas à rigidez do processo produtivo, a inadmissibilidade de falhas e a comercialização burocrática, que torna o processo de aquisição de clientes muito oneroso. Sendo assim, para conseguir fechar um negócio, a solução oferecida precisa de fato gerar diferencial para a indústria. A meta da *startup* para 2017 é atender no mínimo 10 indústrias, sendo oito de pequeno-médio porte e duas médio-grande porte. Para conseguir atingir essa meta, a IndWise já foi investida e acelerada pela Wayra no Batch 7, recebeu apoio do Laboratório Aberto SENAI pelo edital Sibratechshop e está participando do programa de aceleração da FIEMG – Fiemg Lab (GARCIA, 2017).

#### 4.5.2. Virturian

A Virturian, com a proposta de reduzir custos de manutenção, aumentar a produtividade e minimizar o consumo de energia de indústrias, fornece uma solução de monitoramento e análise preditiva das condições dos equipamentos industriais. A Virturian trabalha a manutenção preditiva nos equipamentos e o aumento de eficiência nos processos produtivos, prevendo a quebra de equipamentos e evitando assim a parada não planejada de máquinas e equipamentos, impulsionando a linha de produção. A solução inicial foi criada para resolver um problema da Gerdau, e para desenvolver a solução, a *startup* passou por 4 programas de aceleração: Startup Farm, Seed MG, Acelera MGTI e Fiemg Lab, conseguindo investimentos de mais de 120 mil reais. A Virturian trabalha baseada nos pilares da Indústria 4.0, utilizando IoT, big data para análise e mineração dos dados, sistema cyberfísico para simulação virtual da produção e armazenamento em *cloud*.

Segundo Rafael Costa (2017), para garantir a competitividade, o produto de uma *startup* deve ser duas vezes melhor para o cliente e agir dez vezes mais rápido que o concorrente. Há também uma barreira cultural por parte da indústria, que por vezes se recusa a acreditar nas soluções oferecidas, e para combater essa resistência, a *startup* oferece um projeto-piloto, para que os resultados sejam comprovados, antes mesmo da efetividade da venda. Por esse processo ser menos burocratizado, a *startup* consegue ganhar mercado e aumentar a competitividade em relação a grandes empresas de tecnologia como a GE e a Siemens.

Como resultados desta solução, foi obtida uma economia de 2 milhões de reais em uma linha de produção de uma grande indústria (VERAS, 2017).

Atualmente a *startup* está em fase de tração e posicionamento no mercado, com aproximadamente 1.000 máquinas sendo monitoradas. Espera-se que, para o

próximo ano, este número aumente para 10.000 e que sejam recebidos investimentos de R\$ 700 mil para atingir um faturamento de R\$ 3 milhões.

## 5. CONCLUSÃO

O presente trabalho possibilitou a reflexão, a análise da realidade do universo *startup*/indústria e a compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e sua estruturação.

Atualmente o país encontra-se num momento de transição importante e sensível na adoção de uma nova forma de inovar: a conexão com *startups* pela indústria tradicional. O cenário é positivo, com números representativos de indústrias que já compram de *startups* e que já estão se preparando para a conexão.

A partir das entrevistas, foram delineados, de forma não delimitada, 3 níveis de interação entre *startup* e indústria, diretamente ligados ao nível de estruturação da inovação dos atores: conexão, colaboração e contratação.

Com base nos dados obtidos, fica evidente que o desenvolvimento da Indústria 4.0 é elemento central das estratégias de empresas líderes e da política industrial das principais potências do mundo. A cultura de inovação aberta, ou seja, a interação com *startups* é uma excelente oportunidade para as indústrias terem contato prematuro com inovação tecnológica disruptiva e beneficiar-se dessas tecnologias em um crescimento simbiótico com as *startups*. Conclui-se que, a curto e médio prazo, a adoção de uma estratégia para incorporação das novas tecnologias será essencial para o desenvolvimento da indústria brasileira, aumentando sua competitividade no país e sua participação nas cadeias globais de valor.

Fica claro que todos os segmentos industriais estão elaborando estudos dos seus processos que mais se adequarão à modernização em busca da Indústria 4.0. No mercado automotivo, temos como destaque a busca de soluções de simulação de máquinas, processos e linhas de produção para busca do melhor ajuste antes de sua implementação na linha real. Nas indústrias de processo, mineração e siderurgia, as empresas estão buscando uma análise inteligente das informações dos equipamentos industriais para análises preditivas baseadas em inteligência computacional na previsão de falhas. São todos casos preliminares e ainda em desenvolvimento e testes. Os caminhos são amplos e sempre haverá novas possibilidades a serem exploradas. A indústria está iniciando esse processo de aprendizado e ainda há muito que se percorrer.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE STARTUPS (ABStartups). *Startup Base*. Banco de Dados. Apresenta dados sobre os modelos de negócios do Brasil. 2016. Disponível em: <<http://startupbase.abstartups.com.br/status>> Acesso em: 28 fev. 2017.

AZEVEDO, Felipe. Patos de Minas, 10 out. 2017. Entrevista presencial concedida a

Kassiana Luiza Pedralli Dallariva.

BLANK, Steve. *Por que o movimento Lean Startup muda tudo*. 2013. Harvard Business School Working Knowledge. Disponível em: <<http://hbrbr.uol.com.br/por-que-o-movimento-lean-startup-muda-tudo/>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI. *Conexão Startup Indústria: Laboratório de Modelagem*. Apostila. Brasília – DF. 2016. Disponível em: <<https://startupindustria.com.br/>> Acesso em: 26 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. *Conexão Startup Indústria*. Panorama da Conexão Startup Indústria. Apostila. Brasília – DF. 2017. Disponível em: <<https://startupindustria.com.br/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). *Desafios para Indústria 4.0 no Brasil*. Apostila. 2016.

COSTA, Rafael. Patos de Minas, 31 out. 2017. Entrevista por telefone concedida a Kassiana Luiza Pedralli Dallariva.

ENGINEERING SIMULATION AND SCIENTIFIC SOFTWARE (ESSS). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *Os pilares da Indústria 4.0*. 2016. Disponível em: <<http://www.esss.com.br/blog/2017/01/os-pilares-da-industria-4-0/>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

GARCIA, Gustavo. Patos de Minas, 31 out. 2017. Entrevista concedida por e-mail a Kassiana Luiza Pedralli Dallariva.

GEISSBAUER, Reinhard et al. *Indústria 4.0: Digitalização como vantagem competitiva no Brasil*. Pesquisa Global indústria 4.0: Relatório Brasil. PwC Brasil. 2016.

GIHATY, Y. *O que é uma startup?* Exame.com. 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/pme/o-que-e-uma-startup/>> Acesso em: 02 mar. 2017.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMPEL, Jean. *A Revolução Industrial da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

GONÇALVES, Murilo. *Proposta de Implementação da Indústria 4.0 na Área de Logística*. 2016. 84 f. TCC (Graduação em Engenharia de Transportes e Logística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Joinville, 2016.

JUNG, Carlos F. *Metodologia para pesquisa & desenvolvimento: aplicado a novas tecnologias, produtos e processos*. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2004.

LIMA, Rosania Maria de. Patos de Minas, 23 out. 2017. Entrevista presencial concedida a Kassiana Luiza Pedralli Dallariva.

MAIERÁ, Gustavo. Uberlândia, 18 out. 2017. Entrevista por telefone concedida a Kassiana Luiza Pedralli Dallariva.

OLIVEIRA, Lilian de Cássia. Patos de Minas, 18 out. 2017. Entrevista presencial concedida a Kassiana Luiza Pedralli Dallariva.

RIES, Eric. *A startup enxuta: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem sucedidas*. São Paulo: Lua de Papel/ Grupo Leya, 2012.

RODRIGUES, R. B. *et al.* *Startups dirigidas à inovação de software: da universidade ao mercado*. Garanhuns: III Escola Regional de Informática de Pernambuco, 2013.

SEGALA, Mariana. A indústria na encruzilhada. *CEO Exame*, ed. 27, setembro de 2017, p. 17.

TAURION, Cezar. *A disrupção já chegou e você ainda não viu*. 2016. Disponível em: <<http://cio.com.br/opiniao/2016/11/16/a-disrupcao-ja-chegou-e-voce-ainda-nao-viu/>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

VERAS, Fábio. Patos de Minas, 2 out. 2017. Entrevista presencial concedida a Kassiana Luiza Pedralli Dallariva.

VIEIRA, E. E. G. *et al.* *Panorama da inovação: Indústria 4.0*. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - Sistema FIRJAN. Apostila. 2016. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908A8A555B47FF01557D8802C639A4&inline=1>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

# Aplicação para análise de produtos dos concorrentes para e-commerce de material esportivo

*Application for Analysis of Products of Competitors for E-commerce of Sportive Material*



**Igor Gomes Silva**

Discente do 8º período do Curso de Sistemas de Informação do UNIPAM.  
e-mail: [igorgomes@unipam.edu.br](mailto:igorgomes@unipam.edu.br).

**Eduardo Henrique Silva**

Docente do Curso de Sistemas de Informação do UNIPAM. e-mail: [eduardohs@unipam.edu.br](mailto:eduardohs@unipam.edu.br)

---

**Resumo:** Este artigo descreve o desenvolvimento de uma aplicação *Business Intelligence (BI)* para análise de produtos e preços de concorrentes. O objetivo do desenvolvimento dessa aplicação é proporcionar dados e informações para auxiliar em tomadas de decisões e planejamento estratégico. As ferramentas e *softwares* utilizados para o desenvolvimento do projeto foram: *Microsoft Word; MySQL; Power BI; PyCharm; Scrapy* e *Scrapinghub*. Portanto, o estudo mostra que a aplicação desenvolvida pode ser uma ferramenta de apoio à gestão, guiando a empresa com informações que ajudem o gestor em suas tomadas de decisões.

**Palavras-chave:** *Business Intelligence*. Extração de Dados. Planejamento Estratégico.

**Abstract:** This article describes the development of a Business Intelligence (BI) application for competitor product and price analysis. The objective of developing this application is to provide data and information to aid in decision making and strategic planning. The tools and software used for the development of the project were: Microsoft Word; MySQL; Power BI; PyCharm; Scrapy and Scrapinghub. Therefore, the study shows that the application developed can be a management support tool, guiding the company with information that helps the manager in his decision making.

**Keywords:** Business Intelligence. Data extraction. Strategic planning.

---

## 1. INTRODUÇÃO

Uma estratégia competitiva está em conhecer muito bem as regras e os outros jogadores. No entanto, no ambiente competitivo real, as regras nem sempre são claras e mudam com muita velocidade, demandando respostas ágeis, o que, cada vez mais, dificulta o mapeamento dos movimentos dos prin-

principais concorrentes (CARVALHO, 2000).

Nos dias atuais, o papel dos sistemas de informação vai além do suporte às atividades operacionais das organizações. As empresas, atentas ao poder da informação, investem continuamente em novas tecnologias que agreguem valor ao negócio, permitindo uma gestão estratégica para a tomada de decisões nas organizações.

Nesse sentido, as empresas devem manter canais fortes de acompanhamento das mudanças no ambiente competitivo, monitorando as novas tendências. A elaboração de uma boa estratégia competitiva depende do mapeamento do ambiente e do seu monitoramento constante, para rapidamente capitalizar as oportunidades ou neutralizar as ameaças.

O *Business Intelligence (BI)* está abrindo suas asas para abraçar todos, desde pequenas e médias empresas até as grandes organizações. Ferramentas de análise para funções muito específicas também estão entrando no mercado, e elas ajudam algumas empresas a adotar apenas análise em vez da implementação completa de *BI* baseada em *Data Warehouse* (TURBAN, 2009).

Nesse contexto, a proposta deste trabalho é descrever o desenvolvimento de uma aplicação para análise de produtos e preços de empresas concorrentes, de maneira a possibilitar o monitoramento de produtos, apresentando gráficos com histórico de variações de preços, permitindo ao gestor identificar continuamente a oferta do concorrente, proporcionando uma análise do posicionamento do concorrente no mercado.

Espera-se, ao desenvolver esse sistema de análise, que, além de auxiliar em uma gestão estratégica, ele seja capaz de gerar informações essenciais que possam servir para o planejamento de novas estratégias para a empresa.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção contém informações que norteiam o desenvolvimento do projeto, por meio do embasamento da literatura publicada sobre o tema.

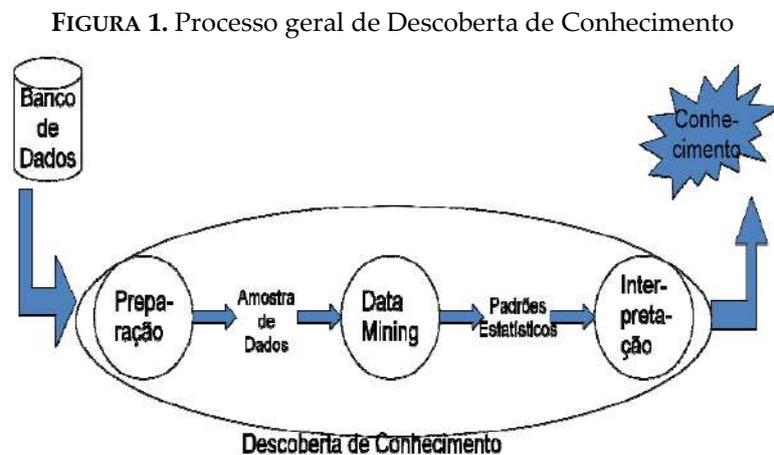
### 2.1. BUSINESS INTELLIGENCE

Conceitos e tecnologias de suporte à decisão foram implementados de forma crescente durante os últimos 30 anos, por muitos fornecedores que criaram uma diversidade de ferramentas e metodologias.

O conceito surgiu na década de 1990 e se refere aos processos de organização, coleta, análise, monitoramento e compartilhamento das informações que são base da gestão de negócios, tais como informações sobre clientes, concorrentes, fornecedores, e potenciais futuros clientes. *Business Intelligence (BI)* é um termo “guarda-chuva” que inclui arquiteturas, ferramentas, bancos de dados, aplicações e metodologias. É uma expressão livre de conteúdo, portanto, significa coisas diferentes para pessoas diferentes. Parte da confusão relacionada ao *BI* é causada

pela enxurrada de acrônimos e palavras da moda associadas a ele e suas ferramentas como *Business Performance Management* (BPM) (TURBAN, 2009).

Os principais objetivos do *BI* são permitir o acesso interativo aos dados, proporcionar a manipulação desses dados e fornecer aos gerentes e analistas de negócios a capacidade de realizar a análise adequada. Vários autores descrevem o processo geral de descoberta de conhecimento conforme descrito na Figura 1. A entrada do processo é um banco de dados, e a saída é um conjunto de conhecimentos. A etapa principal é a de mineração ou análise dos dados. Para tanto, é necessário ter antes uma etapa de preparação dos dados, a partir da base de entrada. Nessa etapa, os dados serão tratados (limpeza, integração, duplicidade) e amostras diferentes são geradas (LOH, 2014).



Fonte: LOH, (2014, p. 28)

A etapa de análise tem como entrada uma amostra dos dados e gera como saídas padrões estatísticos. Mas estes padrões não são conhecimento. Eles precisam ser interpretados dentro do contexto da organização ou do domínio para se tornarem conhecimento. Os padrões estatísticos são, na maioria das vezes, hipóteses de causas, devendo ser mais bem avaliados, para realizar a preparação dos dados e depois a interpretação dos resultados.

O processo do *Business Intelligence* baseia-se na transformação de dados em informações, depois em decisões e finalmente em ações. Os principais objetivos do *Business Intelligence* são permitir acesso interativo aos dados, proporcionar a manipulação desses dados e fornecer aos gerentes e analistas de negócios a capacidade de realizar a análise adequada (TURBAN, 2009).

### 2.1.1. *Data warehouse e data marts*

Um *Data Warehouse* (DW) é um conjunto de dados produzido para oferecer suporte à tomada de decisões; é também um repositório de dados atuais e históri-

cos de possível interesse aos gerentes de toda a organização. Os dados normalmente são estruturados de modo a estarem disponíveis em um formato pronto para as atividades de processamento analítico *online* (OLAP), geração de relatórios e outras aplicações de suporte à decisão (TURBAN, 2009).

Portanto, *Data Warehouse* é uma coleção de dados orientada a assunto, integrada, variável no tempo e não-volátil, que proporciona suporte ao processo de tomada de decisões da gerência. Um *Data Warehouse* une bancos de dados de toda uma empresa; já um *Data Mart* normalmente é menor e concentra-se em um assunto ou departamento específico.

Um *Data Mart* é um subconjunto de um *Data Warehouse*, que normalmente consiste em uma única área temática, como marketing, operações, vendas. Um *Data Mart* pode ser dependente ou independente. Um *Data Mart* dependente é um subconjunto criado diretamente a partir do *Data Warehouse*. Ele tem a vantagem de usar um modelo de dados consistente e apresentar dados de qualidade. Os *Data Marts* dependentes suportam o conceito de um único modelo de dados em toda empresa, mas o *Data Warehouse* deve ser construído antes. Eles garantem que o usuário final visualize a mesma versão de dados acessada por todos os outros usuários do *Data Warehouse*.

O alto custo deste último, limita seu uso às grandes empresas. Como alternativa, muitas empresas usam uma versão de *Data Warehouse* reduzida em custo e escala, denominada *Data Mart* independente (TURBAN, 2009).

## 2.2. MINERAÇÃO DE DADOS

O processo de mineração corresponde à extração de minerais valiosos, como ouro ou pedras preciosas, a partir de uma mina. Uma característica importante desses materiais é que, embora não possam ser cultivados ou produzidos artificialmente, existem de maneira implícita e muitas vezes desconhecida em alguma fonte, podendo ser extraídos. Esse processo requer acesso à mina, o uso de ferramenta adequadas de mineração, a extração dos minérios propriamente dita e o seu posterior preparo para a comercialização (CASTRO, 2016).

O termo mineração de dados (MD) foi cunhado como alusão ao processo de mineração descrito anteriormente, uma vez que se explora uma base de dados (mina) usando algoritmos (ferramentas) adequadas para obter conhecimento (minerais preciosos). Os dados são símbolos ou signos não estruturados, sem significado, como valores em uma tabela, e a informação está contida nas descrições, agregando significado e utilidade aos dados. Por fim, o conhecimento é algo que permite uma tomada de decisão para agregação de valor. Por exemplo, saber que vai chover no fim de semana pode influenciar sua decisão de viajar ou não para a praia (CASTRO, 2016).

As funcionalidades da mineração de dados são usadas para especificar os tipos de informações a serem obtidas nas tarefas de mineração. Em geral, essas tarefas podem ser classificadas em duas categorias: (1) descritivas: caracterizam as

propriedades gerais dos dados; e (2) preditivas: fazem inferência a partir dos dados objetivando previsões. Em muitos casos, o usuário não tem ideia do tipo de conhecimento contido nos dados ou como usá-lo para gerar modelos preditivos, tornando importante a capacidade das ferramentas de mineração de dados.

Os algoritmos de aprendizagem de máquina são ferramentas poderosas para a descoberta de conhecimentos em bases de dados. Entretanto, uma etapa inicial do processo de mineração que não requer elevado nível de sofisticação é a análise descritiva dos dados, ou seja, o uso de ferramentas capazes de medir, explorar e descrever características intrínsecas aos dados. Especificamente, essas análises permitem investigar a distribuição de frequência, as medidas de centro e variação, e as medidas de posição relativa e associação dos dados. Além disso, técnicas elementares de visualização também são empregadas para um melhor entendimento de natureza e distribuição dos dados.

As análises descritivas permitem uma sumarização e compreensão dos objetos da base e seus atributos, como qual o salário médio dos professores universitários brasileiros ou qual a distribuição salarial desses professores. Usando essas medidas, é possível saber, por exemplo, qual a posição relativa de um salário quando comparada à distribuição de salários disponível, o que permite identificar, por sua vez, se um salário está abaixo ou acima da média. Essas informações podem ser representadas por meio de gráficos do tipo torta, gráficos em barra, histogramas ou outras ferramentas equivalentes, cada uma capaz de explicar um conhecimento específico sobre os dados (CASTRO, 2016).

### 2.3. EXTRAÇÃO DE DADOS

Os avanços das tecnologias *Word Wide Web* (www) possibilitam a geração de inúmeras fontes de dados. A internet possui muitos dados de relevância, disponíveis em seus documentos, porém, seu modelo de publicação das informações permite aos usuários um modo informal de publicá-las, que remete à não garantia de consistência desses dados, dificultando sua filtragem para subsidiar diversas áreas de conhecimentos (PONTOLIO, 2015).

Segundo Mendonça (2003), fontes de informação são sistemas que respondem a consultas, retornando uma resposta apropriada para cada consulta submetida. No âmbito da internet, essas fontes possuem formatos textuais, que são manipuladas pelo paradigma *request-response* implementado pelo protocolo *Hypertext Transfer Protocol* (HTTP), geralmente utilizando formatos semiestruturados.

Utilizando extração de dados para localizar, coletar e organizar dados de interesse apresentados nos formatos citados, é possível o enriquecimento de grandes bases de dados, permitindo a realização de consultas e o cruzamento deles, o que não era possível, devido a interfaces de consultas pré-estabelecidas nas fontes de informação, possibilitando a sua maior integridade já disponíveis, facilitando a construção de agentes inteligentes.

Algumas das ferramentas de busca utilizam como forma de extrair informações programas capazes de percorrer a *Web* automaticamente, catalogando e

classificando *Universal Resource Locators* (URLs), e com as informações obtidas, servem para o armazenamento em repositórios locais. Esses programas são chamados de *Web Crawlers*, representados na Figura 2. Porém, esse tipo de software utiliza uma navegação entre as páginas do tipo “força bruta”, isto é, não há especificações (filtros) que identifiquem os links que o software deverá acessar, pois ele move-se automaticamente de site para site, seguindo os links embutidos em seus documentos, copiando tudo que lhe for possível (PONTOLIO, 2015).

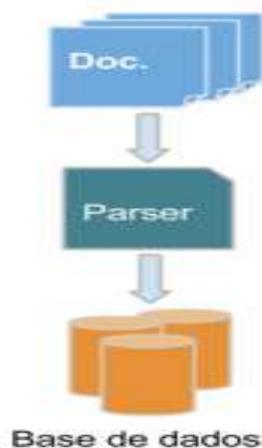
FIGURA 2. Representação do funcionamento de um Crawler.



Fonte: PONTIOLIO, (2015, p. 42)

Outro software capaz de realizar a extração de dados em documentos são os *Parsers*, um programa que espera receber dados de uma maneira estruturada, de forma que informações consigam ser extraídas mecanicamente. Este tipo de abordagem oferece pouca inteligência, pois não é capaz de realizar a extração em ambientes não estruturados. Essa característica desta técnica pode ser observada na Figura 3.

FIGURA 3. Representação da funcionalidade de um Parse.



Fonte: PONTIOLIO, (2015, p. 43)

Sistemas de extração de dados visam localizar e extrair, de forma automática, informações relevantes em um documento ou coleção de documentos, contendo textos em linguagem natural, e estruturar tais informações para os padrões de saída, a fim de facilitar sua manipulação e análise. Nesse contexto, ressalta-se o programa que caracteriza esta ideia: o *Data Scraping* é também um *software* capaz de extrair dados da saída de um outro programa, e esse modelo é mais conhecido popularmente nos dias atuais como *Web Scraping*, um *software* capaz de extrair dados de documentos *Web* (PONTOLIO, 2015).

*Web Scraping* (conhecido também como *Screen Scraping*) é uma técnica de captura de dados a partir de *sites*. Está intimamente relacionada com a indexação da *Web*, que indexa mais detalhes sobre ela, utilizando *scripts* ou *bots* (robôs de busca). Trata-se de uma técnica mundial adotada pela maioria dos motores de busca.

### 3. METODOLOGIA

Foi realizado um estudo bibliográfico sobre *Business Intelligence*, que está sendo utilizado no trabalho para obtenção de resultados. Também foram estudadas tecnologias para extração de dados, levando em consideração recursos, disponibilidade e custos para adoção do sistema.

O desenvolvimento da aplicação *BI* foi dividido em 4 fases: mapeamento das fontes dos dados, projeto, construção da solução *BI* e disponibilização aos usuários.

A fase do mapeamento das fontes dos dados envolveu a definição de quais sites seriam realizados para a extração de dados. A extração de dados envolveu a criação de uma ferramenta *Web Crawler*, utilizando o *framework Scrapy*. Foram criados *crawler* denominados de *spiders*, e essas *spiders* percorrem os sites escolhidos extraindo os dados (*Scraping*). De maneira estruturada, os dados podem ser utilizados para uma gama de aplicações. Os principais requisitos da ferramenta são:

- Percorrer e capturar elementos das páginas *web*;
- Apresentar os dados capturados em diferentes formatos *JavaScript Object Notation (Json)*, *Extensible Markup Language (XML)*, *Comma-Separated Values (CSV)*;
- Apresentar portabilidade (execução em diversas plataformas).

A fase de projeto envolveu a definição das principais tecnologias a serem utilizadas na construção da aplicação. O Quadro 1 apresenta as tecnologias utilizadas no desenvolvimento da ferramenta.

Na fase da construção da solução *BI*, foi realizada a codificação de *scripts* na linguagem *Python*, utilizando o ambiente de desenvolvimento *PyCharm* e o *framework Scrapy* para extrair dados da *Web* e salvá-los no banco de dados. Foi utilizado também o *framework Power BI* na organização e manipulação desses dados.

Por último, a fase de disponibilização aos usuários, utilizando o *Power BI* para compartilhar relatórios por meio do serviço ou aplicativos móveis do *Power BI*.

QUADRO 1. Ferramentas e tecnologias utilizadas

NOME	DESCRIÇÃO
<i>Python</i>	Linguagem de programação, utilizada no desenvolvimento da ferramenta.
<i>PyCharm</i>	Ambiente de desenvolvimento Python.
<i>Scrapy</i>	É um <i>framework</i> para <i>crawlear web sites</i> e extrair dados estruturados.
<i>Scrapinghub</i>	Plataforma na nuvem para implantação e execução de rastreadores <i>Web</i> .
<i>MySQL</i>	É um sistema de gerenciamento de banco de dados ( <i>SGBD</i> ), que utiliza a linguagem <i>SQL (Structured Query Language)</i> como interface.
<i>Power BI</i>	<i>Framework</i> é uma coleção de serviços de <i>software</i> , aplicativos e conectores que trabalham juntos para transformar dados não relacionados em informações coerentes.
<i>Visual Paradigm</i>	<i>Software</i> utilizado para desenvolver os diagramas UML.

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2017.

#### 4. DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS

Para a composição deste projeto foi empregado o *framework Scrapy*, uma biblioteca em *Python open-source*, que auxilia a criação de *crawlers*. O *framework* simula ações exercidas por um *Browser*; assim, a navegação consiste em “abrir” diferentes páginas de um site com o objetivo de coletar dados ou executar consultas. Com isto, são realizados *downloads* das páginas, com simples requisições HTTP, utilizando os métodos POST e GET.

O método GET é usado para recuperar qualquer informação referenciada por um URL, permitindo o seu primeiro reconhecimento. Mas o POST vai além, é usado para enviar um conjunto de dados para um serviço especificado por uma URL e recuperar as informações resultantes do processamento desses dados, o que pode ser compreendido como o envio de dados para consulta em um arquivo ou salvo diretamente no banco de dados.

O conceito central no *Scrapy* são as *spiders*, classes que herdam de “*scrapy.Spider*”, como mostrado na linha 7 da Figura 4. Na linha 11 da Figura 4, o *start\_urls*, que define em quais URLs do site será realizada a extração de dados, o “*name*”, define o nome da *spider*. Nesse caso, foi escolhido o nome da loja virtual em que

foi realizada a extração dos dados. Outro conceito importante no *Scrapy* são as *settings* (configurações). As *settings* oferecem uma maneira de configurar componentes do *Scrapy*, podendo ser iniciadas de várias maneiras, tanto via linha de comando, variáveis de ambiente em um arquivo *settings.py*, quanto diretamente no *spider*.

Na linha 17 da Figura 4, o *download\_delay* é um componente das *settings* que define o intervalo entre cada requisição. Após alguns testes, foi escolhido um *delay* de 2.0 segundos pelo motivo de não ser bloqueado pelos sites e não afetar a velocidade de *download* dos itens.

FIGURA 4. Trecho de código-fonte de uma *Spider*

```

7 class DafitiSpider(scrapy.Spider):
8
9     name = 'dafiti'
10
11     start_urls = ['https://www.dafiti.com.br/calçados/adidas/',
12                 'https://www.dafiti.com.br/calçados/asics/',
13                 'https://www.dafiti.com.br/calçados/mizuno/',
14                 'https://www.dafiti.com.br/calçados/new-balance/',
15                 'https://www.dafiti.com.br/calçados/nike/']
16
17     download_delay = 2.0

```

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017

O método “*parse()*” na linha 19, da Figura 5, recebe um objeto *response* que representa uma resposta HTTP, é chamado de *call-back*. Os métodos *call-backs* no *Scrapy* são *generators* (ou retornam uma lista ou iterável) de objetos que podem ser dados extraídos ou novas requisições.

O motor do *Scrapy* itera sobre os objetos resultantes dos *call-backs* e os encaminha para o *pipeline* de dados ou para fila de próximas requisições a serem feitas. Com esse esquema de requisições e *call-backs* que podem gerar novas requisições (como novos *call-backs*), pode programar a navegação por um site gerando requisições para os *links* a serem seguidos, até chegar nas páginas com os itens desejados para extração.

Na linha 23 da Figura 5, o *dafiti\_xpath* define o caminho completo onde está o item a ser extraído ou apenas a *class* a que ele pertence. Por exemplo, existe uma lista de itens que pertencem a *class* “*Product-box-detail*”, a *spider* vai percorrer toda a página procurando apenas itens que estão dentro dessa *classs*, ignorando todas as outras.

A marcação número 1 da Figura 6 representa o nome da *spider*, a ordem de execução e a quantidade de vezes que já foi executada. No caso da *spider* “*net-shoes*”, foi executada 36 vezes e sempre a 3ª *spider* a ser executada pela plataforma.

A marcação número 2 da Figura 6 apresenta a quantidade de itens que foram extraídos através da execução daquela *spider*. Por exemplo, a *spider* “*dafiti*”,

extraiu um total de 243 itens na sua execução. A quantidade de itens pode variar, mesmo que não mude nada no código-fonte da *spider*, pelo motivo que o site alvo da extração pode sofrer alterações.

FIGURA 5. Trecho de código-fonte de uma *Spider*

```

19 def parse(self, response):
20
21     diaAtual = date.today()
22
23     dafiti_xpath = '//div[contains(@class, "product-box-detail")]'
```

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017

FIGURA 6. Printscreen Tela do histórico das *spiders* no *Scrapinghub*

Job Spider	Items	Requests	Errors	Log	Runtime	Started
3:36 netshoes 5049256-master	120	6	0	17	0:01:25	2017-09-02 05:45:11 UTC
1:36 dafiti 5049256-master	243	6	0	16	0:00:32	2017-09-02 05:40:10 UTC
2:36 clucks 5049256-master	41	3	0	16	0:00:40	2017-09-02 05:35:09 UTC

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017

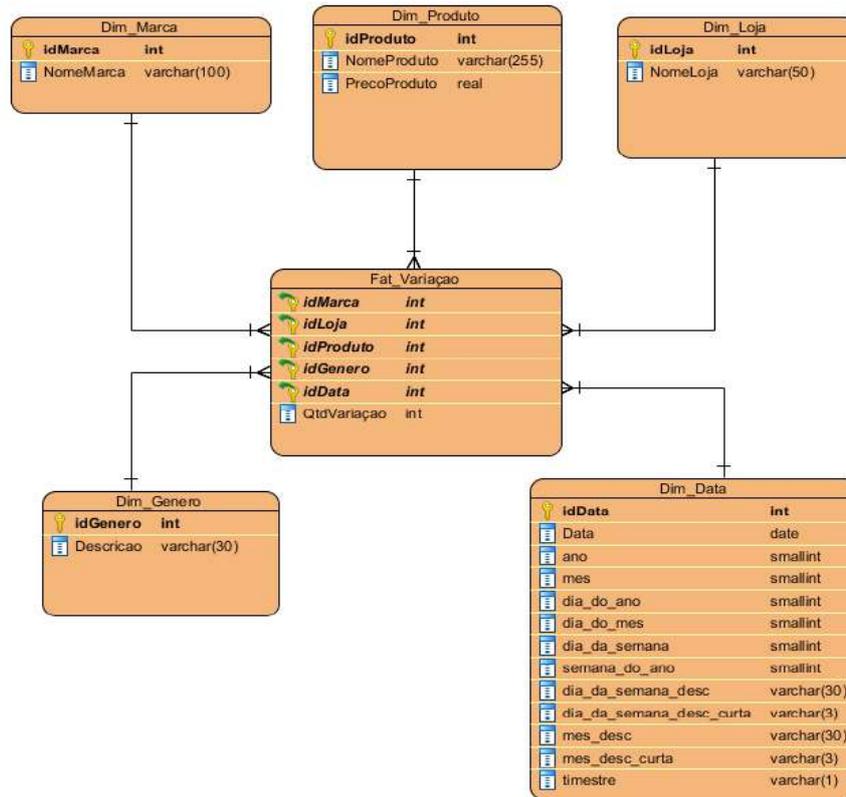
O *framework Power BI* foi integrado ao projeto, um pacote de ferramentas de análise de negócios para analisar dados e compartilhar ideais desenvolvida pela *Microsoft*. A ferramenta conecta centenas de fontes de dados, simplificando a preparação dos dados e conduz a análise.

O *framework* pode unificar todos os dados, estando na nuvem ou localmente usando os *gateways* do *Power BI*, e pode conectar bancos de dados *SQL Server*, modelos do *Analysis Services* e outras fontes de dados aos mesmos painéis no *framework*.

A Figura 7 representa um *Data Mart* independente, focado nas variações de preços, com a seguintes dimensões: marca, gênero, produto, loja, data. Através desse fato, é possível fazer várias análises, gerando informações importantes para a empresa. Ele é a base para a descoberta de conhecimento. Nesse formato é possível identificar em quais lojas ocorre um volume maior de mudanças nos seus preços; buscar padrões de quais dias da semana ou períodos do mês geralmente ocorrem essas mudanças; e fazer análise por datas, comparar datas específicas como natal, dia dos namorados e dia das mães. Pode-se assim reconhecer seu comportamento, quais foram os produtos, qual marca teve queda no preço, quais não mudaram mesmo no dia da promoção; e analisar a porcentagem de desconto (se foi o mesmo em todos os produtos de uma determinada marca).

É importante ter o histórico completo de alterações, podendo assim, analisar bons momentos para investir em marketing e promoções, buscar datas pouco exploradas pelos adversários, à época em que eles possuem poucos produtos com preços atrativos ao consumidor, podendo assim ser mais efetivo em uma campanha de vendas.

FIGURA 7. Diagrama de Entidade e Relacionamento do Fato Quantidade Variação



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017

A Figura 8 representa uma parte de um relatório em formato tabela de apenas um produto construído no *Power BI*. Nesse caso, a análise do produto foi feita nos dias 9 a 15 de setembro de 2017, o relatório contém o nome do produto, a data completa em que o produto foi extraído, adicionando a base de dados, o preço do produto e o nome da loja.

Com esses dados, é possível analisar a variação de preços de um ou vários produtos do concorrente, identificar padrões e relações dessas variações, analisar o comportamento e constância dessas variações perto de datas comemorativas que aquecem o mercado varejista, como natal, dia das mães, dia dos namorados e muitas outras.

Sabendo a oferta do seu concorrente periodicamente, é possível montar estratégias de marketing, identificar bons momentos para investir em marketing e

promoções. O objetivo dos relatórios é entregar informações que ajudem na tomada de decisão dos gestores, dando a eles uma base de dados que ajudem com planejamento de ações baseadas nas informações.

FIGURA 8. *Printscreen* Relatório em formato tabela no *Power BI*

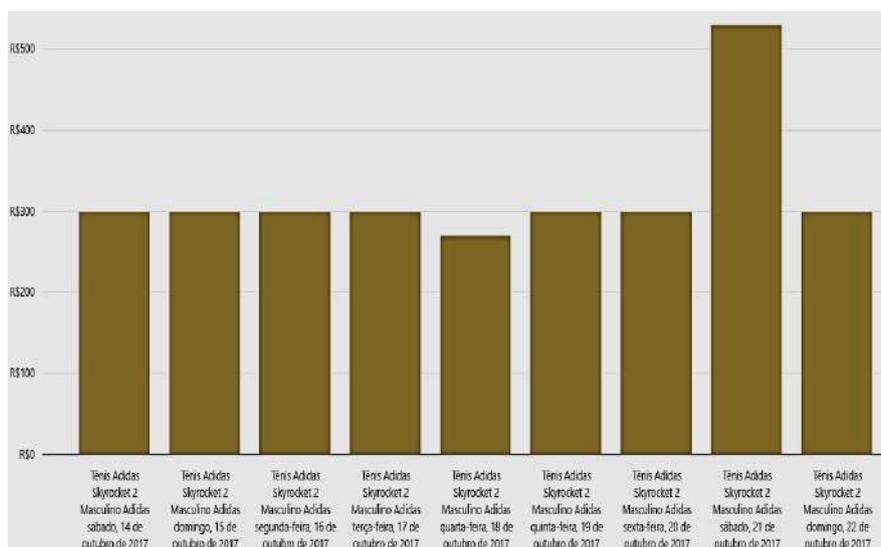
Nome	Ano	Trimestre	Mês	Dia	Preço	Loja
Tênis Adidas Springblade E-Force Fe...	2017	Trí 3	setembro	9	R\$364,9	Netshoes
Tênis Adidas Springblade E-Force Fe...	2017	Trí 3	setembro	10	R\$364,9	Netshoes
Tênis Adidas Springblade E-Force Fe...	2017	Trí 3	setembro	11	R\$364,9	Netshoes
Tênis Adidas Springblade E-Force Fe...	2017	Trí 3	setembro	12	R\$391,9	Netshoes
Tênis Adidas Springblade E-Force Fe...	2017	Trí 3	setembro	13	R\$391,9	Netshoes
Tênis Adidas Springblade E-Force Fe...	2017	Trí 3	setembro	14	R\$364,9	Netshoes
Tênis Adidas Springblade E-Force Fe...	2017	Trí 3	setembro	15	R\$364,9	Netshoes

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017

A Figura 9 apresenta o gráfico da variação de preço de apenas um produto. Existem várias formas de apresentar essa variação em um relatório, e a maneira de apresentar depende do gosto de cada gestor.

O *Power BI* proporciona criar vários modelos de relatórios dinâmicos que podem ser alterados ou customizados por qualquer pessoa com acesso àquela base de dados. Uma das grandes vantagens de utilizar esse *framework* é a facilidade para compartilhar e publicar relatórios: ele salva passo a passo toda lógica utilizada para se chegar ao resultado apresentando.

FIGURA 9. *Printscreen* Relatório em formato gráfico no *Power BI*



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017

## 5. CONCLUSÃO

O desenvolvimento da ferramenta teve como objetivo criar uma aplicação que permitisse a análise de produtos e preços de concorrentes, uma ferramenta que pode servir de apoio à tomada de decisão dos gestores, monitorando periodicamente a oferta dos seus concorrentes, emitindo diversos relatórios com análise de alteração de vários produtos.

O projeto está em desenvolvimento, e algumas funções estão sendo incrementadas, com o propósito de garantir uma aplicação de qualidade, bem uma aplicação que agregue informações relevantes auxiliando em um planejamento estratégico.

Portanto, a aplicação irá possibilitar uma melhor gestão de conhecimento do mercado, pois os gestores vão ter acesso sempre que necessário a informações relevantes sobre produtos de seus concorrentes, conhecendo melhor a oferta de seus adversários, assim, auxiliando na elaboração de boas estratégias competitivas, mapeando o ambiente e o monitorando, para capitalizar oportunidades ou neutralizar possíveis ameaças.

É importante ressaltar que a aplicação é evolutiva. No momento, uma análise descritiva dos dados satisfaz as necessidades da empresa, entretanto, com o crescimento da base de dados, ela possibilita a utilização de algoritmos de aprendizado de máquina, ferramentas poderosas para descoberta de conhecimento, o que será incorporado ao projeto no momento adequado.

Futuramente pretende-se desenvolver um módulo para minerar opiniões de consumidores em redes sociais, opiniões sobre o próprio e-commerce e seus produtos, também sobre seus concorrentes. Essa técnica é conhecida como “mineração de opiniões em textos”. Assim a aplicação poderá atuar tanto na análise de produtos e preços, quanto na análise de opiniões de consumidores, identificando pontos positivos que devem ser mantidos e pontos negativos que apontam possíveis melhorias, auxiliando no planejamento de estratégias competitivas.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Marly Monteiro. *Estratégia competitiva: dos conceitos à implementação*. São Paulo: Atlas, 2000.

CASTRO, L. N.; FERRARI, D. G. *Introdução à mineração de dados: conceitos básicos, algoritmos e aplicações*. São Paulo: Saraiva, 2016.

LOH, Stanley. *BI na era do big data para cientistas de dados*. Porto Alegre: Amazon, 2014.

MENDONÇA, Eduardo. *Extração resiliente de dados RDF a partir de fontes dinâmicas*

*em linguagem de marcação*. 2003. Disponível em: <[http://www.livrosgratis.com.br/arquivos\\_livros/cp108124.pdf](http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp108124.pdf)>. Acessado em: maio de 2017.

PONTOLIO, Luan Silveira. *Plataforma de extração e recuperação de dados na web no contexto de big data*. 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11077/1006>>. Acesso em: maio de 2017.

TURBAN, Efraim et al. *Business Intelligence: um enfoque gerencial para a inteligência do negócio*. Porto Alegre: Bookman Editora, 2009.

# Planejamento estratégico de marketing para lançamento da empresa Santo Pão

*Strategic market planning for the launch of the enterprise Santo Pão*



**Douglas César Martins**

Pós-graduado em Gestão Empresarial e Marketing pelo UNIPAM.  
e-mail: douglascesarmartins@hotmail.com

**Alírio Severo Nogueira Júnior**

Pós-graduado em Gestão Empresarial e Marketing pelo UNIPAM.  
e-mail: douglascesarmartins@hotmail.com

---

**RESUMO:** Este artigo mostra os conceitos e os processos do planejamento estratégico de marketing para o lançamento no mercado da empresa do ramo de panificação, denominada Santo Pão. O trabalho irá analisar o público-alvo, as categorias de produtos que serão fornecidos, a localização da empresa e os melhores canais de divulgação. A empresa Santo Pão possui baixo orçamento para investimentos em marketing, sendo assim, com o objetivo de reduzir os custos e ainda assim alcançar um grande público, o foco maior será no marketing digital. Parte desse projeto será utilizada na confecção do plano de negócios e, logo em seguida, começa a preparação para a inauguração da referida empresa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Marketing digital. Planejamento estratégico de marketing. Panificação.

**ABSTRACT** This article shows the concepts and processes of the marketing strategic planning for the launch on the market of an enterprise in the field of bakery, called Santo Pão. The work will analyze the target-audience, the category of the product that will be offered, the location of the enterprise and the best channels of publicizing. The enterprise Santo Pão works with low budget for investments in marketing, and this way, aiming at reducing the costs and achieving a great public, the greatest focus will on digital market. Part of this project will be used in the business plan, and afterwards, begins the preparation for the inauguration of the referred enterprise.

**KEYWORDS:** Digital market. Marketing strategic planning. Bakery.

---

## 1. INTRODUÇÃO

O ramo de alimentação é um dos setores da economia que estão em constante crescimento, mesmo em tempos de crise como a que atravessa atualmente o Brasil. Com o tempo cada vez mais corrido para as pessoas, elas procuram opções de comidas rápidas, que sejam de boa qualidade e mais saudáveis, e com isso, o setor de panificação está crescendo cada vez mais, com investimentos significativos em alimentos mais saudáveis.

O marketing, executado com eficácia, é essencial para uma empresa que está entrando no mercado. Através do estudo e das estratégias de marketing é que a empresa pode ter um alcance maior do seu público-alvo. Criando uma fachada chamativa, fazendo divulgação por panfletos, carro de som e publicações nas redes sociais, pode-se atingir um grande público.

A empresa Santo Pão será instalada em uma localização privilegiada, no bairro Eldorado na cidade de Patos de Minas, onde não existe nenhum estabelecimento do ramo de panificação, além de ficar bem próxima à Prefeitura Municipal e ao Fórum de Justiça do Trabalho, onde encontra-se um grande fluxo de pessoas.

A Santo Pão busca criar um ambiente aconchegante para que os clientes se sintam bem. Busca o melhor atendimento com produtos de ótima qualidade, além dos já tradicionais em padarias, e oferece também opções de alimentação mais natural e saudável, visto que hoje há uma preocupação muito grande com os tipos de alimentos que consumimos.

O objetivo deste projeto é traçar um plano de ação de marketing eficaz e com um custo baixo. Com isso, irá se trabalhar o marketing digital com maior força. Haverá também a criação da identidade visual – logotipo – da empresa, fachada e criação dos uniformes.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. MARKETING

De acordo com Kotler e Keller (2006), marketing, em uma definição social, pode ser entendido como um processo social pelo qual os grupos e indivíduos têm necessidades e anseios por meio da criação da oferta e da troca de produtos e serviços de valor com outros. Em uma visão gerencial, é a arte de vender produtos.

Marketing vai muito além da criação, do design, das embalagens ou layouts, vendas ou propagandas. Para ter um bom resultado nos planos de assessoria, é preciso haver pesquisa do produto, análise de mercado, formulação e análise das estratégias, implementação e monitoramento (SOUZA; VASCONCELOS; CORREA; SANTOS, 2013).

#### 1.1.1. Marketing Digital

Marketing digital são estratégias de marketing e publicidade utilizadas nos

meios digitais, com o objetivo de interagir com consumidores online e divulgar seus produtos e/ou serviços. Não se trata de uma ou outra ação, mas de um conjunto de ações que criam um contato permanente da sua empresa com seus clientes. Segundo Kotler e Keller (2006),

a variedade de opções de comunicação on-line significa que as empresas podem enviar mensagens personalizadas que envolvam os consumidores por refletir seus interesses e comportamentos específicos. A Internet é altamente mensurável; seus efeitos podem ser facilmente rastreados pela observação de quantos visitantes únicos clicam em uma página ou anúncio, quanto tempo eles permanecem ali e para onde vão depois.

O marketing digital surgiu da necessidade de as empresas se adaptarem ao crescimento rápido da internet, dos números de acessos em dispositivos móveis e da expansão da internet, cada vez mais indispensável na vida das pessoas.

## 2.2. FERRAMENTAS DE MARKETING

### 2.2.1. Composto de Marketing (4 Ps)

Segundo Kotler e Keller (2006), o composto de marketing são ferramentas utilizadas pelos administradores de marketing para satisfazer as necessidades e desejos dos clientes, bem como auxiliar a empresa a alcançar os seus objetivos estabelecidos. São a melhor representação dos elementos que uma empresa pode e deve controlar. As estratégias são definidas baseadas em Produto, Preço, Promoção e Praça. Analisando os Quatro Ps, é possível determinar a abrangência de cada um deles e sua influência dentro da organização, bem como avaliar as ferramentas que estão sendo utilizadas. Tudo que poderá ser feito em termos de estratégias de atuação para se desenvolver diferencial estratégico (KOTLER; KELLER, 2006).

- **Produto:** Tudo o que pode ser oferecido a um mercado para satisfazer desejos ou necessidades, ou seja, bens físicos, serviços, experiências, eventos, propriedades, organizações, etc.
- **Preço:** É a única variável do composto de marketing que gera receita. Por meio do preço, uma empresa pode definir estratégias como de sobrevivência, maximização do lucro atual, liderança de qualidade de produto, além de descontos, concessões, condições e prazos de pagamento.
- **Praça:** Entendida por Ponto de Venda (PDV), é como o seu cliente chega até você, a seus produtos e serviços, seja por meios físicos ou virtuais.
- **Promoção:** É a maneira como você se comunica com o seu cliente. A

promoção não se refere apenas a descontos em produtos, e sim à promoção de sua empresa, seja por publicidade, propaganda, promoção de vendas, venda pessoal e relações públicas.

### 2.2.2. Matriz SWOT

O termo SWOT é uma sigla em inglês, que significa *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças). A Matriz SWOT consiste em analisar o ambiente interno e definir suas forças e fraquezas, bem como analisar o ambiente externo da empresa e definir quais são as ameaças e as oportunidades.

**FIGURA 1.** Exemplo de Matriz Swot

		Análise Interna	
		Pontos fortes (Strengths)	Pontos fracos (Weaknesses)
Análise Externa	Oportunidades (Opportunities)	<b>SO</b> Tirar o máximo partido dos pontos fortes para aproveitar ao máximo as oportunidades detectadas	<b>WO</b> Desenvolver as estratégias que minimizem os efeitos negativos dos pontos fracos e que em simultâneo aproveitem as oportunidades emergentes
	Ameaças (Threats)	<b>ST</b> Tirar o máximo partido dos pontos fortes para minimizar os efeitos das ameaças detectadas	<b>WT</b> As estratégias a serem desenvolvidas devem minimizar ou ultrapassar os pontos fracos e, tanto quanto possível, fazer face às ameaças

**Fonte:** Blog Eder Stroparo (2014)

### 2.2.3. Matriz 5W2H

A Matriz 5W2H refere-se a uma sequência de ações planejadas para a execução de um projeto. Para ser colocada em prática, o gestor deve responder a sete perguntas, cinco delas iniciadas pela letra W e duas, pela H, originando assim o termo 5W2H. As perguntas que devem ser feitas são:

- *What? (O que?):* Indica o que será realizado, qual tarefa, meta ou objetivo a ser alcançado.
- *Why? (Por que?):* Coloca-se a justificativa pela qual deve ser realizada a tarefa indicada.

- *Where? (Onde?):* Determina o local ou departamento que realizará a tarefa.
- *When? (Quando?):* Determina o tempo gasto para implementar a tarefa.
- *Who? (Quem?):* Indica quem será o responsável por realizar a tarefa.
- *How? (Como?):* Define as estratégias utilizadas para se concluir a tarefa.
- *How Much? (Quanto?):* Toda tarefa, meta, objetivo possui um valor monetário. Aqui se define o quanto irá ser gasto para finalizar a tarefa.

### 2.3. REDES SOCIAIS

As redes sociais já dominaram as nossas vidas, e vivemos cada dia mais conectados a essas redes. São essas redes sociais que se tornam um parceiro fundamental para as empresas, principalmente as pequenas empresas. Elas são hoje um dos meios mais eficazes de divulgação de seu negócio e com um alcance enorme de pessoas. Não aceitar isso e não colocar sua empresa, no mínimo, no Facebook, é um erro inadmissível.

As redes sociais são uma das partes mais importantes do marketing digital para os novos empreendedores. Além de já terem um público fiel, elas são um dos meios mais baratos de divulgação, o que proporciona um ótimo custo/benefício para os novos empreendedores.

#### 2.3.1. Facebook

Facebook é uma rede de relacionamento online, criada por Mark Zuckerberg em 2004. No Facebook, o usuário pode curtir, comentar e compartilhar publicações de outros usuários ou empresas. Uma das melhores formas de se atingir o consumidor no Facebook é criando uma página e publicando conteúdo para os clientes decidirem se vão comentar, curtir, compartilhar ou apenas ignorar a publicação da empresa. São nessas páginas que a empresa cria um relacionamento com o cliente, pois, assim como nos blogs, os usuários irão fazer perguntas, criticar, ou até mesmo fazer um simples comentário elogiando a marca. Cria-se um evento, como, por exemplo, os lançamentos de um produto, e os seus usuários irão confirmar presença e convidar outros amigos que irão convidar mais amigos ainda. Além disso, o Facebook conta o *stories*, função onde você pode postar fotos ou pequenos vídeos do seu dia a dia, e essas publicações são apagadas em 24 horas.

#### 2.3.2. Instagram

Instagram é uma rede social online de compartilhamento de fotos e vídeos. Basicamente trata-se de um aplicativo gratuito onde é possível tirar fotos com o celular, aplicar efeitos nas imagens e compartilhar com seus amigos. Há ainda a possibilidade de compartilhar essas postagens em outras redes sociais, como o Facebook e o Twitter. No Instagram, os usuários podem curtir e comentar suas fotos.

Assim como o Facebook, o Instagram conta o *stories*, função onde você pode postar fotos ou pequenos vídeos do seu dia a dia, e essas publicações são apagadas em 24 horas.

### 2.3.3. WhatsApp

O WhatsApp é um aplicativo utilizado para troca de mensagens de texto instantaneamente, além de vídeos, fotos, áudios, chamadas de voz e de vídeo através de uma conexão com a internet. O WhatsApp “vasculha” os números de celulares salvos no aparelho e automaticamente identifica qual está cadastrado no WhatsApp, adicionando para a lista de contatos do novo utilizador. O WhatsApp também conta com uma ferramenta parecida com a *stories* do Facebook e do Instagram, a diferença é que aqui ela é chamada de *status*.

## 3. METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica foi a metodologia utilizada para a realização deste estudo, porque busca explicar sobre um problema com base em referências teóricas e/ou revisão de literatura que tenha relação com o tema escolhido. Além da pesquisa bibliográfica, foi feita a análise do local de instalação da Santo Pão e dos consumidores em potencial. Foram utilizadas também técnicas de análise do negócio, como o método dos 4 Ps, de análise SWOT e da Matriz 5W2H, tendo como fontes bibliográficas os sites, livros e e-books de autores com experiência no assunto. A ferramenta que será utilizada para captação de dados e informações será o Microsoft Office Word.

## 4. DESENVOLVIMENTO

### 4.1. AUDITORIA DE MARKETING

#### 4.1.1. Recursos Disponíveis

Por se tratar de uma empresa que está em fase de planejamento, não existem muitos recursos financeiros para se trabalhar o Marketing. Com isso, devemos investir mais pesado no marketing digital.

#### 4.1.2. Consumidor

O consumidor-alvo do negócio são os moradores do bairro Eldorado, os funcionários públicos que trabalham na Prefeitura Municipal de Patos de Minas e no Fórum de Justiça do Trabalho, assim como o público que frequenta esses locais.

## 4.1.3. Concorrência

Basicamente pode-se dizer que a concorrência é quase nula, existindo apenas um supermercado que trabalha com a venda de pão francês, feito na hora. A Santo Pão vem com uma proposta que melhor atende ao público da região, por possuir uma maior variedade de produtos e um ambiente especialmente elaborado para conforto e satisfação de seus clientes.

## 4.4. ANÁLISE SWOT

- **Forças**
  - Única padaria do bairro
  - Produtos frescos e de qualidade
  - Local agradável para fazer um lanche
  - Próximo à Prefeitura Municipal e ao Fórum de Justiça do Trabalho
- **Fraquezas**
  - Mix de produtos pouco variável no início do funcionamento.
- **Oportunidades**
  - Aumentar a diversidade de produtos
  - Fazer entregas em casa e no local de trabalho
- **Ameaças**
  - Supermercado e mercearia do bairro que também comercializam pão francês e laticínios.

**QUADRO 1:** Análise SWOT da Santo Pão

		Análise Interna	
		Forças ( <i>strenghts</i> )	Fraquezas ( <i>weaknesses</i> )
Análise Externa	Oportunidades ( <i>opportunities</i> )	<p><b>SO</b></p> <p>Aumentar o portfólio de produtos de maneira gradativa, tendo sempre alguma novidade. Trazendo sempre mais clientes para a padaria.</p>	<p><b>WO</b></p> <p>Acrescendo novidades no portfólio de produtos e oferecendo a opção de entrega.</p>
	Ameaças ( <i>threats</i> )	<p><b>ST</b></p> <p>Tendo maior variedade de produtos e de melhor qualidade que a do comércio que representa ameaça.</p>	<p><b>WT</b></p> <p>Atrair o público do supermercado e ganhá-los na qualidade, preço e bom atendimento.</p>

Fonte: Dados da Pesquisa

#### 4.5. COMPOSTO DE MARKETING (4 PS)

*Produto:* A princípio, a Santo Pão irá trabalhar com pães, biscoitos, roscas, bolos, salgados e doces.

*Praça:* A localização da Santo Pão será no Bairro Eldorado, em local próximo da Prefeitura Municipal e do Fórum de Justiça do Trabalho. E por não ter nenhum comércio desse tipo nas proximidades, espera-se uma grande aceitação do público.

*Preço:* Será trabalhado um preço justo e acessível para o público, que é na maior parte de classe média, por um produto de boa qualidade e ótimo sabor.

*Promoção:* O foco maior será em marketing digital, com divulgação massiva em redes sociais, mas também em divulgação impressa por meio de folhetos distribuídos no bairro e nos departamentos públicos próximos ao local, além de divulgação por carro de som no bairro e na região próxima.

#### 4.6. DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS DE MARKETING

- Propor reconhecimento da marca pelo público antes mesmo da inauguração.
- Atrair um grande número de clientes na inauguração e já nos primeiros dias de funcionamento.
- Através do marketing digital, com o uso das redes sociais, fazer com que o consumidor percorra o caminho dos 5 As:
  - Assimilação: É quando o consumidor passa em frente à empresa, ou visualiza suas páginas nas redes sociais e toma conhecimento da marca.
  - Atração: Com a divulgação dos produtos nas redes sociais, o consumidor deve se sentir atraído por eles.
  - Arguição: Após se deixar atrair pelos produtos, ele procura saber mais sobre eles e sua qualidade.
  - Ação: Quando convencido pelas informações, ele adquire o produto para o consumo.
  - Apologia: É quando o consumidor retorna para consumir novamente aqueles produtos, sente-se fidelizado e passa a defender a marca.

#### 4.7. SEGMENTAÇÃO DE MERCADO E PÚBLICO-ALVO

Devido à praticidade e à falta de tempo da população, as padarias hoje têm se tornado cada vez mais comuns e frequentadas. Apesar do apelo dos moradores, o bairro Eldorado ainda não conta com um comércio específico desta área de atuação. De acordo com censo demográfico do IBGE de 2010, a população do Bairro

Eldorado é de 894 pessoas, sendo composta de 51.01% de mulheres e 48.99% de homens.

De acordo com dados do Portal da Transparência, os setores públicos com funcionamento na sede da Prefeitura Municipal contam com 294 funcionários fixos, fora funcionários de outros setores que eventualmente vêm à Prefeitura.

A Santo Pão irá atender homens e mulheres de todas idades, de classe média e média alta, moradores do Bairro Eldorado, funcionários públicos que trabalham na Prefeitura Municipal de Patos de Minas e no Fórum de Justiça do Trabalho, assim como o público que frequenta esses locais.

#### 4.8. PLANO DE AÇÃO

De acordo com Las Casas (2001), o plano de ação é um resumo das atividades pretendidas para algum período, sendo um detalhamento do que deve se fazer, quando e como as atividades serão desenvolvidas. Por isso incluem-se nele todas as etapas determinadas no desenvolvimento da estratégia de marketing, o que precisa ser acompanhado de alguma ação. Portanto, o plano de marketing precisa de um plano de ação, para ser administrado mais facilmente.

Para elaborar o plano de ação, será utilizada a matriz 5W2H. Essa ferramenta é simples e muito utilizada para detalhar processos de planejamento e de execução de atividades organizacionais. O 5W2H significa: *What*: o quê; *Why*: por quê; *How*: como; *Who*: quem; *Where*: onde; *When*: quando; e *How Much*: quanto.

No quadro 2, é apresentado o plano de ação proposto para o mix produto, com cada sugestão e as informações questionadas na matriz 5W2H.

**QUADRO 2.** Plano de Ação para o mix Produto

O QUÊ?	POR QUÊ?	COMO?	QUEM?	ONDE?	QUANDO?	QUANTO ? R\$
Ter produtos de qualidade	O cliente quer bons produtos	Fazendo pesquisas com os clientes	Gestor e colaborador	Na empresa	A cada trimestre	R\$ 1000,00
Ter produtos naturais e saudáveis	Por que há uma grande procura por tipo de produto atualmente	Fazendo testes de receitas e recebendo feedback dos clientes	Gestor e colaborador	Na empresa	De imediato	R\$ 1000,00
<b>TOTAL</b>						R\$ 2000,00

Fonte: Dados da Pesquisa

No quadro 3, apresenta-se o plano proposto para o mix preço, com todas as informações necessárias para colocá-lo em prática:

**QUADRO 3.** Plano de Ação para o mix Preço

O quê?	Por quê?	Como?	Quem?	Onde?	Quando?	Quanto? R\$
Pesquisar fornecedores e menores preços	Para oferecer um preço menor aos clientes	Ligar para os fornecedores e fazer orçamento prévio.	Gestor e colaborador	Na empresa, ligando e conversando com os fornecedores	Sempre que possível	R\$ 200,00
Aceitar cartões de débito, crédito e refeição	Existe um grande público que utiliza apenas cartão como forma de pagamento	Comprar uma máquina de cartão.	Gestor	Na empresa, pesquisando na internet e ligando para fornecedores	De imediato	R\$ 500,00
<b>TOTAL</b>						R\$ 700,00

**Fonte:** Dados da pesquisa

No quadro 4, apresenta-se o plano proposto para o mix praça, com todas as informações necessárias para colocá-lo em prática:

**QUADRO 4.** Plano de Ação para o mix Praça

O quê?	Por quê?	Como?	Quem?	Onde?	Quando?	Quanto? R\$
Criação da logomarca	Para criar uma identidade visual para a empresa	Contratando um profissional para realizar o projeto	Gestor	Na cidade, pesquisando profissionais de publicidade.	De Imediato	R\$ 200,00
Criação da fachada	Para que a empresa seja vista por todos que passem por perto	Criando um modelo simples que chame a atenção	Gestor	Na cidade, pesquisando em gráficas e empresas que façam esse serviço.	De imediato	R\$ 700,00

Uniformização dos colaboradores com camisetas, aventais, bonés personalizados	A maneira como os colaboradores se vestem e se portam transmite alguma imagem para o cliente. E isso faz toda a diferença.	Criando um modelo simples, que chame a atenção e deixe um impacto positivo para o cliente	Gestor	Na cidade, pesquisando em fábricas de uniformes	De imediato	R\$ 1000,00
Investimento em entregas	O cliente precisa ter comodidade e poupar tempo	Comprando uma moto com baú para entregas.	Gestor e colaborador	Na cidade, pesquisando em lojas e classificados	Assim que possível	R\$ 4000,00
TOTAL						R\$ 5900,00

Fonte: Dados da pesquisa

Na Figura 2, vê-se a versão final da logomarca da empresa Santo Pão. Foi escolhida a cor preta como fundo, por chamar muita atenção, e a cor branca para o desenho, por fazer esse contraste direto com o preto. Fazendo alusão ao nome da empresa, na palavra santo, substituiu-se o “T” por uma “cruz”, e na palavra “Pão”, o acento circunflexo virou uma auréola por cima da letra “A”.

FIGURA 2. Logomarca da empresa



Fonte: Dados do projeto

**FIGURA 3.** Projeto de fachada



**Fonte:** Dados da pesquisa

Para os uniformes dos atendentes, foi escolhida a cor preta, e na camisa, tem-se a logomarca bordada na frente e nas costas. No avental, a logomarca vem silcada na frente, e nos bonés, a logomarca será bordada, como mostram as figuras 4, 5 e 6.

**FIGURA 4.** Camiseta de uniforme



**Fonte:** Dados da pesquisa

**FIGURA 5.** Avental de uniforme

**Fonte:** Dados da pesquisa

No quadro 5, apresenta-se o plano proposto para o mix promoção, com todas as informações necessárias para colocá-lo em prática:

**QUADRO 5.** Plano de ação para o mix promoção

O QUÊ?	POR QUÊ?	COMO?	QUEM?	ONDE?	QUANDO?	QUANTO? R\$
Divulgação através de carro de som no bairro	Para informar de maneira mais direta aos futuros clientes a inauguração e o funcionamento da empresa.	Contratar empresa de publicidade que presta esse serviço	Gestor	Na cidade	De imediato	R\$ 200,00
<i>Flyers</i> impressos distribuídos nas residências e na porta do Fórum e da Prefeitura no horário de início do funcionamento	Para informar de maneira mais direta aos futuros clientes a inauguração e o funcionamento da empresa.	Contratar uma gráfica para realizar o serviço	Gestor	Na cidade, fazendo pesquisas e orçamentos em gráficas.	De imediato	R\$ 158,00
Criação de	As redes sociais deixam os	Adquirindo	Gestor	Pesquisando o	De Imediato	R\$ 700,00

Redes Sociais - Facebook, WhatsApp e Instagram	clientes mais próximos da empresa, além de manter uma linha de comunicação mais ágil	um smartphone exclusivo para a empresa e baixando os aplicativos		melhor aparelho e melhor preço na internet.		
Publicações diárias no perfil do Facebook e Instagram	Deixar as redes sociais sempre ativas e informar os clientes sobre os produtos e novidades.	Fotografando os produtos e publicando nas redes sociais	Gestor e colaborador	Na própria empresa	Todos os dias	R\$ 100,00
Publicações no <i>stories</i> e no <i>status</i>	Deixar os clientes sempre informados sobre o dia a dia da empresa e os produtos que acabaram de "sair do forno".	Fotografando e filmando os produtos frescos e publicando as imagens.	Gestor e colaborador	Na própria empresa	Todos os dias	R\$ 100,00
Comunicação direta com o consumidor pelas redes sociais	Manter o diálogo com o cliente sempre que ele necessitar de alguma informação.	Manter o bate-papo sempre aberto e procurar responder o cliente o mais rápido possível	Gestor e colaborador	Na própria empresa	Sempre	R\$ 100,00
<b>TOTAL</b>						R\$ 1358,00

Fonte: Dados da pesquisa

## 5. CONCLUSÃO

O desenvolvimento da pesquisa viabilizou a justificativa da importância que a realização de um planejamento de marketing traz para a organização, visto que atualmente, com tanta concorrência no mercado, é necessário criar as melhores estratégias para que uma pequena empresa consiga sobreviver, conquistar clientes e ter sucesso nos seus negócios.

Foi constatado o apelo da população por um comércio desse ramo no referido bairro, visto que não há nenhuma padaria ou lanchonete nas proximidades, e

o fluxo de pessoas no bairro aumentou muito com o funcionamento da Prefeitura Municipal e o Fórum de Justiça do Trabalho nas imediações.

O setor de panificação teve um crescimento de 3,08% em 2016, mas continua sendo ameaçado pelos grandes supermercados, com isso, é fundamental o uso do marketing digital e das redes sociais, como foi proposto pelo projeto, para trazer o cliente para dentro da empresa, fazendo com que ele se sinta à vontade, e cativá-lo com um bom atendimento e um local agradável para fazer seu lanche.

Portanto, pode-se concluir que a confecção de um plano de marketing deve ser bem elaborada, considerando diversas variáveis, para se resultar em ótimas oportunidades, possibilitando alternativas para manter e fidelizar os clientes, e para crescer e ter sucesso no mercado de trabalho.

#### REFERÊNCIAS

BORGES, Leandro. *O que são os 4 Ps do marketing, mix de marketing ou composto de marketing*. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/hdGo8E>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. *Marketing 4.0: do tradicional ao digital*. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. *Administração de marketing*. 12. ed. São Paulo: Pearson Hall, 2006.

LONGO, Walter. *Marketing e comunicação na era pós-digital: as regras mudaram*. São Paulo: HSM, 2014.

PERON, Allan. *Facebook marketing: dados de 2016 da maior rede social do mundo*. 2016. Disponível em: <<http://www.allanperon.com.br/facebook-marketing/>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

STROPARO, Eder. *Análise Swot Cruzada*. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/A7Q1iv>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

TORRES, Claudio. *Guia prático de marketing na internet para pequenas empresas*. Disponível em: <<https://goo.gl/VCdTsn>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

TORRES, Cláudio. *A bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar*. São Paulo: Novatec Editora, 2009.

SOUZA, Daniel de, et al. *Marketing Digital: mídias sociais*. 2013. 97 f. TCC (Técnico) - Curso de Técnico em Marketing, Etec Taubaté. Taubaté, 2013.

## Os principais desafios enfrentados pela gestão hospitalar: segmentação veterinária

*The main threats faced by hospital management: veterinarian segmentation*



**Tamires Soares Pereira de Faria**

Graduada em Administração pelo Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM).  
e-mail: tamirespereira345@hotmail.com

**Laércio José Vida**

Mestre em Administração Estratégica pela FEAD Minas-BH. Professor do UNIPAM.  
e-mail: laerciojv@unipam.edu.br

---

**RESUMO:** A relevância deste trabalho refletiu-se na abrangência do tema, visto que a administração hospitalar se transformou em algo essencial e imprescindível para a promoção da interação entre recursos humanos, recursos permanentes, organização do hospital, resolução de problemas e conflitos. O estudo procurou obter respostas para a problemática norteadora analisada em questão: identificar os principais desafios enfrentados pela gestão hospitalar na segmentação veterinária. Por se referir a procedimentos subjetivos, a análise foi realizada com base nos objetivos desta investigação, ancorado no marco teórico da revisão literária. Através da análise das respostas obtidas por meio da entrevista pessoal realizada com o gestor envolto na temática, foi possível compreender as dificuldades enfrentadas pela administração hospitalar. A averiguação revelou os aspectos acentuados da administração hospitalar frente aos desafios existentes na atual conjuntura mercadológica. Dentre os itens detectados vislumbram-se, com maior ênfase, aspectos relacionados ao capital humano e o atendimento às expectativas dos pacientes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Administração hospitalar. Qualidade. Segmentação veterinária.

**ABSTRACT:** The relevance of this work was reflected in the scope of the theme, since hospital administration has become essential and indispensable for the promotion of interaction between human resources, permanent resources, hospital organization, problem solving, and conflict. The study sought to obtain answers to the problematic guideline analyzed in question: to identify the main challenges faced by hospital management in veterinary segmentation. By referring to subjective procedures, the analysis was performed based on the objectives of this investigation, anchored in the theoretical framework of literary revision. Through the analysis of the answers obtained through the personal interview conducted with the manager involved in the theme, it was possible to understand the difficulties faced by the hospital administration. The investigation revealed the accentuated aspects of the hospital administration in face of the challenges existing in the current market situation. Among the items detected, it is possible to see,

with greater emphasis, aspects related to human capital and the fulfillment of patients' expectations.

**KEYWORDS:** Hospital administration. Quality. Veterinary segmentation.

---

## 1. INTRODUÇÃO

Assuntos relacionados à liderança são estudados desde o século XIX. Na atualidade, a gestão administrativa é exigida em qualquer ramo de atividade, seja qual for sua natureza. As empresas hospitalares estão incluídas nessa exigência. A gestão hospitalar encontra-se em processo de redefinição pela busca constante por qualidade no serviço oferecido, na produção do cuidado, integridade com os pacientes e na promoção da satisfação por parte dos usuários. Redefinição necessária para acompanhar as tendências da segmentação.

Organizações prestadoras de serviços de saúde, como hospitais e clínicas em geral, são entidades mais complexas, pois requerem atenção e cuidados mais minuciosos. O hospital ou a clínica tem como função tratar seus pacientes com intuito de preservação à vida, seja ela da classe humana ou animal. As características peculiares a este tipo de organização parecem não encontrar enquadramento exato em nenhum estereótipo administrativo, porém se encaixam perfeitamente nos preceitos da administração geral.

O gestor hospitalar tem como função facilitar a dinâmica dos processos desempenhados em prol do pleno funcionamento da organização com a utilização de ferramentas e recursos que promovam a eficácia. O planejamento, a resolução de problemas e a intermediação de conflitos são técnicas também necessárias para condução administrativa.

O impacto da gestão hospitalar no seu âmbito de atuação promove de maneira sistêmica as responsabilidades e interações coletivas, favorecendo o desenvolvimento de adesões relevantes. Grande passo para que a organização ofereça serviços de qualidade.

A hipótese que orientou este estudo teve a intenção de identificar são quais os principais desafios enfrentados pela gestão hospitalar na segmentação veterinária. Considera-se que essa investigação foi de grande contribuição, pois, diante dos estudos realizados, foram pontuados os aspectos indulgentes em relação aos desafios existentes no ambiente hospitalar veterinário.

O objetivo geral baseia-se nas problemáticas enfrentadas pelos gestores hospitalares na segmentação veterinária, com o intuito de propor ações de melhoria, para amenizar os sofrimentos dos pacientes e de seus proprietários, oferecendo a eles um tratamento seguro e de qualidade. Quanto aos objetivos específicos, busca-se conhecer um pouco mais sobre a dinâmica hospitalar veterinária e identificar o perfil dos administradores hospitalares.

A metodologia utilizada neste projeto foi a pesquisa bibliográfica descritiva, na qual, a partir da fundamentação teórica e da revisão bibliográfica, procu-

rou-se fornecer um melhor entendimento sobre os principais desafios enfrentados pela gestão hospitalar na segmentação veterinária. Os aspectos literários foram confrontados com as respostas obtidas através da entrevista realizada com o gestor hospitalar envolto na temática.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1. ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

Administração hospitalar pode ser definida como o conjunto de princípios e atividades que envolvem o planejamento, organização, direção e controle de ações praticadas por gestores de instituições de saúde. Verifica-se que, independentemente do tipo de organização, as atividades desempenhadas estão correlacionadas com os conceitos universais da administração geral (BORBA & LISBOA, 2006). Esses autores vislumbram que a administração hospitalar envolve alguns itens essenciais a qualquer gestão, planejamento e controle. A administração abordada em questão diferencia-se dos demais segmentos administrativos apenas pela peculiaridade dos serviços oferecidos aos clientes, tais como o atendimento e a recuperação de indivíduos ou animais. As características em si são similares aos demais sistemas administrativos.

### 2.2. EVOLUÇÃO DO SISTEMA HOSPITALAR

A clínica e o hospital, vistos como uma empresa prestadora de serviços, sofreram uma rápida evolução tecnológica e social que atinge diretamente todos os seus usuários. Nessa perspectiva surgem programas de qualidade estruturados por meio de controles e aperfeiçoamentos de técnicas. Para Londoño *et al.* (2000, p. 5),

a gestão do hospital moderno tem algumas características diferentes daquelas do hospital antigo, uma vez que hoje tais instituições são concebidas como empresas prestadoras de serviço de saúde, em disposição permanente para atender a todas as expectativas e demandas de um cliente, o paciente; ainda sim, dispostas a operar em um mundo de competência e qualidade.

O autor destaca que o sistema de gestão hospitalar evoluiu ao longo do tempo. Com a evolução, percebe-se que o hospital nos dias atuais pode ser comparado a qualquer outra empresa, e ambas possuem o mesmo objetivo: oferecer aos clientes um atendimento satisfatório e com qualidade. Nessa perspectiva, cabe ao gestor hospitalar promover a sinergia entre os elementos essenciais para que esse processo ocorra.

Relatos existentes sobre os hospitais antigos destacam a inexistência de

condições para que eles pudessem ser administrados como uma organização empresarial. Isso se deve à escassez de recursos e à simplicidade dos serviços oferecidos, além do trabalho gratuito e voluntário (BORBA & LISBOA, 2006). O comentário do autor condiz com a citação acima, pois graças à evolução dos hospitais, a gestão administrativa também evoluiu, apresentando propósitos similares às intenções apresentadas por qualquer outra instituição, independentemente do ramo de atividade.

### 2.3. A GESTÃO HOSPITALAR:

#### UM ELEMENTO INDISPENSÁVEL PARA UM BOM DESEMPENHO DO HOSPITAL

A gerência desempenha um papel primordial na gestão hospitalar, pois é ela que realiza o trabalho de combinar pessoas, tecnologias e recursos, visando o alcance das metas previamente definidas. A perspectiva é clara: dotar as organizações hospitalares de práticas comprometidas com aqueles objetivos, que se traduzem essencialmente pela busca por eficiência e qualidade (CASTELAR, 1995).

Enfatiza-se que a performance de um hospital está relacionada ao comprometimento e ao desempenho do seu gestor. O gestor é a peça-chave para o desenvolvimento da organização hospitalar, é ele que conduz todos os pontos essenciais a sua existência, além de direcionar os recursos financeiros, humanos e tecnológicos para promoção de serviços com confiabilidade, conforto e qualidade. O gestor trabalha pela promoção do envolvimento e do comprometimento dos profissionais que integram a equipe, além de controlar as atividades desempenhadas e oferecer suporte às particularidades que surgem diariamente durante a rotina. O gestor enfrenta grandes desafios em sua condução gerencial.

### 2.4. COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DO GESTOR HOSPITALAR

Castelar (1995, p. 145) afirma que

o diretor de hospital, tal como um chefe de orquestra, deve esforçar-se para executar sua programação zelando pelo bom funcionamento de todas as instâncias citadas, no respeito da letra e do espírito dos textos, e garantindo por outro lado a unidade do hospital para melhor realização possível de sua missão.

Ao analisar as responsabilidades do diretor do hospital, não se pretende englobar todas as suas atividades, mas sim apresentar um esquema que permita observar em conjunto suas obrigações que sirva de referência para organizar suas funções ou desenvolver programas sistemáticos embasados nas técnicas da administração moderna (LONDOÑO *et al.*, 2003).

Ambos os autores destacam que o gestor hospitalar deve aplicar ferramentas modernas de gestão para conduzir o ambiente prestador de serviços de

saúde. Ressaltam ainda que esforços não devem ser limitados para a promoção da sintonia entre os processos que estruturam um escopo hospitalar. Para alcance da sintonia processual, o gestor hospitalar deve estabelecer metas, ações de melhorias, monitorar e acompanhar o desempenho de sua equipe, gerir recursos, promover a biossegurança e o bem-estar no ambiente.

Também cabe ao diretor uma supervisão permanente efetiva sobre a atualidade e a segurança dos serviços prestados, além de tomar ciência diária e pessoalmente sobre a eficiência da atenção hospitalar (LONDOÑO *et al.*, 2003). O autor destaca a grande relevância do acompanhamento e da supervisão, competências citadas anteriormente como atribuições indispensáveis aos gestores hospitalares. Presume-se, então, a necessidade que o gestor possui em atentar de forma global para todos os processos relacionados ao ambiente hospitalar.

## 2.5. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO AMBIENTE HOSPITALAR

No processo administrativo, as atividades devem fluir normalmente e sequencialmente, de tal forma que o trabalho possa ser comandado e, sobretudo, coordenado para a sua real finalidade, que sem dúvida alguma é a mais importante no trabalho hospitalar: oferecer um apoio logístico que proporcione ao paciente todas as condições para o bom e eficiente atendimento (BORBA & LISBOA, 2006).

Seguindo a mesma perspectiva, a gestão hospitalar veterinária deve agregar os mesmos preceitos, oferecer aos pacientes um atendimento satisfatório, além de condições necessárias à sua recuperação. Os animais de companhia são considerados como um ente da família, visto que eles recebem além do amor de seus proprietários os cuidados necessários à promoção de seu bem-estar. Em busca desses cuidados, seus proprietários procuram por um atendimento preventivo ou corretivo em clínicas ou em hospitais veterinários. A clínica escolhida pelo proprietário para promover o suporte médico e o restabelecimento da saúde do paciente deve transmitir segurança e confiabilidade de maneira global.

A organização administrativa no ambiente hospitalar na segmentação veterinária ocorre praticamente da mesma maneira que acontece nas demais instituições que desempenham outras atividades. Os processos se desenvolvem por meio de departamentos, cada departamento é composto por profissionais que desempenham diferentes funções. Os departamentos e os profissionais são liderados pela gerência administrativa, com auxílio de regras, regulamentos e condutas estabelecidas para facilitar a aplicabilidade da liderança e da gestão.

## 3. METODOLOGIA

O método bibliográfico baseou-se em sua fundamentação através de materiais já elaborados, como referenciais teóricos, publicações, dissertação e teses, constituindo-se por análise de livros, artigos científicos e pela contribuição vi-

vencial do gestor hospitalar envolto no processo em estudo.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica descritiva, na qual, a partir da fundamentação teórica e da revisão bibliográfica, fornece-se um melhor entendimento sobre a administração hospitalar. A pesquisa bibliográfica oferece meios para definição e resolução de problemáticas já conhecidas, para exploração de novas áreas, em que os problemas não se caracterizam suficientemente, e o objetivo seria permitir ao pesquisador o reforço paralelo na análise de suas pesquisas (BERVIAN, 2007).

Quanto á abordagem da pesquisa, optou-se pelo método qualitativo, que é basicamente aquele que busca entender um fenômeno específico em sua profundidade, em vez de estatísticas, regras e outras generalizações. O método citado anteriormente trabalha com descrições, comparações e interpretações, tornando-se menos participativo e, portanto, menos controlável. Segundo Godoy (1995, p. 43),

a pesquisa qualitativa não procura enumerar ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumento estatístico na análise dos dados, pelo contrário, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

Por meio da pesquisa descritiva qualitativa, foi possível identificar os desafios enfrentados pela gestão hospitalar, na segmentação veterinária. Para identificação dos desafios enfrentados pela gestão, utilizou-se de um instrumento de pesquisa estruturado contendo perguntas objetivas e subjetivas, por meio da entrevista pessoal. A entrevista foi realizada com o gestor hospitalar envolto na temática.

Segundo Andrade (2006), a entrevista objetiva averiguar os fatos e fenômenos; identificar opiniões sobre os fatos e fenômenos determinadas pelas respostas individuais com conduta previsível para certas circunstâncias; descobrir fatores que influenciam ou que determinam opiniões, sentimentos e condutas; além de comparar a comportamento de uma pessoa no presente e no passado para deduzir seu desempenho no futuro.

Após a realização da entrevista, o conteúdo aderido foi ponderado, buscando-se a integração entre os conceitos abordados com embasamento na fundamentação teórica e na revisão bibliográfica.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, estão apresentados os resultados da entrevista aplicada com o gestor hospitalar da segmentação veterinária envolto nessa análise. As respostas do entrevistado foram confrontadas com a teoria defendida por conceituados

especialistas na área de gestão hospitalar. Através da apreciação dos conteúdos obtidos, realizou-se uma análise, na qual as questões abordadas com maior ênfase durante a entrevista foram enaltecidas com o objetivo de relatar os resultados conclusivos do estudo. A entrevista realizada foi semiestruturada e subdividida em oito categorias.

#### 4.1. CATEGORIA I: QUAIS OS PRINCIPAIS DESAFIOS DA GESTÃO HOSPITALAR VOLTADA PARA SEGMENTAÇÃO VETERINÁRIA?

São muitos os desafios da gestão hospitalar voltada para a segmentação veterinária, pois temos que ter em mãos uma unidade hospitalar que ofereça o melhor serviço ao paciente, e que não o onere para o cliente, e que dê lucro, diante dessa situação, o gestor deverá estar ligado nos gargalos que dificultam a obtenção dos resultados positivos (informação verbal: dados obtidos por meio de entrevista pessoal realizada pela autora).

E ainda,

Podemos destacar: os custos e a qualidade da mão de obra existente; os custos e a qualidade da matéria-prima utilizada, atualização técnica dos profissionais envolvidos, dos equipamentos que auxiliam na obtenção de um diagnóstico preciso, instalações confortáveis e bem higienizadas. Envolvimento do corpo profissional no objetivo da empresa, que é oferecer um serviço de ótima qualidade, buscando qualidade de vida ao paciente e a satisfação do cliente. E consequentemente obter lucro e estar sempre dentro das normas e padrões da vigilância sanitária e das entidades reguladoras (informação verbal: dados obtidos por meio de entrevista pessoal realizada pela autora).

Por meio da fala do entrevistado, pode-se observar que ele percebe a existência de diversos desafios enfrentados pela gestão hospitalar na segmentação veterinária, enfatiza ainda o grande desafio da promoção de um atendimento seguro e de qualidade. Outra relevante abordagem está relacionada ao envolvimento da equipe e à capacitação dos profissionais envolvidos no processo, além do atendimento às legislações vigentes. O entrevistado cita ainda questões relacionadas à disponibilização de recursos e instalações apropriadas.

Londonõ *et al.* (2000) destacam que grande parte das atividades profissionais desenvolvidas em um hospital exige muito esforço físico, concentração e dedicação. Para tal, é necessário que a gestão administrativa realize investimentos treinamentos e capacitações. A fala do autor vai ao encontro da colocação do entrevistado em relação ao desafio de retenção e envolvimento dos profissionais inseridos nesse sistema. Os treinamentos e incentivos seriam necessários para causarem bons resultados.

#### 4.2. CATEGORIA II: QUAL SERIA O DESAFIO DE MAIOR IMPACTO?

A visão apresentada pelo entrevistado, no que se refere à definição do desafio de maior impacto na gestão hospitalar, foi abordada de forma genérica e sucinta, conforme se verifica no depoimento:

O grande desafio, sem dúvida, é a mão de obra qualificada e envolvida com os interesses da unidade hospitalar veterinária, profissionais que vestem a camisa e que estejam atualizados com as necessidades do mercado (informação verbal: dados obtidos por meio de entrevista pessoal realizada pela autora).

Inferese, a partir da resposta citada, que o entrevistado faz uma análise adequada sobre a definição do desafio de maior impacto na gestão hospitalar. Enfatiza questões relacionadas ao envolvimento, à responsabilidade e à especialização dos profissionais inseridos nessa segmentação de mercado.

A relevância da melhoria contínua por meio da atualização dos conhecimentos baseados nas tecnologias científicas e a valorização dos profissionais envolvidos têm como intuito o alcance de resultados significativos. É necessário oferecer, além dos recursos, recompensas que atendam a necessidade desses profissionais. Profissionais comprometidos garantem o sucesso das atividades desempenhadas (LONDONO *et al.*, 2000).

O autor sugere algumas ações para intensificar o comprometimento e o envolvimento da equipe, itens baseados em capacitação, recursos e principalmente recompensas. Cita ainda alguns meios para minimizar as problemáticas relacionadas à mão de obra, identificadas pelo entrevistado como o desafio de maior incidência.

#### 4.3. CATEGORIA III: POR QUE AS ENTIDADES HOSPITALARES NA ATUALIDADE SÃO CONSIDERADAS MAIS COMPLEXAS, NA SUA VISÃO?

As entidades hospitalares veterinárias são complexas, pois têm características específicas, diferenciando-se dos demais ramos de negócios, não é uma regra matemática, lá se mexe com vida, onde sempre temos novos casos e condutas específicas para cada caso, o que faz com que a unidade hospitalar esteja sempre se atualizando, buscando oferecer o melhor serviço, o que faz com que o gestor esteja sempre buscando atualizações, e o principal, tomando as decisões rápidas e objetivas, auxiliando os profissionais da saúde veterinária e a unidade hospitalar no melhor tratamento (informação verbal: dados obtidos por meio de entrevista pessoal realizada pela autora).

Sob uma abordagem objetiva, o entrevistado enaltece as características específicas da segmentação, atividade relacionada diretamente com a vitalidade dos pacientes, o que requer atenção e cuidados especiais, além de profissionais

capacitados para exercerem tal atividade. A busca constante pela atualização de procedimentos e condutas, muito bem colocada pelo entrevistado, torna-se essencial para acompanhar as tendências do ramo de atividade avaliado em questão.

Couto e Pedrosa (2007) reforçam a abordagem do entrevistado em relação à complexidade do sistema hospitalar, destacando que o hospital é uma organização cada vez mais regida por leis, normas, regulamentação e portarias. Tais exigências são justificadas pela finalidade da organização, recuperação de paciente e promoção da saúde.

O entrevistado percebe que o hospital se torna uma organização mais complexa, pela relação direta com o cuidado vital e a preservação da saúde. O autor citou as questões relacionadas ao comprimento das legislações vigentes, que têm como intuito direcionar o atendimento às expectativas dos pacientes e estabelecer uma sistemática mais concreta ao ramo de atividade.

#### 4.4. CATEGORIA IV: QUAIS SERIAM OS ELEMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROMOÇÃO DE UMA GESTÃO HOSPITALAR DE SUCESSO?

Bom senso, conhecimento administrativo, agilidade, liderança e habilidades no relacionamento em grupo (informação verbal: dados obtidos por meio de entrevista pessoal realizada pela autora).

Nesse sentido, através da afirmação do entrevistado, percebe-se que ele vislumbra diversas habilidades necessárias à promoção de uma gestão hospitalar de sucesso, como conhecimentos técnicos, liderança e direcionamento da equipe. Borba e Lisboa (2006) enfatizam que a administração hospitalar está alicerçada na lógica e na clareza do raciocínio humano, visto que, por meio desses elementos, é possível o alcance da eficácia, do desenvolvimento tecnológico ordenado e rápido, além da aplicação de métodos com embasamento científico diretamente relacionado ao sucesso do negócio.

O autor destaca elementos técnicos necessários ao sucesso da gestão hospitalar, itens que complementam a colocação do entrevistado diante da problemática abordada. Borba e Lisboa (2006) enfatizam ainda que a gestão deve ser bela e harmoniosa como a melodia de uma música, colocações enriquecedoras oriundas de ambas as partes.

#### 4.5. CATEGORIA V: DESCREVA AS HABILIDADES, COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES NECESSÁRIAS AO GESTOR HOSPITALAR

Ser ético, ousado, proativo, saber lidar com pessoas, comprometido, saber ouvir, saber lidar com conflitos, e ser criativo (informação verbal: dados obtidos por meio de entrevista pessoal realizada pela autora).

Observa-se que a resposta do entrevistado ressalta as exigências estabele-

cidas no que diz respeito às competências e atribuições do gestor hospitalar. Entre os itens destacados, a resolução de conflitos, muito bem pontuada, torna-se algo indispensável para manter a ordem dos processos e a criação de um ambiente saudável e integrado.

A graduação em Administração, com conhecimentos expandidos em serviços de saúde, são formações técnicas necessárias ao profissional que pretende exercer a gestão de um ambiente hospitalar. A gestão só pode ser eficaz se for conduzida por dirigentes competentes e responsáveis (CASTELAR, 1995). Observa-se que a fala do entrevistado foi abordada de forma mais ampla que a colocação do autor, porém, este reforça a necessidade da formação específica em gestão para condução do negócio englobado em tal segmentação.

#### 4.6. CATEGORIA VI: POR QUE A GESTÃO HOSPITALAR SE TORNA UM ELEMENTO INDISPENSÁVEL PARA O BOM DESEMPENHO DO HOSPITAL?

Uma boa gestão hospitalar é fundamental para o sucesso do negócio, pois sem ela, a unidade hospitalar veterinária irá trabalhar com objetivos difusos, deficitários, custos elevados, recursos humanos deficientes ou excessivos, conflitos mal resolvidos e prejuízos materiais e humanos (informação verbal: dados obtidos por meio de entrevista pessoal realizada pela autora).

O entrevistado pontuou as dificuldades enfrentadas por sistemas em que a gestão não está definida e não há a existência de controles eficazes. Destacou ainda os prejuízos oriundos da má administração, perdas materiais e humanas. Castelar (1995), afirma que a gestão hospitalar tem o intuito de ocasionar melhoria na performance organizacional, bem como iniciar uma reflexão sobre modelos gerenciais capazes de otimizar resultados.

O autor reforça a percepção do entrevistado sobre a importância da gestão hospitalar para o sucesso do negócio e o bom desempenho do hospital. O entrevistado destaca ainda as problemáticas que surgem quando não há uma gestão sólida e bem definida. A gestão hospitalar procura atender a critérios e exigências relacionadas à eficiência e a qualidade.

#### 4.7. CATEGORIA VII: COMO PROMOVER UM AMBIENTE SEGURO, AGRADÁVEL E ACOLHEDOR MEDIANTE OS DESAFIOS?

Com ética, respeito, conhecimento, carinho e estar sempre buscando melhorias, diante das reclamações e necessidades dos clientes e colaboradores (informação verbal: dados obtidos por meio de entrevista pessoal realizada pela autora).

O entrevistado destacou algo de extrema proeminência: o atendimento das necessidades e das expectativas dos clientes como um dos itens para promoção de um ambiente seguro, agradável e acolhedor. A ética, o respeito, o conhe-

cimento, o carinho, foram também colocados como pontos-chave para a promoção de um ambiente agradável diante dos desafios enfrentados.

Pode-se dizer então que a administração hospitalar está direcionada pela ética capaz de harmonizar a excelência do cuidado, com a excelência da organização, utilizando-se de princípios e valores, como a autenticidade, a integridade, a coerência, a justiça e a equidade.

Neto e Malik (2016) afirmam que a segurança do paciente é vista de diferentes maneiras, ambas relacionadas à qualidade do serviço prestado: efetividade do cuidado, cuidado centrado no paciente, cuidados prestados no momento certo, eficiência e equidade, são itens indispensáveis à promoção de um ambiente seguro e acolhedor.

Os autores colocam diversos itens necessários à promoção de atendimentos com qualidade e que preservem o bem-estar do paciente. Enfatizam ainda que a segurança integra diretrizes para prevenção de erros e possíveis incidentes. O intuito seria atender da melhor forma possível às expectativas existentes em cada atendimento clínico, com utilização de técnicas seguras e eficazes.

#### 4.8. CATEGORIA VIII: QUAIS SERIAM OS ELEMENTOS CABÍVEIS DE MELHORIAS?

Muita coisa ainda temos para melhorar, pois as necessidades dos clientes são constantes e, como estamos na era digital, a cada dia os pacientes estão sendo humanizados, o que faz com que uma unidade hospitalar veterinária seja cobrada como se fosse um hospital humano e particular, oferecendo o melhor serviço e com segurança (informação verbal: dados obtidos por meio de entrevista pessoal realizada pela autora).

O entrevistado coloca a necessidade dos clientes como pontos cabíveis de constante melhoria, em que as indigências são pontuadas como periódicas. A melhoria da gestão hospitalar passa necessariamente pela definição de um sistema simples, confiável e prático. Estratégias gerenciais e de qualidade são elementos cabíveis de progressões (CASTELAR, 1995). Ambos os envolvidos realizam a abordagem em torno dos mesmos aspectos: a qualidade e o atendimento as expectativas dos clientes.

Para Puri (1994), a qualidade não é uma questão tática, mas sim estratégica. A qualidade é de fato um conceito complexo e multifacetado. Não se trata de uma atividade ou característica singular, nem de um sistema ou de um departamento. É a soma de todas as características de um produto ou serviço que contribuem para sua superioridade e excelência.

O impacto da gestão da qualidade no seu âmbito de atuação promove de maneira sistêmica as responsabilidades e interações coletivas, favorecendo o desenvolvimento de adesões do capital intelectual, tornando-se um grande passo para que a organização seja um diferencial no mercado. A qualidade é conside-

rada elemento diferenciador no processo de atendimento às expectativas de seus usuários, alicerçada pela integração harmônica das diversas áreas que compõem a estrutura hospitalar.

## 5. CONCLUSÃO

A visão do gestor hospitalar, inserido no contexto de forma ampla e clara, reforça a existência de desafios no ambiente hospitalar, com ênfase na complexidade. O gestor vislumbra ainda os elementos indispensáveis ao sucesso da organização hospitalar. As atribuições e o perfil do administrador hospitalar foram também identificados. O gestor percebe a necessidade de melhoria no sistema e a importância da gerência hospitalar para o bom desempenho do hospital e para oferecer um ambiente seguro, agradável e acolhedor.

Para Motta (1995), os gestores enfrentam o desafio de cumprir os objetivos e alcançarem os resultados esperados. Na atividade hospitalar não é diferente: garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos não é uma tarefa tão simples assim, visto que existem alguns fatores determinantes. A forma de execução das tarefas, a integração da equipe, o fator humano, o conhecimento técnico, o preparo e o planejamento são fatores essenciais para o alcance do programa estratégico estabelecido.

O serviço ofertado torna-se algo mais complexo, devido à conexão direta com a afetividade e às relações que envolvem sentimentos. O cuidado com os pacientes deve ser especial e minucioso. É necessário o envolvimento do grupo para oferecer o suporte exigido durante todo o tratamento, além, é claro, do apoio técnico indispensável ao bem-estar. O fator humano é determinante para acarretar esse fluxo contínuo.

A atividade não permite margem de erro, é necessário ter atenção, integração, planejamento e controle. Esse conjunto de ações tem o intuito de impedir transtornos e intercorrências que, na maioria das vezes, tornam-se irreversíveis. A integração entre os profissionais é de suma protuberância para alcance da efetividade das tarefas, em que a sinergia entre os membros da equipe torna-se indispensável.

Cabe ao gestor hospitalar transmitir segurança e serenidade, mesmo nas circunstâncias mais delicadas, além do espírito de decisão e iniciativa, disciplina e energia revitalizadora para levar o hospital a uma constante atualização, com foco no desempenho. O administrador hospitalar, através de uma gestão eficiente, pode salvar vidas e prolongá-las, além de induzir as instituições a aperfeiçoarem suas possibilidades na prevenção das enfermidades, na promoção da saúde e desenvolvimento do ensino e da pesquisa.

Os procedimentos realizados apresentam casuística diversificada, e cabe aos profissionais agilidade e preparo para lidar com tais situações, além, é claro, da disponibilidade de recursos tecnológicos para facilitar o diagnóstico. O fechamento do diagnóstico caminha de mãos dadas com a tecnologia evolutiva, o

que os torna parceiros inseparáveis, visto que periodicamente surgem no mercado equipamentos cada vez mais sofisticados que auxiliam na identificação da patologia e na elaboração de tratamentos.

Em síntese, o gestor hospitalar deve manter controle dos recursos disponíveis, envolver e motivar o fator humano, estabelecer um ambiente agradável e integrado a fim de assegurar a eficácia dos procedimentos e a prestação de atendimentos satisfatórios e seguros. Esse é o grande desafio da gestão atual.

O desdobramento da eficiência e da eficácia nos processos de gestão e suporte hospitalar só apresenta objetividade, caso a atenção esteja voltada para o paciente, através de conceitos que atendam às crescentes reivindicações por melhorias. Toda atividade produtiva é aquela que conta com a participação conjunta de diversos agentes, cada qual contribuindo com algum recurso.

A Administração Hospitalar, em conjunto com os agentes citados no parágrafo anterior, assim como qualquer outra figura administrativa, propende, em princípio geral, em coordenar e normalizar suas atividades com a finalidade de atingir objetivos oriundos dos esforços em conjunto, através do planejamento, da organização e do controle.

Por meio deste estudo esmiuçador, foi possível averiguar que a segmentação de saúde na atualidade enfrenta inúmeros desafios, porém, com uma gestão concreta e bem estruturada, os obstáculos tornam-se oportunidades de melhoria e desenvolvimento.

Através da abordagem conceitual e principalmente da contribuição vivencial do gestor envolto na temática, enfatiza-se um aspecto indispensável ao bom funcionamento do hospital. O item identificado em questão refere-se à maneira como a instituição hospitalar é administrada.

O gestor hospitalar tem papel principal dentro desse cenário, pois ele é o profissional capaz de gerenciar de forma eficiente a complexidade das atividades das instituições de saúde, adquirindo autonomia no processo de aquisição e disseminação do conhecimento e tornando-se agente multiplicador apto a resolver questões internas e externas da organização e suas relações humanas, sociais e tecnológicas.

A partir dos resultados obtidos, é possível indicar itens cabíveis de melhorias. O desenvolvimento da equipe por meio de treinamentos, capacitações e recompensas monetárias direciona e prepara o grupo. Profissionais capacitados e envolvidos realizam os atendimentos de forma satisfatória e oferecem o suporte técnico necessário para tal. Em relação ao ajuste de arestas não conformes existentes na sistemática hospitalar, sugere-se a prática de reuniões periódicas e feedbacks. As reuniões e feedbacks são ferramentas indispensáveis ao alcance do resultado esperado, além de facilitar o alinhamento em torno dos objetivos estratégicos e o desenvolvimento de pessoas.

Por fim, adverte-se que este trabalho não proporcionou meta conclusiva para analisar e esgotar todas as áreas e fundamentos relacionados à gestão hospitalar. Espera-se que demais pesquisas busquem a complementação e a expansão de novas concepções, visto que os temas relacionados são atuais e de suma mag-

nitude. Outras investigações poderão aderir, a partir deste estudo, como fonte de extensão das ferramentas, métodos e práticas que possibilitam ações que superaram expectativas.

#### REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. São Paulo: Atlas, 2006.
- BORBA, Valdir Ribeiro; LISBOA, Teresinha Covas. *Teoria geral de administração hospitalar: estrutura e evolução do processo de gestão hospitalar*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.
- CASTELAR, Rosa Maria. *Gestão hospitalar: um desafio para o hospital brasileiro*. [s.l.]: Ecole Nat.de la Sante Publique, 1995.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.
- COUTO, Renato Camargos; PEDROSA, Tania Moreira Grillo. *Hospital: acreditação e gestão em saúde*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- GODOY, A. S. *Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais*. São Paulo: RAE, 1995.
- MALAGÓN-LODOÑO, Gustavo; MOREIRA, Ricardo Galán; LAVERDE, Gabriel Pontón. *Administração hospitalar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- MOTTA, Paulo Roberto. *Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- PURI, Subhash C. *Certificação ISO 9000 e gestão da qualidade total*. Rio de Janeiro: Forense, 1994.
- VECINA NETO, Gonzalo; MALIK, Ana Maria. *Gestão em saúde*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

## Capital intelectual: riqueza além dos cofres

*Intellectual capital: wealth beyond the safe boxes*



**Lídia Mara Pereira Silva**

Graduada em Letras pelo Centro Universitário de Patos de Minas, com pós-graduação em Gestão Empresarial – Recursos Humanos pela mesma instituição.  
e-mail: [lidia@pivodrip.com.br](mailto:lidia@pivodrip.com.br)

---

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo conceituar capital intelectual como sendo o capital do conhecimento humano aplicado à valorização do indivíduo, abordando sua estruturação e incluindo o capital humano, que é a força transformadora que o intelecto traz; o capital estrutural, que armazena o conhecimento produzido e transformado; e o capital de relacionamento, que reflete nas relações com o mercado, mostrando o êxito no uso dos capitais anteriores. Intenta-se mostrar como as mudanças econômicas advindas da globalização vêm fazendo com que as corporações necessitem se adaptar a esta nova formação. Para tanto, é apresentado um breve estudo de caso das empresas 3M, Natura e Dell, exemplificando a aplicação do Capital Intelectual como diferencial em um mercado cada vez mais competitivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capital intelectual. Capital humano. Capital estrutural. Capital de relacionamento. Era do conhecimento. Organizações. Mercado. Vantagem competitiva.

**ABSTRACT:** The present paper aims at conceptualizing intellectual capital as being the capital of human knowledge applied to the appreciation of the individual, by approaching its structure and including the human capital, which is the transforming strength of the intellect; the structural capital, which stores the produced and transformed knowledge; and the relationship capital, which reflects in the relations with the market, showing the success in the use of the other mentioned capitals. The intention is to show how the economic changes that came from globalization have been taking the enterprises to adapt themselves to this new format. This way, it was presented a brief study case of the enterprises 3M, Natura and Dell, by exemplifying the application of the intellectual capital as a difference in a more competitive market.

**KEYWORDS:** Intellectual capital. Human capital. Structural capital. Relationship capital. Knowledge era. Organizations. Market. Competitive advantage.

---

## 1. INTRODUÇÃO

A capacidade incrível de pensar, criar e executar do ser humano sempre foi indispensável para o desenvolvimento do seu meio, porém, com uma importância considerada secundária ou apenas parte do sistema. Com a era do conhecimento substituindo a era industrial, a participação das pessoas e do que elas poderiam oferecer tornou-se, em muitos aspectos, uma moeda mais valiosa e importante que a econômica. A globalização, os avanços tecnológicos, a fluidez com que as informações norteiam o mercado, deram uma nova roupagem à economia e à forma como as empresas precisam se organizar para sobreviverem ao aumento da competitividade.

O capital intelectual aparece neste cenário e é entendido a partir de seus componentes como as competências, experiências e a inovação de seus indivíduos (capital humano), que desenvolvem a cultura, alimentam banco de dados, criam procedimentos (capital estrutural) e se mantêm no âmbito econômico através de relações com colaboradores, clientes e parceiros (capital de relacionamento). Desta forma, o presente trabalho objetiva conceituar, definir sua estruturação, entender qual a sua importância e a de seus componentes e, da mesma forma, analisar se e como o capital intelectual representa um diferencial que as organizações buscam e devem continuar a buscar constantemente.

É também propósito deste trabalho exemplificar, através de breve análise, o estudo de caso de três empresas reconhecidas mundialmente: 3M, Natura e Dell, objetivando-se mostrar o capital intelectual praticado e associando-se estas histórias de sucesso à aplicação efetiva do capital humano, estrutural e de relacionamento.

Pretende-se ao final visualizar e entender as mudanças na forma de trabalhar das empresas, seus novos conceitos apoiados na importância do capital intelectual para o desenvolvimento das organizações. Este trabalho poderá possibilitar aos leitores, sejam eles colaboradores, gestores e/ou empresários, um maior interesse na valorização do elemento humano e a consequente agregação de valor à sua empresa.

Sabe-se hoje que não há crescimento se não houver a fusão entre patrimônio e colaborador. É possível investir em maquinário, estrutura física, mas de nada adianta sem o incessante interesse e investimento em quem irá utilizá-los.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

“Admitir o conhecimento como recurso econômico impõe novos paradigmas na forma de valorizar o ser humano e na forma de valorizar uma organização, pois gera benefícios intangíveis que alteram o patrimônio” (ANTUNES, 2000).

No momento em que a força do intelecto sobrepõe-se à física, característica da chamada Era do Conhecimento ou Era da Informação, o ser humano sobrepõe-

se também às máquinas. Schmidt e Santos (2002) reforçam que o conhecimento se tornou a principal commodity e propulsora de resultado na economia, em que a inteligência organizacional (pessoas inteligentes trabalhando de forma inteligente) passou a assumir a maior relevância nas organizações.

Crawford (1994) afirma que, numa economia do conhecimento, os recursos humanos, e não o capital físico e financeiro, constituem as vantagens competitivas das organizações. O capital intelectual é, portanto, a soma da importância do conhecimento individual e também coletivo usado para diferenciar um produto, uma organização e até mesmo um profissional no mercado de trabalho.

Segundo um dos grandes estudiosos do assunto, Stewart (1998), o capital intelectual constitui a matéria intelectual – conhecimento, informação, propriedade intelectual, experiência - que pode ser utilizada para gerar riqueza. Em outro momento, novamente Stewart (2002) descreve de maneira “singela”, conforme palavras suas, que capital intelectual é a constatação de que os ativos tangíveis das organizações são muito menos valiosos do que os ativos intangíveis, que são os mensurados pela contabilidade.

Uma forma de conceituar capital intelectual está em entender seus componentes, que, de acordo com Stewart (1998), dividem-se em capital humano, capital estrutural e capital de relacionamento.

Capital humano refere-se à habilidade do indivíduo, sua capacidade e seu conhecimento genuíno e também o adquirido, acumulado, trabalhado e refinado com o tempo, conforme ilustram Edvinsson e Malone (1998): “Toda capacidade, conhecimento, habilidade e experiência individual dos empregados e gerentes estão incluídos no termo capital humano”.

Schmidt e Santos (2002) ressaltam que capital humano “compreende os benefícios que podem ser proporcionados pelos indivíduos nas organizações”. E falam do investimento cada vez maior das empresas nos colaboradores, porque quanto maior a capacitação do elemento humano, maior desenvolvimento e visibilidade da empresa.

Capital estrutural, para Edvinsson e Malone (1998), pode ser melhor definido como o arcabouço, a infraestrutura que embasa o capital humano. Trata-se da cultura da organização, normas, diretrizes, banco de dados, documentações, softwares desenvolvidos, modelos de gestão, ou seja, aquilo que o capital humano é capaz de produzir e/ou alimentar, mas que permanece na empresa independentemente da permanência ou saída do empregado. É, para Schmidt e Santos (2002), “a transformação do conhecimento dos indivíduos em um ativo da entidade, por meio da melhoria contínua e do compartilhamento da criatividade e da experiência”. A detenção das melhorias conquistadas, feita por bancos de dados, permite às empresas operarem e se destacarem em um ambiente global.

Capital de relacionamento, ou de clientes, conforme diz Stewart (1998), é a estrutura de conhecimento das organizações. Nela inclui-se a relação de negócios da empresa, que engloba contatos comerciais estratégicos, parceiros, fornecedores, clientes e colaboradores. É a logística para que a produção se transforme em riqueza. Segundo Chiavenato (2009), o valor deste capital é determinado pelo grau

de satisfação com que a empresa soluciona as necessidades dos seus clientes. É esta rede de relacionamentos que permite que a organização, uma vez fortalecida, tenda a manter um crescimento constante. A utilização do capital intelectual refere-se, de acordo com Antunes (2000), a “um investimento a longo prazo. Desta forma, percebe-se que os valores vão aparecendo à medida que recursos vão sendo somados à inesgotável capacidade humana para a obtenção de resultados”.

### 3. METODOLOGIA

Neste estudo, foi utilizada a metodologia básica, uma vez que se pretende gerar e aumentar conhecimentos úteis a respeito do capital intelectual. Quanto à modalidade, é revisão bibliográfica, no que se refere à pesquisa de estudiosos como Thomas Stewart, um dos precursores e principais propagadores deste conceito. Houve também a utilização de estudo de caso, a partir do qual, abordando as histórias e a evolução das empresas 3M, Natura e Dell, pode-se materializar os conceitos apresentados.

Com relação aos objetivos e à natureza, dados foram levantados, pesquisados, analisados e interpretados sob a ótica dos autores, buscando a exposição da importância e do uso do capital intelectual, o que caracterizou a pesquisa como descritiva e qualitativa respectivamente.

Houve o levantamento de materiais já elaborados sobre o assunto, como livros, artigos publicados, revistas, páginas da web (incluindo o site oficial das organizações citadas), buscando maior entendimento e conhecimento de conceitos e ideias de diferentes autores, para melhor interpretação daquilo que a literatura apresenta.

### 4. CONCEITO DE CAPITAL INTELECTUAL

As empresas, há algum tempo, vêm tendo de se adequar às novas exigências do mercado. Antunes (2000) relata a evolução dos estudos em relação ao capital intelectual, quando aponta em 1991 a criação da função de capital intelectual na empresa sueca Skandia AFS, evidenciando seu desenvolvimento, sua definição de metas e suas formas de somar o conhecimento ao balanço patrimonial da empresa. Ainda nesta evolução, a autora cita que Thomas Stewart foi quem publicou a primeira matéria da qual se tem informação usando este conceito, na revista *Fortune*, em 1994: “*Your company’s most valuable asset: intellectual capital*”<sup>1</sup>.

Entendendo-se capital como recurso, dinheiro e posses, a tendência seria classificá-lo como algo estritamente físico e financeiro. Porém, com a Era do Conhecimento, passou-se a verificar que o ser humano é também capaz de produzir riquezas.

---

<sup>1</sup> O bem mais valioso da sua empresa: capital intelectual (tradução nossa).

Assim, a palavra *capital*, associada ao intelecto, possibilita definir que as habilidades humanas, voltadas para o desenvolvimento, compõem hoje a parte mais importante do patrimônio das empresas.

Conceituar *capital intelectual* foi um processo de entendimento de que havia uma falha, um intervalo entre o valor de mercado e o valor contábil. Ativos físicos somente não mensuravam a grandeza de uma organização em sua totalidade, conforme enfatiza Stewart (1998), quando diz que “os ativos que criavam e manipulavam o saber, ou seja, os próprios seres humanos, os sistemas e as estruturas, e as relações com clientes e consumidores eram os mais importantes, apesar de raramente surgirem no balanço e contas da entidade”.

Capital intelectual é a soma de conhecimentos, habilidades, recursos intelectuais e individuais usados de forma coletiva para agregar valores às empresas. Assim, Brooking (*apud* SCHMIDT e SANTOS, 2002) o conceitua como “uma combinação de ativos intangíveis, frutos das mudanças nas áreas da tecnologia da informação, mídia e comunicação, que trazem benefícios intangíveis para as entidades e que capacitam o funcionamento das mesmas”.

Da mesma forma, Edvinsson e Malone (1998) explicam capital intelectual, comparando-o à figura de uma árvore, em que as partes visíveis, externas, como tronco, folhas, galhos, frutos produzidos, não se sustentam sem a base, a parte não vista, que são as raízes. Da mesma forma, a organização, com suas edificações, maquinários, lucros, jamais atingiria qualquer patamar de desenvolvimento sem o conhecimento aplicado.

O capital intelectual é uma ferramenta de transformação. Conforme Stewart (2002), o conhecimento é que transforma as matérias-primas, e estas, uma vez mais valorizadas, podem vir a ter um diferencial.

Pode-se observar, desta forma, a relevância traduzida pelos autores da ideia de como o uso do capital intelectual poderá gerar uma vantagem competitiva. Ainda como parte do seu conceito, e para um melhor entendimento, Stewart (1998) estruturou o capital intelectual em outros três: capital humano, capital estrutural e capital de relacionamentos.

## 5. ESTRUTURAÇÃO E COMPONENTES DO CAPITAL INTELECTUAL

### 5.1. O CAPITAL HUMANO

O capital humano é apontado por muitos autores como a parte mais importante do capital intelectual. É, segundo Chiavenato (2009), “capital de gente, talentos e competências”. Relatam Schmidt e Santos (2002) que, na visão de economistas que estudam o assunto, o ser humano é considerado capital pelo seu poder de gerar bens e serviços, por sua capacidade de unir trabalho e conhecimento, e isso representa valor e desenvolvimento econômico. Desta forma, ainda que a Era do Conhecimento tenha trazido a informatização e a facilitação de processos produtivos, a criatividade é uma destreza originalmente humana.

A busca incessante das empresas por inovação, desenvolvimento de novos produtos, visibilidade no mercado por apresentar algo ainda não visto ou feito, valorizam ainda mais o capital humano. São as pessoas que, trazendo conhecimentos próprios a partir de experiências adquiridas, estudo, treinamento, conseguem fazer, segundo Chiavenato (2009), com que este capital valha mais, na medida em que consegue influenciar as ações e os destinos da organização.

Schmidt e Santos (2002) dizem que “quanto mais qualificado for o capital humano de uma organização, melhores resultados ela alcançará em termos de Capital Intelectual”. E também que “pessoas cujo talento e experiência criam produtos e serviços são o motivo pelo qual clientes procuram a entidade e não o concorrente”. É possível perceber, portanto, que o capital humano, diferentemente do capital financeiro, não se esgota, ao contrário, quanto mais pessoas detêm conhecimentos úteis para a organização e quanto mais a organização investe no potencial de seus colaboradores, mais esse capital vai se tornando disseminado, gerando valor e diferenciando esta empresa no mercado.

#### 5.1.1. Principais elementos formadores do capital humano

Conforme Davenport (2007 *apud* MARTINS, 2015), o capital humano pode ser dividido em *capacidades*, que são as competências do indivíduo de executar determinadas tarefas. Elas se subdividem em conhecimento, que consiste em conhecer e dominar o que for necessário para o desempenho das atividades; técnica, sendo a habilidade específica, a detenção de métodos para a realização daquilo que foi proposto; e talento, que é a facilidade inerente, uma aptidão para determinada tarefa. Outro componente é o comportamento, que se define como a forma de agir do colaborador no desenvolvimento do seu trabalho. É a soma dos valores individuais com influências externas. Por último, destaca-se também o tempo. Para a produção ou desenvolvimento de uma atividade, é necessário investir no tempo, como as horas diárias de trabalho, bem como o tempo aliado à experiência profissional, aos anos de carreira, etc.

Cabe verificar que com toda esta importância, e poder-se-ia dizer dependência, do capital humano, as empresas se deparam com a dificuldade da volatilidade deste recurso, ou seja, não se sabe até quando a empresa pode contar com aquele colaborador no qual se investiu com treinamentos e tempo, e o qual, por sua vez, ofereceu em muitos casos o diferencial que era necessário naquele momento. Nas palavras de Schmidt e Santos (2002), “a entidade pode alugar pessoas, mas não pode possuí-las; neste momento, entra em cena o Capital Estrutural”.

## 5.2. O CAPITAL ESTRUTURAL

Na definição de Chiavenato (2009), capital estrutural

envolve a estrutura interna da organização, conceitos, modelos e sistemas administrativos e de computação. A estrutura interna e as pessoas constituem juntas o

que geralmente chamamos de organização. Além disso, a cultura ou espírito organizacional também faz parte integrante dessa estrutura interna.

Pode-se dizer que é o único dos capitais do conhecimento que a entidade realmente possui. É, para Stewart (1998), aquele que permanece na empresa. É nesse capital que as organizações se apoiam para diminuir os impactos causados quando os colaboradores as deixam. O capital estrutural reúne o que vai sendo produzido, acumulado, lapidado e, de acordo com Stewart (1998), o seu objetivo primordial é a manutenção do conhecimento humano, tornando-o propriedade da entidade. Para que esta riqueza em forma de conhecimentos seja mantida, é necessário o auxílio das tecnologias da informação e das telecomunicações, criação de banco de dados, softwares, formalização de processos.

Quando se amplia a estruturação da empresa, obtém-se, segundo Schmidt e Santos (2002), “maior agilidade na distribuição do conhecimento, evita-se o retrabalho, aumenta-se o conhecimento coletivo, reduz-se o tempo de espera e aumenta-se a produtividade dos indivíduos”.

A cultura das empresas também é parte da sua estrutura. Começa com o “jeito” dos fundadores e recebe influências externas, bem como dos seus próprios colaboradores e vai se moldando ao longo do tempo. Porém, sua essência pode ser determinante num mercado competitivo.

Nesta vertente, observa-se que marcas registradas, patentes, direitos adquiridos, fórmulas sigilosas, a maneira de trabalhar, compõem, portanto, um ambiente real que, se bem organizado, será o diferencial para que o capital humano possa dar o retorno esperado.

### 5.3. O CAPITAL DE RELACIONAMENTOS

Capital de relacionamentos também é conhecido como capital de clientes. Na verdade, essa denominação restringe de certa forma sua amplitude. Segundo Chiavenato (2009), é parte da estrutura externa da organização, englobando a relação entre clientes, fornecedores, a reputação e a imagem da empresa. Envolve também colaboradores, prestadores de serviços e outros parceiros. Stewart (1998) salienta a importância desse ativo pelos constantes relacionamentos com as pessoas e organizações para quem as empresas vendem seus produtos e serviços. O capital de clientes está relacionado assim à qualidade destes relacionamentos.

De acordo com Schmidt e Santos (2002), “da mesma forma que as empresas não possuem o capital humano, apenas o alugam, elas também não possuem o Capital de Clientes, apenas compartilham sua propriedade com fornecedores e clientes”.

Investir em treinamento dos colaboradores, visando excelência no atendimento, esforços constantes para conseguir a fidelidade dos clientes, o estreitamento da relação com fornecedores, para conseguir preços mais atrativos, parceiros em geral para divulgação dos produtos e da força da marca, são ações que a

Era da Informação requer num mercado cada vez mais exigente e competitivo. Desta forma, estabelecer alianças e relações estratégicas é uma oportunidade que organizações têm para ampliar sua visibilidade na economia global.

## 6. ESTUDOS DE CASO

### 6.1. ESTUDO DE CASO: 3M

A 3M é uma empresa quase centenária que carrega consigo a reputação de inovadora. Está constantemente trabalhando, levantando novas ideias e transformando-as em produtos e lucro. A partir de dados expressos por Klein (1998) e por Davenport e Prusak (1998), a empresa vende mais de 60.000 produtos diferentes, com uma meta corporativa de que 30% de sua receita venham de produtos com menos de quatro anos de idade. O processo de transferência e gestão do conhecimento da empresa é abordado por ambos os autores, demonstrando como o capital intelectual diferencia uma organização.

O investimento no talento individual de seus colaboradores faz com que o capital humano da 3M seja constantemente valorizado. Há o estímulo à criatividade, a tolerância a erros produtivos e a possibilidade de ideias de todos os níveis e segmentos de trabalho serem aproveitadas. Para isso, os colaboradores são estimulados a dedicar diariamente 15% do seu horário de trabalho em prol de interesses pessoais de pesquisa. Citam Davenport e Prusak (1998), como exemplo do interesse da organização por inovações, a invenção da fita Scotch®, feita por um vendedor de lixa.

É também característica da empresa envolver os outros em novos projetos, conforme traz Klein (1998), quando diz que “muitos dos centros de receita mais lucrativos da 3M iniciaram como equipes de projeto constituídas por um indivíduo com uma ideia e alguns apoiadores”. A realização de feiras e reuniões permite aos pesquisadores que se interajam e troquem experiências, descobertas. Outra situação que ilustra muito bem a importância do intercâmbio do conhecimento também citada por Klein (1998) é a invenção dos conhecidos e funcionais bilhetes adesivos, Post-it®, cujo criador teve a ideia a partir do acesso a uma criação não muito bem-sucedida de outro pesquisador. Essa forma de envolvimento fortalece ainda mais o conceito do capital humano, baseada no poder do conhecimento coletivo e compartilhado.

É possível identificar também a valorização do capital estrutural na 3M. Todo esse processo de incentivo à inovação, à criatividade e à transferência do conhecimento tornou-se parte da cultura da empresa. Tudo o que é desenvolvido torna-se patrimônio da empresa, que conta com um banco de dados online do conhecimento tecnológico, como relata Davenport e Prusak (1998): “A 3M alimentou a crença de que o conhecimento técnico pertence à empresa, não ao indivíduo ou grupo que o desenvolveu”. Sendo assim, os processos, os estudos e tudo mais que

os colaboradores desenvolvem, estão sempre disponíveis para que outros produtos sejam desenvolvidos.

Quando ao capital de relacionamentos, verifica-se novamente uma grande participação da 3M. Relatos de sucesso de suas invenções e abertura para novas são usadas, de acordo com Klein (1998), em treinamentos para os recém-contratados, buscando essa relação de encorajamento e valorização pessoal. Sua marca é, há muitos anos, forte, reconhecida mundialmente como inovadora e tecnológica. Firmou-se nas áreas como escritório, saúde, limpeza, segurança, construção, desenvolvendo não apenas produtos, mas sistemas completos em torno deles. A empresa está constantemente envolvida em criar soluções para facilitar a vida das pessoas. Ela cria uma relação com outras grandes empresas, como o caso do Banco Santander. Após a compra do Banco Real, em vez de fornecer a película com a nova marca, para a qual foi contratada, a 3M ofereceu ao banco um projeto completo de gerenciamento da marca que incluiu arquitetura, pintura de 1.200 agências, criando uma empresa exclusivamente para este seguimento, incluindo comunicação gráfica, produtos para decoração, etc. Este poderio tornou-a, em 2015, tricampeã do prêmio Best Innovator, promovido pela consultoria A. T. Kearney, feita em 15 países, a qual avalia empresas de acordo com suas estratégias de criação de produtos, serviços ou modelos de negócios (FELIX *et al.*, 2015).

#### QUADRO 1. Alguns acontecimentos que marcaram a história da 3M

---

Década de 1920	A primeira lixa à prova d'água do mundo, que reduzia poeira durante a produção de automóveis, foi desenvolvida no início de 1920. Em 1925, um jovem assistente de laboratório inventou a fita de mascaramento. Nos anos seguintes, o progresso técnico resultou na fita adesiva de celofane, o que propiciou a descoberta de centenas de outras utilidades.
Década de 1940	No início dos anos 40, devido à Segunda Guerra Mundial, a empresa desviou alguns de seus materiais e gerou novas soluções em produtos, como materiais refletivos Scotchlite™ para a sinalização de estradas, a fita magnética, fita adesiva de filamento e lâminas para o processo litográfico de impressão.
Década de 1950	Nos anos 50, a 3M introduziu o processador de cópia Thermo-Fax™, o protetor de tecido Scotchgard™, a fita de vídeo, as esponjas de limpeza Scotch-Brite® e diversos novos produtos eletromecânicos.
Década de 1960	O microfilme Dry-silver foi introduzido em 1960, junto com produtos voltados para a indústria de fotografia, papéis sem carbono, sistemas de projeção aérea, e houve um rápido crescimento nos negócios de cuidados da saúde, com produtos médicos e dentários.

- Décadas de 1970 e 1980 Os negócios se expandiram nos anos 70 e 80 nas áreas de farmácia, radiologia e de controle da energia.  
Nos anos 80, a 3M introduziu o bloco de recados adesivos Post-it®, criando uma nova categoria de produtos no mercado.
- Década de 1990 Nos anos 90, as vendas globais alcançaram a marca de US\$ 15 bilhões. A 3M continuou a desenvolver uma grande quantidade de produtos inovadores, incluindo modificadores farmacêuticos de resposta imune; filme para aumentar o brilho de displays eletrônicos e circuitos flexíveis usados em impressoras de jato de tinta.
- Anos 2000 Em 2007, a marca Scotch-Brite™ introduziu nos Estados Unidos o primeiro limpador de banheiros com dispenser de água sanitária embutido. Nossos cientistas desenvolveram em 2008 um mecanismo ultracompacto de projeção LED para integrar em dispositivos eletrônicos pessoais. Em 2009, nosso negócio de saúde introduziu o estetoscópio eletrônico Littmann 3200.
- Década de 2010 Em 2012, a Divisão de Energia Renovável e a “Gossamer Space Frames” revelaram a maior célula de captura de energia solar usando o 3M™ Solar Mirror Film 1100.  
Em 2013, a 3M superou os US \$ 30 bilhões em vendas ao redor do globo.  
Em 2014, a 3M foi indicada para o Índice de Sustentabilidade da Dow Jones pelo 15º ano consecutivo.  
Em 2016 cientistas e pesquisadores da 3M conquistaram a patente número 100.000.

---

Fonte: 3M: Nossa História. Nossa História. 2017. Adaptado. Disponível em: <[http://solutions.3m.com.br/wps/portal/3M/pt\\_BR/about-3M/information/more-info/history/](http://solutions.3m.com.br/wps/portal/3M/pt_BR/about-3M/information/more-info/history/)>. Acesso em: 17 jun. 2017.

Nessa abordagem, percebe-se quão imensurável é o potencial de crescimento da 3M, uma vez que, a partir da valorização do capital intelectual, a empresa apodera-se de novos mercados e se mantém forte naqueles já conquistados.

## 6.2. ESTUDO DE CASO: NATURA

Fundada em 1969, a fabricante de cosméticos Natura é líder no mercado brasileiro de cosméticos, fragrâncias e higiene pessoal. Por sua cultura de constantes inovações, e cuidados com o bem-estar de clientes e colaboradores, é um modelo de aplicação do capital intelectual.

Como exemplo disso, em 1996, foi inaugurada sua incrível fábrica em Cajamar-SP, tornando-se sua principal unidade, que reúne a fabricação da maior

parte dos produtos e os escritórios administrativos, bem como um modelo de inovação. Projetada pelo arquiteto Roberto Loeb, sua nova estrutura foi pensada principalmente para oferecer aos colaboradores uma comunidade, o capital humano como elemento propulsor do desenvolvimento. Há berçários, conveniências, lavanderia, creches, biblioteca, piscinas que todos podem frequentar, inclusive com suas famílias. As áreas foram planejadas para que as pessoas se encontrem e dividam experiências.

Existem três turnos de trabalho, em que há trocas de função durante o período, para que este não fique repetitivo. Desta forma, todos aprendem mais processos e podem participar e contribuir ainda mais no desenvolvimento da produção e da empresa como um todo.

O capital estrutural figura a partir deste modelo de cultura: seus processos, suas fórmulas, os estudos desenvolvidos com produtos naturais ainda não trabalhados, o desenvolvimento de linhas cada vez com mais tecnológicas. Nesse sentido, a empresa foi apontada em 2011 e 2013 entre as 10 empresas mais inovadoras do mundo pela revista *Forbes* (MELO, 2016). Está também presente em sete países da América Latina e na França. É uma das empresas brasileiras que mais investem em desenvolvimento científico, aplicando cerca de 4% da renda líquida nessa área e mantendo o ritmo de lançamento de um produto a cada três dias.

Seu grande enfoque é também no capital de relacionamentos. Partindo do seu princípio original, que foi sua opção pela venda direta, fica claro o seu reconhecimento da força que representa: a proximidade, o contato pessoal e as relações ao levar o produto à casa dos consumidores. A empresa conta com uma rede de 7 mil colaboradores, 1,5 milhão de consultoras e consultores, além de fornecedores e parceiros. Visando a preservação, utiliza-se de ingredientes naturais de fontes renováveis, bem como mantém relação com as comunidades fornecedoras de matérias-primas.

#### QUADRO 2. Breve resumo da história de sucesso da Natura

---

1969	Nasce a Natura.
1974	Optamos pela venda direta, reconhecendo a força do contato pessoal e das relações para levar nossos produtos à casa de mais consumidores.
1979	Sr. N inaugura segmento de produtos para os homens, novidade para a época.
1983 a 1986	Fomos a primeira empresa de cosméticos a oferecer refil de produtos. Lançamento do Óleo Sève, um óleo para banho até então inexistente no mercado, sabonete Erva-Doce e surgimento da linha Chronos.
1994	Iniciamos nossa operação na Argentina, um grande passo para nossa internacionalização.

- 1999 Iniciamos relação com comunidades tradicionais para fornecimento de insumos da sociobiodiversidade.
- 2000 Lançamos a linha Ekos, apoiada na valorização da cultura, da tradição e da biodiversidade brasileiras.
- 2004 Natura abre capital na BM&FBovespa.
- 2006 A Natura passa a realizar testes com material sintético, encerrando as pesquisas com animais.
- 2008 Para estreitar o relacionamento com consultoras e consultores, implantamos em todo o Brasil o modelo Consultora Natura Orientadora (CNO).
- 2010 Intensificamos a atuação internacional e nosso posicionamento na América Latina com produção local na Argentina, Colômbia e México. Outros países que formam nossas Operações Internacionais são Chile e Peru. Lançamos um modelo comercial inovador no México, no qual consultores e consultoras evoluem por meio das vendas e do engajamento em ações socioambientais.
- 2011 Lançamos o Programa Amazônia, que almeja tornar a região um polo de inovação, tecnologia e sustentabilidade.
- 2012 A Natura adquire a marca australiana Aesop, presente nos Estados Unidos e em países da Europa e da Ásia. Inauguramos o NINA (Núcleo de Inovação Natura na Amazônia), em Manaus (AM), para fomentar ciência e tecnologia em rede. Início da operação do Centro de Distribuição São Paulo, mais moderno e tecnológico, adaptado para o trabalho de pessoas com deficiência intelectual, promovendo inclusão social.
- 2013 Criamos a linha SOU, que reduz o impacto ambiental da matéria-prima ao pós-consumo e da comunicação com os consumidores finais. Reduzimos um terço das emissões de gases de Efeito Estufa (GGE, na sigla em inglês), alcançando um compromisso assumido em 2007.
- 2014 Inauguramos o Ecoparque em Benevides (PA), um complexo industrial que pretende gerar negócios sustentáveis a partir da sociobiodiversidade amazônica e impulsionar o empreendedorismo local.

---

Fonte: NATURA: História. Adaptado. Disponível em: <<http://www.natura.com.br/a-natura/sobre-a-natura/historia>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

Ao verificarmos esse contexto de desenvolvimento, sempre aliado às relações interpessoais com o meio ambiente e as novas criações, depreende-se como a

Natura acredita na utilização do capital intelectual como agente propulsor do seu crescimento.

### 6.3. ESTUDO DE CASO: DELL

Esta empresa, fundada em 1984 por Michael Dell, um jovem de 19 anos, aluno de medicina da Universidade do Texas, na cidade de Austin, com o nome inicial de PC's Limited, apareceu a partir da ideia de vender computadores pessoais, diretamente aos clientes, encurtando o caminho que assim deixaria de passar pelas lojas e pelos canais comuns de distribuição.

Foi revolucionária na forma de vender e de reduziu custos com o novo processo, o que representou grande vantagem competitiva, além de, desta forma, conseguir diretamente com os clientes as informações de que necessitava para expandir suas soluções em tecnologias.

Os dados acima expostos logo nos apresentam a Dell como uma empresa com fortes características do capital intelectual. Em sua forma de trabalhar, o trabalho coletivo aposta na diversidade de conhecimentos e de ideias para promover a inovação. Logo, a Dell se apoia numa estratégia de pessoas para atrair e reter talentos e garantir que estejam sempre engajados em desenvolver um trabalho de excelência.

Nesta valorização do capital humano, são oferecidos treinamentos, desenvolvimento de liderança, apostando num contínuo aprendizado; bem como grupos de recursos para funcionários (ERGs), em que os colaboradores podem se juntar aos demais 11 grupos para trocar experiências e desenvolver aptidões e ideias que possam contribuir com novos projetos. Outra grande aposta é a criação de um espaço de trabalho estratégico e conectado, o Connected Workplace, para um ambiente de trabalho móvel e cooperativo. Esta é umas das apostas que pretendem aproximar ainda mais capital humano competente e criativo: trabalhar com sistema remoto, onde e quando puder, com mobilidade de horários e dias da semana flexíveis. Naturalmente, há o investimento em treinamentos virtuais específicos para a construção de equipes sólidas, eficazes e produtivas nesta modalidade.

A Dell sempre foi inovadora. Desde o início, a cultura do seu idealizador compreendeu não novos superlançamentos tecnológicos, mas principalmente a forma como eles seriam vendidos. Sendo assim, a empresa foi criando padrões e se reinventando sempre, inclusive quando a concorrência beirava a alcançar seus resultados. Ela produz um produto diferenciado, sem estoque, que só é produzido quando é encomendo pelo cliente. Hoje, seu capital estrutural compreende dezenas de escritórios em todo o mundo, que investem numa cultura de trabalho coletivo e numa tecnologia cada vez mais evoluída, que já foi reconhecida com diversos prêmios.

O capital de relacionamento foi a base para a criação desta empresa, cujo foco sempre foi oferecer facilidades aos clientes. A Dell investe em serviços de assistência e suporte técnico próprios, pois já tem um banco de dados com todas as informações do equipamento.

Nas relações com seus colaboradores, nos já referidos grupos de trabalho (ERGs), trabalha-se a inclusão social a partir da consciência cultural das equipes pelo mundo, além de estimular oportunidades de voluntariado na comunidade.

**QUADRO 3.** Linha do tempo da história de inovação da Dell

---

1984	Aos 19 anos de idade, Michael Dell cria a PC's Limited, com US\$ 1.000 e uma visão inovadora do setor de tecnologia.
1988	Realizamos nossa primeira oferta pública, arrecadando US\$ 30 milhões e aumentando nosso valor de mercado de US\$ 1.000 para US\$ 85 milhões.
1992	A Dell estreia na Fortune 500, e Michael Dell é o CEO mais jovem da lista.
1996	O site Dell.com é lançado, gerando US\$ 1 milhão em vendas por dia apenas seis meses depois de sua ativação.
2001	A Dell se torna o maior provedor mundial de sistemas de computador.
2005	A Dell conquista o primeiro lugar da lista "America's Most Admired Companies <sup>2</sup> " na revista <i>Fortune</i> .
2010	A Dell é classificada pela Gartner, Inc. como provedor mundial nº 1 de serviços de tecnologia da informação para a área de saúde.
2013	Michael Dell e a empresa de capital privado Silver Lake Partners compram a Dell de acionistas públicos para acelerar nossa estratégia de soluções e focar em inovações e investimentos de longo prazo com maior valor para o cliente.
2016	A Dell e a EMC se unem para formar a Dell Technologies, na maior integração tecnológica da história.

---

Fonte: DELL: Nossa História. Nossa História. Adaptado. Disponível em: <<http://www.dell.com/learn/br/pt/brcorp1/our-history>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

Diante desta análise, é possível inferir que a aplicação das funções do capital intelectual em todos os processos da Dell, desde sua fundação, permitiu que ela se diferenciasse neste mercado tecnológico ultracompetitivo e continua sendo um recurso importante para sua constante visibilidade.

---

<sup>2</sup> As empresas mais admiradas dos Estados Unidos (tradução nossa).

## 7. CONCLUSÃO

As empresas contam hoje com consultorias e programas que conseguem mensurar seu valor de mercado, o qual deixou de ser meramente econômico e patrimonial, como foi abordado, incorporando o valor dos seus ativos intangíveis. Desta forma, aproximam-se mais do que realmente valem.

Embora não tenha sido objetivo deste estudo a mensuração contábil do capital intelectual da 3M, da Natura e da Dell, é possível verificar como os ativos tangíveis destas empresas, embora notoriamente grandiosos, têm importância e valores secundários se comparados aos intangíveis, ou seja, como as empresas cresceram, crescem e se firmam apoiadas naquilo que os seus colaboradores têm a oferecer, suas ideias e força intelectual compartilhada, que fomentam esses negócios de sucessos.

De forma geral, é possível compreender que todas as empresas que investem na gestão de conhecimento possuem os três capitais abordados neste estudo, porém, podem ter ênfases diferentes. Por exemplo, um restaurante de luxo alcança sucesso pelo capital humano, por intermédio de seu chef renomado; uma rede internacional de *fast food* possui capital estrutural, pelas suas receitas e processos; um restaurante local alcança um capital de clientes por mérito de uma garçoneira que chama os clientes pelo nome e sabe suas preferências.

Como foi observado, as organizações praticam na Era da Informação um trabalho cada vez menos físico e mais intelectual, menos repetitivo e mais inovador. Com isso, os trabalhadores surgem como parceiros e não mais meras peças. Suas opiniões contam, e a individualidade é considerada como variedade de talentos. Todo o processo que já teve êxito, porque um dia foi feito em série, hoje tem mais valor por sua capacidade de ser reinventado diariamente, sendo agregado com novas ideias e formas de trabalho. O trabalho coletivo, a troca de informações em tempo real, a oportunidade de engajamento em novos projetos, formam profissionais mais comprometidos. Tão rentável quanto investir recursos em ações, é investir na capacitação das pessoas, aplicando suas habilidades para receber de volta os lucros que este investimento promove.

É possível entender, com o exposto neste artigo, que o capital intelectual não deve ser um processo experimentado e trabalhado nas organizações como investimento a curto prazo. A princípio, os gastos imediatos com contratação, treinamentos, aquisição de softwares e tecnologias mais efetivos, podem parecer onerosos, mas, se bem geridos, poderão trazer a longo prazo resultados muito satisfatórios, como foi exemplificado nos estudos de caso abordados.

Deste modo, define-se claramente que, em tempos atuais, a junção bem gerenciada das habilidades, da inteligência, da informação, ou seja, dos aspectos intangíveis, contribui para o êxito das organizações e gera uma vantagem competitiva duradoura.

REFERÊNCIAS

- 3M: *Nossa História*. 2017. Adaptado. Disponível em: <[http://solutions.3m.com.br/wps/portal/3M/pt\\_BR/about-3M/information/more-info/history/](http://solutions.3m.com.br/wps/portal/3M/pt_BR/about-3M/information/more-info/history/)>. Acesso em: 17 jun. 2017.
- ANTUNES, Maria Thereza Pompa. *Capital intelectual*. São Paulo: Atlas, 2000.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Recursos Humanos: o capital humano das organizações*. 9 ed. revista atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- CRAWFORD, Richard. *Na era do capital humano*. São Paulo: Atlas, 1994.
- DAVENPORT, Thomas; PRUSAK, Laurence. *Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual*. 10 ed. Trad. Lenke Peres. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- DAVENPORT, Thomas. *Capital humano: criando vantagens competitivas através das pessoas*. Lisboa: Planeta DeAgostini, 2007.
- DRUCKER, Peter F. *Administrando em tempos de grandes mudanças*. 4 ed. Trad. Nivaldo Montingelli. São Paulo: Pioneira, 1997.
- DELL: *Nossa História*. Adaptado. Disponível em: <<http://www.dell.com/learn/br/pt/brcorp1/our-history>>. Acesso em: 17 jun. 2017.
- EDVINSSON, Leif; MALONE, Michael S. *Capital intelectual*. Trad. Roberto Galman. São Paulo: Makron Books, 1998.
- FELIX, Antonio, et al (ed.). *Best Innovator: conheça as empresas mais inovadoras de 2015*. 2015. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2015/11/best-innovator-conheca-empresas-mais-inovadoras-de-2015.html>>. Acesso em: 28 mar. 2017.
- GRAMINGNA, Maria Rita. *Modelo de competências e gestão dos talentos*. 2 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- KLEIN, David A. *A gestão estratégica do capital intelectual: recursos para a economia baseada em conhecimento*. Trad. Bazán Tecnologia e Linguística, Carlos Henrique Trieschman, Ronaldo de Almeida Rego, Maria Cristina Ribeiro Bazán. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.
- MARTINS, Catarina Isabel Rodrigues. *O capital humano como recurso estratégico para criação de valor*. 2015. Relatório de estágio (Mestrado em Gestão) – Faculdade de

Economia, Universidade de Coimbra, Portugal, 2015.

MEISTER, Jeanne C. *Educação corporativa*. Trad. Maria Cláudia Santos Ribeiro Ratto. São Paulo: Makron Books, 1999.

MELO, Luísa. *Natura é a 10ª empresa mais inovadora do mundo; veja ranking*. 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/natura-e-a-10a-empresa-mais-inovadora-do-mundo/>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

*NATURA: História*. Adaptado. Disponível em: <<http://www.natura.com.br/a-natura/sobre-a-natura/historia>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. *Avaliação de ativos intangíveis*. São Paulo: Atlas, 2002.

STEWART, Thomas A. *A riqueza do conhecimento: o capital intelectual e organização do século XXI*. Trad. Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

STEWART, Thomas A. *Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas*. 8 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

## Implantação da ferramenta 5S em um canteiro de obras na cidade de Patos de Minas-MG

*Implementation of the 5S Program in a construction site in the city of Patos de Minas-MG*



**Aline Deidimar Campos**

Graduanda do curso de Engenharia Civil (UNIPAM). e-mail: [aline.deidimar@gmail.com](mailto:aline.deidimar@gmail.com)

**Rogério Borges Vieira**

Professor do Centro Universitário de Patos de Minas. e-mail: [rogeriobv@unipam.edu.br](mailto:rogeriobv@unipam.edu.br)

---

**RESUMO:** Diante do crescimento da modernização no setor da construção civil no Brasil, cresce também a necessidade de implantação de métodos de gestão simples e eficazes, que contribuam para a melhoria de produtividade das empresas, juntamente com a melhoria do ambiente e das condições de trabalho. Um destes métodos é o programa 5S, baseado em cinco sentidos: senso de utilidade, senso de organização, senso de limpeza, senso de segurança e senso de autodisciplina. A pesquisa constituiu-se de duas etapas: na primeira, uma revisão bibliográfica, e na segunda, a implantação da ferramenta 5S no canteiro de obras. Observou-se que a implantação do 5S proporcionou à obra uma melhoria contínua nos processos produtivos e no ambiente como um todo, colaborando com a saúde e a segurança do trabalho, prevenindo e reduzindo riscos de acidentes de trabalho, gerando uma motivação, criando novos hábitos entre os funcionários e propiciando melhoria da qualidade de vida na empresa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Melhoria contínua. 5S. Qualidade.

**Abstract:** Considering the growth of modernization in the construction industry in Brazil, there is also a need to implement simple and efficient management methods that contribute to the improvement of business productivity, together with the improvement of the environment and working conditions. One of these methods is the 5S program, based on five senses: sense of usefulness, sense of organization, sense of cleanliness, sense of security and sense of self-discipline. The research consisted of two stages: in the first a bibliographical revision, and in the second, the implantation of the 5S tool in the construction site. It was observed that the implantation of 5S provided the work with a continuous improvement in production processes and the environment as a whole, collaborating with health and safety at work, preventing and reducing risks of accidents at work, generating a motivation, creating new habits among employees, and improving the quality of life in the company.

**KEYWORDS:** Continuous improvement. 5S. Quality.

---

## 1. INTRODUÇÃO

Considerando o tamanho da modernização pela qual passa o setor da construção civil no Brasil, é impossível não perceber a necessidade de renovação e melhoria da cadeia produtiva (COLARES; DARÉ, 2011). O processo produtivo na construção civil brasileira intercala o processo tradicional (artesanal) com o convencional (mecanização parcial e divisão do trabalho) (DACOL, 1996).

Honório (2002) explica que a construção civil possui características singulares que dificultam a utilização prática de modernas teorias da qualidade e produtividade. O autor elucida que deve haver uma maior conscientização dos gestores da área quanto à importância de investimentos na carreira de seus funcionários, propiciando oportunidades de crescimento profissional, pessoal e melhorias nas condições de trabalho dentro da empresa.

Diante disto, surgiu uma necessidade de se buscar a implantação de métodos de gestão, simples, que pudessem ser aplicados a todos os colaboradores das empresas, buscando a melhoria da produtividade da empresa em todos os setores, aliada à melhora do ambiente e de suas condições de trabalho. Um destes métodos, que vem demonstrando sua eficácia ao longo dos anos, é o programa 5S.

De acordo com Luiz e Vito (2011), o programa 5S é uma ferramenta utilizada para organizar o ambiente no qual é implantado, com base na ideia dos 5 sentidos: senso de utilidade, senso de organização, senso de limpeza, senso de segurança e senso de autodisciplina.

Ao realizar a análise da implantação do programa 5S em uma obra em Criciúma, no estado de Santa Catarina, Luiz e Vito (2011) apontaram que o 5S influenciou diretamente na organização do canteiro de obras, deixando-o mais organizado e limpo. Em outra análise geral da implantação da ferramenta 5S em empreendimentos em Florianópolis/SC, Prado, Amaral e Toledo afirmam:

O programa além de garantir a organização do ambiente de trabalho melhorou a comunicação e relacionamento entre os funcionários, garantindo assim uma introdução dos conceitos de qualidade, maior produtividade e redução do desperdício. (PRADO; AMARAL; TOLEDO, 2001, p. 15).

Gonzalez (2007) elucida que, apesar dos sentidos serem dicas simples, existem muitos canteiros de obras que não as adotam, por razões diversas.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

O Programa 5S é uma ferramenta cada vez mais difundida nos ambientes de trabalho. Atualmente, com o despertar do Sistema de Gestão da Qualidade na construção civil (PBQP-H – Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat), os 5S têm demonstrado grandes contribuições para impulsionar o processo de certificação das empresas (GONZALEZ, 2007, p. 30).

O 5S surgiu na década de 50, no Japão, e deriva de palavras japonesas iniciadas com as letras “S”: *Seiri*, *Seiton*, *Seisou*, *Seiketsu* e *Shitsuke*. De acordo com Colares e Daré (2011), na tradução para o português, optou-se por manter os “5S”, que passaram a compor os cinco sentidos: utilização, ordenação, limpeza, higiene e autodisciplina. Nos itens seguintes, faremos uma descrição dos 5 sentidos.

### 2.1. SEIRI

O *Seiri* é o sentido da utilização e simplificação. Para Campos *et al* (2012), o sentido de utilização consiste em deixar no ambiente de trabalho apenas o que é extremamente necessário. Desta forma, os trabalhadores usam os recursos disponíveis, utilizando-se do bom senso e do equilíbrio, identificando materiais, equipamentos, ferramentas, informações e dados necessários e desnecessários, descartando ou dando a devida destinação àquilo considerado desnecessário ao exercício das atividades.

Gonzalez (2009) elucida que possuir sentido de utilização e simplificação consiste em saber definir os locais apropriados e os critérios para a estocagem e disposição de materiais, equipamentos, ferramentas, objetos de escritório, utensílios e dados, visando facilitar a sua utilização, o manuseio e a procura de qualquer item ou informação.

O sentido de utilização pode ser resumido em ter somente o necessário, apenas aquilo que é útil e na quantidade certa para determinado local ou atividade.

### 2.2. SEITON

O *Seiton* é o sentido de organização, que muito se assemelha ao sentido de utilização (*Seiri*). Costa e Rosa (2002) postulam que o sentido de organização se resume em fazer com que as coisas necessárias sejam encontradas com facilidade, rapidez, segurança e a qualquer momento.

Colares e Daré (2011) afirmam que o sentido de organização consiste em organizar de maneira funcional o local de trabalho, isto é, dispor os recursos eficiente e eficazmente de modo a facilitar o fluxo de pessoas, materiais e informação e gerar um sistema de controle visual. Entende-se que no sentido de organização, procura-se estabelecer critérios para que as coisas necessárias sejam localizadas com rapidez e segurança, a qualquer momento.

### 2.3. SEISOU

O terceiro sentido é o *Seisou*, sentido de limpeza e conservação. Gonzalez (2009) ressalta que limpar um ambiente de trabalho é fundamental, porém, o mais importante é cuidar para não sujar. A identificação das causas e da origem da sujeira a fim de erradicá-las é essencial para o processo.

A essência deste sentido não consiste no ato de limpar, mas no ato de não sujar. A limpeza é encarada como uma forma de inspeção. Havendo o processo,

pode-se detectar e corrigir falhas, inclusive nos equipamentos.

#### 2.4. SEIKETSU

O *Seiketsu*, de acordo com Gonzalez (2009), permite a criação de condições favoráveis à saúde física e mental das pessoas, assegurando um ambiente limpo, livre de poluentes, que possua boas condições sanitárias às áreas comuns, possibilitando o zelo pela higiene pessoal. O autor também ressalta que devemos cuidar para que informações e comunicados sejam claros, de fácil leitura e de boa compreensão.

O *Seiketsu* pode ser entendido como o senso de asseio, padronização e higiene, ou ainda o senso de saúde e segurança. A prática deste senso desenvolve a preocupação constante com a higiene em sentido amplo, tornando o local de trabalho saudável e adequado às tarefas desenvolvidas (GONZALEZ, 2009).

#### 2.5. SHITSUKE

O último senso é definido como o senso da autodisciplina. Conforme Gonzalez (2009) ressalta, este é um passo requintado, que trata da necessidade do cumprimento rigoroso dos padrões éticos e morais e com a melhoria contínua nos níveis pessoal e organizacional da empresa.

Entende-se que o senso da autodisciplina consiste no exercício constante da disciplina imposto a si mesmo. Ainda segundo Gonzalez (2009), este senso pode ser entendido como sendo a autogestão, ou seja, cada pessoa deve cuidar e adaptar-se às novas realidades, de modo que as relações com o ambiente e pessoas sejam recicladas e sustentadas de forma saudável.

### 3. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa é resultado de um estudo de caso sobre a implantação da ferramenta 5S em um canteiro de obras, que será dividida em duas etapas.

A primeira etapa constituiu-se de uma revisão bibliográfica, cuja intenção foi o aprofundamento no conhecimento das práticas do 5S. Assim foi possível identificar as vantagens de seu uso e quais os benefícios que já foram identificados por outros autores, de forma a enriquecer as fases posteriores relacionadas a essa pesquisa.

A segunda fase da pesquisa é caracterizada pela implantação da ferramenta 5S no canteiro de obras. Para esta segunda fase, foi documentado através de fotos o estado atual em que se encontra o canteiro de obras, a fim de se conhecerem a fundo os processos e acompanhar as melhorias, comparando os benefícios ao final do projeto.

**FIGURA 1.** Foto de um pavimento tipo antes da aplicação do princípio 5S



Fonte: Os autores, 2017.

**FIGURA 2.** Material espalhado pelo canteiro de obras



Fonte: Os autores, 2017.

**FIGURA 3.** Situação inicial do canteiro de obras



Fonte: Os autores, 2017.

As imagens mostram que o canteiro de obras estudado não continha uma organização de materiais e processos. Observa-se grande quantidade de resíduos de madeira espalhados, bem como arames, cabos e outros materiais. Pode-se observar na Figura 1 que, por falta de uma destinação correta do local de descarte de resíduos de carpintaria, estes se acumulavam de forma desorganizada e relapsa na obra. Observa-se ainda que não havia um setor para cada tipo de serviço, desta maneira, as armações de pilares encontravam-se em meio a outros materiais.

#### 4. RESULTADO E DISCUSSÃO

Conforme Lima e Lima (2006) elucidam, o 5S mobiliza esforços em prol da melhoria constante dos locais de trabalho através da utilização, da ordenação, da limpeza, da padronização e da disciplina.

Para aplicação do primeiro senso, o *Seiri*, senso de simplificação, foi realizado o “bota-fora”, que teve por objetivo separar o útil do não útil, manter somente o necessário e na quantidade certa. Os itens foram separados seguindo três categorias:

- 1) É útil para o setor, sempre é utilizado.
- 2) É útil para o setor, porém é utilizado com menos frequência.
- 3) É inútil, não é utilizado.

Desta forma, foram separadas as coisas necessárias, como ferramentas, pregos, arames, madeira reutilizável, e descartado aquilo que não tinha mais utilidade, como pregos enferrujados, lixo, resíduos de carpintaria e pontas de arames. Os resíduos que foram classificados como sem potencial de aproveitamento foram colocados em um local apropriado para descarte. Entre os materiais considerados sem uso potencial para a construção civil, restos de madeira tiveram predominância. A madeira que já não poderia ser reutilizada na construção, mas que poderia ser usada como lenha, foi separada e colocada em uma área destinada a doação.

Os metais (pregos, arames) foram colocados em baldes e sacos para serem levados a ferros-velhos para reciclagem conforme mostra a Figura 4(a) e 4(b).

Após a realização do senso de utilização, foi iniciado o segundo senso, o *Seiton*, senso de organização, que conforme Costa e Rosa (2002), consiste em fazer com que as coisas necessárias sejam localizadas com rapidez e segurança, a qualquer momento.

As formas foram organizadas de maneira que as necessárias ao próximo serviço estavam no mesmo pavimento em que ele seria realizado, evitando que o material fosse deslocado por grandes distâncias. Também foram realizadas marcações nas formas, para que quando fossem reutilizadas em um pilar de igual dimensão, pudessem ser identificadas com rapidez, poupando tempo e aumentando a agilidade do processo.

FIGURA 4. Resíduos de metal separados para levar à reciclagem



Fonte: Os autores, 2017.

FIGURA 5. Organização das formas da carpintaria



Fonte: Os autores, 2017.

Conforme mostrado na figura 5, foi realizada a organização das formas de pilares, dispostas entre as torres de escoramento da laje, facilitando a sua movimentação quando forem necessárias no próximo pavimento, assim que a laje fosse concretada.

Nesta fase de organização, foi definido também um espaço para que a equipe de carpintaria realizasse os serviços de corte e montagem de formas. O espaço foi locado, e nele foram colocadas a bancada da serra circular e a mesa de carpintaria. Também se definiu que neste local seriam armazenados sarrafos, madeirites

e tábuas, a fim de facilitar que quando fosse necessário à sua utilização, estes estivessem próximos do local adequado.

Aplicados os dois sentidos anteriores, prosseguiu-se para o terceiro, o *Seisou*, senso de limpeza. O objetivo de implantação do senso não foi simplesmente a limpeza rotineira, e sim a padronização de um ambiente limpo e organizado e, conforme Gonzalez (2009) elucidada, o mais importante neste senso, não é limpar, e sim, cuidar para não sujar.

A limpeza geral dos pavimentos foi feita ao longo de aproximadamente um mês, sendo realizada em dias oportunos, pois não foram retirados colaboradores de suas funções específicas, nem feitas horas-extras para executar exclusivamente limpeza, desta maneira, o andamento da obra não foi prejudicado com a implantação do programa. As Figuras 6, 7 e 8 mostram a obra após a aplicação do sentido de limpeza.

Figura 6. Pavimento térreo após limpeza



Fonte: Os autores, 2017.

FIGURA 7. Pavimento limpo e organizado após a aplicação do senso de limpeza



Fonte: Os autores, 2017.

Observa-se que mesmo o pavimento da Figura 7, que na ocasião se encontrava com o escoramento parcial, pode ser limpo e organizado, de maneira a possibilitar a movimentação de pessoas com segurança pelo local e a realização de trabalhos naquele pavimento.

FIGURA 8: Pavimento tipo após a limpeza



Fonte: Os autores, 2017

Em geral, percebe-se uma diferença considerável na organização e na limpeza após aplicação dos três primeiros sentidos do 5S.

Após a limpeza dos pavimentos da obra, foi realizada uma limpeza na área de vivência, que antes era feita pelo servente que estivesse disponível no momento da necessidade, não havendo frequência determinada, nem padronização de quem ficaria responsável pelo processo. A partir disso, foi desenvolvido um *check list* de verificação da obra, definindo-se que cada servente seria responsável por uma lista de atividades de limpeza e organização da obra ao longo da semana, mas de forma simplificada, realizada três vezes ao dia: pela manhã, após o café da tarde e 15 minutos antes do término do expediente. Desta forma, o colaborador não consumiria tempo em demasia para a atividade.

Uma questão levantada durante o desenvolvimento do *check-list* é que alguns dos serventes eram semianalfabetos ou analfabetos funcionais, desta maneira, uma lista cheia de detalhes escritos, além de difícil de ser seguida, poderia constranger o colaborador. Assim, era necessário que os dados contidos na planilha fossem claros e explicativos para todos. Desta maneira, o *check list* foi elaborado com imagens que possibilitaram a todos os colaboradores, mesmo os que não sabiam ler, identificar qual a atividade deveria ser exercida naquele período.

A Figura 9 mostra parte do *check list* de verificação, fechamento e limpeza da obra elaborado pela equipe administrativa da obra em conjunto com os autores.

FIGURA 9. Parte da planilha de verificação de limpeza e fechamento da obra

CHECK LIST DE VERIFICAÇÃO DE FECHAMENTO DA OBRA												
Obra:		Endereço:										
CONFERENTE :		SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SEMANA					
PELA MANHÃ		NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SOLUÇÃO OU MEDIDA A SER TOMADA	
Colocar os cones no estacionamento												Colocar os cones no estacionamento
NA HORA DO CAFÉ		NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SOLUÇÃO OU MEDIDA A SER TOMADA	
O copo de coar café, o bule e o coador estão limpos?												SEMPRE lavar com bucha e sabão o copo de coar café e o bule, e enxaguar bem o coador com água
Após o almoço e o café da tarde a mesa e o chão da cozinha estão limpos?												Passar um pano umido sobre a mesa e secá-la, em seguida varrer a cozinha.
Há lixeiras que precisam ser trocadas? O banheiro está limpo? O fogão está limpo?												Lavar o banheiro, retirar o saco de lixo, colocar um saco de lixo novo inclusive na cozinha, e limpar o fogão.
ANTES DE IR EMBORA 16:30												
LAJE DE COBERTURA AO SUBSOLO		NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SOLUÇÃO OU MEDIDA A SER TOMADA	
Há arames ou sacos de pregos? Se sim, onde (em qual pavimento)? _____												Verificar quem estava utilizando (armador, carpinteiro, servente) e solicitar que o material seja guardado
Há ferramentas como pás, martelos, torquez, enxada, alavanca, colher de pedreiro, latas, espalhadas pela obra em algum pavimento?												Comunicar ao responsável pela ferramenta para que guarde-a no local correto
O vão do elevador está com a proteção?												Colocar a proteção no vão do elevador.
As ferramentas elétricas: serra, furadeira, esmeril e a extensão estão desligadas e guardadas?												Comunicar ao Encarregado para Desligar e guardar as ferramentas no almoxarifado do subsolo. Desligar todas as extensões, enrolar adequadamente e guardar no almoxarifado do subsolo.

Fonte: Os autores, 2017

O quarto senso, *Seiketsu*, senso da higiene, de certa forma é uma consequência do senso de limpeza. Com a implantação do *check list* de limpeza, observou-se que os colaboradores passaram a ter mais higiene, o lixo da cozinha, que antes era colocado todo junto, passou a ser separado entre orgânico e inorgânico.

A prática do senso de higiene, conforme Gonzalez (2009) afirma, torna o ambiente de trabalho mais saudável e adequado às tarefas nele desenvolvidas.

Conforme mostra a Figura 10, com a aplicação do senso de higiene, a área de vivência manteve-se limpa e organizada, proporcionando um ambiente saudável e agradável para os colaboradores.

A fim de incentivar os colaboradores a manter a organização, foram disponibilizados brindes pela direção da obra, para que fossem sorteados entre os serventes participantes do *check list* de limpeza da obra.

Com aplicação dos sentidos anteriores, o último senso, *Shitsuke*, o senso de autodisciplina, tornou-se constante. Observou-se que após a implantação do *check list* de limpeza, percebeu-se que mesmo os colaboradores que não eram responsáveis pela limpeza da semana, mantiveram a organização da área de vivência e da obra em geral.

FIGURA 10. Área de vivência limpa e arrumada



Fonte: Os autores, 2017

Após a implantação do 5S, foi implantada também a realização de auditorias de conformidade periódicas. Essa ferramenta incentiva o comprometimento de todos com o programa e possibilita apontar qualquer falha no processo e o que precisa ser melhorado. No início, essa auditoria foi aplicada semanalmente, até que através das melhorias desencadeadas pelos sensores, possa passar a se repetir cada vez menos.

## 5. CONCLUSÃO

Através da análise dos resultados obtidos em decorrência da implantação do programa, observou-se que o 5S buscou criar, no canteiro de obras, a simplificação do trabalho, criando um ambiente de qualidade, proporcionando o aumento da produtividade geral. Desta forma, observou-se que a obra passou a ter uma produção mais enxuta, otimizada e organizada, com maior segurança, consequentemente maior qualidade.

No decorrer da aplicação do 5S percebeu-se, em um primeiro momento, certo receio da equipe no todo com a gama de mudanças implantadas. No decorrer do processo, pelo contrário, todos os colaboradores, bem como toda a equipe administrativa da obra, aderiram à ideia e às mudanças, colaborando para a implantação do processo.

A implementação do 5S colaborou com a saúde e a segurança do trabalho, prevenindo e reduzindo riscos de acidentes de trabalho, e também gerou uma motivação, criando novos hábitos entre os funcionários, propiciando melhoria da qualidade de vida na empresa.

Diante dos resultados, conclui-se que a implantação da ferramenta 5S proporcionou ao canteiro uma melhoria contínua nos processos produtivos e no ambiente como um todo.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, Renato *et al.* A ferramenta 5S e suas implicações na Gestão da Qualidade Total. XIX *Simpósio de Engenharia de Produção*, Bauru, nov. 2012. Disponível em: <[http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais\\_12/copiar.php?arquivo=Campos\\_R\\_A%20FERRAMENTA%205S%20E%20SUAS.pdf](http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_12/copiar.php?arquivo=Campos_R_A%20FERRAMENTA%205S%20E%20SUAS.pdf)>. Acesso em: 22 fev. 2017.

COLARES, Sandro Schmitz; DARÉ, Mônica Elizabeth. *Contribuições para aplicação do programa 5s na construção civil da região de Criciúma-SC*. 2011. 16 f. Artigo (Graduação em Engenharia Civil) -Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2011. Disponível em: <[http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/152/1/Sandro Schmitz Colares.pdf](http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/152/1/Sandro_Schmitz_Colares.pdf)>. Acesso em: 26 fev.2017.

COSTA, Maria Lívia da Silva; ROSA, Vera Lúcia do Nascimento. *5S no canteiro*. 3. ed. São Paulo: Tula Melo, 2002.

DACOL, Silvana. *O potencial tecnológico da indústria da construção civil: uma proposta de modelo*. 1996.111f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

GONZALEZ, Edinaldo Favareto. Aplicando 5S na construção civil. *CREA SC*, Santa Catarina, 1(1): 30-30, 2007.

GONZALEZ, Edinaldo Favareto. *Aplicando 5S na construção civil*. 2 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

HONORIO, Delcio Efigenio. *A qualidade de vida do operário da construção civil e sua importância na qualidade e produtividade em obras*. 2002.130f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

LUIZ, Douglas Barcelos; VITO, Marcio. *Implantação do programa 5S em um canteiro de obras: estudo de caso*. 2011.14f. Artigo (Graduação em Engenharia Civil). Universidade do Extremo Sul Catarinense, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/169/1/Douglas%20Barcelos%20Luiz.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

PRADO, Renato Lúcio; AMARAL, Tatiana Gondim do; TOLEDO, Raquel de. *Diretrizes e resultados da implantação do programa 5S na Construção Civil*. 16 f. Artigo (Pós-Graduação em Engenharia Civil). UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <<http://www.marcusvinciusrodrigues.com.br/LinkClick.aspx?fileticket=Q4Wp5aw9bdE%3D&tabid=92&portalid=0&mid=480&language=pt-BR&forcedownload=true>>. Acesso em 04 mar. 2017.

# A tecnologia BIM aplicada à compatibilização de projetos: uma análise do caso do Centro de Convenções do UNIPAM

*The BIM technology applied to the compatibility of projects:  
an analysis of the case of the Center of Conventions of UNIPAM*



**Laís Cristina Pádua de Andrade**

Aluna de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIPAM.  
e-mail: [laispadua@unipam.edu.br](mailto:laispadua@unipam.edu.br)

**Renata Aparecida Vaz Rodrigues**

Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Professora do UNIPAM.  
e-mail: [renatavr@unipam.edu.br](mailto:renatavr@unipam.edu.br)

---

**RESUMO:** A compatibilização de projetos é capaz de evitar erros e interferências em uma edificação, além de diminuir retrabalhos, desperdícios de tempo e de materiais. Com o avanço da tecnologia, os métodos de compatibilização tornaram-se mais eficazes e podem ser feitos com *softwares* que geram imagens em três dimensões, facilitando o trabalho dos profissionais, como é o caso da tecnologia BIM (*Building Information Modeling*). Este estudo tomou como base os projetos do Centro de Convenções e Eventos do UNIPAM, e a compatibilização da arquitetura e da estrutura foi realizada concomitantemente à execução dessa obra. Desse modo, foi possível indicar as interferências por meio de relatórios gerados pelo *software* Autodesk Revit Architecture 2016, bem como conhecer de que forma elas foram resolvidas. Sendo assim, esta pesquisa mostrou como os recursos vantajosos da tecnologia BIM foram úteis na identificação de incompatibilidades entre projeto arquitetônico e projeto estrutural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Compatibilização de projetos. Interferências. BIM. Revit.

**ABSTRACT:** The compatibility of projects is able to avoid errors and interference in a building, besides reducing rework, waste of time and materials. With the advancement of technology, the methods of reconciling became more effective and can be made with software that generate images in three dimensions, facilitating the work of professionals, as is the case of the Building Information Modeling (BIM) technology. This study took as a basis the projects of the Center for Conventions and Events of UNIPAM, and the compatibility of the architecture and structure was performed concomitantly with the implementation of this work. In this way, it was possible to indicate the interference through reports generated by

the software Autodesk Revit Architecture 2016, as well as knowing how they were resolved. Thus, this research showed how the advantageous features of BIM technology were useful in the identification of incompatibilities between architectural design and structural design.

**KEYWORDS:** Compatibilization of projects. Interferences. BIM. Revit.

---

## 1. INTRODUÇÃO

**A**s edificações contemporâneas possuem um elevado grau de concepção projetual e de execução de obra, principalmente pelas novas tecnologias construtivas adotadas. Sendo assim, o projeto deve incluir de forma clara todas as informações indispensáveis ao sucesso de uma obra. Para isso, fazem-se necessários dois aspectos essenciais: a integração entre as diversas disciplinas envolvidas no projeto, como a arquitetura e as engenharias, e a utilização de softwares para detalhar as informações necessárias ao entendimento da obra.

O planejamento de uma edificação deve incluir um conjunto de projetos específicos compatíveis, e essa união precisa ser harmoniosa, coesa, coerente e principalmente proporcionar eficiência às diversas áreas envolvidas. Conforme afirma Araújo (2016), a integração de todos os projetos de uma edificação não deve ser considerada uma mera compatibilização, mas uma metodologia para a solução de possíveis problemas. Compatibilizar principalmente os projetos arquitetônico e estrutural mostra-se desafiador, pois muitas vezes surgem ao longo do planejamento algumas situações conflitantes, devido às especificidades de cada um. Além disso, essa compatibilização comumente é feita com a sobreposição dos projetos bidimensionais, tornando o processo demorado e não muito eficaz para identificar possíveis problemas.

De acordo com Araújo (2016), a técnica de sobrepor projetos, sejam eles representados em papel vegetal à mão ou em arquivos digitais de softwares de desenho em duas dimensões, impossibilita a identificação de alguns elementos que por ventura estejam conflitando, já que não há uma forma de evidenciar as interferências entre os projetos. Araújo (2016) ressalta também que os projetos complementares estão subordinados ao projeto arquitetônico, entretanto, comumente o arquiteto reconhece a necessidade de adequar seu projeto à estrutura, às exigências do projeto de combate a incêndio e pânico ou às instalações prediais, por exemplo. E essa sequência de alterações em função das disciplinas complementares atrasa o desenvolvimento projetual e o início da execução, e por isso, às vezes, a compatibilização nem é realizada e os problemas são resolvidos durante a obra.

No caso deste estudo, foram analisados apenas os projetos arquitetônico e estrutural, que são os primeiros a serem desenvolvidos. Esses projetos se embatem de tal modo que é preciso buscar um equilíbrio entre a liberdade de criação concebida no projeto arquitetônico e a adequação das estruturas. Se a compatibilização é feita antes do início da construção, a possibilidade de retrabalhos é reduzida,

pois quando se chega à fase do canteiro de obras, os problemas já foram antecipados e corrigidos. Além de prever eventuais inconformidades e analisar os projetos compatibilizados antes da execução, a compatibilização permite que a obra transcorra de forma rápida e com a maior possibilidade de cumprir o orçamento proposto, sem onerar a obra.

Esse panorama é possível pela tecnologia BIM (*Building Information Modeling*), que facilita a identificação de discordâncias projetuais na etapa de planejamento. Entretanto, existem algumas desvantagens na utilização da tecnologia BIM que precisam ser consideradas, e que também foram abordadas neste estudo. Desse modo, a pesquisa objetivou desenvolver uma análise da aplicação da tecnologia BIM na compatibilização de projetos, tomando como base de aplicação o projeto arquitetônico e estrutural da obra do Centro de Convenções e Eventos (CCE) do UNIPAM. Tais projetos foram desenvolvidos utilizando-se o software de desenho digital AutoCAD, mas para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, eles foram redesenhados utilizando-se o software Revit, que tem como base a tecnologia BIM.

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar a utilização da tecnologia BIM na compatibilização de projetos, por meio da representação do projeto do CCE, utilizando o *software* Autodesk Revit Architecture 2016. Com isso, pretendeu-se provar que o BIM é mais eficiente que o CAD na detecção de discordâncias entre os projetos arquitetônico e estrutural. Além disso, objetivou-se também compreender quão importante é fazer a compatibilização de projetos, analisar as vantagens e desvantagens da tecnologia BIM nessa compatibilização e verificar possíveis interferências no projeto do Centro de Convenções e Eventos do UNIPAM.

A compatibilização é uma forte solução para os problemas de erros e interferências nos projetos de edificações, visto que ela é mais eficiente na diminuição de retrabalhos e no cumprimento dos prazos de execução e de custos, reduzindo desperdícios. Entretanto, observa-se que essa não é uma prática muito utilizada, pois cada vez mais o planejamento é feito individualmente pelos profissionais envolvidos, dada a dificuldade de haver, em uma mesma empresa, técnicos de áreas diversas. Pressupõe-se que isso ocorra devido a questões econômicas ou ao perfil da empresa. Araújo (2016) destaca que a tecnologia BIM consegue integrar as disciplinas envolvidas no projeto global, mudar o método de trabalho atual, que consiste em cada especialista trabalhar de forma independente e individualmente, e suprir falhas de comunicação entre os profissionais.

A integração dos projetos de uma obra pode ser dificultada também pelo método tradicional de sobrepor projetos feitos em duas dimensões. Essa utilização não é eficaz, porque alguns erros podem não ser percebidos, além de que demora um tempo considerável, em razão de a compatibilização ser feita combinando dois projetos por vez. Se não há eficácia nesse processo de identificação durante o planejamento, na fase de execução, os problemas tendem a surgir e haverá desperdício de tempo e dinheiro para resolvê-los. De acordo com Martins (2018), a tecnologia BIM permite trabalhar com dados integrados, por meio dos quais é feita a modelagem das informações para todos os envolvidos no projeto. Isto resulta em um

banco de dados unificado, produzido pela própria equipe de profissionais e com a certeza de que o conteúdo das informações está atualizado e de que não há interferências.

O CCE está sendo implantado em um terreno de 40.000 m<sup>2</sup>, localizado no entroncamento que liga as rodovias MGC-354 com a Rodovia Patos/Sumaré, em Patos de Minas, conforme mostra a figura 1. A edificação terá cerca de 6.000 m<sup>2</sup> de construção, para receber eventos como, por exemplo, as refeições de grau do UNIPAM e congressos acadêmicos. Dentre os diferenciais do CCE, menciona-se o sistema de divisórias móveis, com capacidade para acolher até oito eventos simultâneos. A expectativa para conclusão da obra é o fim do ano de 2018.

FIGURA 1. Terreno do Centro de Convenções do UNIPAM



Fonte: Elaborado pelo autor, com auxílio do *software* Google Earth Pro, 2017.

O projeto foi desenvolvido por professores e alunos de quatro cursos do UNIPAM, na área de engenharias e arquitetura, com a participação do Laboratório de Aprendizado e Desenvolvimento de Projetos, o LARE. Quando este projeto de pesquisa se iniciou, o terreno já estava sendo preparado para o início das obras e, até o fim deste estudo, a obra já se encontrava conforme se observa na figura 2.

O Centro de Convenções do UNIPAM trará grandes benefícios não só à comunidade acadêmica, mas também a toda população de Patos de Minas. A edificação se encontra na fase de execução, portanto, a compatibilização será feita concomitantemente à construção. Desse modo, a pesquisa teve como aplicação prática a contribuição da compatibilização dos projetos, utilizando-se a tecnologia BIM, para verificar se há inconsistências, de modo a principalmente contribuir para o sucesso da execução da obra.

FIGURA 2. Obra do CCE atualmente (março de 2018)



Fonte: Acervo da autora, 2018

## 2. COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS

Compatibilizar projetos de uma edificação é uma etapa que deve preceder à execução dela, para evitar situações desagradáveis no canteiro de obras, as quais podem até comprometer o conforto dos usuários. Essa prática é de responsabilidade do coordenador técnico de projeto e serve para analisar, verificar e corrigir interferências físicas entre as diferentes exigências de um projeto (RODRÍGUEZ, 2005).

A compatibilização também pode ser vista de forma sistêmica, acontecendo em todas as etapas de projeto, inclusive nos estudos preliminares. Rodríguez (2005) exemplifica quais problemas podem ser identificados:

[...] A compatibilização deve resolver as seguintes interferências entre um sistema estrutural e outros sistemas: interferência como o layout de arquitetura (circulações, espaços, possíveis modificações), interferência da malha estrutural com espaços para garagens e circulações de veículos ou interferência com caminhos horizontais e verticais das instalações (RODRÍGUEZ, 2005, p. 19).

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, iniciou-se a ideia de compatibilizar projetos. O planejamento das edificações era feito por construtoras grandes que possuíam profissionais de várias áreas trabalhando em uma mesma sede. Os escritórios eram de arquitetos, engenheiros, projetistas, calculistas e outros técnicos que colaboravam nos projetos. Nesse período, ocorreram mudanças econômicas e políticas que enfraqueceram o mercado da indústria da construção. Sendo

assim, as empresas precisaram demitir boa parte do seu número variado de profissionais e eles começaram a constituir escritórios menores ou a trabalhar de forma independente. Já nos anos 1990 e início dos anos 2000, as construtoras se renovaram gerenciando projetos e terceirizando alguns deles; desse modo, surgiram profissionais para compatibilizar grandes projetos (NASCIMENTO, 2015).

Conforme afirmam Eastman *et al.* (2014), a análise de interferências no projeto é feita manualmente com a sobreposição de sistemas individuais sobre uma mesa de luz. Outra forma similar utiliza ferramentas do CAD 2D para sobrepor as camadas de desenho, tornando-se assim possível identificar visual e manualmente conflitos de incompatibilidades. A forma de desenvolver um projeto transformou-se ao longo dos anos, devido a fatores culturais e tecnológicos. Os profissionais vão se adequando à medida que surgem novas tecnologias de informação e novos métodos e materiais construtivos. Com a compatibilização de projetos deveria ser da mesma forma, mas percebe-se que o método tradicional de sobrepor projetos em duas dimensões ainda é o mais utilizado.

De acordo com Nascimento (2014), o Brasil nos últimos anos teve um aumento considerável na indústria da construção civil e, por isso, as políticas de crédito e os financiamentos fizeram o setor crescer acima do PIB do país. Esse progresso incentivou a criação de novas tecnologias, de novos materiais e equipamentos atingindo de forma direta as obras. Algayer (2014) afirma que os projetos se tornaram mais complexos devido à vida moderna e às novas tecnologias, além de as etapas de planejamento da edificação terem visivelmente se segmentado, prejudicando o envolvimento da equipe em termos de integração e comunicação. Nesse contexto, “justifica-se que a compatibilização é fundamental para que seja possível proporcionar soluções racionais” (ALGAYER, 2014, p. 28).

Entretanto, percebe-se que a compatibilização atualmente não é feita ou é mal realizada, tamanha a quantidade de edificações que apresentam falhas e conflitos durante a execução. Quando se ajustam a geometria e as dimensões dos projetos, as interferências são identificadas e solucionadas conjuntamente, de maneira a resultar em uma obra racionalizada, satisfatória ao cliente, sem aumento nos custos e sem entrega com atraso devido a retrabalhos. Em suma, as vantagens da compatibilização de projetos são descritas por Horostecki (2014):

Compatibilizar projetos requer investimentos que podem representar de 1% a 1,5% do custo da obra, mas gera diminuição de despesas que varia de 5% a 10% desse mesmo custo. Além de reduzir o tempo gasto no canteiro de obras, os ganhos são garantidos pela redução do desperdício e eliminação do retrabalho. A previsibilidade também garante diminuição do desperdício de material e conquista de tempo durante as obras. No projeto em análise, verificar, dentre as várias possibilidades para problema, a que possibilite uma menor interferência com os demais projetos, diminuindo assim os custos em obra. Após a compatibilização, todos os projetos são detalhados com uma maior consistência, tornando o orçamento mais próximo do real. Garantir a fidedignidade ao projeto arquitetônico, não exigindo alterações durante a obra. Possibilitar a interferência do incorporador nas decisões de cada

projeto, que influenciarão diretamente o custo da obra e, assim, seu lucro. Controlar os prazos de uma obra de forma mais eficaz (HOROSTECKI, 2014, p. 36-37).

Dessa forma, incompatibilidades nos projetos resultam em situações desagradáveis como sistemas subdimensionados ou superdimensionados, atrasos por causa de reconstruções e desperdício de materiais e de mão de obra. No Brasil, há o errôneo costume de visualizar soluções imediatamente dentro do canteiro de obras, no momento da execução, e com isso, observa-se na construção civil o sentimento de que economizar no projeto diminuirá gastos ao final da obra (HOROSTECKI, 2014). Assim, ressalta-se que o projeto de uma edificação é um instrumento que norteia a construção.

### 3. TECNOLOGIAS DE DESENHO

Antes do surgimento das tecnologias de desenho, os projetos eram todos feitos manualmente com o auxílio das pranchetas. Porém, ainda hoje, mesmo com os novos recursos computacionais, ocorrem situações em que se faz necessário “voltar ao papel ou aos desenhos feitos em CAD 2D para que todos os membros de uma equipe ou empreendimento sejam capazes de se comunicar [...]” (EASTMAN *et al.*, 2014, p. 10). Talvez seja por esta dificuldade que a compatibilização de projetos seja tão ineficaz ou nem é realizada.

O CAD (*Computer Aided Design*) é a tecnologia por meio da qual se representa graficamente o projeto por plantas, cortes, elevações e outros desenhos, em duas dimensões. Por meio dessas representações bidimensionais, o projetista analisa formas e detalhes da edificação, e essa tecnologia é muito parecida com o desenho manual (FERRREIRA, 2007).

No começo dos anos 1950, surgiram os primeiros protótipos de máquinas para desenvolver redes elétricas e elas se tornaram *softwares* CAD, até que em 1982 surgiu a empresa Autodesk, que produziu o *software* AutoCAD em 2D. Com a evolução da internet, ao fim dos anos 1990, alguns programas de tecnologia CAD funcionavam online graças à empresa Dassault Systèmes (DIETRICH, 2014). Eastman *et al.* (2014) descrevem algumas ferramentas e atributos do CAD:

Os sistemas CAD mais antigos produzem desenhos plotados. Eles geram arquivos que consistem principalmente em vetores, tipos de linha associados e identificação de camadas (*layers*). À medida que esses sistemas foram se desenvolvendo, informações adicionais foram sendo acrescentadas a esses arquivos para permitir blocos de dados e textos associados (EASTMAN *et al.*, 2014, p. 12).

À medida que a tecnologia CAD foi evoluindo, a vontade de compartilhar mais informações do projeto cresceu e, por isso, o foco deixou de ser nos desenhos e nas imagens tridimensionais para serem as informações. Dessa forma, a tecnologia BIM começou a ganhar destaque porque modela a construção enquanto produz

diferentes vistas do projeto com informações e ainda gera imagens em 2D e 3D. A modelagem 3D surgiu no fim dos anos 1960, com a possibilidade de modificar formas simples, e somente em 1973 três universidades diferentes desenvolveram uma forma mais fácil de criar e editar sólidos tridimensionais (EASTMAN et al., 2014).

De acordo com Eastman *et al.* (2014), o *Building Information Modeling* (Modelagem da Construção através da Informação, em português) representa um grande avanço na Arquitetura, na Engenharia e na construção, pelo fato de oferecer virtualmente o modelo da edificação com a geometria exata e os dados importantes para dar suporte à construção e à obtenção de insumos. Assim, o BIM reúne características que contribuem em todas as fases de desenvolvimento da obra e proporciona uma maior integração entre os profissionais, possibilitando a redução de custos e prazos além de maior controle de qualidade projetual e de execução.

Desse modo, podem ser enumerados os seguintes benefícios da tecnologia BIM para a compatibilização de projetos: a visão tridimensional antecipada, facilitada e precisa do projeto; a possibilidade de pequenas correções automáticas quando feitas no projeto; a produção de desenhos bidimensionais precisos e consistentes em qualquer etapa do planejamento; a colaboração antecipada entre múltiplas disciplinas de projeto; a detecção de interferências; e a reação rápida a problemas detectados no projeto (EASTMAN et al., 2014).

Os modelos de construção do BIM oferecem esses benefícios por meio dos seus objetos inteligentes, que podem ser parametrizados, dos componentes importantes para análises e dos dados consistentes, não redundantes e coordenados. O que diferencia bastante o BIM do CAD é que os dados e as regras são associados, as regras são alteradas automaticamente nas geometrias associadas, os objetos podem receber níveis de agregação diferentes, as regras são capazes de identificar quando o objeto não é viável e os objetos podem vincular, receber, divulgar ou exportar atributos.

Com relação à Arquitetura, a tecnologia BIM mostra-se vantajosa porque permite explorar os parâmetros e características dos objetos. Por exemplo, as portas podem ser editadas e receber diferentes tipos de materiais e as paredes podem ser configuradas para receber pinturas e revestimentos de qualquer natureza. Essas possibilidades referem-se à chamada parametrização, descrita por Eastman et al. (2014):

No projeto paramétrico, em vez de projetar uma instância de um elemento de construção como uma parede ou uma porta, um projetista define uma família de modelos ou uma classe de elementos, que é um conjunto de relações e regras para controlar os parâmetros pelos quais as instâncias dos elementos podem ser geradas, mas cada uma irá variar conforme seu contexto. Objetos são definidos usando parâmetros envolvendo distâncias, ângulos e regras como *vinculado a, paralelo a e distante de* (EASTMAN et al., 2014, p. 29).

Essas aplicações possuem aspecto muito próximo da realidade, e as imagens modeladas e renderizadas em 3D possibilitam ao arquiteto garantir maior

qualidade do projeto, além de permitir que o cliente visualize como será a edificação. Logo, o BIM representa também uma inovação da arte de projetar em Arquitetura. Paiva (2016) afirma que as ferramentas BIM são eficientes porque impossibilitam incompatibilidades projetuais por meio da elaboração do empreendimento em três dimensões. Além disso, essa tecnologia detecta interferências automaticamente nos projetos de diferentes disciplinas (PAIVA, 2016).

É necessário que o BIM seja utilizado de forma inteligente, ou algumas barreiras poderão surgir e comprometer o sucesso da edificação. Uma das condições para isso não ocorrer é que as equipes envolvidas devem entrar em consenso com relação ao modo como irão compartilhar as informações. Além disso, a implantação do BIM exige que o modelo de construção seja compartilhado entre os envolvidos e que haja aquisição do *software*, treinamentos, atualização dos computadores e principalmente forte entendimento e planejamento antes de se implantá-lo.

Detectar interferências no projeto com BIM oferece mais vantagens que o método tradicional em duas dimensões. A mesa de luz utilizada no processo manual é demorada, está suscetível a erros e necessita que todos os projetos estejam atualizados. Desse modo, o uso do BIM nos escritórios vem aumentando cada vez mais, tanto que uma pesquisa nos Estados Unidos, realizada em 2007, apontou que 74% dos escritórios de arquitetura americanos estavam utilizando modelagem em 3D e ferramentas BIM (EASTMAN *et al.*, 2014).

A tendência dessa tecnologia é se difundir no mundo todo, principalmente porque as empresas de *softwares* ao longo dos anos estão desenvolvendo verificações de conformidade e construtibilidade automatizadas, além de mais ferramentas específicas para cada disciplina. Espera-se que o BIM integre equipes, permita a flexibilidade e a variação das tecnologias construtivas, uma redução do número de documentos, dos erros de projeto e dos desperdícios e aumente a produtividade (EASTMAN *et al.*, 2014).

Um estudo de caso apresentado por Eastman *et al.* (2014), do Edifício Federal de San Francisco, nos Estados Unidos, mostra um exemplo do começo da Modelagem da Informação da Construção. O planejamento foi feito entre 2001 e 2004, e a construção se deu logo depois, sendo que o projeto arquitetônico, o detalhamento arquitetônico e o projeto estrutural foram feitos com o BIM por empresas diferentes. Ainda assim, os projetistas conseguiram identificar e resolver problemas antes do detalhamento e da construção. O resultado foi uma obra de qualidade dentro do orçamento e executada no prazo proposto. Portanto, grandes construtoras e escritórios utilizam BIM tanto pelos benefícios diretos quanto pela possibilidade de realizar projetos e construções enxutas.

#### 4. METODOLOGIA

O processo metodológico do presente artigo baseou-se, primeiramente, no desenvolvimento de uma ampla pesquisa bibliográfica sobre a compatibilização de projetos, sobre a tecnologia BIM e sobre como a associação desses aspectos pode

melhorar a qualidade das obras de construção civil. As principais informações foram obtidas em livros, artigos especializados, dissertações, teses e artigos de autores que buscaram objetivos semelhantes ao que vem sendo realizado neste estudo.

Após a transformação de todas as informações em conhecimentos imprescindíveis, o passo seguinte foi buscar os documentos e outros dados necessários à compatibilização dos projetos do Centro de Convenções e Eventos do UNIPAM. Neste caso, foram solicitados à equipe desenvolvedora da referida edificação os projetos arquitetônico e estrutural, os quais foram confeccionados no *software* AutoCAD e se encontram anexados ao fim deste projeto de pesquisa. Além disso, foram realizadas visitas de campo no local onde a obra está sendo executada, para coleta de mais informações. Tal acompanhamento tornou-se diário graças a uma oportunidade de estágio no CCE que surgiu no mês de junho de 2017. Por isso, foi possível a proximidade não só dos projetos, mas também do desenvolvimento e evolução da obra.

A partir dos projetos obtidos, primeiramente o projeto arquitetônico foi representado no *software* Autodesk Revit Architecture 2016, e posteriormente iniciou-se a representação dos elementos estruturais, começando pelos pilares, depois as vigas e por último as lajes. Concomitantemente à inserção da estrutura foi feita a compatibilização, por meio de prévias dos relatórios de interferências gerados pelo Revit, até chegar a um relatório final, conforme o comando disponível para este fim.

## 5. RESULTADOS

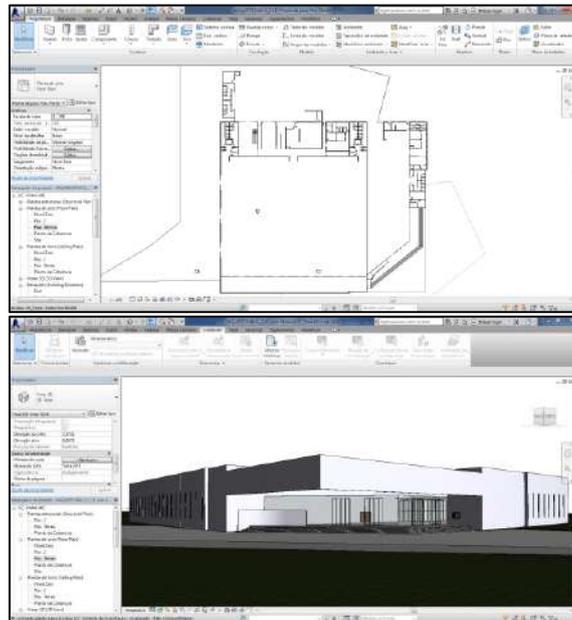
O primeiro resultado obtido com a utilização do Revit foi a representação do Projeto Arquitetônico, utilizando como base o projeto desenvolvido no *software* AutoCAD, como pode ser visto na figura 3. A tecnologia BIM propicia a representação do edifício em planta baixa, fachadas, cortes e três dimensões, sendo que qualquer modificação em cada uma das vistas pode ser visualizada nas outras. Para visualizar, há uma janela chamada “Navegador de Projeto”, no canto inferior esquerdo, na qual é possível selecionar e alternar a vista ou planta que se deseja visualizar, como podemos verificar na figura 3, em que é representada a Planta Baixa à esquerda e, à direita, está a volumetria tridimensional.

Com relação ao projeto estrutural, somente a superestrutura – que fica acima do nível do solo – foi representada, isto é, as fundações da edificação não fizeram parte deste estudo como pode ser visto na figura 4, em que os pilares, as vigas e as lajes podem ser visualizados. Vale ressaltar que o projeto estrutural do CCE compreende laje apenas no bloco administrativo e no bloco de serviços.

Por fim, foram encontradas algumas interferências entre o projeto arquitetônico e o projeto estrutural, ao ser gerado o relatório final no *software*. O acompanhamento da obra comprovou como os problemas foram resolvidos, mas é importante ressaltar que não ocorreram atrasos por causa de retrabalhos nem desperdício de materiais e de mão de obra, visto que as incompatibilizações foram vistas

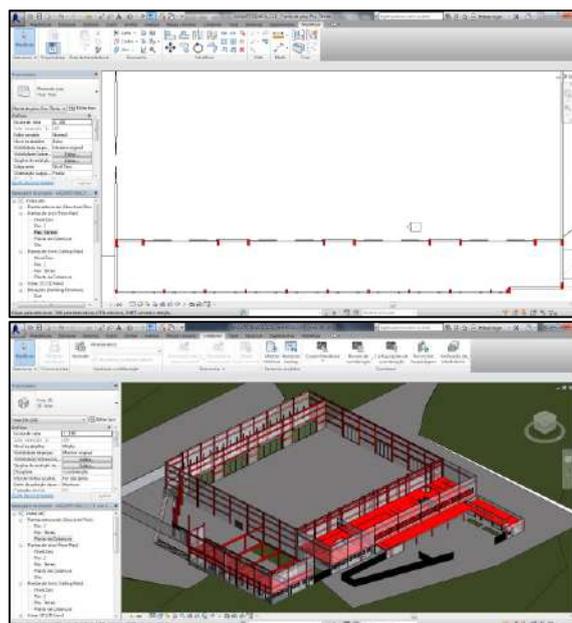
com antecedência. A tabela 1 mostra os relatórios fornecidos pelo Revit, acompanhados da fotografia de como foi solucionada.

FIGURA 3. Planta Baixa do CCE e vista 3D, desenvolvidas no Revit



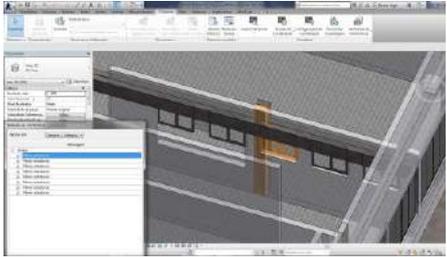
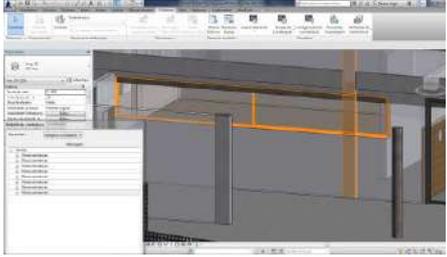
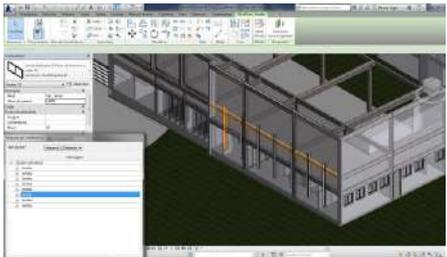
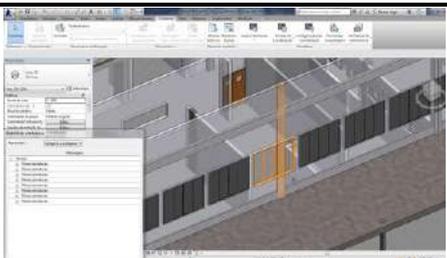
Fonte: Elaborado pela autora, 2017

FIGURA 4. Detalhe dos pilares, em planta baixa e vista 3D da estrutura



Fonte: Elaborado pela autora, 2017

TABELA 1. Resultados das interferências e suas respectivas soluções

	INTEFERÊNCIAS	SOLUÇÕES
1	<p>Incompatibilidade entre o pilar e a janela realçados.</p> <p>Solução: Mover a janela para a esquerda.</p>	 
2	<p>Incompatibilidade entre o pilar e a janela realçados.</p> <p>Solução: Diminuir o vão da janela.</p>	 
3	<p>Incompatibilidade entre a viga e as janelas verticais.</p> <p>Solução: A viga ficará atrás da esquadria.</p>	 
4	<p>Incompatibilidade entre o pilar e a janela realçados.</p> <p>Solução: Utilizar janelas em fita.</p>	 

Fonte: Elaborado pela autora, 2017

A primeira interferência refere-se a um pilar passando por uma janela do pavimento térreo, em que a solução foi adotada durante a execução da obra com o afastamento da janela alguns centímetros ao lado do pilar, de forma que ficassem um ao lado do outro. A segunda interferência também foi um pilar passando próximo a uma das extremidades da janela entre a cozinha e a copa, em que a solução foi reduzir o tamanho da janela, fazendo com que ela terminasse ao lado do pilar.

A terceira interferência refere-se a uma viga que cruza as janelas estreitas e altas da fachada frontal do CCE, em que a solução adotada para esta situação foi

manter a continuidade das janelas, mesmo com a viga passando por elas. Por fim, a quarta interferência diz respeito aos pilares que passam pelas janelas do depósito, no pavimento superior, e para solucionar, o arquiteto e o engenheiro responsável pela execução decidiram adotar janelas em fita, interrompidas somente onde existem os pilares.

## 6. CONCLUSÕES

Concluiu-se que a modelagem utilizando o BIM oferece grandes vantagens, principalmente pela visualização tridimensional para verificar as interferências entre os elementos arquitetônicos e estruturais. Além disso, o programa também se mostrou vantajoso porque, ao fazer uma alteração em uma vista, automaticamente todas as outras são modificadas.

Verificou-se também que o software Revit é bastante eficiente na representação do projeto arquitetônico, pois além de gerar automaticamente a edificação em três dimensões, oferece a possibilidade de aplicar materiais aproximando-se da realidade, sendo possível conhecer a edificação virtual e ter uma noção de como ficará a obra edificada. No que diz respeito à representação do projeto estrutural, demandou-se certo tempo para estudo e compreensão dos recursos disponíveis no *software*.

Esta pesquisa apresentou ainda como resultado o aprendizado sobre o projeto estrutural, desde as leituras projetuais até o acompanhamento da execução. Percebeu-se também que a obra estava atenta à compatibilização dos projetos, tanto que alguns dos projetos no decorrer deste estudo passaram por revisões e foram poucas as incompatibilidades relatadas. Ainda que tenham sido encontradas, ressalta-se que nenhuma trouxe prejuízo à obra e para todas as soluções houve conversa entre a equipe de execução e a equipe de projeto.

Por fim, concluiu-se que o Revit mostrou a eficácia da tecnologia BIM na compatibilização de projetos e na detecção de inconsistências projetuais, por meio de seus relatórios e formas de representações.

## REFERÊNCIAS

ALGAYER, T. A. *Compatibilização de projetos na construção civil: um estudo do panorama atual e das interferências entre os principais tipos de projetos*. 2014. 141 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Engenharia Civil) - Centro Tecnológico, UFSC, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/127394>>. Acesso em 9 de fevereiro de 2017.

ARAÚJO, C. M. de. *Simulação de modelos de edifícios utilizando a tecnologia BIM*. 2016. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2016.

Disponível em < [http://www.usjt.br/biblioteca/mono\\_disser/mono\\_diss/2017/370.pdf](http://www.usjt.br/biblioteca/mono_disser/mono_diss/2017/370.pdf) >. Acesso em 29 de agosto de 2018.

DIETRICH, Gustavo Luís Vieira. *A história do CAD*. 2014. Disponível em: <http://blog.render.com.br/cad/a-historia-do-cad/>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2017.

EASTMAN, Chuck et al. *Manual de BIM: um guia de Modelagem da Informação da Construção para arquitetos, engenheiros, gerentes, construtores e incorporadores*. Trad. Cervantes Gonçalves Ayres Filho. São Paulo: Bookman, 2014.

HOROSTECKI, A. R. N. *Compatibilização de projetos de Engenharia/Arquitetura em empresas de pequeno porte*. 2014. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Gestão de Obras e Projetos) – Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL, Florianópolis, 2014.

MARTINS, L. F. *A análise da representação gráfica de projetos civis com “CAD”, “BIM” e “RA” para identificar as interferências de obra em projetos complementares*. 2018. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: < [https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/22097/3/Analise\\_representa%C3%A7ao\\_grafica.pdf](https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/22097/3/Analise_representa%C3%A7ao_grafica.pdf) > Acesso em 29 de agosto de 2018.

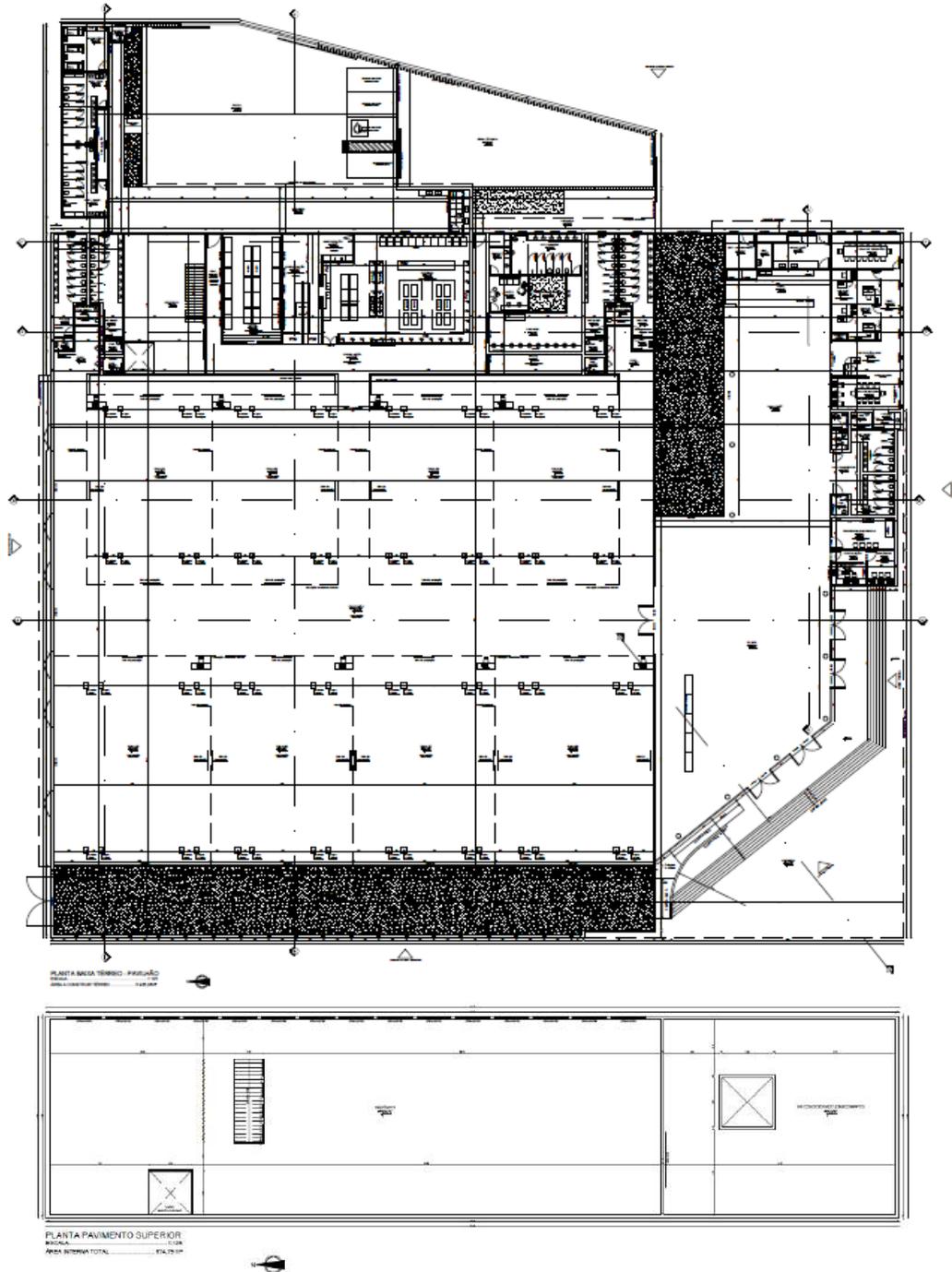
NASCIMENTO, J. M. do. A importância da compatibilização de projetos como fator de redução de custos na construção civil. *Revista Especialize On-line IPOG*, 1(7): 1-11, 2014.

NASCIMENTO, R. L. *Compatibilização de projetos de edificações*. 2015. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Engenharia Civil) - Escola Politécnica, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10015761.pdf>>. Acesso em 26 de dezembro de 2016.

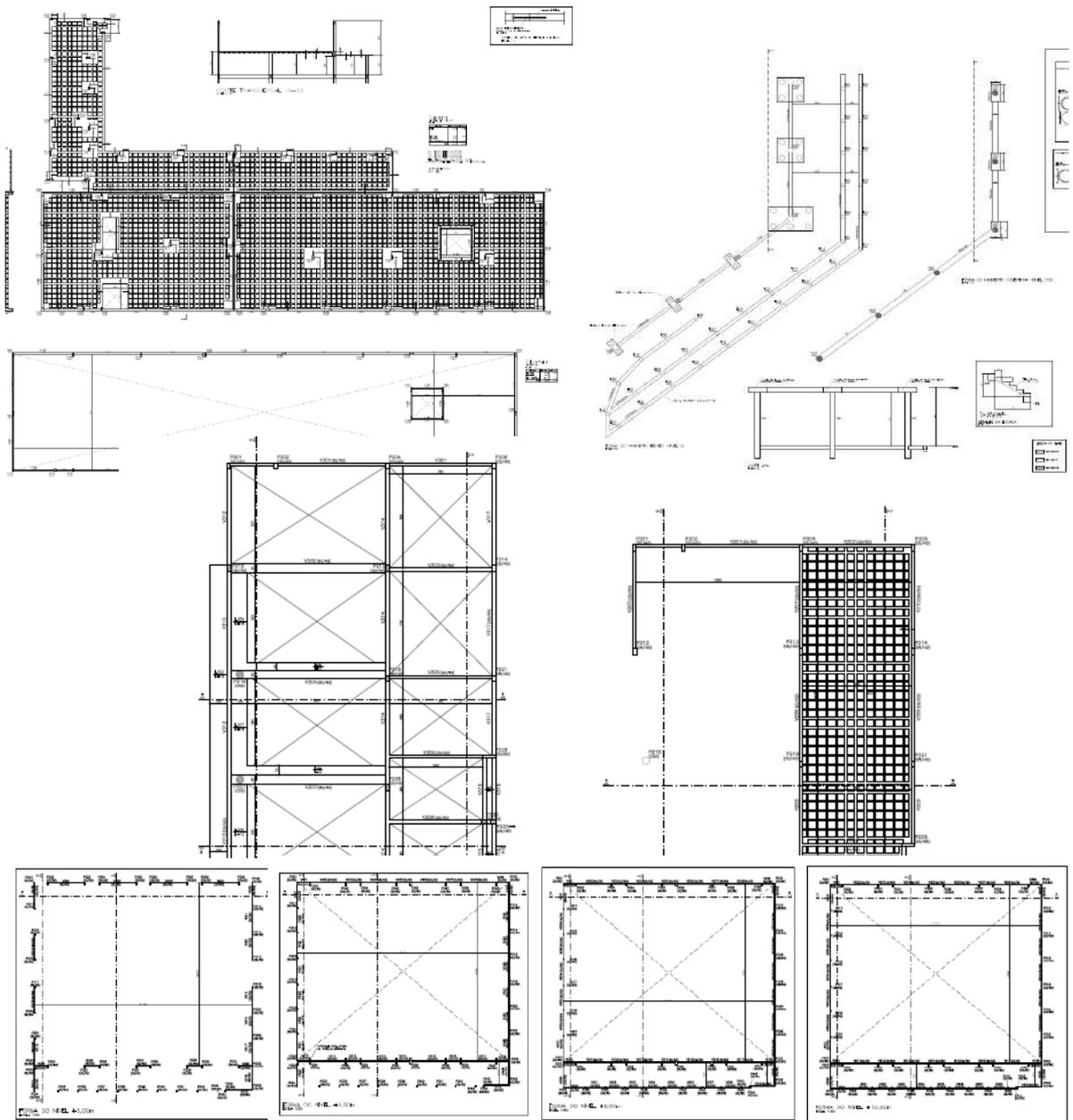
PAIVA, D. C. S. *Uso do BIM para compatibilização de projetos: barreiras e oportunidades em uma empresa construtora*. 2016. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Engenharia Civil) – Departamento de Engenharia Civil, UFRN, Natal, 2016. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/3311/16/BIM-compatibiliza%C3%A7%C3%A3o-projetos-Paiva-Daniel-Artigo.pdf>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2017.

RODRÍGUEZ, M. A. A. *Coordenação técnica de projetos: caracterização e subsídios para sua aplicação na gestão do processo de projeto de edificações*. 2005. 186 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102898/221661.pdf?sequence=1>. Acesso em 9 de fevereiro de 2017.

ANEXO A. Projeto arquitetônico do Centro de Convenções e Eventos do UNIPAM:  
planta baixa – pav. térreo e pav. superior



ANEXO B. Projetos estruturais do centro de convenções e eventos do UNIPAM



## Fibromialgia: seus enigmas e revelações

*Fibromyalgia: its enigmas and revelations*



**Hellen Keller Caixeta**

Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário de Patos de Minas.  
e-mail: helinhakcaixeta@gmail.com

**Paula Ferreira Gonçalves**

Especialista em Saúde da família. Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário de Patos de Minas. e-mail: paula.fg@hotmail.com

---

**RESUMO:** A fibromialgia é uma síndrome musculoesquelética complexa que tem chamado muito interesse de pesquisadores e levantado várias discussões. Este estudo foi realizado na busca de discutir alguns pontos envolvidos na síndrome. Para tal, foi realizado um levantamento bibliográfico de artigos e livros em diversas bases de dados, usando o descritor "fibromialgia". Os textos foram escolhidos por seus títulos e resumos de acordo com o interesse dos pesquisadores. Foi possível verificar que o número de artigos e livros que tratam do tema tem aumentado, demonstrando o crescente interesse e importância do tema. Apesar disso, muitas questões precisam ser discutidas e estudadas mais a fundo. É possível perceber ainda a grande relação entre a fibromialgia e aspectos psicológicos, ressaltando a importância de uma visão psicossomática de tal síndrome, tanto nos estudos sobre a gênese da doença, quanto em seu tratamento e entendimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fibromialgia. Psicossomática. Psicanálise.

**ABSTRACT:** Fibromyalgia is a complex skeletal muscle syndrome that has drawn much interest from researchers and raised several discussions. This study was carried out in the search to discuss some points involved in the syndrome. For this, a bibliographic survey of articles and books was carried out in several databases using the descriptor "fibromyalgia". The texts were chosen for their titles and abstracts according to the interest of the researchers. It was possible to verify that the number of articles and books that deal with the theme has increased, demonstrating the growing interest and importance of the theme. Despite this, many issues still need to be discussed and studied further. It is possible to understand the great relationship between fibromyalgia and psychological aspects, emphasizing the importance of a psychosomatic view of this syndrome both in the studies on the genesis of the disease and in its treatment and understanding.

**KEYWORDS:** Fibromyalgia. Psychosomatics. Psychoanalysis.

---

## INTRODUÇÃO

A relação mente-corpo é um dos temas mais antigos e frequentemente discutido pela ciência. O estudo dessa relação vem desde a classificação dos humores que regulam o organismo feita por Hipócrates, na Grécia Antiga, passando pela dualidade de René Descarte no século XVII, pelas teorias psicanalíticas de Freud no final do século XIX, até chegar à atual teoria psicossomática (PERES; SANTOS, 2002).

O conceito e o termo *psicossomática* mudou muito durante a história. Mas existe um consenso entre estudiosos de que cabe a Heinroth, em 1818, a criação e a diferenciação entre as expressões “psicossomática” e “somatopsíquica”. O termo *psicossomática* hoje é comumente utilizado para expressar a gênese ou a influência de fatores psicológicos na determinação de doenças somáticas (VICENTE, 2005)

Segundo Zimerman (1999), o termo *psicossomática* é geralmente empregado em um sentido restrito, sendo explicado normalmente como fatores e/ou conflitos psíquicos como predominantemente e primariamente geradores de reações orgânicas. Segundo ele, o termo pode ser empregado em sentidos e situações diferentes, existindo uma tendência moderna de substituição do termo para “distúrbio somatoforme” (DSM) ou “transtorno somatoforme” (CID).

Concomitante a isso, Mello Filho (1992) explica que a psicossomática diz respeito a uma ideologia da saúde, sendo ao mesmo tempo um campo de estudo, uma teoria e uma prática. E envolve muito mais que a prática médica. É um campo multiprofissional que envolve, além de psiquiatras, também psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, nutricionistas, entre outros.

Os estudos das doenças psicossomáticas têm crescido consideravelmente, e assim “doenças psicológicas” estão cada vez mais no cotidiano das pessoas. Uma doença muito falada, ao se tratar da influência psíquica no corpo, é a fibromialgia (BESSET *et al.*, 2010).

A fibromialgia é uma patologia musculoesquelética complexa, caracterizada comumente por dores crônicas e difusas e pontos dolorosos específicos a palpação. Está associada muitas vezes a grandes prejuízos físicos e comorbidades psicológicas (HEYMANN *et al.*, 2010). É uma síndrome que influencia diretamente na qualidade de vida da pessoa, uma vez que modifica aspectos pessoais, profissionais e sociais da pessoa doente (BESSET *et al.*, 2010).

Vários aspectos da fibromialgia, como sua definição, diagnóstico e prognóstico, ainda geram grandes controvérsias e polêmicas (MARTINEZ, 2006). Porém, hoje existe certo consenso sobre a relação entre a síndrome fibromiálgica e os aspectos psicológicos. Essa relação pode ser desde a gênese da doença até suas consequências para o indivíduo doente (BESSET *et al.*, 2010).

Por mais que a fibromialgia seja classificada como uma doença reumática, ela tem chamado grande atenção por suas abordagens psiquiátricas ou psicopatológicas, o que ressalta a importância do reconhecimento de aspectos subjetivos e psicológicos da doença, sendo tratada também com métodos e estratégias próprias da psicologia (GOULART, PESSOA, LOMBARDI JUNIOR, 2016).

Segundo Heymann *et al.* (2010), recomenda-se uma abordagem multidisciplinar para o tratamento da fibromialgia, com tratamentos farmacológicos e não farmacológicos, bem como uma presença ativa do paciente no tratamento, sendo levadas em conta a intensidade de sua dor e sua evolução.

Com isso, o objetivo desta pesquisa é analisar o papel da subjetividade no processo formador da síndrome fibromiálgica e seus efeitos para a subjetividade do sujeito adulto.

## MÉTODOS

Para a produção deste projeto de pesquisa, foi utilizado o modelo de revisão bibliográfica nas bases de dados Scielo e Pepsic e em livros acadêmicos relacionados ao tema. Na pesquisa, foram utilizados os descritores “psicossomática”, “fibromialgia” e “Psicanálise”.

Os textos foram escolhidos através de seus resumos em que existia um ou mais descritores. Para a análise dos dados encontrados, foram realizadas a leitura integral e os fichamentos detalhados dos artigos, assim como a leitura e o fichamento de capítulos específicos dos livros escolhidos. Nessa fase foi realizada a eliminação de 5 artigos e 5 livros que não abrangiam os objetivos do trabalho.

A presente pesquisa é de caráter qualitativo. A pesquisa qualitativa tem sido amplamente utilizada ao longo das últimas décadas, sendo relevante para o “[...] o estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida” (FLICK, 2009, p. 21). As esferas de vida são diversificadas, assim como as relações que os sujeitos estabelecem dentro delas. A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A epistemologia qualitativa defende o caráter construtivo interpretativo do conhecimento, o que de fato implica compreender o conhecimento como produção e não como apropriação linear de uma realidade que se apresenta. A realidade é um domínio infinito de campos inter-relacionados independentes de nossas práticas; no entanto, quando nos aproximamos desse complexo sistema por meio de nossas práticas, as quais, neste caso, concernem à pesquisa científica, formamos um novo campo de realidade.

## RESULTADOS

O presente artigo apresenta uma discussão feita através da leitura de 9 artigos selecionados e 7 livros que continham os conteúdos e critérios já descritos anteriormente.

A fibromialgia é uma das síndromes reumáticas mais frequentes e recorrentes da contemporaneidade. Tendo grande relação com aspectos psicológicos e

psicossomáticos, seus sintomas geram grandes prejuízos pessoais, físicos, psicológicos, profissionais e sociais para o indivíduo adulto, fazendo assim com que seja um tema de relevância e importância na contemporaneidade e no meio acadêmico, envolvendo profissionais de várias áreas.

Existe uma crescente discussão sobre o tema, sendo cada vez mais comuns publicações acadêmicas e discussões multiprofissionais sobre o assunto. Apesar disso, a maioria dos estudos recentes ainda trazem a síndrome relacionada a fatores específicos, como estresse, ansiedade, depressão, ou a uma faixa etária específica. Isso possibilita um melhor entendimento das comorbidades da síndrome fibromiálgica, mas dificulta uma visão mais geral da doença. Os artigos que trazem a fibromialgia de forma geral e mais bem esclarecida estão em sua maioria em outro idioma ou não trazem um conteúdo relativamente novo, geralmente um citando o outro, tendo em sua maioria referências em comuns.

Outra dificuldade é que muitos são os estudos de prevalência da doença, que têm sua contribuição, mas não elucidam muito sobre os enigmas da síndrome, demonstrando algo de que já se tem ideia, como o fato de que a prevalência é grande e tem crescido. Outros estudos de caráter mais teórico levantam discussões importantes, mas geralmente não muito conclusivas.

Mas uma coisa se sabe: para as ciências psicológicas e médicas, deve-se reconhecer a importância do entendimento do processo de interferência da subjetividade no corpo através dos conceitos de psicossomática e fibromialgia na dinâmica das relações sociais e laborais, para então se compreender o resultado dessas implicações nas relações humanas.

Faz-se relevante reconhecermos as características das doenças psicossomáticas, em específico a fibromialgia, pois por vezes somos surpreendidos e não conhecemos as reações subjetivas e as consequências dessa síndrome para os indivíduos. Por fim, a maioria dos estudos demonstraram a necessidade de uma ampliação de conhecimento teórico, de uma visão holística e multidisciplinar, levando em consideração o que cada profissional pode acrescentar em auxílio ao indivíduo acometido pela síndrome, mas nunca deixando de lado a visão subjetiva da dor. Além disso, há uma necessidade de maiores discussões sobre alguns pontos envolvidos na síndrome.

## DISCUSSÃO

### FIBROMIALGIA: SUA HISTÓRIA E ORIGEM

Vivemos em um mundo em que a correria desmedida se instaura com uma força importante. Habitamos uma sociedade em que as relações interpessoais se apresentam descartáveis, visto que essas relações estão dominadas por regras econômicas e de consumo, associadas à tecnologia, que rejeita qualquer outro modelo, antes mesmo de nos darmos conta. Em razão disso, os homens adultos contemporâneos têm sido cada vez mais exigidos de suas funções cognitivas, físicas e emocionais, não sobrando espaço para os sentimentos e a dor.

Para entender os sentimentos e a dor desses adultos, é necessário entender um pouco sobre a fase adulta. Existem várias discussões sobre a delimitação cronológica do que chamamos de vida adulta. Papalia, Olds e Feldman (2006) dividem a vida adulta em duas partes. A primeira, compreendida dos 20 aos 40 anos, e na qual se denomina o jovem adulto, é considerada por muitos o auge das habilidades físicas e cognitivas, mas também uma fase de descobertas e adaptações sociais. A segunda é a idade adulta, ou meia idade, compreendida cronologicamente entre 40 e 65 anos, uma fase marcada por muitas mudanças físicas e cognitivas, grandes responsabilidades e muitos papéis sociais.

De forma geral, a idade adulta é um período de grandes mudanças, pois não só o fisiológico e o cognitivo têm altos e baixos, mas os papéis sociais a serem desenvolvidos, as responsabilidades e cobranças também se apresentam de uma forma mais intensa. Assim, é uma fase muitas vezes acometida de doenças, síndromes e sofrimentos.

Os estudos da fibromialgia representam muitas vezes um campo problemático e enigmático que envolve muitas dúvidas que vão desde sua etiologia, diagnóstico, tratamento, até a sua “verdadeira” existência biológica e sua ligação com quadros psicológicos (ARAGON, 2010).

Uma das principais dúvidas diz respeito a sua etiologia misteriosa e contraditória. Índícios apontam que, desde o século XIX, as descrições de caso dos estudos de Froriep apontavam pacientes com sintomas muito semelhantes ao que se hoje caracteriza como fibromialgia. Em 1904, com os estudos de Gowers, foi sugerido o termo fibrosite (SLOMPO, BERNARDINO; 2006). O termo *fibrosite* foi utilizado por muito tempo para descrever alterações inflamatórias nos tecidos conectivos fibrosos que causava, sintomas muito semelhantes aos da fibromialgia como é hoje conhecida (GOLDENBERG, 1996 *apud* BRASIO *et al.*, 2003). A origem mais conhecida e aceita do termo *fibromialgia* foi proposta por Hench em 1975 (SLOMPO, BERNARDINO; 2006).

Mesmo após a definição do termo e o atual crescimento nas discussões sobre vários aspectos envolvidos na fibromialgia, muitas questões ainda permanecem polêmicas e controversas (MARTINEZ, 2006).

#### EXPLICANDO A FIBROMIALGIA

A fibromialgia é uma patologia musculoesquelética complexa, cuja incidência na população vem crescendo constantemente e se tornando um tema importante a ser discutido e estudado. Além da dor musculoesquelética difusa e crônica, a fibromialgia está relacionada muitas vezes a algumas comorbidades psíquicas, como a depressão e a ansiedade (HAYMAN, 2010).

Um estudo feito por Senna *et al.* (2004, citado por Besset *et al.*, 2010) concluiu que a prevalência de fibromialgia na população brasileira é de 2,5 %. Desta, 40,8 % têm idade entre 35 e 44 anos, com predominante incidência em mulheres. Tal síndrome é considerada ainda, pela Sociedade Brasileira de Reumatologia, uma das doenças reumáticas mais frequentes.

As questões diagnósticas levantam grandes discussões e polêmicas. Segundo Martinez (2006), desde a criação e utilização dos “Critérios de Classificação para a Fibromialgia” do Colégio Americano de Fibromialgia, houve grande melhora na distinção entre fibromialgia e outras doenças reumáticas. Apesar dessa melhora, tais critérios muitas vezes ignoram alguns sintomas ou enquadram outras disfunções no processamento da dor dentro da síndrome fibromiálgica, tendo assim uma grande abundância de falsos positivos. Segundo Wolfe *et al.* (1990, citado por Aragon, 2010), o próprio comitê que criou os critérios reconhece uma circularidade na formação dos critérios, em que cada pesquisador ou serviço acaba identificando aqueles que mais lhe confirmam o diagnóstico, e sendo assim, existe um viés de confirmação muito grande que chega a ultrapassar e ignorar os critérios. Por fim, os critérios mais marcantes e característicos da síndrome estão relacionados a dor generalizada associada a pontos dolorosos, os *tender points* (ARAGON, 2010).

Ainda com relação ao diagnóstico, Heymann *et al.* (2010) esclarecem que este deve ser unicamente clínico, podendo ou não ser solicitados exames, e que fatores biopsicossociais devem ser levados em consideração, dificultando assim ainda mais o diagnóstico. Aragon (2010) chama atenção para a importância do diagnóstico, mas também para um cuidado para que este não se torne a única e maior ferramenta de visualização da dor, em esquecimento da perspectiva do sujeito.

O diagnóstico é um aspecto extremamente importante para o profissional da saúde, por auxiliar nas estratégias de tratamento, é claro. Mas, no caso da fibromialgia, o diagnóstico também se torna fundamental para o paciente, para que ele possa entender o que está sentindo e como deverá lidar com isso (HEYMANN *et al.*, 2010).

Além disso, o diagnóstico legitima a dor do indivíduo, colocando-o numa posição de quem sofre e merece atenção. A legitimação da dor e o diagnóstico estão relacionados também ao custeio público no tratamento da doença e à decisão de afastamento ou não do trabalho (BESSET *et al.*, 2010).

Segundo Martinez (2006), outro ponto importante e polêmico é a questão trabalhista envolta na síndrome de fibromialgia. Esta, apesar de ser muitas vezes confundida com doenças ocupacionais, não é classificada assim, por mais que muitas vezes sua ocorrência possa estar ligada ao trabalho. Segundo este autor, o afastamento deve ser uma medida extrema, uma vez que o trabalho gera independência pessoal e inserção produtiva na sociedade. Apresentando posicionamento semelhante, os estudos de Heymann *et al.* (2010) afirmam que é de consenso dos profissionais que a fibromialgia em si não justifica o afastamento do trabalho.

Existe uma grande confusão entre os diversos profissionais da saúde que buscam explicar não só a fibromialgia, mas muitas síndromes, cada um à sua maneira. Tal disputa só agrava a falta de consenso acerca de vários aspectos dessa síndrome. A presença de dores tanto agudas como crônicas só reforça a necessidade de uma visão holística do assunto (BESSET *et al.*, 2010).

A fibromialgia é marcada por quadros de dor crônica (HEYMANN *et al.*,

2010), sendo um estado de saúde permanente, devendo ser controlada e não eliminada. Complementar a isso, Bessel *et al.* (2010) afirmam que não basta apenas erradicar a dor do sujeito a qualquer custo, é necessária uma escuta analítica de como se dá a vivência dessa dor e quais aspectos subjetivos estão envolvidos nela.

A subjetividade envolta na dor é algo importante para a psicologia e para o entendimento e o tratamento da síndrome fibromiálgica. Portinoi *et al.* (2014) esclarecem que a dor é tradicionalmente um sinal de algo que está errado não necessariamente apenas com o biológico, mas também com o psicológico. Assim a dor não deve ser entendida somente como um reflexo biológico, necessitada de tratamento medicamentoso, mas também como um reflexo das representações e conflitos psíquicos no corpo (SANTOS; RUDGE, 2014).

No que diz respeito ao tratamento, é consensual que o tratamento da fibromialgia exige um tratamento multidisciplinar, farmacológico e não farmacológico (HEYMAN *et al.*, 2010). Destaca-se que, entre os tratamentos medicamentosos, mais que analgésicos e anti-inflamatórios, são prescritos, muitas vezes, antidepressivos e medicações para o sono (SLOMPO, BERNARDINO, 2006).

Dentre os tratamentos não farmacológicos, destaca-se a prática de exercícios físicos ou fisioterápicos e acompanhamento psicológico (HEYMAN *et al.*, 2010). Vários autores, como Simonetti (2015), Santos e Rudge (2014) e Brasio *et al.* (2003), são unânimes em concordar com Heyman e colaboradores na ideia de que o estudo e o tratamento da fibromialgia, bem como de outras síndromes com grande influência psicossomática, devem ser feitos de forma multidisciplinar, sendo muito importante que diversos profissionais da área da saúde estudem e pesquisem sobre o assunto, melhorando tanto sua prática profissional quanto a qualidade de vida daqueles que sofrem com tal síndrome.

#### FIBROMIALGIA E PSICOSSOMÁTICA

Hoje, a psicossomática está bem mais presente no dia a dia do que se imagina. Até mesmo no senso comum percebem-se menções claras a esse conceito com expressões como “tremendo de medo”, “cego de ódio”, entre outras. Na ciência também é fácil encontrar patologias comumente associadas a fatores psicológicos como gastrites, dermatites, úlceras, doenças autoimunes entre outras (ZIMERMAN, 1999).

A relação da fibromialgia com a psicossomática é uma questão complexa e muito discutida. Existe uma duplicidade na aceitação e no reconhecimento da relação psicológica da doença pelos próprios pacientes. Por um lado, reconhecer uma gênese psicológica permite ao indivíduo a validação da sua dor, que muitas vezes não é refletida tão claramente no biológico por meio de exames clínicos. Essa validação permite uma posição de “quem fala a verdade” e proporciona também benefícios como custeio público da doença. Por outro lado, aceitar que a doença está no campo da saúde mental implica aceitar preconceitos sociais, como a ideia de ser tratado como louco, histérico ou até como incapaz de lidar com sua vida, seus estresses e problemas (ARAGON, 2010).

Outra parte da dificuldade está no fato de o discurso médico buscar cada vez mais gêneses biológicas para as patologias, e muitas vezes negar a importância e a grande existência de patologias psicossomáticas, conhecendo o paciente somatizador muitas vezes como alguém necessitado de terapia psicológica e não de apoio médico-hospitalar. Há ainda a questão de que a vivência e o relato da dor são uma experiência muito subjetiva e diversificada (SIMONETTI, 2015). Independentemente dessa discussão, muitos autores já reconheceram a grande importância e até a predominância de aspectos psicológicos no surgimento da fibromialgia, apesar de tal casualidade ser difícil de se confirmar (BESSET *et al.*, 2010).

Apesar das dificuldades de confirmação, os aspectos psicológicos de muitas doenças e síndromes não podem ser negligenciados, uma vez que estes se apresentam desde a gênese da doença até as suas comorbidades.

Aspectos psicológicos, em um processo de psicossomatização, podem produzir estados dolorosos, e esses estados, quando frequentes, provocam por sua vez alterações nos humores e na psique, gerando um grande círculo de manutenção da doença (BESSET *et al.*, 2010).

E vários estudos demonstram que, apesar de os critérios e as classificações estarem relacionados à reumatologia, a síndrome de fibromialgia tem despertado grande interesse na psiquiatria e na psicologia. Parte desse interesse surge à medida que diagnósticos e tratamentos puramente médicos se mostram insuficientes para explicar e tratar tal síndrome, o que levanta hipóteses cada vez mais certas de uma síndrome funcional, somatoforme ou de somatização (ARAGON, 2010).

O interesse em entender a relação corpo e mente na gênese das doenças não só é importante como também é muito antigo. A relação mente-corpo é frequentemente discutida pela ciência desde a classificação dos humores que regulam o organismo feita por Hipócrates, na Grécia Antiga, passando pela dualidade de René Descartes no século XVII, chegando às teorias psicanalíticas de Freud no final do século XIX e ganhando cada vez mais importância nos tempos contemporâneos por nos aproximar da atual teoria psicossomática (PERES; SANTOS, 2002).

Ainda numa visão histórica, na Idade Média, a dualidade mente e corpo era reforçada pela Igreja, na busca de explicar as doenças como fruto do pecado ou de possessões demoníacas. Após o Renascimento e a evolução da ciência, muita coisa mudou, porém, o modelo cartesiano foi acolhido veementemente pela medicina oriental, e até hoje é muito constante ver tal dissociação na busca por justificar muitas vezes um reducionismo biológico. Tal modelo foi bastante revolucionado no século XIX com a criação da psicanálise (PERES; SANTOS, 2002). Zimerman (1999) acrescenta que Freud e a psicanálise já falavam de uma visão psicossomática ao criar e explicar conceitos como representação, complacência somática, fenômenos de conversão e neuroses. Branco Vicente (2005) vai mais fundo ainda e demonstra em seus estudos a importância de vários psicanalistas para o desenvolvimento da teoria psicossomática.

O conceito de psicossomática e até mesmo a utilização do termo mudaram muito durante a história. Porém, existe um consenso entre estudiosos de que cabe

a Heinroth, em 1818, a origem do termo que hoje é comumente utilizado para expressar a gênese ou a influência de fatores psicológicos na determinação de doenças somáticas, a existência de uma relação mente e corpo e a incisiva influência da mente na gênese das doenças orgânicas (BRANCO VICENTE, 2005).

Mello Filho (1992) explicam que a psicossomática diz respeito a uma ideologia da saúde, e ao mesmo tempo, a um campo de estudo, uma teoria e uma prática, que envolvem muito mais do que prática médica. É um campo multiprofissional que envolve psiquiatras, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, nutricionistas, entre outros.

A relação entre a teoria psicossomática e o discurso médico é conflitante. Muitas vezes a psicossomática é um alívio ao discurso médico, uma vez que a ciência médica tem horror a doenças “sem causa”, e a explicação de que se a gênese da doença não é orgânica, é psíquica, é muito cômoda. Porém, eles entram em conflito em outros momentos, uma vez que o pensamento médico muitas vezes ignora a existência de uma subjetividade ligada à doença (SIMONETTI, 2015).

Apesar da importância da psicanálise para as teorias psicossomáticas, existe grande diferença entre psicanálise e psicossomática.

A psicanálise, diferentemente da psicossomática, busca uma subjetividade ligada a todo processo de adoecimento, não especificamente como causa ou consequência (SIMONETTI, 2015). Essa visão da subjetividade existente em cada sofrimento vai contra uma visão muito atual de universalidade da dor, em que ao diagnosticar, nomear algo, logo se cria um grupo de sintomas, tratamentos e visões que muitas vezes ignora a vivência única da dor por cada indivíduo (ARGERAMI *et al.*, 2012)

As abordagens psicossomáticas muito contribuíram para essa visão de subjetividade da dor e para um entendimento de que não é a mente, física e biológica, a gênese das doenças psicossomáticas, mas a representação dos fenômenos individuais e sociais, não se podendo isolar o sujeito de seu ambiente. No entanto, é preciso ter cuidado para que, ao superar a antiga dicotomia corpo/mente percebendo a importância de fatores psicossociais na gênese das síndromes, não se crie uma nova dicotomia corpo/psicossocial voltando a ignorar ou minimizar a individualidade do sujeito (ARAGON, 2010).

Diante de toda construção teórica apresentada até o momento e do cenário atual da vivência de nossa sociedade contemporânea, cabe observar e considerar a influência e a importância da subjetividade no processo formador das síndromes psicossomáticas. Uma das síndromes que mais abordam a influência psíquica no corpo, com seus prejuízos sociais, é a fibromialgia (BESSET *et al.*; 2010).

Apesar de alguns pontos envoltos na síndrome fibromiálgica terem sido esclarecidos, a medicina ainda não encontrou evidências orgânicas de tal patologia, o que reforça uma visão de caráter psicológico e psicossomático de tal síndrome (PORTINOI *et al.*, 2014).

Assim, apesar das várias discussões envoltas na síndrome da fibromialgia, está clara a importância do reconhecimento de aspectos subjetivos e psicológicos

da doença, sendo tratada não somente com medicamentos reumáticos e psiquiátricos, mas também com métodos e estratégias próprias da psicologia (GOULART; PESSOA; LOMBARDI JUNIOR, 2016).

### CONCLUSÕES

Tanto a psicossomática quanto a fibromialgia são assuntos que estão em frequente discussão e modificação teórica e prática. Essas discussões e modificações ressaltam a importância de frequentes e maiores estudos na área, uma vez que muitas discussões sobre o tema levantam opiniões diversificadas ou não são totalmente esclarecidas.

A fibromialgia é ainda uma síndrome que afeta exponencialmente a qualidade de vida das pessoas em diversos aspectos: físicos, psicológicos, laborais e sociais. Além de gerar prejuízos para o indivíduo, acaba gerando grandes custos aos governos e organizações, o que leva a uma necessidade de melhor entendimento e melhoras no tratamento dessa patologia.

Como relação ao tratamento, é possível concluir que, sendo as consequências da síndrome em diversas áreas, o tratamento também deve ser multidisciplinar, englobando diversos profissionais. Apesar da indicação e da comprovação de alguns tratamentos, algo que nunca pode ser negligenciado pelos profissionais são os aspectos subjetivos da doença, sempre levando em consideração não somente a maneira com que o indivíduo enxerga a si e a sua doença, mas também como seus aspectos subjetivos participam na sua manutenção ou no seu tratamento.

### REFERÊNCIAS

ARAGON, Luis Eduardo Ponciano. Fibromialgia: perspectivas de um campo problemático. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 14(32):155-169, jan. 2010.

ANGERAMI, Valdemar Augusto. "Sobre a dor", in: ANGERAMI, Valdemar Augusto (org.). *Psicossomática e a psicologia da dor*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning Nacional, 2012, pp. 1-59.

BESSET, Vera Lopes *et al.* Um nome para a dor: fibromialgia. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 10(4): 1245-1270, 2010.

BRANCO VICENTE, Luísa. Psicanálise e psicossomática: uma revisão. *Revista Portuguesa de Psicossomática*, 7(1-2): 257-267, 2005.

BRASIO, Karina Magalhães *et al.* Comparação entre três técnicas de intervenção psicológica para tratamento da fibromialgia: treino de controle de stress, relaxamento progressivo, e reestruturação cognitiva. *Revista de Ciências Médicas*, 12(4): 307-318, 2003.

DESENVOLVIMENTO do Adulto Jovem. 2012. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/desenvolvimento-do-adulto-jovem/15863>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

FLICK, Uwe. “Pesquisa qualitativa: por que e como fazê-las”, in: *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Bookman, 2009

FONSECA, João José Saraiva. *Metodologia de pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GOULART, Rubens; PESSOA, Cinthia; LOMBARDI JUNIOR, Império. Aspectos psicológicos da síndrome da fibromialgia juvenil: revisão de literatura. *Revista Brasileira de Reumatologia*, 56(1): 69-74, 2016.

HEYMANN, Roberto Ezequiel *et al.* Consenso brasileiro do tratamento da fibromialgia. *Revista Brasileira de Reumatologia*, 50(1): 56-66, 2010.

MARTINEZ, José Eduardo. Fibromialgia: o desafio do diagnóstico correto. *Revista Brasileira de Reumatologia*, 46(1): 1-2, 2006.

MELLO FILHO, Júlio de. *Psicossomática Hoje*. Porto Alegre: Artes Gráficas, 1992.

SANTOS, Natália Amendola; RUDGE, Ana Maria. Dor na psicanálise: física ou psíquica?. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 17(3):450-468, 2014.

SIMONETTI, Alfredo. “A psicossomática”, in: *Psicologia hospitalar e psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015, pp. 119-124.

SLOMPO, Thais Krukoski Marques e Silva; BERNARDINO, Leda Mariza Fischer. Estudo comparativo entre o quadro clínico contemporâneo “fibromialgia” e o quadro clínico “histeria” descrito por Freud no século XIX. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 9(2): 263-278, 2006.

PAPALIA, Diane F.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. “Desenvolvimento físico e cognitivo no jovem adulto”, in: PAPALIA, Diane F.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. *Desenvolvimento Humano*. 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PERES, Rodrigo Sanches; SANTOS, Manoel Antônio dos. *Psicossomática psicanalítica: interseções entre teoria, pesquisa e clínica*. Campinas: Alínea, 2012.

PORTNOI, Andréa Golfarb. *A psicologia da dor*. São Paulo: Roca, 2014.

ZIMERMAN, David Epelbaum. *Pacientes somatizadores*, in: *Fundamentos psicanalíticos*. Porto Alegre: Artmed, 1999, pp. 239-251.

## O uso de tecnologias em sala de aula como mediadores no processo de aprendizagem

*The Use of Technologies in the Classroom as Mediators in the Process of Learning*



**Ana Paula da Silva**

Graduanda em Pedagogia pelo Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM).  
e-mail: a.paulinha-silva@hotmail.com

**Adriana Lanna Malta Tredezini**

Mestre em Educação, Magistério Superior. Professora do Centro Universitário de Patos de Minas.  
e-mail: adriana@unipam.edu.br

---

**RESUMO:** Este trabalho resultou de uma pesquisa realizada na disciplina Metodologia da Pesquisa, do curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar: Inspeção, Orientação e Supervisão Pedagógica, do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM), em que se objetivou verificar o uso de tecnologias em sala de aula como mediadores no processo de aprendizagem, bem como analisar se há a devida orientação pedagógica quanto ao uso e com que frequência estas são ministradas aos alunos. Para tal foi construído um referencial teórico embasado em obras bibliográficas e webgráficas e, ainda, uma pesquisa de campo com aplicação de questionário aberto aos professores e equipe pedagógica da Escola Estadual Ilídio Caixeta de Melo, do município de Patos de Minas/MG. Diante das informações obtidas, concluiu-se que a escola possui recursos tecnológicos à disposição dos professores e alunos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tecnologia. Professores. Ensino.

**ABSTRACT:** This work resulted from a research developed in the discipline Research Methodology, in the post-graduation course "School Management: Inspection, Orientation and Pedagogical Supervision", at the Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM), in which the objective was to verify the use of technologies in the classroom as mediators in the process of learning, as well as check if there is the right pedagogical orientation on the use and the frequency in which these technologies are offered to the students. This way, we proceeded to a theoretical reference based on bibliographic and webgraphic works, and also to a field research with an open questionnaire to the teachers and the pedagogical group of Escola Estadual Ilídio Caixeta de Melo, in the city of Patos de Minas/MG. Considering the information obtained, we conclude that the school owns technological resources that are available to teachers and students.

**KEYWORDS:** Technology. Teachers. Teaching.

---

## 1. INTRODUÇÃO

O tema abordado nesta pesquisa, as novas tecnologias, teve como marco histórico inicial a Idade Moderna, mais precisamente o século XVIII. Até o final deste século, a maioria da população vivia no campo e produzia o que consumia. De maneira artesanal, o produtor dominava todo o método produtivo.

As novas tecnologias surgiram para promover e ordenar a vida humana e seus afazeres. A chamada Revolução Industrial e a conseqüente ascensão do capitalismo geraram grandes problemas, havendo necessidade de buscar soluções plausíveis que possibilitassem melhoria e agilidade no processo de produção. As soluções apontadas deram origem aos primeiros modelos de tecnologia de informação em um ritmo acelerado até chegar ao que chamamos hoje de tecnologia de ponta.

O que vemos na atualidade é que a tecnologia está presente em todas as instâncias da sociedade, e a educação, como mediadora no processo de formação do homem, tem o papel primordial de inseri-la na sociedade. Assim, o uso da tecnologia na educação é uma necessidade inadiável, e o profissional do ensino precisa compreender que o giz, o quadro negro, o caderno e os livros já não são mais ferramentas suficientemente utilizadas na sala de aula.

Este estudo voltou sua atenção para o ensino fundamental, ou seja, buscou-se analisar junto a esse período a importância da inserção das novas tecnologias no processo de aprendizagem. Deste modo, *a priori*, o presente artigo visou analisar como as tecnologias podem ser usadas em favor da educação e da produção do conhecimento e a importância da capacitação dos profissionais da educação no manuseio dessas novas ferramentas. Num segundo momento, buscou-se identificar a realidade do ambiente escolar, isto é, como professores, equipe pedagógica e alunos da Escola Estadual Ilídio Caixeta de Melo estão preparados para a inserção das novas tecnologias no processo de aprendizagem.

Nesse sentido, justificou-se o tema pelas dificuldades existentes na utilização da tecnologia em determinados setores, mais especificamente na área da educação. É notório que grande parte dos educadores não possui formação adequada, ou nem se sentem aptos a desenvolver as novas práticas educacionais, práticas essas voltadas a propor ao aluno um senso crítico, o qual o torne capaz de desenvolver suas aptidões em sala de aula.

Entretanto, para atingir a problemática do tema, investigar como professores e equipe pedagógica da Escola Estadual Ilídio Caixeta de Melo estão preparados para o uso das novas Tecnologias de Informação, definiram-se os seguintes objetivos específicos: analisar o uso da tecnologia em favor da educação como ferramenta facilitadora no processo de produção do conhecimento; verificar quais os tipos de tecnologia estão disponíveis em sala de aula e quantos profissionais educadores utilizam dessa pedagogia de ensino; e investigar a percepção dos alunos, professores e equipe pedagógica sobre o conceito de tecnologia de informação.

O procedimento metodológico consistiu de uma pesquisa bibliográfica e webgráfica, quantitativa, bem como de uma pesquisa de campo, com uma amostragem dos professores e da equipe pedagógica da Escola Estadual Ilídio Caixeta de Melo.

Sendo assim, a pesquisa foi desenvolvida nas seguintes condições: primeiramente, fez-se um levantamento bibliográfico a respeito da inserção das novas tecnologias de informação na educação básica; em seguida, foram aplicados os questionários junto à equipe pedagógica da escola aqui delimitada, no intuito de verificar a frequência da utilização das novas tecnologias de ensino e sua efetividade no aprendizado dos mesmos; por fim, foram propostas a análise e a discussão dos resultados aqui apresentados, bem como a elaboração das considerações finais do estudo.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. A ERA TECNOLÓGICA NA ESCOLA

A tecnologia está presente em todas as instâncias da sociedade, e a educação como mediadora no processo de formação do homem tem o papel primordial de inseri-la na sociedade. De origem grega, a palavra tecnologia possui o significado de *tekne*, “arte ou técnica”, e *logos*, “conjunto de saberes”, ou seja, arte ou técnica do saber. Para Ramos (2012, p. 4), “a tecnologia surge para facilitar a vida humana e seus afazeres”, assim, ela tem o poder de modificar e construir uma nova ordem de produção, ditada pelo consumismo, o que torna a sociedade dependente tecnologicamente das novas invenções digitais.

Tendo em vista que é na escola que se concretiza de fato o processo de aprendizagem tanto no ensino fundamental, como no ensino médio, os educandos se encontram hoje diante de uma nova era. Esse momento é marcado pela disseminação constante e latente de informações e experiências, nas quais grandes mudanças estão sendo lançadas, seja pelo lado social, seja pela escola. O que se verifica é que, diante de tantas informações, as tecnologias se tornaram de fato um espaço fundamental para se discutir e aprimorar a atual pedagogia educacional.

As escolas devem apoderar-se dessas novas propostas de mudanças trazidas pelas mídias, para envolver o aluno e, com isso, auxiliá-los em seu processo de formação. Essas instituições têm um papel fundamental na vida de seus discentes, quando o assunto é inclusão digital.

Os estudantes atualmente têm bastante facilidade e rapidez em agregar conhecimento, contudo, cansam-se muito fácil com a rotina de sala de aula. Daí o uso da tecnologia que desperta seus interesses e contribui para aulas mais interativas. Para Souza (2010, p. 6),

[...] a função da escola não é somente transmitir o conhecimento em si, mas trazer a problematização, discussão em grupo, sobre o ritmo desse processo, a utilização

dos recursos a serem alcançados e principalmente fazer surgir nos alunos uma atitude reflexiva e crítica: ensinar é uma questão de trazer a realidade racional e crítica para a sala de aula.

A função básica da escola é de ensinar, e esse ensinamento precisa ser atualizado, acompanhar as evoluções mundanas e assim preparar o aluno para as adversidades vindouras, estas que estão diretamente ligadas à tecnologia e ao conhecimento.

Prensky (2010), por sua vez, acrescenta que “o papel da tecnologia, em nossas salas de aula, é o de oferecer suporte ao novo paradigma de ensino”, ou seja, criar subsídios para que o aluno possa desenvolver sozinho um ambiente de autoaprendizagem. Nesse ínterim, o discente tem a seu dispor todo tipo de ferramenta para que ele próprio possa conduzir seu conhecimento. O professor aqui exerce o papel de guia, de condutor das novas ferramentas usadas pelos alunos.

## 2.2. O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO TECNOLÓGICO

Um dos grandes desafios educacionais é despertar nos alunos o desejo de pensar e de criar novos conceitos, pois, para a criança, é mais cômodo o professor ditar exercícios repetitivos do que aguçar o interesse em sala de aula. Os educadores precisam enfrentar esse desafio incorporando em seu conteúdo de ensino as novas tecnologias, preparando os alunos para a busca de soluções de problemas e também para as mudanças do ambiente em que estão inseridos. A partir do momento em que a escola cria ambientes interativos motivados pela criatividade, transformará e criará novos saberes em seus alunos, assim como nos professores.

O professor atualizado com o mundo tecnológico tende a renovar sua metodologia de ensino através da inserção de novos saberes, criando oportunidade de construção do conhecimento e afluindo a curiosidade e o interesse de aprender dos alunos, uma vez que eles já fazem parte desse meio. Ramos (2012, p. 7) ressalta que

os discentes precisam de orientações e acompanhamento dos docentes, para aprender a pesquisar, transformar as informações adquiridas, tanto as científicas, quanto as que vivem cotidianamente, aliando os recursos tecnológicos que possuem e assim refletir e compreender os acontecimentos da sociedade.

Os professores devem ser cautelosos com tais transformações trazidas pela era digital, tendo sempre consciência de que os verdadeiros mestres devem ser aqueles que auxiliam seus alunos nesse processo de ensino e de aprendizagem tecnológica. Aguiar (2008, p. 65) sintetiza que “a necessidade de implementação do uso de novas tecnologias na educação requer um repensar da prática pedagógica

gica em sala de aula, requer uma mudança nos currículos de maneira que contemple os interesses do aluno”, ou seja, o professor educador deve criar mecanismos que estimulem a curiosidade do aluno, instigando-o a participar ativamente e de forma crítica de sua formação intelectual.

Para a criação desses mecanismos, é de extrema importância o treinamento e a capacitação dos educadores, bem como a disposição de instrumentos adequados para a inserção da tecnologia nas práticas pedagógicas. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (MEC, 2014), os professores precisam de capacitação para desempenhar o papel de orientador tecnológico: “é preciso que se ofereça aos professores formação adequada para o uso das tecnologias de informação e comunicação e que sejam assegurados os recursos midiáticos atualizados e em número suficiente para os alunos”.

Diante disso, é imprescindível a necessidade de atualização dos professores, buscando junto à administração da escola fundamentos pedagógicos e conhecimentos técnicos que são essenciais para apoiar o aluno no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem com essa nova didática. Além disso, é indispensável a existência de equipamentos disponíveis para todos os envolvidos no processo.

Os professores são profissionais cuja função é criar e recriar contextos de aprendizagem diversificados, entretanto, há bastante dificuldade na sua capacitação tecnológica, visto que existem ainda um preconceito e uma rejeição com as práticas da era digital em sala de aula, onde predominam os modelos tradicionais de educação. O educador precisa se alinhar a essa nova metodologia de ensino, uma vez que a sociedade está diretamente ligada com a tecnologia.

Desse modo, faz-se necessário estimular a pesquisa e a introdução desse novo método de ensino. Nesse sentido, o educador precisa se ater a uma nova metodologia de ensino e aprendizagem. Mercado (2002, p. 16-17) cita algumas características importantes nesse processo de inovação da educação e de capacitação do docente, são elas:

- Conhecimento das novas tecnologias e como aplicá-las;
- Estímulo à pesquisa utilizando como veículo o computador de modo a transmitir o gosto pela investigação aos alunos;
- Habilidade de permitir que o aluno possa discutir e justificar os conhecimentos adquiridos.

O autor supracitado ainda destaca as qualidades necessárias ao currículo e ao perfil do novo educador:

- Comprometimento com as transformações sociais, políticas e escolares;
- Competência no que tange ao domínio da sua própria disciplina e das tecnologias educacionais, com capacitação para exercer a docência e realizar atividades investigativas;
- Postura crítica que apresente valores, convicções e comprometimento com a ideia do papel do estudante na transformação e melhoria da sociedade;

- Abertura a mudanças, em que o conhecimento das aulas seja relevante tanto na teoria quanto na vida, na prática dos alunos;
- Exigência, desafiando os alunos no avanço pessoal e de forma autônoma no processo de estudo, interpretação e conhecimento da sociedade;
- Interação, construindo e produzindo conhecimento em equipe, promovendo a educação integral e de qualidade e possibilitando ao aluno desenvolver-se nas dimensões cognitiva, moral e social (MERCADO, 2002, p. 17-18).

As mudanças decorrentes da tecnologia promovem uma educação continuada voltada à vida social com princípios de cidadania e liberdade. Assim, o processo de formação continuada permite ao professor construir conhecimentos tecnológicos e saber como integrá-los na sua prática pedagógica, proporcionando condições favoráveis para a construção do conhecimento.

Quando alunos e professores buscam informações a partir dos recursos que a tecnologia oferece, eles podem construir pontes de conhecimento e agregar novas experiências na interação aluno-aluno e aluno-professor. Serafim e Sousa (2011, p. 27) explanam que “a interatividade proporcionada pelos aplicativos multimídia pode auxiliar tanto na tarefa de ensinar quanto na de aprender”, por permitir uma interação mais profunda que vai além daquilo exposto no livro e constrói uma aquisição de conhecimentos em nível mais elevado.

### 2.3. AS MÍDIAS MAIS COMUNS E SEU MODO DE UTILIZAÇÃO

O verdadeiro papel das novas tecnologias nas salas de aula é de oferecer suporte ao novo paradigma de ensino. Tal ideia gera constatação de que, embora as novas tecnologias estejam presentes em nosso cotidiano escolar, ainda não há um consenso sobre a efetividade ou não do uso delas no processo de ensino aprendizagem.

O uso da tecnologia através das mídias conectadas à internet permite não apenas a comunicação, mas também a criação de novas ideias e estas, compartilhadas aos demais. Por essa razão, professores e alunos se transformam em produtores e consumidores de conteúdos.

As mídias em geral têm uma grande influência na forma de pensar e agir das crianças e exige uma análise aprofundada sobre os benefícios adquiridos por elas frente ao imediatismo. É necessária uma reflexão acerca dos pontos positivos e negativos frente a questões humanas e sociais, trazidas pela tecnologia de informação.

Para que a tecnologia gere resultados positivos é importante observar primeiramente quais os meios de comunicação estão sendo utilizados, pois os equipamentos, as ferramentas e os conteúdos empregados são significativos e variáveis; em segundo lugar, o sucesso do uso da tecnologia dar-se-á de acordo com a capacidade e o desempenho do docente que está manipulando, ou seja, ele precisa conhecer e saber aplicar corretamente junto aos alunos, caso contrário, as aulas se tornarão caóticas e sem retorno. Serafim e Souza (2011, p.20) confirmam tal informação ao citarem que

[...] a aplicação e mediação que o docente faz em sua prática pedagógica do computador e das ferramentas multimídia em sala de aula, depende, em parte, de como ele entende esse processo de transformação e de como ele se sente em relação a isso, se ele vê todo esse processo como algo benéfico, que pode ser favorável ao seu trabalho, ou se ele se sente ameaçado e acuado por essas mudanças.

Cabe ao docente, em primeiro momento, aderir às novas técnicas de melhoria do ensino para que assim possa passar aos alunos o conteúdo pedagógico corretamente e de modo que gere resultados favoráveis. Não se faz necessário à escola ter ferramentas tecnológicas à disposição, se o professor não utiliza esse recurso em prol da melhoria da educação.

As mídias mais comuns encontradas nas escolas são retroprojetor de transparências, retroprojetor de slides ou data-show, aparelho de DVD, computador, internet, televisão. Contudo, existe uma discrepância quanto à disponibilidade dessas ferramentas nas escolas devido à estrutura e aos recursos disponíveis. A seguir algumas das características de cada uma delas.

O retroprojetor e a transparência são tecnologias já utilizadas nas escolas há bastante tempo e, apesar de o custo de aquisição e manutenção do aparelho bem como das lâminas ser alto em meio à realidade das escolas públicas, essa ferramenta é muito útil, pois permite uma exposição oral da aula com apresentação de figuras, fotografias, gráficos, esquemas e tabelas, dentre outros.

Rosa (2000) afirma que as transparências devem conter os elementos essenciais de apoio ao professor para orientar a compreensão dos alunos. Transparências coloridas, com textos longos e letras pequenas comprometem o desenvolvimento da aula e dificulta o aprendizado.

O uso da televisão é o recurso tecnológico mais utilizado visto nas escolas em especial na rede pública, por ser uma ferramenta de custo mais acessível e, aliado ao aparelho de DVD player, a um pen-drive ou mesmo a um DVD, disponibiliza os recursos de imagem, animações, áudio e vídeo totalmente relevantes no aprimoramento do saber. Esse recurso atrai os olhares e desperta o interesse pelas aulas, tornando-as mais criativas, favorecendo o diálogo entre professores e alunos e enriquecendo os debates de acordo com cada conteúdo programado. Moran acrescenta que o vídeo produz uma interatividade funcional:

O vídeo é sensorial, visual, linguagem falada, linguagem musical e escrita. Linguagens que interagem superpostas, interligadas, somadas, não separadas. Daí a sua força. Somos atingidos por todos os sentidos e de todas as maneiras. O vídeo nos seduz, informa, entretém, projeta em outras realidades (no imaginário), em outros tempos e espaços (MORIN, 1995 *apud* SERAFIM e SILVA, 2011, p. 13).

Vale ressaltar que a linguagem visual e falada desperta mais a atenção dos alunos por facilitar a memorização do assunto. Assim, “a leitura de imagens, áudios e vídeos é necessária, pois são fontes de informações que permitem ao

professor ensinar os conteúdos de uma forma diferenciada” (THOALDO, 2010, p. 15).

O *data-show*, ou retroprojektor de slides, por sua vez, da mesma forma que o retroprojektor de transparência, tem a função de projetar-se em uma tela, contudo essa imagem é a tela de um computador que permite a apresentação não só de imagens estáticas, mas também de imagens em movimento como vídeos e sons. Sua utilização como instrumento tecnológico contempla a promoção dos alunos, por ser um recurso facilitador e mediador de aprendizagem, propõe inúmeros incentivos para reflexões e compreensões de assuntos abordados durante as aulas, que podem se tornar bastante interessantes desde que haja um planejamento adequado (OLIVEIRA *et al*, 2013).

Em se tratando do computador, este é um dos principais recursos dessa nova tendência tecnológica na prática do ensino e uma das mídias mais atrativas para crianças e jovens, pois possui um poder de persuasão sobre eles, sendo um grande aliado para a construção do conhecimento. Thoaldo (2010) enfatiza que o uso do computador deve auxiliar os professores na sua prática pedagógica e os alunos como fonte de pesquisa e investigação dos novos conhecimentos. Para que seu uso seja eficaz, a escola precisa construir uma proposta pedagógica sólida e bem estruturada para auxiliar tanto o professor quanto os alunos para que se torne um diferencial na busca de uma educação com qualidade.

Já a internet possibilita a conectividade, ou seja, faz com que alunos e professores encontrem diversos recursos que facilitam o aprendizado: professores podem navegar na internet em busca de novos conteúdos na preparação de aulas, e alunos podem através da pesquisa obter ideias para os trabalhos escolares. Prensky (2010, p. 202-203) cita que a internet conta com

todo tipo de informação para procurar e ferramentas de busca para descobrir o que é verdadeiro e relevante, até ferramentas de análise que permitem dar sentido à informação, a ferramentas de criação que trazem resultados de busca em uma variedade de mídias, ferramentas sociais que permitem a formação de redes sociais de relacionamento e até de trabalho de modo a colaborar com pessoas do mundo inteiro.

O autor ainda enfatiza que o professor precisa ser o guia dos alunos no manuseio das ferramentas que a internet disponibiliza, pois a tecnologia faz com que os alunos ensinem a si mesmos com a orientação do professor. As novas tecnologias buscam o engrandecimento das aulas, visto que há a necessidade de mudança dos conceitos pedagógicos, para que estes andem alinhados com as mudanças do mundo. Rocha (2011, p.3) explana a respeito ao explicar que

[...] os computadores e as demais manifestações tecnológicas presentes nos ambientes escolares, devem ser encaradas enquanto artifícios de um processo mais abrangente, em que a tecnologia educacional seja vista como recurso material e

esteja engajada em qualquer prática educativa que venha a contemplar significativamente os processos de ensino e aprendizagem.

Para que tal evolução aconteça, é indispensável o bom proveito das mídias em função do aprimoramento do ensino e da melhor qualidade das aulas, transformando os alunos em espectadores fiéis do aprendizado e os professores em profissionais experientes no domínio do saber por meio dos novos recursos.

### 3. METODOLOGIA

Para realizar este estudo, foi feito uso de uma ampla bibliografia geral sobre teoria e metodologia da pesquisa científica, bem como um estudo de literatura específica sobre o tema do impacto do uso das novas tecnologias no ensino fundamental e suas relações com o processo de aprendizagem.

A pesquisa bibliográfica é relevante para ampliar a compreensão a respeito da problemática em questão e, com isso, conhecer o referencial teórico sobre o assunto pesquisado. Cabe acrescentar que a pesquisa lidou com aspectos quantitativos e estatísticos, mas também não negligenciou a dimensão qualitativa, que foi de fundamental importância para o embasamento da investigação científica.

O meio de investigação da pesquisa foi um estudo de caso, pois se referia ao uso das novas tecnologias no ensino fundamental. Para Yin (2001), o estudo de caso tem a função não apenas de explorar certos fenômenos, mas também entendê-los dentro de um determinado contexto, além de utilizar métodos qualitativos e quantitativos para a coleta de dados. Nesse sentido, a técnica de estudo de caso necessariamente se baseará em uma estrutura teórica e bem desenvolvida.

Com o intuito de delimitar o estudo, o campo de pesquisa se restringiu a apenas uma escola pública, onde foram entrevistados professores e equipe pedagógica, ou seja, pessoas que lidam com o cotidiano da escola e são responsáveis pela utilização das tecnologias em sala de aula,

Dessa forma, as fontes privilegiadas para análise em tal pesquisa foram os questionários abertos aplicados junto aos professores e a gestão pedagógica da Escola Estadual Ilídio Caixeta de Melo na cidade de Patos de Minas/MG, mais precisamente 14 profissionais, no período de 2 a 11 de outubro de 2017, no sentido de fechar o recorte espacial.

### 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

#### 4.1. PESQUISA DE CAMPO ESCOLA ESTADUAL ILÍDIO CAIXETA DE MELO

A Escola Ilídio Caixeta de Melo é uma das escolas pertencentes à rede estadual de ensino de Patos de Minas, fundada no ano de 1986. Segundo dados do censo 2016, a escola possui 45 funcionários e 279 alunos do 1º ao 9º ano do ensino

fundamental, e ainda mais 75 alunos da Educação Infantil, porque a escola faz cessão de três salas para a educação municipal, perfazendo assim um total de 354 alunos.

A escola, juntamente com a comunidade, tem desenvolvido muitos projetos, dentre os quais podemos enumerar: Dia da Família na Escola, Semana de Educação para a Vida, projetos em parceria com os alunos do curso de Psicologia da Faculdade Patos de Minas (FPM), Projeto Escola Viva Comunidade Ativa, que é desenvolvido nos finais de semana com voluntários da comunidade, Projeto Musical de Natal, Projeto Contação de História, Projeto Leitura e Produção de Texto, projeto de produção de prevenção de drogas e gravidez na adolescência, e o PROERD, em que a grande maioria dos alunos permanece na escola em Tempo integral (manhã e tarde).

#### 4.2. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para enriquecer nossa pesquisa de campo e com o intuito de identificar se a escola possui um novo olhar para a educação integrando o aprendizado às mídias digitais, um questionário aberto contendo seis perguntas foi aplicado a 14 professores que lecionam na escola, nas séries de 1º ao 8º ano do ensino fundamental, com idades que variam de 26 a 50 anos. A análise e a discussão dos dados seguem abaixo:

A primeira pergunta apresentada no questionário indagava sobre a utilização dos instrumentos tecnológicos durante as aulas e qual a frequência de utilização deles pelos professores e alunos.

Todos os entrevistados assinalaram que a escola possui salas específicas para utilização de equipamentos, como data-show, retroprojeto, TV e vídeo e que, devido a reformas, somente nesse segundo semestre foi liberado o laboratório de informática. Informaram ainda que, para as aulas serem disponibilizadas dentro desses ambientes, é preciso agendamento com antecedência, pois são poucos os equipamentos, tornando impossível uma utilização frequente, como se espera, mas alguns professores conseguem marcar até duas vezes por semana, de acordo com o conteúdo introduzido em sala de aula.

Analisando as respostas dos docentes da escola, pôde-se perceber que, apesar da existência dos recursos, a frequência de sua utilização é baixa, uma vez que estes são poucos em relação ao tamanho da demanda da instituição.

Diante desse assunto, Thoaldo (2010, p. 11) salienta que, quando o professor utiliza “diferentes fontes de informação, renova sua metodologia de ensino, buscando novos saberes, propiciando oportunidades de construção de conhecimentos por parte de seus alunos”. Em um mundo rodeado de inovações, a tecnologia surgiu para agregar mais valor a qualidade da educação, isso é fato.

A segunda pergunta, por sua vez, buscou identificar, junto ao professor, a existência de dificuldades na inserção das novas tecnologias na prática pedagógica. De acordo com as respostas obtidas, constatou-se que mais da metade dos entrevistados (57%) possuem, sim, dificuldades de inserir a tecnologia nas práti-

cas pedagógicas, tendo em vista que possuem pouco conhecimento e manuseio das mídias tecnológicas, falta de treinamento e capacitação para utilização, poucos instrumentos digitais disponíveis ou até mesmo, em alguns casos, sua falta (defeito). Contudo, os demais profissionais (43%) sentem segurança em aplicar as mídias tecnológicas, uma vez que já têm desenvoltura e conhecimento sobre o modo de uso e consideram que essa inovação contribui para o reforço do conteúdo ministrado dentro da sala de aula.

Muitos professores sentem-se desconfortáveis quando utilizam os recursos tecnológicos, e isso se dá pela dificuldade que encontram em compreender a metodologias dos instrumentos tecnológicos. Não basta apenas colocar os recursos à disposição do docente, é preciso prepará-lo para o uso das novas ferramentas. “É de fundamental importância que o professor tenha conhecimento sobre as possibilidades dos recursos tecnológicos, para poder utilizá-los como instrumentos para a aprendizagem” (THOALDO, 2010, p. 16). É importante que a escola ofereça capacitação aos professores para que possam desempenhar seu papel com qualidade.

Já a terceira pergunta visava saber se o professor acredita que o uso das mídias digitais pode melhorar a qualidade de ensino. E por unanimidade, a resposta foi positiva, ou seja, os docentes têm convicção da importância da tecnologia na formação educacional dos alunos, uma vez que é uma transmissão diferenciada de conhecimento, é uma nova didática e prática pedagógica que aborda todas as disciplinas, além das aulas se tornarem mais interessantes e atraentes, do ponto de vista dos alunos. Por outro lado, para serem bem-sucedidas, as aulas precisam ser planejadas com antecedência, aplicadas para turmas menores, evitando-se, dessa forma, bagunça e desvio do foco.

Segundo Mercado (2002, p. 13), a qualidade da educação está na inserção das novas tecnologias como conteúdos básicos comuns, sendo “um elemento que pode contribuir para uma maior vinculação entre os contextos de ensino e as culturas que se desenvolvem fora do âmbito escolar”.

A quarta pergunta, por sua vez, questionou se a escola possui recursos para a inclusão das novas tecnologias em sala de aula e quais as mídias a escola disponibiliza para uso dos professores e alunos. Com base nas respostas dos entrevistados, observou-se, sim, que a escola possui recursos, dentro das suas limitações, para a inserção de novas tecnologias tais como laboratório de informática, sala de data-show e retroprojeter, sala de TV e vídeo. Contudo, a escola aqui analisada é uma organização governamental, ou seja, necessita de recursos do governo para a incorporação, utilização e manutenção dos equipamentos tecnológicos e, por essa dependência, os professores encaram sua situação tecnológica de forma um tanto precária, em se tratando da quantidade e da qualidade dos instrumentos disponíveis.

Souza e Souza (2010) enfatizam que as escolas públicas brasileiras estão decadentes em relação à estrutura e à preparação profissional dos professores e dos alunos. É preciso mudar esse quadro, criando soluções plausíveis na transformação da educação junto à tecnologia de informação e comunicação.

Já a quinta pergunta buscava conhecer as dificuldades dos alunos quanto à utilização dos recursos tecnológicos em sala de aula. Diante das informações analisadas, conclui-se que as crianças nasceram na era digital, sendo assim, têm bastante interesse e prazer em utilizar instrumentos tecnológicos. Contudo, segundo os professores, boa parte dos alunos, a maioria, não tem acesso a esses recursos tecnológicos em casa (computador, internet) e, por esse motivo, possuem algumas dificuldades em manuseá-los na escola.

Serafim e Sousa (2011) salientam que o desempenho do aluno em meio ao uso da tecnologia em sala de aula está diretamente ligado à aplicação e à mediação que o docente faz em sua prática pedagógica, ou seja, depende de como ele compreende o processo de transformação e de como ele se sente em relação a essas mudanças. Cabe ao professor a tarefa de mediador entre os alunos e os recursos tecnológicos.

Por fim, a sexta pergunta buscou identificar quais são os recursos tecnológicos utilizados com mais frequência nas práticas pedagógicas. Os recursos mais citados, com utilização frequente pelos professores da escola analisada, foram a TV, o vídeo (DVD, pen-drive) e o data-show. Por se tratar de recursos mais acessíveis e fáceis de manuseio, estão presente no cotidiano das aulas e são apreciados por todos os educadores como método criativo e de aquisição de conhecimento. Já pelos alunos, são vistos com entusiasmo, por deixarem as aulas mais atraentes e diferenciadas. Logo após essas mídias, está a transparência, um recurso mais ultrapassado tecnologicamente, mas que, em certos temas, é útil para tornar a aula menos obsoleta. A escola possui internet, porém com sinal fraco, mais para uso interno dos docentes. Não está diretamente destinada aos alunos. Os instrumentos que a escola disponibiliza são básicos e possuem qualidade precária, porém, os professores, dentro das possibilidades, aplicam esses recursos aos seus alunos.

Serafim e Sousa (2011, p. 26) afirmam que “a multimídia interativa permite uma exploração profunda devido à sua dimensão não linear. Através da multimídia tem-se uma nova estruturação de como apresentar, demonstrar e estruturar a informação apreendida”.

Diante dessas informações, percebeu-se que a Escola Estadual Ilídio Cai-xeta de Melo é uma organização que se preocupa em agregar conhecimentos oriundos das mudanças cotidianas incorporando ao seu método de ensino ferramentas que, apesar de básicas e precárias, na opinião dos professores, são capazes de tornar as aulas menos desgastantes, forçando os alunos a pensar e buscar conhecimentos a partir de tecnologias, construindo suas próprias conclusões.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio às mudanças que a tecnologia proporciona através da rapidez nas informações, é indispensável seu uso como ferramenta capaz de ajudar no processo de formação e aprendizagem dos alunos dentro das salas de aulas. A

tecnologia de informação propõe expandir horizontes, pois tornou-se acessível a todos e de forma ampla, o que contribui para o aumento do conhecimento e a motivação do saber.

O presente trabalho teve como intuito identificar a importância da inserção das mídias digitais dentro do contexto educativo das salas de aula e como elas podem ser usadas em favor da educação e produção do conhecimento. Além disso, propôs estudar, na prática, analisando o ambiente escolar, a utilização dessas mídias dentro de uma escola estadual de Patos de Minas, tendo em vista a opinião dos professores quanto à sua aplicação.

Embasando-se nos estudos teóricos realizados sobre o tema, observou-se a importância da utilização das novas tecnologias na produção do saber transmitindo aos alunos conhecimentos variados e em tempo real bem, como o despertar da inovação e da criatividade, além do interesse a partir das aulas dinâmicas com o uso da tecnologia.

Com relação à prática, com a análise da escola, concluiu-se que esta possui equipamentos tecnológicos, básicos e um tanto precários, na visão dos entrevistados, à disposição dos professores e dos alunos, e que estes são, sim, inseridos dentro das práticas pedagógicas através de agendamento, pelo fato de a escola possuir poucos instrumentos tecnológicos em relação à quantidade de usuários. A escola precisa oferecer aos alunos e professores equipamentos de qualidade para serem trabalhados em sala de aula.

Outra observação a acrescentar é com relação aos alunos que se sentem mais motivados para realizar as atividades, quando os professores utilizam recursos tecnológicos e têm maior interesse no aprendizado. Porém, boa parte dos alunos não possui acesso às ferramentas tecnológicas em casa, somente na escola, o que dificulta, assim, sua utilização, e o que requer, por parte dos educadores, um bom planejamento pedagógico antes da aplicação prática. É de suma importância incentivar os alunos a utilizarem a tecnologia em prol da melhoria da qualidade da educação.

Com relação aos professores, percebeu-se a existência de dificuldades quanto à utilização dos equipamentos tecnológicos, bem como a inexistência de capacitação para inserção de aulas com o uso das tecnologias dentro do cronograma de práticas pedagógicas. É fundamental a escola disponibilizar treinamento aos professores em especial aqueles cujo conhecimento do assunto é escasso. Contudo, notou-se o grande interesse que têm em trabalhar atividades com equipamentos tecnológicos que contribuem com a valorização do conhecimento e a melhor fixação do saber.

Com o intuito de limitar a pesquisa, os questionários foram aplicados apenas para os professores e equipe pedagógica da Escola Estadual Ilídio Cai-xeta, totalizando 14 entrevistados, que colaboraram de forma sintética e eficaz no resultado final. Todavia, esse resultado corresponde somente à escola citada no presente estudo, não podendo retratar a real situação das demais escolas da cidade, uma vez que Patos de Minas possui inúmeras escolas as quais merecem ser analisadas separadamente ou em um todo.

É preciso salientar que uma pesquisa dessa natureza demandaria um período de tempo maior para que se fizesse uma análise mais profunda dos dados coletados, visto a sua importância. Esse fato, porém, não desqualifica este trabalho, uma vez que ele poderá ter uma continuidade em outro momento.

Por fim, este estudo possibilitou um enriquecimento cultural e acadêmico, pois representou uma junção do conteúdo ministrado no curso de pós-graduação somado à realidade cotidiana de uma instituição pedagógica estatal, bem como agregando conhecimento sobre a importância da tecnologia no ensino-aprendizagem e na formação do indivíduo.

### REFERÊNCIAS

AGUIAR, Eliane Vigneron Barreto. As novas tecnologias e o ensino-aprendizagem. *Vértices*, 10(2008): 63-71, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. *Diário Oficial da União*. Brasília: 09 dez 2010. Seção 1, p. 28. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6324-pceb011-10&category\\_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6324-pceb011-10&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 14 mar. 2017.

MERCADO, Luis Paulo Leopoldo. *Novas tecnologias na educação: reflexões sobre a prática*. Maceió: EDUFAL, 2002.

OLIVEIRA, Adilson Maria de *et al.* Uso pedagógico do data show no ensino de ciências, *Cadernos PDE*. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2013/2013\\_uem\\_cien\\_artigo\\_adilson\\_maria\\_de\\_oliveira.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uem_cien_artigo_adilson_maria_de_oliveira.pdf)>. Acesso em: 30 ago. 2017.

PRENSKY, Marc. O papel da tecnologia no ensino e na sala de aula. *Conjectura*, 15 (2010): 201-204.

RAMOS, Marcio Roberto Vieira. O uso de tecnologias em sala de aula. *Ensino de Sociologia em Debate: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL*, 1(2012): 1-16.

ROCHA, Termisia Luiza. Percepção do professor acerca do uso das mídias e da tecnologia na prática pedagógica. *Cadernos da FUCAMP*, 10(13): 1-10, 2011.

ROSA, Paulo Ricardo da Silva. O uso dos recursos audiovisuais e o ensino de ciências. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*. 17(1): 33-49, abr. 2000.

SERAFIM, Maria Lúcia; SOUSA, Robson Pequeno de. Multimídia na educação: o

vídeo digital integrado ao contexto escolar, *in*: SOUSA, R P., MIOTA, F. M. C. S. C; CARVALHO, A B G. (org.). *Tecnologias digitais na educação*. Campina Grande: EDUEPB, 2011, p. 19-50.

SOUZA, Isabel Maria Amorim de; SOUZA, Luciana Virgília Amorim de. O uso da tecnologia como facilitadora da aprendizagem do aluno na escola. *Revista Fórum Identidades: Itabaina: GEPIADDE*, 8(2010): 128-142.

THOALDO, Daise Luci P.B. *O uso da tecnologia em sala de aula*. Curitiba 2010. Disponível em: < <http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2012/04/O-USO-DA-TECNOLOGIA-EM-SALA-DE-AULA.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman. 2001.

APÊNDICE – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

**Centro Universitário de Patos de Minas - MG**

Prezado (a) professor (a), sou estudante do curso de pós-graduação em Gestão Escolar em Inspeção, Orientação e Supervisão Pedagógica pelo Centro Universitário de Patos de Minas-MG (UNIPAM), e estou fazendo uma pesquisa para conclusão de curso. Preciso de sua atenção para preencher este formulário. Com este questionário pretendo verificar a aplicabilidade das novas Tecnologias da Informação, no processo de aprendizagem do aluno. Desde já agradeço a colaboração.

Idade: \_\_\_\_\_

Leciona em qual série: \_\_\_\_\_

Questionário:

1. Durante as aulas são utilizados instrumentos tecnológicos? Qual a frequência de utilização dessas mídias em sala de aulas? Justifique
2. Existem dificuldades na inserção de novas tecnologias em sua prática pedagógica? Justifique
3. Você acredita que o uso do computador pode melhorar a qualidade de ensino? Justifique.
4. A escola possui recursos para a inclusão das novas tecnologias em sala de aula? Quais as mídias tecnológicas a escola disponibiliza para uso dos professores e alunos e suas quantidades. Justifique.
5. Os alunos possuem dificuldades quanto à utilização dos recursos tecnológicos, em sala de aula? Justifique.
6. Quais são os recursos tecnológicos utilizados com maior frequência nas práticas pedagógicas (retroprojeter, data show, computadores, internet, TV e vídeo)?

## Análise do perfil estratégico de uma instituição de ensino superior privada: um estudo de caracterização do ambiente competitivo

*Analysis of a strategic profile of a private college:  
a study of the characterization of the competitive atmosphere*



**Jeanderson Caíque Ribeiro Borba**

Graduando em Engenharia de Produção pelo Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM).  
e-mail: [jeandersonborba@unipam.edu.br](mailto:jeandersonborba@unipam.edu.br)

**Célio Adriano Lopes**

Mestre em Administração e Professor do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM).  
e-mail: [celio@unipam.edu.br](mailto:celio@unipam.edu.br)

---

**RESUMO:** Entre a década de 1990 e o início do século XXI, o setor de educação superior no Brasil sofreu grandes transformações, principalmente no que diz respeito às Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, as quais passaram a absorver um maior número de alunos matriculados (SÉCCA; LEAL, 2009). Com isso, essas instituições têm enfrentado um gradativo aumento da competitividade e constantes desafios no contexto global, provocados por mudanças no ambiente. Nessa perspectiva, analisou-se o perfil estratégico de uma instituição de ensino superior privada, localizada em Patos de Minas, a qual atua na região do Triângulo Mineiro, competindo por alunos e visando o crescimento de seu *market share*. A referida análise, sob a ótica organizacional, pode tornar-se insumo para promover a vantagem competitiva, identificar as forças que dirigem a concorrência, determinar o modo com que irá se desenvolver e a maneira de posicionar-se no mercado para competir em longo prazo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estratégia. Ambiente competitivo. Ensino superior privado.

**ABSTRACT:** Between the 1990s and the beginning of the 21st century, the Brazilian college education sector underwent major transformations, especially in the case of private colleges, which began to absorb a larger number of students enrolled (SÉCCA, LEAL, 2009). As a result, these institutions have faced a gradual increase in competitiveness and constant challenges in the global context caused by changes in the environment. In this perspective, the present paper analyzed the strategic profile of a private college, located in Patos de Minas, and operating in the region of Triângulo Mineiro, competing for students and aiming to increase its market share. Such an analysis, from an organizational perspective, can

become an input to promote competitive advantage, identify the forces driving the competition, determine how it will develop and how to position itself in the market to compete in the long run.

**KEYWORDS:** Strategy. Competitive environment. Private college.

---

## 1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, o setor de educação superior no Brasil sofreu grandes transformações, principalmente no que diz respeito às Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, as quais passaram a absorver um maior número de alunos matriculados (SÉCCA; LEAL, 2009). Com isso, essas instituições, à luz de outras organizações, têm enfrentado um gradativo aumento da competitividade e constantes desafios no contexto global, provocados por mudanças no ambiente.

Esse ambiente, composto por cenários políticos, econômicos, sociais e culturais está cada vez mais exigente e dinâmico. Isso tem feito com que as IES privadas se lancem em busca de um planejamento estratégico que lhes permita uma melhor definição de objetivos, metas e condições de alavancarem suas vantagens competitivas (PORTER, 2004). Posto isso, os estudos sobre estratégia, que até então eram utilizados sobretudo nos campos militares, passaram a ocupar uma posição de destaque no contexto organizacional.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 87,7% das instituições de ensino superior são privadas. A pesquisa aponta que, no mesmo ano, aproximadamente 3 milhões de alunos ingressaram em cursos de graduação e que, desse total, 82,3% foram em instituições privadas (INEP, 2016). Esse aumento no número de matrículas, nos últimos anos, instiga o estudo sobre as mudanças que vêm ocorrendo no cenário da educação superior do país.

Independentemente do setor de atuação, a estratégia é de suma importância, afinal, trata-se de um elo entre o ambiente interno das organizações, formado por aspectos organizacionais, financeiro, de marketing e vendas, de pessoal e de produção; e o ambiente externo, composto por aspectos sociais, econômicos, políticos, internacionais, de mão de obra, de concorrência, de clientes e de fornecedores. As estratégias estabelecidas pelas organizações, com a intenção de se anteciparem às mudanças no mercado, assumem papel central à sobrevivência e ao sucesso de sua gestão, uma vez que são responsáveis por orientar os rumos do negócio e promover a articulação adequada das atividades organizacionais em seu ambiente de atuação.

No âmbito das mudanças no ambiente das instituições de ensino superior privadas, o conhecimento e a análise do processo estratégico tornam-se extremamente relevantes. Assim, essas instituições podem avançar no desenvolvimento

organizacional e ter à disposição informações relevantes para a tomada de decisão as quais lhes permitirão adotar medidas de intervenção, de adaptação ou de redirecionamentos de ações, caso necessário.

Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo analisar o perfil estratégico de uma instituição de ensino superior privada, aqui denominada como Instituição A, localizada em Patos de Minas, atuando na região do Triângulo Mineiro, competindo por alunos e visando o crescimento de seu *market share*<sup>1</sup>. A referida análise, sob a ótica organizacional, pode tornar-se insumo para promover a vantagem competitiva, identificar as forças que dirigem a concorrência, determinar o modo como irá se desenvolver e a maneira de posicionar-se no mercado para competir a longo prazo.

## 2. METODOLOGIA

Do ponto de vista da abordagem, o presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, pois, segundo Silva e Menezes (2005), há uma relação dinâmica entre o mundo real e o objeto em estudo, não podendo ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição dos significados deram-se indutivamente, ou seja, sem o uso de métodos e dados estatísticos, embora estes sejam empregados na análise do mercado de ensino superior brasileiro (em nível de graduação). Tal pesquisa é descritiva, pois parte da observação sistemática de determinado fenômeno, sendo o processo e seu significado os focos principais da abordagem.

No que se refere à natureza, consiste em uma pesquisa aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais (SILVA; MENEZES, 2005).

Quanto aos objetivos, o presente trabalho classifica-se como uma pesquisa exploratória, pois, de acordo com Gil (2007), proporciona maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses por meio de pesquisas bibliográficas, levantamento de dados e estudos de caso.

Com relação aos procedimentos, configura-se como um estudo de caso, pois envolve o estudo profundo de um objeto de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, com vistas a tentar esclarecer uma decisão, ou um conjunto de decisões, seus motivos, implementações e resultados (YIN, 2001).

Dessa forma, a metodologia utilizada para elaboração deste trabalho compreende as seguintes etapas:

1. Pesquisa bibliográfica, a partir de consultas, organização e seleção de tópicos já publicados sobre o tema em questão.

---

<sup>1</sup> É o termo que designa a participação de uma determinada empresa no mercado em que ela está inserida. Também é chamado de quota de mercado, fatia de mercado, porção de mercado, participação no mercado, entre outros termos.

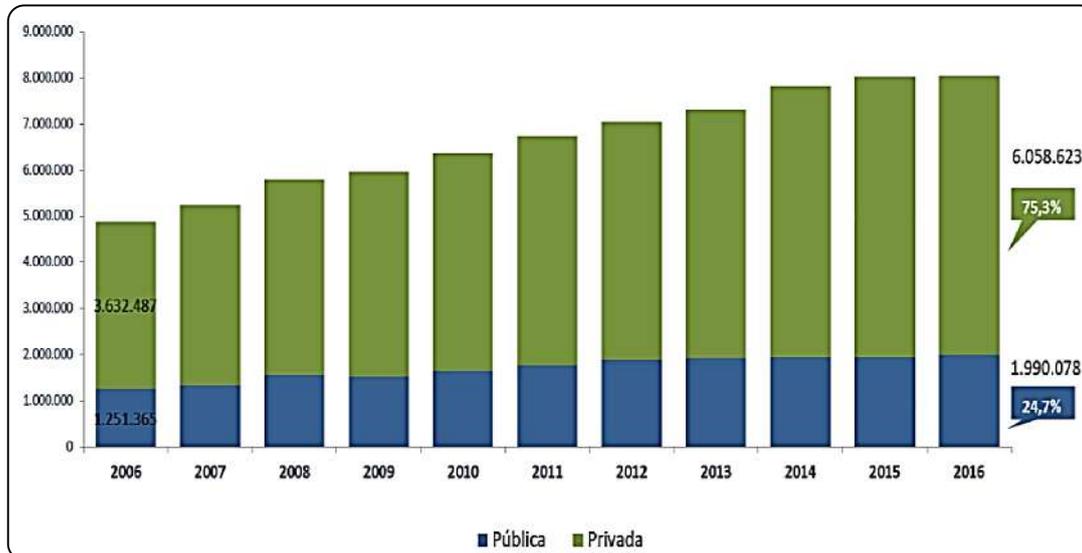
2. Coleta de informações acerca do setor de ensino superior no Brasil, utilizando fontes de instituições governamentais (MEC, INEP, BNDES, entre outras);
3. Análise estrutural do setor, do posicionamento competitivo e das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da Instituição A.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1. O SETOR DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

De 2006 a 2016, entre as mais importantes mudanças que marcaram a evolução do setor, destaca-se o crescimento acentuado de alunos matriculados, de 4,88 milhões, em 2006, para 8,04 milhões, em 2016, o que significa um incremento de 64,8%. Quando se comparam os anos de 2006 a 2016 (Gráfico 1), observa-se um aumento no número de matrículas de 66,8% na rede privada e de 59,0% na rede pública. O mesmo gráfico aponta que, em 2016, as IES privadas tiveram uma participação de 75,3% (6.058.623) no total de matrículas de graduação, enquanto a rede pública participou com 24,7% (1.990.078).

**GRÁFICO 1.** Número de matrículas em cursos de graduação



Fonte: INEP (2016).

Algumas hipóteses para os fatores condicionantes desse aumento da demanda por ensino superior, mostrado no Gráfico 1, são apresentadas a seguir:

- a) Aumento da população jovem adulta;
- b) Exigências do mercado de trabalho e aumento dos requisitos de capacitação;

- c) Aumento do número de concluintes do ensino médio;
- d) Maior disponibilidade de financiamento estudantil e bolsas de estudo;
- e) Políticas de privatizações e desregulamentação.

### 3.2. O SETOR DE ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO TRIÂNGULO MINEIRO

O mercado de ensino superior da região do Triângulo Mineiro é bastante pulverizado, e seus principais *players*<sup>2</sup> são os seguintes (Tabela 1):

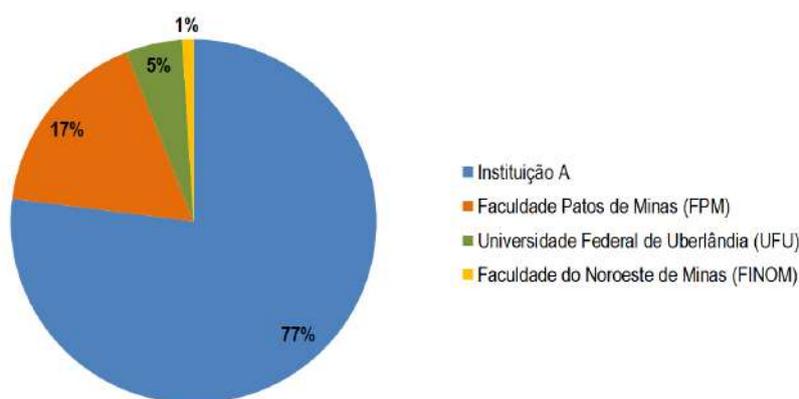
TABELA 1. *Players* do setor educacional privado do Triângulo Mineiro

Instituição	Sigla	Localidade
Centro Universitário do Cerrado-Patrocínio	UNICERP	Patrocínio
Centro Universitário do Planalto de Araxá	UNIARAXÁ	Araxá
Centro Universitário do Triângulo	UNITRI	Uberlândia
Faculdade Cidade de Patos de Minas	FPM	Patos de Minas
Universidade de Uberaba	UNIUBE	Uberaba
Instituição A	-	Patos de Minas

Fonte: Elaboração própria

Dando ênfase na localidade de abrangência da Instituição A, levantou-se como seus concorrentes diretos as seguintes IES e seus percentuais de participação no mercado de ensino superior local em 2016 (Gráfico 2):

GRÁFICO 2. IES e participação de mercado na localidade de abrangência



Fonte: Elaboração própria

<sup>2</sup> *Players* de mercado são grupos e organizações que dividem sua expertise em um mercado crescente localizado em uma região não tão visada pelo mercado, mas que possuem um grande potencial lucrativo.

Essas instituições têm como principais características mensalidades mais baixas e um alto número de alunos. Normalmente, elas têm como meta prover qualificação para o mercado de trabalho e atender às expectativas de ascensão profissional e social de seus discentes. Oferecem cursos de graduação nas mais diversas áreas e podem ajustar o seu portfólio à demanda.

Os alunos predominantes dessas instituições tendem a ser jovens que normalmente ingressaram no ensino superior logo após a formação no ensino médio e que estudam, sobretudo, no período da noite e realizam outras atividades no período do dia. Além disso, pertencem principalmente à classe B<sup>3</sup>, mas também há alunos das classes A e C.

### 3.3. ANÁLISE ESTRUTURAL DA INSTITUIÇÃO SOB A ÓTICA DAS CINCO FORÇAS COMPETITIVAS DE PORTER

A essência da formulação de uma estratégia competitiva é relacionar uma empresa ao seu meio ambiente. Embora o meio ambiente relevante seja muito amplo, o aspecto principal do ambiente organizacional é o setor ou os setores em que ela compete. A estrutura setorial tem uma forte influência na determinação das regras competitivas, assim como das estratégias potencialmente disponíveis para a empresa. Vale citar que, para Porter (2004, p. 34), a definição de setor é

meramente uma escolha de onde fixar a linha entre os concorrentes existentes e os produtos substitutos, entre as empresas existentes e as que podem vir a entrar no setor e entre as empresas existentes e os fornecedores e compradores.

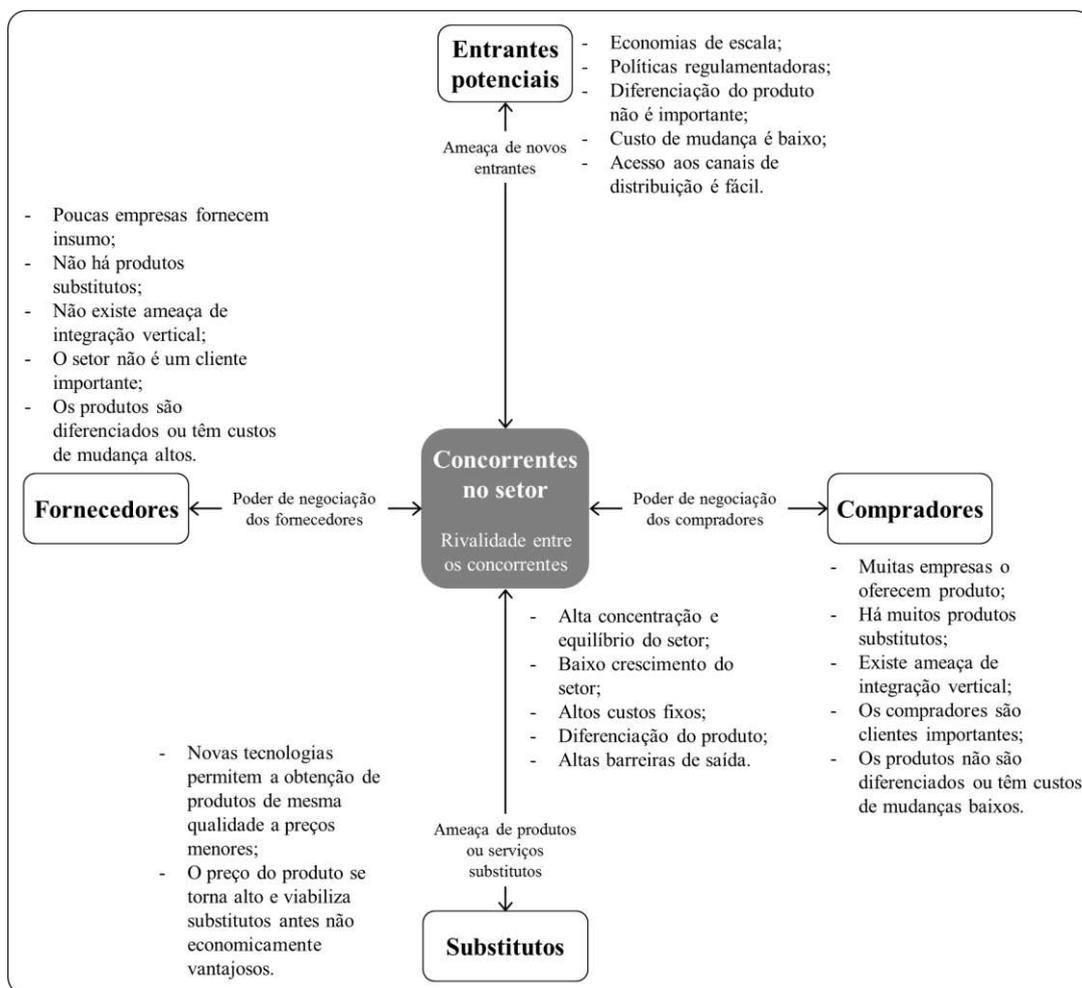
A intensidade da concorrência em um setor tem raízes em sua estrutura econômica básica, indo além do comportamento dos atuais concorrentes (PORTER, 2004). Para o autor, o grau da concorrência em um setor depende de cinco forças competitivas básicas (Figura 1).

Conforme mostra a Figura 1, na página seguinte, as forças competitivas incluem o risco de novos concorrentes, o poder de negociação dos fornecedores, o poder de negociação dos compradores, o risco de produtos ou serviços substitutos e a rivalidade entre os concorrentes. Para Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2010), as peculiaridades de cada uma dessas forças explicam por que as organizações adotam determinada estratégia. Segundo eles, se o poder de negociação dos fornecedores é alto, uma empresa pode seguir uma estratégia de integração vertical para trás, em outras palavras, fornecer para si mesma.

---

<sup>3</sup> Considerando a classificação da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP).

**FIGURA 1.** Forças competitivas que dirigem a concorrência no setor econômico



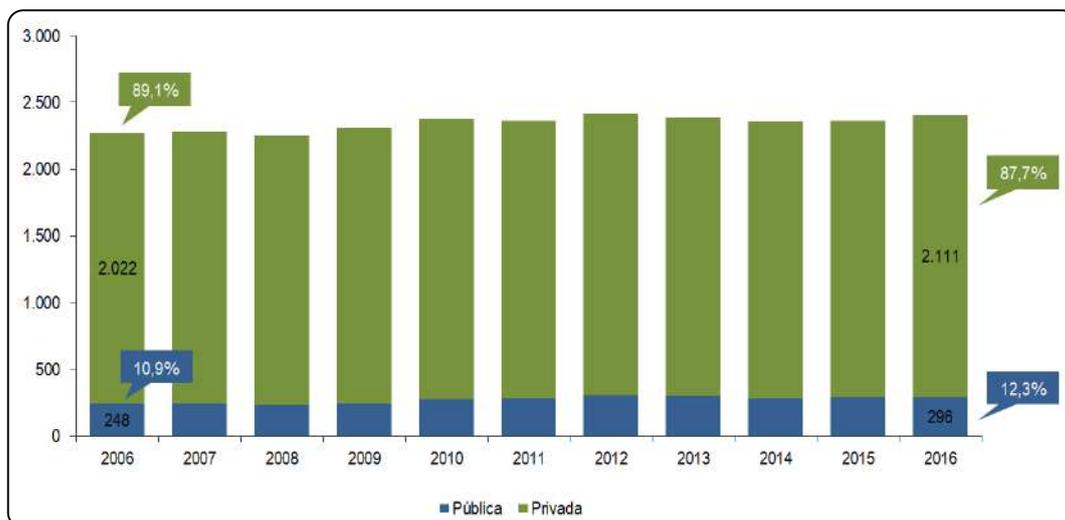
Fonte: Adaptado de Porter (2004) *apud* Sécca e Leal (2009).

Nos itens seguintes, analisaram-se essas forças relacionadas à instituição em estudo e à região em que ela atua.

### 3.3.1. Concorrentes no setor

O crescimento do setor, que já foi muito alto, está se estabilizando. Pelo gráfico abaixo (Gráfico 3), observa-se que, de 2006 a 2016, o número de IES manteve o mesmo ritmo de crescimento. Assim, essas IES vêm enfrentando maior concorrência por alunos do que estavam habituadas anteriormente. O mercado é bastante pulverizado, não há concorrentes com grande escala, e os demais não são capazes de influenciar o mercado regional.

GRÁFICO 3. Evolução do número de IES



Fonte: Elaboração própria com dados do INEP

Outro fator importante das IES privadas são seus custos fixos elevados. Uma vez construídas as instalações e pagos os funcionários, o custo variável por aluno é pequeno em relação ao fixo. Nesse caso, se uma IES se encontrar em dificuldades, a tendência é baixar os preços para captar mais alunos e diluir os custos fixos.

Considerando esses fatores, a rivalidade entre os concorrentes no setor da Instituição A pode ser classificada como alta, o número de *players* na região é relevante (Tabela 1 e Gráfico 2), há equilíbrio entre os principais competidores, a taxa de crescimento de mercado diminuiu e há barreiras de saída significativas.

### 3.3.2. Entrantes potenciais

Pode-se identificar como entrantes potenciais no setor instituições que atuam em outros níveis de ensino e que podem vir a abrir polos já com marca forte associada, como a Faculdade Pitágoras, que faz parte de uma rede de colégios de mesmo nome, e instituições de massa, como a Universidade Estácio de Sá, a Universidade Paulista (UNIP) e a Anhanguera Educacional.

Além disso, ainda é possível criar uma pequena IES com investimento relativamente baixo, especialmente em cursos tradicionais e de grande demanda como Administração e Direito. Porém, o sucesso dessas pequenas IES dependerá das condições de oferta e demanda do mercado regional.

Com base nisso, a ameaça de novos entrantes no setor da Instituição A pode ser considerada média. Por um lado, a diferenciação pela marca e pela qualidade do serviço é uma forma importante de proteção da IES já estabelecida. Por outro, há também barreiras legais que restringem a flexibilidade de portfólio de cursos

de novos entrantes. Contudo, é possível ingressar no setor sem grande capital e com pequena escala.

### 3.3.3. Compradores

Os principais compradores ou clientes das IES são os alunos. Estes costumam analisar fatores como a localização, o preço, o portfólio de cursos, a qualidade do corpo docente, a imagem da IES, as instalações, além de levarem em consideração suas próprias ambições no mercado de trabalho.

Na tabela a seguir (Tabela 2), foram listadas algumas hipóteses sobre as dimensões do poder de negociação dos compradores:

**TABELA 2.** Dimensões do poder de negociação dos compradores

Poder dos compradores	Ocasião
Alto	Os compradores são em número pequeno.
Médio	Os compradores são em número muito grande e dispersos (diversidade regional, muitas opções de ofertantes, entre outros).
Alto	Existem muitos produtos substitutos.
Baixo	Existem poucos produtos substitutos.
Alto	Os custos de mudanças são baixos.
Baixo	Os custos de mudanças são significativos (transferência de créditos, adiamento de formatura, adaptações de matriz curricular, entre outros).
Alto	Os produtos comprados são padronizados ou não diferenciados.
Médio	Há diferenças entre os segmentos de concorrentes.

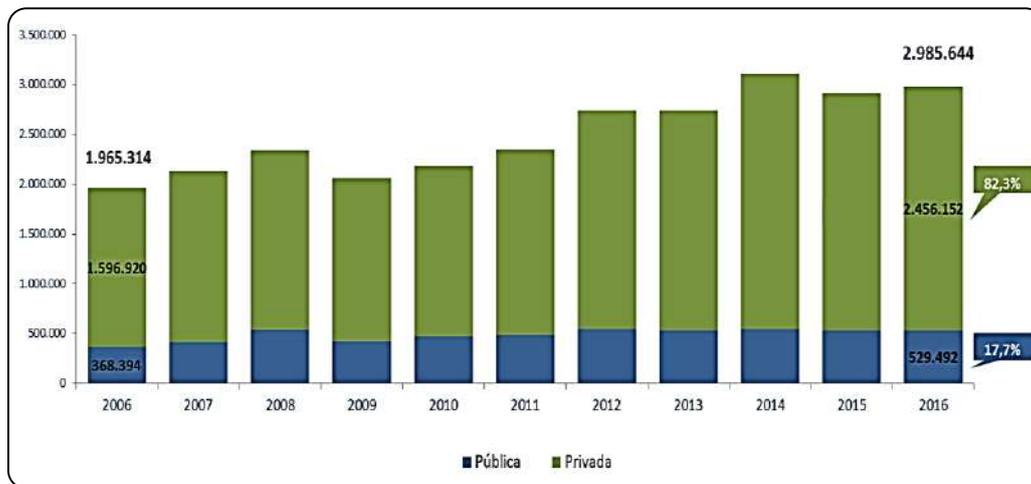
Fonte: Elaboração própria

Tendo como base a Tabela 2, considerou-se como médio o poder de negociação dos compradores da Instituição A, pois ela conta com um corpo discente de mais de 10 mil alunos, todavia, o número de IES privadas na região que competem pela preferência do aluno é considerável e, uma vez escolhida a IES, há barreiras de saída, e o aluno encontra dificuldade para se organizar academicamente e financeiramente.

No entanto, o número de ingressantes no ensino superior privado continua aumentando. Em 2016, mais de 3 milhões de alunos ingressaram no ensino superior e, desse total, 82,3% foram em instituições privadas (Gráfico 4).

De acordo com o Gráfico 4 (na página seguinte), na variação ocorrida no período compreendido entre 2006 e 2016, a rede privada se destaca com o crescimento de 53,8%, enquanto a rede pública cresceu 43,7% no mesmo período.

**GRÁFICO 4.** Número de ingressos em cursos de graduação



Fonte: INEP (2016)

### 3.3.4. Fornecedores

As IES têm como principal fornecedor o seu corpo docente. A qualidade percebida das IES está relacionada em grande parte à qualificação desses docentes. Além disso, o corpo técnico-administrativo e as empresas terceirizadas dessas instituições também podem ser vistos como fornecedores.

Na tabela a seguir (Tabela 3), analisaram-se algumas hipóteses acerca do poder de negociação do principal fornecedor das IES:

**TABELA 3.** Dimensões do poder de negociação dos fornecedores

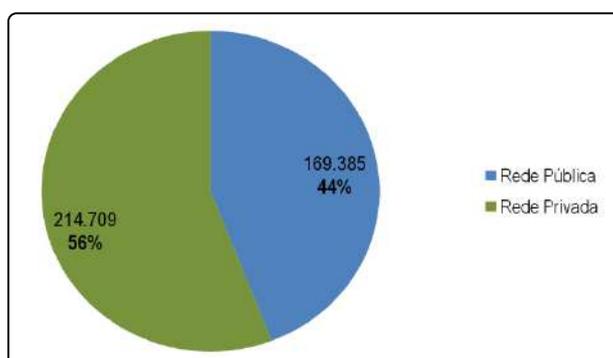
Poder dos fornecedores	Ocasão
Alto	Os fornecedores são em número pequeno (dificuldade em conseguir fornecedores).
Médio	Os fornecedores são em número grande (especialistas, mestres e doutores).
Alto	Sua contribuição é importante para a qualidade do produto final (educação) e sua titulação é levada em conta no cálculo do Índice Geral de Cursos (IGC) das instituições.
Alto	Quando o setor não é um cliente importante.
Médio	Quando o setor é um cliente importante.
Alto	Os produtos dos fornecedores são diferenciados ou têm custos de mudanças.
Médio	Não podem fazer muita diferença na IES.

Fonte: Elaboração própria

À luz das informações da Tabela 3, classificou-se como médio o poder de negociação dos fornecedores da Instituição A, visto que a mesma dispõe de mais de 442 professores em seu corpo docente, com titulações que variam entre especialistas, mestres e doutores. Porém, no interior do Estado, o poder de negociação dos professores tende a ser maior, pois é mais difícil encontrar profissionais qualificados que nos grandes centros.

De acordo com o Censo da Educação Superior, em 2016 havia 384.094 docentes em exercício na educação superior no Brasil. Desse total, aproximadamente 56% tinham vínculo com IES privadas e 44% com IES públicas (Gráfico 5):

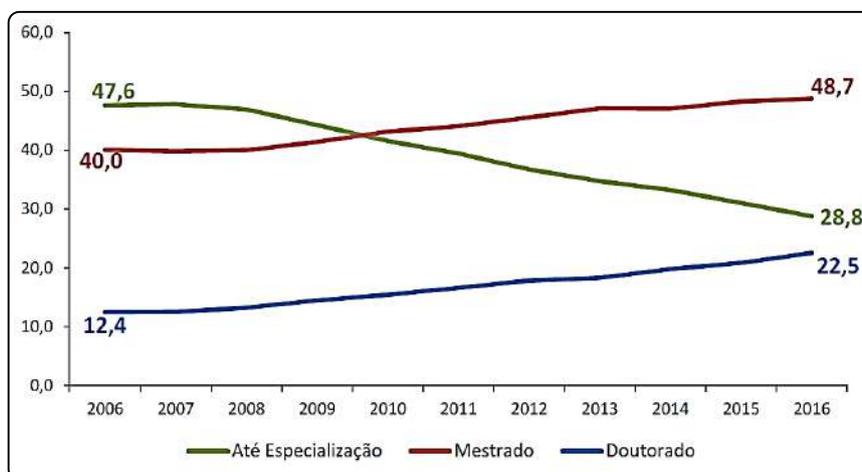
**GRÁFICO 5.** Número de docentes na educação superior em 2016



Fonte: Elaboração própria com dados do INEP

Ademais, os professores determinam a qualidade do produto fornecido pelas IES, e os docentes com mestrado e doutorado continuam aumentando sua participação. Essa tendência pode ser observada desde 2006 na rede privada (Gráfico 6):

**GRÁFICO 6.** Participação percentual de docentes na educação superior privada



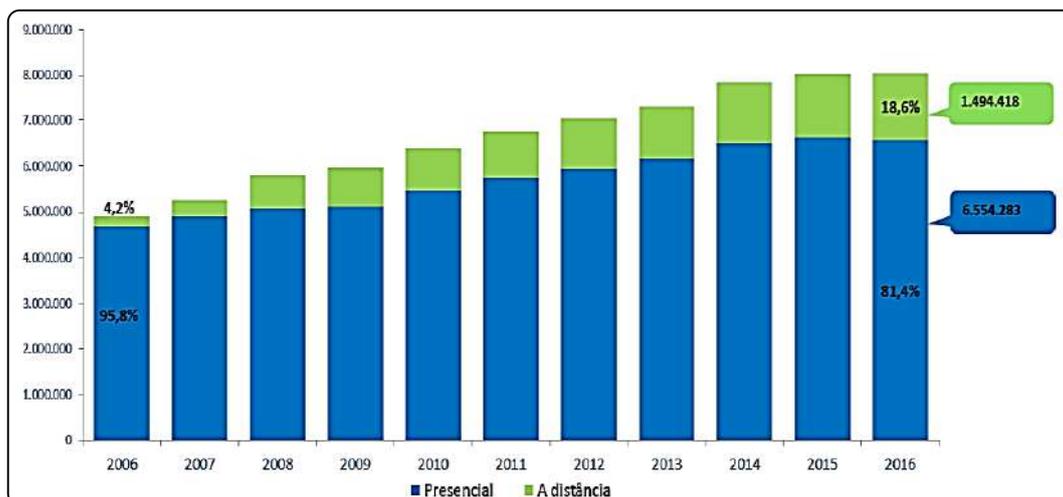
Fonte: INEP (2016)

## 3.3.5. Substitutos

Neste trabalho, foram considerados como substitutos dos produtos oferecidos pela IES em estudo os seguintes:

- *Cursos de educação profissional*: em crescimento no país, permitem que o aluno ingresse mais rapidamente no mercado de trabalho. São exemplos de instituições que oferecem esses cursos em Patos de Minas e região o Sistema S<sup>4</sup>, o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) e as escolas privadas profissionalizantes;
- *Educação a Distância (EaD)*: o número de matrículas na modalidade de EaD continua crescendo (Gráfico 7), atingido quase 1,5 milhão em 2016, o que representa 18,6% de participação do total de matrículas da educação superior.

GRÁFICO 7. Número de matrículas em cursos de graduação



Fonte: INEP (2016)

De acordo com o Gráfico 7, a participação da modalidade a distância em 2006 era de 4,2% do total de matrículas em cursos de graduação e aumentou sua participação em 2016 para 18,6%. Além disso, algumas IES já atuam na modalidade de EaD em Patos de Minas e região, como a Universidade de Santo Amaro (UNISA),

<sup>4</sup> Conforme página do Senado (<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>), é o termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social da Indústria (SESI); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); e Serviço Social de Transporte (SEST).

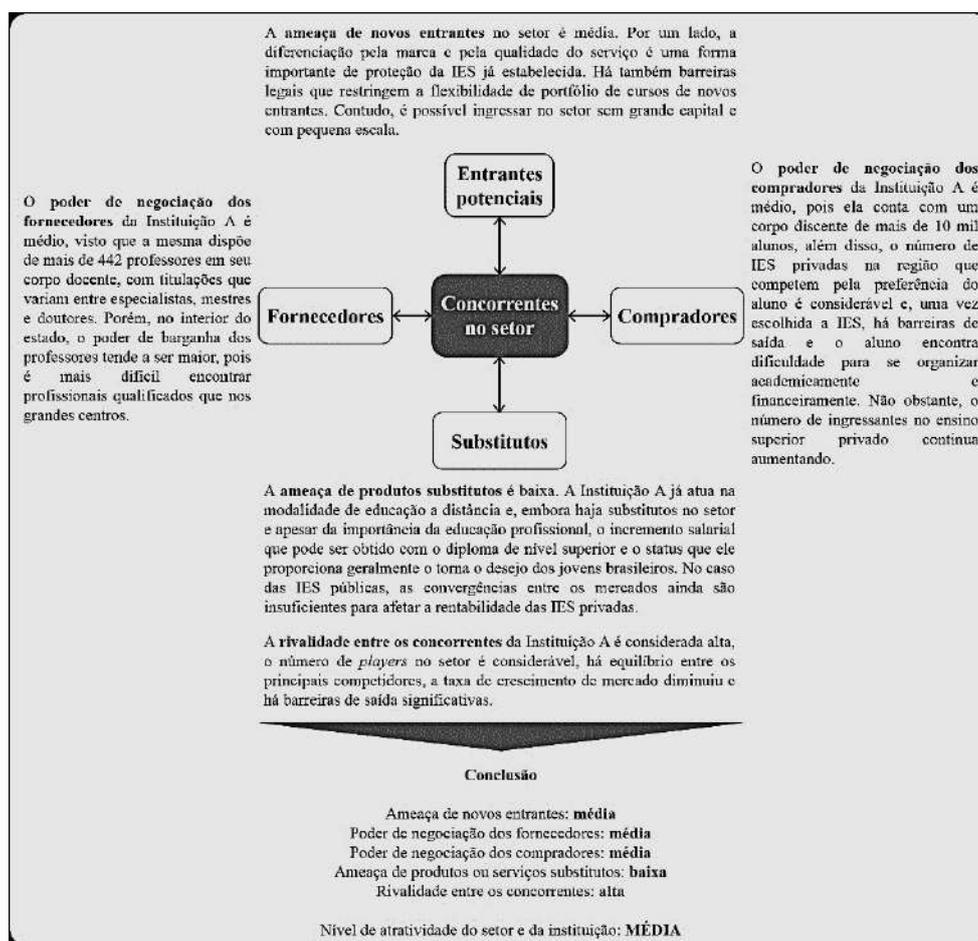
a Universidade Cruzeiro do Sul, a Anhanguera Educacional e a Universidade Paulista (UNIP).

- *IES públicas*: os cursos das IES públicas podem ser caracterizados como substitutos das privadas quando a abertura de novos *campi* coloca essas instituições em posição de capturar parte da demanda atendida pelas IES privadas e em cursos que não são muito concorridos nos vestibulares. A citar como exemplo, o *campus* da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em Patos de Minas, e o *campus* da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Rio Paranaíba.

Baseando-se no exposto, a ameaça de substitutos no setor pode ser classificada como baixa. A Instituição A já atua na modalidade de educação a distância e, apesar da importância dos cursos profissionalizantes, o incremento salarial que pode ser obtido com o diploma de nível superior e o *status* que ele proporciona geralmente tornam-se o desejo dos jovens brasileiros.

No caso das IES públicas, as convergências entre os mercados ainda são insuficientes para afetar a rentabilidade da IES foco deste trabalho.

FIGURA 2. Síntese das cinco forças de Porter aplicada à instituição



Fonte: Elaboração própria

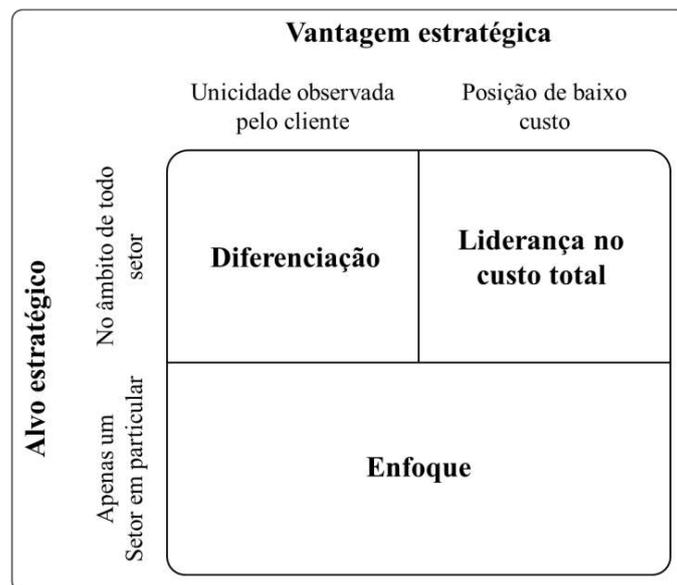
A figura a seguir (Figura 2) mostra o modelo das Cinco Forças de Porter aplicado à Instituição A. Para se chegar à atratividade do setor e, conseqüentemente, da instituição, foram consideradas as intensidades das forças de cada item do modelo em uma escala que varia de alta, média e baixa.

### 3.4. POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DA INSTITUIÇÃO

Uma das questões centrais em estratégia competitiva é a posição relativa de uma empresa dentro de seu setor. É esse posicionamento que determina se a rentabilidade está abaixo ou acima da média do setor em que ela compete.

Embora uma empresa possa ter inúmeros pontos fortes e pontos fracos em relação à concorrência, para Porter (2004), existem dois tipos básicos de vantagem competitiva que ela pode ter: baixo custo ou diferenciação. Esses dois tipos básicos, combinados com o escopo de atividades para as quais uma empresa procura obtê-los, levam às três estratégias competitivas genéricas (Figura 3) para alcançar o desempenho acima da média em um setor: liderança no custo total, diferenciação e enfoque.

**FIGURA 3.** Estratégias competitivas genéricas



Fonte: Adaptado de Porter (2004)

De acordo com a Figura 3, as estratégias de liderança no custo total e de diferenciação buscam a vantagem competitiva em um limite amplo de segmentos, enquanto a estratégia de enfoque visa a uma vantagem de custo (enfoque no custo) ou de diferenciação (enfoque na diferenciação) em um segmento estreito.

Ao analisar o contexto organizacional da instituição em estudo, pode-se perceber que esta possui uma tendência em posicionar sua estratégia em diferenciação, criando unicidade no setor de ensino superior na região em que atua.

Foram elencados, a seguir, alguns fatores e características condicionantes à estratégia de diferenciação adotadas pela instituição:

- Forte imagem da marca (tem tradição no mercado regional de ensino superior privado e investe continuamente em campanhas de marketing);
- Variedade em cursos de graduação e de pós-graduação *lato sensu* (disponibiliza 30 cursos de graduação e 22 cursos de pós-graduação nas mais diversas áreas do conhecimento);
- Estrutura de alto nível (conta com 176.000 m<sup>2</sup> de estrutura educacional, 126 laboratórios de práticas pedagógicas, 2.130 computadores, 130.000 livros no acervo da biblioteca, etc.);
- Metodologias de ensino baseadas na Aprendizagem Significativa<sup>5</sup>;
- Corpo docente capacitado (especialistas, mestres e doutores);
- Ensino a distância (oferece 8 cursos de graduação em 12 polos de ensino);
- Atividades que estimulam práticas empreendedoras e de inovação (dispõe de um núcleo de inovação tecnológica, um centro de empreendedorismo e aceleração de negócios, uma incubadora de empresas e um FabLab<sup>6</sup>);
- Certificações (ISO 9001; ISO 14001, OHSAS 18001 e SA 8000);
- Busca constante pela excelência.

Desse modo, a diferenciação, segundo Porter (2004), torna-se uma estratégia viável para a obtenção de retornos acima da média do setor, sobretudo porque ela cria uma posição defensável para enfrentar as cinco forças competitivas (Figura 1). A diferenciação possibilita o isolamento contra a rivalidade competitiva não somente devido à lealdade dos compradores em relação à marca como também à menor sensibilidade ao preço. Ela produz margens mais altas com as quais é possível lidar com o poder dos fornecedores e ameniza o poder dos compradores, dado que lhes faltam alternativas comparáveis no mercado, sendo assim, menos sensíveis aos preços e excluindo a necessidade de uma posição de baixo custo.

---

<sup>5</sup> Conceito central da Teoria de Aprendizagem Significativa, de David Ausubel. Segundo Marco Antônio Moreira (2011, p. 26), a “aprendizagem significativa é aquela em que ideias expressas simbolicamente interagem de maneira substantiva e não-arbitrária com aquilo que o aprendiz já sabe. Substantiva quer dizer não-literal, não ao pé-da-letra, e não-arbitrária significa que a interação não é com qualquer ideia prévia, mas sim com algum conhecimento especificamente relevante já existente na estrutura cognitiva do sujeito que aprende”.

<sup>6</sup> Sigla em inglês que significa *Fabrication Laboratory* (Laboratório de Fabricação), um espaço de criatividade, aprendizado e inovação acessível aos alunos interessados em desenvolver e construir projetos. É equipado com impressoras 3D, cortadora a laser, plotter de recorte, fresadora CNC, computadores com software de desenho digital CAD, equipamentos de eletrônica e de robótica e ferramentas de marcenaria e mecânica.

## 3.5. ANÁLISE SWOT PARA AVALIAÇÃO DOS CENÁRIOS DA INSTITUIÇÃO

O termo SWOT é um acrônimo das palavras *Strengths* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças). Trata-se de uma ferramenta estrutural que tem a finalidade de avaliar os cenários interno e externo de uma organização, formulando estratégias para que ela possa otimizar seu desempenho no mercado. A análise SWOT também é utilizada para identificar as forças e fraquezas bem como as oportunidades e ameaças às quais uma organização está exposta (KOTLER; KELLER, 2012).

Em seu desenvolvimento, a análise SWOT divide-se em dois cenários: o interno e o externo. O primeiro ambiente refere-se à própria organização e conta com as forças e fraquezas que ela possui. Já o segundo ambiente refere-se às questões externas que não são controladas pela organização.

O quadro a seguir (Quadro 1) mostra a análise de cada uma das características da análise SWOT aplicadas à Instituição A:

**QUADRO 1.** Análise SWOT da instituição para avaliação dos cenários internos e externos

	FATORES POSITIVOS	FATORES NEGATIVOS
Cenário interno	<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Estrutura e localização;</li> <li>– Certificações de qualidade;</li> <li>– Educação a distância;</li> <li>– Portfólio de cursos de graduação e de pós-graduação <i>latu senso</i>;</li> <li>– Metodologias de ensino;</li> <li>– Suporte e proteção para o conhecimento científico e tecnológico;</li> <li>– Contribuição para o desenvolvimento de negócios inovadores;</li> <li>– Ações de responsabilidade social;</li> <li>– Gestão flexível.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Comunicação interna;</li> <li>– Utilização de recursos materiais.</li> </ul>
Cenário externo	<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Expansão do crédito estudantil e do programa de bolsas do governo;</li> <li>– Políticas de incentivo à educação superior;</li> <li>– Aumento das verbas de pesquisa e de fomento à tecnologia, ciência e inovação;</li> <li>– Mercado de trabalho na região.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Desequilíbrio entre oferta e demanda;</li> <li>– Aquisições/consolidações de outras IES;</li> <li>– Crise econômica;</li> <li>– Oferta de cursos presenciais e a distância pela concorrência;</li> <li>– Descontinuidade de políticas de incentivo à educação superior.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria

Interligando os fatores abordados no Quadro 1, foram definidas algumas estratégias que podem ser adotadas com a finalidade de potencializar os fatores positivos e atenuar os negativos (Tabela 4):

**TABELA 4.** Análise SWOT cruzada aplicada a instituição

<b>Estratégia</b>	<b>Fatores</b>	<b>Recomendações</b>
Ofensiva	Forças + Oportunidades	Incentivar o conhecimento científico e tecnológico e contribuir com o desenvolvimento de negócios inovadores pode possibilitar que a Instituição A capitalize verbas de pesquisas e de fomento à tecnologia, ciência e inovação.
De confronto	Forças + Ameaças	Ter uma gestão flexível pode permitir que a Instituição A se adapte e enfrente, com mais fluidez, as mudanças que afetam o mercado de ensino superior.
Defensiva	Fraquezas + Ameaças	Gerir e utilizar de maneira mais eficiente os recursos que têm à disposição pode garantir que a Instituição A se sobressaia no mercado em momentos de crise financeira.

Fonte: Elaboração própria

A partir da contemplação dos resultados apresentados no Quadro 1 e na Tabela 4, a Instituição A deve trabalhar para eliminar suas fraquezas e maximizar suas forças perante a concorrência. Além disso, deve enfatizar as oportunidades que podem lhe trazer ganho e tratar as ameaças que podem vir a prejudicá-la.

Ao combinar as análises do ambiente interno e externo, a Instituição A dispõe de um diagnóstico de sua situação atual e das oportunidades e ameaças que podem surgir. Assim, a empresa pode se preparar para o futuro com suporte de um estudo que provê informações cruciais para a tomada de decisões na empresa e elaboração de um planejamento estratégico.

#### 4. CONCLUSÃO

O mercado de ensino superior brasileiro é caracterizado pelo grande número de instituições e, conseqüentemente, pela alta competitividade. Com base nisso, utilizou-se o modelo das cinco forças de Porter para demonstrar as relações entre as forças competitivas (compradores, fornecedores, substitutos, entrantes e concorrentes), de forma a determinar a intensidade da concorrência existente entre a IES em estudo e o seu setor de atuação.

Nessa perspectiva, o presente estudo indica uma atratividade média para a Instituição A. Apesar da alta rivalidade entre os concorrentes, pode haver boas oportunidades para as IES bem posicionadas. Some-se a isso o fato de que a ameaça de novos entrantes não é significativa.

Além disso, com intuito de perdurar neste mercado, foi identificado que a IES em estudo apoia-se na estratégia de diferenciação para enfrentar o atual cenário e para obter retornos acima da média do setor. Entretanto, posicionar-se na estratégia de diferenciação implicará um *trade-off*<sup>7</sup> com a posição de baixo custo, se as atividades necessárias para mantê-la forem dispendiosas, como projetos, materiais e equipamentos de alta qualidade ou como apoio intenso ao comprador.

Desse modo, o referido estudo pode servir de insumo aos gestores da Instituição A para compreensão da competitividade no setor de educação superior, orientando-os nas análises para o estabelecimento de um direcionamento estratégico, dado que, nesse ambiente altamente competitivo de mudanças, só as instituições mais ágeis, mais criativas e mais competentes irão sobreviver, pois o futuro delas depende, em grande parte, do sucesso de suas estratégias.

#### REFERÊNCIAS

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo da educação superior 2016: notas estatísticas*. Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2016/notas\\_sobre\\_o\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf)>. Acesso em: 14 fev. 2017.

KOTLER, P; KELLER, K. L. *Administração de marketing*. 14 ed. São Paulo: Pearson, 2012. 765 p.

MINTZBERG, H; AHLSTRAND, B; LAMPEL, J. *Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

MOREIRA, M. A. *Aprendizagem significativa: um conceito subjacente*. *Aprendizagem Significativa em Revista, UFRGS, Rio Grande do Sul*, v. 1, p. 25-46, 2011

PORTER, M. E. *Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

---

<sup>7</sup> Termo em inglês utilizado para definir uma situação em que há conflito de escolha.

SÉCCA, R. X.; LEAL, R. M. *Análise do setor de ensino superior privado no Brasil*. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 30, p. 103-156, set. 2009.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## Instituição de Ensino Superior e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social: o caso UNIPAM

*Colleges and the Certification of Social Assistance Beneficent Entity: the case UNIPAM*



**Welice Cícera Ribeiro**

Pesquisadora e assistente de contabilidade do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM).  
e-mail: [welice@unipam.edu.br](mailto:welice@unipam.edu.br)

**Fagner Oliveira de Deus**

Pró-Reitor de Ensino Pesquisa e Extensão, mestre e professor do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM). e-mail: [fagner@unipam.edu.br](mailto:fagner@unipam.edu.br)

---

**RESUMO:** O presente trabalho é um estudo de caso, cujo objetivo é verificar a viabilidade de a Fundação Educacional de Patos de Minas (FEPAM) aderir ao PROUNI e conseguir a certificação CEBAS (Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social). Para o desenvolvimento deste estudo, foram utilizados métodos adequados para alcançar os objetivos sugeridos, assim classificados: estudo de caso, uma pesquisa descritiva, bibliográfica e webliográfica, qualitativa e descritiva, através dos quais foi possível verificar a viabilidade e as diversas dificuldades da FEPAM em aderir ao PROUNI e pleitear o CEBAS. Através dos resultados concluiu-se que o CEBAS é viável, pois os benefícios fiscais, a isenção sobre a contribuição social e a imunidade sobre os impostos serão vantajosos para a FEPAM.

**PALAVRAS-CHAVE:** CEBAS. FEPAM. PROUNI. Educação e assistência social.

**ABSTRACT:** This paper is a case study whose objective is to verify the viability of FEPAM (Fundação Educacional de Patos de Minas) to join PROUNI and achieve the CEBAS certification. For the development of this study, appropriate methods were used to achieve the suggested goals, classified as follows: case study, descriptive, bibliographical and web graphic, qualitative and descriptive research, through which it was possible to verify the feasibility and the various difficulties of FEPAM in joining the PROUNI and claiming the CEBAS. From the results it was concluded that the CEBAS is feasible, because the tax benefits, exemption on social contribution and immunity on taxes, will be advantageous for FEPAM.

**KEYWORDS:** CEBAS. FEPAM. PROUNI. Education and social assistance.

---

## 1. INTRODUÇÃO

Neste contexto histórico, observa-se um crescimento do ensino superior nos últimos anos no Brasil, em que o setor público não consegue atender a uma demanda de estudantes que querem ingressar no ensino superior e as Instituições de Ensino Superior (IES), setor no qual está ocorrendo grandes transformações e exigências, têm a necessidade de ampliar o número de vagas para atender a essa demanda. Em contrapartida, o Governo Federal possui programas de incentivo ao ingresso no ensino superior em universidades privadas, para os estudantes de baixa renda, como o FIES e o PROUNI.

O Fies é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação no Ensino Superior para estudantes que não possuem condições de arcar com os custos de sua formação. O PROUNI é o Programa Universidade para Todos, que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. O governo, por meio desses programas, concede benefícios fiscais às IES e, em compensação, essas entidades podem aumentar consideravelmente o número de ingressantes no ensino superior.

O PROUNI concede às IES o benefício fiscal, mas para serem parceiras do Governo Federal no PROUNI, elas têm que se adequar. Um dos caminhos é se tornar uma Entidade Beneficente de Assistência Social, buscando a certificação (CEBAS), por meio de adequações neste sentido. Diante do exposto, o presente trabalho foi direcionado para as relações entre Instituições de Ensino Superior e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, com foco no caso UNIPAM.

Com indagações sobre o impacto econômico-financeiro do pedido de Certificação do CEBAS, de acordo com a Lei 12.101 de 2009, e considerando a importância econômico-financeira de se aderir ao PROUNI, foram investigadas as dificuldades que envolviam essa adesão, sua viabilidade e a tentativa de preencher os requisitos necessários para se chegar a essa certificação.

Desse modo, este trabalho teve o objetivo de verificar a viabilidade de a Fundação Educacional de Patos de Minas (FEPAM) aderir ao PROUNI e conseguir a certificação CEBAS. A pesquisa assume grande importância ao fazer um levantamento sobre o tema da viabilização de se pleitear o CEBAS, o qual, apesar da relevância da certificação na área educacional, ainda é um tema novo, necessitando de embrenhar-se em mais pesquisas.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas é uma forma de inspecionar os documentos, relatórios, entre outros, que descrevem e fundamentam as despesas, receitas e gastos decorridos durante um determinado período. Para Nakagawa (1993), é a obrigação de se prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades

que transcorrem de uma distribuição de poder, o qual gera sempre uma obrigação de se executar algo, decorrente de tal autoridade delegada. Várias entidades prestam contas a órgãos que são deliberados de acordo com a área em que atuam, podendo ser na área da saúde, da assistência social e da educação, esta última envolvendo o Ensino Superior.

## 2.1. ENSINO SUPERIOR

O Brasil aumentou a quantidade de cursos e instituições, possibilitando um maior acesso da sociedade à informação, alterando, assim, o perfil do educando e do educador. De acordo com a HOPER (2011)<sup>1</sup>, uma verdadeira revolução ocorreu na educação superior brasileira, a partir de 1996, proporcionando um crescimento sem precedentes no número de Instituições de Ensino Superior (IES), de vagas e de estudantes matriculados.

Com um custo alto e com financiamento estudantil ainda insuficiente, o governo passa a investir em programas de parcerias com as IES particulares, como o PROUNI, e no melhoramento do Financiamento Estudantil (Fies), influenciando, assim, de forma positiva a recuperação das IES e das entidades de ensino superior na área filantrópica. Destaca-se, entre as entidades beneficentes, a fundação, que é uma associação criada por ato jurídico e de acordo com as normas do direito privado, a qual não visa lucro, o que não impede de ter superávit, sendo do interesse do povo em geral.

Atualmente, em um contexto sociopolítico, há um panorama tri-setorial: 1º setor: Organizações Governamentais Sem Fins Lucrativos (OGSFL); 2º setor: Organizações Não Governamentais Com Fins Lucrativos (ONGCFL); e o 3º setor: Organizações Não Governamentais Sem Fins Lucrativos (ONGSFL).

As organizações do 3º setor se diferenciam do 1º setor por não serem governamentais, e se diferenciam do 2º Setor, por não terem fins lucrativos. De outra maneira, pode-se afirmar que essas organizações são não governamentais e sem fins lucrativos (ONGSFL).

As instituições privadas, por não terem fins lucrativos e atuarem como prestadoras de serviços nas áreas de assistência social, saúde e educação, podem obter benefícios junto ao governo federal. Para isso, é necessário obter uma certificação, como, por exemplo, o CEBAS.

## 2.2. CEBAS

As entidades do terceiro setor na área da saúde, da educação e da assistência social podem pleitear alguns títulos junto ao Poder Público, dentre eles o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social). A entidade

---

<sup>1</sup> A HOPER Educação é a principal consultoria educacional no Brasil que integra as visões mercadológica, administrativa, financeira e acadêmica, nas soluções propostas.

certificada, atendendo aos requisitos do art. 29, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, pode pleitear o CEBAS, conforme Art. 1º, Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010 – DOU 21.07.2010 (BRASIL, 2010).

Depois de pleitear a certificação, também conforme Art. 1º, Decreto Nº 7.237, de 20 de julho de 2010 – DOU 21.07.2010, ainda é necessário obedecer a alguns princípios para conseguir o CEBAS, como obedecer ao princípio da universalidade do atendimento, sendo vedado à instituição dirigir suas atividades exclusivamente a seus associados ou a categoria profissional, e às demais exigências da Lei nº 12.101, de 2009, e deste Decreto” (BRASIL, 2010).

O certificado CEBAS na área da Educação será concedido pelo Ministério da Educação e Cultura à entidade com atuação principal na área da Educação, que oferte ensino regular e presencial na Educação Básica e/ou no Ensino Superior, devendo a entidade estar cadastrada nos sistemas e-MEC e/ou Educacenso do INEP (Censo Escolar da Educação Básica), que tem por objetivo coletar as informações de rendimento e movimento do aluno no final do ano letivo (2013)<sup>2</sup>.

No entanto, para conseguir a certificação, a entidade deve seguir alguns requisitos básicos, tais como adequações às diretrizes, gratuidade, proporções, montante e ações assistenciais. A adequação às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) será demonstrada por meio de plano de atendimento (descrição das ações e medidas assistenciais desenvolvidas pela entidade para cumprimento do previsto no art. 13 da Lei nº 12.101, de 2009), que demonstre concessão de bolsas, ações assistenciais e programas de apoio aos alunos bolsistas, submetidos à aprovação do Ministério da Educação. Todas as bolsas de estudos a serem computadas como aplicação em gratuidade pela entidade deverão ser ofertadas e preenchidas em sistema eletrônico disponibilizado pelo Ministério da Educação.

As proporções relativas à oferta de bolsas de estudo serão, no mínimo, uma bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes da educação básica. Bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessárias para o alcance mínimo exigido, poderão ser cumpridas, considerando-se diferentes etapas e modalidades da educação básica presencial, inclusive em diferentes estabelecimentos de ensino de uma mesma mantenedora, desde que registrados sob o mesmo CNPJ. O montante destinado a ações assistenciais e programas de apoio a alunos bolsistas deverá estar previsto no plano de atendimento, de forma discriminada e com identificação dos beneficiários.

As entidades de educação deverão selecionar os alunos a serem beneficiados pelas bolsas, a partir do perfil socioeconômico, observando-se os critérios de proximidade da residência, sorteio e outros contidos no plano de atendimento da entidade.

Para a renovação da certificação, as entidades de educação que não te-

---

<sup>2</sup> Disponível em: [http://cebas.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=49%3Acebas-duvidas-gerais&catid=10%3Acertificacao&Itemid=45](http://cebas.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=49%3Acebas-duvidas-gerais&catid=10%3Acertificacao&Itemid=45). Acesso em: 15 de outubro de 2012.

nam aplicado em gratuidade o percentual mínimo poderão compensar o percentual devido nos exercícios imediatamente subsequentes, com acréscimo de vinte por cento sobre o percentual a ser compensado (BRASIL, 2009). Para alcançar o percentual de bolsas, as entidades ainda poderão aderir ao Programa Universidade para todos (PROUNI) (BRASIL, 2009).

### 2.3. PROUNI

O Ministério da Educação em 2005 instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI), com a finalidade de conceder bolsas de estudo integrais e parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e/ou sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

O programa oferta, por meio de parcerias com instituições de ensino superiores particulares, bolsas que cobrem integral ou parcialmente os custos das mensalidades. Em contrapartida, oferece às IES isenções tributárias no imposto de renda das pessoas jurídicas, na contribuição social sobre o lucro líquido, na contribuição social para financiamento da seguridade social e na contribuição para o programa de integração (SARAIVA; NUNES 2011, p. 943).

O Art. 1º, da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, regulamenta que a bolsa de estudo integral será oferecida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, com renda per capita familiar máxima de um salário e meio. As bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) são oferecidas a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não seja maior de até três salários mínimos (BRASIL, 2005).

Para que as instituições possam participar do PROUNI, além de preencher os requisitos e fazer a seleção de forma transparente, é necessário também que assinem o termo da adesão, por meio do qual as IES com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficentes (Entidades Beneficentes de Assistência Social) serão vinculadas ao PROUNI, através da assinatura do termo de adesão com o MEC, sendo o prazo de vigência de dez anos, contado da data da assinatura e renovável por períodos iguais.

A entidade deverá também oferecer no mínimo uma bolsa integral para o equivalente a dez inteiros e sete décimos estudantes, regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo PROUNI ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados (BRASIL, 2005).

Porém, nesse mesmo artigo, a IES com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente poderá optar por substituir o requisito previsto na lei e oferecer uma bolsa integral para cada dezenove estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça

adicionalmente uma quantidade de bolsas parciais de 50% ou 25%, na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta lei atinja o equivalente a oito inteiros e cinco décimos por cento da receita anual dos períodos letivos, que já têm bolsistas do PROUNI, efetivamente recebida em cursos de graduação ou sequencial de formação específica (BRASIL, 2005).

A entidade deverá oferecer, no mínimo, uma bolsa integral para cada 9 (nove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação (2013), excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo PROUNI ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados.

### 3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente estudo, no período de fevereiro a outubro de 2013, foram utilizados métodos considerados adequados para alcançar o objetivo sugerido, os quais foram assim classificados: quanto aos meios, foi um estudo de caso; quanto ao objetivo, a pesquisa foi descritiva; quanto às fontes de informação, foi bibliográfica e webgráfica, documental; e quanto à abordagem, foi qualitativa e quantitativa.

Quanto aos meios foi um estudo de caso, porque abordou um caso específico, ou seja, o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no UNIPAM, buscando realizar um estudo de um tema ainda pouco conhecido, perante sua importância para as IES (Instituição de Ensino Superior).

Quanto aos objetivos, a pesquisa foi descritiva, uma vez que foram traçados vários aspectos da organização e das variáveis envolvendo a CEBAS junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Quanto às fontes de informação, a pesquisa foi bibliográfica/webgráfica, documental, pois suas fontes foram os arquivos, quer sejam livros, revistas, internet, quer sejam artigos escritos que poderão servir para o trabalho científico (FRANÇA *et al.* 2009, p. 43).

Quanto à abordagem, a pesquisa foi qualitativa e quantitativa. Teixeira (2002) atesta que a abordagem quantitativa deve ser utilizada em situações que demandam um estudo exploratório para um conhecimento mais arraigado do problema ou objeto da pesquisa. No presente caso, a pesquisa envolveu dados contábeis que foram mensurados, como os cálculos de isenção sobre a contribuição social e imunidade de impostos.

### 5. O CASO FEPAM/UNIPAM

O Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM) é uma instituição de ensino superior, mantida pela Fundação Educacional de Patos de Minas (FEPAM),

que tem demonstrado ser uma organização relevante para a população da cidade e para a região, não apenas na área educacional, mas também no aspecto político, econômico e social. A instituição atualmente oferece 28 cursos de graduação, dois cursos tecnológicos de graduação e 13 cursos de pós-graduação.

Até o ano de 2011, a FEPAM mantinha por intermédio do UNIPAM um sistema próprio de distribuição de bolsas de estudo, mas, através de estudos realizados, a FEPAM fez uma análise de vários aspectos que poderiam influenciar positivamente para aumentar as bolsas e que poderiam elucidar como seria o impacto em cursos que já tinham ocupação total de vagas e em cursos que tinham vagas ociosas. Ciente de que, com tais decisões, poderia aumentar o número de alunos ingressantes e também obter benefícios fiscais, a FEPAM passou a buscar a Certificação Beneficente de Assistência Social (CEBAS) junto ao Ministério da Educação (MEC).

## 6. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A FEPAM, com uma expectativa de aumentar o número de alunos ingressantes no ensino superior, iniciou uma análise dos dados existentes na instituição, a fim de coletar informações seguras e consistentes, que pudessem servir de apoio nas decisões para adesão do PROUNI e também de base concreta para pleitear o CEBAS.

Com a decisão de aderir ao PROUNI e com as mudanças positivas para se pleitear o CEBAS, a instituição encontrava-se, no ano de 2012, com um número de 5.755 alunos, com uma expectativa para o ano de 2013 de chegar a 6.500 alunos. Mas não se tratava somente de disponibilizar as bolsas para os estudantes, para que ocorresse a distribuição dessas bolsas para o ano de 2012: era necessário que as informações sobre elas chegassem às pessoas que tinham interesse em ingressar em um curso superior.

Diante disso, a instituição investiu em publicidade, passando a fazer a distribuição de *flyers*, folders, panfletos nas portas das escolas e diversos outdoors em lugares estratégicos por toda a cidade de Patos de Minas. Nesse sentido, utilizou também o Observatório, um vídeo informativo, os principais programas de rádio, as principais emissoras de televisão de Patos de Minas e região e ainda o programa de rádio institucional intitulado *Conexão UNIPAM*, sempre destacando o valor de R\$ 8.000.000,00 em bolsas de estudo e a quantidade de bolsas PROUNI e Bolsas Social que seriam distribuídas no ano de 2012.

O Programa Bolsa Social é uma bolsa de estudo semestral, destinado aos estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação oferecidos pelo Centro Universitário de Patos de Minas, os quais atendam aos critérios para sua obtenção, estabelecidos a cada versão pelo Edital do Processo de Seleção (2013)<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Disponível em: [www.unipam.edu.br/UNISSOCIAL/index.php/prouni/prouni-2013-bolsas-oferecidas.html](http://www.unipam.edu.br/UNISSOCIAL/index.php/prouni/prouni-2013-bolsas-oferecidas.html). Acesso em: 17 de abril de 2013.

O PROASE (Programa de Assistência Social Educacional) da FEPAM, que é responsável pela Bolsa Social de Estudo, tem por objetivo fomentar a educação de nível superior para a população de baixa renda. O programa foi instituído pela Portaria nº 224/2012, da FEPAM. A Bolsa Social de Estudo tem algumas semelhanças com a bolsa PROUNI, e uma delas é a modalidade em que se ofertam bolsa integral e bolsa parcial de 50%.

A FEPAM em 2012 ofereceu 1.034 Bolsas Sociais de Estudo para alunos dos vinte e quatro cursos da instituição, entre os turnos integral, diurno e noturno e de graduação de licenciatura e bacharelado, sendo concedidas bolsas de valor integral e parcial de 50% do valor total das mensalidades. A entidade também ofereceu 253 bolsas de estudo PROUNI, perfazendo um total de 1.287 bolsas. Naquele cenário, porém, o bolsista deveria manter a média de notas mínima de 70%, como cumprimento de parte dos quesitos para que continuasse com a bolsa de estudos.

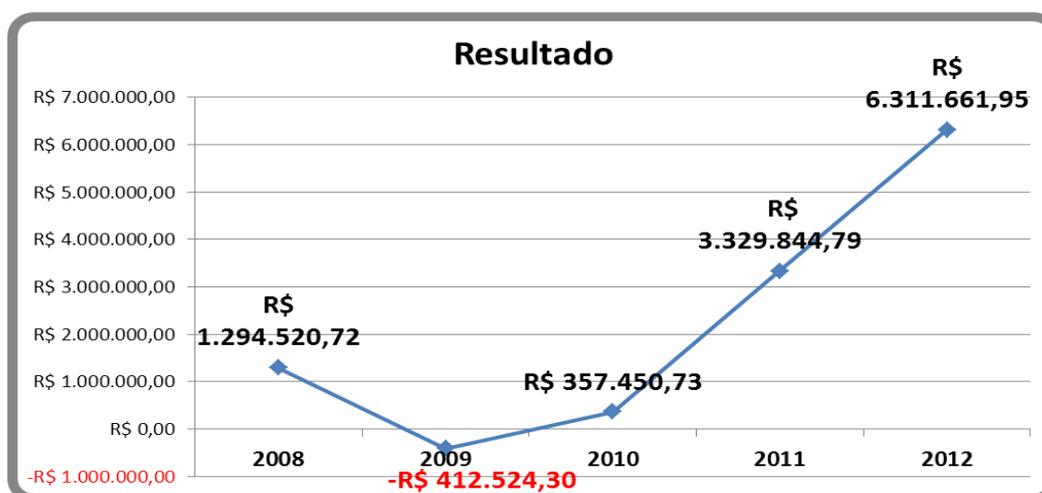
O aumento de alunos ingressantes, a partir do ano de 2011, ocorreu devido ao fato de a FEPAM ter investido na intensificação das bolsas de ensino PROUNI e Social, mas esse não foi o único fator responsável por essa aceleração. A instituição investiu também em um novo modelo pedagógico, visando uma melhor qualidade no ensino.

O novo modelo pedagógico adotado pelo UNIPAM foi também fator decisivo para a permanência desses estudantes, que procuravam não só gratuidade, mas também qualidade de ensino. Os alunos são avaliados na forma do disposto da Resolução do Conselho Universitário do UNIPAM 364/2011, que estabelece que a verificação do rendimento escolar será feita por disciplina, de forma contínua e cumulativa, com apuração no final de cada período letivo, abrangendo os elementos de assiduidade e de eficiência nos estudos, cada um deles eliminatório por si mesmo. Sendo assim, o modelo prevê uma parceria entre os professores, trabalhando com suas respectivas disciplinas, porém com interdisciplinaridade.

Embora o novo modelo pedagógico tenha sido inserido antes da implantação do Processo de distribuição de Bolsas PROUNI e da Bolsa Social, ele foi fator relevante para a permanência do aluno no UNIPAM, reduzindo a evasão escolar e demonstrando como essa nova metodologia de ensino influenciou de forma positiva na permanência dos alunos na instituição.

A FEPAM fez uma análise de dados econômicos e financeiros, e foi verificado que em 2012, a receita cresceu 23% e o custo 9,54%, o que gerou, assim, um impacto maior no superávit. No gráfico 1, pode-se verificar o desenvolvimento desse superávit.

No ano de 2012, a FEPAM chegou a um superávit de R\$ 6.311.661,95, sendo este superior aos anos anteriores, e o percentual de aumento da receita no período de 2010 a 2012 é superior ao percentual de aumento do custo, fato esse positivo na avaliação de viabilidade do processo de certificação.

**GRÁFICO 1.** Superávit, 2008 a 2012

Fonte: PROEPE – Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão – FEPAM/2012

E há também os benefícios fiscais, os quais devem ser levados em consideração, pois a instituição atende aos requisitos para usufruir da isenção do pagamento das contribuições da cota patronal para o INSS, COFINS e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o artigo 29 da Lei 12.101/2009, conforme se vê no Quadro 1.

**QUADRO 1.** Isenções – Benefícios Fiscais

Contribuição Previdenciária Patronal	5.838.088,23
COFINS (3% da Receita)	1.498.513,77
CSLL (9% do Superávit)	1.157.863,61
<b>Total dos Benefícios de Isenção</b>	<b>8.494.465,82</b>

Fonte: Processo de Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Educação – FEPAM/2012

A FEPAM também atende aos requisitos de entidade de educação sem fins lucrativos previstos em lei, e usufrui da imunidade de impostos previstos na letra C do Inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, conforme Quadro 2 (na página seguinte).

Mas além desse acréscimo da receita e da redução da evasão, bem como dos benefícios fiscais, ocorreu também uma reestruturação das grades curriculares, com uma distribuição integrada das aulas em todos os cursos. Conseqüente-

mente, houve um melhor aproveitamento dos professores que atuam com regime de tempo integral. Entretanto, ainda restava a parte das alterações que deveriam ocorrer para que todos os procedimentos contábeis se adequassem ao PROUNI e ao CEBAS.

**QUADRO 2.** Imunidade – Benefícios Fiscais

ISSQN (2% da Receita)	999.009,18
IRPJ (15% do Superávit)	1.929.772,68
Adic. IRPJ (10% de Parc. Superávit)	1.262.515,12
Total dos Benefícios de Imunidade	4.191.296,98

Fonte: Processo de Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Educação – FEPAM/2012

O Balanço Patrimonial é demonstração designada para evidenciar a posição patrimonial e financeira de uma empresa, de forma qualitativa e quantitativa. Nesse sentido, deveriam ser feitas algumas mudanças nas terminologias: conforme o CFC (Conselho Federal de Contabilidade), na Resolução nº 1.409/12, a conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido, e pela conta Lucros ou Prejuízos Acumulados por Superávit ou Déficit do Exercício; as Demonstrações do Resultado de Exercício, que se destinam a evidenciar a composição formada pela confrontação entre o total de receitas realizadas e despesas consumidas em um período de operações da empresa, mudam também a nomenclatura, ficando Demonstrações do Superávit e Déficit do Exercício.

As Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido passam a denominar-se Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, que devem evidenciar, num determinado período, a movimentação das Contas que integram o seu patrimônio.

A Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método indireto mostra quais foram as alterações no giro (Ativo Circulante e Passivo Circulante) que provocaram aumento ou diminuição no Caixa, sem explicar diretamente as entradas e saídas de dinheiro, conhecido por método da reconciliação, pois concilia o lucro líquido e o caixa desenvolvido pelas operações.

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) é a demonstração contábil destinada a evidenciar, em um determinado período, as modificações que originaram as variações no capital circulante líquido da Entidade. Mesmo a DOAR sendo considerada uma demonstração ultrapassada, o Ministério Público, por exemplo, também exige essa demonstração na prestação de contas das fundações.

E a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é o informe contábil que evidencia, de forma sintética, os valores correspondentes à formação da riqueza gerada pela empresa em determinado período e sua respectiva distribuição.

As demonstrações contábeis devem ser acompanhadas das notas explicativas, sendo assim complementadas com todas as informações necessárias ao entendimento das demonstrações, e ainda, no caso das entidades com isenção de tributos e contribuições, devem evidenciar suas receitas com e sem gratuidade de forma segregada e os benefícios fiscais gozados. Também foi feita a Demonstração da Apuração da base de cálculo da receita efetiva recebida em 2012, conforme o quadro 3.

**QUADRO 3.** Demonstração da Apuração da base de cálculo da receita efetivamente recebida em 2012

<b>CONTAS</b>	<b>2012 (R\$)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>63.315.446,44</b>
<i>Receitas de mensalidades / semestralidades / anuidades</i>	60.727.683,73
Mensalidades Recebidas (alunos pagantes)	48.107.458,01
Mensalidades Concedidas como Bolsa (alunos bolsistas)	12.620.225,72
<i>Outros serviços educacionais</i>	991.889,04
<i>Subvenções para custeio da área educacional sem fim específico</i>	-
<i>Receitas com locação de bens</i>	224.526,65
<i>Doações de particulares para a área educacional</i>	9.709,38
<i>Venda de bens não integrantes do imobilizado</i>	547.188,75
<i>Outras receitas operacionais</i>	814.448,89
Educacionais	308.861,54
Socioassistenciais	-
Saúde	505.587,35
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(520.056,80)</b>
<i>Impostos sobre vendas/serviços</i>	(70.031,03)
<i>Devoluções/cancelamentos de mensalidades</i>	(424.285,28)
<i>Descontos incondicionais concedidos</i>	(25.740,49)
<b>Custos</b>	<b>(30.746.221,37)</b>
<i>Custos dos Serviços Prestados</i>	(30.231.189,01)
<i>Custos dos Produtos Vendidos</i>	(515.032,36)
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(13.303.994,95)</b>
<i>Despesas com vendas/serviços</i>	-
<i>Despesas administrativas</i>	(9.736.309,90)
<i>Provisão para perdas no recebimento de crédito</i>	(303.944,79)
<i>Perdas no recebimento de créditos</i>	(34.852,73)
<i>Outras bolsas de estudo integrais/parciais</i>	(3.228.887,53)
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>3.646.585,49</b>
<i>Rendimentos de aplicação financeira</i>	2.902.585,98
<i>Receitas de multas/juros</i>	1.252.106,52

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE

<i>Outras receitas financeiras</i>	1.050,07
<i>Despesas financeiras</i>	(509.157,08)
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</b>	<b>(135.269,41)</b>
<i>Outras receitas</i>	504.851,03
<i>Outras despesas</i>	(640.120,44)
<b>GASTOS COM PROJETOS EDUCACIONAIS/ASSISTENCIAIS</b>	<b>(9.391.338,19)</b>
<i>Bolsas de estudo integrais</i>	(6.991.710,74)
<i>Bolsas de estudo parciais</i>	(2.399.627,45)
<i>Ensino gratuito da educação básica em unidades específicas</i>	-
<i>Programas de apoio a alunos bolsistas</i>	-
<i>Serviços Socioassistenciais</i>	-
<i>Outros projetos</i>	-
<b>GASTOS DA ÁREA DA SAÚDE</b>	-
<i>Gastos da área da saúde</i>	-
<b>RESULTADO DE PROJETOS DE SUBVENÇÃO COM FIM ESPECÍFICO</b>	-
<i>Subvenções recebidas para projeto com fim específico</i>	-
<i>Gastos com projeto com fim específico</i>	-
<b>Mensalidades/anuidades a receber no início do exercício</b>	<b>8.300.349,51</b>
<b>Mensalidades/anuidades a receber no final do exercício</b>	<b>(9.391.338,19)</b>
<b>Superávit / Déficit</b>	<b>12.865.151,21</b>
Percentual aplicado em gratuidade - educação	20,01%
Percentual aplicado em gratuidade - ações assistenciais	-
Percentual aplicado em gratuidade considerada	-
<b>Valor mínimo da gratuidade</b>	<b>9.388.752,74</b>
<b>Valor aplicado em gratuidade</b>	<b>9.391.338,19</b>

Fonte: Requerimento de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Educação–FEPAM/2012

A Demonstração da Apuração da base de cálculo da receita efetivamente recebida em 2012 aplicada em gratuidade refere-se à concessão de bolsas ao Programa Universidade para Todos (PROUNI) e ao Programa de Assistência Social Educacional – PROASE (Bolsas próprias da instituição), instituído pela Portaria FEPAM 224/2012, em atendimento ao disposto no art. 13, da Lei 12.101/2009, com a finalidade de pleitear a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área da Educação.

As demonstrações e as notas explicativas, os Pareceres do Conselho Fiscal FEPAM e da Auditoria Independente e a publicação do Relatório Anual do Exercício 2012 são parte do Relatório Anual do Exercício 2012, e integram também o Requerimento para o Processo de Certificação Originária de Entidade Beneficente de Assistência na Área da Educação. Para esse processo foi preciso também que se fizesse um plano de atendimento com previsão da distribuição de bolsas para os anos de 2013 a 2016.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver o estudo a respeito da FEPAM, foram averiguadas as diversas dificuldades que abrangiam sua adesão à certificação CEBAS e as adequações pertinentes para se conseguir tal certificação. Mas, para que isso estivesse devidamente embasado, a pesquisa consistiu em estudos dentro da instituição, verificando os impactos que todo esse processo iria causar.

Através dos resultados, foi possível concluir que a certificação CEBAS é viável, pois os benefícios fiscais que poderão ser adquiridos serão vantajosos para a FEPAM, como foi demonstrado no estudo. A burocracia que a instituição enfrentará, além de onerosa, será também morosa, pois levará muito tempo para se conseguir uma resposta positiva ou negativa, uma vez que o processo de certificação poderá levar até 5 anos, sendo importante a instituição ficar sempre atenta ao processo e sua duração, porque o CEBAS é uma certificação demorada e difícil de se conseguir, e poderão ocorrer algumas diligências por parte do MEC a serem cumpridas.

A fundação poderá usufruir dos benefícios fiscais referentes à adesão da FEPAM/ UNIPAM ao PROUNI, pois ela atende aos requisitos para obter isenção do pagamento das contribuições da cota patronal para INSS, COFINS e CSLL, e também para obter a imunidade de impostos previstos na Constituição Federal, que são ISSQN, IRPJ, Adicional IRPJ, conforme foi demonstrado no decorrer do processo do pedido de certificação.

Foi preciso fazer alterações nos procedimentos contábeis para atender às exigências do governo, em que a conta contábil Capital deve ser substituída por Patrimônio Social e pela conta Lucros e Prejuízos Acumulados por Superávit ou Déficit do Exercício. As demonstrações contábeis para atendimento ao MEC serão de acordo com as normas do CFC (Conselho Federal de Contabilidade), que são: Balanço Patrimonial, Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social e Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos. Toda a documentação está de acordo com requisitos exigidos pelo MEC, e o processo do pedido de certificação CEBAS foi iniciado em 2013. Ainda não se obteve resposta do MEC, mas a instituição acredita que conseguirá o deferimento, porém, é necessário o acompanhamento de todo o processo e das demonstrações para se avaliar se a situação financeira é favorável ao longo dos anos e se não ocorreu nenhuma mudança na lei.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto n. 7.237, de 20 de julho de 2010 - DOU 21.07.2010*. Regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. Dispõe sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social, e dá outras providências. Brasília, 20 de julho de 2010.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005*. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, 13 de janeiro de 2005.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei n. 12.101 de 27 de novembro de 2009*. Dispõe sobre a Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social. Brasília, 27 de novembro de 2009

FEPAM – Fundação Educacional de Patos de Minas. *Portaria nº 224/2012, da Fundação Educacional de Patos de Minas* – FEPAM: 2012.

FEPAM – Fundação Educacional de Patos de Minas. *Relatório anual do exercício de 2012*. FEPAM: 2012.

FRANÇA, Júnia Lessa *et al.* *Manual para normatização de publicações técnico-científicas*. 8 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

HOPER – Educacional. *Análise setorial do ensino privado*. HOPER: 2011. MEC. Disponível em: <<http://cebas.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 15 out. 2012.

MEC. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 17 abr. 2013.

NAKAGAWA, Masayuki. *Introdução à controladoria: conceitos, sistemas, implementação*. São Paulo: Atlas, 1993.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; NUNES, Adriana de Souza. A efetividade de programas sociais à educação superior: o caso do ProUni. *Rev. Adm. Pública*, 45(4): 941-964, 2011.

TEIXEIRA, Elizabeth. *As três metodologias acadêmica, da ciência e da pesquisa*. 4 ed. rev. e ampliada. Belém: UNAMA, 2002.

UNIPAM – Centro Universitário de Patos de Minas. *Projeto pedagógico do Curso de Ciências Contábeis Centro Universitário de Patos de Minas*. UNIPAM: 2010.

UNIPAM. Disponível em: <http://www.unipam.edu.br/UNISSOCIAL/index.php/pro-uni/prouni-2013-bolsas-oferecidas.html>. Acesso em: 17 abr. 2013.

## Monumentos da cultura, monumentos da barbárie: uma leitura a contrapelo do “Homem do Balaio”

*Monuments of culture, monuments of barbarism:  
an unfavorable reading of the “Homem do Balaio”*



**Érica Fernanda Soares**

Graduanda em História pelo Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM.  
e-mail: [ericafernsoares@hotmail.com](mailto:ericafernsoares@hotmail.com)

**Thiago Lemos Silva**

Mestre em História pela UFU. Professor de História do Centro Universitário de Patos de Minas.  
e-mail: [thiagols@unipam.edu.br](mailto:thiagols@unipam.edu.br)

---

**RESUMO:** O presente artigo consiste em um estudo em torno do Monumento ao Homem do Campo, inaugurado em 1961 na cidade de Patos de Minas-MG, situado na Avenida Getúlio Vargas, tendo como objetivo principal a compreensão sobre a história da imagem e quem ela realmente retrata. Por meio de fontes bibliográficas, impressas e imagéticas, o trabalho sustenta a tese de que o referido monumento pretende retratar não a memória coletiva do homem do campo, mas a apropriação desta para legitimar historicamente a consolidação do capitalismo agroindustrial na cidade de Patos de Minas na segunda metade do século XX.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória Coletiva. Monumento. Patos de Minas.

**ABSTRACT:** The present article consists of a study about the Monument to the Rural Man, inaugurated in 1961 in the city of Patos de Minas-MG, located on Getúlio Vargas Avenue, with the main objective of understanding about the history of the image and who it really represents. The work sustains the thesis that the aforementioned monument intends to portray not the recognition of the rural man, but the appropriation of its history to legitimize the consolidation of agro industrial capitalism in the city of Patos de Minas in the second half of the 20th century.

**KEYWORDS:** Collective memory. Monument. Patos de Minas.

---

*CANÇÃO DO HOMEM DO BALAIÓ*

*Paulo César Nunes*

Aos meus amigos Valdemar Gavião e Ivan Vilela

Eu sou a estátua, a pequena  
estátua do homem do campo:  
levo um balaio de milho,  
trabalho em roupas de missa  
(pois estou numa avenida)  
e este é todo o meu canto.  
Eu sou a estátua que foi  
o pequeno homem do campo.  
E um dos braços já não tenho:  
quebrou-se nesta agitada  
vida de estátua migrante  
que vê crescer a cidade,  
talvez quando eu, já uma estátua,  
tocava um boi de verdade.  
Pois sob sol, e agora à chuva,  
trabalhar foi minha missa.  
Assim, dou as costas ao clube  
e vou rumo à catedral.  
Daqui uns instantes (no entanto  
espero por isso há décadas)  
alcançarei o busto do último  
Presidente da Província:  
mas já não lhe pedirei  
favor, nem ele meu voto.  
Sequer tirarei o chapéu!  
E ele restará de bronze,  
firme egrégio cidadão.  
E eu, estátua de cimento,  
descalço voltarei à vida  
de esquecido homem do campo.  
E este é todo o meu canto.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge da curiosidade a respeito deste célebre desconhecido: o Monumento ao Homem do Campo. O monumento, que se encontra na Praça Getúlio Vargas, em Patos de Minas-MG, é carregado de história, porém, essa história é desconhecida pela maioria, lacuna que esta pesquisa visa preencher na historiografia local. No monumento há uma inscrição citando a homenagem ao homem do campo: “O Município ao seu ‘Herói Anônimo’”. Neste trabalho indagamos esse anonimato, o porquê dele, quem é esse indivíduo ou esses indivíduos que são imperceptíveis na história de nossa cidade.

Com a finalidade de formular e responder tais problemáticas, este trabalho

se valeu de uma pesquisa bibliográfica e de uma pesquisa empírica. Na pesquisa bibliográfica, realizou-se o balanço, bem como a reflexão acerca dos trabalhos que exploram a relação entre história local, memória coletiva e patrimônio histórico. Na pesquisa empírica, promoveu-se a análise de fontes impressas, imagéticas e livros de memorialistas.

Os resultados desta pesquisa sinalizaram para o fato de que, quando se analisam os monumentos pertencentes ao patrimônio histórico de uma determinada região, eles nos levam a um contexto histórico-social que nem sempre está explícito neles mesmos. Uma das finalidades de monumentos como o ora estudado é, em tese, desenvolver um sentimento de pertencimento à cidade. Mas é preciso lembrar que essa história utilizada pela classe dominante como aparelho ideológico é carregada da história dos que foram silenciados. Walter Benjamin assim o diz sobre os bens culturais:

Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram como à corveia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura (BENJAMIN, 1987, p. 2).

Portanto, o trabalho pretende sustentar a tese de que o homem do campo retratado aqui como herói é mais um monumento da época da pedra e cal: retrata ou pretende retratar a forma por meio da qual sua memória coletiva foi apropriada e ressignificada para a consolidação do capitalismo agroindustrial na cidade de Patos de Minas na segunda metade do século XX

## 2. O LUGAR DO CAMPO NA CIDADE DE PATOS DE MINAS

O processo de colonização da região na qual se insere hoje a cidade de Patos de Minas iniciou-se com o movimento das entradas e bandeiras no sentido a Paracatu em 1700. Segundo Oliveira *et al* (2006), a partir de 1737, foram doadas sesmarias aos abridores desses caminhos, iniciando o povoamento do território, concedendo outras sesmarias para os agropecuaristas e proporcionando segurança para os viajantes. Em 1770, adveio a escritura de doação feita por Antônio Joaquim da Silva Guerra e sua mulher Luíza Correia. A partir de 1780, a terra era doada a lavradores e estancieiros que reivindicavam sesmarias e que tinham condições de beneficiar-se do solo e povoá-lo, tendo a propriedade rural como o alicerce do município.

A região monopolizada por Patos de Minas era constituída de imensas fazendas de criar, cujos proprietários nas primeiras décadas do século XIX começaram a cuidar de seu rebanho e de sua agricultura. Justamente nessa época já era mencionado o Sítio dos Patos, e ainda em 1820, seria iniciado o agrupamento de casas que viria a ser a cidade de Patos de Minas décadas depois.

A história do município de Patos de Minas, portanto, está incrustada na “terra”, dado que não podemos desprezar, ao dimensionarmos temporalmente não só o desenvolvimento geográfico, econômico e social, mas também, e sobretudo, cultural da cidade. Desde os bandeirantes que abriram as picadas para Goiás, passando pelos tropeiros que faziam da região sua pousada, até grandes fazendeiros e pequenos trabalhadores assalariados, a identidade patense foi construída em forte diálogo com o mundo rural.

### 2.1. A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO EM PATOS DE MINAS

Conforme foi sublinhado acima, a economia do município de Patos de Minas iniciou-se basicamente em torno da agricultura. Já nas primeiras décadas do século XX, havia uma necessidade de aprimoramento de técnicas para o cultivo da terra com o objetivo de adquirir um melhor aproveitamento do solo, mão de obra qualificada e ampliação da produção, para que se aumentassem os lucros dos fazendeiros. Considerando que nem todos os donatários de terra detinham um conhecimento acerca de práticas modernas que pudessem expandir os seus lucros, houve a necessidade de se preparar uma formação de técnicos nas áreas agrícolas em busca desse aperfeiçoamento, para assim repassar o conhecimento para os demais grupos na comunidade rural. A esse propósito, Oliveira Mello sublinha que

Há muito que a vida econômica do Município de Patos de Minas gira toda em torno da agricultura, principalmente. Isto porque os homens da terra e os advindos sentiram a fertilidade de seus solos, máxime, da região da Mata da Corda. O primeiro movimento de formação de técnicos para um bom aproveitamento de seus solos foi realizado pelo Dr. Jaques Dias Maciel. Ele sentia a necessidade da técnica para melhores resultados. Em razão disso, em 1911, ele funda o “Aprendizado Agrícola de Patos” com o auxílio da Prefeitura Municipal, adquirindo um ótimo terreno na fazenda do Limoeiro, onde se instalou “com todos os acessórios exigidos pelos modernos processos agrícolas, estando atualmente sob a direção de Manuel Miguel Rodrigues” (MELLO, 1971, p. 126).

O “Aprendizado Agrícola de Patos” era uma fazenda-modelo, a qual obteve bons resultados na produção de vinhas e cultura de trigo, mas que, devido à falta de incentivos financeiros, foi extinta. Pouco mais de duas décadas depois dessa experiência pioneira, o governo de Olegário Maciel, por meio da Secretaria da Agricultura de Minas Gerais, criou e instalou em Patos de Minas o “Posto Agropecuário”, na Fazenda de Cascata, a qual em 1938 tornou-se a sede da 19ª Circunscrição, ampliando seu raio de ação para os municípios vizinhos no que se refere à prestação de auxílio a lavradores e pecuaristas. Essa circunscrição abrangia, além de Patos de Minas, os seguintes municípios: Paracatu, Patrocínio, São Gotardo, Tiroso, João Pinheiro, Monte Carmelo, Coromandel, Rio Paranaíba, Ibiá e Carmo do Paranaíba (MELLO, 1971, p. 126).

Mesmo com a consolidação dos projetos supracitados, não havia trabalhadores com conhecimento necessário para efetuar tais técnicas que eram incorporadas na terra. Para isso necessitava-se de uma mão de obra especializada, de um ambiente propício e de matérias-primas corretas na tentativa de sanar essa lacuna.

Outra tentativa, mais bem sucedida, foi a Estação Experimental do Sertãozinho, sobre a qual Oliveira Mello nos fornece dados preciosos.

Nesse período nós tínhamos o grande desenvolvimento e o sucesso dos experimentos do trigo realizados pelo Dr. Moacyr Viana de Novais no Campo de Sementes da Cascata. Diante dos surpreendentes resultados, o Ministro Fernando Costa prometeu a fundação de um “Posto de Multiplicação de Sementes de Trigo” em Patos, o que se deu na lei nº. 470, de 9 de agosto de 1937, passando a denominar-se “Estação Experimental de Patos” pelo Decreto-lei nº 6.155, de 30 de dezembro de 1943. E ela se localizou na Fazenda do Sertãozinho. Desde aquela época passou a ter por objetivo a execução de trabalhos de pesquisas agropecuárias, principalmente nas culturas próprias e de valor econômico da região. Com esses trabalhos, grande se tornou a sua influência em toda a região do Alto Paraná e em todo o território nacional (MELLO, 1971, p. 126 - 127).

A Estação Experimental do Sertãozinho contribuiu de forma satisfatória para o aperfeiçoamento de técnicas agrícolas, além de estabelecer ligações políticas importantes com a Secretaria da Agricultura e o Sindicato Rural. Dentre seus objetivos, podemos destacar:

- a) Criar novas variedades de feijão;
- b) Fórmula de adubação (inclusive adubação verde) apropriada para as culturas e para os solos da zona, com aumento de 30% na produção;
- c) Seleção e melhoramento do zebu-leiteiro para se obter zebu produtor de leite na área tropical do Brasil; conseqüentemente estimular o controle leiteiro nos rebanhos zebuínos em fazendas particulares (MELLO, 1971, p. 128).

De acordo com Mello, a Estação Experimental realizou, desde o seu início, experimentos com o milho no município, mas a Companhia de Sementes Agroceres, da qual falaremos em seguida, foi a primeira a implantar o milho híbrido na região, contribuindo sobremaneira para a expansão do capitalismo agroindustrial na região.

## 2.2. HISTÓRIA DA AGROCERES

A empresa Agroceres foi criada em 20 de setembro de 1945, por Antônio Secundino. Formado em Agronomia pela Faculdade de Viçosa, ele havia recebido uma bolsa para estudar no Iowa State College, nos Estados Unidos. Durante seus estudos ele pôde observar novas técnicas que os estadunidenses estavam difun-

dindo naquele país, que era a técnica de melhoramento vegetal da semente do milho híbrido. Tal técnica consistia no cruzamento de linhagens puras obtidas por autofecundação para gerar descendentes homogêneos ou puros, com o objetivo de desenvolver plantas com uma produtividade e resistência maior.

Em sua volta para o Brasil, Secundino trouxe algumas linhagens de milho híbrido das universidades americanas e, com a ajuda do professor pesquisador Gladstone Drummond, iniciou suas pesquisas na tentativa de obter um milho híbrido adaptável às condições brasileiras. No entanto, as linhagens trazidas dos Estados Unidos não se adaptaram ao clima tropical e subtropical do país. Apenas a variedade *Tuxpan Yellow Dent*, originária de outras linhagens, se adaptou. Mas ainda assim, havia a necessidade de criação de outras espécies de milho, o que seria um processo de pesquisa que custaria muito tempo e recursos.

Em 1941, Secundino aceitou o convite para ocupar o cargo de secretário de Agricultura, Transporte e Comércio do Estado da Paraíba e, no ano seguinte, foi trabalhar na Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios. Encontrado em 1944 pela empresa General Mills, uma das maiores empresas de alimentos do mundo, cuja sede era no Rio de Janeiro, ele conheceu o químico John Ware, que o incentivou a apresentar o projeto do milho híbrido para a companhia. Não foi aprovado de imediato, mas deste encontro iniciou-se a ideia da criação da empresa, com recursos financiados pelo sogro. Ele convidou alguns amigos como Gladstone Drummond, Adylio Vitarelli e Ware, que trouxe Dee William Jackson para a criação de seu grupo empresarial. O nome escolhido seria o da deusa romana Ceres, responsável pelas boas colheitas. Porém, já havia outra marca registrada com esse nome, o que levou seus promotores a incluir assim o termo *Agro* à frente, gerando, assim, a Agrocere.

Em 20 de setembro de 1945 surgia, então, a Agrocere. Sob a liderança de Antônio Secundino, iniciaram-se os trabalhos na Fazenda São Fernando, de 65 hectares, em Goiana, distrito de Rio Novo (MG), no ano de 1946. Nelson Rockefeller, que foi um dos herdeiros das empresas Rockefeller e futuro vice-presidente dos Estados Unidos, ouviu relatos de Dee Jackson sobre a empresa e suas sementes no Brasil. Rockefeller se interessou pela Agrocere devido a sua criação antes do *IBEC - International Basic Economy Corporation* (Corporação Internacional de Economia Básica).

Interessou-se muito pela Agrocere, pois havia criado pouco tempo antes a IBEC, sigla para *International Basic Economy Corporation* (Corporação Internacional de Economia Básica), um braço agrícola da Fundação Rockefeller que tinha como objetivo demonstrar as vantagens do capitalismo como agente de desenvolvimento econômico e social. Uma empresa de sementes em um país em desenvolvimento como o Brasil se encaixava perfeitamente em seus planos e, em 1947, Rockefeller procurou Secundino para propor associação. A IBEC teria o controle acionário e participaria com a maior parte do capital da Agrocere, mas a administração da empresa seria responsabilidade dos sócios brasileiros (AGROCERES, 2015, p. 26).

Com capital financeiro, a empresa de sementes cresceu rapidamente, expandindo suas estruturas de produção em outras regiões. De 1946 a 1948, expandiu sua estrutura de produção com unidades em Ubá (MG), Jacarezinho (PR), Patos de Minas (MG) e Carazinho (RS). Nas décadas 1950 e 1960, abriu mais quatro unidades, em Jerônimo Monteiro (ES), Santa Cruz das Palmeiras (SP), Inhumas (GO) e Bandeirantes (PR).

Em 1950, Sr. Adylio Vitarelli, um dos fundadores da companhia, vem para Patos de Minas. Continuando a produção de milho híbrido em um barracão alugado, em 1952, muda-se para um imóvel situado na Avenida Brasil. Em 1960 houve a transferência da unidade de produção da Avenida Brasil para a Fazenda do Limoeiro, com instalações modernas e alta capacidade de produção.

Inicialmente, as técnicas de Plantio da Agrocereceres obtiveram muita resistência, por ser algo novo no município, que em 1950 era dedicado mais à pecuária do que ao cultivo da terra propriamente dito. O milho que se cultivava na região era um milho comum, sem muitas técnicas de plantio. O depoimento do senhor Joaquim Caetano, que foi entrevistado por João Otávio Coêlho, é, em vários sentidos, emblemático a esse respeito:

Ele era muito diferente. O mio ele tem o tipo de um vidro. Ele lumea, ele bria. Lá na roça sê oiava ele e quando o sol esquentava parecia que ele tinha uns diamante no meio. Briava! [...] O mio era bem diferente do outro (milho comum). Tinha o “macho” e ele era só bão pra cumer assado. Ocê não dava conta de mastigar ele no dente. Era duro, miudinho e dava umas espiguinha mais pequena; mas sadiinha, aquele trem mais bunito. Agora o outro [milho comercial da Agrocereceres] dava um milho médio na terra boa e num usava adubo, nem cobertura e nem nada, era só a natureza (CAETANO *apud* COELHO, 2016, p. 43-44).

Por causas econômicas e pelo aumento da produtividade, o milho híbrido passou a ser aceito pelo grande e pequeno produtor. De acordo com Mello (1971), o método utilizado pela Agrocereceres era usar produtores vizinhos nas suas unidades de produção como colaboradores, visando algo rentável para ambas as partes.

A Companhia paga um preço melhor, fixado antes do plantio, além de – muito importante – fornecer gratuitamente assistência técnica aos empreiteiros. Disso resultou um grande melhoramento de técnica cultural do milho no Município, seja diretamente (empreiteiro rural), seja indiretamente (vizinhos e visitantes das culturas dos empreiteiros). Para que sinta o leitor o progresso e o desenvolvimento da cultura do milho híbrido em Patos de Minas, tomemos 1953 como ano base da produção: 500 toneladas de sementes, já no ano base de 1970, a produção foi de 2.400 toneladas (MELLO, 1971, p. 128).

Com a inserção da empresa Agrocereceres e suas pesquisas que alavancaram a

produção de milho híbrido no município, Patos de Minas desencadeou um reconhecimento econômico por esse material produzido na região, tornando-se a Capital Nacional do Milho.

### 3. DO JECA TATU AO MODERNO TRABALHADOR DO CAMPO

Em fins da década de 1950, o Brasil vivenciou um verdadeiro *boom* desenvolvimentista, traduzindo-se em uma série mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais com vistas a uma nova etapa da modernização capitalista no país. Essas mudanças foram particularmente sensíveis no campo, por meio da expansão agroindustrial, quando se difundiu a imagem de que o homem do campo teria que se modificar para enquadrar-se aos padrões do progresso.

Para entender melhor esse ideário, é preciso recuar um pouco no tempo e no espaço, a fim de captar sua historicidade. Ainda em 1914, Monteiro Lobato criou seu personagem Jeca Tatu, por meio do qual o escritor procurou retratar o atraso do homem do campo e, ao mesmo tempo, influenciá-lo por meio do ideário burguês de progresso. Indo ao encontro das necessidades capitalistas para a formação de uma mão de obra especializada para o mercado, o Jeca Tatu ganhou, nas décadas posteriores, uma projeção nacional.

Sob este aspecto, a união entre Candido Fontoura, do ramo farmacêutico, e Monteiro Lobato, da atividade editorialista, revela-se de modo emblemático, uma vez que ambos trabalharam em conjunto para a concepção, produção e venda do produto que ganhou o nome de Biotônico Fontoura. Em suas propagandas, o referido tônico se apresentava tão poderoso que seria capaz de “interferir de forma positiva na aprendizagem escolar, no trabalho e convívio social, espantando a preguiça e transformando o pobre trabalhador rural em homem rico e feliz” (CARVALHO, 2011, p. 59). Prometia ao sertanejo mudar sua vida, dando energia necessária para se enquadrar na sociedade no homem bem-sucedido. Segundo Park,

seria necessário tirar o cheiro da terra e dos excrementos que acompanha o habitante do campo, limpando e arejando suas residências, organizando os espaços, regularizando relações, abrindo caminho da casa do camponês até a casa do futuro operário (PARK, 1999, p. 145).

Esse almanaque tinha uma fala literária que, nas décadas mencionadas acima, transformou-se em um potente discurso educativo sobre a sociedade. Valendo-se de uma linguagem racista, este discurso assentava-se na ideia de que havia grupos inferiores que impediam o progresso da civilização, formando, segundo Park (1999), uma nova raça brasileira através do Jeca Tatuzinho, um sujeito taciturno, anêmico, preguiçoso e incapaz de “evoluir”, sendo o contrário da imagem do homem urbano, símbolo de civilização e cultura. Pode-se visualizar também a descrição que Euclides da Cunha faz do sertanejo:

É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules – Quasímodo reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gingante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofria o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a expenda da sela (CUNHA *apud* CARVALHO, 2011, p. 58).

Para que o país se modernizasse em sentido capitalista, eram necessárias a industrialização do campo e a qualificação do trabalhador que nele vive. Essa modernização não se traduziu apenas em mudanças econômicas, mas também culturais. Dito de outro modo, para que esse projeto se efetivasse, era necessário se afastar da imagem do trabalhador rural como alguém ignorante, preguiçoso e atrasado, e em seu lugar, criar uma outra, que viria representá-lo como alguém qualificado, ativo e inovador.

Os ecos deste discurso também ressoaram no município de Patos de Minas-MG, principalmente com a Festa do Milho, que visava criar uma nova imagem do trabalhador rural, imagem esta que veio a ser materializada no Monumento ao Homem do Campo.

### 3.1. O MONUMENTO AO HOMEM DO CAMPO E O TRABALHADOR RURAL PATENSE

De acordo com Renata Resende (2008), muitas cidades do país passaram a se amparar na produção agropecuária e na realização de festas de produção, a partir da segunda metade do século XX. Apesar de a produção de milho de Patos de Minas não ser tão expressiva, este foi escolhido como mote da festa. Estatisticamente, Patos de Minas é o maior produtor de feijão do país. Por que não rotular o acontecimento de Festa do Feijão? Seria o mais lógico. Mas, artesanalmente, com o milho podem se confeccionar mais coisas, e este grão é mais facilmente caracterizado.

Em busca de uma imagem que projetasse economicamente o município, houve a apropriação de uma história na qual foi construído um mito. Criando um marco social e transformando-o em tradição da cidade, a festa passou a figurar como um jogo de interesses, criando alianças entre pequenos, médios e grandes produtores rurais, comerciantes, empresários e prefeitura. Resguardadas as devidas diferenças, assim como ocorreu em nível nacional, em nível local também foi necessário reelaborar o imaginário acerca do trabalhador rural, não mais como símbolo do atraso, mas sim como símbolo do progresso.

É justamente neste ponto de inflexão do imaginário que podemos situar nossa análise acerca da criação do Monumento ao Homem do Campo. Antes de fazê-la, contudo, busquemos explicar sua concepção e execução. A esse respeito, é necessário pontuar que existem duas versões acerca de quem e de quando surgiu esta ideia de homenagear o trabalhador rural patense.

Na primeira delas, Donaldo Alves Machado Teixeira credita ao Padre Almir sua autoria. No livro dedicado à vida e à obra do sacerdote, Teixeira afirma que Padre Almir sugeriu ao então prefeito Sebastião Alves do Nascimento sua elaboração, em 1961. Segundo o memorialista:

Logo após o encerramento da primeira Festa do Milho, Padre Almir sugeriu ao Prefeito Sebastião Alves do Nascimento homenagear o homem do campo, com a construção de um monumento que se localizasse na Avenida Getúlio Vargas. O Prefeito atendeu, com uma placa e os dizeres: “O Município ao seu herói anônimo. Mandado erigir pelo Prefeito Sebastião Alves do Nascimento, no dia 24 de maio de 1961”. O projeto foi do espanhol Antônio Dias Lopez, executado por Enrique e Carlos Panchon Sanchez (TEIXEIRA, 2016, pp. 84-85).

A segunda delas está no livro *Patos de Minas: Capital do Milho*, de Oliveira Mello. De acordo com o memorialista, a ideia de prestar essa homenagem surgiu de Wulfrano Patrício, também em 1961. Estando o radialista na Igreja Santa Teresinha, no Bairro Brasil, com os artistas espanhóis Enrique Pachon Sanchez, Carlos Pachon Sanchez Carlos e Antônio Dias Lopes, que estavam ali para a reforma da Igreja, Patrício falou com os artistas sobre a falta de monumentos nas praças da cidade. Isso originou a ideia de oferecer ao então prefeito da época Sebastião Alves do Nascimento os serviços dos artistas para que fosse erguido, em Patos de Minas, um monumento que simbolizasse, segundo Mello (1971), o esquecido homem do campo.

Independentemente de quem seja a autoria da ideia, o que importa é que ela foi levada ao chefe do executivo patense e foi aceita rapidamente. Antônio Dias Lopez encarregou-se do esboço do monumento, que se encontra nos jardins da Avenida Getúlio Vargas, no quarteirão compreendido entre as ruas Marechal Floriano e Coronel Farnese Maciel, e executado por Enrique Pachon Sanchez e Carlos Dias Lopes.

Para a construção do monumento, foi solicitada a aprovação e a ajuda econômica na Câmara Municipal. Segundo Mello (1971), na ocasião, discutiu-se, entre outras coisas, um pormenor bastante interessante: sobre qual ombro deveria ficar o balaio de milho carregado pelo homem do campo. Aprovada a verba que na época era de CR\$ 150.000,00 cruzeiros (cento e cinquenta mil cruzeiros), o monumento foi posto em execução, ficando pronto para ser inaugurado durante a III Festa do Milho, em 24 de maio de 1961, na presença de autoridades locais, estaduais e de uma grande quantidade da população patense.

A Figura 1 mostra a inauguração do Monumento do Homem do Balaio com participações de políticos como Magalhães Pinto e Gabriel Passos. A partir de então, ficava imortalizada em pedra a imagem do homem do campo. De acordo com Mello (1971) é o símbolo dos heróis anônimos da grandeza econômica da terra de Patos de Minas. A figura 2 mostra o evento de inauguração do

Monumento com a presença da população patense prestigiando esse momento, com o discurso do Governador Magalhães Pinto.

FIGURA 1. Inauguração do Monumento. Francelino Pereira e Magalhães Pinto



Fonte: Acervo Pessoal do Prof. Altamir Fernandes (1961)

FIGURA 2. Inauguração do Monumento



Fonte: Acervo Pessoal do Prof. Altamir Fernandes (1961)

Mesmo havendo essas duas narrativas diferentes sobre a construção e sua fundação do Monumento ao Herói Anônimo, existe uma semelhança no tempo e no espaço histórico em sua inauguração, que foi no dia 24 de maio de 1961, na terceira Festa Nacional do Milho. Isso não excluindo o fato de que era um evento festivo, no qual as primeiras comemorações chamavam a participação do homem do campo, buscado enfatizar a festa em algo real, não apenas em manifestações de cunho exclusivo, que abarcava os interesses de uma elite, a qual ao longo do tempo foi excluindo os pequenos produtores e desenvolvendo uma produção agroindustrial. Segundo Renata Resende,

[...] O pequeno produtor rural não se reconhece participando da festa, nem mesmo sendo incentivado no cultivo da terra ou de animais. Segundo os depoimentos, eles sentem esse incentivo apenas nos primeiros anos de festa, quando ainda necessitavam desses aliados para firmar sua tradição. Esses incentivos acontecem tanto em Minas como em todo país, especialmente durante as décadas de 60 e 70, quando o governo vê a necessidade em se modernizar a agricultura a fim de alcançar maiores lucros e fomentar a agroindústria. Tudo devia se adequar ao progresso e o desenvolvimento da economia local – Era preciso incutir, nas pequenas cidades consideradas retrógradas, a ideia de modernização tão sonhada pela elite (RESENDE, 2008, p. 3).

O Monumento ao Homem do Campo não representa, portanto, o trabalhador rural. Ele simboliza a estrutura econômica, social, política e cultural que estava sendo incorporada à sociedade patense. O Homem do Campo era o objeto e a Festa do Milho era o meio impulsionador para alavancar os interesses de crescimento agroindustrial nos períodos correspondentes entre 1960 e 1970, remetendo a uma imagem que simbolizava o progresso capitalista.

### 3.2. MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E O HOMEM DO BALAIO

Retomando novamente Renata Resende, o Monumento ao Homem do Campo

[...] é figurada por um homem de chapéu de palha, calças arriadas até a canela, corpo curvado para baixo, segurando pelas mãos em cima do ombro um jacá cheio de milho, aparentando um produtor com poucos recursos e sem os instrumentos e técnica moderna no modo como lida com a produção. É a representação dos produtores da região em sua maioria pequenos, porém, essa simbologia apresentada pela estátua provoca um estranhamento [...]. O que se pretende não é uma imagem do homem do campo, mas a utilização de sua imagem como representação do caráter agrário da festa, e também como uma política de envolvimento do povo com a festa. Há uma união do tema da festa, cultivo do milho, as políticas governamentais de modernização da agricultura e financiamentos que levariam à aquisição de

produtos agroindustriais, visto que essa estátua representa o início de uma jornada em direção à modernização e, além disso, é um traço do governo populista que em 1961 ainda vigora (RESENDE, 2008, p.39).

Esse estranhamento entre os trabalhadores rurais com o monumento que pretende representá-los, tal como pontuado pela historiadora na citação acima, nos conduz a uma reflexão sobre a relação entre memória e patrimônio na cidade de Patos de Minas. Para o sociólogo francês Maurice Halbwachs, a memória é uma atividade coletiva, posto que

não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 1990, p. 39).

Nesse sentido, a memória é construída pelo convívio social com outras pessoas, mostrando-se não apenas o reflexo das ações do corpo e do espírito individual, mas também uma junção entre o ser da ação com recordações de outros seres. Para que a memória exista, portanto, ela precisa de quadros sociais onde se ancorar. Estes quadros sociais são os prédios, as praças, os monumentos, enfim, os lugares por meio dos quais torna-se possível o enraizamento e a duração das lembranças tanto no tempo, quanto no espaço, que permitem a um grupo, classe ou nação (re)construir seu passado à luz de seu presente.

Retomando as ideias de Maurice Halbwachs, mas, ao mesmo tempo, indo além delas, o historiador, também de nacionalidade francesa, Pierre Nora forja o conceito de “lugares da memória”, que vem designar a ideia de espaços destinados a lembranças que se tornaram importantes no mundo ocidental, na medida em que a modernidade, em seus múltiplos aspectos, avançava em direção à destruição da memória coletiva. A esse propósito, ele diz: “É o modo da percepção histórica que dilatou-se prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade” (NORA, 1993, p. 8).

Não havendo mais a memória coletiva, agora destruída pela aceleração do tempo, pela liquefação dos quadros sociais e pelo esmaecimento da tradição, os lugares de memória serviriam para lembrarmos que temos um passado, para nos localizarmos no presente e nos projetarmos para o futuro. Daí a necessidade que essa memória se materialize em lugares, convertendo-se em monumentos, estátuas, prédios etc.. A ênfase dada por Pierre Nora sobre a materialidade dos lugares de memória abre o caminho para a discussão em torno do patrimônio.

Em linhas gerais, podemos definir patrimônio como um esforço que tenta resguardar o passado para o futuro. Para que ele exista, é preciso que seja reconhecido e eleito, conferindo um valor simbólico nas relações sociais em volta de um

determinado objeto ou evento. Mas quem define qual parcela do passado merece ser lembrada e qual merece ser esquecida? Quais são os critérios retidos para reconhecê-lo e elegê-lo como tal? Existem objetos com mais ou menos valor? Para responder a esta questão, vejamos o que diz Sandra Pesavento:

[...] Uma cidade inventa seu passado, construindo um mito das origens, descobre pais ancestrais, elege seus heróis fundadores, identifica um patrimônio, cataloga monumentos, transforma espaços em lugares com significados. Mais do que isso, tal processo imaginário de invenção da cidade é capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas, através das quais a *urbs* sonha a si mesma (PESAVENTO *apud* TOMAZ, 2002, p. 25).

Pensando com Pesavento, o patrimônio revela ao historiador o fato de que a história oficial se lembra de preservar e cultuar apenas a memória do vencedor, produzindo documentos e construindo monumentos relacionados apenas a personalidades políticas de grande vulto cujos nomes são dados a ruas e praças, e desta forma, a memória da sociedade se torna a memória do dominador e de seus feitos.

Quando se olha, por exemplo, a ordem dos principais itens pertencentes ao patrimônio de Patos de Minas (o busto do Olegário Maciel e o Monumento ao Homem do Campo), isso fica bem perceptível. Quando comparamos este último patrimônio ao primeiro, pode-se questionar seu caráter rupturista frente à história oficial do município, uma vez que ele pretende homenagear não os grandes homens, mas sim os homens comuns. No entanto, esse caráter rupturista é apenas aparente. Para reforço de nossa tese de que o Monumento ao Homem do Campo retrata mais a apropriação feita pela elite agroindustrial da história do trabalhador rural do que o reconhecimento dela propriamente dito, lembramos um fato que vem corroborá-lo de modo emblemático: no fim da Semana Ruralista de 1977, o Sindicato dos Produtores Rurais, representando o interesse dos grandes empresários agroindustriais da região, criou os leilões de gado, feiras de animais e exposições de tratores. Como o pequeno produtor rural não tinha condições financeiras para participar, pois os produtos arrematados tinham um preço elevado que não condizia com o orçamento, uma grande parcela acabou sendo excluída desse processo e deixando a semana (RESENDE, 2008).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim que a expansão agroindustrial capitalista se consolidou na cidade, nota-se que há uma exclusão paulatina do trabalhador rural das atividades econômicas, sociais, políticas e culturais que inicialmente foram feitas supostamente para incluí-lo. O exemplo mais representativo disso é, sem sombra de dúvidas, o Monumento ao Homem do Campo. O recurso imagético ao trabalhador rural era necessário para conferir um caráter popular à Festa do Milho e aos interesses dos

empresários que a sustentavam. Uma vez forjado, no entanto, os trabalhadores foram deixados de lado. Isso fica mais que evidente quando analisamos sua trajetória desde sua criação até os dias de hoje.

Algumas reportagens publicadas na imprensa local nos trazem pistas preciosas a esse respeito. De acordo com a reportagem do site do jornal *Clube de Notícias*, datada em 26/04/2017, de autor desconhecido, a obra passou por algumas melhorias no ano de 2001, quando o artista Antonio Dias Lopes, o idealizador do projeto, veio a Patos de Minas para a restauração de partes do monumento. A primeira ao longo de quase quatro décadas. Em 2011, a obra chegou a ser atacada: seu suporte havia sido pichado e seu braço arrancado. A prefeitura de Patos de Minas levou o caso à polícia para que os responsáveis fossem punidos, e fez-se uma súplica para que quem soubesse o paradeiro de seu braço denunciasse.

Apenas em 2016, ou seja, cinco anos depois, ele foi restaurado de novo, pelo artista José Batista Almeida e seu assistente Wanderson Silva, ambos naturais de Patos de Minas. Isso se deu por meio de um processo licitatório. A Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Cultura, Turismo Esporte e Lazer, investiu R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) para sua revitalização, recuperando o chapéu, a gola da camisa, a orelha, o nariz, o cigarro de palha, o facão que fica na cintura e as espigas de milho que compõem o monumento e que haviam sido danificadas pela ação humana. Sua reconstrução foi finalizada e, em menos de três meses após a finalização do trabalho, a escultura já apresentava sinais de degradação feitas pela ação humana, com marcas de calçados no monumento e sem a presença do cigarro de palha.

A pouca atenção dada pelo poder público, somada ao caráter organizado e sistemático dos ataques direcionados contra o referido monumento, deixa clara a ausência de identificação da população local com a peça que faz parte do patrimônio histórico da cidade. Sob este aspecto, a inscrição feita no pedestal da estátua (“O Município ao seu ‘Herói Anônimo’”), é de uma ironia suplementar, revelando de antemão que os trabalhadores rurais da cidade não têm rosto, ou seja, são lembrados quando correspondem aos interesses do capital e logo em seguida esquecidos.

#### REFERÊNCIAS

BATISTA, Leonardo Latini. *De cidade sertaneja a bela urbs: obras públicas e tensões sociais em Patos de Minas no início do século XX*. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Vol. 1: Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARVALHO, Raquel Alves de. *A construção da identidade e da cultura dos povos do*

*campo, entre o preconceito e a resistência: o papel da educação*. Curso de Pós-graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP, São Paulo, 2011. CLUBE DE NOTÍCIA. *Trabalho de restauração do 'homem do balaio' é concluído*. Disponível em: < <https://www.clubenoticia.com.br/Noticia/index/597> > Acesso em: 20 de novembro de 2017.

COELHO, João Otávio de Oliveira; SANTOS, Roberto Carlos dos. "O milho que vale um milhão": a Agrocere e as mudanças na produção agrícola (Patos de Minas-MG, 1948/ 2015). *Revista Perquirere*, 14(3): 34-50, set./dez. 2017.

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente (1300-1800): uma cidade sitiada*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FONSECA, Geraldo. *Domínios de pecuários e enxadachins: história de Patos de Minas*. Belo Horizonte: IngraBrás, 1974.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 1990.

HERBOLD, Hilde. *70 anos você vê, você confia!* São Paulo: DBA Editora, 2015.

MELLO, Antônio Oliveira. *Patos de Minas: Capital do Milho*. Patos de Minas: Academia Patense de Letras, 1971.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury, in: *Projeto História*. São Paulo, n. 10, abril 1993.

OLIVEIRA, José Eduardo *et al.* *Uma história de exercício da democracia: 140 anos do legislativo patense*. Patos de Minas: Ipê, 2006.

PARK, Margareth Brandini. De Jeca Tatu a Zé Brasil: a possível cura da raça brasileira. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 13 (1999): 143-150.

PASSINI, Enio. *Na trilha do Jeca: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2003.

RESENDE, Renata Carolina. *A invenção de uma tradição: A Festa Nacional do Milho (Patos de Minas 1959-1990)*. 2008. 51p. Monografia de Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

TEIXEIRA, Donaldo Amaro. *Padre Almir Neves de Medeiros – o que a história não conta*. Patos de Minas: Edição do Autor, 2016.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. *Revista de História e Estudos Culturais*, v. 7, 2010.

## Nas (entre)linhas da casa assassinada: a sociedade cardosiana e suas máscaras representativas

*Between the lines of the murdered house:  
Lúcio Cardoso's society and his representative masks*



**Fernanda Silva Ferreira Queiroz**

Graduanda do 6º período de Letras do Centro Universitário de Patos de Minas.  
e-mail: feernandaferreira@hotmail.com

**Carlos Roberto da Silva**

Doutor em Estudos Literários pela UFMG. Professor do UNIPAM.  
e-mail: carlosroberto@unipam.edu.br

---

**RESUMO:** Abordando a interação entre sociologia e literatura, este trabalho buscou identificar o papel e a função social de cada personagem existente na ficcional sociedade de *Crônica da casa assassinada* (1959), do escritor mineiro Lúcio Cardoso. Ao tecer sua trama, o autor configura um rol de personagens que advêm de uma aristocrata família mineira resistente às mudanças ocorridas na sociedade, mantendo vivas tradições e práticas obsoletas. Para isso, ostentam um *status quo* através de máscaras sociais que, por suas frestas, metaforizadas na deterioração da velha casa da chácara dos Meneses, deixam vazar a ruína e a deterioração da família. Desse modo, investigou-se como Lúcio Cardoso, em sua narrativa, criou suas personagens a partir das representações sociais de uma época austera e inexorável, permitindo a seus leitores recompor, então, os abismos que se abrem social, cultural e psicologicamente nas sociedades a partir dos processos modernizadores da nação brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Crônica da casa assassinada*. Personagens. Máscara social.

**ABSTRACT:** Approaching the interaction between sociology and literature, this work searched to identify the function and the social role of each character in the fictional society of *Crônica da casa assassinada* (1959), by Lúcio Cardoso. By twisting his plot, the author sets up a list of characters that came from an aristocratic family resistant to changes that come from society events, keeping alive the traditions and the obsolete practices. For this, they boast a *status quo* through social masks that, by its gaps, metaphorized in the deterioration of the old house of the Meneses family, left leak out the ruin and the deterioration of the family. Thereby, we investigated how Lúcio Cardoso, in his narrative, created his characters starting by the social representations of an austere and inexorable time, allowing his

readers to reset the abyss that opens to society in a social, cultural and psychological manner, considering the modernizing processes of the Brazilian nation.

**KEYWORDS:** *Crônica da casa assassinada*. Characters. Social mask.

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo aborda a interação entre sociologia da arte, psicologia social, filosofia e literatura, ao investigar o processo de construção dos personagens do romance *Crônica da casa assassinada*, do escritor mineiro Lúcio Cardoso. É sabido que o autor, ao tecer sua trama narrativa, configura um rol de personagens que, pelas representações de cada um, advêm de uma aristocrática família mineira que não acompanha as mudanças ocorridas na sociedade e, além do mais, mantém vivas as tradições e suas indispensáveis práticas regionalistas. Para isso, ostentam um *status quo* através de máscaras sociais que, por suas frestas, metaforizadas na deterioração da velha casa da chácara dos Meneses, deixam vazar a ruína da família após a morte de D. Malvina.

Mineiro de Curvelo, filho de Joaquim Lúcio Cardoso em segundas núpcias com Maria Wenceslina, Dona Nhanhá, Lúcio nasceu em 14 agosto de 1912. Irmão caçula dos seis filhos do casal (Regina, Fausto, Maria Helena, Aduino, Maria de Lourdes e Lúcio), de acordo com Mario Carelli, foi criado pelas irmãs com muito mimo. Desde cedo se manifesta como um menino diferente dos outros. Seus dois irmãos Fausto e Aduino cursaram medicina e direito, respectivamente, enquanto Lúcio não concluiu os estudos secundários – passou pelo jardim de infância Bueno Brandão, pelo Grupo Escolar Barão do Rio Branco, ambos em Belo Horizonte. No Rio de Janeiro, estuda no Instituto Lafayette, mas por indisciplina é mandado para o Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte, como interno, abandonando os estudos no terceiro ano. O aluno rebelde, ainda muito jovem, já lê, motivado pela irmã Lelena, literatura russa, inglesa e francesa e se apaixona pelo cinema.

De sua vasta obra, composta por peças de teatro, contos, poesia, novelas e romances, destaca-se, com amplos aplausos da crítica, o romance que se pretende estudar. *Crônica da casa assassinada* foi publicado em 1959, com o propósito de retratar filosoficamente os destinos do homem em sua condição mais trágica e, por isso, a obra ganha maior visibilidade. O romance conta a história de uma aristocrática família mineira. No auge de seu declínio, essa família não aceita as mudanças impostas pela sociedade moderna e reluta em se adequar às novas relações, gesto típico da tentativa de se manter no topo da hierarquia de classe dominante. A obra também trata de assuntos como degradação humana, homossexualidade, traições, relações incestuosas, além de ferozes críticas do autor às tradições mineiras. A trama traz em si o que seria para Lúcio Cardoso a visão de uma obsoleta sociedade mineira. O enredo desnuda a rotina da chácara, assim como o cotidiano de seus integrantes. E por meio da subjetividade das personagens, o autor transpassa a intimidade aparente, a solidão de cada indivíduo nos cômodos da casa e

desenha assim o débil retrato de um clã em processo de falência. Mesmo assim, seus personagens, tecidos com as linhas acinzentadas do *pathos* em sua concepção grega, não perdem os liames que os prendem à condição sociologicamente constituída de cada um. Se seus personagens, sobretudo em *Luz no subsolo*, *O viajante* e *Crônica da casa assassinada*, vivem o extremo da transgressão, da culpabilidade e da danação, isso só é perceptível se considerada a sociedade em que vivem, com seu código de valores, suas normas e suas interdições.

É possível observar os processos de representação social de cada personagem da referida obra, uma vez que o autor criou personagens sombrios e complexos para tratar do assunto vinculado à falência e ao declínio das oligarquias e do sistema patriarcal mineiro, os quais ocorrem concomitantemente aos processos de modernização do Brasil.

## 2. A INFLUÊNCIA DA SOCIEDADE DE 30

É importante lembrar que a referida narrativa recorre ao final do século XIX e princípio do XX, momento em que a nação que ganhara a invenção de sua imagem após a Independência necessita, após os acontecimentos do final do século XIX, de uma nova concepção, agora moderna. Desse modo, nota-se uma forte relação entre literatura e interpretação do Brasil, por intervenção da obra de Lúcio Cardoso, a qual está centrada no período histórico da década de 30, quando o Brasil, afetado por crises, como a queda da bolsa de valores de 1929, sofreu com a decaída do preço do café, o que ocasionou a ruína de muitos fazendeiros. A dependência agroexportadora da nação foi posta em perigo, mostrando a vulnerabilidade do sistema e a necessidade de uma economia diversificada que garantisse sua estabilidade. Um dos projetos adotados para se tentar contornar a situação do país foi o investimento na industrialização com bases nacionais, medida que foi levada a cabo pelo intervencionismo estatal. Dessa forma, na análise da *Crônica da casa assassinada*, parte-se da relação literatura/história do Brasil, para se tratar da questão da decadência patriarcal e do declínio desse sistema, conforme a citação a seguir:

Ao mergulhar no desvão da subjetividade em sua intimidade mais subterrânea, em busca do sujeito particular, Lúcio Cardoso revela o panorama social, remetendo a uma alegoria da ruína. Sem dúvida, ele tenta representar, através do procedimento estético, um mundo estatuído com seus fragmentos e ruínas (ROSA E SILVA, 2004, p. 19).

Nesse contexto, o regime republicano impulsionou transformações demográficas e sociais. Grandes cidades passaram por reformas para sanar ou minimizar os transtornos causados pela invasão de suas ruas e periferias por imigrantes, escravos forros, pobres vindos do campo, elementos capazes de desordenar o novo

que se instalara com a república. Daí a necessidade de livrar o país do atraso atribuído ao passado colonial e imperial, inclusive das marcas do período escravocrata. A razão da ação civilizadora se evidencia em um texto de Paulo César Garcez Marins:

O quadro difuso e instável das cidades brasileiras, já naturalmente hipertensionado pela escravidão e seus processos de exclusão social, tendeu a se agravar com a abolição e com a instauração de princípios democráticos. [...] Urgia “civilizar” o país, modernizá-lo, espelhar as potências industriais e democratizadas e inseri-lo, compulsória e firmemente, no trânsito de capitais, produtos e populações liberados pelo hemisfério norte (MARINS, 1998, p. 133).

O projeto modernizador se estendeu a lugares mais longínquos. O Norte do país sofreu a invasão modernizadora com a construção da ferrovia Madeira Mamoré; o Sul foi redesenhado pela colonização alemã, polonesa e italiana durante os séculos XIX e XX; no Centro-Oeste, a história registrou a criação de comarcas e a elevação de povoados à condição de vilas, as antigas vilas ganharam status de cidades e prelados, e dioceses foram instaladas. Dessa forma, a urbanização e o projeto modernizador também são narrativas que, pedagogicamente, constroem uma imagem de nação instaurada em um novo tempo que quer suplantar o antigo, que se concebido como linearidade e sucessividade, permite o esvaziamento da história e, como o quer Benjamin (2010), a construção de um tempo “homogêneo e vazio” para ser preenchido conforme o desejo de modernização do discurso do dominante.

Na tensão entre o discurso modernizador e o discurso conservador se instala a narrativa cardosiana, não só em *Crônica da casa assassinada*, mas também em *Maleita* e *Salgueiro*. Na primeira, de forma mais explícita, mas não menos trágica. Sob esse cenário, segundo Bueno, Lúcio Cardoso soube “tirar grande partido do ambiente das cidadezinhas do interior de Minas” (BUENO, 2006, p. 70-80), bem como explorar o romance nos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro. Sendo assim, é extremamente necessário entender o contexto histórico que vinha sendo apresentado para então compreender o panorama da literatura brasileira sob o prisma da esfera sociocultural que envolvia o país, sendo necessário também valorizar o momento histórico em que a obra está inserida, bem como a recepção crítica que se fez dela. Sendo assim, em *Crônica da Casa Assassinada*, Lúcio Cardoso apresenta de forma categórica o processo de declínio social do patriarcado rural mineiro, representado ficticiamente na obra pela família Meneses, arruinada econômica e socialmente, derrocada que teve início com as transformações principia- das em 1930 e que promoveu uma mudança no *status quo* das oligarquias. Sobre esse processo de decadência em que a família se encontra, Valdo Meneses, personagem do livro, em carta a Nina, descreve a situação da família:

[...] Cessamos bruscamente no tempo, e o nosso lento progresso para a extinção, é

um clima a que você talvez não se adapte mais. Apesar de tudo resta louvar o espírito da família Meneses, esse velho espírito que é nosso único sustentáculo: este ainda é o mesmo, integral como um alicerce de ferro erguido entre a alvenaria que cede. Você nos encontrará imutáveis em nossos postos, e a Chácara instalada, a esse respeito, na sua latitude habitual. À medida que o tempo passa se perdemos o respeito e a noção de carência de muita coisa, outras, porém se avivam e se fortalecem em nosso íntimo: somos assim, por circunstância e por fatalidade, mais Meneses do que nunca [...]. Resta-nos, como essas ervas desesperadas que se agarram às paredes em ruínas, a nostalgia do que poderia ter sido, e que foi destruído, por fraqueza ou por negligência nossa [...] (CARDOSO, 2004, p. 119).

O grupo, que neste modelo de sociedade é o pedestal da moral e símbolo da preservação dos valores que atravessam gerações, é também, juntamente com a casa, símbolo do poder das oligarquias brasileiras, a representação do *status* social de uma família, *locus* do poder patriarcal em relação às demais da sociedade em que viviam. Lúcio Cardoso é ficcionista, e sua criação se aproxima do trágico do mundo sóbrio. Entretanto, sua obra, quando analisada do prisma da filosofia, aponta os aspectos que predominam na condição humana, fazendo com que a literatura se aproxime da psicologia de modo que resulte em um processo de consciência da existência humana. Assim também afirma Rosa e Silva:

Aquilo que o homem não consegue expressar, o escritor o faz por intermédio de seus textos poéticos e de suas personagens, utilizando o recurso do espelho, cuja superfície não é lisa, mas anfractuosa, permitindo a multiplicação das imagens e das máscaras (ROSA E SILVA, 2004, p. 36).

Dessa forma, o autor projeta e realiza sua obra, de maneira que o concreto e o abstrato se fundem e projetam seu produto de criação: as personagens, seres fragmentados e prisioneiros de uma era vazia, encontram-se marcados por um ímpeto agudo de ultrapassar limites, esforçando-se para conhecer o desconhecido, tentando encontrar respostas às suas inquietações e dúvidas, sobretudo, a existência de Deus.

### 3. UM ROMANCE À CONTRALUZ: A CONSTRUÇÃO DE UMA PERSONAGEM

Salienta-se que o escritor mineiro, em suas narrativas, tece seus personagens a partir das representações sociais de sua gente, permitindo a seus leitores recompor, então, os abismos que se abrem social, cultural e psicologicamente nas sociedades a partir dos processos modernizadores da nação brasileira. Para Beth Brait, que estudou as características da personagem de ficção, “personagem é um habitante da realidade ficcional, e representa pessoas, segundo modalidades pró-

prias da ficção” (BRAIT, 1985, p. 9). Sendo assim, é possível sugerir que as personagens criadas por Lúcio Cardoso são representações artísticas de seres humanos, e por mais que estes não existam na realidade, passam a ganhar vida própria na obra criada pelo autor, tornando-se reais também na mente de quem lê o enredo. Assim também propõe Anatol Rosenfeld, no livro *A personagem de ficção*, quando fala sobre o papel da personagem:

Se reunirmos os vários momentos expostos, verificaremos que a grande obra de arte literária (ficcional) é o lugar em que nos defrontamos com seres humanos de contornos definidos e definitivos, em ampla medida transparentes, vivendo situações exemplares de um modo exemplar (exemplar também no sentido negativo). Como seres humanos encontram-se integrados num denso tecido de valores de ordem cognoscitiva, religiosa, moral, político-social e tomam determinadas atitudes em face desses valores. Muitas vezes debatem-se com a necessidade de decidir-se em face da colisão de valores, passam por terríveis conflitos e enfrentam situações-limite em que se revelam aspectos essenciais da vida humana: aspectos trágicos, sublimes, demoníacos, grotescos ou luminosos (ANATOL, 1964, p. 35).

Na narrativa cardosiana, a vida privada das personagens evidencia o que seria a rotina de um grupo incapaz de se adaptar aos novos tempos que se apresentam. Lúcio Cardoso leva seu leitor a transitar por todos os cômodos da velha casa, mostrando uma visão introspectiva e sombria da rotina de suas personagens.

Para a construção de suas personagens, Lúcio Cardoso retrata os mais complexos conflitos de sentimentos e adentra a fundo no psicológico de seus arquétipos, dando a elas veracidade e densidade a acentos humanos, cujas vidas transitam em um mundo incolor de luz e sombras e retratam o contraste entre o claro e o escuro que assombram suas almas perdidas em meio às trevas do universo interior de suas almas. Cada personagem trilha uma estrada que leva à solidão, à angústia, ao desespero e ao erotismo, tendo como elemento articulador o desejo. Enfim, o autor traz à existência ficcional um ser humano despido, revelado na tecelagem de uma estrutura fracionada. As características da obra cardosiana consistem na introspecção e na tragicidade que abarcam as personagens, no arranjo espiritual que as envolve, nos dramas sombrios e no íntimo depravado de cada uma. É possível que tais personagens nada mais sejam que frutos de seus devaneios e de sua visão de mundo, assim como afirma Maria Teresinha Martins:

Sua obra é uma tentativa de sistematizar subjetiva e ficcionalmente seu conhecimento e suas dúvidas sobre o homem e a existência. Suas personagens movem-se impulsionadas por um agente interno que, embora descontrolado, as transformam em seres dominados pela busca do conhecimento para lhes aclarar o processo vivencial. Essa angústia que se manifesta no ser, insere-o em si próprio. Ele existe subjetivamente, ou seja, a partir de seu “eu” que se manifesta de modo agônico. As personagens cardosianas interiorizam suas vidas e de dentro delas nasce o

mundo. Por ser um mundo sonhado, arquitetado pela angústia existencial, elas podem tudo, são sujeitos ativos e passivos da história (MARTINS, 1997, p. 69).

A grande indagação é que existe, de fato, uma grande influência da vida pessoal do autor na elaboração de suas personagens complexas e enigmáticas. Para Maria Terezinha Martins, “a vida de Lúcio Cardoso é um pacto com a criação artística” (MARTINS, 1997, p. 72). Assim também sugere Coutinho, afirmando que a vida pessoal de Lúcio Cardoso é o grande *leitmotiv* que influencia sua criação, especialmente as reminiscências de sua nômade infância, uma vez que a família se mudava com frequência por causa das andanças do pai pelo território de Minas Gerais. O cenário mineiro torna-se assim

seiva selvagem e ideal [...] para o espírito e a carne de Lúcio Cardoso, que outra coisa não fez em toda a sua vida que fundar cidades fantásticas, a partir dos dados de uma memória febril e em direção aos grandes movimentos das almas condenadas irremissivelmente a viver (COUTINHO, 1986 p.446).

Lúcio Cardoso revira e traz à tona os segredos mais bem guardados no âmago de cada ser, revelando assim os males históricos que habitam no interior de cada indivíduo, à medida que estampa personagens que são movidos pela força do ódio e do amor, um amor discordante, símbolo de angústia, isolamento, loucura e morte. Amor que revela a busca pela nuance da espiritualidade, a qual está repleta de tensão e mistério, sugerindo de um lado o inefável e do outro o ardor, fazendo com que suas personagens se desequilibrem entre o santo e o profano, a luz e as trevas, o bem e o mal. Assim vivem suas personagens, em um mundo em que cada herói protagoniza sua própria história, de maneira que são antagonistas tão indiferentes e ao mesmo tempo tão dependentes e necessitados uns dos outros. São seres que vivem e sofrem sua história, ou a sofrem por vivê-la tão intensamente, perdidos numa dubiedade de um mundo sombrio, onde Deus é apenas uma metáfora e o amor é um mundo vazio que leva à morte.

### 3.1. PADRÕES FORA DA ÉPOCA: MISTO DE TIMÓTEO E MARIA SINHÁ

As personagens Timóteo e Maria Sinhá eram, principalmente para a época em que viveram, papéis completamente fora dos padrões sociais. A figura de Timóteo, o irmão caçula da família Meneses, é renegado ao isolamento por representar para a família uma imagem que está “fora da ordem”, que causa desagrado social, uma vez que seus trejeitos femininos ferem a moral patriarcalista. Sobre Timóteo, é possível dizer que é a mesma figura que também já foi representada por Maria Sinhá, uma antepassada da família cujo retrato também está confinado no porão da casa por ordem de Demétrio. Maria Sinhá, tia de Malvina, assim como o irmão efeminado do grupo, vivia numa inversão de papéis: ela era uma mulher que se comportava como homem, ou seja, representa o feminino invertido e obtém

o significado de semente da decadência por ter derrubado a muralha da imposição social. Seu papel social está em apagar as fronteiras do aceitável, da ordem. Conforme o diálogo entre Timóteo e Betty:

- Quem foi então Maria Sinhá? [...]
- Maria Sinhá vestia-se de homem, fazia longos estirões a cavalo, ia de Fundão a Queimados em menos tempo do que o melhor dos cavaleiros da fazenda. Dizem que usava um chicote com cabo de ouro, e com ele vergastava todos os escravos que encontrava em seu caminho. Ninguém da família jamais a entendeu, e ela acabou morrendo abandonada, num quarto escuro da velha Fazenda Santa Eulália, na Serra do Baú (CARDOSO, 2004, p. 54).

Entretanto, Timóteo além de ser a repetição de Maria Sinhá pela identidade, também é sua diferença, encontrada no papel desempenhado dentro do sistema social que os cerca: o patriarcalismo. Timóteo se diz seu herdeiro, sucessor, uma reencarnação de Maria Sinhá e, por isso, caracteriza a continuidade do processo de transgressão:

- Sou dominado pelo espírito de Maria Sinhá. Você nunca ouviu falar em Maria Sinhá, Betty?
- [...] foi a mais nobre, a mais pura, a mais incompreendida de nossas antepassadas, Era tia de minha mãe, e foi o assombro de sua época (CARDOSO, 2004, p. 54).

Enquanto Maria Sinhá se travestia de homem, assumindo uma posição de explorador que batia em escravos, portava-se como um senhor de latifúndio, que mantinha o sistema patriarcal; Timóteo se travestia de mulher e seu papel é exatamente o oposto, pois seu desejo é desmascarar um sistema opressor e hipócrita, arruinar os interesses sufocantes dessa organização. Para Enaura Quixabeira Rosa e Silva, Timóteo representa uma “personagem lúcida e transgressora, verdadeiro anjo exterminador que trucidada a linhagem dos Meneses” (ROSA E SILVA, 2004, p. 245). A masculinidade de Maria Sinhá tem continuidade na feminilidade de Timóteo, ambos exilados em quartos, dois ambientes que simbolicamente detêm a miséria moral dos Meneses. Essas personagens revelam a visão de Lúcio Cardoso acerca do sistema patriarcal e opressor daquela sociedade em decadência, já que o irmão que se veste com as roupas da falecida mãe vive trancafiado em um quarto, longe do contato com os demais, para que sua figura não desmoralize a imagem da família Meneses.

### 3.2. ALBERTO E ANDRÉ: O DUPLO DESEJO PULSANTE

Alberto representa luminosidade e inocência, subjugado pelo fascínio por Nina. Alberto é o jovem jardineiro da Chácara dos Meneses, um imigrante de origem portuguesa de condição simples que representa o trabalhador, a classe baixa.

Amante de Nina, também é objeto de desejo de Ana e Timóteo. Encantado por Nina, uma mulher mais velha e experiente, experimenta os prazeres do corpo e o poder da masculinidade de Alberto, porém, a falta dessa paixão faz com que ele, no auge de seu desespero, cometa suicídio.

A personagem André, um jovem de dezesseis anos, suposto herdeiro dos Meneses, desempenha um duplo papel, filho de Nina e filho de Ana. Pensando ser filho de Nina, vive a aversão e a atração de uma relação incestuosa, na qual paixão e desejo se entrelaçam num fio condutor retorcido que o conduz à experimentação existencial do desespero. Personagem isolada, esquecida pelos membros da família, tem apenas o cuidado de Betty. André torna-se ao longo da narrativa um transgressor dos estatutos familiares, possuindo uma imagem de desespero e revolta. Adolescente apaixonado por Nina, sua suposta mãe, e com muitas dúvidas, André é inserido no seio da família graças ao destino, o que faz menção à mitologia de Édipo, personagem grego que se apaixona por Jocasta sem saber que esta era sua mãe. No romance em análise, porém, André e Nina não eram desconhecedores do seu suposto grau de parentesco. Desse modo, André exerce papel fundamental no processo de degradação da família Meneses, uma vez que, vinculado a Nina, comete o ato crucial responsável pelo desmoronamento do clã, o incesto. Posteriormente, André se transforma num ser sem identidade, e após a morte de Nina vai embora da Chácara, passando a fazer parte do bando facínora de Chico Herrera, um ladrão da cidade que saqueava as casas de Vila Velha.

### 3.3. BARÃO DE SANTO TIRSO E CORONEL GONÇALVES: AQUELE O BALUARTE DECADENTE E ESTE O APAIXONADO GENEROSO

No velório de Nina, aparece a tão esperada visita do Barão de Santo Tirso, personagem idealizada no imaginário dos Meneses, sobretudo de Demétrio. Sua filha, Angélica de Santo Tirso (personagem secundária que tem apenas essa citação na obra em análise, embora tenha continuidade no livro seguinte, *O viajante*.) é a mulher mais rica da cidade de Vila Velha. O Barão, último baluarte da aristocracia rural mineira, representa todas as famílias importantes da região, figura ridícula e grotesca, tão decadente quanto os Meneses.

O Coronel Amadeu Gonçalves, amigo do pai de Nina, personagem financeiramente equilibrado, cidadão do Rio de Janeiro, representa uma figura misteriosa, ambivalente em relação a Nina, e não se sabe ao certo se ele exerce um papel de pai ou amante. Seu olhar é o mais nítido, quando comparece na narrativa, e ele declara seu antigo encantamento, seu amor sem concessões e fundamentalmente a sua aceitação de Nina como ela era, dizendo compreender a “complexa engrenagem” (CARDOSO, 2004, p. 364). Na visão de Nina, o coronel é apresentado com relevante generosidade, o único capaz de estender-lhe a mão nos momentos mais difíceis de sua trajetória, quando esta se encontrava separada do marido, sem qualquer tipo de auxílio financeiro e afetivo: “Ah, creio que teria sucumbido se não fosse a sua generosidade” (CARDOSO, 2004, p. 188).

#### 3.4. DEMÉTRIO E VALDO MENESES: VERSÕES DE UMA LINHAGEM ANTAGÔNICA

Mesmo não tendo voz narrativa na obra, Demétrio é vivificado pelas vozes das outras personagens, possui papel fundamental na trama, pois é este o impositor das leis e dos estatutos submetidos à família. Sucessor de sua mãe, Malvina Meneses, “mãe maléfica e dominadora” (ROSA E SILVA, 2004, p. 242), figura que representa a matriarca opressora e detentora dos valores tradicionais, Demétrio também é o chefe do clã, por ser o filho primogênito, descende de uma cultura colonial cujas raízes aprofundam-se nos primórdios de Minas Gerais. Personagem dividida entre a emoção e a razão, representa o formalismo, o controle dos ímpetos, a fidelidade ao estatuto, protetor dos valores aristocratas, das tradições, da manutenção da propriedade como símbolo de *status* social, sendo também voz da classe dominante. Demétrio possui papel ambivalente, uma vez que deve deter seus próprios sentimentos para não pôr em risco suas convicções tradicionalistas. A personagem era vista com admiração e respeito pelos moradores da cidade de Vila Velha:

[...] O senhor Demétrio, de natureza tão arraigadamente mineira. Mais do que isto: mais do que ao seu Estado natal, amava ele a chácara, que aos seus olhos representava a tradição e a dignidade dos costumes mineiros – segundo ele, os mais autênticos existentes no Brasil. “Podem falar de mim – costumava dizer –, mas não ataquem esta casa. Vem ela do Império, e representa várias gerações dos Meneses que aqui viveram com altanaria e dignidade [...]” (CARDOSO, 2004, p.55).

Valdo, marido de Nina, é o irmão mediador que estabelece os elos com as transformações sociais da época, porém dominado pelas leis tradicionalistas de Demétrio, um homem frágil, sem perspectiva, sem fé. Personagem manipulada por duas forças: uma, familiar e outra, passional, representadas respectivamente por Demétrio e Nina.

#### 3.5. O FARMACÊUTICO, O MÉDICO E O PADRE: AS AUTORIDADES (QUESTIONÁVEIS) DE VILA VELHA

O farmacêutico, o médico e o padre são personagens que se complementam pela significação social, pela ciência e pela religião. O Farmacêutico Aurélio dos Santos é dono da única farmácia local, tem um conhecimento obsoleto, pois se fundamenta em livros antigos e ultrapassados. Mostra-se bastante especulador e espartalhão. É ele que, por sagacidade, vende o revólver para Demétrio, além de ver na doença de Nina a possibilidade, não concretizada, de abertura dos Meneses para o cotidiano de Vila Velha.

O Médico, Vilaça, representa a visão da comunidade, retrata os fatos a que tem acesso, e sua descrição, além do intelecto, envolve a comoção. Seu olhar é mais científico, pois ele é talvez o único ali que tenha, de fato, conhecimento acadêmico,

o que o faz respeitado entre os demais. Embora faça parte do grupo exterior à Chácara, ele é participante de vários episódios dramáticos envolvendo os Meneses, sendo Nina uma espécie de desafio à sua concepção.

Padre Justino representa a religiosidade, o catolicismo, a concepção de certo e errado, de bem e mal, a personagem que faz indagações sobre Deus e diabo. A sua narrativa é especialmente voltada para Ana e para a família, sendo Nina apenas uma parte da decadência daquele universo do qual ele contará a notícia póstuma. O acompanhamento de seu olhar mostra a exata dimensão do mundo de aparências, sem o significado espiritual e afetivo que a família e a chácara representam.

### 3.6. ANA MENESES E ANA ALTIVA DE OLIVEIRA LARA (DONANA DE LARA): UM CONTRAPONTO NA ESCURIDÃO

Donana de Lara é uma mulher viúva, fria, sombria, pertencente à alta sociedade de Vila Velha, mulher rica e de prestígio, participante da sociedade religiosa e civil da cidade, e seu caráter se concretiza em *O viajante*, obra da qual Donana de Lara é a protagonista. Assim como Ana Meneses, Donana de Lara é tragada por uma fugaz paixão que a faz cometer atos insanos. Trata-se de duas personagens cardosianas que se fundem na categoria de degradação humana. Donana de Lara é uma figura enrijecida e autoritária que “tem predileção pelas cores sombrias” (ROSA E SILVA, 2004, p. 67), e aos olhos dos outros, possuidora de um caráter acima de qualquer suspeita. O sentimento de solidão, a escuridão da alma e os atos inconsequentes aproximam essas duas personagens. Ana Meneses é uma mulher amargurada e obscura, enclausurada num papel social submisso e infeliz. Casada com Demétrio, vive um matrimônio de aparências, viabilizado para atender os interesses pessoais e sociais de cada um. Esta representa a típica mulher submissa e silenciosa, cuja religiosidade e respeitabilidade são marcas morais da sociedade aristocrata da época:

Desde criança fui educada para atravessar esses umbrais que julgava sagrados, quer dizer, desde que o Sr. Demétrio dignou-se escolher-me para sua companheira permanente. Eu era uma menina ainda, e desde então meus pais só trataram de cultivar-me ao gosto dos Meneses. Nunca saí sozinha, nunca vesti senão vestidos escuros e sem graça. Eu mesma (ah, Padre! Hoje que sei disto, hoje que imagino como poderia ter sido outra pessoa – certos dias, certos momentos, as clareiras, os mares em que poderia ter viajado! – com que amargura o digo, com que secreto peso sobre o coração...) me esforcei para tornar-me o ser pálido e artificial que sempre fui, convicta do meu alto destino e da importância que para todo o sempre me aguardava em casa dos Meneses (CARDOSO, 2004, p. 103).

Ana Meneses é uma personagem avessa à cunhada, e “ao encontrar-se com Nina, transforma-se em um turbilhão de sentimentos contraditórios como amor e

ódio, admiração e inveja” (ROSA E SILVA, 2004, p. 236). São duas personagens expostas à queda e ao desespero, têm caráter e aparências muito parecidas, ambas rejeitam seus filhos, Donana é capaz de um crime hediondo em prol de uma paixão, Ana é capaz de desejar o próprio filho por causa de uma lembrança do passado. Tanto Donana quanto Ana Meneses sentem-se aprisionadas pela culpa, sentem remorso, mas não admitem arrependimento, um traço marcante nas personagens cardosianas.

### 3.7. BETTY: A SENTINELA CAUTELOSA

Outra personagem feminina que tem voz ativa na trama é Betty, empregada dos Meneses, inglesa que se infiltra no seio da família para ensinar língua estrangeira a Timóteo e, posteriormente, se torna uma governanta de confiança de todos os moradores da casa. Uma observadora silenciosa, que se mantém imparcial e convive com os moradores da Chácara sem tomar partido e sem se comprometer. Conhece os membros da família pelo prisma do racional e pode manifestar-se livre de compromissos afetivos. O olhar de Betty é perspicaz, porém complacente com a natureza discordante de cada um. À primeira vista, é a única que não apresenta uma identidade nítida, sua narrativa a torna a personagem de maior equilíbrio, tranquilidade, serenidade e domínio próprio. Betty mantém uma postura de constatação e aceitação num olhar que vigia constantemente.

### 3.8. NINA: A FEMINILIDADE EM EVIDÊNCIA

Nina, esposa de Valdo, representa a mulher urbana, vinda do Rio de Janeiro para Minas Gerais, traz consigo a exuberância da beleza física. Ela simboliza a modernidade e a afronta aos valores consagrados pela tradição. É a personagem que evidencia a correlação entre a degradação física e a ruína familiar. Nina é a personagem que desencadeia o “lento progresso para a extinção” (CARDOSO, 2004, p. 121).

Ao longo da narrativa, permanece oculta a personalidade dessa mulher bela e fatal que invade o depósito dos valores sociais tradicionais, a mulher citadina que provoca a perspectiva fria e monótona do mundo interiorano, e ao mesmo tempo, a mulher atraente que estabelece jogos de sedução e abandono com os homens inseridos, inocentes e/ou perspicazes nesse mundo machista e patriarcal. Essa personagem atua como um elemento acelerador e estimulante do processo degenerativo da tradição e da memória que se desintegra inexorável e vagarosamente e é também o elemento provocador dos devaneios e catarses alheias. Ela é o enigma e a resposta, é semelhante a um espelho, no qual o olhar alheio se revela e permite a distinção da própria imagem de quem confronta sua força e poder. Para Rosa e Silva, “efetivamente, as personagens cardosianas travam uma luta que se desenvolve em três frentes: a luta do homem com Deus, com os outros homens e consigo mesmas” (ROSA E SILVA, 2004, p. 98).

A personagem Nina é o grande desfecho da temática que envolve a degeneração de todos os envolvidos na trama. Aquela que, por opção, inseriu-se no seio da família, também sofreu os graves efeitos desse ato. Nina degrada-se lenta e vagorosamente devido ao desgaste em razão dos incessantes conflitos na casa. “A agonia e a morte de Nina significam o fim da Casa, que só será definitivamente assassinada com a morte de Ana. As duas mortes são lentas, ligadas à decomposição e associadas à degradação física e moral da Chácara” (CARELLI, 1988, p. 212). Isto é, existe, de fato, uma ligação direta entre a casa e as personagens do romance, principalmente Ana e Nina, e o fim da casa diz respeito à total ruína e degradação da família Meneses, especialmente após a morte de Nina. Tanto a casa quanto os Meneses desintegram-se totalmente, em suma por consequência dos frequentes atos pecaminosos que abarcam os arredores da chácara. Sendo assim, os valores burgueses dos Meneses foram aniquilados a partir do comportamento desafiador de Nina, que culmina no suposto incesto.

### 3.9. A VILA VELHA E A VELHA CASA: DUAS PERSONAGENS MATERIALIZADAS

Além das complexas personagens, o autor Lúcio Cardoso, constrói acima de tudo um cenário mórbido e decadente tão importante quanto seus habitantes. A cidade de Vila Velha representa uma cidade inteiramente morta que se revela cristalizada na consciência de seus habitantes como algo eterno e invencível. Vila Velha “avessa Vila Rica do passado, importante centro do Brasil Colonial” (ROSA E SILVA, 2004, p. 146), representa o espaço ficcional que impede o progresso devido ao apego no passado, uma Minas Gerais agonizante e inabitável. Da mesma forma, a casa dos Meneses exerce papel fundamental atuando como um corpo que sofre a putrefação de uma doença degenerativa que causa gradativamente sua ruína.

A casa é tão viva quanto seus habitantes, e “sutilmente, os narradores externos, o médico, o farmacêutico e o padre sinalizam a imagem da casa lacerada como se fosse um corpo vivo” (ROSA E SILVA, 2004, p. 142). A casa, obscura e insólita, não é apenas um cenário, mas é também atriz principal da desventura que assola a todos os seus habitantes. O que deveria representar a sustentação da imagem familiar representa a decadência de habitantes semimortos que carregam sofrimento, desespero, frustração, solidão e, acima de tudo, a inércia da vida. Num entrelaç de relações, a casa é feita da matéria de seus moradores, da mesma forma que estes são construídos de seu cimento e memórias, e ela é lembrada desde o auge de seu esplendor até o ápice de sua degradação. Assim como a doença que corrói o belo corpo de Nina, a casa também sofre a destruição social e moral com o declínio de uma classe dominante ultrapassada. Um mal que advém da maldade dos antigos Meneses, que se instala na casa como um câncer latente em sua entranha destruindo esse universo. A casa como estrutura física vai se desmoronar com a invasão do bando de Chico Herrera, que a saqueia após a morte de Ana, a última sobrevivente do clã, do mesmo modo que o corpo de Nina foi dilacerado pela doença cruel e avassaladora.

#### 4. CONCLUSÃO

Não por acaso, Lúcio Cardoso criou personagens tão sombrias e desencontradas, para tratar do tema relacionado ao sistema patriarcal e principalmente à decadência das oligarquias mineiras. A obra traz em si a visão do que era para o autor a sociedade mineira, manifestada através de valores obsoletos e contraditórios de uma sociedade que quer resistir à modernização, mantendo uma tradição falida e inviabilizada pelos novos tempos. O autor expressa uma sutil, porém avassaladora crítica aos padrões determinados pela elite mineira daquela época. Esse fato, Lúcio Cardoso deixa bem claro quando declara a Fausto Cunha, no lançamento da *Crônica da casa assassinada*, as seguintes palavras:

Meu movimento de luta, aquilo que viso destruir e incendiar pela visão de uma imagem apocalíptica e sem remissão é Minas Gerais. Meu inimigo é Minas Gerais. O punhal que levanto, com a aprovação ou não de quem quer que seja, é contra Minas Gerais. Que me entendam bem: contra a família mineira. Contra a literatura mineira. Contra o jesuitismo mineiro. Contra a religião mineira. Contra a concepção de vida mineira. Contra a fábula mineira (CARDOSO, 1968. p. 9).

A crítica a essa não aceitação de mudança e a essa relutância à adequação de novas relações, típica tentativa da manutenção como classe dominante, é o alvo dessa “vingança” através da narrativa criada por Lúcio Cardoso em sua obra-prima *Crônica da casa assassinada*.

O modo como o autor expõe os fatos narrados por meio dos vários recursos utilizados para o desabafo das personagens é uma maneira de descortinar a todos o que acontecia no âmago da casa tão orgulhosamente erguida pelos patriarcas das famílias mineiras. Todo o entrelaçado das relações que se passam dentro da casa, a própria construção em ruínas que simboliza o fim do clã, a decadência familiar e a desestruturação do ser humano, revelam a ambição com a qual o autor tenta fragmentar de vez as reminiscências de um passado já superado, mas que ainda insiste em fazer-se presente por meio dos costumes patriarcais, da moral católica e da tradição mineira.

Toda a obra de Lúcio Cardoso, especialmente *Crônica da casa assassinada*, carrega uma importante influência da vida do autor que viveu e sofreu tanto a reclusão da homossexualidade quanto o impacto que a revolução causou nas oligarquias mineiras. A trama em análise é fruto das reminiscências da própria vida de Lúcio Cardoso, que, em Minas Gerais, viveu sob a carga pesada de uma tradição de glória política e finanças em ruínas, como afirma Enaura Quixabeira Rosa e Silva:

Lúcio nunca esqueceu suas raízes fincadas em Minas Gerais cuja cultura – este mundo encerrado em suas tradições e regras que ele ama e odeia- constitui a marca

de sua escritura. [...] Lúcio Cardoso descobre na escritura o meio de dizer toda a verdade, mas sartreanamente, vestida de invenção (ROSA E SILVA, 2004, p. 24).

A falta de investimentos financeiros, a má administração dos bens que ainda restavam, o apego ao passado, à resistência à modernidade e a relutância em se adaptar às novas relações sociais surgidas através dos novos formatos políticos e econômicos impulsionaram a falência da maioria dos oligarcas mineiros, o que os obrigou a viver uma vida de aparências, escondidos em um mundo de utopias, presos entre as quatro paredes de suas casas grandes dilaceradas, como os personagens sombrios de Vila Velha, os Meneses: “parece que na escritura cardosiana a relação das formas imaginárias e da trama da vida social pertencem a um universo muito mais complexo que um simples mecanismo de imitação ou projeção” (ROSA E SILVA, 2004, p. 128).

Assim foi projetada a *Crônica da casa assassinada*, a vida inserida na ficção em forma de espelhos que projetam a imagem de um mundo segregador voltado para os problemas socioexistenciais: “o homem cardosiano vive uma noite sem estrelas, oscilando entre sentimentos, estados e augúrios como o ódio, a maldição, a tormenta, o castigo e a graça” (ROSA E SILVA, 2004, p. 101). Trata-se de uma obra que se realiza em clima alucinatório e averigua os fios invisíveis que interligam as personagens e as transformam em máscaras insanas manuseadas por forças cegas.

Dessa maneira, a literatura proporciona experiências que na vida se entrelaçam. De algum modo a vivência da travessia entre o real e o ficcional, por meio da transgressão na *Crônica da casa assassinada*, provoca sentimentos e sensações que, em nós leitores, assim como na casa, também são, de alguma forma, assassinados. Talvez, quem sabe, seja a ingenuidade da nossa pureza ou o comodismo apático de nossas falsas convicções.

#### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Teresa de. *Lúcio Cardoso e Julien Green: transgressão e culpa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da História”, in: *O anjo da história*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 41. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

BRAIT, Beth. *A personagem*. São Paulo: Ática, 1985.

CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. Trad. Ivo Barroso. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CANDIDO, Antonio *et al.* *A personagem de ficção*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1964.

\_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CARDOSO, Lúcio. *A luz no subsolo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *Diário Completo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968.

\_\_\_\_\_. *Crônica da casa assassinada*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARELLI, Mario. *Corcel de fogo: vida e obra de Lúcio Cardoso (1912-1968)*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio/ Niterói: Editora da UFF, 1986.

DAMASCENO, Beatriz. *Lúcio Cardoso em corpo e escrita*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

MARINS, Paulo César Garcez. "Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras", in: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil: República: Belle époque à era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 133-134.

MARTINS, Maria Teresinha. *Luz e sombra em Lúcio Cardoso*. Goiânia: UCG, 1997.

SANTOS, Cássia dos. *Polêmica e controvérsia em Lúcio Cardoso*. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

ROSA E SILVA, Enaura Quixabeira. *Lúcio Cardoso: paixão e morte na literatura brasileira*. Maceió: EDUFAL, 2004.

## Vida e obra de Maura Lopes Cançado na imprensa carioca (Rio de Janeiro, 1958-1994)

*The life and works of Maura Lopes Cançado in the Rio press (Rio de Janeiro, 1958-1994)*



**Edivaldo Rafael de Souza**

Graduando do Curso de História do UNIPAM. e-mail: [edivaldorafael007@gmail.com](mailto:edivaldorafael007@gmail.com)

**Paulo Sérgio Moreira da Silva**

Professor do curso de História do UNIPAM. e-mail: [paulo@unipam.edu.br](mailto:paulo@unipam.edu.br)

---

**RESUMO:** A partir de reflexões sobre a utilização de jornais como fonte na área da História, este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a vida e a obra da escritora mineira Maura Lopes Cançado na imprensa carioca. Por meio do desenvolvimento desta pesquisa, foi possível identificar vários fragmentos jornalísticos que a trazem como personagem principal. Acredita-se que este trabalho é muito importante por abordar aquilo que foi divulgado sobre a autora mineira na imprensa, além de discorrer sobre contos que não foram publicados em seu livro, ou seja, que se encontram apenas nos jornais. Com isso, espera-se que esta pesquisa preencha lacunas importantes para o estudo sobre a vida e a obra da escritora em questão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Maura Lopes Cançado. Literatura e imprensa. Jornalismo.

**ABSTRACT:** Based on reflections on the use of newspapers as a source in the area of History, this article presents the results of a research on the life and works of Maura Lopes Cançado, a Brazilian writer. Through the development of this research it was possible to identify several journalistic fragments that bring her as main character. It is believed that this work is very important for addressing what was disclosed about the author in the press in Minas Gerais, as well as discussing stories that were not published in her book, that is, that are only found in the newspapers. With this, it is expected that this research will fill important gaps for the study on the life and works of the writer in question.

**KEYWORDS:** Maura Lopes Cançado. Literature and press. Journalism.

---

### 1. INTRODUÇÃO

A impressão que me fica de uma leitura superficial dos originais inéditos do Diário de Maura Lopes Cançado é a de ter conversado com uma criatura realmente humana, gente de carne e osso, cuja angústia não foi construída artificialmente nos

laboratórios do sucesso, com vistas à gloriola dominical dos suplementos, mas resultou natural de um longo aprendizado dessa difícil atividade que é viver (Lago Burnett, *Jornal do Brasil*, 1964, p. 3).

No início da sua trajetória na cidade do Rio de Janeiro, Maura Lopes Cançado conheceu renomados escritores, como Carlos Heitor Cony (1926- 2018), Ferreira Gullar (1930-2016) e Reynaldo Jardim (1926-2011). Eles a ajudaram, dando-lhe um emprego no “Suplemento Dominical” do *Jornal do Brasil*, onde seus contos também iriam ser publicados. No entanto, Maura Lopes Cançado começou a se internar em hospitais psiquiátricos; dentro deles, escreveu, no fim de 1959 e início de 1960, o livro *Hospício é Deus – Diário I*, no qual retratava sua infância e adolescência<sup>1</sup> e também como era o tratamento nas instituições para doentes mentais, relatando os maus tratos aos internos. O livro foi lançado em 1965, sendo elogiado por muitos leitores e escritores.

Em 1968, lançou o seu segundo livro, intitulado de *O sofredor do ver*, reunindo contos que ela havia publicado e outros inéditos<sup>2</sup>. Porém, em 1972, enquanto estava internada na clínica Dr. Eiras, Maura Lopes Cançado matou uma interna que estava grávida, estrangulando-a com um lençol. A partir daí, passou por diversos presídios, pois não havia vaga para mulheres em manicômios judiciários.

Maura acabou ficando cega dentro de uma cela, contudo, por intermédio da ajuda de algumas pessoas, fez uma cirurgia e voltou a enxergar. Após o julgamento, a escritora foi considerada inimputável pela justiça, ainda assim, nunca mais voltou a escrever. Em 1993, vítima de doença cardíaca, viria a falecer. A autora, com o passar dos anos, entrou no esquecimento por parte da imprensa e do meio acadêmico. Nos últimos anos, porém, voltou a ser citada e pesquisada. Em 2015, os dois livros da autora tiveram uma nova edição, vindo com um perfil biográfico escrito pelo jornalista Maurício Meireles.

Na atualidade existem diversas pesquisas acadêmicas sobre a escritora Maura principalmente relacionadas às suas duas obras: *Hospício é Deus - Diário I* (1965) e *O sofredor do ver* (1968); no entanto, nenhuma delas traz como tema principal a análise de como a autora era retratada na imprensa.

Esta pesquisa possibilitou a compreensão de como a sua escrita literária e o seu comportamento particular foram retratados nos jornais, sempre levando em

<sup>1</sup> Maura Lopes Cançado nasceu no dia 27 de janeiro de 1929, em São Gonçalo do Abaeté – MG. Para saber um pouco mais sobre a infância e a adolescência da escritora, ver: SOUZA, Edivaldo Rafael de; SANTOS, Roberto Carlos dos. *Maura Lopes Cançado: entre memórias e experiências* (São Gonçalo do Abaeté-MG/1929-1950). *Revista Perquirere*. Patos de Minas, 14 (3): 79-97, set./dez. 2017.

<sup>2</sup> Lista dos doze contos publicados no livro *O sofredor do ver* (1968): “Espiral ascendente”, “No quadrado de Joana”, “Introdução a Alda”, “O espelho morto”, “O sofredor do ver”, “Rosa recuada”, “Distância”, “Pavana”, “São Gonçalo do Abaeté”, “A menina que via o vento”, “Há uma catedral que desce” e “O rosto”.

consideração o fato de que a autora sofria com problemas mentais, passando por hospitais psiquiátricos na cidade do Rio de Janeiro.

Com esta pesquisa pode-se constatar também como as reportagens de suas internações repercutiram em sua família no interior de Minas Gerais, sua terra natal. A imprensa, ao falar sobre a autora, tinha o papel não apenas de informar, mas também de promovê-la. Entretanto, deve ser levado em conta que esse meio de comunicação também carrega uma carga densa de subjetividades, havendo uma ressignificação de fatos, conforme quem escreve ou quem lê. Os jornais<sup>3</sup> oferecem, assim, desde a prestação de serviços de informações até a disseminação de entretenimento à sociedade.

## 2. O USO DE JORNAIS NA PESQUISA HISTÓRICA: UMA BREVE DISCUSSÃO

Em um levantamento bibliográfico foram encontrados artigos e livros que trazem como tema o uso de jornais por pesquisadores na área da História. Foram também localizadas diversas matérias sobre a escritora Maura Lopes Cançado, de sorte que nos fragmentos jornalísticos estão os contos publicados pela autora, as publicações sobre os seus dois livros, além de críticas literárias sobre as suas obras, denúncias e uma entrevista com ela, bem como muitas outras matérias que a trazem como personagem principal.

Na pesquisa histórica não era comum a utilização de jornais, principalmente por causa de vertentes historiográficas que se dedicavam à busca pela verdade absoluta dos fatos. Por sua vez, seria impossível utilizar uma fonte que é produzida com certo grau de subjetividade por parte de seus idealizadores. Assim, eram privilegiadas as fontes documentais que possuíam algum registro de autenticidade. Isso foi convencionado principalmente pela Escola Metódica Francesa e pela Escola Historicista Alemã. Porém, realizar uma pesquisa dentro de tais moldes acaba por ser inviável, pois o pesquisador não poderia interferir colocando hipóteses nem questionamentos em relação ao tema pesquisado. Em outras palavras, os historiadores deveriam apenas transcrever o que as fontes continham para a pesquisa, sem analisá-las.

Posteriormente, segundo Calonga, “a corrente historiográfica dos *Annales* na década de 1970 alterou o campo de atuação do historiador. (...) A utilização dos impressos resulta justamente dessa renovação da própria disciplina” (CALONGA, 2012, p. 3). À medida em que ocorria uma transformação no modo de se ver o jornal como ferramenta de pesquisa, “a imprensa que antes era tida como fonte suspeita e sem credibilidade, passou a ser considerada como um material de pesquisa valioso e umas das principais fontes de informação e pesquisa histórica”

---

<sup>3</sup> Para Rabaça (1987 *apud* Gomes; Acosta, 2012), “o jornal impresso é o principal meio de comunicação da linguagem escrita. (...) Apresenta apelo de massa, mas, como toda mídia, para ser lido, é restrito por não atingir a parcela analfabeta da população”.

(LEITE, 2015, p. 3)<sup>4</sup>

É importante destacar a necessidade de se promover um debate sobre as matérias jornalísticas, pois elas devem ser pesquisadas e analisadas como uma fonte que carrega um alto grau de subjetividade. Nesse sentido, deve-se utilizar a teoria e o método para garantir uma pesquisa histórica respeitável e reconhecida no meio acadêmico. Além disso, é necessário também, de acordo com Faria,

problematizar a relação entre o que se diz do acontecimento e o próprio acontecimento para que se possa, na medida do possível, alcançar e conhecer o passado. Tal consciência poderia, inclusive, esclarecer certas contradições que frequentemente encontraria no tratamento dado pelo jornal aos acontecimentos (FARIA, 2013, p. 14).

Quando os jornais são observados e utilizados, o pesquisador pode obter uma variedade de temas e fatos históricos, assim como pode analisar um único indivíduo na sociedade do tempo em que viveu. É claro que se deve estar atento ao período em que o conteúdo foi divulgado. Baseado nisso, “o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais” (CAPELATO, 1988, p. 21). Portanto, deve-se levar em consideração qual é o tema principal da pesquisa, e muitas vezes poderão ser utilizados jornais relacionados ao próprio cotidiano do indivíduo pesquisado. De acordo com Capelato, “a vida cotidiana registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados - não só os ‘ilustres’, mas também os sujeitos anônimos” (CAPELATO, 1988, p. 21).

Dessa forma, “a variedade da fonte imprensa é enorme e as suas possibilidades de pesquisa são amplas e variadas” (DE LUCA, 2005, p. 141). Diante dessas considerações, esta pesquisa se propôs a analisar um período de vivência da escritora nacionalmente reconhecida, Maura Lopes Cançado, utilizando-se de jornais.

### 3. MAURA LOPES CANÇADO E OS JORNAIS

Esta pesquisa analisa e compreende a trajetória de vida da escritora mineira Maura Lopes Cançado (1929 - 1993), bem como a repercussão da sua escrita no período em que morava na cidade do Rio de Janeiro. Para a realização deste trabalho foram analisados fragmentos jornalísticos sobre a autora do período de 1958 a 1994, sendo utilizado desde a sua primeira publicação em jornais, a saber, o conto

---

<sup>4</sup> A partir da década de 1960, o jornal começou a perder espaço para a televisão e o rádio. Posteriormente, eles acabaram se adaptando e modificando os formatos, para que pudessem sobreviver em meio às outras formas de imprensa. Ver BAHIA, 2009.

“No quadrado de Joana” (1958)<sup>5</sup>, até uma reportagem sobre o seu falecimento, escrita pelo jornalista Márcio Pinheiro, do *Jornal do Brasil* (1994), e intitulada “A literatura estranha a realidade”<sup>6</sup>. Durante o recorte temporal destacado por esta pesquisa, a escritora foi tema de várias matérias em diversos jornais cariocas que circulavam em todo território nacional<sup>7</sup>.

A pesquisa foi dividida em três partes, sendo que a primeira delas discorre sobre o período do “auge” da escritora na imprensa carioca, com o lançamento dos seus contos e dos seus livros (1958-1971). A segunda parte aborda como se deu seu “declínio”, ressaltando o incidente do assassinio a uma interna na clínica psiquiátrica Dr. Eiras, na cidade do Rio de Janeiro (1972-1983). Finalmente, a terceira parte é definida como “ostracismo”, visto que a escritora começou gradativamente a perder espaço nos jornais, acabando quase que por entrar no completo esquecimento por parte da imprensa carioca (1984-1994).

### 3.1. O AUGE (1958-1971)

A primeira vez em que Maura Lopes Cançado foi divulgada em jornais data do ano de 1958, por meio do conto “No quadrado de Joana”. Tal divulgação se deu graças a renomados escritores e/ou jornalistas que lhe deram uma oportunidade no afamado “Suplemento Dominical” do *Jornal do Brasil*. Observaram-se esses fatos já que “entre os anos 60 e 80, o jornalista passa de mero coadjuvante – como repórter sensacionalista de Nelson Rodrigues – a personagem principal da literatura brasileira” (COSTA, 2005, p. 131). Assim, a maioria dos integrantes da escrita literária desse período encontrava-se em jornais. Dessa forma, durante esse período “(...) não só a literatura serve ao jornal, mas também o jornal à literatura” (SANTOS, 2005, p. 131). Com a ajuda dos colegas do Suplemento Dominical, enfim, a escritora conseguiu se lançar no mundo das letras. De imediato a sua escrita foi muito elogiada pela crítica carioca.

O primeiro conto de Maura Lopes Cançado tratava de uma personagem que sofria de esquizofrenia catatônica e que andava de um lado para o outro dentro do hospício. O que transparece na obra da escritora é que ela utilizava da sua escrita para retratar também o seu cotidiano, a partir do momento em que é sabido que ela sofria com problemas mentais desde os sete anos de idade. Posteriormente, foram publicados vários outros contos que continuaram sendo elogiados pela imprensa carioca.

Nesse período ela estava trabalhando no *Jornal do Brasil*. Porém, não demorou muito e se internou novamente em hospitais psiquiátricos por conta própria. A saúde frágil e a alternância entre os momentos de lucidez e loucura a tornavam

---

<sup>5</sup> No conto “No quadrado de Joana”, a personagem principal sofre de esquizofrenia catatônica.

<sup>6</sup> Matéria escrita no dia 9 de janeiro de 1994, pelo jornalista Márcio Pinheiro do *Jornal do Brasil*, ou seja, 20 dias após a morte da escritora Maura Lopes Cançado.

<sup>7</sup> Os jornais pesquisados foram *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*.

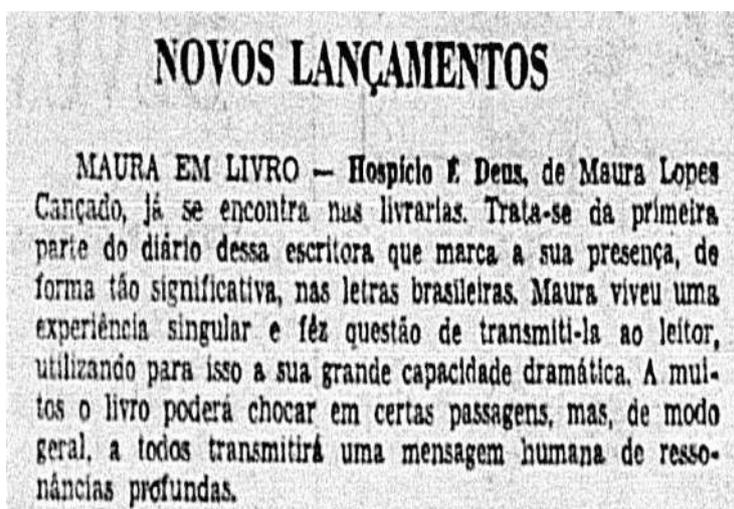
uma pessoa difícil de lidar. Com isso, a autora acreditava que o hospício era o local onde ela poderia se refugiar de tudo e de todos. Contudo, durante essa época, dentro dessas instituições de “tratamento mental”, Maura passaria a presenciar e/ou experimentar uma série de maus tratos que aconteciam com os internos, em que eram utilizadas altas doses de medicamento, castigos físicos e/ou psicológicos, além do temido eletrochoque.

Com o contato direto, vivendo todas as experiências de interna nessas instituições, a escritora resolveu escrever um diário, o qual intitulou de *Hospício é Deus - Diário I* (1965). Esse livro escrito dentro de hospitais psiquiátricos nos quais ela esteve internada se divide claramente em duas partes: na primeira, ela rememora a sua infância e adolescência no interior de Minas Gerais, seu local de nascimento. Já na segunda, fica relatado tudo aquilo pelo qual a escritora estava passando dentro do hospício, com descrições detalhadas das outras internas e também do corpo médico. Em um trecho do livro a escritora descreve:

Como punir a inconsciência é o que não entendo. Entretanto, o médico, depois de rotular um indivíduo de irresponsável, inconsciente, exige deste mesmo indivíduo a responsabilidade de seus atos, ao mandar (ou permitir que se faça) castigá-lo. De que falta pode um louco ser acusado? De ser louco? É o que venho observando e sentindo na carne (CANÇADO, 1979, p. 85-86).

A imprensa carioca noticiou diversas vezes o lançamento do livro. Nesse sentido, foi ressaltado o caráter de denúncia em relação aos hospícios nos quais a escritora havia se internado. Em uma dessas divulgações, está descrito que o livro pode chocar em certas passagens.

FIGURA 1. Nota sobre o lançamento de *Hospício é Deus – Diário*, de Maura Lopes Cançado



Fonte: *Jornal do Brasil*, 1965, p. 5.

Foram divulgadas várias críticas literárias a respeito do livro *Hospício é Deus*, porém, uma em especial chama a atenção: a da jornalista e cronista paulista Elsie Lessa (1914-2000), cuja escrita começa narrando a estranheza do diário de Maura. Ela afirma que o livro traz uma carga densa de lucidez e verdade, o que acaba sendo assustador. Por meio dessa análise publicada no jornal, o leitor que por acaso não tivesse lido o diário pôde entender claramente a natureza do conteúdo de que a obra tratava. A jornalista também relata trechos que lhe chamaram a atenção. Contudo, o que mais surpreende é o fato de a jornalista dizer que o martírio passado por Maura pode ajudar a todos em um maior entendimento daquilo que estava ocorrendo dentro dos hospícios brasileiros.

FIGURA 2. Crítica literária do livro *Hospício é Deus* – Diário I



Fonte: *O Globo*, 1965, p. 1.

Durante o período em que Maura era tida como uma revelação da literatura, tudo o que a escritora fazia ou pelo qual se interessava era bastante divulgado pela imprensa. Um dos principais interesses dos jornais era pelas peculiaridades em que ela se envolvia, principalmente porque carregava o estigma<sup>8</sup> de ser considerada louca. Mas, da mesma forma que ela se encontrava incorporada a rótulos

<sup>8</sup> Ver GOFFMAN, 1975.

que lhe eram dados, pode-se salientar que a escritora utilizava de toda essa atenção para divulgar-se e fazer com que a sua vida e a sua obra pudessem ser constantemente publicadas nas páginas dos jornais cariocas. Desta forma, pode-se levar em conta que havia uma interação entre a escritora e os jornais, a fim de que ambos pudessem prender a atenção dos leitores e adquirir o seu espaço; todavia, “é preciso considerar também que a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, espaços, hábitos” (CHARTIER, 1991, p. 178).

Em um episódio, quando foi morar com freiras em uma casa de acolhimento de órfãos, Maura se envolveu em um caso no mínimo curioso. A escritora foi ao jornal *Correio da Manhã* no dia 27 de fevereiro de 1970 e fez uma denúncia dizendo que as “irmãs” da casa da “União das Operárias de Jesus” enterravam a comida das crianças, deixando-as passarem fome. Com isso, assim que surgiu a notícia na imprensa, a vigilância sanitária e os demais órgãos de fiscalização da prefeitura do Rio de Janeiro foram ao local e abriram uma sindicância contra as freiras; esse envolvimento de órgãos oficiais da prefeitura carioca revela-nos que a escritora tinha bastante credibilidade quanto a suas falas. Após as denúncias, outra matéria foi publicada no dia 2 de março de 1970, intitulada “Operárias de Jesus vão despejar Maura Cançado”. Em um dos trechos é descrito que a escritora “recebeu uma intimação da diretoria do orfanato e de dois advogados para deixar aquela instituição (...)” (*Correio da Manhã*, 1970, p. 8).

Maura Lopes Cançado morou em um casarão no bairro de Botafogo, apelidado de “Solar da Fossa”<sup>9</sup>. Lá também se envolveu em outros episódios, recusando-se, por exemplo, a sair da casa para evitar que ela fosse demolida, pois em seu local seria construído um shopping. De acordo com Vaz (2011), a escritora, de todos os moradores, foi a mais polêmica, frequentando com regularidade hospitais psiquiátricos e se envolvendo em muitas confusões durante a sua passagem pelo local.

Algum tempo depois foi lançado o seu livro de contos *O sofredor do ver* (1968), e por meio desse lançamento, ela foi destaque em várias notas dos jornais cariocas. Nessa obra, Maura havia reunido doze contos, entre os quais alguns já haviam sido publicados nos jornais, porém, neles também se encontravam dedicatórias. Desde o lançamento da sua primeira obra, a escritora estava no auge. Dessa forma, o lançamento do seu segundo livro atraiu os olhares da imprensa, sendo divulgadas várias propagandas sobre ele.

Dentre os contos publicados por Maura Lopes Cançado nos jornais cariocas encontra-se “O rosto”, de 19 de abril de 1959, conto que foi dedicado ao seu filho Cesarion Cançado Praxedes (1945-2003). Quando se analisa o seu conteúdo, é possível observar em muitos aspectos a escrita dialógica entre memórias nostálgicas sobre sua família e a escrita literária. Ao não citar os nomes dos personagens

---

<sup>9</sup> *Solar da Fossa* era um casarão afamado pela sua capacidade de aboletar muitos intelectuais cariocas dessa época. Há um livro escrito pelo jornalista Toninho Vaz, em que é retratado de forma detalhada como funcionava o solar. Ver VAZ, 2011.

envolvidos na trama, nota-se a forma romantizada como Maura aborda os fatos retratados. Ao se fazer a leitura desse conto, por um lado, identificam-se muitos locais em que a escritora esteve presente com Cesarion, mas, por outro, identifica-se um lamento por parte da escritora por não ter participado de momentos importantes na vida do filho. Dessa forma, pode-se entender que, através da escrita do conto, Maura parece pedir desculpas pela ausência durante a infância e a adolescência de seu filho.

No conto em questão, ela coloca que pessoas diziam a Cesarion que ela não gostava do menino, que não se preocupava com sua vida e que nunca iria buscá-lo; no entanto, no final, ela revela que seu filho sempre revidava dizendo que ela o amaria, pois “o rosto” dele ainda era o mesmo.

A pesquisa possibilitou que fossem encontrados em jornais cariocas alguns textos escritos por Maura Lopes Cançado que não estão em seu livro de contos. São eles: “Cabeleireiro de senhoras”, “Passagem-passaporte” e “Carta a Mao Tsé-Tung”<sup>10</sup>.

No conto “Carta a Mao Tsé-Tung”<sup>11</sup>, a escritora escreve em terceira pessoa sobre a personagem fictícia Francisca. O principal desejo da jovem era ganhar uma viagem para a China, para que pudesse estudar e conhecer um país distante. Isso ficou tentador quando a auxiliar de enfermagem soube da chegada de um novo médico no hospital em que trabalhava, o qual vinha dos Estados Unidos, país em que havia estudado por dois anos. Posteriormente, chegou ao hospital outro médico que havia estudado na Inglaterra por três anos; a jovem enfermeira começou a observar que os dois médicos tinham grande prestígio, sendo o que estudara na Inglaterra ainda mais admirado.

Logo, Francisca deduziu que quanto mais longe fosse o local de estudo, maior era o sucesso. Em determinado momento, ouviu nos corredores que eles não pagavam nada para estudar, pois ganhavam bolsas de estudo fornecidas pelo governo do país no qual foram morar. Francisca pensou tanto sobre aquilo que resolveu que queria viajar também. Mas... para onde? Ouviu dizer que a China era um país distante e que seu governante chamava-se Mao TseTung, ela então decide enviar uma carta ao líder supremo da China, pedindo para lhe dar abrigo no país. Dessa forma, a escritora desenvolve a narrativa como se a personagem estivesse

---

<sup>10</sup> Em uma breve pesquisa nos jornais foram encontrados os três contos supracitados. É possível que existam outros. Na tese de doutorado intitulada “Narrativas e sobreposições: notas sobre Maura Lopes Cançado”, a pesquisadora Daniela Scaramella anexou os contos citados, encontrando-os também no *Jornal do Brasil*. Todavia, o jornal *Correio da Manhã* também publicava contos escritos por Maura Lopes Cançado; com isso, é necessária uma pesquisa mais aprofundada para realmente identificar toda a obra da escritora.

<sup>11</sup> É importante ressaltar que a escrita de Maura Lopes Cançado por muitas vezes se confundia com a sua realidade, de maneira que alguns de seus contos descrevem “personagens” que tinham algum problema mental. Já em contos como: *O sofredor do ver*, *Pavana* e *Cartas a Mao Tse-Tung* isso é deixado de lado para a criação de fato de um personagem distante da vivência da escritora.

realmente conversando com Mao Tse Tung por intermédio de uma carta, que acabou sendo enviada pelos Correios com destino à China.

### 3.2 O DECLÍNIO (1972-1983)

No dia 11 de abril de 1972, na clínica Doutor Eiras, a escritora Maura Lopes Cançado matou estrangulada com um lençol outra interna que estava grávida<sup>12</sup>. Depois do acontecido ela foi acometida de uma grave crise e entrou em estado de choque, desmaiando e vindo a acordar horas depois, estando ainda transtornada e perguntando o que havia feito. A partir desse dia, a vida da escritora nunca mais seria a mesma.

Em 1977, Maura estava presa na Penitenciária Lemos de Brito. Foi nesse local que a jornalista Margarida Autran, do jornal *O Globo*, fez com ela uma entrevista publicada em 20 de junho de 1977, intitulada “Ninguém visita a interna do cubículo 2”. Nessa entrevista Maura Lopes Cançado conta que estava cega por causa de uma catarata. Ficou constatado que o local em que ela estava era insalubre, devido à sujeira e também aos ratos que estavam por todo lado dentro da cela. Ainda assim, o pior era a situação de abandono em que a escritora se encontrava. De acordo com Autran (*O Globo*, 1977, p. 35), Maura Lopes Cançado foi julgada em 15 de outubro de 1974 e absolvida, mas o juiz determinou que ela ficasse internada por seis anos em manicômios judiciários. No entanto, essas instituições não recebiam mulheres nesse período, o que fez com que a escritora passasse por diversos presídios da cidade do Rio de Janeiro, dentre eles, o de Bangu, onde ela perdeu parcialmente a visão de um dos olhos, e a penitenciária Lemos de Brito, onde ficou cega do outro olho em decorrência de uma catarata.

Em uma passagem da entrevista, Maura descreve a alimentação que recebia dentro do presídio: “não como mais a comida daqui. Outro dia me trouxeram uma comida podre, a carne cheia de bichos e fedorenta. (...). E disseram também ‘presa, tem que comer escarrado, comida cuspidá’. Não posso mais comer. Tenho medo (...)” (*O Globo*, 1977, p. 35).

Posteriormente, a escritora Maura Lopes Cançado fala sobre a sua situação como presidiária e demonstra não entender claramente o motivo de se encontrar presa, pois ela havia sido absolvida pela justiça por ser considerada inimputável. Dessa forma, ela acrescenta que “o juiz decretou que até 1980 eu sou louca. A partir daí cessa minha periculosidade. Por que esta onipotência, esta onisciência do juiz? Depois o advogado grita que eu estou ilegalmente presa. Por que então estou presa?” (*O Globo*, 1977, p. 35). No final da entrevista Margarida Autran escreve em forma de desabafo: “não seria o caso, então, de financiar seu tratamento numa casa de saúde particular? E o ministério da educação, do qual ela é pensionista?” (*O Globo*, 1977, p. 35).

---

<sup>12</sup> Ver MEIRELES, 2015.

Assim que foi publicada a entrevista, Carlos Leal, que era o diretor do Hospital Psiquiátrico Nelson Hungria, no qual a escritora já havia ficado, e também Augusto Thompson, diretor do departamento do sistema penitenciário, repudiaram a tentativa de dizer que Maura Lopes Cançado estava em ambiente degradante. No jornal eles disseram que, pelo contrário, a escritora era privilegiada perante os demais presos. No entanto, a jornalista Margarida Autran, na mesma página do jornal, voltou a destacar o estado da autora e ainda fez duras críticas a Augusto Thompson.

FIGURA 3. Reportagem sobre diretor do Hospital Psiquiátrico Nelson Hungria

O GLOBO  
Quarta-feira, 22/6/77

GRANDE RIO • 15

## Diretor do hospital: Maura é privilegiada

O diretor do Hospital Psiquiátrico Nelson Hungria, Carlos Leal, disse ontem que a situação da escritora Maura Lopes Cançado é "privilegiada" dentro do sistema penitenciário, porque desfruta de um cubículo individual em um hospital, quando muitos presos nas suas condições estão em presídios comuns, sendo levados para o Nelson Hungria apenas quando entram em crise.

Carlos Leal justificou sua afirmação com documentos relativos a transferências de presos que estão internados por ordem judicial, depois de absolvidos por incapacidade mental. Confirmou também ter respondido a ofício da Vara de Execuções, que perguntava se Maura deveria ser removida para outro local; disse que "embora o Hospital Psiquiátrico Nelson Hungria esteja plenamente aparelhado para o tratamento necessário, ela poderá ir para qualquer outro hospital que lhe dê o mesmo atendimento".

— A primeira vez que ela veio para cá foi em julho de 1974, quando ainda cumpria prisão preventiva. Depois o juiz titular do II Tribunal de Juri, Martinho Campos, proferiu sentença e Maura foi para o Presídio Feminino Talavera Bruce, para onde retornou logo que teve alta aqui. Mas lá ela teve problemas com as outras internas. O diretor do Talavera Bruce, professor Jessé de Souza Marques, pediu então para que ela voltasse para o Nelson Hungria e nós concordamos, embora os presos venham para cá quando estão em crise, o que não era seu caso.

— Aquí também ela não ficou à vontade, o que é compreensível, porque as outras internas não lhe permitem a tranquilidade que ela desejava. Maura pediu um local onde pudesse trabalhar, escrever, o que achamos justo. Como todas as celas que temos são coletivas e o seu estado psiquiátrico não requeria condições especiais, resolvemos transferi-la para o Hospital Central, onde ela está e onde teria um cubículo individual. Nesta ocasião,

entretanto, o médico que a assistia aqui pediu que ela voltasse em determinados dias, para acompanhar seu estado.

### Recusas

O diretor do Hospital Nelson Hungria mostrou a ficha de Maura, na qual o médico anotou ter ela se recusado "sistematicamente" a comparecer para os exames de rotina. Leal disse que ninguém a obrigou a atravessar o pátio que separa os dois hospitais e por isso ela nunca mais voltou. Afirmou ainda que, caso ela tivesse sofrido alguma crise e necessitasse de atendimento psiquiátrico durante o período em que está no Hospital Central (desde agosto de 1976), teria sido removida para o Nelson Hungria, e como isso não aconteceu ele acha que ela está bem.

— É importante notar que ela só está no Hospital Central porque o manicômio judiciário não recebe mulheres. Aliás atualmente não recebe nem homens, como se pode verificar neste ofício que recebi dia 10 último. Eu tinha ordem de um juiz para remover um paciente daqui para o manicômio judiciário, onde ele deveria cumprir seu período de internamento. Eu o mandei para lá, mas ele voltou com um ofício do diretor do manicômio, dizendo que não tinha lugar para recebê-lo.

— Como o manicômio não dispõe de vagas para mulheres e, atualmente, nem para homens, em muitos casos os internos cumprem suas sentenças em prisões comuns — o que admitimos ser uma irregularidade — enquanto estão bem, sendo trazidos para o Hospital Psiquiátrico quando entram em crise. Maura tem permanentemente um cubículo só para ela. Reconhecemos que ela tem direito a isso, por suas condições pessoais e intelectuais. Nós temos muito boa vontade com ela, mas enfrentamos problemas concretos que não permitem uma solução ideal — conclui Carlos Leal.

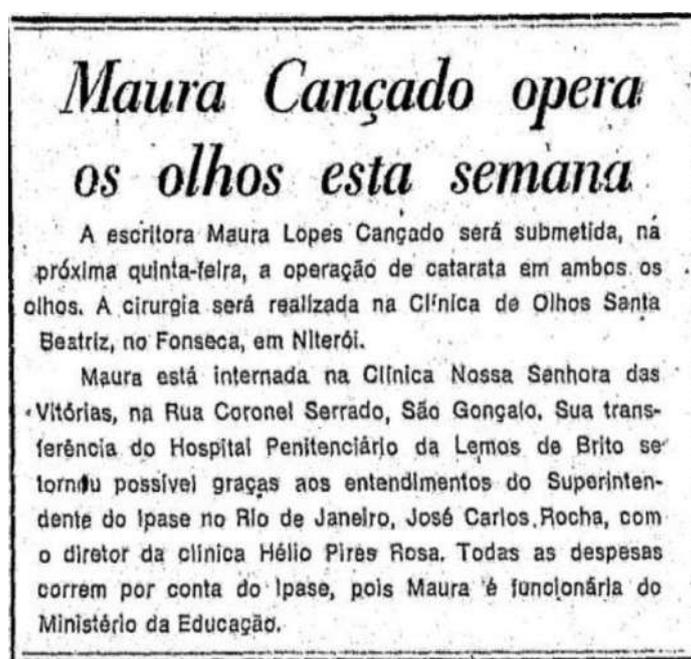
Fonte: *O Globo*, 1977, p. 15.

A partir da reportagem sobre Maura, foi possível que se chegasse ao conhecimento de ex-colegas escritores à situação em que ela se encontrava. Alguns de seus familiares no interior de Minas Gerais também ficaram sabendo da situação. Com isso, decidiram visitá-la no Rio de Janeiro. Quem revela alguns detalhes desse encontro é uma de suas sobrinhas. De acordo com ela, "[Maura] ficou feliz demais,

realmente ela estava com catarata, na ocasião a minha família toda tem catarata, todo mundo foi operado de catarata [...]”<sup>13</sup>. Sobre a visita, ela revela que as paredes da cela estavam todas escritas “[...] escrito poemas, escrito textos dela, que ela tinha uma ideia ela ia lá e escrevia” [...].<sup>14</sup>

Toda a campanha em prol de Maura Lopes Cançado parece ter sido de grande ajuda. O Ministério da Educação resolveu interferir e ajudar a autora, já que um tempo antes ela havia sido funcionária da instituição. Com isso, a escritora foi transferida para uma clínica particular e também passou por uma operação nos olhos, voltando a enxergar.

FIGURA 4. Notícia sobre a operação dos olhos da escritora Maura Lopes Cançado



Fonte: *O Globo*, 1977, p. 15.

A associação dos escritores do Rio de Janeiro se sensibilizou com os problemas enfrentados por Maura, de forma que publicaram vários anúncios na imprensa carioca, contendo todo o apelo solidário por parte de vários escritores renomados. Nessas publicações havia também uma breve trajetória de vida da escritora, assim como o número de uma conta bancária para fins de depósito daqueles que quisessem doar para a campanha. Abaixo encontra-se uma dessas publicações:

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida por Marlene Lopes Cançado, em Patos de Minas-MG, no dia 27 de outubro de 2016.

<sup>14</sup> *Ibidem*.

FIGURA 5. Pedido de ajuda para Maura Lopes Cançado do sindicato dos escritores

**Maura Lopes Cançado**

O Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro agradece a todos que desejam participar da campanha de ajuda econômica à escritora Maura Lopes Cançado, vítima de doença nervosa há mais de 20 anos. Não tendo meios de arcar sozinho com as despesas que são elevadas, o Sindicato apela às pessoas de boa vontade, especialmente autores, para que ajudem Maura neste momento difícil.

Maura esteve até recentemente internada no Manicômio Judiciário, que não está aparelhado para receber mulheres, e ali terminou ficando cega. Graças à intervenção do Sindicato e com a boa vontade do Juiz Francisco Horta, da Vara de Execuções Criminais, Maura foi transferida para uma clínica em Jacarepaguá. A diária de clínica é elevada e, no momento, embora seja de direito, Maura não conta com qualquer ajuda oficial, ainda que seja funcionária pública aposentada pelo Ministério da Educação.

Vamos ajudar Maura. As doações poderão ser encaminhadas a qualquer agência do Banco do Bradesco, conta nº 011.213-5 (Agência Pio X), em nome de Evaristo de Moraes Filho, Gema Benedikt ou José Louzelro, que participam da coordenação da campanha de ajuda financeira à autora. José Louzelro, secretário do Sindicato dos Escritores do Município do Rio de Janeiro.

Fonte: *Jornal do Brasil*, 1979, p. 2.

### 3.3 O OSTRACISMO (1984-1994)

Nesse período, Maura Lopes Cançado encontrava-se ao lado de seu filho Cesarion Cançado Praxedes. Porém, nunca mais quis escrever. Isso acabou deixando-a no ostracismo. Os jornais, que antes noticiavam tudo sobre a vida e a obra da escritora, passaram a não mais lhe dar destaque. De vez em quando surgia alguma notícia sobre ela, ou melhor, sobre uma nova edição de seu livro *Hospício é Deus – Diário I*, mas ainda assim, tal fato era mencionado de modo discreto nas páginas dos jornais.

Quando faleceu, em 19 de dezembro de 1993, vítima de um infarto, ela já não era uma escritora muito reconhecida pelos brasileiros. Por isso, o jornalista Márcio Pinheiro, do *Jornal do Brasil*, escreveu uma matéria no dia 9 de janeiro de 1994, com a qual preenche toda uma página do jornal, discorrendo sobre a escritora que, de acordo com ele, morreu esquecida. Na matéria em questão, o jornalista fala também da trajetória literária de Maura Lopes Cançado. Além disso, destaca a importância dela para a literatura, encerrando a matéria ressaltando a admiração que sentia pela escritora.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o surgimento da Escola dos Annales, especialmente a partir da sua terceira edição, abriu-se um leque de novos temas, novas fontes e novas pesquisas relacionadas à área histórica. Dessa forma, o uso dos jornais como fonte passou a ser amplamente difundido por parte dos pesquisadores, contrapondo-se às escolas históricas positivistas e também à vertente que pregava a história como sendo uma totalidade, ou seja, sem chances para se pesquisarem fragmentos. A partir daí, foi possível abrir diálogos entre a história e a imprensa.

Com o desenvolvimento deste artigo, pode-se verificar que quando a autora estava no auge de sua escrita, ela tornou-se personagem de diversas reportagens e publicações, no entanto, quando começou o seu declínio, os jornais mudaram um pouco o foco, passando a publicar mais sobre a sua vida, demonstrando o seu sofrimento quando estava presa e cega em uma penitenciária. Essa mudança de comportamento por parte da imprensa aos poucos chegaria a quase um ostracismo em relação a ela, já que quando a escritora faleceu, estava praticamente esquecida pelos jornais.

Nesse sentido, o resultado final deste trabalho atendeu às expectativas do projeto, visto que foi possível realizar um estudo sobre a vida e a obra da escritora Maura Lopes Cançado sob a perspectiva da imprensa carioca, em um momento em que a autora está em bastante evidência nos meios intelectuais brasileiros.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAHIA, Benedito Juarez. *História, jornal e técnica: as técnicas do jornalismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história? *Revista Comunicação e mercado/UNIGRAN*, 1(2): 79-87, nov. 2012.
- CANÇADO, Maura Lopes. *Hospício é Deus: Diário I*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Hospício é Deus: Diário I*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- \_\_\_\_\_. *O sofredor do ver*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação, *Estudos Avançados*, 5(1):173-191, 1991.
- COSTA, Cristiane. *Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil, 1904-2004*. São

Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LUCA, Tânia Regina de. "História dos, nos e por meio dos periódicos", in: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

FARIA, Eduardo Prado. A imprensa diária como fonte de pesquisa na História. *Revista Pergaminho*, 4(4):10-15, dez. 2013.

GINZBURG, Carlo. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário", in: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GOMES, Juliana Aparecida; ACOSTA, Alexandre Carvalho. Índice de qualidade do jornal diário "Folha da Cidade" segundo os assinantes no município de Caçador-SC. *Percepções*, n. 1, p. 60-80, 2012. Disponível em: <[periodicosuniarp.com.br/percepcoes/article/download/20/49](http://periodicosuniarp.com.br/percepcoes/article/download/20/49)>. Acesso em: 26 fev. 2017.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. *Anais do 10º Encontro Nacional de História Da Mídia UFRGS*, Porto Alegre-RS, p. 3-5, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/o-jornal-impresso-como-fonte-de-pesquisa-delineamentos-metodologicos/view>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. *O uso dos jornais para o conhecimento histórico: teoria e metodologia*. *Anais do II Congresso Internacional de História UEPG-UNICENTRO*, Ponta Grossa-PR, p. 12-15, mai. 2015.

MEIRELES, Maurício. "Perfil Biográfico", in: CANÇADO, Maura Lopes. *Hospício é Deus – Diário I*. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SANTOS, Regma Maria dos. *Memórias de um plumitivo: impressões cotidianas e história nas crônicas de Lycidio Paes*. Uberlândia: Aspectus, 2005.

SCARAMELLA, Maria Luisa. *Narrativas e sobreposições: notas sobre Maura Lopes Cançado*. 2010. 236 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas-SP, 2010. Disponível em: <<http://www.biblioteca.digital.unicamp.br/document/?code=000479398>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

VAZ, Toninho. *Solar da fossa: um território de liberdade, impertinências, ideias e ousadias*. Rio de Janeiro: Casa da palavra. 2011.

**Fontes orais**

Marlene Lopes Cançado. Entrevista concedida a Edivaldo Rafael de Souza. Patos de Minas-MG, 27 out. 2016. (39 min.).

**Jornais**

*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 27 fev. 1970, 1º Caderno, p. 6.

*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 2 mar. 1970, 1º Caderno, p. 8.

*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 16 nov. 1958, Suplemento Dominical.

*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 19 abr. 1959, Suplemento Dominical, p. 8.

*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 17 nov. 1964, Cad. B, p. 3.

*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 15 ago. 1965, Cad. B, p. 5.

*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 26 jan. 1979, Cad. B, p. 2.

*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 9 jan. 1994, Cad. B, p. 4.

*O Globo*. Rio de Janeiro: 17 dez. 1965, Matutina, Geral, p. 1.

*O Globo*. Rio de Janeiro: 20 jun. 1977, p. 35.

*O Globo*. Rio de Janeiro: 22 jun. 1977, Grande Rio, p. 15.

*O Globo*. Rio de Janeiro: 13 set. 1977, Matutina, Rio, p. 15.